

Relatório
Anual
Consolidado
2016



Sumário

Neste Relatório identificamos os capitais mencionados em nosso Relato Integrado por meio dos ícones ilustrados abaixo:



Para saber mais sobre o nosso Relato Integrado, [acesse nosso site de RI](#).

1

Contexto

- A-04** Contexto Macroeconômico
- A-08** Contexto do Itaú Unibanco Holding
- A-14** Contexto deste Relatório

2

Nosso perfil

- A-18** Em números
- A-20** Destaques de 2016
- A-25** Nossa história
- A-32** Nosso negócio
- A-46** Pontos fortes competitivos
- A-48** Nossas ações

3

Nossa governança

- A-56** Nossas práticas
- A-57** Estrutura da administração
- A-76** Principais diferenças entre as práticas de governança corporativa no Brasil e nos EUA

4

Nossa gestão de riscos

- A-79** Fatores de risco
- A-88** Gerenciamento de riscos e capital
- A-107** Ambiente regulatório

5

Desempenho

- A-128** Desempenho financeiro
- A-173** Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS)

6

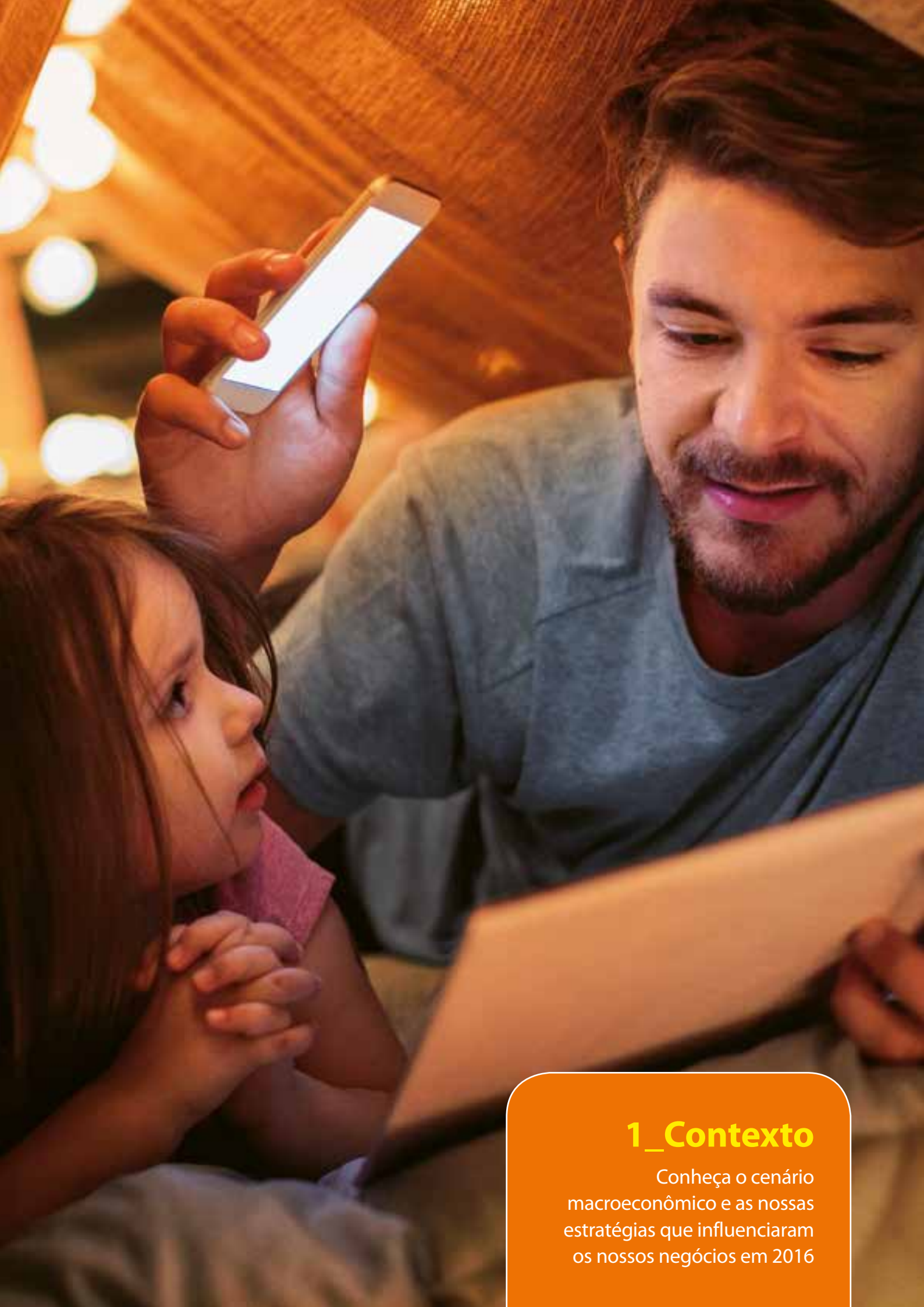
Sustentabilidade

- A-176** Performance sustentável
- A-176** Materialidade
- A-178** Temas materiais
- A-190** Gestão e governança de sustentabilidade
- A-192** Estratégia de sustentabilidade
 - A-193** Externalidades
 - A-195** Focos Estratégicos
 - A-209** Diálogo e Transparência
- A-210** Engajamento dos *stakeholders*
- A-255** Ecoeficiência e mudanças climáticas

7

Anexos

- A-284** Sumário de conteúdos da GRI Standards "de acordo" – Essencial
- A-294** Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório
- A-297** Declaração de independência
- A-298** Informações estatísticas selecionadas
- A-300** Taxas de câmbio
- A-301** Considerações para Detentores de ADS
- A-309** Controles e procedimentos
- A-310** Glossário



1_Contexto

Conheça o cenário macroeconômico e as nossas estratégias que influenciaram os nossos negócios em 2016

Contexto

Contexto macroeconômico

GRI 103-2 | 103-3 Antecipação de cenários

Contexto global

A economia mundial, bem como os mercados de crédito e de capitais, apresentam sinais de recuperação, mas continuam a crescer em ritmo moderado. A incerteza política, entretanto, permanece.

O PIB global está crescendo em ritmo moderado. Como apresentaremos a seguir, o PIB dos EUA cresceu 1,6% em 2016 e a expectativa é de uma expansão a uma taxa de 2,3% em 2017 (de acordo com a Survey of Professional Forecasters realizada no quarto trimestre de 2016 emitida pelo Federal Reserve Bank of Philadelphia). A Zona do Euro e o Japão vêm se recuperando a taxas modestas de crescimento econômico. Enquanto isso, na China, o crescimento encontra-se estável e em outros mercados emergentes o crescimento tem acelerado.

A nova administração do governo federal dos EUA pretende implementar mudanças significativas na política econômica americana. Uma expansão fiscal moderada, com a economia americana próxima ao pleno emprego, provavelmente levará a um aperto mais rápido da política monetária, pressionando, assim, as moedas de mercados emergentes e as taxas de juros locais. Além disso, quaisquer políticas protecionistas adotadas pelos EUA poderiam impactar negativamente o crescimento econômico global.

Na Zona do Euro, a economia vem se recuperando em ritmo modesto, após reformas fiscais e a implementação de políticas monetárias expansionistas pelo Banco Central Europeu (BCE), o que melhorou a confiança e as condições financeiras. Desse modo, 2016 registrou um crescimento de 1,7% do PIB, e dados preliminares de 2017 não apresentam sinais de desaceleração. No entanto, incertezas políticas em torno da Zona do Euro obscurecem a perspectiva de recuperação. O Reino Unido ativou o Artigo 50 e deu início ao processo de saída da União Europeia no final de março de 2017, de modo que o "Brexit" continuará a ser fonte de incerteza nos próximos anos. Adicionalmente, a França realizará eleições gerais em 2017 e há riscos de que facções eurocéticas saiam vitoriosas. Até o momento, os eventos políticos têm exercido poucas repercussões econômicas. Não obstante, os riscos apontam para perdas, uma vez que políticos europeus continuam buscando soluções para os crescentes movimentos eurocéticos em todo o continente, o que é agravado por problemas contínuos com a migração e o terrorismo. [Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Fatores de Risco](#), a saída do Reino Unido da União Europeia poderia impactar adversamente nosso negócio, os resultados das operações e situação patrimonial e financeira, para detalhes sobre o Fator de risco *Brexit*.

Considerando as medidas de política monetária inéditas que vêm sendo implementadas pelos países desenvolvidos, desde 2008, há maior liquidez disponível para investimentos em mercados emergentes, impulsionando os preços dos ativos nesses mercados. Considerando que a economia dos Estados Unidos continuou em recuperação e as perspectivas de crescimento permanecem positivas, o *Federal Reserve* começou a elevar as taxas de juros, conforme anunciado na reunião do *Federal Open Market Committee* (FOMC) de dezembro de 2015. O *Federal Reserve* elevou as taxas de juros novamente em dezembro de 2016 e março de 2017. A previsão do *Federal Reserve* é que deve ser apropriado continuar elevando gradualmente o intervalo de taxas de juros pretendido para os fundos federais.

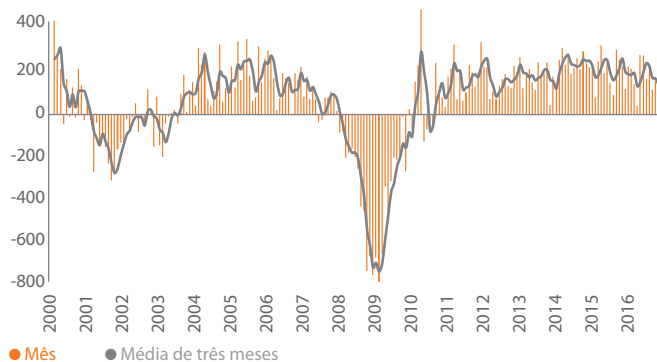
Entre 2013 e 2016, valores significativos de recursos financeiros foram retirados de investimentos nos mercados emergentes em resposta ao fraco crescimento dessas economias e em antecipação a um aperto monetário gradual nos Estados Unidos. Entretanto, durante 2016, houve sinais de que esses fluxos financeiros estavam retornando aos mercados emergentes, uma vez que os preços das commodities se estabilizaram e os fundamentos econômicos melhoraram em economias de mercados emergentes. Entretanto, o cenário econômico global permanece incerto, com significativos riscos de perdas. Esses riscos podem ainda resultar em uma maior volatilidade dos preços dos ativos nos mercados emergentes, podendo afetar nossos resultados operacionais.

O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,6% em 2016, de acordo com estimativas do *Bureau of Economic Analysis*, agência do governo federal dos Estados Unidos, comparado com 2,6% em 2015. A expansão econômica deve continuar a um ritmo moderado em 2017, segundo a *Survey of Professional Forecasters* emitida pelo *Federal Reserve Bank of Philadelphia*. Tal expansão deve ser sustentada pela demanda doméstica que, por sua vez, deve ser impulsionada pelos seguintes fatores: (i) condições monetárias e financeiras acomodáticas; (ii) otimismo entre consumidores e empresários, de acordo com os dados de pesquisas de janeiro, publicadas pelo *The Conference Board* e pelo *Institute for Supply Management*, respectivamente; e (iii) um mercado de trabalho saudável, com um crescimento líquido médio de 196.000 empregos por mês nos últimos 12 meses até fevereiro de 2017 e uma taxa de desemprego nos Estados Unidos de 4,7% em fevereiro de 2017.



Criação de empregos nos Estados Unidos

(Sazonalmente ajustado, em milhares)



Fonte: Itáú Unibanco Holding e Bureau de Estatísticas do Trabalho (BLS) dos EUA

Na China, o PIB cresceu 6,8% no quarto trimestre de 2016, mantendo um crescimento estável em 2016. Os formuladores de políticas chinesas estão tentando equilibrar o crescimento no curto prazo com reformas desenhadas para melhorar o crescimento no médio prazo.

Contexto na América Latina

Na América Latina, as economias exportadoras de commodities continuam a exibir uma atividade econômica

fraca. De acordo com dados recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censo da Argentina (INDEC), a Argentina, que estava em recessão devido ao impacto do reajuste necessário nos preços relativos, apresentou uma taxa de crescimento positiva no último trimestre de 2016.

Com as taxas de câmbio evoluindo mais favoravelmente que no período de 2013 a 2015, a inflação vem caindo na Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Paraguai. Neste contexto, os bancos centrais vêm reduzindo as taxas de juros, o que deve contribuir para uma recuperação econômica durante 2017. Por outro lado, as receitas fiscais permanecem fracas e, portanto, o processo de consolidação fiscal deve prosseguir, uma vez que os governos procuram preservar ratings soberanos. Aumentos nos preços dos combustíveis no México e a reforma fiscal recém-aprovada na Colômbia são exemplos de medidas tomadas por governos latino-americanos para reduzir seu déficit fiscal.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento real do PIB em sete países da América Latina para o período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2016 e para 31 de dezembro de 2015, 2014, 2013 e 2012, exceto quando de outra forma indicado.

Crescimento real do PIB	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2016	2015	2014	2013	2012
	(%)				
Argentina ⁽¹⁾	(2,3)	2,6	(2,5)	2,4	(1,0)
Chile ⁽²⁾	1,6	2,3	1,9	4,0	5,3
Colômbia ⁽³⁾	2,0	3,1	4,4	4,9	4,0
México ⁽⁴⁾	2,1	2,6	2,3	1,6	3,8
Paraguai ⁽⁵⁾	4,1	3,0	4,7	14,0	(1,2)
Peru ⁽⁶⁾	3,9	3,3	2,5	5,8	5,9
Uruguai ⁽⁷⁾	1,5	0,4	3,2	4,6	3,5

(1) Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos.

(2) Fonte: Banco Central de Chile.

(3) Fonte: Banco de la República.

(4) Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía.

(5) Fonte: Banco Central del Paraguay.

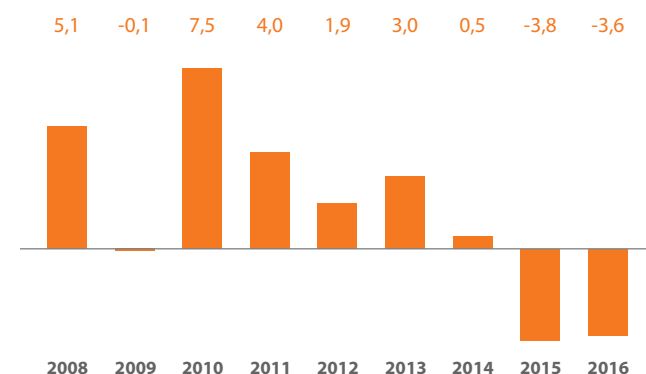
(6) Fonte: Banco Central de Reserva del Perú.

(7) Fonte: Banco Central de Uruguay.

Contexto brasileiro

Na qualidade de banco brasileiro cujas atividades são preponderantemente realizadas no Brasil, somos afetados de forma significativa pelas condições econômicas, políticas e sociais do País. De 2004 a 2011, fomos beneficiados pela estabilidade geral da economia brasileira, com crescimento médio do PIB de aproximadamente 4,4% a.a. naquele período, o que favoreceu o aumento dos empréstimos e depósitos bancários. Contudo, o PIB brasileiro desacelerou para 1,9% em 2012, 3,0% em 2013 e 0,5% em 2014. Em 2015, o PIB teve uma contração de 3,8%, com a retração econômica de 2016 parcialmente refletindo uma desaceleração do crescimento potencial. Em 2016, o PIB teve contração de 3,6%.

Crescimento do PIB (%)



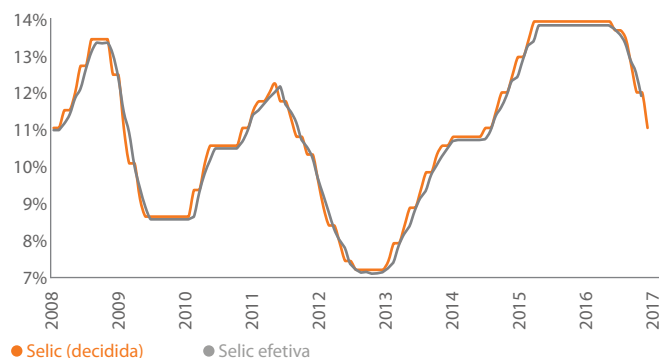
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



A queda generalizada na inflação, devido ao alto nível de capacidade ociosa na economia brasileira e expectativas de inflação ancoradas, criou oportunidade para o Banco Central iniciar um ciclo de afrouxamento monetário. Após atingir 14,25% a.a. no final de 2015, o Banco Central começou a reduzir as taxas de juros em outubro de 2016. Em abril de 2017, a taxa Selic foi reduzida para 11,25%. O estoque de empréstimos bancários como proporção do PIB diminuiu para 49,3% em dezembro de 2016, em comparação com 53,7% em dezembro de 2015.

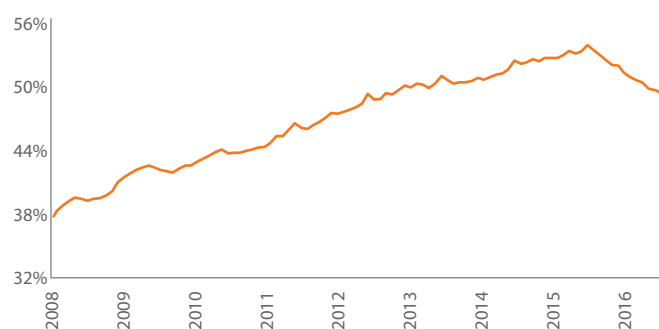
Selic

(taxa de juros nominal)



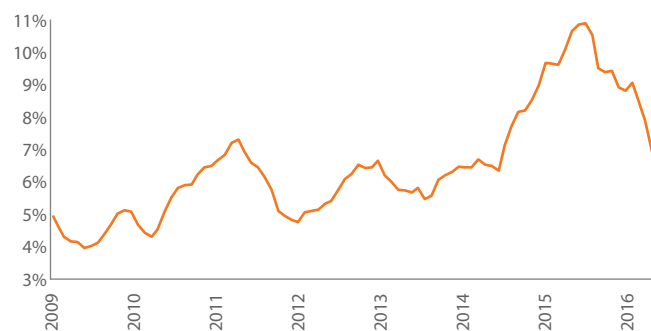
Crédito total

(em % do PIB)



A inflação atingiu 6,3% em 2016, ante 10,7% em 2015. Os preços regulados pelo governo (como tarifa de energia elétrica, contas de água e esgoto e preços dos combustíveis, dentre outros) variaram 5,5% em 2016 (bem abaixo dos 18,1% de 2015), enquanto os preços livres variaram 6,6% no mesmo período (ante 8,5% em 2015).

Taxa de inflação nos 12 meses (IPCA)



O resultado primário do setor público brasileiro vem apresentando tendência de queda desde 2014. Os cortes nas despesas discricionárias e os aumentos nos impostos foram insuficientes para compensar a queda da arrecadação e o aumento das despesas obrigatórias. Em dezembro de 2016, o saldo primário do setor público brasileiro fechou em déficit de 2,5% do PIB, após um déficit de 1,9% do PIB em 2015 e 0,6% em 2014. Para contornar o desequilíbrio fiscal estrutural, o Congresso Nacional aprovou um teto de gastos que limitará o crescimento dos gastos públicos à inflação de anos anteriores para no mínimo 10 anos, representando uma reforma estrutural para a economia brasileira. O próximo passo é a reforma da previdência social que está sendo discutida no Congresso brasileiro e é considerada fundamental para garantir que o teto permaneça viável nos próximos anos. Essas reformas estruturais são um importante passo no sentido de retornar aos superávits primários, estabilizando, assim, a dívida pública no médio prazo.

Além disso, o Brasil passou por muitas alterações regulatórias nos últimos anos, como mudanças nas regras de compulsório e de requerimento de capital para instituições financeiras, além de outras políticas macroprudenciais. Para mais informações, consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil](#), e [seção Desempenho, item Depósitos compulsórios no Banco Central](#).

Os empréstimos contraídos juntos às instituições financeiras brasileiras mantiveram sua tendência de queda no quarto trimestre de 2016, ajustado pela inflação. O saldo de crédito caiu 9,2% em dezembro de 2016 em termos reais, quando comparado com uma contração de 3,6% em dezembro de 2015. O total de novos empréstimos registrou queda de 15,7% em dezembro de 2016 em comparação à contração de 11,3% em dezembro de 2015, ambos em termos anualizados. A inadimplência no crédito às famílias recuou 0,2 pontos percentuais, atingindo 4,0% em dezembro de 2016, quando comparado com o mesmo mês em 2015. A inadimplência nos empréstimos para empresas não financeiras atingiu 3,5% em dezembro de 2016, contra 2,6% em dezembro de 2015.



O real se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 3,26 por US\$ 1,00 em 30 de dezembro de 2016, em comparação com R\$ 3,96 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2015. Isso reflete os ajustes e reformas que estão ocorrendo no Brasil, resultando em um prêmio de risco menor.

O déficit em conta corrente brasileiro (saldo líquido do comércio de bens e serviços) alcançou 3,3% do PIB em dezembro de 2015. Em dezembro de 2016, o déficit caiu para 1,3% do PIB. O Brasil manteve sua solvência externa, com reservas internacionais no valor de US\$ 372 bilhões e dívida externa de US\$ 324 bilhões em dezembro de 2016.

Taxa de câmbio nominal (R\$/US\$)



Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central

A tabela abaixo mostra o crescimento real do PIB, a taxa de inflação, a variação cambial e as taxas de juros no Brasil referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2016	2015	2014	2013	2012
	(%)				
Crescimento real do PIB ⁽¹⁾	(3,6)	(3,8)	0,5	3,0	1,9
Taxa de inflação – IGP-DI ⁽²⁾	7,2	10,7	3,8	5,5	8,1
Taxa de inflação – IPCA ⁽³⁾	6,3	10,7	6,4	5,9	5,8
Variação cambial (R\$/US\$) ⁽⁴⁾	(17,8)	48,9	12,5	15,1	9,9
TR (taxa de juros de referência) ⁽⁵⁾	2,04	2,07	1,01	0,53	0,00
CDI (certificado de depósito interbancário) ⁽⁶⁾	13,63	14,14	11,51	9,78	6,94
Selic (taxa de juros overnight) ⁽⁶⁾	13,65	14,15	11,58	9,90	7,16
CDS soberano – 5 anos ⁽⁷⁾	280,0	505,0	203,0	192,0	107,5

(1) Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE.

(2) Fonte: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

(3) Fonte: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo IBGE.

(4) Fonte: Bloomberg (taxas acumuladas no período); números positivos significam depreciação do real.

(5) Fonte: Taxa Referencial (TR), publicada pelo Banco Central. Dados apresentados em porcentagem por ano. Os dados de 2016 são de novembro.

(6) Fonte: Banco Central. Dados apresentados em porcentagem por ano.

(7) Fonte: Bloomberg (final do período). Swap de crédito soberano é uma medida do risco-país (CDS) (pontos-base).



Contexto do Itaú Unibanco Holding

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Prezado(a) leitor(a),

No ano de 2016, o Brasil conviveu com grandes desafios na economia e na política que geraram incertezas, impactando o PIB nacional pelo segundo ano consecutivo. Ainda assim, superamos inúmeros desafios, gerando um lucro líquido recorrente de R\$ 23,3 bilhões⁽¹⁾ e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 20,1%, gerando valor para nossos acionistas. A solidez de nosso capital é representada por um índice de Basiléia de 19,1%, superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central.

Ao longo dos últimos anos focamos no aprimoramento da gestão de crédito e também enfatizamos o crescimento das operações de seguros e prestação de serviços. Buscamos oportunidades de expansão dos negócios dentro e fora do Brasil, continuamos investindo em novas tecnologias e disseminamos entre nossos colaboradores a Cultura de Risco. Assim, em 2016, tivemos um crescimento de nossas receitas de serviços de 8,4% em relação a 2015, nos tornamos donos de 100% do capital do Itaú BMG Consignado, adquirimos as operações de varejo Citibank no Brasil e concluímos a fusão entre o Itaú Chile e o CorpBanca originando nossa nova subsidiária Itaú CorpBanca.

Tudo isso é resultado de mais de 90 anos de dedicação, equipes altamente qualificadas, estratégia bem definida e, principalmente, de uma cultura transparente e ética. Desse modo, prezamos pela meritocracia, investimos em treinamento de pessoas e implementamos políticas claras de prevenção à corrupção e lavagem de dinheiro em todo o banco.

Acreditamos que é de vital importância disseminar comportamentos que influenciem positivamente o gerenciamento de riscos inerentes ao nosso negócio. Por isso, adotamos uma Cultura de Risco baseada em quatro princípios:

- Tomamos riscos conscientemente;
- Discutimos nossos riscos;
- Agimos sobre nossos riscos; e
- Somos todos gestores de riscos.

Assim, entendemos, identificamos, mensuramos, gerenciamos e mitigamos riscos fortalecendo a responsabilidade individual e coletiva de nossos colaboradores para que tomem a decisão correta.

Reconhecemos que as necessidades de nossos clientes mudam cada vez mais rápido, por isso, estamos atentos a tecnologias com potencial de nos transformar em um banco cada vez mais digital. Em 2015, fomos co-fundadores do Cubo, espaço de co-criação que conta no momento com mais de 40 projetos inovadores para o Itaú. Continuamos investindo em cientistas de dados capacitados a adaptarem e desenvolverem novos sistemas, assim como na segurança da informação, para sempre oferecer o produto mais seguro aos nossos clientes. Nos preocupamos com os detalhes para que nossos clientes não precisem fazê-lo.

Há quatro anos iniciamos uma mudança em nossa estrutura para encaminhar o processo sucessório de Roberto Setubal. Hoje estamos preparados para essa nova etapa em que Candido Bracher, ex-Diretor Geral de Atacado, passa a ser o novo Presidente Executivo & CEO do grupo. Estou otimista em relação à estrutura adotada e aos novos membros do Comitê executivo do Itaú Unibanco, que têm todos os ingredientes necessários para continuar desafiando barreiras e agregando valor a nossos investidores, colaboradores e clientes.

Convido todos a lerem o Relatório Anual Consolidado, pois aqui contamos um pouco mais sobre o perfil de nossa organização, negócios, estratégias e resultados. De modo a nos tornarmos cada dia mais transparentes com nossos acionistas e com o mercado, este relatório anual consolida nosso formulário 20-F, Prospecto de Dívida (Programa MTN – Medium Term Note) e diretrizes de sustentabilidade GRI.

Desejo a todos uma boa leitura.

Cordialmente,

Pedro Moreira Salles
Presidente do Conselho de Administração

(1) Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores, em IFRS.

Mensagem do Presidente Executivo e CEO



Prezado(a) leitor(a),

Conforme mencionei em minha carta do último Relatório Anual Consolidado, esperávamos que o ano de 2016 seria desafiador e que iríamos manter nossa estratégia de administrar riscos com cautela, mantendo elevado o nível de capitalização, focando na eficiência das operações e na qualidade de atendimento. Este Relatório descreve como executamos essa estratégia, alcançando resultados positivos em 2016, mesmo em um ano que foi marcado por uma forte recessão no Brasil com uma contração do nosso PIB, acumulando uma queda superior a 7% em 2 anos.

Mesmo nesse cenário bastante desafiador, chegamos ao final de mais um ano com resultados consistentes, fruto de um modelo de negócios que equilibra operações de crédito com seguros e serviços. Esse modelo torna o banco menos vulnerável aos ciclos econômicos, reduzindo a volatilidade de nosso lucro.

Encerramos o ano de 2016 com um lucro líquido de R\$ 23,3 bilhões⁽¹⁾ e rentabilidade recorrente anualizada sobre o patrimônio líquido médio de 20,1%, representando queda de 9,6% sobre o ano anterior. Sob as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), em 2016, 61% do Lucro Líquido⁽²⁾ são oriundos das atividades de prestação de serviços e de produtos de seguridade massificados (operações de seguros, previdência e capitalização), 15% foram gerados pelas atividades de tesouraria e excesso de capital, e os 24% restantes vieram de operações de crédito, cujo resultado foi negativamente afetado pela alta da inadimplência, levando esta atividade a um retorno de 9,4% sobre o capital regulatório, inferior ao custo de capital. Acreditamos que com a redução da inadimplência, já iniciada no final do ano, deveremos voltar para retornos em linha com o custo de capital para atividade de concessão de crédito. Essa expectativa de melhoria, em ocorrendo, será determinante no crescimento de nossos resultados nos próximos anos.

O patrimônio líquido dos acionistas controladores atingiu R\$ 122,6 bilhões ao final do ano, com crescimento de 9,2% em relação ao ano anterior, sendo que ao final do período nosso índice de Basileia era de 19,1% e o de Liquidez de Curto Prazo médio do 4º trimestre foi de 212,8%, ambos acima do exigido pelo Banco Central de 10,5% e 70% respectivamente.

O forte nível de capitalização do banco e a perspectiva de geração de resultados acima da necessidade de capital nos próximos anos levou a administração a elevar para o exercício de 2016 o total de dividendos e JCP para 45% do lucro líquido⁽²⁾, e anunciando expectativa de manter essa distribuição entre 35 e 45% para os próximos anos.

O valor adicionado⁽³⁾ à economia pelo Itaú Unibanco atingiu R\$ 61,6 bilhões, distribuído basicamente entre colaboradores (32%), tributos (29%), reinvestimento dos lucros (26%) e acionistas (11%). Apoiamos diversas iniciativas e projetos, sendo que nossos investimentos sociais privados ao longo de 2016 somaram R\$ 474,8 milhões, sendo 67% através de doações e patrocínios realizados pelo próprio Itaú Unibanco e 33% por meio de verbas incentivadas por leis. Os recursos foram direcionados a projetos voltados a educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade, que são áreas que nossa organização vem priorizando ao longo dos últimos anos.

Anunciamos em 2016 uma série de mudanças em nosso Comitê Executivo. Como divulgado há mais de dois anos, deixei, em abril, a Presidência Executiva do Itaú Unibanco após 23 anos nessa posição. Desde a última Assembleia Geral de Acionistas passei a atuar, em conjunto com Pedro Moreira Salles, como Copresidente do Conselho de Administração. O novo Presidente do banco é Candido Bracher, que possui mais de 36 anos de experiência no mercado financeiro e esteve ligado, nos últimos 28 anos, ao BBA Creditanstalt, Itaú BBA e Itaú Unibanco, com atuação destacada em diversas funções, contribuindo para a evolução dessas instituições.

Marco Bonomi deixou a função de Diretor Geral de Varejo e foi indicado na última assembleia para o nosso Conselho de Administração. Com mais de quatro décadas de experiência em negócios de varejo, Marco certamente dará contribuições valiosas, em função de seus conhecimentos da atividade bancária.

Com todas as mudanças já anunciadas, o Comitê Executivo passou a ter a seguinte composição: Candido Bracher, Presidente Executivo e CEO, Marcio Schettini, Diretor Geral de Varejo, Eduardo Vassimon, Diretor Geral de Atacado, Caio David, Vice-Presidente de Riscos e Finanças, André Sapoznik, Vice-Presidente de Tecnologia e Operações e Claudia Politanski, Vice-Presidente de Pessoas, Jurídico e Ouvidoria, Comunicação Corporativa e Relações Institucionais e Governamentais. Acredito que esse Comitê Executivo está à altura dos grandes desafios que temos pela frente.

(1) Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores, em IFRS.

(2) Lucro líquido recorrente em BRGAAP: R\$ 22,1 bilhões em 2016.

(3) Considera o lucro líquido recorrente e a reclassificação dos efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior para a margem financeira, em BRGAAP.

Investimos neste ano mais de R\$ 192 milhões no treinamento dos nossos mais de 94 mil colaboradores, com foco não só no aperfeiçoamento técnico deles, mas também com ênfase na disseminação da nossa Cultura de Risco, que é peça fundamental na gestão da nossa organização.

Em 2016 nossa expansão se deu por aquisições, com destaque para a consolidação do Itaú CorpBanca no Chile em nosso balanço, que representou acréscimo de R\$ 71 bilhões em empréstimos a nossa carteira de crédito, a aquisição dos negócios de varejo do Citibank no Brasil, a aquisição da Recovery que é uma empresa especializada em cobrança, e também dos 40% restantes do capital do Itaú BMG Consignado.

Procurando atender nossos clientes, continuamos expandindo nossa oferta de produtos e serviços pelos canais digitais. Se há 8 anos cerca de 74% das transações eram feitas por canais tradicionais, em 2016 73% foram realizadas por canais digitais, o que representou 10,9 bilhões de transações.

Iniciamos 2017 com a expectativa de que seja um ano melhor para o Brasil, com algum crescimento de nossa economia e dos resultados do banco. Trabalharemos para manter uma performance diferenciada e focados nos desafios e oportunidades que temos pela frente.

Finalizo agradecendo a confiança e apoio que tive ao longo dos 23 anos em que estive a frente do banco. Foi um privilégio trabalhar com tantos executivos e funcionários tão competentes e dedicados e com eles partilho os méritos dos resultados atingidos no período.

Forte abraço,

Roberto Setubal
Presidente Executivo e CEO



Construindo um banco cada vez mais digital

Sempre acreditamos no potencial da tecnologia para facilitar a vida das pessoas e a relação dos clientes com o banco. Foi com base nessa convicção que chegamos até aqui e construímos nosso negócio ao longo de quase um século.

Na década de 1960, quando ninguém cogitava que a tecnologia seria capaz de mudar a relação entre as pessoas e as empresas, já tínhamos a certeza de que ela seria essencial para nos mantermos atuais em um contexto de permanente transformação.

Nossa história é prova disso. Em 1970, o Itaú montou uma das quatro principais centrais de processamento de dados no Brasil - na mesma década em que o Unibanco foi o primeiro banco a adotar o sistema de processamento IBM 360. Em 1983, implementamos o primeiro caixa eletrônico do país. E não paramos por aí. Em 2013, focados nas necessidades dos nossos clientes, criamos a agência digital, com atendimento on-line e horário estendido. E, em setembro de 2016, lançamos um aplicativo para abertura de conta pelo celular. Apenas nos quatro primeiros meses, mais de 60.000 contas foram abertas de forma digital.

O que vemos hoje é que a tecnologia e o mobile têm sido importantes fatores de mudança na sociedade. Não por acaso, temos mais de 73% das transações feitas em canais digitais, sendo mais de 50% delas, no celular.

Porém, por mais que existam recursos tecnológicos à disposição de um banco, uma evolução de verdade só será possível se estiver conectada às pessoas. Nesse contexto, precisamos ter o cliente, mais do que nunca, no centro de tudo o que fazemos.

Sabemos que esse não é um desafio só de infraestrutura, mas também de cultura. Esse é o nosso desafio para os próximos anos: construir um banco digital, sem deixar em nenhum momento, de ser pessoal.

Estratégia de negócios

Nosso Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais de nossos negócios. As decisões estratégicas tomadas pelo Conselho de Administração são apoiadas pelo Comitê de Estratégia, que fornece dados e informações sobre assuntos estratégicos críticos. As atividades e responsabilidades do Comitê de Estratégia vão desde a avaliação das oportunidades de investimentos e diretrizes orçamentárias até a emissão de pareceres e recomendações para o Conselho de Administração. O Comitê de Estratégia é apoiado pelo Subcomitê de Cenários Econômicos, que fornece dados macroeconômicos para subsidiar suas discussões. Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração](#),

[Comitês do Conselho de Administração, Comitê de Estratégia](#), para mais informações.

Expansão de nossas operações no Brasil e no exterior [GRI 102-7](#) | [GRI 102-49](#)

Brasil

Continuamos a examinar potenciais operações comerciais que possam gerar valor adicional para nossos acionistas no Brasil.

Consulte a [seção Nosso perfil, item Destaques de 2016, Eventos corporativos e parcerias](#) para mais informações.

No exterior

Em linha com a nossa estratégia de expansão na América Latina, e mantendo a consistência com nossa visão de gerar valor e garantir uma performance sustentável, em abril de 2016, concluímos a fusão entre Banco Itaú Chile e CorpBanca, e agora detemos o controle da entidade resultante, o Itaú CorpBanca.

Consulte a [seção Nosso perfil, item Destaques de 2016, Eventos corporativos e parcerias](#) para mais informações.

Além disso, em 2016, pela primeira vez a Moody's atribuiu grau de investimento ao Itaú BBA International (sediado no Reino Unido), incluindo o rating A3 para o emissor e o rating para depósitos de longo prazo. Em seu release sobre os ratings, a Moody's reconheceu o fortalecimento do modelo de negócios e do balanço do Itaú BBA International.

Consulte a [seção Nosso perfil, item Nossos Negócios, Nossos Negócios Internacionais, Itaú BBA International](#), para mais detalhes sobre os negócios do Itaú BBA International.

Foco nas receitas não decorrentes de juros

Estamos constantemente focados na venda de novos produtos e serviços que acreditamos que agreguem valor a nossos clientes e que, ao mesmo tempo, possibilitem o crescimento de nossa receita de prestação de serviços. Esse aumento se deve principalmente ao crescimento do volume de pacotes de serviços vendidos. As novas contratações de pacotes de serviços de conta-corrente, o ajuste de serviços fornecidos aos nossos clientes de renda mais alta – Uniclass – e os serviços fornecidos pela nossa unidade de negócios Itaú Empresas também contribuíram para esse crescimento.

Além disso, continuamos a nos concentrar em nossos serviços securitários, o que inclui uma participação de 30% na Porto Seguro, operando com base no modelo de *bancassurance*, focado na comercialização de seguros massificados patrimoniais e de pessoas, amplamente comercializados pelo



varejo bancário. Como parte dessa estratégia, em outubro de 2014, anunciamos a alienação da operação de seguros de grandes riscos para o grupo ACE e a rescisão antecipada dos acordos operacionais entre a Via Varejo S.A. e nossa controlada Itaú Seguros S.A., relativos à oferta de seguro de garantia estendida nas lojas do Ponto Frio e das Casas Bahia.

Em setembro de 2016, celebramos um contrato de alienação de nossas operações de seguros de vida em grupo com a Prudential do Brasil. A transferência das ações e a liquidação financeira da operação ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, incluindo a obtenção das autorizações necessárias junto aos órgãos reguladores. Essa operação reforça nossa estratégia, já divulgada, de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao segmento de varejo bancário.

Melhoria contínua da eficiência

GRI 102-7 | GRI 103-2 | 103-3 Eficiência

Em 2010, estabelecemos um Programa de Eficiência com o objetivo de identificar, implantar e monitorar custos e receitas, além de promover uma forte cultura de eficiência operacional. Nos anos seguintes, focamos em aumentar a economia de custos, reduzindo custos desnecessários, promovendo a simplificação e a centralização de processos, promovendo ganhos de sinergia e combinando a administração de algumas unidades de negócios.

Em fevereiro de 2015, criamos a área executiva de Tecnologia e Operações com o objetivo de otimizar nossa estrutura de apoio ao crescimento do banco. Essa estrutura executiva nos permitirá organizar nossas operações de maneira mais simples e mais eficiente. Nosso compromisso é melhorar processos, simplificar operações e sermos mais eficientes em tudo o que fazemos, visando à máxima satisfação do cliente.

Ao longo de 2015 e 2016, aumentamos o número de agências digitais em resposta ao perfil dos nossos clientes, que inclui uma crescente demanda por serviços através de canais digitais. Os clientes das nossas agências digitais podem entrar em contato com seus gerentes de relacionamento entre 7h e meia-noite, de segunda a sexta-feira, por meio de diversos canais digitais. Assim, podemos fortalecer nosso relacionamento com os clientes e aumentar a eficiência e a rentabilidade das nossas operações.

Em 2016, lançamos o app “Abreconta”, que permitiu, no período de quatro meses, a abertura de cerca de 60.000 novas contas, exclusivamente através de canais móveis.

Manutenção da qualidade dos ativos em nossa carteira de crédito

Buscamos continuamente aprimorar nossos modelos de gestão de risco de crédito, nossas previsões econômicas e modelagens de cenários. Nos últimos quatro anos, nosso foco voltou-se para a melhoria da qualidade de nossos ativos, por meio de maior seletividade na concessão do crédito e na alteração de nosso *mix* de produtos da carteira de crédito, com prioridade para a venda de produtos de risco mais baixo, como crédito imobiliário e empréstimo consignado, e a redução na originação de carteiras de risco mais elevado, como a de financiamento de veículos.

Em 21 de janeiro de 2016, anunciamos que nossa subsidiária Itaú Unibanco S.A. assinou um Memorando de Entendimento não vinculante com Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A. e Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito (GIC). A GIC será estruturada como uma sociedade por ações e seu controle será compartilhado entre as partes, cada qual detendo 20% de seu capital social. A plataforma técnica e analítica da GIC será desenvolvida e implementada por meio de um contrato de prestação de serviços com a *LexisNexis® Risk Solutions FL Inc.*

A criação da GIC reafirma a confiança dos bancos no futuro do Brasil e do mercado de crédito, e permite um mercado mais forte e sustentável. A constituição da GIC está sujeita à execução dos acordos finais e ao cumprimento de certas condições.

Manutenção de uma base de capital sólida

Implementamos uma abordagem prospectiva para a gestão do capital. Nossa abordagem é composta das seguintes fases: (i) identificação e análise de riscos materiais, (ii) planejamento de capital, (iii) análise do teste de estresse focada no impacto de eventos severos em nosso nível de capitalização, (iv) manutenção de um plano de contingências, (v) avaliação interna da adequação do capital e (vi) preparação de relatórios da administração periódicos.

No final de dezembro de 2016, nosso índice de Basileia estava em 19,1%, assim distribuído: 15,9% relativos ao Capital de Nível 1, composto pela soma do Capital Principal e do Capital Complementar, e 3,2% relativos ao Capital de Nível 2. Esses indicadores fornecem evidência de nossa capacidade efetiva de absorção de perdas.

Além disso, nosso Índice de Cobertura de Liquidez (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) alcançou 212,8%. A exigência mínima do Banco Central para 2016 foi de 70%. Esse índice identifica ativos de alta liquidez para cobrir saídas (líquidas) às quais a instituição pode estar sujeita em um cenário de estresse severo considerando um período de 30 dias.



Em 2016, adquirimos 31,4 milhões de ações sem direito a voto⁽¹⁾ de emissão própria ao preço médio de R\$ 30,13 por ação⁽²⁾ com o objetivo de: (i) maximizar a alocação de capital através da aplicação eficiente dos recursos disponíveis; (ii) viabilizar a entrega de ações a funcionários e membros da administração da Empresa e suas subsidiárias, conforme os modelos de remuneração e planos de incentivos de longo prazo; e (iii) utilizar as ações adquiridas, caso surjam oportunidades de negócios no futuro.

Além disso, em junho de 2016, cancelamos 100 milhões de nossas ações em tesouraria sem direito a voto, sem alteração no capital, uma vez que a aquisição de nossas ações com seu subsequente cancelamento aumenta a participação do acionista no capital da Empresa e, caso o lucro líquido e a distribuição do percentual de lucro sejam mantidos, é possível registrar um retorno mais alto sobre dividendos e juros sobre capital próprio por ação.

Desenvolvimento de fortes relações com os clientes com base em sua segmentação

Continuaremos a trabalhar na estratégia de segmentação e identificação das necessidades dos clientes, na melhoria do relacionamento com nossa base de clientes e no aumento de nossa penetração no mercado. Acreditamos que nossas ferramentas e estratégias de segmentação de clientes proporcionam uma importante vantagem competitiva conquistada ao longo de mais de 25 anos. O nosso objetivo é satisfazer as necessidades financeiras dos clientes, por meio de uma ampla carteira de produtos, que inclui a venda cruzada de produtos bancários e securitários e a venda por meio de uma variedade de canais. Estamos focados em prestar os “melhores” serviços do mercado, para manter e elevar a satisfação do cliente e aumentar a lucratividade da carteira.

Como parte de nossa reorganização conduzida em 2015, agrupamos os segmentos Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo e criamos o segmento Banco de Varejo. Além disso, migramos nossas atividades de Private Banking, Gestão de Ativos e América Latina para nosso segmento de Atacado. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 34 – Informações por Segmento](#), para mais detalhes.

Transformação da experiência do cliente através da tecnologia

As tendências digitais crescem em ritmo exponencial. Todos os dias surgem novas maneiras de fazer negócios e usar e explorar conteúdos. Ao mesmo tempo, as pessoas estão cada vez mais abertas a experimentar o mundo de outras maneiras através da tecnologia. Reconhecemos que as necessidades de nossos clientes estão mudando cada vez mais rapidamente e

estamos atentos a tecnologias que tenham grande potencial para transformar os três níveis de relacionamento dos clientes com o banco: experiência (como novos canais, como internet e *mobile banking*), processamento (*big data* e inteligência artificial) e infraestrutura (uso de novas plataformas, como *blockchain*). Temos sido bastante ativos nas discussões pelo *blockchain* – tecnologia de suporte a moedas digitais e criptografadas – no segmento financeiro latino-americano. Estamos convencidos de que essa tecnologia pode viabilizar soluções que trazem mais eficiência para nossos negócios e melhores experiências para nossos clientes. Em abril de 2016, fomos a primeira empresa latino-americana a celebrar acordo de parceria com a R3, *startup* internacional de inovação que reúne mais de 70 das maiores instituições financeiras do mundo em um esforço internacional para desenvolver e implementar soluções inovadoras para o mercado a partir de tecnologias *ledger* compartilhadas, cuja base é o *blockchain*. Vimos estudando o *blockchain* e analisando como essa tecnologia pode mudar o setor financeiro e seus modelos de negócios.

A manipulação, a gestão e a análise de grandes volumes e variedades de dados (*Big Data*) tem sido uma realidade para o Itaú Unibanco já faz algum tempo. O banco tem evoluído seu *Data Lake* e dedicado times das áreas de negócios e de tecnologia para capturar e combinar novas fontes de informação, internas e externas, aos massivos conjuntos de dados transacionais. Acreditamos que o desenvolvimento de soluções para obter visões integradas dos clientes permite identificar o momento de vida e as necessidades específicas de cada indivíduo e, por isso, são fundamentais para que possamos antecipar suas necessidades e segmentá-los de maneira mais assertiva.

Além disso, contamos com novos profissionais talentosos entre nossos colaboradores. Cientistas de dados, especialistas em segurança digital e antifraude digital, pessoas dedicadas a estudar e desenvolver a experiência do cliente em canais digitais têm, de maneira colaborativa, participado de nossas equipes de *design*, CRM, tecnologia e negócios e seguem transformando o banco.

O trabalho dessa equipe, além de melhorar a análise dos modelos de crédito, risco, oferta e fraudes, pretende fornecer mecanismos para a automação de processos e os algoritmos de nossos sistemas, produtos e canais. Portanto, o banco espera entender os clientes cada vez mais e melhor e oferecer o produto certo no momento certo.

Nesse contexto, o Cubo Coworking Itaú tem sido um importante aliado, uma vez que, a partir dele, nos aproximamos e aprendemos com as últimas tecnologias e modelos de trabalho. Em setembro de 2016, o Cubo completou um ano de operação como um importante centro

(1) Quantidades ajustadas pelo bônus de 10% de outubro de 2016.

(2) Os valores referentes à recompra incluem taxas de corretagem e liquidação. Preços ajustados também pelo bônus de 10% de outubro de 2016.



tecnológico do Brasil. Neste período, promoveu conexões que foram fundamentais para alavancar negócios, ideias e iniciativas de uma nova geração de empreendedores e *startups* digitais.

Contexto deste Relatório

Este relatório anual consolidado unifica o conteúdo dos principais relatórios confeccionados anualmente como o Formulário 20-F, o Relatório Anual e o Prospecto de Dívida do Programa de Notas de Médio Prazo (Programa MTN). O Formulário 20-F, documento disponibilizado na *Exchange Securities and Commission* (SEC), nos EUA, foi a referência para o conteúdo do relatório aqui apresentado.

O relatório anual consolidado descreve nossa estratégia, estrutura, atividades e operações, usando uma linguagem simples e direta para que seja acessível a todos os públicos que possam vir a consultar este relatório.

As informações apresentadas estão em linha com o Pronunciamento 13 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM), uma iniciativa conjunta de entidades brasileiras que representam o mercado de capitais, cujo objetivo é melhorar a transparência e a divulgação de informações no mercado de capitais brasileiro.

Este relatório anual consolidado reúne dados apurados no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, apresentando a nossa estrutura corporativa e de negócios, governança e desempenho financeiro, entre outros assuntos. O relatório também abrange informações sobre todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa do Itaú Unibanco Holding. Quaisquer potenciais alterações ou impactos sobre os dados coletados como resultado de certas transações, a aquisição ou venda de ativos ou outras alterações significativas para os negócios serão sinalizados ao longo deste relatório. O relatório anual consolidado está dividido nas seguintes seções: (i) Contexto; (ii) Nosso perfil; (iii) Nossa governança; (iv) Nossa gestão de risco; (v) Desempenho; e (vi) Anexos. [GRI 102-1](#) | [GRI 102-49](#) | [GRI 102-50](#) | [GRI 102-52](#)

A auditoria das nossas demonstrações contábeis, seguindo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), é realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC).

Documentos disponibilizados

Estamos sujeitos às exigências de informações aplicáveis aos emissores privados estrangeiros previstas sob o aditamento à *U.S. Securities Exchange Act* de 1934. Dessa forma, somos obrigados a arquivar relatórios e outras informações na SEC, inclusive os relatórios anuais no Formulário 20-F e os relatórios no Formulário 6-K. Os relatórios e outras informações por nós arquivados na SEC podem ser

examinados e copiados nas instalações de consulta pública mantidas pela SEC na 100 *F Street*, N.W., Washington, D.C. 20549. Cópias dos materiais podem ser obtidas pelo correio, solicitando-as à *Public Reference Room* da SEC, em 100 *F Street*, N.W., Washington, D.C. 20549 mediante o pagamento das taxas determinadas. O público pode obter informações sobre o funcionamento da *Public Reference Room* da SEC contatando a SEC nos Estados Unidos pelo telefone 1-800-SEC-0330. Além disso, a SEC mantém o website no endereço www.sec.gov, onde é possível acessar esses materiais por meio eletrônico, inclusive este Relatório Anual e seus respectivos anexos. Também arquivamos demonstrações contábeis e outros relatórios periódicos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), localizada à Rua Sete de Setembro, 111 – Rio de Janeiro – RJ – 20050-901 – Brasil. A CVM mantém um website no endereço www.cvm.gov.br.

Cópias de nosso Relatório Anual no Formulário 20-F estarão disponíveis para consulta, mediante solicitação, em nossos escritórios localizados à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Conceição, 9º andar – São Paulo – SP – 04344-902 – Brasil.

Os investidores podem receber uma cópia impressa deste relatório anual consolidado, inclusive das nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas referentes ao último exercício fiscal, sem custo, solicitando uma cópia ao nosso Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br, mencionando as informações para contato e o endereço completo. Comentários e sugestões em relação a este relatório podem ser enviados ao mesmo endereço eletrônico. [GRI 102-53](#)

Leitura deste Relatório

Neste Relatório, os termos:

- **“Itaú Unibanco Holding”, “Grupo Itaú Unibanco”, “nós”, “nos” ou “nosso”** referem-se ao Itaú Unibanco Holding S.A. e todas as suas subsidiárias e coligadas consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma; [GRI 102-45](#)
- **“Itaú Unibanco”** refere-se ao Itaú Unibanco S.A. com as suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **“Itaú BBA”** refere-se ao Banco Itaú BBA S.A. e suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **“Brasil”** refere-se à República Federativa do Brasil;
- **“Governo brasileiro”** refere-se ao governo federal da República Federativa do Brasil;
- **“Banco Central”** refere-se ao Banco Central do Brasil;
- **“CMN”** refere-se ao Conselho Monetário Nacional;
- **“CVM”** refere-se à Comissão de Valores Mobiliários;
- **“Ações preferenciais” e “ações ordinárias”** referem-se às ações preferenciais e ordinárias autorizadas e em circulação sem valor nominal;
- **“ADSS”** referem-se às nossas Ações Depositárias Americanas (uma [1] ADS representa uma [1] ação preferencial);



- “R\$”, “reais” ou “real” referem-se ao real, a moeda oficial do Brasil; e
- “US\$”, “dólares” ou “dólares dos EUA” referem-se aos dólares dos Estados Unidos.

Adicionalmente, acrônimos utilizados repetidamente neste relatório anual, termos técnicos e expressões específicas do mercado serão explicados ou detalhados na [seção Anexos, item Glossário](#), assim como o nome completo de nossas principais subsidiárias e outras entidades referenciadas neste relatório anual consolidado.

A data-base para as informações quantitativas dos saldos apresentados neste relatório anual consolidado é 31 de dezembro de 2016 e, para os resultados, é o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto quando indicado.

Nosso ano fiscal termina em 31 de dezembro e as alusões neste relatório anual consolidado a qualquer ano fiscal específico referem-se ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro daquele mesmo ano.

As informações constantes deste relatório anual são precisas apenas com referência à data em que foram consolidadas ou à data deste documento, conforme o caso. Nossas atividades, situação financeira e patrimonial, resultado das operações e perspectivas podem ter mudado desde esse período.

Este documento contém informações, incluindo dados estatísticos sobre determinados mercados e nossa posição competitiva. Exceto quando indicado de forma diferente, esta informação é retirada ou derivada de fontes externas. Indicamos o nome da fonte externa em cada caso específico, quando apresentados dados setoriais neste relatório anual consolidado. Não podemos garantir a precisão das informações extraídas de fontes externas, ou em relação às estimativas internas de um terceiro que, utilizando métodos diferentes, poderia obter as mesmas estimativas que aquelas que apresentamos neste relatório.

As informações contidas nos sites ou acessíveis através deles mencionadas neste relatório anual não fazem parte deste relatório, a menos que especifiquemos que são incorporadas por referência e fazem parte deste relatório. Todas as referências neste relatório aos websites são referências textuais inativas e apenas para informação.

Informações prospectivas

Este relatório anual consolidado contém informações que são ou podem constituir informações prospectivas, de acordo com o significado da Seção 27A da Lei das Sociedades por Ações de 1933 dos EUA, conforme alterada, e Seção 21E da Lei das Sociedades por Ações de 1934 dos EUA, conforme alterada. Tais informações prospectivas se baseiam, em grande parte, nas nossas expectativas e projeções atuais com

respeito a acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetam nossas atividades. Essas informações prospectivas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições que incluem, entre outros riscos:

- Condições gerais econômicas, políticas e comerciais no Brasil e as variações nos índices de inflação, nas taxas de juros e de câmbio, e o desempenho dos mercados financeiros;
- Condições gerais econômicas e políticas no exterior e, em particular, nos países em que operamos;
- Normas governamentais e legislação fiscal e respectivas alterações;
- Desdobramentos de investigações de grande visibilidade atualmente em curso e seu impacto nos clientes e na nossa exposição fiscal;
- Turbulências e volatilidades nos mercados financeiros globais;
- Aumentos nas exigências referentes a reservas e depósitos compulsórios;
- Regulação e liquidação do nosso negócio de forma consolidada;
- Obstáculos para os detentores de nossas ações e ADSs receberem dividendos;
- Falha ou violação de nossos sistemas ou infraestrutura operacionais e de segurança;
- Fortalecimento da concorrência e consolidação do setor;
- Alterações em nossas carteiras de crédito e no valor dos nossos títulos e valores;
- Perdas associadas às exposições das contrapartes;
- Nossa exposição à dívida brasileira pública;
- Metodologias incorretas de precificação de produtos de seguro, previdência e capitalização e reservas inadequadas;
- Eficácia de nossas políticas de gestão de risco;
- Danos à nossa reputação;
- Capacidade de nosso acionista controlador de dirigir nosso negócio;
- Dificuldades na integração dos negócios adquiridos ou incorporados;
- Efeitos de questões socioambientais; e
- Outros fatores de risco expostos na [seção Nossa Gestão de Risco, item Fatores de Risco](#).

As palavras “acreditar”, “poder”, “dever”, “estimar”, “continuar”, “prever”, “pretender”, “esperar” e semelhantes são usadas para caracterizar declarações prospectivas, mas não são formas exclusivas de identificação de tais declarações. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever informações prospectivas devido a novas informações, acontecimentos futuros ou outros fatores. Em vista desses riscos e incertezas, as informações, os fatos e as circunstâncias prospectivos expostos neste Relatório Anual podem não vir a ocorrer. Nossos resultados e desempenho efetivos podem diferir substancialmente daqueles previstos nessas informações prospectivas.



Sobre nossas informações contábeis

Nossas demonstrações contábeis consolidadas, incluídas neste Relatório Anual Consolidado, são preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações contábeis consolidadas referentes aos exercícios de 2016, 2015, 2014, 2013 e 2012, incluídas neste relatório, foram elaboradas em conformidade com o IFRS.

Usamos práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para instituições autorizadas a operar pelo Banco Central ("BRGAAP") em nossos relatórios aos nossos acionistas brasileiros, nos registros na CVM e para a apuração de pagamento de dividendos e de passivos fiscais.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras que atendem certos critérios, como o Itaú Unibanco Holding, devem apresentar Demonstrações Contábeis Completas de acordo com o IFRS, emitido pelo IASB, assim como as Demonstrações Contábeis Completas em BRGAAP.

[Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 34 – Informações por Segmento](#), para mais detalhes sobre as principais diferenças entre nossos sistemas de relatórios gerenciais e as Demonstrações Contábeis Completas de acordo com o IFRS.

Nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2016 e 2015 e ao período de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), uma empresa de auditoria independente, conforme declarado no parecer incluído na [seção Desempenho, item Desempenho Financeiro deste Relatório](#).

[Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas](#), para mais detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas na preparação de nossas Demonstrações Contábeis Completas de acordo com o IFRS.





2_Nosso perfil

Nossa cultura e nossos valores direcionam as nossas atitudes para uma atuação ética, meritocrática e transparente. Conheça nossa história, nossos negócios e diferenciais competitivos

Nosso perfil

GRI 102-7

Em números

Dados financeiros selecionados – IFRS

Os dados financeiros apresentados devem ser lidos em conjunto com a [seção Desempenho, item Resultados e Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\)](#), contidos neste relatório anual consolidado.

Os dados constantes das tabelas a seguir são extraídos de nossas Demonstrações Contábeis Completas auditadas, referentes aos exercícios apresentados, elaboradas de acordo com o IFRS emitido pelo IASB, salvo indicação em contrário.

Ativo	Em 31 de dezembro de											Variação	
	2016	2015	2014	2013	2012	2016-2015	%	2015-2014	%	2014-2013	%	2013-2012	%
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)													
Disponibilidades	18.542	18.544	17.527	16.576	13.967	(2)	(0,0)	1.017	5,8	951	5,7	2.609	18,7
Depósitos compulsórios no Banco Central	85.700	66.556	63.106	77.010	63.701	19.144	28,8	3.450	5,5	(13.904)	(18,1)	13.309	20,9
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.692	30.525	23.081	25.660	23.826	(7.833)	(25,7)	7.444	32,3	(2.579)	(10,1)	1.834	7,7
Aplicações no mercado aberto	265.051	254.404	208.918	138.455	162.737	10.647	4,2	45.486	21,8	70.463	50,9	(24.282)	(14,9)
Ativos financeiros mantidos para negociação	204.648	164.311	132.944	148.860	145.516	40.337	24,5	31.367	23,6	(15.916)	(10,7)	3.344	2,3
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado	1.191	642	733	371	220	549	85,5	(91)	(12,4)	362	97,6	151	68,6
Derivativos	24.231	26.755	14.156	11.366	11.597	(2.524)	(9,4)	12.599	89,0	2.790	24,5	(231)	(2,0)
Ativos financeiros disponíveis para venda	88.277	86.045	78.360	96.626	90.869	2.232	2,6	7.685	9,8	(18.266)	(18,9)	5.757	6,3
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	40.495	42.185	34.434	10.116	3.202	(1.690)	(4,0)	7.751	22,5	24.318	240,4	6.914	215,9
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, líquidas	463.394	447.404	430.039	389.467	341.271	15.990	3,6	17.365	4,0	40.572	10,4	48.196	14,1
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	490.366	474.248	452.431	411.702	366.984	16.118	3,4	21.817	4,8	40.729	9,9	44.718	12,2
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.972)	(26.844)	(22.392)	(22.235)	(25.713)	(128)	0,5	(4.452)	19,9	(157)	0,7	3.478	(13,5)
Outros ativos financeiros	53.917	53.506	53.649	47.592	44.492	411	0,8	(143)	(0,3)	6.057	12,7	3.100	7,0
Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto	5.073	4.399	4.090	3.931	3.005	674	15,3	309	7,6	159	4,0	926	30,8
Ágio	9.675	2.057	1.961	1.905	-	7.618	370,3	96	4,9	56	2,9	1.905	100,0
Imobilizado, líquido	8.042	8.541	8.711	6.564	5.628	(499)	(5,8)	(170)	(2,0)	2.147	32,7	936	16,6
Ativos intangíveis, líquido	7.381	6.295	6.134	5.797	4.671	1.086	17,3	161	2,6	337	5,8	1.126	24,1
Ativos fiscais	44.274	52.149	35.243	34.742	32.412	(7.875)	(15,1)	16.906	48,0	501	1,4	2.330	7,2
Bens destinados à venda	631	486	196	117	117	145	29,8	290	148,0	79	67,5	-	0,0
Outros ativos	10.027	11.611	13.921	12.142	9.923	(1.584)	(13,6)	(2.310)	(16,6)	1.779	14,7	2.219	22,4
Total do ativo	1.353.241	1.276.415	1.127.203	1.027.297	957.154	76.826	6,02	149.212	13,2	99.906	9,7	70.143	7,3
Ativos médios remunerados ⁽¹⁾	1.151.430	1.070.450	955.416	882.472	784.686	80.980	7,6	115.034	12,0	72.944	8,3	97.786	12,5
Ativos médios não remunerados ⁽¹⁾	159.779	115.596	97.526	83.025	70.758	44.183	38,2	18.070	18,5	14.501	17,5	12.267	17,3
Ativos médios totais ⁽¹⁾	1.311.209	1.186.046	1.052.942	965.497	855.444	125.163	10,6	133.104	12,6	87.445	9,1	110.053	12,9

(1) Calculamos o saldo médio com base nos saldos contábeis mensais. Consulte a [seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimonial](#) para maiores detalhes.

Passivo	Em 31 de dezembro de											Variação	
	2016	2015	2014	2013	2012	2016-2015	%	2015-2014	%	2014-2013	%	2013-2012	%
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)													
Depósitos	329.414	292.610	294.773	274.383	243.200	36.804	12,6	(2.163)	(0,7)	20.390	7,4	31.183	12,8
Captações no mercado aberto	349.164	336.643	288.683	266.682	267.405	12.521	3,7	47.960	16,6	22.001	8,2	(723)	(0,3)
Passivos financeiros mantidos para negociação	519	412	520	371	642	107	26,0	(108)	(20,8)	149	40,2	(271)	(42,2)
Derivativos	24.698	31.071	17.350	11.405	11.069	(6.373)	(20,5)	13.721	79,1	5.945	52,1	336	3,0
Recursos de mercados interbancários	135.483	156.886	122.586	111.376	97.073	(21.403)	(13,6)	34.300	28,0	11.210	10,1	14.303	14,7
Recursos de mercados institucionais	96.239	93.918	73.242	72.055	72.028	2.321	2,5	20.676	28,2	1.187	1,6	27	0,0
Outros passivos financeiros	71.832	68.715	71.492	61.274	50.255	3.117	4,5	(2.777)	(3,9)	10.218	16,7	11.019	21,9
Provisões de seguro e previdência privada	154.076	129.305	109.778	99.023	90.318	24.771	19,2	19.527	17,8	10.755	10,9	8.705	9,6
Passivos de planos de capitalização	3.147	3.044	3.010	3.032	2.892	103	3,4	34	1,1	(22)	(0,7)	140	4,8
Provisões	20.909	18.994	17.027	18.862	19.209	1.915	10,1	1.967	11,6	(1.835)	(9,7)	(347)	(1,8)
Obrigações fiscais	5.836	4.971	4.465	3.794	7.109	865	17,4	506	11,3	671	17,7	(3.315)	(46,6)
Outros passivos	27.110	25.787	23.660	20.848	19.956	1.323	5,1	2.127	9,0	2.812	13,5	892	4,5
Total do passivo	1.218.427	1.162.356	1.026.586	943.105	881.156	56.071	4,8	135.770	13,2	83.481	8,9	61.949	7,0
Capital social	97.148	85.148	75.000	60.000	45.000	12.000	14,1	10.148	13,5	15.000	25,0	15.000	33,3
Ações em tesouraria	(1.882)	(4.353)	(1.328)	(1.854)	(1.523)	2.471	(56,8)	(3.025)	227,8	526	(28,4)	(331)	21,7
Capital adicional integralizado	1.785	1.733	1.508	984	888	52	3,0	225	14,9	524	53,3	96	10,8
Reservas integralizadas	3.443	10.067	8.210	13.468	22.423	(6.624)	(65,8)	1.857	22,6	(5.258)	(39,0)	(8.955)	(39,9)
Reservas a integralizar	25.362	20.947	16.301	12.138	7.379	4.415	21,1	4.646	28,5	4.163	34,3	4.759	64,5
Resultado abrangente acumulado	(3.274)	(1.290)	(431)	(1.513)	1.735	(1.984)	153,8	(859)	199,3	1.082	(71,5)	(3.248)	(187,2)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	122.582	112.252	99.260	83.223	75.902	10.330	9,2	12.992	13,1	16.037	19,3	7.321	9,6
Participações de acionistas não controladores	12.232	1.807	1.357	969	96	10.425	576,9	450	33,2	388	40,0	873	909,4
Total do patrimônio líquido	134.814	114.059	100.617	84.192	75.998	20.755	18,2	13.442	13,4	16.425	19,5	8.194	10,8
Total do passivo e patrimônio líquido	1.353.241	1.276.415	1.127.203	1.027.297	957.154	76.826	6,0	149.212	13,2	99.906	9,7	70.143	7,3
Passivos médios remunerados ⁽¹⁾	969.461	875.904	793.069	738.535	649.026	93.557	10,7	82.835	10,4	54.534	7,4	89.509	13,8
Passivos médios não remunerados ⁽¹⁾	214.024	203.376	169.247	148.215	130.293	10.648	5,2	34.129	20,2	21.032	14,2	17.922	13,8
Patrimônio líquido total médio ⁽¹⁾	127.724	106.766	90.626	78.747	76.125	20.958	19,6	16.140	17,8	11.879	15,1	2.622	3,4
Passivo e patrimônio líquido total médio ⁽¹⁾	1.311.209	1.186.046	1.052.942	965.497	855.444	125.163	10,6	133.104	12,6	87.445	9,1	110.053	12,9

(1) Calculamos o saldo médio com base nos saldos contábeis mensais. Consulte a [seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimonial](#) para maiores detalhes.

Demonstração do Resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de											Variação	
	2016	2015	2014	2013	2012	2016-2015	%	2015-2014	%	2014-2013	%	2013-2012	%
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)													
Produto bancário	118.661	92.011	91.657	79.387	81.172	26.650	29,0	354	0,4	12.270	15,5	(1.785)	(2,2)
Perdas com créditos e sinistros	(22.122)	(21.335)	(15.801)	(14.870)	(21.354)	(787)	3,7	(5.534)	35,0	(931)	6,3	6.484	(30,4)
Produto bancário líquido de perdas com créditos e sinistros	96.539	70.676	75.856	64.517	59.818	25.863	36,6	(5.180)	(6,8)	11.339	17,6	4.699	7,9
Despesas gerais e administrativas	(50.904)	(47.626)	(42.550)	(39.914)	(38.080)	(3.278)	6,9	(5.076)	11,9	(2.636)	6,6	(1.834)	4,8
Despesas tributárias	(7.971)	(5.405)	(5.063)	(4.341)	(4.497)	(2.566)	47,5	(342)	6,8	(722)	16,6	156	(3,5)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	528	620	565	603	175	(92)	(14,8)	55	9,7	(38)	(6,3)	428	244,6
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.898)	(8.965)	(7.209)	(7.503)	(7.716)	5.067	(56,5)	(1.756)	24,4	294	(3,9)	213	(2,8)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.712)	16.856	262	3.160	3.491	(27.568)	(163,6)	16.594	6.333,6	(2.898)	(91,7)	(331)	(9,5)
Lucro líquido	23.582	26.156	21.861	16.522	13.191	(2.574)	(9,8)	4.295	19,6	5.339	32,3	3.331	25,3
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	23.263	25.740	21.555	16.424	12.634	(2.477)	(9,6)	4.185	19,4	5.131	31,2	3.790	30,0
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	319	416	306	98	557	(97)	(23,3)	110	35,9	208	212,2	(459)	(82,4)



Lucro e dividendo por ação	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2016	2015	2014	2013	2012
	(Em R\$, exceto número de ações)				
Lucro básico por ação ⁽¹⁾⁽²⁾					
Ordinárias	3,57	3,91	3,26	2,48	1,91
Preferenciais	3,57	3,91	3,26	2,48	1,91
Lucro diluído por ação ⁽¹⁾⁽²⁾					
Ordinárias	3,54	3,89	3,24	2,47	1,90
Preferenciais	3,54	3,89	3,24	2,47	1,90
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ⁽³⁾					
Ordinárias	1,58	1,24	1,22	1,03	1,00
Preferenciais	1,58	1,24	1,22	1,03	1,00
Média ponderada das ações em circulação ⁽¹⁾ – básica					
Ordinárias	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais	3.171.215.661	3.228.881.081	3.266.347.063	3.257.578.674	3.263.003.810
Média ponderada do número de ações em circulação – diluída ⁽¹⁾					
Ordinárias	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais	3.216.235.372	3.270.734.307	3.305.545.129	3.289.183.380	3.295.238.153

(1) As informações por ação relacionadas a 2015, 2014, 2013 e 2012 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2016, 2015, 2014 e 2013 conforme apropriado.

(2) O lucro por ação foi calculado seguindo o método "Duas Classes" estabelecido pelo IAS 33 – Lucro por Ação. Consulte a [seção Nosso Perfil, item Nossas Ações, Informações para o investidor, Pagamento de acionistas](#) para mais detalhes sobre nossas duas classes de ações. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 28 – Lucro por ação](#) para mais detalhes sobre o cálculo do lucro por ação.

(3) Consulte a [seção Nosso Perfil, item Nossas Ações, Informações para o investidor, Pagamento de acionistas](#) e [seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório](#) para mais detalhes. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 21b – Patrimônio líquido – Dividendos](#) para maiores detalhes.

Lucro e dividendo por ação	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2016	2015 ⁽¹⁾	2014 ⁽¹⁾	2013 ⁽¹⁾	2012 ⁽¹⁾
	(Em US\$)				
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ⁽²⁾⁽³⁾					
Ordinárias	0,48	0,32	0,46	0,44	0,49
Preferenciais	0,48	0,32	0,46	0,44	0,49

(1) As informações por ação relacionadas a 2015, 2014, 2013 e 2012 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2016, 2015, 2014 e 2013 conforme apropriado.

(2) Nos termos da legislação societária brasileira, podemos pagar juros sobre capital próprio como alternativa ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. Consulte a [seção Nosso Perfil, item Nossas Ações, Informações para o investidor, Pagamento de acionistas](#) e [seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório](#) para mais detalhes sobre juros sobre capital próprio.

(3) Convertido de reais para dólares dos Estados Unidos pela taxa de câmbio de venda estabelecida pelo Banco Central no final do exercício em que os dividendos ou os juros sobre capital próprio foram pagos ou declarados, conforme o caso.

Índices consolidados selecionados

Liquidez	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2016	2015	2014	2013	2012
	(%)				
Empréstimos e arrendamento mercantil como porcentagem do total de depósitos ⁽¹⁾	148,9	162,1	153,5	150,0	150,9
Patrimônio líquido total como porcentagem do total dos ativos ⁽²⁾	10,0	8,9	8,9	8,2	7,9

(1) Operações de crédito e arrendamento mercantil no final do exercício divididas pelo total de depósitos no final do exercício.

(2) Total do patrimônio líquido no final do exercício dividido pelo total de ativos no final do exercício.

10% de bônus para as ações do Itaú Unibanco

Em outubro de 2016, nossos acionistas concederam uma nova ação para cada dez ações da mesma classe. O custo unitário de R\$ 20,05 foi atribuído a essas ações, impactando o preço médio para nossos acionistas. Pelo quarto ano consecutivo, concedemos a nossos acionistas um bônus de 10% e um dividendo mensal no valor de R\$ 0,015 por ação. Portanto, levando em conta as quatro últimas gratificações concedidas nos últimos quatro anos, haveria um aumento de 46% nos valores mensais concedidos aos acionistas.

Programa de recompra de ações

Em 2016, adquirimos 31.439.000 ações sem direito a voto, de emissão própria, ao valor de R\$ 947,4 milhões a um preço médio de R\$ 30,13 por ação. O valor das ações adquiridas e o preço médio foram ajustados de acordo com o bônus de 10% em outubro de 2016. Esse preço médio também inclui taxas de liquidação e corretagem.

O processo de recompra de ações tem por objetivo: (i) maximizar a alocação de capital através da aplicação eficiente de recursos disponíveis; (ii) viabilizar a entrega de ações a nossos funcionários

Destaques de 2016 [GRI 102-10](#) | [GRI 102-49](#)

Eventos societários

Mudanças na administração

Em 9 de novembro de 2016, divulgamos a sucessão do atual CEO, de acordo com o processo de transição planejado e anunciado ao mercado há mais de dois anos. Anunciamos ainda uma série de mudanças em nosso Comitê Executivo. Consulte a [seção Nossa Governança, item Nossos Conselheiros e Diretores Executivos](#) para mais detalhes sobre as mudanças em nossa administração.

e membros de nossa administração e a participação de nossas subsidiárias no âmbito dos modelos de remuneração e planos de incentivos a longo prazo; e (iii) utilizar as ações adquiridas se surgirem oportunidades de negócios no futuro.

Cancelamento de ações em tesouraria

Em junho de 2016, após obter aprovações de órgãos reguladores, cancelamos 100 milhões de ações em tesouraria, sem direito a voto, sem alteração no capital.

A aquisição de nossas ações, com seu subsequente cancelamento, aumenta a participação do acionista no capital da Empresa e, caso o lucro líquido e a distribuição do percentual de lucro sejam mantidos, será possível registrar um retorno mais alto sobre dividendos e juros sobre capital próprio por ação para os demais acionistas.

O saldo das ações em tesouraria totalizou 69.604.462 ações sem direito a voto em dezembro de 2016, equivalente a 2,2% do *free float* do mesmo tipo. Adicionalmente, em janeiro de 2017, recomparamos 6,35 milhões de ações sem direito a voto.

Pagamento de dividendos

Em 1º de agosto de 2016, nosso Conselho de Administração declarou juros sobre capital próprio no valor de R\$ 0,39900 por ação (ou R\$ 0,33915 por ação, líquido de impostos), que foram pagos em 25 de agosto de 2016 a todos os acionistas registrados no fechamento do pregão de 12 de agosto de 2016.

Em 9 de dezembro de 2016, nosso Conselho de Administração declarou juros sobre capital próprio no valor de R\$ 0,47140 por ação (ou R\$ 0,40069 por ação, líquido de impostos), que foram pagos em 3 de março de 2017 (conforme declarado pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2017) a todos os acionistas registrados no fechamento do pregão de 22 de dezembro de 2016.

Em 6 de fevereiro de 2017, nosso Conselho de Administração alterou o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio do Itaú Unibanco, que devem variar de 35% a 45% do lucro líquido consolidado recorrente nos próximos anos. Neste contexto, foi aprovado pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 0,77540 por ação (ou R\$ 0,65909 por ação, líquido de impostos), que foram pagos em 3 de março de 2017 a todos os acionistas registrados no fechamento do pregão de 20 de fevereiro de 2017. É importante ressaltar que a faixa de pagamento mínimo está sujeita a mudanças por conta de fusões e aquisições, mudanças na regulamentação fiscal, modificações nas normas de órgãos reguladores e alterações significativas nos ativos ponderados pelo risco (RWA). Os eventos que podem vir a alterar o pagamento líquido descrito acima não são exaustivos, ou seja, constituem exemplos de situações que podem afetar o valor do pagamento. A faixa de pagamento mínimo está sujeita a alterações, mas sempre considera a distribuição mínima estipulada no estatuto.

Portanto, o total dos juros sobre capital próprio pagos em 3 de março de 2017, líquido de imposto de renda, totalizou R\$ 1,05978 por ação.

Somando os valores distribuídos durante o ano fiscal de 2016 ao valor distribuído em 3 de março de 2017, nossos acionistas receberam R\$ 1,5789 por ação (líquido de imposto de renda), totalizando R\$ 10,0 bilhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, um valor equivalente a 45% do lucro líquido consolidado recorrente para 2016, um aumento de 36,9% quando comparado com o ano fiscal de 2015. Se consideramos o lucro líquido consolidado, o pagamento aumentou de 31,3% em 2015 para 46,2% em 2016.

Fusões, aquisições e parcerias

Gestora de inteligência de crédito

Em janeiro de 2016, anunciamos que nossa controlada Itaú Unibanco S.A. assinou um Memorando de Entendimento ("MoU") não vinculante com Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A. e Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito ("GIC"). A GIC será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado entre as partes do MoU, cada qual detendo 20% de seu capital social. Seu conselho de administração será composto por membros indicados pelas partes e seus executivos se dedicarão com exclusividade às atividades da GIC, preservando a natureza independente da administração da GIC. A plataforma técnica e analítica da GIC será desenvolvida e implementada por meio de um contrato de prestação de serviços com a *LexisNexis® Risk Solutions FL Inc.*

Em novembro de 2016, a operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) com certas restrições. Dessa forma, todas as aprovações regulatórias necessárias foram obtidas. A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos.

Aquisição da Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em março de 2016, após obter as autorizações regulatórias pertinentes, concluímos a aquisição de (i) 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A., sendo que 81,94% foram adquiridos do Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e 7,14% de outros acionistas, bem como (ii) aproximadamente 70% de uma carteira de R\$ 38 bilhões em direitos de crédito detidos pelo BTG.

Itaú CorpBanca

Em abril de 2016, concluímos a fusão do Banco Itaú Chile com o CorpBanca e, como resultado, adquirimos o controle da entidade resultante – Itaú CorpBanca. Nessa mesma data, celebramos um acordo de acionistas do Itaú CorpBanca (“Acordo de Acionistas do Itaú CorpBanca”), que nos dá o direito de indicar, em conjunto com o Corp Group, antigo controlador do CorpBanca, a maioria dos membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca. Esses membros são nomeados de acordo com a participação acionária de cada uma das partes, e nós temos o direito de eleger a maioria dos membros eleitos por esse bloco. Também nessa mesma data, o Itaú Unibanco consolidou o Itaú CorpBanca em suas demonstrações financeiras, acrescentando aproximadamente R\$ 114 bilhões de ativos em seu balanço patrimonial.

Em outubro de 2016, adquirimos 10,9 bilhões de ações do Itaú CorpBanca por aproximadamente R\$ 288,1 milhões, em conformidade com o Acordo de Acionistas do Itaú CorpBanca, e aumentamos nossa participação de 33,58% para 35,71%, sem alterar a governança do Itaú CorpBanca.

Em janeiro de 2017, celebramos um aditamento ao acordo (*Transaction Agreement*), estabelecendo (i) o adiamento da data de aquisição das ações detidas pelo *Corp Group no Banco CorpBanca Colombia S.A.* (“CorpBanca Colômbia”) de 29 de janeiro de 2017 para 28 de janeiro de 2022, sujeito ao recebimento das aprovações regulatórias aplicáveis; (ii) a modificação da estrutura previamente definida para a combinação das operações do Itaú Unibanco e do Itaú CorpBanca na Colômbia, a qual será implementada por meio de uma compra e venda de ativos e passivos; e (iii) a substituição da obrigação de realizar uma oferta pública inicial (IPO) do CorpBanca Colômbia pela obrigação de registrar o CorpBanca Colômbia como uma empresa de capital aberto e listar suas ações na bolsa de valores colombiana.

Aliança com a MasterCard no mercado de soluções em pagamentos no Brasil

Em maio de 2016, o Tribunal do CADE aprovou, com determinadas restrições, um acordo de sete anos entre nossa controlada Itaú Unibanco S.A. e a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. (“MasterCard”), para a criação de uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil (“Aliança Estratégica”), para operar, por meio de uma empresa controlada pela MasterCard, um novo arranjo de pagamento sob uma bandeira de aceitação nacional e internacional.

Venda das operações de seguro de vida coletivo

Em setembro de 2016, celebramos um acordo de venda das operações de seguro de vida coletivo para a Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. A transferência das ações e da liquidação financeira dessa transação ocorrerão mediante o cumprimento de certas condições previstas no acordo. Essa transação reforça nossa estratégia, já divulgada, de focar em produtos de seguro massificados, geralmente relacionados com o segmento Banco de Varejo.

Aquisição do negócio de varejo do Citibank no Brasil

Em outubro de 2016, celebramos um contrato (*Equity Interest Purchase Agreement*) com o Citibank para a aquisição de seu negócio de varejo no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, bem como as participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN – Tecnologia Bancária S.A. e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização.

O negócio de varejo do Citibank no Brasil (que inclui 71 agências) contava, na data da assinatura do contrato, com aproximadamente 315.000 clientes do segmento de varejo, aproximadamente 1,1 milhão de cartões de crédito e uma carteira de crédito de aproximadamente R\$ 6 bilhões e, na data-base de 31 de dezembro de 2015, aproximadamente R\$ 35 bilhões em depósitos e ativos sob gestão. Estimamos que o impacto em nosso capital principal (Tier I) resultante dessa transação seria de aproximadamente 40 bps (utilizando metodologias de Basileia III).

A conclusão dessa transação está sujeita ao cumprimento de certas condições, incluindo a obtenção de aprovações do Banco Central do Brasil e do CADE.

Aquisição das ações do Itaú BMG Consignado

Em dezembro de 2016, após obter as autorizações regulatórias necessárias e atender as devidas condições, concluímos a aquisição da totalidade da participação acionária detida pelo BMG no Banco Itaú BMG Consignado S.A., correspondente a 40% do capital total do Itaú BMG Consignado. Pagamos o valor de R\$ 1,46 bilhão e passamos a deter 100% do capital total.

Temos mantido nossa posição como instituição líder de mercado entre os bancos nesse segmento. Em 31 de dezembro de 2016, nossa carteira de crédito consignado totalizou R\$ 44,6 bilhões, incluindo as operações do Itaú BMG Consignado.

Prêmios e reconhecimentos

Em 2016, recebemos uma série de prêmios e reconhecimentos que contribuíram para fortalecer nossa reputação. Alguns de nossos prêmios e conquistas mais relevantes estão listados a seguir:

- **Prêmio Latin American Excellence (revista Communication Director – janeiro de 2016)** – O Itaú recebeu esse prêmio na categoria *CSR Report*, com seu Relato Integrado de 2014. O *Latin American Excellence Awards* reconhece conquistas em Relações Públicas e Comunicações entre as empresas da América Latina que concorrem ao prêmio. A premiação é organizada pela revista *Communication Director*, publicação trimestral europeia, sediada na Alemanha, voltada para tomadores de decisões globais nas áreas de comunicação, relações públicas e assuntos públicos. Sua cobertura internacional alcança os cinco continentes.
- **Company Award 2016 (Trade Finance – janeiro de 2016)** – O Itaú BBA venceu o *Company Award 2016* na categoria “Melhor banco comercial” do Brasil. Essa premiação é organizada pela *Trade Finance*, unidade de serviços de análise de operações e notícias financeiras da revista *Euromoney*.
- **Prêmio IF Design (International Forum Design GmbH – janeiro de 2016)** – O *International Forum Design* tem mais de 60 anos de existência e é considerado um dos mais altos reconhecimentos do mundo. Os vencedores recebem o selo de qualidade IF, símbolo reconhecido globalmente como o ápice da excelência no mercado. O projeto vencedor do Itaú foi o Cubo, na disciplina Comunicação, e categoria 3.05 – “Identidade da Marca”.
- **Prêmio International Visual Identity Awards (Left Bank – fevereiro de 2016)** – O Itaú ganhou o prêmio na categoria Serviços Financeiros. O *International Visual Identity Awards* é uma competição independente, não relacionada com nenhuma grande empresa ou corporação de mídia. O prêmio foi desenhado por pessoas com paixão pelo bom design e tem parceria com o *Left Bank*. Essa foi a terceira edição do prêmio.
- **Deals of the Year (The Banker – abril de 2016)** – O Itaú BBA foi reconhecido na categoria “Americas – Equities”, com o *follow-on* da Telefônica, uma transação que levantou R\$ 16,1 bilhões.
- **Executivo de Valor 2016 (revista Valor Econômico – maio de 2016)** – Na 16ª edição desse prêmio, Roberto Setubal foi o executivo eleito no setor de “Bancos e Serviços Financeiros”.
- **Prêmio Efinance (Executivos Financeiros – maio de 2016)** – O Itaú BBA foi reconhecido na categoria Gestão de Processos. O Itaú Unibanco foi reconhecido na categoria *FinTech*, com o *case* Cubo. A Rede foi reconhecida na categoria canais B2B.
- **O Melhor de São Paulo – Serviços (jornal Folha de S. Paulo – maio de 2016)** – O Itaú Unibanco venceu na categoria *Internet Banking* pelo segundo ano consecutivo.
- **Marcas Mais Valiosas (O Estado de S. Paulo – junho de 2016)** – O Itaú ficou em primeiro lugar na categoria “Bancos”, em segundo lugar na categoria “Poupança” e em terceiro na lista das “Seguradoras”.
- **Melhores e Maiores da Exame (revista Exame – junho de 2016)** – Na 43ª edição do prêmio, o Itaú Unibanco ficou em 1º lugar nos *rankings* “200 maiores grupos” e “50 Maiores Bancos”. No *ranking* “100 Maiores de Capital Aberto”, conquistou o 2º lugar. Na lista de “Fusões e Aquisições”, o Itaú BBA/Itaú ficou em 2º lugar. No *ranking* “50 Maiores Seguradoras”, o Itaú Seguros conquistou a 10ª posição; Itaú Auto e Residência, a 17ª; e Itaú Vida, a 28ª.
- **Valor Inovação Brasil 2016 (revista Valor Econômico – julho de 2016)** – O Itaú Unibanco ficou em primeiro lugar no setor de Serviços Financeiros.
- **Top 1000 World Banks 2016 (The Banker – julho de 2016)** – O Itaú Unibanco liderou o *ranking* Top 25 na América Latina e no Caribe.
- **Prêmio Project & Infrastructure Finance (Latin Finance – julho de 2016)** – O Itaú BBA foi reconhecido na categoria “Best Infrastructure Bank Brazil”.
- **Anuário Época Negócios 360º (revista Época Negócios – agosto de 2016)** – O Itaú Unibanco foi o vencedor no segmento de categoria bancária. Além disso, a Itaú Seguros ficou entre as 60 maiores empresas no *ranking* das 300 melhores na 5ª edição do anuário.
- **Mais Valor Produzido (MVP) – Bancos 2016 (Dom Strategy Partners – agosto de 2016)** – Pelo terceiro ano consecutivo, o Itaú Unibanco foi eleito o banco com a percepção de valor mais alta por parte de seus acionistas.
- **As Melhores da Dinheiro 2016 (revista Isto É Dinheiro – setembro de 2016)** – Na 14ª edição desse prêmio, o Itaú Unibanco foi eleito “A Empresa do Ano” e também “O Melhor Banco”.



• **Prêmio Ouvidorias Brasil 2016 ABRAREC (Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente) e Grupo Padrão – setembro de 2016** – O Itaú Unibanco recebeu esse prêmio com o *case* Solução Perto de Você.

• **Empresa Pró-Ética (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral do Governo Federal – novembro de 2016)** – O Itaú Unibanco ficou entre as 25 empresas premiadas por ajudar a promover um ambiente corporativo ético, mais justo e mais transparente no Brasil.

• **Empresas Líderes em Transparência (CDP Latin America – dezembro de 2016)** – Pelo terceiro ano consecutivo, o Itaú Unibanco foi reconhecido como líder em termos de transparência.

• **Banco do Ano (*The Banker* – dezembro de 2016)** – O Itaú Unibanco foi eleito "O Banco do Ano – Brasil" pela revista *The Banker*.

• **As Marcas Brasileiras Mais Valiosas (*Interbrands* – dezembro de 2016)** – Pela 13ª vez, o Itaú Unibanco liderou o *ranking* das marcas mais valiosas do Brasil, avaliada em R\$ 26,6 bilhões, um aumento de 8% quando comparado com 2015.

Eventos subsequentes

No dia 19 de abril de 2017, as seguintes mudanças⁽¹⁾ na composição do Conselho de Administração foram propostas e aprovadas na Assembléia Geral e Extraordinária:

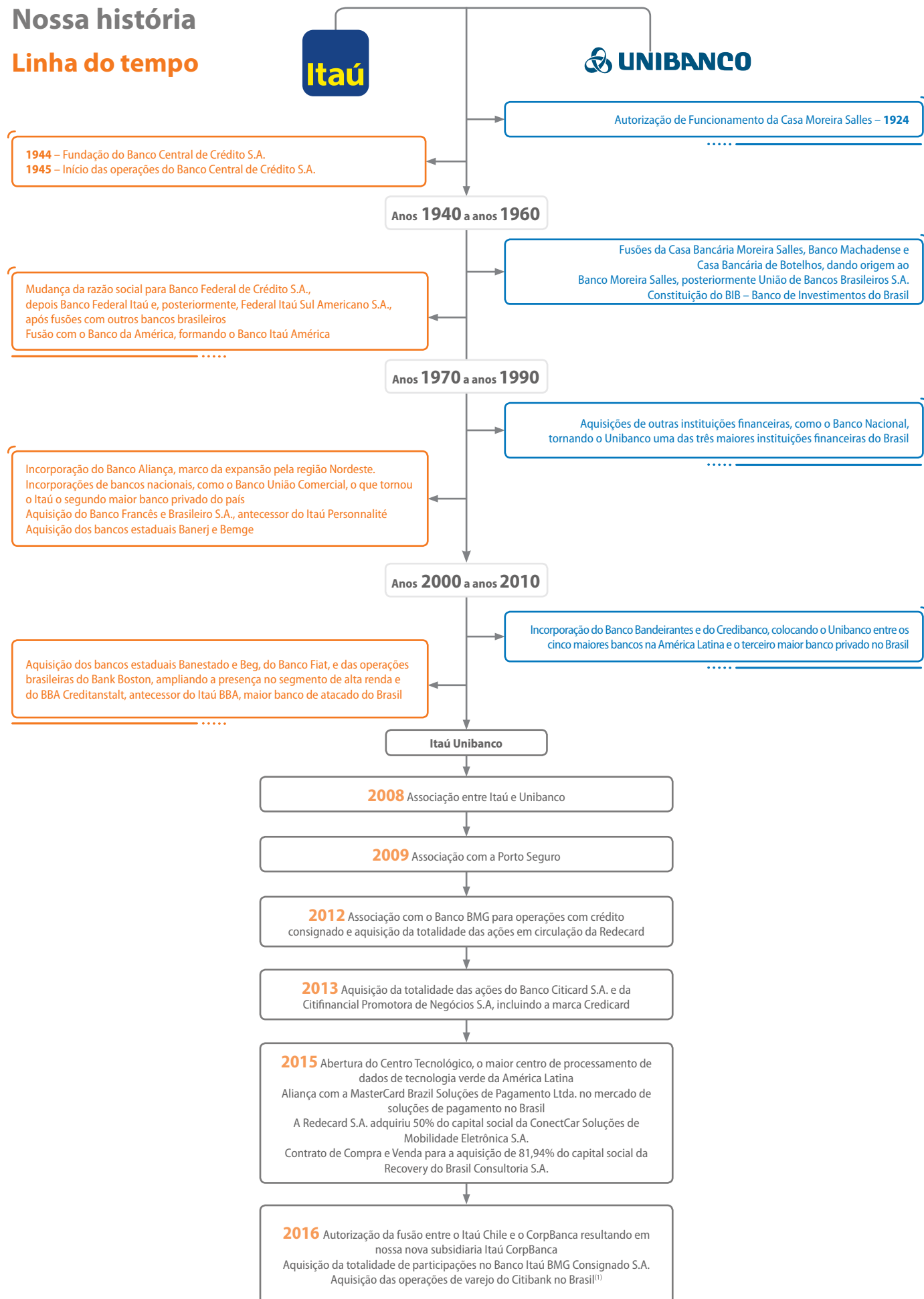
- Candido Bracher, que se tornou Diretor-Presidente, substituindo Roberto Setubal, deixou de ser membro do Conselho, mas continuará a participar das reuniões do Conselho de Administração como membro convidado. Para preencher sua vaga no Conselho de Administração, foi eleito Marco Bonomi, Gerente Geral de Varejo até o final de 2016, que atingiu a idade-limite para exercer funções executivas, após 22 anos na Empresa.
- João Moreira Salles, diretor da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas, foi eleito para ocupar uma das vagas para representar os acionistas controladores no Conselho de Administração, de acordo com as disposições do Acordo de Acionistas da Empresa, substituindo Demosthenes Madureira de Pinho Neto, que deixa o Conselho.

- Alfredo Villela informou o Conselho que está deixando sua posição de administrador na Empresa. Geraldo Carbone, que integrou o Conselho de 2006 a 2008 e exerceu a função de Vice-Presidente Executivo de 2008 a 2011, foi eleito para ocupar a posição de Alfredo Villela para o próximo mandato, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas da Empresa.
- Nildemar Secches informou o Conselho que está deixando sua posição de administrador na Empresa. Para ocupar sua vaga, Amos Genish, um dos fundadores e ex-Diretor-Presidente da GVT e ex-Diretor-Presidente da Telefônica Brasil, foi eleito membro independente do Conselho.
- Alfredo Setubal, Fábio Colletti Barbosa, Gustavo Loyola, José Galló, Pedro Bodin, Pedro Moreira Salles, Ricardo Villela Marino e Roberto Setubal foram reeleitos.
- Pedro Moreira Salles e Roberto Setubal passarão a atuar como vice-presidentes do Conselho de Administração.

(1) As eleições e reeleições mencionadas acima estão pendentes de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Nossa história

Linha do tempo



(1) Essa operação ainda está pendente de aprovação pelo órgão regulador (CADE).



Nossa história remonta a 1924, quando a Casa Moreira Salles, fundada por João Moreira Salles em Poços de Caldas, Minas Gerais, recebeu a carta patente emitida pelo governo brasileiro, que permitia o funcionamento do banco como um agente bancário, ou seja, como correspondente dos bancos principais. Essa instituição veio a ser o Unibanco.

Já o Itaú nasceu cerca de duas décadas depois, em 1945, quando Alfredo Egydio de Souza Aranha, empresário do setor têxtil, e seu parceiro Aloysio Ramalho Foz fundaram o Banco Central de Crédito S.A., localizado no centro de São Paulo.

João Moreira Salles foi transferindo gradualmente a gestão da Casa Moreira Salles para seu filho Walther Moreira Salles, que assumiu o banco em 1933, enquanto ainda era estudante de Direito. Em 1959, Alfredo Egydio transferiu a gestão para seu sobrinho Olavo Setubal, que contava com o apoio do genro do fundador, Eudoro Vilela, neste novo empreendimento.

No decorrer de suas histórias, Itaú e o Unibanco demonstraram ter vários atributos em comum, como a preocupação com a ética e a transparência nos negócios, adesão à lei e valorização dos colaboradores. As duas organizações também compartilham a mesma proximidade com seus clientes, resultante do entendimento de suas necessidades e do cenário econômico, permitindo assim que as instituições apoiem a expansão dos negócios por meio de serviços inovadores.

Pioneiras na divulgação do uso de tecnologia para o processamento de operações e serviços bancários oferecidos aos clientes, fizeram investimentos pesados na automação e no suporte de modernos centros operacionais. Além disso, a expansão da base de fusões, aquisições e incorporações é outra característica constante observada na evolução dos dois bancos.

Outro elemento comum às duas instituições é o incentivo às artes e cultura e à responsabilidade social e ambiental que são representadas, atualmente, pelo Instituto Itaú Cultural e, no âmbito social, pela Fundação Itaú Social e Instituto Unibanco.

Depois de nove décadas de história, continuamos a seguir os princípios e valores daqueles que estabeleceram as bases do que somos e, assim como eles, permanecemos focados no futuro para construir um mundo melhor para as futuras gerações. Por este motivo, a sustentabilidade é um conceito que permeia nossa organização e está disseminado em nossa cultura.

Hoje, somos um dos maiores bancos do mundo, com operações internacionais e bases sólidas na América Latina. Nosso compromisso com o Brasil nos leva a atuar como agente de transformação da sociedade, trabalhando para grandes causas, tais como cultura, educação, esportes e mobilidade urbana, continuamente buscando o bem comum e contribuindo com o desenvolvimento do País.

Nossa Visão, Nossa Cultura GRI 102-16

Guiados pela mudança no contexto de nossos negócios, pelas exigências e pela transformação da organização em 2015, vimos a necessidade de sublinhar uma série de atitudes em nossa cultura a que chamamos Nosso Jeito.

Desde então, Nosso Jeito transformou-se em sete atitudes que traduzem a maneira como pretendemos alcançar nossa visão: Nosso objetivo é ser o banco líder em performance sustentável e satisfação dos clientes.

Nosso Jeito_

1_só é bom para a gente se for bom para o cliente_

2_fanáticos por performance_

3_gente é tudo pra gente_

4_o melhor argumento é o que vale_

5_simples. sempre_

6_pensamos e agimos como donos_

7_ética é inegociável_

O lançamento do Nosso Jeito ocorreu no Encontro entre Líderes, que, ano após ano, representa uma das principais iniciativas que usamos para reforçar nossa cultura.

Encontro entre Líderes

Realizado anualmente desde 2010, o objetivo deste evento é alinhar a liderança da organização com a nossa estratégia, garantindo o comprometimento e o engajamento contínuo de nossos colaboradores. Em 2016, o evento contou com um público de 720 líderes e teve como tema central a Cultura Digital.

Além do Encontro, outras iniciativas foram adotadas para disseminar nossa cultura:

Prêmio Walther Moreira Salles: evento anual desenhado para melhorar a cultura organizacional, destacando projetos e práticas excepcionais por parte dos colaboradores do Itaú Unibanco. Em 2016, foram concedidos prêmios para cinco categorias (liderança, inovação, eficiência, gestão de riscos e satisfação do cliente), com 40 vencedores.

Alinhamento com a Pesquisa Nosso Jeito: pesquisa desenhada para avaliar o grau de alinhamento dos colaboradores com as atitudes de nossa cultura. Em 2016, lançamos a pesquisa após o anúncio do Nosso Jeito no Encontro entre Líderes. Tivemos um total de 40.078 respondentes, dos 85.622 funcionários convidados a participar.

Colaboradores GRI 401-1

O número de colaboradores do Itaú Unibanco passou de 90.320 em 2015 para 94.779 em 2016, principalmente por conta da consolidação do Itaú CorpBanca no segundo trimestre de 2016. [GRI 102-7](#)

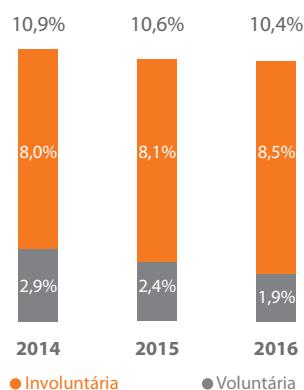
Apresentamos nas tabelas a seguir o número total de colaboradores relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, segmentados por região (Brasil e exterior) e unidade operacional:

Colaboradores (Brasil e exterior)	Em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015	2015-2014	2016-2015	2015-2014
No Brasil	80.871	83.481	86.192	(2.610)	(3,1)%	(2.711)	(3,1)%
Exterior	13.908	6.839	6.983	7.069	103,4%	(144)	(2,1)%
Argentina	1.647	1.607	1.679	40	2,5%	(72)	(4,3)%
Chile	5.919	2.539	2.563	3.380	133,1%	(24)	(0,9)%
Colômbia	3.754	-	-	3.754	-	-	-
Uruguai	1.134	1.170	1.176	(36)	(3,1)%	(6)	(0,5)%
Paraguai	806	799	789	7	0,9%	10	1,3%
Europa	200	216	233	(16)	(7,4)%	(17)	(7,3)%
Outros	448	508	543	(60)	(11,8)%	(35)	(6,4)%
Total	94.779	90.320	93.175	4.459	4,9%	(2.855)	(3,1)%

Colaboradores (por unidade operacional)	Em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015	2015-2014	2016-2015	2015-2014
Banco de varejo	71.159	72.815	75.143	(1.656)	(2,3)%	(2.328)	(3,1)%
Banco de atacado	22.909	16.468	16.940	6.441	39,1%	(472)	(2,8)%
Atividades com o mercado e corporação	711	1.037	1.092	(326)	(31,4)%	(55)	(5,0)%
Total	94.779	90.320	93.175	4.459	4,9%	(2.855)	(3,1)%

A Taxa de Rotatividade é a relação entre as admissões e os desligamentos (sejam voluntários ou não) de colaboradores em um determinado período. Monitoramos essa taxa mensalmente e a submetemos ao Comitê Executivo (os critérios utilizados não incluem os colaboradores no exterior, aprendizes, expatriados, aposentados por invalidez, diretores e estagiários).

Taxa de rotatividade total⁽¹⁾



(1) Taxa de Rotatividade = Total de desligamentos / (Total de colaboradores no início do período + Total de colaboradores no final do período) / 2. O total de colaboradores no final do período considera funcionários no início do período e a contratação de funcionários menos desligamentos.

Programa Conectando Oportunidades

O Programa Conectando Oportunidades evoluiu a partir da reorganização do Centro de Realocação. O objetivo do Programa é reter colaboradores alinhados com a cultura da organização, mas para quem temporariamente não há espaço para crescer nas posições atuais. A abordagem inicial a essa situação consiste em receber o colaborador e mapear seu perfil em termos de aptidão para futuras indicações a posições no Itaú Unibanco. Após discussões, o colaborador participará de um processo de iniciativa de carreira cobrindo aspectos como elaborar currículos, postura em entrevistas e ativação de uma rede de contatos. Dessa forma, o colaborador recebe suporte para garantir a melhor performance durante o processo. Além disso, o colaborador recebe um guia com informações, papéis e responsabilidades durante o Programa Conectando Oportunidades. A equipe de seleção trabalha em conjunto com os gestores responsáveis pela vaga na qual o colaborador está interessado. Este trabalho produziu resultados positivos: 56% dos colaboradores indicados encontraram novas posições nas quais puderam crescer dentro da organização. [GRI 404-2](#)

Em 2016, a maioria dos desligamentos foram de colaboradores na faixa etária entre 30 e 50 anos e as novas contratações foram de colaboradores na faixa inferior a 30 anos.

Remuneração e benefícios GRI 102-36 |

[GRI 405-2 | GRI 103-2 | 103-3 Remuneração e incentivos](#)

Adotamos parâmetros de mercado e estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de negócios de cada colaborador. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio da contratação de pesquisas salariais, realizadas por consultores especializados, da participação nas pesquisas realizadas por outros bancos e também em fóruns especializados em assuntos relacionados a remuneração e benefícios.

De acordo com nossa estratégia de remuneração, a remuneração fixa leva em conta a complexidade das atribuições profissionais de cada colaborador e seu desempenho individual com relação às suas atribuições. As alterações na remuneração fixa dos nossos colaboradores variam segundo a Política de Promoção e Mérito, a qual considera a senioridade e o desempenho pessoal de cada colaborador no exercício de suas funções.

A remuneração variável, por sua vez, reconhece o nível de dedicação, os resultados alcançados e a sustentabilidade de curto, médio e longo prazos desses resultados.

Além disso, os colaboradores têm o direito de receber reajustes salariais e participação nos lucros, de acordo com as convenções coletivas aplicáveis nas respectivas jurisdições.

Nosso plano de participação nos lucros baseado em ações, elaborado especificamente para gestores e alta administração, visa o reconhecimento daqueles que se destacam durante o ano vigente. O plano consiste em conceder ações preferenciais (ITUB4) – ou instrumentos equivalentes, observados os limites estabelecidos pelo Comitê de Remuneração – para 10% dos gerentes e 30% dos superintendentes. Do total outorgado, um terço é entregue a cada ano, por um período de três anos. A outorga é feita no ano seguinte ao ano do desempenho ao qual elas se referem. O número de ações preferenciais ou dos instrumentos baseados em ações concedidos é determinado pelos resultados financeiros da organização/ área e pelo desempenho individual. As ações preferenciais ou os instrumentos baseados em ações são entregues na mesma data em que for paga a parcela final da participação nos lucros, conforme estipulado nas respectivas convenções coletivas. A remuneração baseada em ações não é proporcional ao tempo de serviço. O preço das ações preferenciais é calculado no sétimo dia útil antes da concessão, utilizando-se o preço médio da ITUB4 na BM&FBovespa nos 30 dias anteriores à data do cálculo.

Também temos um programa institucional chamado Programa de Sócios, que abrange membros da administração e colaboradores que tiverem desempenho destacado, sendo todos aprovados pelo Comitê de Pessoas. Os colaboradores elegíveis têm direito a utilizar parte do total da remuneração variável anual para comprar nossas ações preferenciais, ou ações próprias. Se eles detiverem a titularidade dessas ações próprias por um prazo de três e cinco anos a partir do investimento inicial, o retorno sobre o investimento será feito por intermédio do recebimento das nossas ações preferenciais, ou Ações de Sócios também por prazos de três ou cinco anos. Estas ações de sócios permanecerão indisponíveis posteriormente, por prazos de cinco e oito anos a partir do investimento inicial em ações próprias. O Programa de Sócios poderá considerar outros instrumentos derivados das ações, além das ações.

Oferecemos diversos benefícios estabelecidos nas convenções coletivas aplicáveis, celebrados com os sindicatos, que representam muitas categorias profissionais de nossos colaboradores. As condições desses benefícios estão estabelecidas nas respectivas convenções coletivas (auxílio para alimentação, babá/creche, transporte, etc.). Há também benefícios adicionais, como: (i) planos de assistência médica e odontológica; (ii) planos de previdência privada; (iii) seguro de vida em grupo; (iv) serviços psicossociais; e (v) tratamento personalizado no uso de produtos e serviços bancários. A concessão desses benefícios pode variar de acordo com a categoria dos colaboradores e/ou do mercado ou considerações regulatórias sobre as jurisdições aplicáveis a um colaborador em particular. [GRI 401-2](#)

Relações trabalhistas [GRI 102-41](#)

Mantemos um canal permanente de diálogo com as entidades sindicais que representam todos os nossos colaboradores nas diversas categorias profissionais. Entre nossos princípios adotados nas relações com sindicatos

estão o respeito, a transparência e a interação direta. Essas atividades são executadas com foco em soluções inovadoras e negociadas para minimizar possíveis diferenças e pontos de conflito que envolvem nossos colaboradores.

Asseguramos aos nossos colaboradores o direito de livre associação aos sindicatos e reconhecemos os direitos e prerrogativas daqueles que são eleitos para cargos diretivos nos sindicatos, em conformidade com a legislação brasileira vigente e a convenção coletiva da cada categoria profissional, da qual fazemos parte. Além disso, permitimos aos sindicatos a possibilidade de realizar campanhas de sindicalização e, quando solicitado, realizar reuniões eventuais com os sindicatos, nossos gestores e/ou colaboradores.

Mantemos nosso compromisso de priorizar as negociações coletivas e uma agenda permanente de assuntos a serem debatidos com os sindicatos. O cumprimento dessa agenda possibilita mais agilidade na resolução de conflitos e reforça o nosso compromisso em manter uma política de relacionamento permanente com as associações profissionais.

Todos os nossos colaboradores, no Brasil, contam com o respaldo de convenções coletivas de trabalho que garantem outros direitos além daqueles concedidos pela legislação trabalhista, além de outros benefícios que podem ser concedidos a nossos colaboradores em base não recorrente, em conformidade com nossas políticas.

Em 2016, durante as negociações coletivas da categoria dos bancários, o setor financeiro enfrentou uma greve de 22 dias úteis, a qual afetou, em média, 37,7% de nossas agências (o mesmo percentual de 2015). Assim como nos anos anteriores, essas interrupções afetaram os bancos brasileiros de modo geral, uma vez que o movimento trabalhista afetou todo o sistema financeiro brasileiro.

Durante as negociações coletivas em 2015, o setor financeiro enfrentou uma greve de 14 dias úteis, com um impacto médio de 37,7% em nossa rede de agências naquele período.

Durante as negociações salariais dos colaboradores do banco em 2014, nossas agências foram afetadas por uma greve funcional de cinco dias úteis, resultando no fechamento de aproximadamente 25,4% de nossas agências durante o período da greve.

Todos esses movimentos trabalhistas e greves que afetam nossas agências têm apenas impacto parcial em nosso negócio, uma vez que ao menos algumas agências abrem durante o dia e a rede nunca parou completamente de funcionar. Nesse contexto, vale ressaltar que, nos últimos anos, temos visto um crescente volume de operações que são realizadas através de nossos canais digitais. Isto tem dado uma contribuição significativa no sentido de minimizar os efeitos da ação da greve em nossas operações.

Marca **GRI 103-2 | 103-3 Marca e reputação**

O propósito da nossa marca é promover mudanças positivas na vida das pessoas e da sociedade. Nossas entregas de produtos e serviços, orientados para atender as necessidades de nossos clientes, refletem nossa busca constante em proporcionar a melhor experiência para todos os que se relacionam conosco no dia a dia. Nossas iniciativas de educação financeira permeiam toda a organização e visam incentivar colaboradores e clientes a manterem um relacionamento mais equilibrado com o dinheiro ao escolherem o melhor tipo de crédito e a planejarem com eficiência seus investimentos. Nossa responsabilidade com o desenvolvimento do país está na essência da nossa marca, de forma que, além da transformação inerente à nossa atividade *core*, também investimos em projetos ligados a educação, cultura, esportes e mobilidade urbana.

Em 2016, nossa marca foi apontada mais uma vez como a mais valiosa do Brasil, de acordo com o *ranking* da *Interbrand*, com um valor estimado de R\$ 26,611 milhões. Esta é a 13ª vez consecutiva em que ocupamos a liderança desse *ranking*. A análise é baseada na capacidade da nossa marca de gerar resultados financeiros, influenciar o processo de escolha dos clientes e garantir uma demanda de longo prazo. **GRI 102-7**

A plataforma #issomudaomundo, que concentra nossas causas e investimentos em vários projetos, continua sendo tema de nossas campanhas institucionais. Este ano, com a ação “Leia para uma criança”, alcançamos um marco impressionante: foram distribuídos mais de 3 milhões de livros, incluindo livros em *braille*. Esse resultado demonstra que continuamos a mobilizar clientes e não clientes a fazerem diferença na vida das crianças.

Nossa capacidade de inspirar e engajar pessoas também pode ser percebida nas mídias sociais. Publicamos uma série de artigos e vídeos que expressam nosso ponto de vista e contam histórias que incentivam as pessoas a promover mudanças positivas em suas vidas. Em 2016, alcançamos 129 milhões de visualizações, o que significa que continuamos sendo o maior canal de vídeos de marca do [YouTube](#) no Brasil e o maior do mundo no segmento financeiro.

As redes sociais são cada vez mais importantes em nossa estratégia. Este ano, chegamos a mais de 8 milhões de fãs no [Facebook](#). De acordo com a *Socialbakers*, nós temos a maior comunidade de fãs no [Facebook](#) do mundo entre os bancos. Nosso perfil no [Twitter](#) possui mais de 607 mil seguidores, sendo o número 1 no segmento financeiro do País. Contamos ainda com aproximadamente 169 mil seguidores no [Instagram](#).

Continuamos a monitorar todos os nossos perfis em mídias sociais 24 horas por dia, 7 dias por semana. Contamos com uma estrutura especial que interage com o público sobre todos os assuntos relacionados ao banco: dúvidas, sugestões, elogios e reclamações. Entre janeiro e dezembro de 2016, recebemos mais de 675 mil menções nas redes sociais de

janeiro a dezembro de 2016, sendo 67% destes comentários positivos e neutros, segundo a Gauge, nossa parceira em análise de dados de redes sociais.

Em 2016, tivemos um importante momento para a marca Itaú. Reforçamos nosso posicionamento de banco digital, através da plataforma Digitau, um conjunto de ações e iniciativas de comunicação que apresenta ao mercado as diversas entregas que o Itaú Unibanco vem realizando por meio da tecnologia como aplicativos, agências digitais, entre outros, aliando a inovação tecnológica com a nossa visão de facilitar o dia a dia das pessoas, tornando as atividades financeiras cada vez mais simples.

Patentes

Somos os titulares de registros e pedidos de registro de patentes, no Brasil e no exterior, para um método de geração de teclado virtual para digitação da senha de segurança ou do PIN (número de identificação pessoal) de usuários. Os pedidos relativos à patente desta tecnologia ainda estão pendentes de análise no Brasil, Uruguai e Venezuela. Somos os titulares de patente para esse método em países como Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Peru, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Além disso, somos os titulares de pedidos de patente para um método de identificação do PIN de acesso de uma instituição financeira e para um método, dispositivo de usuário e sistema, para envio de informações de operações financeiras, ainda pendentes de análise no Brasil.

No Brasil, o prazo de vigência das patentes de invenção é de 20 anos a contar da data do depósito do respectivo pedido. Os prazos de vigência e requisitos para prorrogação de patentes no exterior dependem da legislação de cada país ou região em que a patente está registrada.

Principais acionistas

Somos controlados pela IUPAR que, por sua vez, é controlada conjuntamente pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston. A Itaúsa é controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha e a Cia. E. Johnston é controlada pelos membros da família Moreira Salles.

Exceto pelas ações detidas de forma indireta pelos nossos acionistas controladores (por meio da participação na IUPAR e Itaúsa), os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, individualmente e como grupo, são usufrutuários de menos de 1% de nossas ações ordinárias, e de menos de 1% de nossas ações preferenciais em 31 de dezembro de 2016.

De acordo com a regulamentação brasileira, e conforme aprovado pelo Banco Central, os investidores estrangeiros podem deter, no máximo, 30% de nossas ações ordinárias.

A tabela a seguir apresenta informações relativas às pessoas que, em nosso conhecimento, detinham mais de 5% de nossas ações ordinárias ou preferenciais em 31 de março de 2017:

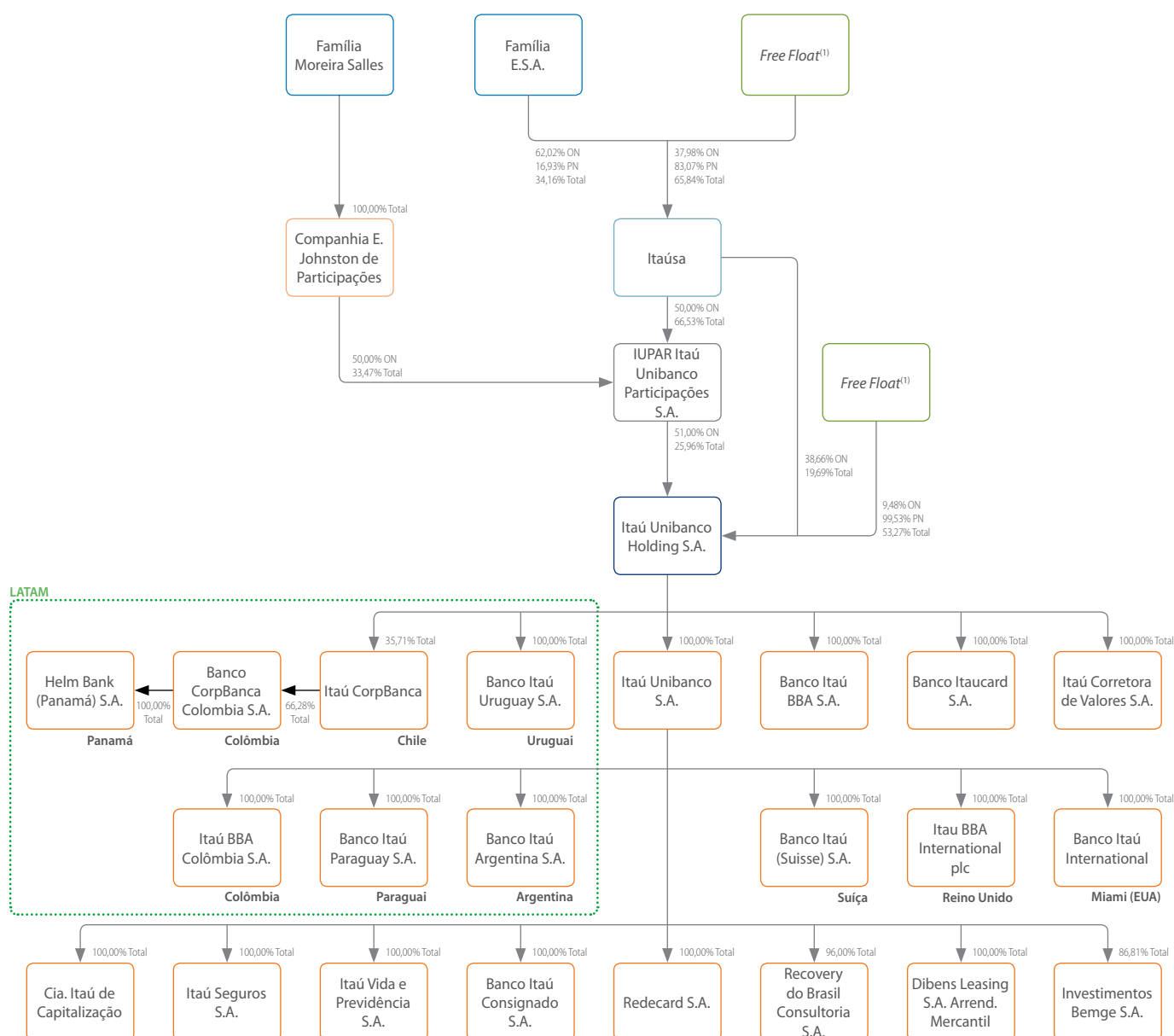
Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade total de ações	% do Total	Quantidade total de ações	% do Total	Quantidade total de ações	% do Total
IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.	1.709.389.603	51,00	-	-	1.709.389.603	25,96
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.	1.295.937.718	38,66	112.882	-	1.296.050.600	19,69
BlackRock ⁽¹⁾	-	-	233.283.398	7,22	233.283.398	3,54
Outros	346.413.822	10,34	2.939.466.713	90,99	3.285.880.535	49,93
Subtotal	3.351.741.143	100,00	3.172.862.993	98,21	6.524.640.136	99,12
Ações em tesouraria	3.074	0,00	57.700.333	1,79	57.703.407	0,88
Total	3.351.744.217	100,00	3.230.563.326	100,00	6.582.307.543	100,00

(1) Participação acionária fornecida pelo acionista.

Data: 31/03/2017

Estrutura acionária

O quadro a seguir é uma visão geral da estrutura acionária do conglomerado Itaú Unibanco em 31 de março de 2017 e inclui nossos controladores e algumas de nossas principais controladas:



(1) Exclui ações mantidas em tesouraria e pelos nossos acionistas controladores.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações financeiras consolidadas \(IFRS\), Nota 2, 4 a I – Resumo das principais práticas contábeis](#) para mais informações sobre nossas controladas.

Acordo de acionistas da IUPAR

Itaúsa e Cia. E. Johnston possuem um acordo de acionistas para regulamentar seu relacionamento enquanto acionistas controladoras da IUPAR e, indiretamente, enquanto nossas acionistas controladoras e de nossas subsidiárias. [Clique aqui](#) para mais detalhes. Seus principais termos e condições estão descritos a seguir.

O Conselho de Administração e a Diretoria da IUPAR são compostos por quatro membros cada: dois indicados pela Itaúsa e dois indicados pela Cia. E. Johnston, para cada um desses órgãos. Conforme o acordo de acionistas da IUPAR, as ações da IUPAR detidas pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston não podem ser transferidas para terceiros até 3 de novembro de 2018. Após esse período, se qualquer dos acionistas decidir transferir suas ações da IUPAR a um terceiro, a outra parte terá direito de preferência na aquisição de tais ações ou direitos de venda conjunta (*tag-along*). Se a Itaúsa e também a Cia. E. Johnston decidirem transferir a totalidade de suas ações detidas na IUPAR ou a totalidade das ações detidas pela IUPAR no Itaú Unibanco Holding para terceiros, a Itaúsa poderá exercer seu direito de venda conjunta, a fim de incluir na venda a totalidade ou parte das ações por ela detidas diretamente no Itaú Unibanco Holding. Todas as ações detidas diretamente pela Itaúsa no Itaú Unibanco Holding podem ser transferidas livremente.

O acordo de acionistas da IUPAR é válido pelo prazo de 20 anos a contar de 27 de janeiro de 2009, podendo ser prorrogado automaticamente por novos e sucessivos períodos de 10 anos, exceto se indicado de outra forma.

Transferência de controle e aumento da participação no capital social

Observados os termos do acordo de acionistas da IUPAR, nosso estatuto não contém disposições que visem retardar, adiar ou impedir uma mudança de nosso controle acionário ou que produzam efeitos em relação às operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária da Companhia ou de suas subsidiárias. Entretanto, em conformidade com a regulamentação brasileira, todas essas operações precisam ser realizadas de acordo com procedimentos específicos estabelecidos pelo CMN e aprovadas previamente pelo Banco Central.

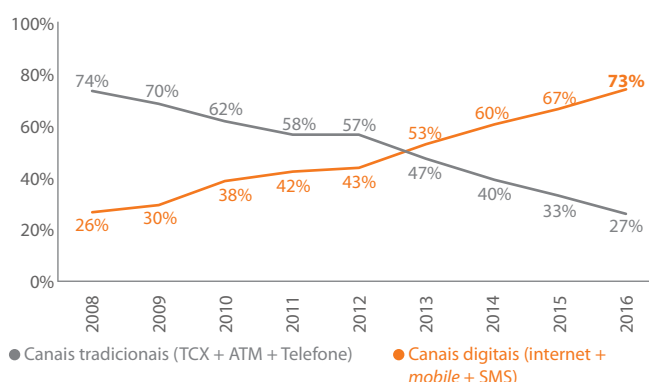
A legislação brasileira determina que a aquisição do controle de uma empresa aberta desencadeia a exigência de que a parte adquirente faça uma oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação, por um preço equivalente a, pelo menos, 80% do preço pago por ação aos acionistas controladores. Adicionalmente, nosso estatuto estabelece a mesma regra de preço para os detentores de nossas ações preferenciais.

Essa legislação também requer que nossos acionistas controladores façam uma oferta de todas as nossas ações, caso haja aumento da sua participação no nosso capital próprio até um nível que afete significativa e negativamente a liquidez das nossas ações.

Canais de distribuição **GRI G4-FS13**

Provemos serviços e produtos financeiros integrados para os nossos clientes, por meio de diversos canais de distribuição. Além da nossa carteira tradicional de produtos bancários, oferecemos seguros, investimentos, câmbio e corretagem. Nossa carteira de produtos corporativos voltados para empresas de grande porte é administrada pelo nosso segmento de banco de atacado. Nossa rede de distribuição está dividida em: (i) canais tradicionais, que incluem agências, PABs (postos de atendimento bancário localizados em clientes corporativos), caixas eletrônicos, telefones; (ii) canais digitais: *Internet banking*, celular e SMS. O volume de transações bancárias realizadas pela internet e pelo celular cresceram significativamente nos últimos anos.

Volume de transações (em %)



Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Canais tradicionais (agências, PABs e caixas eletrônicos) **GRI G4-FS13**

Nossa rede de agências é o nosso canal de distribuição para todos os produtos e serviços que oferecemos aos nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2016, nossa rede de agências tradicional atingiu 3.653 agências. Temos 45 agências no Brasil especialmente reformuladas para o atendimento em shoppings, com uma nova identidade visual e proposta de serviços. Os espaços apresentam um novo conceito de atendimento ao cliente e contam com *layout* diferenciado inspirado no projeto de uma loja de varejo. Com foco no relacionamento com o cliente e para fortalecer o contato com o nosso público, essas agências ficam abertas entre 12h e 20h. Além disso, atingimos um total de 135 agências digitais em dezembro de 2016, o que se alinha com nossa estratégia de Canais Digitais.

De forma semelhante, implantamos também mudanças nos horários de atendimento de certas agências localizadas em centros comerciais, que abrem às 8h ou 9h e fecham às 18h ou 20h. Essa iniciativa visa adaptar os nossos serviços à rotina de nossos clientes.

O leque de serviços oferecidos nos PABs pode ser o mesmo de uma agência de serviços completos ou mais limitado, de acordo com o tamanho do cliente corporativo e suas necessidades. Os PABs constituem uma alternativa de baixo custo à abertura de agências com serviços completos. Além disso, acreditamos que eles nos proporcionam uma oportunidade de conquistar novos clientes de varejo, enquanto atendemos os clientes corporativos e seu pessoal.

Os caixas eletrônicos constituem uma alternativa de baixo custo para os serviços executados por funcionários e permitem a oferta de pontos de atendimento a custos significativamente inferiores aos das agências. Nossos clientes podem realizar praticamente todas as transações relacionadas com contas bancárias por meio dos caixas eletrônicos.

Além de todos os nossos canais de atendimento ao cliente (agências, PABs e caixas eletrônicos), temos ainda parceria com a rede de caixas eletrônicos da "TecBan", composta por mais de 19.000 caixas eletrônicos, que fornece aos clientes serviços limitados – principalmente serviços de saque.

Desde 2012, disponibilizamos serviços diferenciados para certos clientes cadastrados. Além dos serviços disponíveis aos nossos clientes em geral, determinados clientes cadastrados podem fazer saques e consultar saldos e extratos da conta corrente por meio de biometria. A biometria permite que esses clientes cadastrados realizem operações bancárias pela identificação da impressão digital, sem a necessidade

de digitar senha ou usar cartão, trazendo mais segurança e comodidade. Para utilizar a biometria, basta realizar o cadastro em qualquer agência Itaú Unibanco.

Canais digitais (internet e mobile banking)

[GRI G4-FS13](#) | [GRI 103-2](#) | [103-3 Tecnologia da informação](#)

Em um mundo digital, a tecnologia passou a fazer parte do dia a dia. Com mais de 73% de todas as transações bancárias em 2016 já ocorrendo em canais digitais, nós, como banco, somos desafiados diariamente a entregar aos nossos clientes uma experiência multicanal e completa cada vez melhor.

Mais de 49% dos nossos clientes utilizavam um canal digital em dezembro de 2016. O *mobile* é o canal que mais cresce, tornando-se rapidamente o mais relevante para pessoas físicas. Com relação às pequenas e médias empresas, a internet via *desktop* continua a ser o canal mais utilizado. Considerando esses desafios, estamos continuamente transformando a experiência digital de nossos clientes, oferecendo conveniência através de serviços e produtos a pessoas físicas e jurídicas, como transferências de dinheiro, pagamentos, crédito, investimentos, seguros e outros.

Nosso foco é fornecer serviços cada vez mais completos em *mobile banking* (assim como os serviços que prestamos para *internet banking*) e continuar melhorando a experiência do usuário em nossos canais digitais, para torná-los ainda mais intuitivos e acessíveis aos nossos clientes.

Canais físicos	Agências ⁽¹⁾			PABs		Caixas eletrônicos			
	2016 ⁽²⁾	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Brasil	3.780	3.910	3.967	766	824	852	25.079	25.802	27.309
Exterior	531	228	229	26	23	22	1.228	610	607
Argentina	72	72	72	15	17	17	178	178	186
Chile	223	96	99	2	-	-	502	70	70
Colômbia	174	-	-	-	-	-	178	-	-
Paraguai	31	32	30	8	5	4	311	307	297
Uruguai	23	23	23	1	1	1	59	55	54
Outros	8	5	5	-	-	-	-	-	-
Total no Brasil e no exterior	4.311	4.138	4.196	792	847	874	26.307	26.412	27.916

(1) Em 31 de dezembro de 2014, total de agências incluem agências digitais e filiais de negócios, que são considerados pontos de serviço pela Resolução CMN nº 4.072/2012.

(2) 79,3% das nossas agências estão localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais no Sudeste do Brasil, Paraná no Sul do Brasil, e Goiás no Centro-Oeste do Brasil.

Nosso negócio [GRI 102-2](#)

Visão geral

As informações divulgadas referem-se aos seguintes segmentos: (i) Banco de Varejo; (ii) Banco de Atacado; e (iii) Atividades com o Mercado e Corporação. Através desses segmentos operacionais, fornecemos um amplo leque de serviços bancários a uma diversificada base de clientes que inclui clientes pessoas físicas e jurídicas, em base integrada, conforme segue:

O segmento **banco de varejo** oferece serviços a uma diversificada base de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e micro e pequenas empresas. O resultado do Banco de Varejo

decorre da oferta de produtos e serviços bancários a clientes do varejo, de alta renda e micro e pequenas empresas, além de produtos e serviços financeiros ofertados aos nossos clientes não correntistas, abrangendo o financiamento de veículos e a oferta de cartões de crédito realizadas fora da rede de agências e as operações com o Itaú Consignado. O segmento Banco de Varejo representa uma importante fonte de captação para nossas operações e gera um volume significativo de receitas financeiras e tarifas bancárias.

O segmento **banco de atacado** é responsável pelos nossos clientes com elevado patrimônio financeiro (*private banking*), pelas atividades das unidades da América Latina, nosso negócio de *banking* para médias empresas e pelas atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas atividades com clientes corporativos e pela atuação como banco de investimento. Nosso modelo de gestão de serviços bancários baseia-se em construir um relacionamento estreito com nossos clientes, obtendo um entendimento aprofundado de suas necessidades e oferecendo soluções personalizadas. As atividades focadas em clientes corporativos incluem fornecer serviços bancários a grandes corporações, enquanto nossas atividades como banco de investimento consistem na captação de recursos para o segmento de grandes empresas, incluindo instrumentos de renda fixa e variável.

O segmento **atividades com o mercado e corporação** gerencia o resultado financeiro associado a nosso excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários, bem como à margem financeira proveniente da atividade de negociação de instrumentos financeiros via posições proprietárias, da gestão de *gaps* de juros de taxas de moeda e outros fatores de risco, oportunidades de arbitragem nos mercados domésticos brasileiros e estrangeiros e marcação a mercado (*mark to market*) de instrumentos financeiros. Este segmento também inclui nossa participação na Porto Seguro.

Realizamos uma grande variedade de operações no exterior, com unidades estrategicamente localizadas nas Américas, Europa e Ásia. Nossa presença internacional cria sinergias significativas em financiamento ao comércio exterior, colocação de *Eurobonds* e oferta de transações financeiras mais sofisticadas para nossos clientes.

Consulte a [seção Desempenho, item Desempenho Financeiro, Resultados](#), e a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 34- Informações sobre Segmentos](#), para mais informações.

A diversificação dos nossos negócios reflete-se na composição variável da nossa carteira de crédito nos últimos anos, com foco na originação e nos segmentos de risco mais baixo e com mais garantias. Estamos sempre procurando implementar e priorizar a oferta de novos produtos e serviços que agregam valor para os nossos clientes e diversificam as nossas fontes de receita, permitindo o crescimento da nossa receita não financeira proveniente principalmente da receita de prestação de serviços e de tarifas bancárias, e de operações com seguro, previdência e capitalização. Alguns detalhes da nossa carteira de crédito e serviços são apresentados a seguir:

Cartões de crédito e acordos comerciais

O Itaú Unibanco é líder do mercado brasileiro de cartões de crédito. Por meio de operações próprias e parcerias com grandes varejistas, operadoras de telefonia, montadoras e companhias aéreas estabelecidas no Brasil, oferecemos uma ampla gama de cartões de crédito e de débito a mais de 55,0 milhões de correntistas e não correntistas (em número de contas em dezembro de 2016).

Estamos focando nossos esforços em promover constantemente o crescimento de nossa carteira de cartões de crédito, melhorar sua rentabilidade, gerenciar a qualidade de nossos ativos e buscar a satisfação de nossos clientes. Para tanto, nossa divisão de cartões de crédito dedica-se ao desenvolvimento de novos produtos, à avaliação de nossas parcerias, ao controle da qualidade de crédito de nossa carteira e à gestão de custos mais eficaz.

Em 2012, fomos pioneiros no lançamento de um modelo alternativo no Brasil que tornou o crédito mais barato para nossos clientes, desenvolvendo o Itaucard 2.0, modelo semelhante àquele utilizado nos países da Europa e dos Estados Unidos. Desde seu lançamento, emitimos mais de 6,6 milhões de cartões dentro do modelo Itaucard 2.0.

Em maio de 2016, fechamos um acordo com a Netshoes para desenvolver o NCARD Itaucard, que é oferecido de maneira 100% digital através do site do parceiro. O processo de venda do cartão foi desenvolvido em parceria com a Netshoes, com uma tecnologia de análise instantânea do perfil do cliente e ofertas de produtos segmentados. Além de uma experiência 100% digital, com avaliação instantânea das propostas de adesão, o processo permite que os clientes aprovados imediatamente façam compras no site sem ter de esperar o cartão de plástico, podendo, assim, aproveitar os benefícios e descontos oferecidos aos titulares do cartão.

Em julho de 2016, fechamos um acordo com a Multiplus, uma das maiores empresas de programas de fidelidade e recompensa, para o lançamento de um cartão de crédito *co-branded*, sendo que a proposta é a melhor opção para acumular *market points*. Além dos benefícios oferecidos pela Multiplus, os titulares de cartões de crédito também podem utilizar vantagens tradicionais da plataforma Itaucard, tais como pagar metade do valor de ingressos para cinema, teatro, *shows* e obter descontos em estabelecimentos parceiros.

O Itaucard fez inovações na forma como interage com os seguidores no [Facebook](#), empregando uma linguagem mais informal, inclusive fazendo referências aos clássicos “memes”.

O aplicativo do Itaucard tem transformado a experiência do cliente, sempre trazendo novas funcionalidades, como o Cartão Virtual Card, que simplifica e oferece mais segurança para compras on-line. Outro recurso desse aplicativo é a Linha do Tempo, que gera um cartão virtual para cada compra na internet, permitindo que compras e transações sejam visualizadas em tempo real.

Com relação ao atendimento ao cliente, fornecemos um aplicativo que pode ser usado pelos nossos clientes 24 horas por dia. Até dezembro de 2016, contabilizamos 5,7 milhões de *downloads* desse aplicativo.

Em 2016, manter os índices de risco e de inadimplência foi um desafio para nossa área de cartões de crédito devido à deterioração da economia brasileira e do alto nível de desemprego do Brasil. Conseguimos baixar o índice de

inadimplência acima de 90 dias de 8,08% em dezembro de 2015 para 6,95% em dezembro de 2016. Adotamos critérios mais rigorosos para cobrar de nossos clientes impactados pela crise. Para continuar promovendo o crescimento de nossa carteira, também focamos na manutenção de parcerias com nossos clientes e varejistas de renda elevada.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Cartões de Crédito	Somos líderes no mercado brasileiro de cartões de crédito, em termos de volume de transações, com 37,1% de participação no mercado, no período de janeiro a dezembro de 2016.	O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, registrando um crescimento médio de 10,0% de janeiro a dezembro nos últimos quatro anos, segundo a ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços). Nossos principais concorrentes neste setor são Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECS.

Empréstimos consignados

O empréstimo consignado consiste em um empréstimo com parcelas fixas descontadas diretamente na folha de pagamento do devedor para a conta do banco, sem registro na conta do devedor. Nossa estratégia para esse segmento é expandir nossas atividades em negócios historicamente com riscos mais baixos, alcançando uma posição de liderança na oferta, distribuição e venda de empréstimos consignados no Brasil.

Para expandir esse negócio e complementar nossa estratégia, em 9 de julho de 2012, celebramos um acordo de associação com o Banco BMG S.A. para a oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados originados por essa instituição financeira. O Banco Itaú BMG Consignado, entidade usada para os fins desta associação, iniciou suas operações em dezembro de 2012 e está presente em todo o território brasileiro. O propósito dessa associação é diversificar a nossa carteira de crédito, de modo a complementar nossa estratégia de empréstimos consignados e melhorar o perfil de risco da nossa carteira para pessoas físicas. O Banco Itaú BMG Consignado permite-nos ainda expandir nosso negócio no setor de empréstimos consignados, em linha com nossos valores e princípios, seguindo as melhores práticas e políticas de gestão.

Consulte a [seção Nosso perfil, Destaques 2016, item Fusões, aquisições e parcerias, Aquisição das ações do Itaú BMG Consignado](#), para mais informações.

Em dezembro de 2016, após a obtenção das autorizações regulatórias necessárias e o cumprimento de condições suspensivas, concluímos a operação de aquisição da totalidade da participação detida pelo Banco BMG no Banco Itaú BMG Consignado. Esse investimento corresponde a 40% do capital do Banco Itaú BMG Consignado, ou seja, passamos a deter 100% do capital total dessa instituição. Com essa aquisição, continuamos na liderança entre os bancos privados nesse segmento.

Além disso, nossa estratégia de crescimento tem por base os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, combinada com determinadas políticas de crédito, promoveu a evolução de nossa carteira e a redução dos níveis de inadimplência.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Empréstimos consignados	Em dezembro de 2016, alcançamos 15,5% de participação de mercado em termos de empréstimos consignados, posicionando-nos como o terceiro maior banco nesse segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes neste setor são Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A. e Banco Santander Brasil S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Financiamento de veículos

Em 31 de dezembro de 2016, nossa carteira de financiamento de veículos para pessoas físicas totalizava R\$ 15,4 bilhões, uma redução de 23,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em dezembro de 2016, a LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem comprado) média da carteira de veículos foi de 68,1%, seguindo uma tendência de baixa desde o ano anterior, quando chegou a 70,8% em 31 de dezembro de 2015. Desde 2012, reduzimos nossa exposição ao risco neste setor e priorizamos os clientes com melhores perfis de risco, o que nos permitiu melhorar a qualidade do crédito da nossa carteira de financiamento de veículos.

De janeiro a dezembro de 2016, o prazo de financiamento de veículos foi de 40 meses e metade das transações foram realizadas com prazos de até 36 meses.

Desenvolvemos uma série de novos produtos e serviços que foram lançados no mercado em 2016. Alguns desses produtos são:

Plataforma digital – canal direto para originação, serviço e formalização de pagamentos, trazendo mais agilidade e autonomia para mais de 10.000 lojas participantes e concessionárias associadas.

Precificação baseada no risco do cliente – solução inovadora do mercado brasileiro que leva em conta o perfil de risco de um cliente, bem como dados da transação (prazo, entrada e ano do veículo) para oferecer as menores taxas de juros aos clientes com o menor risco de inadimplência.

iCarros – Um dos pilares da estratégia de digitalização do Itaú Unibanco para pesquisar, selecionar e financiar a aquisição de veículos novos e usados, o iCarros, que tem mais de 15 milhões de visualizações da página por mês,

vem investindo em inteligência e automação de processos para tornar a experiência do cliente ainda mais completa e conveniente. O portal utiliza nova tecnologia para simulação e pré-análise de crédito, incluindo a apresentação de taxas de financiamento ajustadas pelo risco ao cliente. Atualmente, 15% de nosso financiamento de veículos são iniciados através desse portal.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Veículos	Em dezembro de 2016, alcançamos 10,3% de participação de mercado em termos de empréstimos a pessoas físicas entre os bancos, nos posicionando como o quarto maior banco nesse segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes neste setor são Banco Santander Brasil S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Financiamento e crédito imobiliário

Nossos compromissos na área de crédito imobiliário são:

- criar lealdade – os relacionamentos estabelecidos nesse setor são geralmente de longo prazo;
- contribuir para o desenvolvimento social e financeiro de nossos clientes; e
- estarmos alinhados à nossa estratégia de investir em negócios com riscos mais baixos.

Fomos líderes no segmento de financiamento imobiliário para pessoas físicas, entre os bancos privados brasileiros, no período de 2008 a 2016, o que reflete nosso foco no negócio alinhado à nossa estratégia de migrar para carteiras de menor risco.

Oferecemos produtos por meio de nossa rede de agências, incorporadoras, imobiliárias, incluindo nossa parceria com a RE/MAX e nossa associação com a LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A. (Lopes), chamada "CrediPronto". Esses dois acordos de longo prazo fornecem para nós, com exclusividade, a originação de financiamento imobiliário em muitas regiões do Brasil.

Uma de nossas vantagens competitivas é a agilidade no processo de aprovação de crédito e na formalização da respectiva documentação do financiamento. Em 31 de dezembro de 2016, o tempo médio entre a finalização de um financiamento e o recebimento da respectiva documentação foi de 10 dias úteis, o que, a nosso ver, é um período significativamente mais curto que o de nossos concorrentes.

O número de financiamentos que concedemos diretamente a pessoas físicas em 2016 foi de 27,3 mil, totalizando R\$ 8,2 bilhões no período, comparado com R\$ 10,5 bilhões em 2015. A LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel) média da carteira em 2016 foi de 41,8%, comparado com 43,7% em 2015. Com relação a empréstimos comerciais, financiamos 8,1 mil novas unidades imobiliárias durante 2016, totalizando R\$ 1,4 bilhão.

Desde 2007, as transações de financiamento de crédito imobiliário no mercado brasileiro vêm sendo realizadas principalmente por meio de um sistema de alienação fiduciária, pelo qual o comprador torna-se o proprietário do bem após todos os pagamentos terem sido realizados, tornando mais fácil para o banco (financiador) recuperar o bem no caso de inadimplência. Esse sistema resultou em menores riscos jurídicos e de crédito, em comparação a outros tipos de garantia.

Outra característica positiva do mercado brasileiro é o sistema de amortização constante segundo o qual parcelas decrescentes trazem uma amortização mais rápida do contrato, reduzindo nosso indicador LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel) a uma taxa mais rápida, quando comparada a outros sistemas de amortização.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Financiamento e crédito imobiliário	No período de janeiro a dezembro de 2016, fomos líderes entre os bancos privados brasileiros na concessão de novos empréstimos para pessoas físicas, com 41,9% de participação de mercado. Ficamos em segundo lugar considerando todos os bancos brasileiros na concessão de novos empréstimos para pessoas físicas, com 22,8% de participação de mercado.	O principal participante do mercado imobiliário brasileiro é a Caixa Econômica Federal (CEF), banco de propriedade do governo brasileiro. A CEF dedica-se ao financiamento de imóveis e é líder nesse mercado. Outros concorrentes incluem Banco do Brasil S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECIP.

Microcrédito **GRI G4-FS7**

Nossa unidade de microcrédito oferece para empreendedores de baixa renda, que não possuem os atributos necessários para usufruir do sistema financeiro formal, a oportunidade de expandir o próprio negócio. Os agentes de microcrédito do Itaú buscam clientes novos e antigos, oferecendo crédito (junto com um microsseguro grátis de proteção ao crédito) e máquinas para pontos de venda. Os agentes de crédito são responsáveis também por disseminar as informações referentes a conceitos financeiros relacionados ao uso consciente do dinheiro.

Um dos principais benefícios dessa iniciativa é o fato de os microempreendedores começarem a desenvolver um relacionamento com o sistema financeiro formal. Nossas atividades de microcrédito são divididas em dois níveis:

- Crédito de 1º nível: inclui crédito para capital de giro ou para reformas e compra de imobilizado, concedido a empreendedores formais e informais envolvidos em pequenos negócios. Qualquer concessão de crédito exige a presença de um agente de microcrédito treinado; e
- Crédito de 2º nível: crédito para microempreendedores por intermédio de organizações da sociedade civil de interesse público registradas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo. Nosso compromisso é o de promover as melhores práticas em microfinanças e trocar experiências com organizações parceiras.

Nosso investimento em microcrédito é parte da nossa estratégia de atuar como agentes transformadores da sociedade. O microcrédito é importante pois reforça a nossa visão de sustentabilidade e aumenta a nossa capacidade de transmitir conhecimentos em educação financeira. O objetivo final é criar um círculo virtuoso no qual o banco estimula o desenvolvimento econômico e social da população brasileira de baixa renda.

Consórcios

Consórcio é um sistema de autofinanciamento criado no Brasil com o intuito de estimular a poupança para a compra de veículos e de outros ativos, como imóveis. De acordo com os contratos de consórcios, os participantes são reunidos em grupos de acordo com o bem específico que decidem adquirir

(por exemplo, veículo de uma determinada montadora ou de um modelo em particular), que será pago em prestações. Os pagamentos feitos pelos participantes de um determinado consórcio são usados para criar um banco de fundos, que são usados por um ou mais membros do consórcio de cada vez, para aquisição dos bens escolhidos pelos participantes, por exemplo, uma vez por mês, e esses membros continuarão a fazer os pagamentos conforme programado. Em geral, os participantes podem receber o bem (i) durante o prazo do contrato do consórcio (antes de todas as parcelas serem pagas), caso o participante pague (além da prestação regularmente programada e devida) um montante maior do que qualquer outro valor oferecido por outros membros do consórcio nesse período; ou (ii) durante o prazo do contrato do consórcio (antes de todas as parcelas serem pagas), caso o participante seja selecionado, por sorteio organizado pelo banco, para receber o bem, continuando a pagar as parcelas restantes, conforme programado.

Como o consórcio é considerado prestação de serviços pela legislação brasileira, sua administração não gera risco de inadimplência nem alocação de capital de crédito para a instituição.

Como os consórcios não cobram taxas de juros, nossa receita é gerada, principalmente, pelas taxas de administração cobradas dos clientes.

Em razão das características expostas, esse negócio é estratégico para nós, pois contribui para diversificar a receita e oferecer uma carteira de produtos mais completa para os nossos clientes. Em dezembro de 2016, obtivemos os seguintes resultados:

- 395,5 mil em contratos ativos, com redução de 4,7% quando comparado com dezembro de 2015;
- R\$ 10,7 bilhões em saldo de prestações a receber, uma redução de 8,9% quando comparado com dezembro de 2015;
- R\$ 675,0 milhões em taxas de administração de janeiro a dezembro de 2016, uma redução de 1,3% quando comparado com o mesmo período de 2015.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Receitas de serviços de consórcios	No período de janeiro a dezembro de 2016, detínhamos participação de mercado de 8,4% no total das taxas de serviços de consórcio. Considerando apenas bancos, somos o segundo maior prestador desses serviços em termos de taxas no Brasil.	Considerando apenas bancos, nossos principais concorrentes no mercado brasileiro de consórcio são Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. e BB Administradora de Consórcios.

Fonte: Banco Central.

Adquirência

A Rede (antiga Redecard) é uma das duas maiores empresas adquirentes multibandeiras de transações com cartões de crédito, débito e de benefícios no Brasil. As atividades da Rede são adquirência, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito

e débito; antecipação de recebíveis para estabelecimentos comerciais (resultantes de vendas feitas com cartões de crédito); aluguel de terminais para pontos de venda, ou PDV; consulta de cheques por meio desses terminais e captura

e transmissão de transações realizadas com *vouchers* e programas de fidelização.

Nossa meta é sermos o principal parceiro de estabelecimentos comerciais que buscam ampliar o potencial de seus negócios com foco em investimentos e infraestrutura de TI e modernização dos pontos de venda. Para esses parceiros, a Rede oferece uma série de produtos que acompanham as últimas tendências do mercado. Entre esses produtos, destacamos o *Mobile Rede*, que captura transações por meio de um dispositivo acoplado ao *smartphone* ou *tablet*. Esse recurso permite a leitura do cartão e a inserção de dados da compra para assinatura do cliente, reforçando nossa posição em novas soluções de pagamento para autônomos e microempresários. Com o e-Rede, intensificamos e aprimoramos a qualidade de nossa plataforma para pagamentos eletrônicos, oferecendo não só o serviço de aquisição, mas também um portal antifraude. Disponibilizamos uma plataforma única, uma solução completa, rápida e eficiente para pagamentos on-line com um robusto sistema antifraude.

Estamos constantemente investindo na fidelidade dos lojistas focando no varejo e oferecendo uma ampla carteira de produtos e soluções inovadoras de aquisição e serviços bancários. Em setembro de 2016, lançamos o *Smart Rede*, uma nova geração de terminais inteligentes com um *design* inovador e um *App Store* que permite aos lojistas escolher e fazer *download* de soluções que ajudam a controlar e gerenciar os negócios. Em novembro de 2016, disponibilizamos aos lojistas o *Control Rede*, uma solução de conciliação que facilita o controle financeiro dos recebíveis do lojista.

Para simplificar ao máximo as transações realizadas pelos nossos clientes, em 2016, desenvolvemos o *Rede Pay*, uma solução de carteira digital que disponibiliza a nossos lojistas on-line a chance de aumentar as vendas, acessando milhares de clientes de uma maneira simples e segura, e o Preço Único, uma solução que simplifica a cobrança para os lojistas, cobrando uma taxa única que inclui a taxa de desconto do lojista e o aluguel da máquina de cartões.

Em 2016, recebemos R\$ 387 bilhões em transações realizadas com cartões de crédito e débito, um aumento de 1,1% quando comparado com 2015. Em 31 de dezembro de 2016, a Rede estava presente em quase todos os municípios brasileiros onde há energia elétrica e redes de comunicação e instalamos 1,5 milhão de terminais de cartões em todo o Brasil. O quadro a seguir apresenta o volume financeiros das transações e o valor das transações de cartões de crédito e de débito que processamos em 2016, 2015 e 2014:

	Volume financeiro (Em bilhões de R\$)			Transações (Em bilhões)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Cartões de crédito	252	250	232	2,0	2,0	1,9
Cartões de débito	135	133	126	2,0	2,0	2,0
Total	387	383	358	4,0	4,0	3,9

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Adquirência	No período de janeiro a dezembro de 2016, atingimos 34,6% de participação de mercado em termos de volume total de transações (crédito e débito) geradas pelos serviços de aquisição, nos posicionando em segundo lugar neste segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor são Cielo S.A., GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (GetNet) e Banco Bankpar S.A. (American Express).

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECs.

Outras carteiras de produtos e serviços

Seguros

Nosso segmento de seguros oferece uma ampla gama de produtos de seguro de vida e acidentes pessoais, automóveis e patrimoniais, crédito e seguro viagem. Nossa atividade foco de seguros, que inclui nossa participação de 30% na Porto Seguro, consiste em produtos de seguro massificados relacionados aos ramos de vida e patrimoniais e seguro de crédito. Esses produtos são oferecidos em sinergia com canais de varejo – nossa rede de agências, parcerias com varejistas, clientes de cartão de crédito, financiamentos de imóveis e de veículos, empréstimos pessoais e consignados – e o canal de atacado. Esses produtos têm características como menor sinistralidade, menor volatilidade no resultado e menor utilização de capital, o que os tornam estratégicos e mais

relevantes na diversificação de receitas do conglomerado. Outras atividades de seguros correspondem a garantia estendida, seguro saúde e nossa participação do IRB – Brasil Resseguros S.A. e outras atividades.

Em maio de 2016, recebemos o “Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente”, promovido pela revista Consumidor Moderno e o Centro de Inteligência Padrão (CIP), nas categorias Plano de Previdência Privada e Capitalização. Esse prêmio é concedido como reconhecimento pelo setor de relacionamento com o cliente no Brasil.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Seguros	Considerando nossa participação de 30% na Porto Seguro S.A., atingimos 9,9% de participação do mercado total de seguros brasileiro em termos de prêmios ganhos, de janeiro a dezembro de 2016, posicionando-nos como a quarta maior seguradora no Brasil. Considerando apenas nosso mercado foco de seguros, atingimos 12,6% de participação desse mercado no mesmo período.	O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes nesse setor, excluindo companhias de seguro saúde, são afiliados a grandes bancos comerciais como Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. Apesar de haver uma grande concentração de bancos brasileiros, esse mercado ainda é disperso, com agentes trabalhando em nichos específicos. Em dezembro de 2016, esse setor era formado por cerca de 154 seguradoras de vários portes, inclusive 39 conglomerados e 47 companhias independentes. Acreditamos que nossa aliança com a Porto Seguro S.A. resultou em ganho de escala e eficiência para nós.

Fonte: SUSEP. As atividades foco de seguros são: Seguro de Pessoas (Vida, Acidentes Pessoais, Prestamista, Educacional, Viagem, Desemprego, Auxílio Funeral, Doenças Graves, Eventos Aleatórios), Habitacional, Riscos Diversos, Crédito Doméstico – Pessoas Físicas. Seguro Saúde e produtos resgatáveis VGBL não estão incluídos.

Planos de previdência privada

Oferecemos planos de previdência privada para nossos clientes como opção para planejamento financeiro e sucessório e para fins de imposto de renda (esses produtos têm imposto diferido). Proporcionamos aos nossos clientes uma solução para assegurar a manutenção de sua qualidade de vida, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos de longo prazo.

As contribuições totalizaram R\$ 23,4 bilhões de janeiro a dezembro de 2016, decorrentes do aumento no nosso produto VGBL e de provisões técnicas, que aumentaram 20,4% de janeiro a dezembro, totalizando R\$ 148,7 bilhões em 31 de dezembro de 2016.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Planos de previdência privada	Em dezembro de 2016, nosso saldo de provisões representava 22,8% da participação de mercado em previdência, posicionando-nos como a terceira maior fornecedora de planos de pensão no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de previdência privada são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A., os quais, como nós, usam a própria rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo.

Fonte: FENAPREVI (Saldo de provisões – Planos de Previdência para Pessoas Físicas e Jurídicas).

Títulos de capitalização

Títulos de capitalização são produtos em que o cliente paga, de uma única vez ou mensalmente, uma quantia fixa que lhe será devolvida ao término de um prazo previamente determinado. A posse dos títulos de capitalização permite que o cliente participe automaticamente de sorteios periódicos, concorrendo a prêmios em dinheiro significativos. Em 2016, distribuimos R\$ 58,3 milhões em prêmios para 2.361 clientes.

Atualmente, nossos produtos de capitalização são comercializados por meio da nossa rede de agências, canais eletrônicos e terminais de caixa, e estamos desenvolvendo novas tecnologias para diversificação dos canais. As

receitas de capitalização cresceram 4,8% em 2016, quando comparadas a 2015.

Em linha com os princípios corporativos de responsabilidade social, mantemos, desde agosto de 2014, uma parceria com o Instituto Ayrton Senna, organização sem fins lucrativos que se dedica a promover a qualidade do ensino público no Brasil. Parte da receita da compra do PIC, nosso título de capitalização, é direcionada aos projetos educacionais do Instituto Ayrton Senna.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Títulos de capitalização	No período de janeiro a dezembro de 2016, atingimos 13,8% de participação de mercado em termos de receita de vendas de títulos de capitalização, posicionando-nos em terceiro lugar neste segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor de títulos de capitalização são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A., os quais, como nós, usam a própria rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo. Nossa rentabilidade (medida por lucros líquidos em relação a receitas sobre vendas) é a mais alta entre nossos principais concorrentes.

Fonte: SUSEP.

Banco de varejo

Temos uma ampla e diversificada carteira de produtos, como crédito, investimentos e serviços, para atender as necessidades de nossos clientes. Nosso segmento de Banco de varejo está dividido de acordo com os perfis dos clientes,

o que nos permite estar mais próximos e compreender suas necessidades, além de oferecer os produtos mais adequados para atender suas exigências.

Banco Itaú de varejo (pessoa física)

Nosso principal negócio é o banco de varejo e é por meio das operações desse segmento que oferecemos uma estrutura de serviço exclusiva para clientes em todo o Brasil. Nossa estrutura de atendimento busca oferecer as melhores soluções para cada perfil de cliente. Classificamos nossos clientes de varejo como pessoas físicas com renda mensal até R\$ 4.000.

Nossos serviços Itaú Uniclass estão disponíveis em todas as agências para clientes que ganham mais de R\$ 4.000 e menos de R\$ 10.000 por mês. Oferecemos serviços exclusivos para

clientes Itaú Uniclass como consultoria de investimentos, caixas exclusivos, atendimento telefônico especial e limites de crédito mais altos, além de uma grande equipe com gerentes de relacionamento exclusivos.

Nossa rede de banco de varejo está focada na construção de relacionamentos duradouros e transparentes com nossos clientes.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Banco de varejo (incluindo Itaú Personalitê)	Em dezembro de 2016, alcançamos participação de mercado de 11,7% em termos de saldo total de empréstimos em reais, posicionando-nos como o terceiro maior banco de varejo no Brasil.	O Itaú Unibanco Holding detém posição de liderança em muitos setores do mercado financeiro brasileiro. Com base nos dados do Banco Central e em informações disponíveis ao público, nossos principais concorrentes são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Itaú Personalitê (serviços bancários para pessoas físicas de alta renda)

O Itaú Unibanco começou a fornecer serviços personalizados a pessoas físicas de alta renda, em 1996, com a criação do Itaú Personalitê, que atende, atualmente, pessoas físicas com rendimento acima de R\$ 10.000 por mês ou que tenham investimentos acima de R\$ 100.000.

O foco do Itaú Personalitê é fornecer (i) serviços de assessoria financeira por gerentes que entendem as necessidades específicas de nossos clientes de alta renda, (ii) uma ampla oferta de produtos e serviços exclusivos e (iii) benefícios especiais com base no tipo e tempo de relacionamento com o cliente, inclusive descontos para diversos produtos e serviços. O Itaú Personalitê atende seus clientes por meio de uma rede especial, formada por 275 agências nas principais cidades brasileiras. Os clientes do Itaú Personalitê também têm acesso à rede de agências e caixas eletrônicos do Itaú Unibanco em todo o país, bem como aos serviços bancários por internet, telefone e *mobile banking*. Para os clientes que preferem serviços remotos, o Itaú Personalitê oferece uma “plataforma de banco digital”, na qual os gerentes de relacionamento atendem os clientes por telefone, e-mail, SMS e videoconferência, entre 7h e 0h em dias úteis.

Itaú Empresas (micro e pequenas empresas)

Para atender as necessidades de nossos clientes, oferecemos soluções personalizadas e aconselhamento detalhado sobre todos os produtos e serviços para:

- Microempresas: base de clientes composta por empresas com receita anual de até R\$ 1,2 milhão, atendidas por 3.617 agências bancárias com 2.257 gerentes em 31 de dezembro de 2016; e

- Pequenas empresas: base de clientes composta por empresas com receita anual entre R\$ 1,2 milhão e R\$ 30 milhões, atendidas por 361 escritórios com 1.747 gerentes em 31 de dezembro de 2016.

Nossos gerentes são certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e, ao longo do ano, recebem treinamento para oferecer as melhores soluções a cada perfil de cliente. Nossos clientes contam com nossa capacidade de oferecer produtos, prazos e taxas ajustados a suas necessidades.

Nossa estratégia é aproveitar as oportunidades do mercado, suprimindo as necessidades dessas empresas e seus proprietários, particularmente em relação à gestão de fluxos de caixa, linhas de crédito, necessidades de investimentos e serviços bancários.

Como no caso de 2015, melhorar nossa carteira de crédito e reduzir o volume de empréstimos inadimplentes permaneceu como nossa meta em 2016: processos, políticas e ferramentas de crédito foram aprimoradas e intensificamos nossos esforços de cobrança e recuperação de crédito.

Com foco nas necessidades de nossos clientes, lançamos um aplicativo para celular que oferece mais facilidade, agilidade e conveniência a nossos clientes na interação com o banco no dia a dia. Expandimos os serviços de aquisição, que oferecemos a nossos clientes através da Rede e aumentamos o número de clientes que aderiram ao plano *Flex*, que permite ao lojista receber vendas no cartão de crédito no prazo de dois dias úteis. Além disso, melhoramos nossa capacidade de atrair clientes qualificados com ofertas de produtos e serviços adequados às suas necessidades.

Por fim, continuamos nossos esforços de digitalizar produtos e serviços e desenvolvemos as ferramentas utilizadas por nossas equipes de vendas e relacionamentos. Em 2017, esperamos aproveitar os benefícios desses investimentos, considerando o aumento de produtividade dos negócios e a maior proximidade com nossos clientes.

Setor público

Nosso segmento voltado ao setor público opera em todas as áreas do governo, incluindo os níveis federal, estadual e municipal (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).

Para atender esses clientes, usamos plataformas exclusivas, diferentes daquelas das agências de banco de varejo, com equipes de gerentes especialmente treinados para oferecer soluções personalizadas para a arrecadação de impostos, serviços de câmbio, administração de ativos públicos, pagamentos a fornecedores, folha de pagamento de servidores civis e militares e aposentadoria. Com base nessas plataformas, temos uma quantidade significativa de negócios com clientes do setor público, sobretudo nos estados brasileiros onde, anteriormente, havíamos adquirido instituições financeiras estatais. Em dezembro de 2016, contávamos com 5.330 clientes do setor público e 12 escritórios no Brasil.

Banco de atacado

Banco de atacado é o segmento responsável por serviços bancários de investimento e operações bancárias de empresas grandes (receita anual acima de R\$ 300 milhões) e médias (receita anual de R\$ 30 milhões a R\$ 300 milhões). O segmento oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil.

Nossas atividades nesse segmento variam de transações típicas de um banco comercial a transações em mercado de capitais e consultoria em fusões e aquisições. Essas atividades estão totalmente integradas e nos permitem alcançar um desempenho personalizado, ajustado às necessidades dos nossos clientes.

Uma das características mais importantes do nosso Banco de Atacado é a série de iniciativas relacionadas à melhoria da eficiência das nossas operações. Essas ações contínuas, que devem continuar crescendo nos próximos anos, são projetadas para aumentar receitas, aprimorar processos e reduzir custos.

Banco de investimento

Nossas atividades de banco de investimento (*investment banking*) realizadas pelo Itaú BBA ajudam empresas a levantar fundos por meio de instrumentos de renda fixa e ações em mercados de capital públicos e privados e abrangem serviços de consultoria em fusões e aquisições. Assessoramos empresas, fundos de ações e investidores na estruturação de produtos de renda variável e em fusões e aquisições. Desde a fase de pesquisa até a execução, acreditamos oferecer uma ampla carteira de serviços de banco de investimento para empresas brasileiras e outras companhias latino-americanas.

No segmento de banco de investimento, o departamento de renda fixa atua como *bookrunner* ou gestor na emissão de debêntures, notas promissórias e operações de securitização.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Banco de investimento	No período de janeiro a dezembro de 2016, o Itaú BBA ficou em primeiro lugar em fusões e aquisições ⁽¹⁾ . De janeiro a dezembro de 2016, ficamos em segundo lugar em originação e em segundo em distribuição em transações em mercados de capital – dívidas ⁽²⁾ .	Em Banco de Investimento, os principais concorrentes do Itaú BBA são Banco Santander, Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco JP Morgan S.A., Bradesco BBI e Banco BTG Pactual S.A.

Fonte: (1) Dealogic. (2) Ranking ANBIMA em termos de volume.

Itaú Private Bank

Com uma plataforma completa de gestão de patrimônio global, somos líderes de mercado no Brasil, com participação de mercado superior a 27% e um dos principais players na América Latina. Nossa equipe multidisciplinar, apoiada por uma equipe de consultores de investimento e especialistas em produtos, presta serviços financeiros abrangentes, entendendo e endereçando as necessidades de nossos clientes, em oito escritórios no Brasil e em nossos escritórios localizados em Zurique, Miami, Nova Iorque, Santiago, Assunção e Nassau.

Nossos clientes têm acesso a uma carteira completa de produtos e serviços, desde gestão de investimentos até planejamento patrimonial, passando por soluções bancárias e de crédito. Além de nossos produtos e serviços personalizados internamente, oferecemos a nossos

clientes acesso a uma arquitetura aberta de alternativas de prestadores de serviços.

Em linha com nossa visão de ser o banco líder em performance sustentável e satisfação dos clientes, decidimos nos concentrar nas nossas prioridades estratégicas no Itaú Private Bank e pretendemos continuar a fazê-lo no próximo ano, com as seguintes iniciativas:

- ser o *private bank* líder em termos de satisfação do cliente;
- agregar valor para clientes e acionistas, oferecendo assessoria proativa completa e de longo prazo;
- continuar a investir em plataformas internacionais para aperfeiçoar nossos serviços e atendimento para o cliente brasileiro e expandir nossa operação na América Latina;

- aumentar a eficiência operacional da nossa plataforma por meio de investimentos contínuos em plataformas de TI; e
- manter o foco na gestão de riscos e nos aspectos regulatórios.

Fomos reconhecidos pelas principais publicações do mercado global de *private bank*:

Private Wealth Management/The Banker

- *Best Private Bank in Latin America* (2016)
- *Best Private Bank in Brazil* (2016)

Private Banker International

- *Outstanding Private Bank – Latin America* (2016)
- *Most Effective Investment Service Offering* (2016)

Euromoney

- *Best Private Banking Services Overall in Brazil* (2016)

Global Finance

- *Best Private Bank in Emerging Markets for 2017*
- *Best Private Bank in Brazil for 2017*

Itaú gestão de recursos de terceiros

A Itaú Asset Management é especializada na gestão de recursos de clientes. Posicionada como a maior gestora de recursos de terceiros do Brasil e uma das instituições líderes na especialidade da América Latina, em dezembro de 2016, conta, segundo a ANBIMA, com mais de R\$ 527,0 bilhões em

recursos sob gestão, mais de 270 profissionais e 60 anos de experiência em gestão de recursos.

Além disso, conta com uma das maiores equipes de pesquisa da América Latina, composta por profissionais focados em setores e estratégias de investimento específicos. O investimento constante em pesquisa de mercado permite-nos analisar oportunidades de investimento em detalhes, sob várias perspectivas. Oferecemos uma variedade de soluções e produtos personalizados, ajustados à particularidade de cada segmento de cliente, considerando objetivos de investimento e perfis de risco diferentes. Dispomos de uma comprometida equipe de gestão de riscos que é responsável por apoiar a operação.

Em julho de 2016, o Itaú Gestão de Recursos de Terceiros recebeu da Valor Investe o prêmio Top Gestão 2016 da *Standard & Poor's* como o melhor gestor de fundos de *hedge* com três fundos 5 estrelas. Em dezembro de 2016, Itaú Asset Management foi eleito pela oitava vez, sendo a quarta consecutiva, o Melhor Gestor de Fundos pela revista Exame e venceu em oito das nove categorias do prêmio.

A Kinea, empresa de gestão de investimentos alternativos do Itaú Unibanco, detinha R\$ 11,5 bilhões de ativos sob gestão no final de 2016.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Gestão de Recursos de Terceiros	Em dezembro de 2016, alcançamos 15,1% de participação de mercado em termos de ativos sob gestão, nos posicionando como terceiro maior gestor de recursos de terceiros do Brasil.	Segundo a ANBIMA, em dezembro de 2016, o setor de gestão de recursos de terceiros no Brasil alcançou R\$ 3.480 bilhões, com a concorrência concentrada em grandes e bem estabelecidos bancos de varejo. Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: ANBIMA.

Soluções para mercado de capitais

As unidades de negócios da área de Soluções para Mercado de Capitais oferecem os seguintes serviços:

- custódia local e serviços fiduciários;
- custódia internacional; e
- soluções corporativas, atuando como prestador de serviços de transferência e de escrituração para empresas brasileiras que emitem ações, debêntures, promissórias e cédulas de crédito bancário. Também atuamos como agente de garantias em transações de project finance, contas garantidas e contratos de empréstimos e financiamentos.

Nosso foco é ser um prestador de serviços completos para profissionais especializados tendo como alicerce a tecnologia.

Fundos de pensão, companhias de seguro, gestores de ativos, investidores institucionais internacionais e emissores de títulos de crédito e dívida são nossos principais clientes nesses negócios, representando aproximadamente 3.317 clientes em 22 países, que alcançaram R\$ 2,6 trilhões de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2016, incluindo fundos de investimento, *underwriting*, fundos de pensão, serviços fiduciários e de corretagem.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Custódia local	Em dezembro de 2016, alcançamos 27,3% de participação de mercado em termos de ativos sob custódia, nos posicionando como o segundo maior custodiante local.	Segundo a ANBIMA, em dezembro de 2016, o serviço de custódia local de ativos totalizou R\$ 4.035 bilhões. Nossos principais concorrentes são Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.
Custódia internacional	Em dezembro de 2016, a nossa participação de mercado atingiu 14,1% em termos totais de ativos sob custódia internacional e ocupamos a terceira posição entre os custodiantes internacionais.	Segundo a ANBIMA, em dezembro de 2016, o serviço de custódia internacional de ativos totalizou R\$ 1.235 bilhões. Nossos principais concorrentes são Banco Citibank S.A., J.P. Morgan's Securities Services e Banco Bradesco S.A.
Soluções para corporações	Em dezembro de 2016, lideramos como agentes de transferência e de registro para 217 empresas listadas na BM&FBovespa, o que representa 62,2% das empresas listadas nesta bolsa de valores. Além disso, lideramos como agente de transferência com 416 ofertas de debêntures no mercado brasileiro, o que representa 46,7% do mercado.	Nossos principais concorrentes no mercado de ações são Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. Nosso principal concorrente em debêntures é o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding, ANBIMA e BM&FBovespa.

Itaú Corretora (corretagem)

A Itaú Corretora presta serviços de corretagem na BM&FBovespa desde 1965. Atendemos mais de 130 mil clientes de varejo no Brasil, com posições em mercados de ações e renda fixa, sendo responsáveis por, aproximadamente, R\$ 40 bilhões em volume de negociações em 2016. Esses serviços também são oferecidos para clientes internacionais através da nossa corretora em Nova Iorque.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

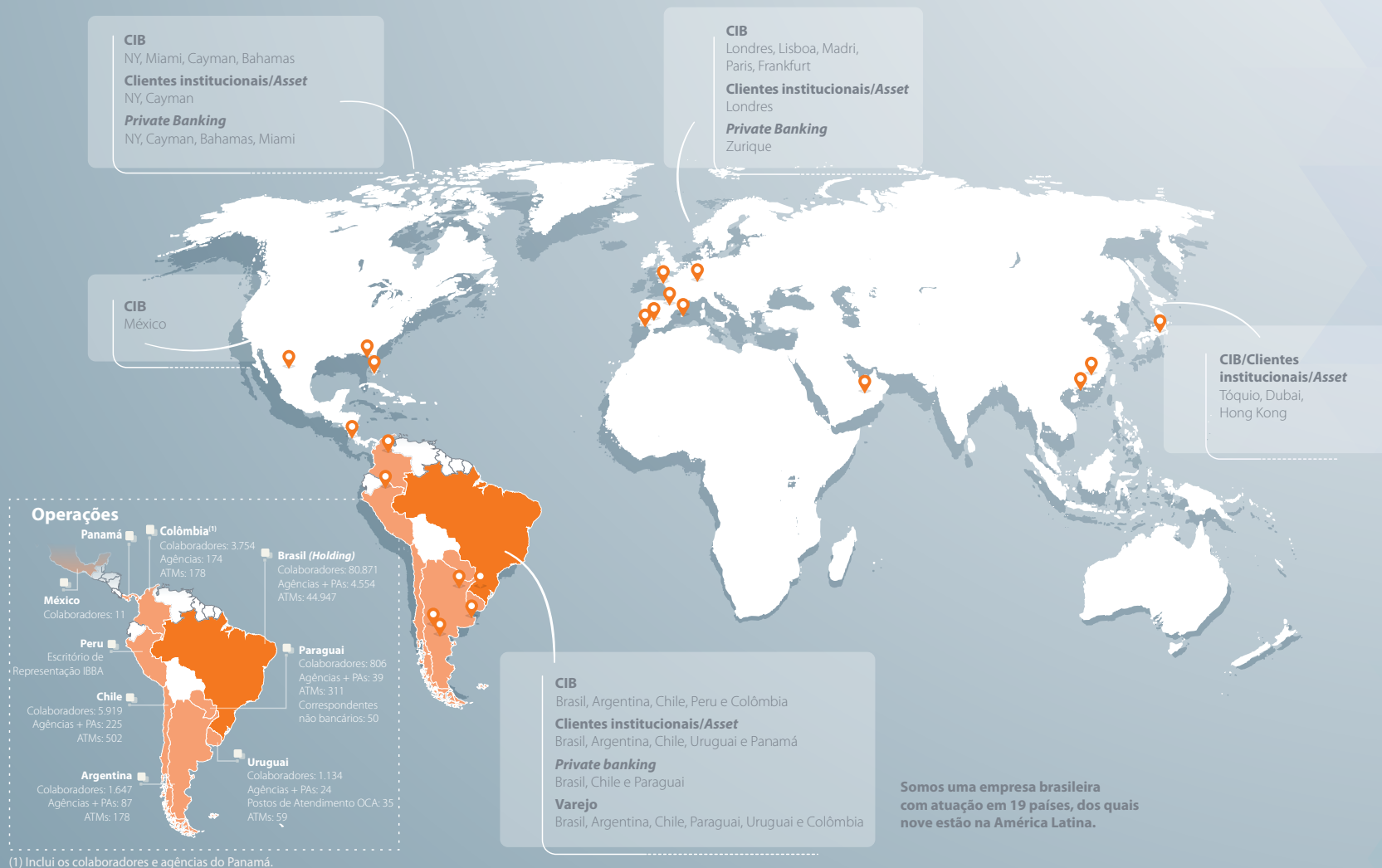
Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Serviços de corretagem – varejo ⁽¹⁾	Classificado em quarto lugar em Serviços de Corretagem – Varejo por volume de negociações em dezembro de 2016.	Principais concorrentes: XP Investimentos, Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cash equities ⁽¹⁾	Classificada em sexto lugar no segmento de Cash Equities, por volume de negociação, no período de janeiro a dezembro de 2016.	Principais concorrentes: UBS Brasil Corretora, XP Investimentos, Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Futuros e derivativos ⁽¹⁾	Classificada em sexto lugar no segmento de Futuros e Derivativos por número de contratos negociados, no período de janeiro a dezembro de 2016.	Principais concorrentes: UBS Brasil Corretora, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ICAP do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Tullett Prebon Brasil S.A. Corretora de Valores e Câmbio, BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Research ⁽²⁾	Classificada como a primeira Research House na América Latina.	Principais concorrentes (players locais e globais): J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e Bank of America Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Fonte: (1) CBLNet, (2) Institutional Investor Magazine.



Nossas operações internacionais [GRI 102-4](#) | [GRI 102-6](#) | [GRI 103-2](#) | [103-3 Atuação internacional](#)

Itaú Unibanco Holding | Atuação global



América Latina

A América Latina é nossa prioridade na expansão internacional devido à proximidade geográfica e cultural dos seus países com o Brasil. Nosso propósito é sermos reconhecidos como “o banco da América Latina”, uma referência na região para todos os tipos de serviços financeiros prestados a pessoas físicas e jurídicas.

Nos últimos anos, consolidamos nossa presença na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, com foco principal em banco comercial e, com a recente fusão entre Banco Itaú Chile e CorpBanca, que nos assegurou presença também na Colômbia e no Panamá, ampliamos ainda mais nossa atuação na região. No Peru, operamos no segmento corporativo por meio de um escritório de representação.

Em 31 de dezembro de 2016, contávamos com uma rede de 549 agências e postos de atendimento bancário (PABs) na América Latina (excluindo o Brasil). No Paraguai, contávamos com 50 correspondentes não bancários – postos de atendimento com estrutura simplificada – localizados estrategicamente em supermercados para fornecer serviços a nossos clientes no país. Em 31 de dezembro de 2016, tínhamos ainda 35 postos de atendimento por intermédio da OCA S.A., nossa operadora de cartões de crédito no Uruguai. Consulte a [seção Nosso perfil, item Canais de distribuição](#)

para mais detalhes sobre nossa rede de distribuição na América Latina.

Banco Itaú Argentina

Operamos na Argentina desde 1979, com foco em empresas de grande porte com ligações comerciais com o Brasil. Em 1994, demos início a nossas operações de varejo em Buenos Aires. Em 1998, aumentamos nossa presença naquele país com a aquisição do *Buen Ayre Bank*, renomeado subsequentemente como Banco Itaú Argentina.

Oferecemos, por intermédio do Banco Itaú Argentina, produtos e serviços nos segmentos de grandes empresas (*corporate*), pequenas e médias empresas e varejo. Nosso foco de atuação, quanto ao segmento de grandes empresas, são as companhias de grande porte e os clientes institucionais, com a oferta de serviços de empréstimos, financiamento estruturado, investimentos e gestão de caixa. Nosso segmento de pequenas e médias empresas oferece crédito para capital de giro e investimentos para o crescimento da capacidade produtiva. No varejo, concentramos nosso foco de atuação em clientes de média e alta renda e oferecemos serviços de contas correntes e de poupança, crédito pessoal e cartões de crédito.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Total da carteira de crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2016, detínhamos 2,2% de participação no mercado, em termos de saldo total de empréstimos em pesos argentinos, nos posicionando como o décimo terceiro maior banco privado na Argentina.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander Río S.A., <i>Banco de Galicia y Buenos Aires S.A.</i> , BBVA Banco Francés S.A. e Banco Macro S.A.

Fonte: Banco Central da Argentina.

Itaú CorpBanca

Em 2015, a última aprovação regulatória pendente exigida para a fusão do Itaú Chile com o CorpBanca foi concedida pela Superintendência de Bancos e Instituciones Financieras (SBIF), no Chile. Como resultado, obtivemos todas as aprovações de órgãos reguladores necessárias para concluir a fusão no Brasil, Chile, Colômbia e Panamá.

A fusão foi concluída em 1º de abril de 2016, e adquirimos o controle do banco resultante (Itaú CorpBanca). Desde o segundo trimestre de 2016, os resultados financeiros do Itaú CorpBanca vêm sendo consolidados com nossos resultados. Esperamos que a integração operacional e tecnológica dos bancos sejam concluída no final de 2017 e as sinergias se tornem mais evidentes em 2018.

Em outubro de 2016, adquirimos do Corp Group 10,9 bilhões de ações adicionais da Itaú CorpBanca por aproximadamente R\$ 288,1 milhões, conforme o acordo de acionistas celebrado na data da fusão. Como resultado, nossa participação no Itaú

CorpBanca aumentou de 33,58% para 35,71%, sem alteração na governança do Itaú CorpBanca.

Em janeiro de 2017, o acordo que estabelece os termos e condições da fusão foi alterado para refletir, entre outras coisas, mudanças nos termos das transações relacionadas com as operações na Colômbia. Consulte a [seção Nosso perfil, item Destaques de 2016, Fusões, aquisições e parcerias, Itaú CorpBanca](#).

Essa operação representa um importante passo na nossa estratégia de expandir nossa presença na América Latina, diversificando nossas operações na região. Passamos da 7ª (sétima) para a 4ª (quarta) posição no *ranking* de maiores bancos privados do Chile em termos de empréstimos e ingressamos no mercado colombiano de varejo financeiro através do Banco CorpBanca Colômbia S.A., 5º (quinto) maior banco local em termos de empréstimos e que também passará a operar sob a marca Itaú. Adicionalmente, passamos a ter atividades no Panamá.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Total da Carteira de Crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2016, nossa participação de mercado era de 13,1%, com base no saldo total de empréstimos em pesos chilenos, nos posicionando como o quarto maior banco privado no Chile.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander-Chile S.A., Banco de Chile S.A., Banco de Crédito e Inversiones S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Chile S.A.

Fonte: Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras.

Banco Itaú Paraguai

Em 1978, iniciamos nossas operações no Paraguai, nos segmentos de varejo e de atacado, por intermédio do Interbanco, que foi adquirido pelo Unibanco em 1995. Em 2010, a marca Itaú foi introduzida e o nome do banco foi mudado para Banco Itaú Paraguai. O Banco Itaú Paraguai oferece produtos e serviços para pequenas e médias empresas, agronegócios, grandes empresas, clientes institucionais e clientes do segmento *consumer banking*. As principais fontes de receita do Banco Itaú Paraguai são os produtos de *consumer banking*, com destaque para os cartões de crédito. O segmento de varejo também está voltado para clientes de folha de pagamento. No segmento de *corporate banking*, o Banco Itaú Paraguai é referência em agronegócios.

Somos líderes entre os bancos do Paraguai em termos de resultados e depósitos (dados fornecidos pelo Banco Central do Paraguai, dezembro de 2016).

O Banco Itaú Paraguai foi o vencedor regional no *World's Best Emerging Markets Banks*, na categoria *Latin America 2016*, de acordo com a revista *Global Finance*. O banco também venceu na categoria "Best Bank do Paraguai" do *Euromoney Awards for Excellence 2016*.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Total da carteira de crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2016, detínhamos 14,8% do saldo total de empréstimos em guaranis, nos posicionando como o terceiro maior banco privado no Paraguai.	Nossos principais concorrentes são Banco Continental S.A.E.C.A., Banco Regional S.A.E.C.A. e Banco Bilbao Viscaya Argentaria Paraguay S.A.

Fonte: Banco Central do Paraguai.

Banco Itaú Uruguai

Nossas operações no Uruguai incluem o Banco Itaú Uruguai, a OCA (o maior emissor de cartões de crédito do Uruguai, segundo o Banco Central daquele país) e a empresa de gestão de fundos de pensão *Unión Capital*. Nossa estratégia no Uruguai é atender uma ampla gama de clientes por meio de soluções bancárias personalizadas.

Nosso negócio de banco de varejo está focado em clientes pessoas físicas e pequenas empresas. Os produtos e serviços de varejo priorizam os segmentos de média e alta renda e também

incluem contas correntes e de poupança, folha de pagamento, áreas de autosserviços e caixas eletrônicos em todas as agências, além de serviços bancários via telefone e internet. A divisão de banco de atacado é voltada para empresas multinacionais, instituições financeiras, empresas de médio e grande porte e para o setor público, fornecendo serviços de empréstimos, gestão de caixa, tesouraria, negociação e investimentos.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Total da carteira de crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2016, detínhamos 20,5% de participação de mercado, com base no saldo total de empréstimos em pesos uruguaios, nos posicionando como o terceiro maior banco privado no Uruguai.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander S.A., Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Uruguay S.A. e Scotiabank Uruguay S.A.

Fonte: Banco Central do Uruguai.

Peru

Possuímos um escritório de representação no Peru e estamos considerando expandir nossas atividades para os segmentos de grandes empresas e banco de investimento.

nossa presença no México com um escritório dedicado às atividades de *equity research* com cobertura de empresas listadas mexicanas.

México

Como parte de um processo de reestruturação de nossas atividades na América Latina, a venda de nossas operações de corretagem no México foi aprovada pelo órgão regulador local em 1º de outubro de 2016. Continuaremos

Itau BBA International

Nossas atividades bancárias desenvolvidas sob a estrutura societária do Itau BBA International estão focadas principalmente em duas linhas de negócios:

- **Corporate and Investment Banking:** com sede no Reino Unido e plataformas comerciais em diversas cidades europeias, atendemos às necessidades financeiras de empresas com presença e operações internacionais, com destaque para as operações associadas a financiamentos e relações de investimentos entre empresas na América Latina e na Europa. Os serviços que oferecemos incluem a originação de financiamento estruturado, operações de cobertura de riscos, financiamento de exportação e consultoria para empresas europeias que investem na América Latina e companhias latino-americanas que fazem investimentos internacionais.
- **Private Banking:** sob a estrutura corporativa do Itaú BBA International, atuamos como gestor de atividades de *private banking* em Miami e na Suíça, oferecendo produtos e serviços financeiros especializados para clientes latino-americanos com alto poder aquisitivo.

Outras operações internacionais

Para dar suporte a nossos clientes em serviços e operações financeiras internacionais, nossas unidades internacionais fornecem diversos produtos financeiros, como financiamento de operações comerciais, empréstimos de agências multilaterais de crédito, empréstimos no exterior, serviços internacionais de gestão de caixa, câmbio, cartas de crédito, garantias exigidas em processos internacionais de licitação, derivativos para fins de proteção (*hedging*) ou negociação comercial própria, transações estruturadas e ofertas nos mercados de capitais estrangeiros. Esses serviços são oferecidos, principalmente, por meio de nossas agências localizadas em Bahamas, Nova Iorque e Ilhas Cayman e de nossas outras operações internacionais.

Gerenciamos carteiras próprias e captamos recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários no mercado internacional. A captação de recursos – mediante a emissão de títulos e valores mobiliários – certificados de depósito, papéis comerciais e notas comerciais, pode ser feita por nossas agências localizadas nas Ilhas Cayman, Bahamas e em Nova Iorque, bem como pelo Itaú Bank Ltd., subsidiária bancária constituída nas Ilhas Cayman. Nossas carteiras próprias são mantidas principalmente pelo Itaú Bank e por nossas agências das Ilhas Cayman e Nassau. Essas unidades também aumentam nossa capacidade de administrar nossa liquidez internacional.

Por meio de nossas operações internacionais, estabelecemos e monitoramos linhas de crédito comerciais de bancos estrangeiros e mantemos relacionamentos de banco correspondente com centros monetários e bancos regionais em todo o mundo, além de supervisionarmos nossas outras atividades de captação de fundos no exterior.

Além disso, o Itaú BBA participa, como distribuidor dos mercados internacionais de capital, pois contamos com equipes de negociação e vendas de ações e produtos de renda fixa em São Paulo, Nova Iorque, Santiago, Londres e Hong Kong. Oferecemos ampla cobertura de *research* para mais de 207 empresas com ações negociadas no Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru, Panamá e Argentina. Nossas equipes de ações e renda fixa atuam na oferta e negociação de títulos e valores mobiliários brasileiros e latino-americanos para investidores institucionais.

Pontos fortes competitivos

Acreditamos que os seguintes pontos fortes nos proporcionam vantagens competitivas significativas e nos distinguem da concorrência.

Principal marca de banco do Brasil

Acreditamos que nossas marcas são bastante fortes e altamente reconhecidas no Brasil associadas à qualidade e confiabilidade e, com a nossa ampla carteira de produtos, ajudam-nos a manter rotatividade baixa de clientes, particularmente entre aqueles do segmento de alta renda. Em 2016, reforçamos nosso posicionamento como banco digital, combinando tecnologia inovadora e nossa visão de facilitar o dia a dia das pessoas através de transações financeiras cada vez mais simples. Também em 2016, nossa marca foi apontada pela consultoria Interbrand como a mais valiosa no Brasil pelo décimo terceiro ano consecutivo. Consulte a [seção Nosso perfil, item Marca](#), para mais informações.

Extensa rede de agências em regiões geográficas com grande atividade econômica

Nossa rede de agências no Brasil, embora tenha alcance nacional, está estrategicamente concentrada na região sudeste, a mais desenvolvida e industrializada do País. Nossa rede de agências em outros países da América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Panamá, Peru e Uruguai) também está localizada em regiões de alto nível de atividade econômica. A localização de nossa rede de agências em regiões econômicas chave nos proporciona uma forte presença e uma vantagem competitiva para oferecer nossos serviços a uma ampla variedade de clientes, lucrando com oportunidades seletivas de mercado. Nossa rede exclusiva de caixas eletrônicos – considerada por nós como um dos fortes pontos competitivos – permite que ofereçamos uma ampla gama de produtos e serviços a nossos clientes.

Além disso, remodelamos as agências, principalmente as localizadas em *shopping centers*. Essas agências possuem nova identidade visual e nova proposta de serviços, oferecendo um novo conceito de atendimento ao cliente e *layout* personalizado, inspirado no *design* de uma loja de varejo. As agências localizadas em *shopping centers* possuem horário de atendimento ampliado, uma conveniência extra para os nossos clientes. Contamos ainda com uma ampla rede de atendimento composta por agências, postos de atendimento bancário e caixas eletrônicos no Brasil e no exterior. Consulte a [seção Nosso perfil, item Canais de distribuição](#), para mais informações.

Linha diversificada de produtos e serviços GRI 103-2 | 103-3 Diversificação de receitas

Somos um banco de múltiplos serviços com uma linha diversificada de produtos e serviços criados para atender às necessidades dos nossos diversos tipos de clientes: grandes, micro e pequenas empresas, varejo, pessoas físicas de alta renda, clientes de *private bank*, não correntistas e usuários de

cartão de crédito. Acreditamos que esse modelo de negócio crie oportunidades para melhorar nosso relacionamento com os clientes e, dessa forma, aumentar nossa participação no mercado e nossa receita de tarifas. Esperamos manter nossa liderança conquistando um sólido e crescente número de operações em diversos segmentos de negócios.

Tecnologia e canais de distribuição eletrônicos como incentivos para vendas

O nosso intenso uso de tecnologia e canais de distribuição eletrônicos contribui significativamente para o aumento de vendas de produtos e serviços e é uma das nossas vantagens competitivas mais importantes. Investimos em tecnologia porque acreditamos que assim poderemos melhorar o ambiente para os nossos colaboradores e clientes. Priorizamos nossos esforços no desenvolvimento de plataformas e serviços que utilizam o melhor da tecnologia, com o objetivo de simplificar e facilitar a vida de todos os que se relacionam com o banco, com foco em mobilidade e conveniência.

Nossa tecnologia permite oferecer serviços bancários remotos (*call centers*, aplicativos para celular e *internet banking*, etc.) e possibilita aos clientes comprar serviços, verificar extratos e fazer transações on-line ou por telefone. Além disso, nossas equipes de vendas podem acessar a classificação de crédito dos clientes com facilidade e propostas de crédito podem ser enviadas pela internet por qualquer corretora cadastrada em nossos sistemas.

Através das nossas agências digitais expandimos nosso modelo de relacionamento com cliente, oferecendo serviços personalizados aos clientes das 7h à meia-noite, de segunda a sexta, o que permite aos clientes administrar suas contas remotamente, simplificando suas vidas e nos tornando mais eficientes. Em dezembro de 2016, passamos a ter 135 agências digitais, em comparação com 94 em 2015, um aumento que é o resultado da boa aceitação pelos nossos usuários. Estamos investindo também em outros meios de comunicação digitais, como os aplicativos Itaú Pagcontas, Itaú Tokpag, Itaucard e Itaú Empresas. Em 2016, desenvolvemos o Itaú Abreconta, um aplicativo que oferece aos clientes a possibilidade de abrir novas contas bancárias a partir de seus celulares. Além disso, em 2015, concluímos nosso novo *data center* construído no estado de São Paulo, um dos maiores da América Latina, conforme planejado, e as configurações da infraestrutura ambiental foram estabelecidas com sucesso. O novo *data center* suportará nosso crescimento até 2050, assegurando o alto desempenho e a disponibilidade de nossas operações.

Para mais informações sobre o Personalité Digital e outros canais digitais, consulte a [seção Nosso perfil, item Canais de distribuição](#).

Empreendedorismo tecnológico

Melhorando e simplificando a experiência dos nossos clientes, aplicando tecnologia a novos modelos de negócio e atuando com agilidade, as *startups* estão desafiando as empresas tradicionais a reverem seus métodos de trabalho. Empresas de tecnologia também começaram a oferecer serviços financeiros, impactando o setor bancário. Com o intuito de se reinventar e assumir a dianteira dessa transformação, o Itaú criou o Cubo em parceria com a *Redpoint* para se conectar com o universo do empreendedorismo tecnológico e, consequentemente, encontrar oportunidades de gerar vantagem competitiva e evoluir como banco digital.

O Cubo é uma organização sem fins lucrativos que promove transformações para o empreendedorismo tecnológico por meio de diversas iniciativas. Além de oferecer um espaço de *coworking* para *startups* digitais, as *startups* residentes podem contar com o suporte de mentores especializados em uma vasta gama de temas e com uma plataforma de eventos que inclui *workshops* e palestras, entre outros, voltados para empreendedores e outros interessados.

Até o final de 2016, o Cubo tinha 54 *startups* residentes que já geraram mais de 650 empregos. Todos os dias o Cubo recebe investidores, estudantes, empreendedores e executivos de grandes empresas que querem aprender sobre o ecossistema. Entre 2015 e 2016, as *startups* apoiadas pelo Cubo receberam cerca de R\$ 104 milhões em investimentos de empresas que acreditam em seus modelos de negócio. Colaboradores do Itaú já participaram de atividades, como *workshops*, eventos corporativos e palestras no Cubo, inclusive colaboradores de unidades internacionais.

Modelo de precificação baseado em risco como ferramenta para gerenciar risco ao mesmo tempo em que explora oportunidades

Nosso modelo de precificação, baseado no risco aplicado aos nossos produtos, é uma importante vantagem competitiva, pois fornece uma dimensão mais precisa da equação risco versus retorno, em diversos cenários. É uma ferramenta fundamental para explorar oportunidades comerciais e, simultaneamente, gerenciar riscos. Dependendo do produto, cada contrato é precificado separadamente, utilizando os modelos de retorno sobre capital ajustado ao risco que proporcionam uma melhor avaliação do mercado correspondente.

Concorrência

Os últimos anos caracterizaram-se pelo aumento da concorrência e da consolidação no setor de serviços financeiros no Brasil. Em 31 de dezembro de 2016, havia 138 conglomerados, bancos comerciais e múltiplos, bancos de desenvolvimento e Caixa Econômica Federal, dentre um total de 1.454 instituições no Brasil.

Nós, juntamente com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A., somos os líderes no setor privado de atividades bancárias de serviços múltiplos. Em 31 de dezembro de 2016, esses bancos respondiam por 37,8% do total de ativos do setor bancário brasileiro. Enfrentamos também a concorrência de bancos do setor público. Em 31 de dezembro de 2016, o Banco do Brasil S.A., a Caixa Econômica Federal e o BNDES respondiam por 43,2% do total de ativos do sistema bancário.

A tabela a seguir apresenta o total de ativos dos 10 principais bancos no Brasil, classificados de acordo com a sua participação no total de ativos do setor bancário brasileiro:

Posição	Bancos por total de ativos ⁽¹⁾	Tipo de controle	Em 31 de dezembro de	
			2016	% do Total
			(Em bilhões de R\$)	(%)
1º	Banco do Brasil S.A. ⁽²⁾	Estatal	1.436,8	17,4
2º	Itaú Unibanco Holding S.A.	Privado	1.331,8	16,2
3º	Caixa Econômica Federal	Estatal	1.256,2	15,2
4º	Banco Bradesco S.A. ⁽³⁾	Privado	1.081,4	13,1
5º	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Estatal	867,6	10,5
6º	Banco Santander Brasil S.A.	Privado	705,1	8,6
7º	Banco Safra S.A.	Privado	148,4	1,8
8º	Banco BTG Pactual S.A.	Privado	132,0	1,6
9º	Banco Citibank S.A.	Privado	72,0	0,9
10º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul)	Estatal	68,2	0,8
n.a.	Outros	n.a.	1.139,9	13,8
	Total		8.239,4	100,0

(1) Baseado em serviços bancários, exceto seguros e fundos de pensão.

(2) Inclui a consolidação de 50,0% do Banco Votorantim S.A. com base na participação acionária do Banco do Brasil e exclui esses 50,0% do Sistema Financeiro Nacional.

(3) Inclui a consolidação do HSBC Bank Brasil S.A.

Fonte: Banco Central (IFdata).

Nossas ações

Bolsa de Valores	Símbolos		Nível de governança
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	
 Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA)	ITUB3	ITUB4	Nível 1
 Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE)	-	ITUB ⁽¹⁾	Nível 2

(1) American Depositary Shares, ou ADSs.

As ações ordinárias conferem a seu titular direito a um voto nas assembleias gerais. O direito de voto dos nossos acionistas controladores não difere do direito de voto dos outros detentores de ações ordinárias.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem a seu titular:

- prioridade no recebimento do dividendo obrigatório, no valor de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo com o dividendo mínimo; e
- direito de venda conjunta (*tag-along*) em eventual alienação de controle, garantindo o preço igual a 80% do valor pago pelas ações ordinárias dos acionistas controladores.

A legislação societária brasileira prevê que os acionistas detentores de ações preferenciais podem votar quando a empresa deixar de pagar dividendos fixos, ou mínimos, aos

quais eles têm direito, pelo prazo previsto no estatuto social da empresa, nunca superior a três exercícios consecutivos. Os acionistas detentores de ações preferenciais mantêm esse direito até que o pagamento seja efetuado, no caso de dividendos não cumulativos, ou até que os dividendos cumulativos sejam pagos.

A criação de uma nova classe de ações com prioridade sobre as ações preferenciais, ou qualquer mudança na preferência ou nos direitos associados às ações preferenciais, precisa ser aprovada por, no mínimo, 50% das ações ordinárias e também pelos acionistas que representam a maioria das ações preferenciais, em uma assembleia geral extraordinária. Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Assembleia Geral Ordinária](#) para mais informações sobre os procedimentos de convocação de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

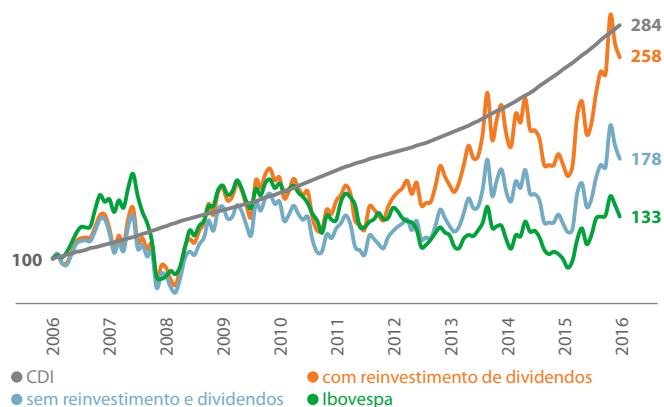
A tabela a seguir apresenta os maiores e menores preços de fechamento da ação preferencial para os períodos indicados:

Valor das Ações Preferenciais	Por ação preferencial (ITUB4) ⁽¹⁾		Por ADS (ITUB) ⁽¹⁾	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
	(Em R\$)	(Em R\$)	(Em US\$)	(Em US\$)
2017	41,68	33,53	13,52	10,70
Janeiro	38,25	33,53	12,15	10,70
Fevereiro	41,68	37,51	13,52	11,96
Março	40,26	37,77	12,88	12,07
Abril (até 18 de abril de 2017)	38,78	37,12	12,49	11,78
2016	38,40	20,97	11,98	4,99
Primeiro trimestre	30,18	20,97	8,31	4,99
Segundo trimestre	30,65	25,44	8,76	7,28
Terceiro trimestre	33,71	27,88	10,51	8,38
Quarto trimestre	38,40	31,01	11,98	9,12
2015	32,34	23,46	11,18	5,75
Primeiro trimestre	30,49	27,07	11,18	8,59
Segundo trimestre	32,34	27,11	10,98	8,64
Terceiro trimestre	28,95	23,46	9,26	5,75
Quarto trimestre	27,05	23,64	7,38	5,90
2014	34,08	21,98	15,14	8,98
2013	26,00	20,14	13,00	8,78
2012	26,36	18,48	14,86	8,94

Fonte: Sistema Economatica.

(1) Os preços históricos são ajustados por proventos, como, por exemplo, a bonificação de 10% em ações do Itaú Unibanco.

O gráfico abaixo apresenta a evolução de R\$ 100 investidos entre 29 de dezembro de 2006 e 28 de dezembro de 2016, comparando o preço da nossa ação preferencial (ITUB4), com e sem reinvestimento de dividendos, com o desempenho do Ibovespa e CDI.



Informação para o investidor

Adoção do voto múltiplo

Segundo a legislação societária brasileira e a regulamentação da CVM, os acionistas que representam pelo menos 5% do capital social com direito a voto podem exigir o processo de voto múltiplo com até 48 horas de antecedência à assembleia geral ordinária. Cada ação terá direito a tantos votos quantos forem os membros do conselho eleitos, e o acionista tem

o direito de concentrar os votos em um candidato ou de distribuí-los entre os diversos candidatos. Cabe à mesa que dirigir os trabalhos da assembleia informar antecipadamente aos acionistas o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

Sempre que a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger um conselheiro, será assegurado ao acionista controlador o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, compuser o conselho.

Além disso, como o nosso estatuto social não prevê intervalos escalonados, nossos conselheiros podem ser reeleitos consecutivamente sem interrupção. Sempre que a eleição for realizada por meio do processo de voto múltiplo, a destituição do cargo de quaisquer membros do Conselho de Administração pelos acionistas, em uma assembleia geral, resultará na destituição de todos os demais membros e uma nova eleição será providenciada. Para não afetar a administração da empresa, como resultado da destituição de membros do Conselho de Administração, a legislação societária brasileira prevê que, apesar da destituição, os mesmos conselheiros poderão continuar no exercício de suas funções até que os novos membros eleitos sejam empossados.

Direito de preferência, aumento de capital e integralização de ações subscritas

Todo acionista tem o direito de preferência na subscrição de novas ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação acionária, exceto em casos específicos, conforme a legislação societária brasileira.

Nosso estatuto autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social até o limite de 8.784.600.000 de ações, sendo 4.392.300.000 de ações ordinárias e 4.392.300.000 de ações preferenciais (capital autorizado). Até o limite do nosso capital autorizado, a emissão de ações pode ser feita sem consideração ao direito de preferência dos nossos acionistas se for realizada (i) para venda em bolsa de valores; (ii) por subscrição pública; e (iii) para troca por nossas ações em uma oferta pública para aquisição do nosso controle. Independentemente desta disposição, todos os nossos aumentos de capital social precisam ser ratificados pelos nossos acionistas e aprovados pelo Banco Central.

Após aprovação do aumento de capital pelo Banco Central, o acionista precisará integralizar o montante correspondente às ações subscritas, nos prazos previstos na documentação de subscrição relativa àquele aumento de capital. O acionista que não fizer a integralização no prazo determinado na documentação de subscrição será considerado inadimplente segundo os termos da legislação societária brasileira.

A legislação brasileira não prevê responsabilidade em chamadas de capital, portanto, a participação de nossos acionistas pode ser diluída caso eles optem por não exercer seus direitos de preferência na subscrição de ações em caso de aumento de capital.

Forma e transferência

Nossas ações são escriturais e a Itaú Corretora de Valores S.A. é a nossa prestadora dos serviços de escrituração de ações. Portanto, as ações emitidas por nós devem ser mantidas em contas de depósito e em nome do investidor.

Como alternativa, o investidor também pode depositar ações na BM&FBovespa por intermédio de uma instituição custodiante autorizada pela CVM. Nesse caso, a BM&FBovespa, como depositária central, detém as ações em seu nome, mas controla a titularidade dos valores mobiliários por meio de uma estrutura de contas de depósito mantidas em nome do investidor. Não há distinção nos direitos e nas obrigações dos acionistas, independentemente de suas ações estarem depositadas em uma corretora e distribuidora de valores ou na BM&FBovespa.

Resgate e direito de retirada

Nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis, exceto no caso de deixarem de ser negociadas em bolsa. Segundo a legislação societária brasileira, contudo, a aprovação de determinadas matérias dá ao acionista dissidente, o direito de retirada da empresa e esse direito expirará trinta dias após a publicação da ata de assembleia aplicável. Essa retirada pode ocorrer em certas condições, mediante o reembolso do valor justo das ações desse detentor, calculado com base em critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Ainda de acordo com a legislação societária brasileira, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que dê origem a uma retirada no prazo de até dez dias após o término do prazo de retirada estabelecido, se o exercício do direito de retirada vier a comprometer a nossa estabilidade financeira.

O direito de retirada não está disponível para acionistas cujas ações possuírem liquidez e forem negociadas ativamente no mercado acionário em casos de fusão ou incorporação, ou no caso de a empresa optar por fazer parte de um grupo de sociedades.

As ações ordinárias e preferenciais devem ser reembolsadas mediante o cancelamento de seu registro, ao preço justo apurado pelos critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Se a deliberação que ensejou o direito de retirada for aprovada em mais de 60 dias após a data da aprovação do último balanço patrimonial, o acionista poderá exigir o resgate de suas ações por um valor baseado em novo balanço patrimonial, datado de até 60 dias após a data da realização da assembleia geral.

Nos Estados Unidos



Nossas ações preferenciais são negociadas na NYSE, na forma de ADSs (uma ADS representa uma ação preferencial), desde 21 de fevereiro de 2002, de acordo com as exigências da NYSE e da SEC. Essas exigências incluem a divulgação das

demonstrações contábeis em IFRS, a partir de 2011, e o atendimento às exigências da legislação dos EUA, inclusive a Lei de Bolsas e Valores Mobiliários de 1934 dos EUA (*Securities Exchange Act of 1934*) e a lei *Sarbanes-Oxley* de 2002.

Nossas ADSs são emitidas pelo *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário, nos termos do contrato de depósito datado de 31 de maio de 2001, e alterações posteriores de 20 de fevereiro de 2002 e 30 de março de 2009, em vigor a partir de 3 de abril de 2009, entre nós, o depositário e titulares e usufrutuários de ADSs de tempos em tempos. O escritório principal do depositário está localizado em 225 *Liberty Street, New York, New York 10281*.

Os detentores de ADS não têm os mesmos direitos dos acionistas, que são regidos pela legislação societária brasileira. O depositário é o detentor das ações preferenciais subjacentes às ADSs. Os detentores de ADSs possuem os direitos dos detentores daqueles títulos.

O investidor pode deter as ADSs diretamente, registradas em seu nome, ou indiretamente, por meio de uma corretora ou outra instituição financeira. Os detentores de ADSs não possuem os mesmos direitos que os acionistas, depositários e proprietários das ações correspondentes, no Brasil. O contrato de depósito determina os direitos e obrigações dos detentores de ADSs e é regido pela legislação de Nova Iorque.

Na hipótese de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito anteriormente, têm direito de preferência apenas na subscrição de novas ações preferenciais emitidas. Na hipótese de um aumento de capital que reduza a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito acima, têm direito de preferência na subscrição de ações preferenciais, proporcionalmente a suas participações, e de ações ordinárias somente até o limite necessário para evitar diluição de suas participações.

Consulte a [seção Anexos, item Considerações para detentores de ADS](#), para mais informações.

Taxas e despesas

A tabela a seguir resume as taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs ao depositário:

Evento	Taxas
Emissão ⁽¹⁾ ou cancelamento para fins de resgate ⁽²⁾ de ADSs	US\$ 5,00 (ou menos) por 100 ADSs (ou parcela deles) + quaisquer taxas adicionais cobradas por quaisquer autoridades governamentais, ou outras instituições, pela formalização e entrega ou resgate de ADSs.
Qualquer distribuição em dinheiro	US\$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela deles).
Serviços depositários	US\$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela dele), por ano civil (além de uma taxa de distribuição em dinheiro de US\$ 0,02 por ADS durante o ano).

(1) Inclui emissões resultantes da distribuição de ações preferenciais ou direitos ou outros bens, substituição de ações subjacentes e transferência, desdobramento ou agrupamento de recebimentos.

(2) Inclui em caso de término do contrato de depósito.

Além disso, as outras taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs são:

- taxas de registro: registro das transferências de ações preferenciais no nosso registro de ações preferenciais de/ para o nome do depositário ou seu agente, quando o detentor deposita ou retira ações preferenciais;
- taxa de distribuição de valores mobiliários feita pelo depositário aos detentores de ADSs: equivalente à taxa que seria paga se os títulos e valores mobiliários distribuídos ao detentor fossem ações preferenciais, e se essas ações tivessem sido depositadas para emissão de ADSs;
- despesas de conversão de moeda estrangeira: despesas do depositário na conversão de moeda estrangeira para dólares dos Estados Unidos; e
- despesas do depositário: transmissões por cabo, telex e fac-símile (quando previstas expressamente no Contrato de Depósito).

Além disso, impostos e outros encargos governamentais que o depositário, ou o custodiante, tem que pagar sobre qualquer ADR ou ação preferencial objeto de uma ADS (como, por exemplo, os impostos sobre a transferência, impostos do selo ou impostos retidos na fonte) seriam pagos pelos detentores de ADSs. Quaisquer outras despesas incorridas pelo depositário ou seus agentes referentes aos títulos e valores mobiliários não são realizadas no mercado brasileiro neste momento.

Pagamento de impostos

O depositário pode deduzir o valor de quaisquer impostos devidos por quaisquer pagamentos realizados aos investidores ou vender títulos depositados, em uma venda pública ou privada, para pagar quaisquer impostos devidos. Os investidores continuarão responsáveis pelo débito se o produto da venda não for suficiente para pagar os impostos. Se o depositário vender os títulos e valores mobiliários depositados, ele reduzirá, caso seja adequado, o número de ADSs para refletir a venda e pagar aos investidores qualquer importância obtida, ou enviar aos investidores quaisquer bens remanescentes após o pagamento dos impostos.

Reembolso de taxas

O *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário, concordou em nos reembolsar pelas despesas que incorreremos em relação à organização e manutenção do programa de ADS.

O depositário concordou em nos reembolsar pelas taxas em que incorreremos para continuidade da negociação em bolsa de valores. O depositário também concordou em pagar os custos de manutenção usuais para as ADSs, que consistem em despesas de postagem e envelopes para remessa de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre impostos federais dos Estados Unidos, despacho de formulários fiscais obrigatórios, papel timbrado, fac-símile e ligações telefônicas, assim como em nos reembolsar, anualmente, por certos programas de relacionamento com o investidor ou atividades promocionais especiais de relações com investidores. Em certos casos, o depositário concordou em realizar pagamentos adicionais para nós, com base em indicadores de desempenho aplicáveis, referentes à ADS. Existem limites para o valor das despesas que serão reembolsadas pelo depositário, mas o valor do reembolso disponível para nós não está necessariamente vinculado ao valor das taxas que o depositário cobrar dos investidores.

O depositário cobra taxas pela entrega e resgate de ADSs diretamente dos investidores que depositam ações ou resgatam ADSs, em caso de exercício dos direitos de retirada ou de intermediários agindo em nome deles. O depositário cobra taxas pela realização das distribuições aos investidores, deduzindo-as dos valores distribuídos ou vendendo uma parte dos bens passíveis de distribuição para pagar essas taxas. O depositário pode cobrar uma taxa anual pelos serviços de depósito por ele prestados, deduzindo-a das distribuições em dinheiro, faturando diretamente os investidores ou, ainda, fazendo lançamentos nas contas do sistema de escrituração dos participantes agindo em nome deles. Em geral, o depositário pode se recusar a prestar serviços sujeitos a taxas até que elas tenham sido pagas.

Em 2016, recebemos do depositário US\$ 21,9 milhões destinados a promover e incentivar o programa de ADR no mercado e a suprir os custos de manutenção dos ADSs (conforme descritos anteriormente), quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis referentes à ADS, taxas de subscrição e despesas legais.

Na Argentina

Até dezembro de 2016, emitimos CEDEARs na BCBA, que representam ações de empresas estrangeiras listadas na Argentina. Em 2017, requeremos à *Comisión Nacional de Valores* (CNV) a suspensão da negociação de nossos certificados de depósito e o cancelamento de nosso programa de CEDEARs e, em 10 de março de 2017, obtivemos tal autorização do órgão regulador.

Pagamento de acionistas

Nosso Estatuto estabelece a distribuição aos acionistas de dividendo obrigatório equivalente a 25% de nosso lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores referentes à constituição da reserva legal, da reserva para contingências e da reversão dessa reserva relativa a exercícios anteriores.

O dividendo obrigatório poderá ser pago na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. A principal diferença entre as duas formas de pagamento é o tratamento fiscal. O pagamento de dividendos é isento de tributação para os acionistas.

O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à incidência de imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 15%, ou 25% para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal ou regime tributário privilegiado.

O valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital, líquido de qualquer retenção de imposto, poderá ser incluído como parte do dividendo obrigatório. Nesses casos, temos que distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido pelos acionistas, depois do pagamento que nos cabe dos impostos aplicáveis referentes à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja, no mínimo, igual ao dividendo obrigatório. Consulte a [seção Anexos, item Considerações para Detentores de ADS, Tributação para Detentores de ADS](#), para mais informações.

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o pagamento mensal de R\$ 0,015 por ação, a título de antecipação do dividendo obrigatório. A data-base para apuração dos acionistas que fazem jus a esse recebimento, no Brasil, é determinada com base na posição acionária registrada no último dia do mês anterior ao mês de referência do dividendo mensal. Com relação às nossas ADSs, entretanto, a data usada para determinar os acionistas que fazem jus ao recebimento do dividendo mensal é três dias após a data de referência brasileira. Em ambos os casos, os dividendos mensais são pagos no primeiro dia útil do mês seguinte.

Quando o valor do nosso resultado estiver calculado, pretendemos pagar a diferença existente entre o valor acumulado dos dividendos mensais antecipados e o valor equivalente ao dividendo obrigatório, calculado conforme mencionado anteriormente. Além disso, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários, os quais deverão ser submetidos à ratificação da assembleia geral ordinária.

O acionista pode pleitear o pagamento de qualquer dividendo no prazo de três anos, a partir da data de pagamento desses dividendos. Após esse período, não temos qualquer responsabilidade por tal pagamento.

Acionistas não residentes no Brasil precisam registrar-se no Banco Central para que os dividendos, juros sobre o capital próprio e outros valores relativos às suas ações possam ser remetidos em moeda estrangeira para fora do Brasil.

Atualmente, pagamos dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes ou superiores ao obrigatório, o que pode não ocorrer caso nossos acionistas decidam que tal distribuição seria desaconselhável em vista de nossa situação financeira. Nesse caso, se o nosso Conselho Fiscal estiver constituído, ele precisará dar um parecer sobre essa decisão e a administração precisará apresentar à CVM um relatório detalhado com os motivos da suspensão do pagamento de dividendos. O lucro não distribuído em virtude de suspensão de pagamento de dividendos terá que ser alocado em uma reserva especial e, caso não seja absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, ele será pago como dividendo assim que a situação financeira permitir.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 21b](#), e a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil](#).

Pagamento de dividendos aos detentores de ADS

As ações preferenciais subjacentes às ADSs são mantidas no Brasil pelo custodiante, o Itaú Unibanco, que é também o proprietário registrado nos serviços de registro de nossas ações preferenciais. O depositário do nosso programa de ADS é o *The Bank of New York Mellon*. Os pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro sobre nossas ações preferenciais subjacentes às ADSs são feitos diretamente ao banco depositário no exterior, que é responsável por repassá-los aos acionistas titulares em um prazo médio de 10 dias após a realização do pagamento no Brasil. O montante recebido pelo detentor de ADS pode ser reduzido se nós, o custodiante ou o depositário, tivermos que reter um montante referente aos impostos ou outros encargos governamentais.

Consulte a [seção Nosso perfil, item Destaques de 2016, Eventos Societários, Pagamento de Dividendos](#), de 10% de bônus para as ações do Itaú Unibanco e consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 21 – Patrimônio Líquido](#) para outras informações sobre dividendos, bonificação de ações e ações em circulação.

Informações adicionais ao investidor

GRI 102-3

Somos constituídos, por prazo indeterminado e de acordo com as leis do Brasil, como uma empresa de capital aberto. Nossa sede administrativa está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 04344-902, São Paulo, SP, Brasil, e nosso telefone é +55 -11- 2794-3547. Somos regidos, principalmente, pela legislação societária brasileira e pelo nosso estatuto social. Estamos registrados no CNPJ sob o nº 60.872.504/0001-23 e estamos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo por meio do NIRE 35300010230. Nosso objeto

social, estabelecido no Artigo 2º do nosso estatuto social, é o de desenvolver a atividade bancária em todas as formas autorizadas, inclusive transações cambiais. Nosso agente para citação nos Estados Unidos é o gerente geral de nossa agência em Nova Iorque, que está localizada na 767 Fifth Avenue, 50º andar, New York, NY 10153.

CONTATOS

Programa de ações

Serviço de escrituração contábil	Itaú Corretora de Valores S.A.
Telefone	3003 9285 (capitais e áreas metropolitanas) ou 0800 720 9285 (outras localidades) (ligações do Brasil) ou +55 11 3003 9285 (ligações do exterior)
E-mail	investfone@itau-unibanco.com.br
Site	www.itaucorretora.com.br
Endereço das agências especializadas	www.itaucustodia.com.br/agencia_enderecos.htm

Programa de ADS

Banco depositário	The Bank of New York Mellon
Telefone	1 888 BNY ADRS (1 888 269 2377) (ligações dos EUA) ou +1 201 680 6825 (ligações de fora dos EUA)
E-mail	shrrelations@cpushareownerservices.com
Site	www.bnymellon.com/shareowner

Relações com investidores Itaú Unibanco Holding S.A.

Telefone	+55 11 2794 3547
E-mail	relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br
Site	www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

2017 AGENDA CORPORATIVA

Assembleia Geral Ordinária	19 de abril de 2017
Divulgação dos Resultados – Primeiro Trimestre de 2017	3 de maio de 2017
Divulgação dos Resultados – Segundo Trimestre de 2017	1º de agosto de 2017
Divulgação dos Resultados – Terceiro Trimestre de 2017	31 de outubro de 2017

Nosso compromisso com as melhores práticas de governança corporativa está diretamente relacionado à atenção direcionada aos acionistas e investidores, à transparência e à prestação de contas. Dedicamos atenção especial à plataforma de comunicação com esses públicos e investimos continuamente no aprimoramento dos canais de atendimento e na qualidade dos serviços prestados.

Em 2016, para estreitar o diálogo e fortalecer nosso relacionamento com nossos acionistas, analistas e investidores do mercado de capitais, divulgamos os resultados, estratégias e perspectivas em 16 reuniões públicas, em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), com a presença de aproximadamente 2,2 mil participantes em diversas cidades. Participamos, também, de 30 conferências e 7 *roadshows* no Brasil e no exterior.

Realizamos quatro teleconferências em 2016, no dia seguinte à divulgação dos resultados trimestrais. Todas foram transmitidas em português e depois em inglês e podem ser acessadas por telefone ou pela internet.

Nossas informações corporativas são divulgadas em nosso site de Relações com Investidores (www.itau.com.br/relacoes-com-investidores). Além disso, somos o primeiro banco brasileiro a criar um perfil de RI no *Twitter* (@[itauunibanco_ri](https://twitter.com/itauunibanco_ri)) e a ter uma página no *Facebook* (facebook.com/itauunibancori).

Ratings de crédito

Nosso risco de crédito é submetido à avaliação independente pelas agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's* (S&P). As agências avaliam nossa qualidade de crédito baseada em análises sobre a abrangência dos nossos negócios e atributos financeiros, incluindo processos e procedimentos de gestão de riscos, força de capital, resultados, captação, liquidez, governança, bem como suporte externo do governo e/ou do grupo.

Ratings de crédito⁽¹⁾

31 de dezembro de 2016	Fitch Ratings	Standard&Poor's	Moody's
Itaú Unibanco Holding S.A.			
Curto prazo	B	B	NP
Longo prazo	BB+	BB	(P) Ba3 ⁽²⁾
Perspectiva	Negativa	Negativa	Estável
Itaú Unibanco S.A.			
Curto prazo	B	B	NP
Longo prazo	BB+	BB	(P) Ba2 ⁽³⁾
Perspectiva	Negativa	Negativa	Estável
Itaú BBA International plc⁽⁴⁾			
Curto prazo	-	-	P-2
Longo prazo	-	-	A3
Perspectiva	-	-	Estável

(1) Ratings em Escala Internacional em Moeda Estrangeira.

(2) Refere-se ao rating da Dívida Sênior Não Garantida do Itaú Unibanco Holding S.A. A Moody's não classifica Ratings de Depósito ao Itaú Unibanco Holding.

(3) Refere-se ao Rating da Dívida Sênior Não Garantida do Itaú Unibanco S.A. O Rating de Depósito de Longo Prazo do Itaú Unibanco S.A. é Ba3.

(4) O Itaú BBA International plc não é avaliado pela *Fitch Ratings* e pela *Standard & Poor's*.

Em meados de fevereiro de 2016, a *Standard & Poor's* rebaixou o rating do Brasil. Como resultado, a agência de classificação anunciou revisões de ratings de 44 instituições financeiras brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e o Itaú Unibanco Holding, que também foram rebaixados.

Depois do rebaixamento do rating de títulos soberanos do Brasil de Baa3 para Ba2, com perspectiva negativa, em 24 de fevereiro de 2016, feito pela *Moody's*, a agência anunciou, em 25 de fevereiro de 2016, o rebaixamento atribuído aos ratings de 31 instituições bancárias brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e o Itaú Unibanco Holding. De acordo com a *Moody's*, os ratings afetados foram impactados pelo rating soberano decorrente dos vínculos econômicos do importante emissor com o governo.

Depois do rebaixamento do rating de títulos soberanos do Brasil de BB+ para BB, com perspectiva negativa, em 5 de maio de 2016, feito pela *Fitch's*, a agência anunciou, em 11 de maio de 2016, o rebaixamento atribuído aos ratings de 22 instituições bancárias brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e o Itaú Unibanco Holding, que tiveram seus ratings revisados

de BB+ para BBB-. De acordo com a *Fitch*, os *ratings* do Itaú Unibanco e do Itaú Unibanco Holding permanecem um degrau acima do *rating* de títulos soberanos do Brasil em decorrência da alta solidez do seu perfil de crédito.

Em maio de 2016, a *Moody's* recalibrou a escala de classificação de risco nacional brasileira. Como resultado, a *Moody's* reposicionou os *ratings* de 28 instituições financeiras brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco S.A. e o Itaú Unibanco Holding S.A., que tiveram seus *ratings* na escala nacional elevados de Aa2.br para Aa1.br e de A2.br para A1.br, respectivamente, em decorrência desse reposicionamento.

Em 5 de agosto de 2016, a *Moody's* atribuiu, pela primeira vez, ao Itaú BBA International plc (domiciliado no Reino Unido) um grau de investimento, *ratings* de depósito e de emissor de longo prazo A3 (com perspectiva negativa). Ao atribuir os *ratings*, a *Moody's* reconheceu a solidez do perfil macro, o baixo nível do risco de ativos, a solidez do capital e a liquidez do Itaú BBA International plc.

Em 1º de setembro de 2016, a *Fitch* reafirmou os *ratings* na escala global em moeda estrangeira e local de longo prazo do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco S.A. em BB+ (com perspectiva negativa). A agência enfatizou que o banco tem uma posição de liquidez confortável devido às fontes de captação de baixo custo obtidas pela nossa extensa rede de agências.

Em 10 de outubro de 2016, a *Standard & Poor's* reafirmou os *ratings* na escala global em moeda estrangeira e local de longo prazo do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco S.A. em BB (com perspectiva negativa). A agência também destacou o nível de capitalização do banco.

Em março de 2017, a *Moody's* alterou a perspectiva do Itaú Unibanco S.A. e do Itaú Unibanco Holding S.A. de negativa para estável, alinhada com a revisão da perspectiva do soberano. Também em março de 2017, a *Fitch* afirmou os *ratings* em escala global de longo prazo em moeda local e moeda estrangeira do Itaú Unibanco S.A. e do Itaú Unibanco Holding S.A. em BB+ (com perspectiva negativa). A agência destacou a forte liquidez, a boa capitalização, a rentabilidade consistente e os confortáveis níveis de qualidade dos ativos do banco.





3_Nossa governança

Adotamos práticas de governança corporativa alinhadas com as melhores práticas do mercado e que atendem às regras da CVM e do Banco Central. Conheça detalhes da nossa estrutura e de nossos administradores

Nossa governança

GRI 102-18 | GRI 103-2 | 103-3 Governança corporativa

Nossas práticas

A adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa, facilita seu acesso ao capital e contribui para a sua longevidade. Assim, adotamos práticas de governança corporativa que estão alinhadas às melhores práticas em vigor nos mercados brasileiro e internacional. Além disso, cumprimos as regras de governança corporativa conforme normas do BACEN e da CVM. Buscamos a evolução constante de nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o crescimento sustentável de nossa empresa. [Clique aqui](#) para conhecer as práticas e princípios de governança que adotamos.

De acordo com esses princípios, somos aderentes, de forma voluntária, ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), elaborado com base nas melhores práticas de governança corporativa adotadas no Brasil e no exterior. Nossas práticas de governança têm sido reconhecidas e, como resultado, fomos indicados para o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) e para o Índice de Sustentabilidade Dow Jones. Fomos reconhecidos pelo último como uma das melhores empresas do setor bancário, qualificados para inclusão no Anuário de Sustentabilidade 2017 e fomos premiados com Classe Bronze pelo nosso desempenho de sustentabilidade. [GRI 102-12](#)

Em dezembro de 2016, fomos selecionados, pelo terceiro semestre consecutivo, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Euronext Vigeo – Emerging 70. O índice é composto por 70 companhias, selecionadas dentre 850 empresas listadas em países em desenvolvimento, que apresentaram os melhores desempenhos em responsabilidade corporativa, segundo os ratings atribuídos pela Vigeo. Fazer parte do Euronext Vigeo – Emerging 70 reflete nosso compromisso de longo prazo com o comportamento empresarial ético, com o cumprimento da lei, governança corporativa e responsabilidade social, cultural e ambiental. Consulte a [seção Nosso perfil, item Destaques de 2016](#) para outras informações sobre nossos prêmios e reconhecimentos.

Desde 2002, em linha com o compromisso de fortalecer nossa posição no mercado de capitais brasileiro, realizamos uma série de apresentações nos escritórios regionais da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC). Desde 1996, também temos feito apresentações nos Estados Unidos e na Europa sobre as nossas práticas de governança. Nesses encontros, temos a oportunidade de fornecer à comunidade financeira detalhes sobre nosso desempenho, estratégias para agregar valor, perspectivas futuras, entre outras questões importantes.

Nosso Código de Ética foi atualizado em agosto de 2016 e se aplica a todos os nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração e diretores. O nosso Código de Ética baseia-se em princípios que sustentam uma cultura organizacional voltada para a valorização das pessoas, o cumprimento rigoroso de regras e regulamentos e a busca permanente pelo desenvolvimento. Consulte o nosso [Código de Ética](#).

Adicionalmente, adotamos a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que trata da divulgação pública de informações relevantes, de acordo com a regulamentação da CVM. Também adotamos a Política de Negociação de Valores Mobiliários, que restringe a negociação de títulos e valores mobiliários durante certo período, exigindo que a administração anuncie publicamente todas as operações realizadas com os nossos títulos e valores mobiliários, conforme faculta a regulamentação da CVM. Essas políticas podem ser acessadas em:

[Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante;](#)

[Políticas de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da própria Companhia.](#)

Ao longo de nossa história, como parte de nossas iniciativas de governança corporativa, adotamos várias decisões relacionadas com a melhoria da divulgação de nossas informações e com a proteção dos direitos dos acionistas não controladores. Por exemplo, somos registrados como uma empresa de capital aberto na BM&FBovespa e, em 2001, fomos uma das primeiras empresas a aderir voluntariamente ao Nível 1 de Governança Corporativa dessa bolsa. Em 2002, registramos nossos ADSs de Nível 2 na NYSE, cumprindo tanto os critérios da SEC e outras exigências legais dos EUA, como a Securities Exchange Act of 1934 e a lei Sarbanes-Oxley de 2002.

Setor público

A fim de garantir o trabalho de nossos gestores e funcionários de uma maneira ética e transparente, bem como prevenir e combater fraudes e atos ilícitos no relacionamento com esse setor, adotamos política para determinar claramente como conduzir o relacionamento, bem como processos e normas que determinam o que é permitido e o que não é permitido, proporcionando uma gestão de riscos adequada.



Vale observar o lançamento, em 2016, da Política de Relacionamento com Agentes Públicos e Contratação com Órgãos e Empresas da Administração Pública, que tem por finalidade orientar as relações do Conglomerado Itaú Unibanco com agentes públicos, consideradas como atividade de representação dos interesses institucionais do banco e do sistema financeiro em geral, de forma organizada e transparente. Além das regras estabelecidas para a conduta de funcionários autorizados e esperados no relacionamento com agentes públicos, a política também inclui normas para a execução de contratos com órgãos e empresas da administração pública.

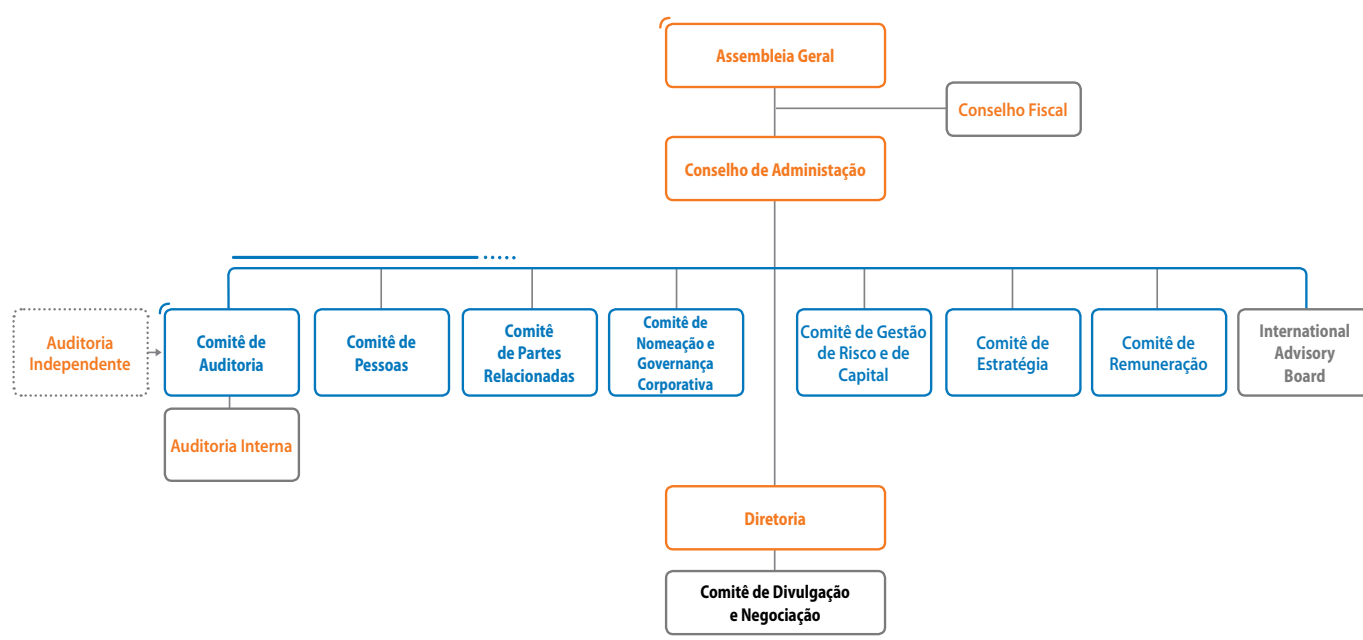
Além disso, revisamos as Políticas Corporativas de Prevenção à Corrupção e de Integridade e Ética, e o Código de Ética, que estabelece regras para evitar conflitos de interesse nos

processos relacionados a doações e patrocínios, presentes e em relacionamentos com clientes, fornecedores e parceiros, nos setores público e privado, e que estabelecem ainda diretrizes e processos para prevenir e combater a corrupção, tais como treinamento, comunicação, consulta e canais de denúncia.

As Políticas mencionadas acima estão disponíveis no [site](#).

Estrutura da administração

Nossa administração está estruturada de forma a garantir que as questões sejam amplamente discutidas e que as decisões sejam tomadas de forma conjunta. Apresentamos, a seguir, os órgãos de nossa administração, suas principais funções e os administradores que os compõem.



Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Extraordinária

Nossa Assembleia Geral é o órgão mais alto de tomada de decisões e reúne os acionistas regularmente, até o final do mês de abril de cada ano e, excepcionalmente, sempre que os interesses da empresa assim o exigirem.

A convocação da Assembleia Geral é de responsabilidade do nosso Conselho de Administração. O primeiro edital de convocação deve ser publicado até 15 dias antes da data da assembleia, em primeira chamada. A legislação societária brasileira estabelece que, em circunstâncias específicas, a assembleia também pode ser convocada pelo conselho fiscal ou por qualquer acionista.

O edital de convocação de uma assembleia geral deve ser publicado três vezes, em datas diferentes, em jornais de

grande circulação em São Paulo, onde está localizada a nossa sede, determinando o local, a data e a hora da reunião, a ordem do dia e, no caso de uma alteração em nosso estatuto social, uma descrição da alteração proposta.

Além de cumprir as exigências da legislação societária brasileira, nós também publicamos os editais em dois idiomas diferentes (português e inglês) em nosso site e os enviamos por mensagem eletrônica para os investidores e acionistas cadastrados, e também por meio da CVM, da BM&FBovespa, da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da *New York Stock Exchange* (NYSE).

Como regra geral, a legislação societária brasileira prevê que o quórum para uma assembleia geral é composto de

acionistas que representem, pelo menos, 25% do capital votante, em primeira convocação da assembleia. Caso esse quórum não seja alcançado, ele será representado por qualquer percentual do capital votante da empresa, na data da segunda convocação da assembleia. Geralmente, as nossas assembleias são realizadas com um quórum que representa aproximadamente 90% do nosso capital votante.

Para participar de uma assembleia geral, os acionistas devem apresentar um documento de identidade. O acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um procurador nomeado menos de um ano antes da assembleia.

Desde 2012, passamos a disponibilizar a ferramenta "Assembleia On-line", uma plataforma de votação eletrônica, que permite maior acessibilidade aos acionistas, os quais podem exercer seus votos antecipadamente, de qualquer localidade. Em setembro de 2016, espontaneamente disponibilizamos o Boletim de Votação à Distância, documento eletrônico pelo qual os acionistas conseguem transmitir suas instruções de votação diretamente para a Empresa ou através de prestadores de serviços. De acordo com a Instrução CVM nº 561/2015, somos obrigados a fornecer o Boletim de Votação à Distância a partir de 2017.

Conselho de Administração **GRI 102-25**

Nosso Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios, inclusive de nossas subsidiárias, cuja eleição é feita anualmente pelos nossos acionistas.

Os membros do Conselho da Administração devem atuar de forma isenta, de acordo com regras preestabelecidas, evitando conflitos de interesse. Essas regras incluem:

- não participar de deliberações referentes aos assuntos com os quais os interesses do membro do Conselho de Administração sejam conflitantes com os nossos interesses. O membro do Conselho de Administração deve informar ao Conselho qualquer possível conflito de interesse, assim que o assunto que gerou esse conflito for incluído na ordem do dia ou proposto pelo Presidente do Conselho de Administração e, em qualquer circunstância, antes do início de qualquer discussão sobre o tema em questão;
- caso o membro do Conselho de Administração, ou uma empresa controlada ou gerida por esse membro, realize uma operação com qualquer empresa do Grupo Itaú Unibanco: (a) a operação deve ser realizada em condições normais de mercado; (b) se ela não for uma operação cotidiana ou uma prestação de serviços, um laudo deve ser emitido por consultorias reconhecidas comprovando que a operação foi realizada em condições normais de mercado; e (c) a operação deve ser informada e conduzida sob a supervisão do Comitê de Partes Relacionadas, da Superintendência de Ética e Ombudsman ou dos canais habitualmente competentes na hierarquia do Grupo Itaú Unibanco, observadas as regras e condições previstas em nossa Política para Transações com Partes Relacionadas; e
- participar de, no máximo, quatro conselhos de administração de empresas que não pertençam a um mesmo grupo.

O desempenho do Conselho de Administração é avaliado anualmente e visa assegurar que seus membros representem os interesses dos nossos acionistas.

Nosso Conselho de Administração conta, atualmente, com 12 membros, nove dos quais são não executivos (75%), dos quais cinco são independentes (41,66%). Os conselheiros se reúnem ordinariamente oito vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário (na prática, uma média de uma vez por mês).

De acordo com nosso Estatuto, as posições de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, ou do principal executivo, não podem ser exercidas pela mesma pessoa. **GRI 102-23**

De acordo com a legislação brasileira, a eleição ou a reeleição de cada membro do nosso Conselho de Administração está sujeita à aprovação do Banco Central. Todos os membros do Conselho de Administração são eleitos para um mandato de um ano e podem ser reeleitos mediante aprovação do Banco Central. Ainda, segundo a legislação brasileira, um membro do Conselho de Administração em exercício mantém-se no cargo até que seja reeleito ou até que o seu sucessor tome posse.

[Clique aqui](#) para mais informações.

Comitês do Conselho de Administração

Apresentamos, no organograma supracitado, nossos sete comitês, os quais respondem diretamente ao Conselho de Administração. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano e devem ter conhecimento comprovado nas respectivas áreas de atuação e capacitação técnica compatível com as suas atribuições.

Os comitês podem contratar especialistas externos, com a preocupação de sempre zelar pela manutenção da integridade e da confidencialidade de seus trabalhos.

Consulte o [site](#), sobre as normas de cada comitê.

Comitê de Auditoria **GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)**

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário responsável pela supervisão da qualidade e da integridade das nossas demonstrações contábeis, do cumprimento das exigências legais e regulatórias, do desempenho, independência e qualidade dos serviços prestados pelos nossos auditores independentes e auditores internos e da eficiência dos controles internos e sistemas de gestão de risco. É um órgão único responsável pela supervisão das empresas do Grupo Itaú Unibanco que estão autorizadas a operar pelo Banco Central ou que são supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).



Todos os membros do Comitê de Auditoria são independentes, nos termos da regulamentação do CMN, sendo o Conselho de Administração responsável por encerrar o mandato de qualquer integrante do Comitê de Auditoria se a sua independência for afetada por qualquer circunstância envolvendo conflito real ou potencial. Visando a atender as exigências do CMN e do Conselho Nacional de Seguros Privados (ou CNSP), bem como da SEC e da NYSE, o Conselho de Administração determinou o Sr. Diego Fresco Gutierrez como o especialista financeiro independente que se qualifica como Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria conforme termo definido pelas regras da SEC.

As avaliações do Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas da administração, de auditores externos e internos, das áreas responsáveis pela gestão de risco e controles internos e por meio das análises dos membros do Comitê de Auditoria resultantes de observação direta. Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê realizou 191 reuniões em 58 dias, no período de janeiro a dezembro de 2016.

"Durante o ano de 2016, o Comitê manteve 191 reuniões ao longo de 58 dias. Este ano, além de seguir sua agenda regular, o Comitê emvidou esforços especiais no sentido de monitorar a gestão do risco e o desempenho da Auditoria Interna em relação à segurança das informações, ao relacionamento com o cliente e ao processo de integração dos bancos adquiridos no Chile e na Colômbia. É com profundo pesar que informamos o falecimento de Sergio Darcy da Silva Alves, cujo trabalho em nosso Comitê nos últimos anos foi de um valor incalculável. Em 22 de dezembro de 2016, Rogério P. Calderón Peres tomou posse como novo membro do Comitê."

Geraldo Travaglia Filho
Presidente do Comitê de Auditoria

Auditoria Interna **GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)**

A Auditoria Interna, com supervisão técnica do Comitê de Auditoria, proporciona, ao Conselho de Administração e aos diretores avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento de riscos, a adequação dos controles e o cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado. Essas avaliações são realizadas periodicamente, com intervalos de 12 a 36 meses, seguindo uma metodologia desenhada de acordo com os padrões do Instituto de Auditores Internos (IIA).

A Auditoria Interna requer que a área auditada estabeleça planos de ação para as deficiências identificadas, considerando prazos que variam de acordo com as classificações de risco.

Pré-aprovação de políticas e procedimentos

Entre as responsabilidades do Comitê de Auditoria está a determinação de políticas e procedimentos relativos a serviços que podem ser prestados por nossos auditores externos. Anualmente, o Comitê de Auditoria emite (i) a lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos, considerando que tais serviços poderiam, eventualmente, afetar sua independência; (ii) a lista de serviços que estão pré-aprovados; e (iii) os serviços que precisam ser aprovados previamente pelo Comitê de Auditoria.

Honorários e serviços dos principais auditores

O quadro a seguir apresenta o valor total cobrado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes por categoria de serviços prestados nos exercícios de 2016 e 2015:

(Em milhares de R\$)				
Honorários	2016	% de Aprovação pelo Comitê de Auditoria	2015	% de Aprovação pelo Comitê de Auditoria
Honorários de auditoria	60.512	100,0	48.133	100,0
Honorários relacionados à auditoria	4.755	100,0	3.728	100,0
Honorários de serviços tributários	453	100,0	423	100,0
Demais honorários	969	100,0	1.175	99,0
Total	66.689		53.459	

- honorários de Auditoria: correspondem à auditoria das nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais, à revisão das nossas demonstrações contábeis trimestrais, bem como à auditoria e revisão das demonstrações contábeis de nossas subsidiárias, serviços referentes à emissão de *comfort letters* em ofertas de títulos e valores mobiliários e auditoria de controles internos referentes à Lei Sarbanes-Oxley;
- honorários relacionados à Auditoria: correspondem aos serviços prestados em emissão de laudos de avaliação contábil, assessoria na revisão de documentos a serem enviados aos órgãos reguladores nacionais e internacionais – inclusive documentos sobre o cumprimento de leis e regulamentos –, auditoria de demonstrações contábeis específicas, asseguarção de controles e políticas de emissão de gases de efeito estufa, atividades de *due diligence*, revisão de relatórios para fins especiais e procedimentos previamente acordados para revisão de cálculos de *profit share* decorrentes de contratos de parceria comercial;
- honorários de Serviços Tributários: correspondem à assessoria de preços de transferência e revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- outros Honorários: correspondem a treinamentos, aquisição de materiais técnicos e pesquisas, revisão independente de questões contábeis e fiscais de operações no exterior, revisão independente do plano de implementação do modelo COSO 2013, revisão independente de modelos de crédito, consultoria relacionada aos processos internos e *benchmarking* para operação de *middle market*, revisão de controles dos processos de negociação de dívidas de cartão de crédito e assessoria na revisão da estruturação da venda de carteira de crédito.

Comitê de Pessoas

O Comitê de Pessoas é responsável por definir as principais diretrizes referentes a pessoas. Suas atribuições incluem a definição de diretrizes sobre atração e retenção de talentos, recrutamento e capacitação e nossos programas de incentivo de longo prazo.

"Ao longo de 2016, nossa jornada nos levou à consolidação de nossa cultura corporativa (Nosso Jeito), e escalamos algumas ações para disseminar e engajar nossos princípios de gestão de riscos. Iniciamos um processo de divulgação do propósito do Banco, que abrangeu as seguintes etapas: (1) entender a história, os valores e as peculiaridades do Itaú Unibanco com base em sua grande história de fusões e aquisições; (2) mapear sua herança histórica e potencial para o futuro; e (3) desenhar o território estratégico e conceitual no qual a agência irá ancorar firmemente seu propósito. Monitoramos os programas de talentos, que visam atrair talentos das melhores universidades do Brasil e do mundo, adaptando um processo de seleção altamente rigoroso e registramos um aumento significativo no número de participantes. Finalmente, endereçamos tópicos significativos, tais como o planejamento de sucessão de executivos para várias carreiras do banco e diversidade como valor estratégico."

Pedro Moreira Salles

Presidente do Conselho de
Administração e Presidente do Comitê de Pessoas

Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é responsável por analisar as transações entre partes relacionadas, nas circunstâncias especificadas em nossa Política para Transações com Partes Relacionadas, que visa assegurar a igualdade e a transparência nessas operações. É composto em sua totalidade por membros independentes.

"Durante 2016, o Comitê atuou efetivamente na análise de transações com partes relacionadas, tendo sempre em mente o objetivo de assegurar igualdade entre os acionistas, investidores e stakeholders, bem como garantir mais transparência perante o mercado. Cerca de 30 transações com partes relacionadas de diferentes tipos foram analisadas, tais como aquelas envolvendo imóveis, fornecimento e tecnologia. Um outro destaque foi a criação de uma Circular Interna que teve por objetivo aperfeiçoar processos relacionados à Política de Transações com Partes Relacionadas, formalizando responsabilidades internas e os fluxos associados com a governança dessas transações. Dessa forma, prosseguimos em nosso compromisso de manter o Itaú Unibanco Holding alinhado com as melhores práticas de governança corporativa."

Gustavo Jorge Laboissière Loyola

Conselheiro Independente e
membro do Comitê de Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas

Nossa Política referente a Transações com Partes Relacionadas (Política de Partes Relacionadas) define o conceito de parte relacionada e estabelece regras e procedimentos para transações desse tipo. Essa política estabelece que tais transações devem ser realizadas por escrito, em condições de mercado, em conformidade com nossas políticas internas (tais como as orientações especificadas em nosso Código de Ética) e, de acordo com critérios definidos pelas normas contábeis, divulgadas em nossas demonstrações financeiras. Transações com partes relacionadas, ou conjuntos de transações relacionadas, que envolvam, no período de um ano, valores superiores a R\$ 1,0 milhão, estão sujeitas a procedimentos adicionais de governança interna. Essas transações devem ser aprovadas pelo nosso Comitê de Partes Relacionadas, composto integralmente por membros independentes de nosso Conselho de Administração e são reportadas ao nosso Conselho de Administração trimestralmente. Consulte o [site](#) para acesso à nossa Política para Transações com Partes Relacionadas. A Instrução CVM nº 480/2009 exige que as transações com partes relacionadas que cumprem as condições especificadas pelo Anexo 30-XXXIII dessa norma sejam divulgadas em até sete dias úteis de sua ocorrência, de acordo com os termos definidos na referida norma.

As leis e regulamentos brasileiros estabelecem, ainda, que não é permitido às instituições financeiras conceder empréstimos, adiantamentos ou garantias para determinadas pessoas físicas e jurídicas a elas relacionadas, incluindo:

- (i) diretores, membros de conselhos de administração, conselho fiscal, conselhos consultivos e outros conselhos estatutários, assim como os seus respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e parentes na linha colateral até o segundo grau, sejam consanguíneos ou afins;
- (ii) pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, controlem a instituição financeira ou possuam mais de 10% do seu capital social;
- (iii) pessoas jurídicas nas quais a instituição financeira, direta ou indiretamente, detenha o controle ou possua mais de 10% do capital social; ou
- (iv) pessoas jurídicas nas quais as pessoas físicas mencionadas nas alíneas "i" e "ii", direta ou indiretamente, detenham o controle ou possuam mais de 10% do capital social.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas \(IFRS\), Nota 35 – Partes Relacionadas](#), para mais detalhes sobre as partes relacionadas com quem fazemos negócios e os principais termos dessas transações.



Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

O Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é composto integralmente por membros não executivos e é responsável por promover e supervisionar discussões de assuntos relacionados com a nossa governança. Suas atribuições incluem a análise e a emissão de pareceres sobre situações de potencial conflito de interesses entre os membros do Conselho de Administração e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, a revisão periódica dos critérios de nomeação dos membros independentes do nosso Conselho de Administração – de acordo com os princípios de governança e a regulamentação aplicável –, o apoio metodológico e procedimental à avaliação do conselho, dos seus membros, dos comitês e do Diretor-Presidente, a discussão e recomendação dos membros do Conselho de Administração e do Diretor-Presidente. Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração](#), para mais informações sobre mudanças em nosso Conselho de Administração.

“A agenda do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa em 2016 foi bastante intensa, endereçando diversos temas de suma importância para a Companhia, como o processo de sucessão do CEO.”

Entre outros assuntos também discutidos durante o ano, vale destacar:

- Discussões e recomendações sobre candidatos a compor o Conselho de Administração e seus Comitês;
- Aprovação da Política de Indicação de Administradores e fixação de um percentual mínimo fixo de 75% de presença em reuniões para membros do Conselho de Administração e seus Comitês, em linha com as melhores práticas de governança corporativa; e
- Discussões sobre os resultados da avaliação do Conselho de Administração e de seus membros, bem como do Presidente do Conselho e do CEO.”

Fábio Colletti Barbosa

Conselheiro Independente e membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

Comitê de Gestão de Riscos e de Capital

O Comitê de Gestão de Riscos e de Capital é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de atribuições relacionadas à nossa gestão de riscos e de capital, enviando relatórios e recomendações sobre esses temas para a aprovação do Conselho. Suas atribuições incluem a definição do nosso apetite de risco, o retorno mínimo esperado sobre o nosso capital e a supervisão das atividades de gestão e controle de riscos, assegurando a sua adequação aos níveis assumidos e à complexidade das operações e o atendimento às exigências de órgãos reguladores. Também é responsável por promover o aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

“Em 2016, além de exercer seu mandato de supervisionar as atividades de gestão de riscos e de capital, o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital comprometeu um tempo significativo revisitando nossa política de apetite a riscos. O Comitê melhorou sua abordagem acerca de assuntos de governança e ampliou o escopo dos riscos monitorados com relação a esse apetite, acrescentando aspectos relacionados ao risco operacional, segurança das informações e reputação para a gestão de riscos de crédito, mercado, liquidez e nível de capitalização.”

Pedro Luiz Bodin de Moraes

Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Gestão de Riscos e Capital

Comitê de Estratégia

O Comitê de Estratégia é responsável por promover discussões sobre assuntos estratégicos e de elevado impacto para nós. Suas atribuições são: propor diretrizes orçamentárias para o Conselho de Administração, emitir pareceres e recomendações sobre diretrizes estratégicas e oportunidades de investimentos e fornecer subsídios para as decisões do Conselho de Administração.

“O Comitê de Estratégia manteve cinco reuniões durante 2016, com o objetivo de endereçar assuntos sobre sustentabilidade e adequação das diretrizes às principais tendências mundiais, sobre a adequação e seu impacto sobre os negócios atuais e futuros e sobre o pool de lucro do sistema financeiro, analisando a estratégia de inserir o Itaú Unibanco Holding nos vários segmentos desse mercado. Além desses temas mais abrangentes, o Comitê endereçou os diversos cenários para 2017 e os anos seguintes, bem como sua adequação ao plano estratégico e a possíveis aquisições de novos negócios. Vale destacar a compra, em 2016, das ações remanescentes do Itaú BMG Consignado, necessária para que pudéssemos deter 100% de seu capital, e a compra do segmento de varejo do Citibank, que se encontra pendente de aprovação pelo CADE.”

Nildemar Secches

Conselheiro Independente e membro do Comitê de Estratégia

Comitê de Remuneração [GRI 405-2](#)

O Comitê de Remuneração é composto integralmente por membros não executivos e é responsável por promover discussões de assuntos relacionados com a remuneração de nossa administração. Suas atribuições incluem, desenvolver uma Política de Remuneração para nossos administradores, propondo ao Conselho de Administração diferentes formas de remuneração fixa e variável – além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento – por meio de discussão, análise e supervisão da implementação e



operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutindo os princípios gerais para a remuneração dos nossos colaboradores.

“Ao longo de 2016, o Comitê de Remuneração dedicou-se a:

- definir a remuneração geral dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva;*
- aprovar o pool de bônus global, levando em conta um cenário de inadimplência mais alta para o segmento de atacado;*
- mudar o modelo geral de cálculo e o limite do pool para os segmentos investment banking e private banking, portanto, ajustar esses segmentos às demais áreas da instituição;*
- atender à solicitação do Banco Central para ajustar a remuneração dos executivos ao risco de mercado, para que se evitem metas financeiras;*
- aprovar um modelo para uma nova área desenhada para reestruturar carteiras de crédito;*
- aprovar a remuneração de cada membro do Comitê Executivo;*
- analisar o estudo comparativo sobre remuneração dos executivos e pesquisa de mercado, com a conclusão de que nosso modelo é consistente com níveis de mercado e nossos próprios resultados; e*
- aprovar as regras para os chamados good leavers, ou seja, Diretores que deixam a organização para trabalhar com o Governo, o que implica terminar o período de carência (vesting period), fazendo com que vendam suas ações, para evitar possíveis conflitos de interesse.”*

Alfredo Egydio Arruda Villela

Membro do Comitê de Remuneração

Digital Advisory Board

O *Digital Advisory Board* deverá fornecer ao Conselho contribuições, suportando as reflexões deste último sobre a experiência do cliente, conforme impactado pela evolução da tecnologia e das tendências mundiais.

Avaliação anual do Conselho de Administração e dos Comitês

Para averiguar o desempenho dos nossos administradores, em observância às melhores práticas de governança corporativa, anualmente é realizada avaliação do nosso Conselho de Administração, dos seus membros e do seu Presidente, bem como dos Comitês relacionados ao Conselho.

Decisões sobre propor a reeleição dos membros do Conselho à Assembleia Geral Ordinária e dos membros dos comitês do Conselho levam em consideração (i) seu bom desempenho durante o período e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior e (ii) sua experiência e nível de independência.

Processo de avaliação

O processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação cruzada dos membros do Conselho de Administração (os membros avaliam uns aos outros), avaliação do próprio Conselho de Administração por seus membros, avaliação do Presidente do Conselho por seus membros e avaliação dos Comitês por seus membros.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e de cada um dos Comitês. Portanto, buscamos um alto nível de expertise.

O processo de avaliação é conduzido por uma pessoa independente, responsável por distribuir questionários específicos para o Conselho de Administração e cada um dos Comitês, bem como por entrevistar cada um dos membros do Conselho e dos Comitês individualmente. A pessoa independente é responsável, ainda, por analisar as respostas e compará-las com os resultados dos anos anteriores, a fim de identificar e endereçar eventuais *gaps* relacionados ao Conselho de Administração e aos Comitês que possam ser revelados por esse processo.

Apoio metodológico e avaliação independente

O Comitê de Nomeação e Governança Corporativa oferece apoio metodológico e procedimental ao processo de avaliação. Esse Comitê também discute os resultados da avaliação, bem como a composição e o plano de sucessão do Conselho de Administração.

Além desse apoio fornecido pelo Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, uma pessoa independente é responsável por conduzir o processo de avaliação.

Conselho Consultivo Internacional

O Conselho Consultivo Internacional é responsável por avaliar as perspectivas para a economia mundial e a adoção, por nossa parte, de códigos e normas internacionalmente aceitos, especialmente com relação à política monetária e financeira, governança corporativa, mercado de capitais e aos sistemas de pagamento e prevenção contra a lavagem de dinheiro, visando contribuir para o fortalecimento de nossa presença na comunidade financeira internacional e oferecer diretrizes para o Conselho de Administração. O Conselho Consultivo Internacional é composto das seguintes pessoas – algumas delas não são membros do nosso Conselho de Administração nem colaboradores do Grupo Itaú Unibanco: Pedro Sampaio Malan, Alessandro Profumo, André Lara Rezende, Andres Velasco, Angel Corcóstequi, Pascal Lamy, Pedro Moreira Salles, Ricardo Villela Marino, Roberto Egydio Setubal e Vikram Pandit.



Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente, composto por três a cinco membros, eleitos anualmente pelos nossos acionistas, cujas atribuições são fiscalizar as atividades da nossa Administração, examinar nossas demonstrações contábeis e emitir uma opinião sobre essas demonstrações, entre outras competências estabelecidas pela legislação brasileira. O Conselho Fiscal deve atuar de forma independente da Administração, dos nossos auditores externos e do Comitê de Auditoria.

Embora sua existência permanente não seja legalmente obrigatória, temos um Conselho Fiscal instalado e operando de forma ininterrupta desde 2000.

Consulte o [site](#), sobre as normas de cada comitê.

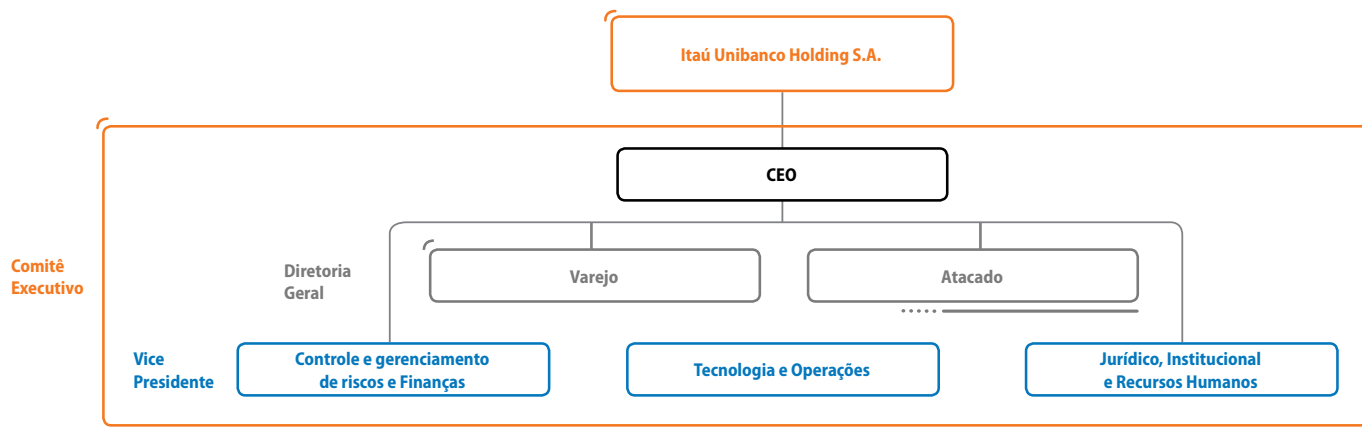
Diretoria

Nossa Diretoria é eleita anualmente pelo Conselho de Administração e tem o papel de implementar as diretrizes por ele propostas. Os diretores conduzem nossos negócios,

garantindo a melhor alocação e gestão dos recursos para alcançarmos as metas estabelecidas. A estrutura da nossa Diretoria leva em consideração a segmentação dos nossos negócios que, em vista da complexidade de nossa organização, exigem um profundo conhecimento em diferentes áreas e setores de negócios e habilidades.

De acordo com a legislação brasileira, a eleição de cada membro da nossa Diretoria deve ser aprovada pelo Banco Central. Ainda, segundo a legislação brasileira, um diretor em exercício mantém o seu cargo até que seja reeleito ou até a posse de seu sucessor. Os nossos diretores passam por uma rigorosa avaliação interna periódica, na qual são considerados critérios de desempenho como satisfação do cliente e gestão financeira e de pessoas.

Conforme anunciado em 9 de novembro de 2016, foram executadas mudanças estruturais na direção do Itaú Unibanco Holding. O quadro a seguir apresenta a estrutura de nosso comitê executivo, formado por dois Diretores Gerais e três Vice-Presidentes.



Comitê de Divulgação e Negociação

O Comitê de Divulgação e Negociação está subordinado à Diretoria e é composto por membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Itaú Unibanco Holding, ou de qualquer empresa do Conglomerado Itaú Unibanco, e por profissionais de conhecimento comprovado na área de mercado de capitais, indicados pelo nosso Diretor de Relações com Investidores, que também é membro permanente do Comitê.

O Comitê é responsável por gerir a nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e a nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários. Fomos uma das primeiras empresas de capital aberto do Brasil a instituir esse Comitê.

As atribuições do Comitê de Divulgação e Negociação incluem a condução de ações internas que buscam melhorar o fluxo de informações e promover a conduta ética de nossos administradores e colaboradores, assegurando transparência, qualidade, igualdade e segurança nas informações prestadas

aos nossos acionistas, investidores e demais participantes do mercado de capitais.

Membros da Diretoria e do Conselho de Administração

Quatro dos membros do nosso Conselho de Administração, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Villela Marino, Alfredo Egydio Setubal e Roberto Egydio Setubal, são membros da família Egydio de Souza Aranha e um dos membros do nosso Conselho de Administração, Pedro Moreira Salles, é membro da família Moreira Salles.

Nosso Conselho de Administração foi eleito e reeleito na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2016. Pedro Moreira Salles, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal, Alfredo Egydio Setubal, Candido Botelho Bracher, Demosthenes Madureira de Pinho Neto, Fábio Colletti Barbosa, Gustavo Jorge Laboissiere Loyola, Nildemar

Secches, Pedro Luiz Bodin de Moraes e Ricardo Villela Marino foram reeleitos membros do Conselho de Administração para o mandato de um ano.

Na mesma data, José Galló também foi eleito membro do Conselho de Administração. Henri Penchas não foi reeleito, tendo atingido a idade-limite prevista em nosso Estatuto.

Os membros do Conselho Fábio Colletti Barbosa, Gustavo Jorge Laboissière Loyola, José Galló, Nildemar Secches e Pedro Luiz Bodin de Moraes foram considerados por nós como Conselheiros Independentes.

Com relação a nosso Conselho Fiscal, Iran Siqueira Lima foi reeleito como membro efetivo, tendo como seu suplente José Caruso Cruz Henriques também reeleito. Alkimar Ribeiro Moura foi eleito como membro efetivo, tendo como seu suplente João Costa, também reeleito. O atual membro suplente Carlos Roberto de Albuquerque Sá foi eleito como membro efetivo, tendo como seu suplente Eduardo Azevedo do Valle, eleito nessa mesma data.

Na reunião do Conselho de Administração de 28 de abril de 2016, os membros da nossa Diretoria Executiva foram reeleitos para o mandato de um ano, ocasião em que foram eleitos os Diretores: Atílio Luiz Magila Albiero Júnior, Fernando Barçante Tostes Malta, Gilberto Frussa e Sergio Mychkis Goldstein. Os membros do Comitê de Auditoria também foram reeleitos para o mandato de um ano, com exceção de Luiz Alberto Fiore. Nessa mesma data Ricardo Baldin foi eleito para compor esse Comitê, entretanto, não continuou com esse mandato, pois aceitou o convite para se juntar ao Comitê Executivo do BNDES.

Em 3 de maio de 2016, anunciamos que o Professor Iran Siqueira Lima, Presidente do nosso Conselho Fiscal, reeleito na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2016, faleceu no dia 29 de abril. Em vista disso, José Caruso Cruz Henriques, eleito como membro suplente do nosso Conselho Fiscal em 27 de abril de 2016, assumiu a posição como membro efetivo para um mandato que deve terminar na data da Assembleia Geral Ordinária de 2017. A posição de suplente ocupada pelo Sr. José Caruso permanecerá vaga até nossa próxima Assembleia Geral.

Além disso, os atuais membros dos nossos Comitês de Auditoria, Estratégia, Gestão de Risco e Capital, Nomeação e Governança, Pessoas, Remuneração e Partes Relacionadas foram reeleitos para um mandato de um ano.

Em 7 de junho de 2016, o Banco Central aprovou a eleição e a reeleição (conforme aplicável) dos membros do nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Em 24 de novembro de 2016, na Reunião do Conselho de Administração, Rogério Paulo Calderón foi eleito à posição de membro do Comitê de Auditoria e, em 22 de dezembro de 2016, o Banco Central aprovou essa eleição.

Em 9 de dezembro de 2016, na Reunião do Conselho de Administração André Sapoznik e Caio Ibrahim David foram eleitos à posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na mesma reunião, o Vice-Presidente Eduardo Mazzilli de Vassimon foi renomeado para assumir a posição de Diretor Geral.

Na mesma data, registrou-se que os Diretores Gerais terão as seguintes atribuições específicas:

- Candido Botelho Bracher é CEO Adjunto, responsável por apoiar o CEO em suas atividades. Esse papel será desempenhado temporariamente, até que Candido tome posse como CEO, posição para a qual será eleito após a próxima Assembleia Geral Ordinária;
- Eduardo Mazzilli de Vassimon é responsável por estruturar os serviços e estabelecer normas internas e operacionais relacionadas com os departamentos de atacado e relacionamento com empresas de médio e grande portes, incluindo serviços bancários, *investment banking*, serviços de gestão de ativos, negócios internacionais e tesouraria institucional;
- Márcio de Andrade Schettini é responsável por estruturar serviços e estabelecer normas internas e operacionais relacionadas com a área de Varejo, relacionamentos com clientes e à oferta de produtos e serviços à nossa base de clientes, incluindo pessoas físicas e jurídicas em todos os níveis de segmentação do varejo, e aos departamentos de seguros, planos de previdência privada e capitalização; e
- Marco Ambrogio Crespi Bonomi é responsável por apoiar o processo de transferência de suas atividades a Márcio de Andrade Schettini, e essa função será executada temporariamente até que ele tome posse como membro do Conselho de Administração, posição para a qual será nomeado na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Da mesma maneira que os Vice-Presidentes, André Sapoznik é responsável por coordenar e organizar a infraestrutura técnica e operacional necessária aos negócios da empresa e Caio Ibrahim David é responsável pelo departamento de gestão de riscos e controle, pelo segmento financeiro e pela controladoria.

As eleições desses membros foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil em 5 de janeiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, os órgãos estatutários apresentam a seguinte composição:



Membros			Membro desde	Comitê de Auditoria	Comitê de Pessoas	Comitê de Partes Relacionadas	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	Comitê de Gestão de Risco e Capital	Comitê de Estratégia	Comitê de Remuneração ⁽¹⁾	Conselho Consultivo Internacional ⁽²⁾
Nome (idade), posição											
Posição Conselho de Administração ⁽³⁾ (12 membros)	Pedro Moreira Salles (57), Presidente		08/2009		P		P		M	P	M
	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (47), Vice-Presidente		03/2003				M			M	
	Roberto Egydio Setubal (62), Vice-Presidente		03/2003		M			M	M		M
	Alfredo Egydio Setubal (58), Membro		06/2007		M		M	M			
	Candido Botelho Bracher (58), Membro		02/2009					M	M		
	Demosthenes Madureira de Pinho Neto (56), Membro		05/2012				M	M			
	Fábio Colletti Barbosa (62), Membro Independente	I	07/2015		M		M		M		
	Gustavo Jorge Laboissière Loyola (64), Membro Independente	I	07/2006			M		M		M	
	José Galló (65), Membro Independente	I	04/2016		M						
	Nildemar Secches (68), Membro Independente	I	05/2012		M	P			P		
	Pedro Luiz Bodin de Moraes (60), Membro Independente	I	02/2009			M		P		M	
	Ricardo Villela Marino (42), Membro		06/2008						M		M
Diretoria Executiva (24 membros)	Roberto Egydio Setubal (62), Diretor-Presidente (CEO)		11/1995								
	Candido Botelho Bracher (58), Diretor Geral		08/2005								
	Márcio de Andrade Schettini (52), Diretor Geral		07/2015								
	Marco Ambrogio Crespi Bonomi (60), Diretor Geral		07/2015								
	Eduardo Mazzilli de Vassimon (58), Diretor Geral		03/2013								
	André Sapoznik (44), Vice-Presidente		12/2016								
	Caio Ibrahim David (48), Vice-Presidente (CFO)		12/2016								
	Claudia Politanski (46), Vice-Presidente		11/2008								
	Alexsandro Broedel Lopes (42), Diretor Executivo		08/2012								
	Fernando Barçante Tostes Malta (48), Diretor Executivo		04/2016								
	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo (45), Diretora Executiva		04/2015								
	Paulo Sergio Miron (50), Diretor Executivo		07/2015								
	Adriano Cabral Volpini (44), Diretor		02/2015								
	Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues (39), Diretor		04/2015								
	Atilio Luiz Magila Albiero Junior (39), Diretor		04/2016								
	Eduardo Hiroyuki Miyaki (44), Diretor		08/2011								
	Emerson Macedo Bortoloto (39), Diretor		11/2011								
	Gilberto Frussa (50), Diretor		04/2016								
	José Virgílio Vita Neto (38), Diretor		04/2015								
	Marcelo Kopel (52), Diretor e Diretor de Relações com Investidores		06/2014								
	Matias Granata (42), Diretor		07/2014								
	Rodrigo Luis Rosa Couto (41), Diretor		01/2012								
	Sergio Mychkis Goldstein (39), Diretor		04/2016								
	Wagner Bettini Sanches (45), Diretor		06/2014								
Comitê de Auditoria ⁽³⁾ (5 membros)	Antonio Francisco de Lima Neto (51), Membro Independente	I	07/2015	M							
	Diego Fresco Gutierrez (46), Membro Independente e Especialista Financeiro	I	04/2014	M							
	Geraldo Travaglia Filho (65), Membro Independente	I	03/2013	P							
	Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (57), Membro Independente	I	06/2014	M							
	Rogério Paulo Calderón Peres (54), Membro Independente	I	11/2016	M							
Conselho Fiscal ⁽³⁾ (3 membros)	Alkimar Ribeiro Moura (75), Membro Independente	I	04/2016								
	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (66), Membro Independente	I	04/2016								
	José Caruso Cruz Henriques (69), Membro Independente	I	04/2016								

(1) Inclui os indivíduos que não são membros do nosso Conselho de Administração: Israel Vainboim.

(2) Inclui indivíduos que não são membros de nosso Conselho de Administração ou colaboradores do Grupo Itaú Unibanco: Alessandro Profumo, André Lara Rezende, Andres Velasco, Angel Corcóstegui, Pascal Lamy, Pedro Sampaio Malan, Vikram Pandit.

(3) Os critérios de independência para os membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal são diversos, sob as nossas políticas e regulamentos aplicáveis em vigor.

 Presidente
  Membro
  Membro Independente
  Também Membro do Conselho de Administração

Governança A-65

Contexto



Perfil



Gestão de riscos



Desempenho



Sustentabilidade



Anexos



Conselho de Administração

Pedro Moreira Salles (Presidente) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, dentre eles Vice-Presidente do Conselho de Administração (fevereiro de 2010 a abril de 2012) do Banco Itaú BBA S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração (março 2008 a novembro 2008) e Diretor-Presidente do Unibanco Holdings S.A. (março de 2007 a novembro de 2008); Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (setembro de 2004 a novembro de 2008) e Presidente do Conselho de Administração da Unibanco Seguros S.A. (dezembro de 1995 a fevereiro de 2009).

É também membro do Conselho de Administração da Totvs S.A. desde março de 2010; Presidente do Conselho de Administração da Companhia E. Johnston de Participações desde 2008 e membro do Conselho de Administração (novembro de 2008 a junho de 2015) e CEO desde junho de 2015 na IUPAR, tendo sido anteriormente Presidente do Conselho (novembro de 2008 a abril de 2012) e Presidente do Conselho Diretor da FEBRABAN desde março de 2017.

Ocupou também o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. (novembro de 2009 a março de 2012) e de Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participações S.A. (2001 a fevereiro de 2009).

É bacharel, *magna cum laude*, em Economia e História pela Universidade da Califórnia, Los Angeles. Também cursou o programa de mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Yale e o Programa de Administração de Sócio-Presidente (OPM) na Universidade de Harvard, ambos nos Estados Unidos.

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente) é Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2003 e membro do Conselho de Administração desde abril de 1997. É Vice-Presidente desde janeiro de 2010, tendo sido Presidente (abril de 2009 a janeiro de 2010) e Vice-Presidente (abril de 1997 a abril de 2009) da Itaútec S.A.; membro do Conselho de Administração (abril de 2004 a abril de 2010), sendo Presidente (de abril de 2009 a novembro de 2009) e Vice-Presidente (abril de 2004 a abril de 2009 e novembro de 2009 a abril de 2010) da Elekeiroz S.A.; membro do Conselho de Administração desde 1996, sendo Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 2008 da Duratex S.A.; membro do Conselho de Administração desde agosto de 1995, atuando como Presidente do Conselho desde maio de 2015 e Diretor-Presidente (setembro de 2009 a maio de 2015) da Itaúsa.

Também é membro do Grupo Itaú Unibanco e atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco S.A. (agosto de 2002 a março de 2003).

Bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) e Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente) é o atual Diretor-Presidente do Itaú Unibanco Holding S.A. Tem supervisionado as operações comerciais do Banco Itaú desde 1984, tendo sido nomeado Diretor-Presidente (abril de 1994 a março de 2015), Diretor Geral (julho de 1990 a abril de 1994) e membro do Conselho de Administração de maio de 1991 a março de 2003 no Itaú Unibanco S.A. Ao longo de sua carreira no Banco, ocupou diversos cargos nas áreas de controladoria, produtos e vendas.

Desde 1995, é membro da *International Monetary Conference* (IMC) da qual tornou-se Presidente em junho de 2010. De 1997 a 2000, foi eleito Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Também atuou como Vice-Presidente do Conselho do *Institute of International Finance* (IIF) e de seu Comitê Diretor de Prevenção de Crises e Adequação de Capital. No ano 2000, passou a integrar a Comissão Trilateral. Em 2002, tornou-se membro do Comitê Consultivo Internacional do *Federal Reserve Bank of New York*. Em 2003, foi nomeado Membro do Conselho do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social). Em 2010, passou a integrar o Fórum de Desenvolvimento da China. É membro fundador e Presidente do Comitê Executivo da Fundação Itaú Social que vem desenvolvendo vários programas sociais em parceria com a UNICEF e outras ONGs. Integra também o Comitê Executivo do Instituto Itaú Cultural e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República desde novembro de 2016.

É Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Engenharia pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos.

Alfredo Egydio Setubal (Membro) tem ocupado vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente (abril de 1996 a março de 2015); Diretor Executivo (maio de 1993 a junho de 1996); Diretor Gerente (entre 1988 e 1993) e Diretor de Relações com Investidores (1995 a 2003) do Itaú Unibanco.

Atua ainda como Vice-Presidente do Conselho de Administração desde setembro de 2008, Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde maio de 2015 da Itaúsa; Membro do Conselho Consultivo da Associação dos Concessionários de Valores Mobiliários (ADEVAL) desde 1993; Diretor Financeiro do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) desde 1992 e da ABRASCA desde 1999.

Foi Presidente da Comissão Superior de Orientação, Nomeação e Ética desde 2009 e membro do Conselho de Administração (1999 a 2009) do IBRI. Foi Vice-Presidente (1994 a agosto de 2003) e Presidente (agosto de 2003 a agosto de 2008) da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), atualmente Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA).



É Bacharel e Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com curso de especialização na INSEAD, França.

Candido Botelho Bracher (Membro) foi Vice-Presidente do Conselho de Administração (março de 2013 a abril de 2015) foi Diretor-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. (agosto de 2005 a dezembro de 2016). É Diretor Geral do Itaú Unibanco Holding desde abril de 2015.

Foi membro do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA S.A. (abril de 2009 a junho de 2014); Membro Suplente do Conselho de Administração (setembro de 1999 a junho de 2005) e Membro do Conselho de Administração (junho de 2005 a março de 2013) do Pão de Açúcar – Cia. Brasileira de Distribuição. Foi Vice-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. (fevereiro de 2003 a agosto de 2005), onde foi responsável pelas unidades Comercial, de Mercados de Capital e de Políticas de Recursos Humanos. Foi Diretor do Banco Itaú BBA Creditanstalt S.A. (1988 a 2003).

É Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Brasil.

Demosthenes Madureira de Pinho Neto (Membro) atuou como Diretor Executivo do Itaú Unibanco (novembro de 2008 a janeiro de 2012).

Foi Vice-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2008 a abril de 2009); Vice-Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (dezembro de 2004 a abril de 2009); Diretor Executivo do Unibanco Asset Management (agosto de 2002 a julho de 2005).

Foi Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) (2000 a 2003); Diretor-Presidente da Dresdner Asset Management (novembro de 1999 a 2002); Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (de 1997 a março de 1999) e Coordenador Geral de Política Monetária e Financeira para o Ministério da Fazenda (1993).

É Bacharel e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e PhD em Economia pela Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos.

Fábio Colletti Barbosa (Membro Independente) foi Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. (janeiro de 2011 a setembro de 2011) e Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander S.A. (agosto de 2008 a dezembro de 2010); Diretor-Presidente do Banco Real S.A. (1998 a 2008).

Foi Presidente da Abril Comunicações S.A. (setembro de 2011 a março de 2014); Presidente do Conselho de Administração da Fundação OSESP desde 2012; membro do Conselho Deliberativo do Insper Instituto de Educação e Pesquisa

desde 2010; membro do Conselho da Fundação das Nações Unidas – EUA desde 2011, membro do Conselho do Instituto Empreender Endeavor desde 2008, membro do Conselho da ALMar Participações S.A. desde 2013, membro do Conselho Consultor da Vox Capital – Investimentos desde 2012 e membro do Comitê de Políticas de Investimentos da Gávea Investimentos desde setembro de 2015.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da FGV e Mestre em Administração de Empresas pelo *Institute for Management and Development*, em Lausanne, na Suíça.

Gustavo Jorge Laboissière Loyola (Membro Independente) foi Presidente do Conselho Fiscal (março de 2003 a abril de 2006) e Presidente do Comitê de Auditoria (setembro de 2008 a abril de 2014) do Itaú Unibanco Holding. Atua como Sócio nas empresas Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda., desde novembro de 2002, e Tendências Conhecimento Assessoria Econômica Ltda. desde julho de 2003. Atua, ainda, como Sócio-Diretor da Gustavo Loyola Consultoria S/C desde fevereiro de 1998. Atuou como Presidente do Banco Central do Brasil (novembro de 1992 a março de 1993 e junho de 1995 a agosto de 1997), e como Diretor Adjunto de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil (março de 1990 a novembro de 1992).

É Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e PhD em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ambas no Brasil.

José Galló (Membro Independente) é membro do Conselho de Administração desde abril de 2016 e membro do Comitê de Pessoas desde junho de 2016 no Itaú Unibanco Holding.

Foi membro do Conselho de Administração desde 1998, tendo ocupado as posições de Presidente do Conselho de Administração entre 1999 e 2005, de Diretor-Presidente desde 1999 e Diretor Superintendente (setembro de 1991 a março de 1999) das Lojas Renner S.A.

Tem atuado como Diretor Executivo desde setembro de 2005 da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e da Dromegon Participações Ltda.; Diretor Executivo desde agosto de 2008 da LR Investimentos Ltda.; Diretor Executivo desde dezembro de 2015 da Realize Participações S.A.; Diretor Executivo desde março de 1987 da Rumos Consultoria Empresarial Ltda.; Membro do Conselho de Administração entre abril de 2007 e maio de 2016 da SLC Agrícola S.A.; Membro do Conselho de Administração desde outubro de 2010 na Localiza Rent a Car S.A. e Membro do Conselho de Administração desde julho de 2004 do IDV – Instituto para Desenvolvimento do Varejo; Membro do Conselho Deliberativo desde junho de 2008 do Instituto Lojas Renner; Vice-Presidente desde junho de 2004 da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre.



É Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas, em 1974.

Nildemar Secches (Membro Independente) atua como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Weg S.A. desde 1998; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2004; membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose desde maio de 2008, e da Ultrapar S.A. desde abril de 2002.

Foi Diretor-Presidente da Perdigão S.A. (janeiro de 1995 a outubro de 2008) e Diretor Geral Corporativo do Grupo Iochpe-Maxion (1990 a 1994). Atuou como Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (1987 a 1990) e como Presidente do Conselho de Administração da Brasil Foods – BRF S.A. (abril de 2007 a abril de 2013). Atuou como Presidente da Associação dos Produtores e Exportadores de Frangos (2001 a 2003).

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela USP de São Carlos, PhD em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-Graduado em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, no Brasil.

Pedro Luiz Bodin de Moraes (Membro Independente) atuou como membro do Conselho de Administração do Unibanco (julho de 2003 a dezembro de 2008). Atuou como Diretor e Sócio do Banco Icatu S.A. (1993 a 2002). Atua como Sócio desde 2003 e Diretor (2002 a 2003) da Icatu Holding S.A. Foi Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil (1991 a 1992) e Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (1990 a 1991).

É Bacharel em Ciências Econômicas e Mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É Doutor (PhD) em Economia pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), nos Estados Unidos.

Ricardo Villela Marino (Membro) atua no Grupo Itaú Unibanco como Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde agosto de 2010. Foi Diretor Executivo (setembro de 2006 a agosto de 2010), Diretor Gerente Sênior (agosto de 2005 a setembro de 2006), Diretor Gerente (dezembro de 2004 a agosto de 2005) no Itaú Unibanco. Atua como membro suplente do Conselho de Administração da Itaúsa desde abril de 2011.

Atua como membro suplente do Conselho de Administração da Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itaútec S.A. desde abril de 2009. Foi Presidente da Federación Latinoamericana de Bancos (FELABAN) (2008 a 2010).

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas pela *Sloan School of Management* do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em Cambridge, nos Estados Unidos.

Diretoria

Os currículos dos membros Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente) e Candido Botelho Bracher (Membro do Conselho de Administração) estão detalhados acima, no item Conselho de Administração.

Eduardo Mazzilli de Vassimon (Diretor Geral) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco Holding (abril de 2015 a dezembro de 2016), Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco desde março de 2013 e membro do Conselho de Administração (novembro de 2004 a abril de 2015) e Diretor-Presidente (desde dezembro de 2016) do Banco Itaú BBA S.A.

Atuou como Diretor Vice-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2004 a dezembro de 2008) e foi responsável pelas áreas Internacional, Instituições Financeiras, Produtos, Mesa de Clientes e Tesouraria. Atuou como Gerente Geral do Itaú Unibanco (1980 a 1990). Atua como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Investimentos Bemge S.A. desde fevereiro de 2013. Atuou como Diretor Adjunto de Câmbio (1990 a 1991) e como Diretor da Área Internacional (1992 a 2003) do Banco BBA-Creditanstalt S.A.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da USP (1980) e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (1980). Mestre pela EAESP/FGV (1982) e pela *École des Hautes Études Commerciales* – França (1982).

Márcio de Andrade Schettini (Diretor Geral) no Grupo Itaú Unibanco, atua como Diretor Geral desde abril de 2015 e foi Diretor Vice-Presidente (novembro de 2008 a março de 2015) do Itaú Unibanco.

Foi Vice-Presidente (abril de 2004 a abril de 2009) do Unibanco.

É Bacharel em Engenharia e Mestre em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde também obteve especialização em modelos matemáticos. Kursou o Programa de Administração de Sócio/Presidente (OPM) na Universidade de Harvard.

Marco Ambrogio Crespi Bonomi (Diretor Geral) no Grupo Itaú Unibanco, atua como Diretor Geral desde abril de 2015 e foi Diretor Vice-Presidente (abril de 2007 a março de 2015); Diretor Executivo (abril de 2004 a abril de 2007); Diretor Gerente Sênior (outubro de 2000 a abril de 2004); e Diretor Gerente (agosto de 1998 a outubro de 2000) do Itaú Unibanco.

Foi Diretor Executivo (novembro de 2008 a junho de 2014) do Unibanco; Vice-Presidente (abril de 2004 a abril de 2011) da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI).



É Bacharel em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) (1978), com cursos de aperfeiçoamento executivo financeiro pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (1982) e Mercado de Capitais na Universidade de Nova Iorque (1984).

André Sapoznik (Vice-Presidente) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco Holding desde dezembro de 2016, Diretor Executivo desde dezembro de 2011 e Diretor de abril de 2009 a dezembro de 2011 no Itaú Unibanco. Ingressou no Unibanco em 1998.

É bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela *Stanford University Graduate School of Business*.

Caio Ibrahim David (Vice-Presidente e Diretor Financeiro) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco Holding desde dezembro de 2016, Diretor Executivo de junho de 2010 a abril de 2015 e membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde julho de 2010.

Atua ainda como Diretor Vice-Presidente desde julho de 2013; Diretor Executivo de agosto de 2010 a julho de 2013, responsável pela área financeira do Itaú Unibanco S.A. Ingressou no Grupo Itaú em 1987 como *trainee*, atuando nas áreas de contabilidade e controle de riscos de mercado e de liquidez.

É membro do Conselho de Administração de abril de 2012 e Vice-Presidente Executivo de outubro de 2010 a abril de 2013 na Investimentos Bemge S.A., membro do Conselho de Administração desde julho de 2010 na Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil; Diretor Executivo de abril de 2010 a abril de 2013 e Diretor-Presidente de maio de 2013 a março de 2015 na Itauseg Participações S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração de junho de 2010 a dezembro de 2012 e membro do Conselho de Administração de maio de 2010 a dezembro de 2012 na Redecard S.A.

É Bacharel em Engenharia pela Universidade Mackenzie (1986 a 1990), com pós-graduação em Economia e Finanças (1992 a 1993) pela Universidade de São Paulo e Mestrado em controladoria pela Universidade de São Paulo (1994 a 1997) e MBA pela Universidade de Nova Iorque (1997 a 1999), com especialização em Finanças, Contabilidade e Negócios Internacionais.

Claudia Politanski (Vice-Presidente) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretora Vice-Presidente, desde abril de 2015, no Itaú Unibanco Holding, tendo sido Diretora Executiva (novembro de 2008 a março de 2015) e Diretora Vice-Presidente do Itaú Unibanco desde julho de 2013. Atualmente, é responsável pelas áreas Jurídica, Institucional e Pessoas e atua como assessora jurídica geral.

Ingressou no Unibanco em 1991 e tornou-se Diretora Executiva (agosto de 2007 a julho de 2014), Diretora (fevereiro de 2006 a agosto de 2007) e Diretora Adjunta (julho de 2003 a fevereiro de 2006). Foi também Diretora Executiva do Itaú Unibanco (fevereiro de 2010 a julho de 2013).

É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) com MBA pela Fundação Dom Cabral, em Minas Gerais, possui Mestrado em Direito (LLM) pela Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos.

Alexsandro Broedel Lopes (Diretor Executivo) atua como Diretor Financeiro do grupo Itaú Unibanco desde março de 2015 e Diretor de Contabilidade e Controller do Grupo (maio de 2012 a março de 2015).

Também atua como Diretor na Investimentos Bemge S.A. desde junho de 2012 e Diretor na Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil desde agosto de 2012.

Membro do Conselho de Administração da CETIP (desde maio de 2013), do IRB Brasil Resseguros (desde 2015) e do *International Integrated Reporting Committee – IIRC* desde 2014. Também é membro do *Accounting Standards Advisory Forum (ASAF)* do *International Accounting Standards Board (IASB)* desde 2010. Suas atividades acadêmicas incluem atuar como professor em tempo parcial na Universidade de São Paulo (Faculdade de Direito e Ciências Contábeis) e como professor convidado na *London School of Economics (LSE)*.

Atuou como diretor na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2010 a 2012) e como membro do Comitê de Auditoria da BM&F Bovespa S.A., em 2012. Atuou como Consultor na Mattos Filho Advogados (2008 a 2009). Alexsandro é Contador – *Chartered Management Accountant* (FCMA e CGMA) e possui Ph.D. em Contabilidade e Finanças pela *Manchester Business School* (2008) e bacharelado em Ciências Contábeis e Direito pela Universidade de São Paulo.

Fernando Barçante Tostes Malta (Diretor Executivo) tem atuado no Grupo Itaú Unibanco como Diretor Executivo desde março de 2015 e Diretor Gestor da Área de Operações (2008 a março de 2015) no Itaú Unibanco.

No Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (1995 a 2008) foi responsável por gerenciar as áreas de Carteira Institucional, Canais e Agências, tendo participado de vários projetos/iniciativas.

É bacharel em Tecnologia da Informação pela PUC Rio de Janeiro; possui MBA pela Fundação Dom Cabral e Estudos Avançados em Gestão Bancária pelo *Swiss Finance Institute*.

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo (Diretora Executiva) ocupou diversos cargos na Área Jurídica do Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Diretora (fevereiro de 2010 a março de 2015). Atua como Diretora Executiva do Itaú Unibanco desde abril de 2015.



Foi Diretora Adjunta do Unibanco (outubro de 2008 a abril de 2009). Ingressou no Unibanco em 1997 e foi inicialmente responsável pela assessoria jurídica em transações bancárias que envolvem atividade bancária, cartão de crédito, crédito imobiliário e veículos, além de projetos relacionados com fusões e aquisições, reorganizações societárias e mercados de capital, entre outros.

Em 2000 e 2001, atuou nas áreas de *Project Finance and Securities na Debevoise & Plimpton* em Nova Iorque. Membro do W.I.L.L. – Mulheres na Liderança na América Latina, organização com abrangência internacional focada no aperfeiçoamento individual e coletivo da mulher em posição de liderança na América Latina.

É Bacharel em Direito pela USP, com especialização em Direito Corporativo com ênfase em Finanças Corporativas e Mercados de Capital pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e especialização em Fundamentos de Direito Empresarial pela Universidade de Nova Iorque (NYU) (2001).

Paulo Sergio Miron (Diretor Executivo) ocupou diversos cargos na PricewaterhouseCoopers em São Paulo, onde foi sócio (1996 a 2015) e responsável pela auditoria de grandes Conglomerados Financeiros Brasileiros, entre os quais se destacam: Unibanco (1997 a 2000), Banco do Brasil (2001 a 2005) e Itaú Unibanco (2009 a 2013); em Brasília, atuou como sócio (2001 a 2008), sendo responsável pelos serviços governamentais (2004 a 2008) e atividade bancária (1997 a 2008). Na PricewaterhouseCoopers, foi também coordenador da área de treinamento por mais de 10 anos. Foi professor universitário durante alguns anos de disciplinas relacionadas com o mercado financeiro.

Membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e palestrante em diversos seminários relacionados com instrumentos financeiros e auditoria.

É Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu e em Economia pela Universidade Mackenzie.

Adriano Cabral Volpini (Diretor) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive de Diretor de Segurança Corporativa desde julho de 2012; Superintendente de Prevenção de Atos Ilícitos (agosto de 2005 a março de 2012); Gerente de Prevenção de Atos Ilícitos (janeiro de 2004 a julho de 2005); Gerente de Inspeção (junho de 2003 a dezembro de 2003); Inspetor (janeiro de 1998 a março de 2003); Auditor (maio de 1996 a dezembro de 1997); Área Operacional de Agências (março de 1991 a abril de 1996) do Itaú Unibanco.

Desde janeiro de 2014 ocupa a Diretoria da Dibens Leasing S.A., tendo sido anteriormente Diretor Executivo (junho de 2012 a janeiro de 2014).

É Bacharel em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP (1991 a 1995), Pós-Graduado em Administração Contábil e Financeira pela FAAP (1998 a 2000) e MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (2000 a 2002).

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues (Diretor) atua como Diretor desde outubro de 2014 no Itaú Unibanco. Foi, anteriormente, nosso Superintendente Jurídico (julho de 2008 a outubro de 2014) e Gerente Jurídico (março de 2006 a julho de 2008). É o atual responsável, na Área Legal, pela coordenação e supervisão de transações de Fusões e Aquisições, questões de Governança Corporativa e Questões Paralegais de Assuntos Corporativos, transações na área de Contratos, Propriedade Intelectual, Terceiro Setor, Área Jurídica Internacional (responsável pela gestão de matrizes das equipes jurídicas das unidades internacionais do Conglomerado Itaú Unibanco e pelo monitoramento e avaliação das principais questões jurídicas relacionadas a essas unidades).

Antes de ingressar no Itaú Unibanco, foi estagiário em Direito Societário e Contratual (agosto de 1998 a fevereiro de 2005) na Tozzini Freire Advogados.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP, turma de 1999, possui diploma de especialização em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2001 e Mestrado em Direito (LLM) pela Faculdade de Direito da Universidade de Columbia em Nova Iorque (2004).

Atilio Luiz Magila Albiero Junior (Diretor) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Diretor desde junho de 2015, Superintendente de Planejamento Financeiro (março de 2011 a maio de 2014), tendo como principais atribuições a elaboração de orçamentos, fechamento dos resultados mensais, geração da PL para vários níveis, Superintendente de Planejamento – Varejo (maio de 2008 a fevereiro de 2011), tendo como principais atribuições elaborar orçamentos, modelos de capacidade, AGIR para a área operacional e de projetos; Superintendente de Produtos Empresas (janeiro de 2007 a abril de 2008), sendo responsável pelos canais eletrônicos para Pessoas Jurídicas e Gestão de Caixa, Gestor de Produtos Empresas (maio de 2002 a dezembro de 2006); Analista de Produtos Empresas (janeiro de 2000 a abril de 2002); Estagiário (setembro de 1999 a dezembro de 1999) no Itaú Unibanco S.A.

É Bacharel em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) (1995 a 1999); pós-graduado (*lato sensu*) em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – EAESP (2000 a 2002); MBA com Ênfase em Finanças pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) (2004 a 2006).

Eduardo Hiroyuki Miyaki (Diretor) no Grupo Itaú Unibanco, atuou como Diretor do Itaú Unibanco (agosto de 2010 a agosto de 2011).



Atuou como Gestor e Diretor de Compliance do programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro do Itaú Unibanco (1996 a 2003). Foi o gestor responsável pelo Departamento de Auditoria Interna das áreas de Gestão de Ativos e Tesouraria (2003 a 2004). Foi também gestor das áreas de Auditoria Interna, Mercado de Capitais, Seguros e Títulos e Valores Mobiliários (2005 a 2010).

É Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Saneamento pela Universidade Federal da Província Japonesa de Gunma. É ainda pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Cursos MBA em Finanças e Negócios Internacionais na Escola de Administração Leonard Stern, da Universidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Emerson Macedo Bortoloto (Diretor) ingressou no Itaú Unibanco em julho de 2003, ocupando cargos na área de Auditoria Interna. Desde novembro de 2008 é responsável pela avaliação de processos relacionados com riscos de mercado, crédito e operacional, além da auditoria de projetos e auditoria contínua. Também foi responsável por auditorias nos processos de tecnologia da informação e de análise e concessão de crédito no varejo. Atuou ainda na Ernst & Young Auditores Independentes (maio de 2001 a junho de 2003). Trabalhou no Banco Bandeirantes S.A. (1992 a 2001), sendo responsável por conduzir auditorias de TI e de processos operacionais.

É Bacharel em Tecnologia de Processamento de Dados pelas Faculdades Integradas Tiberiá e Pós-graduado em Auditoria e Consultoria em Segurança da Informação pelas Faculdades Associadas de São Paulo (FASP). Obteve, em 2004, certificação CISA emitida pelo ISACA. Cursos MBA em Auditoria Interna pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPCAF).

Gilberto Frussa (Diretor) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco S.A., desde 2014. Entre 1989 e 1993 atuou como Advogado e Gerente Jurídico. Atua desde 1993 como Gerente e Coordenador Jurídico.

Atuou ainda como Diretor (junho de 2006 a fevereiro de 2016) no Banco Itaú BBA S.A. e sócio do escritório de advocacia Carvalho Pinto, Monteiro de Barros, Frussa e Bohlsen – Advogados.

É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo em 1989.

José Virgílio Vita Neto (Diretor) atua como Diretor do Itaú Unibanco desde outubro de 2011.

Ingressou no Unibanco em janeiro de 2001, atuando como advogado, até junho de 2003. Foi responsável pela área de assessoria jurídica e finanças para o ramo imobiliário no segmento Banco de Atacado. De junho de 2003 a dezembro de 2005, atuou como Gerente Jurídico, liderando a equipe responsável pelos serviços de consultoria jurídica com o

banco de atacado e financiamento de projetos; de janeiro de 2006 a março de 2011, atuou como Gerente Jurídico, responsável pelos serviços de assessoria legal do Banco de Atacado. Desde março de 2011, como Diretor Jurídico, vem liderando a equipe responsável por litígios, incluindo causas trabalhistas, fiscais e cíveis.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP (2000), possui diploma de especialização em Direito Civil pela Universidade de Salamanca, Espanha (2006), e PhD em Direito Civil – Contratos da Universidade de São Paulo (2007).

Marcelo Kopel (Diretor) foi Diretor Executivo da Redecard S.A. (maio de 2010 a julho de 2014) atua como Diretor do Itaú Unibanco desde julho de 2014. Também atuou como Diretor do Banco Credicard S.A. (novembro de 2004 a fevereiro de 2010), Diretor Financeiro do Banco Citibank S.A. (2006 a 2010) e do ING Bank Brasil (1992 a 1998) e América Latina (1998 a 2002). No *Bank of America* atuou como Diretor Financeiro, acumulando o cargo de Diretor de Operações (2002 a 2003). É Diretor de Relação com Investidores do Itaú Unibanco Holding desde fevereiro de 2015.

É formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Matias Granata (Diretor) ocupou vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, sendo Diretor desde julho de 2014. Atuou como Superintendente de Risco de Mercado, de outubro de 2010 a abril de 2014, e Superintendente de Risco Operacional, de março de 2009 a outubro de 2010 no Itaú Unibanco.

Também foi *Trader* Sênior de Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo (agosto de 2007 a março de 2009); *Trader* Sênior de Tesouraria – Mesa Proprietária Londres (agosto de 2004 a agosto de 2007), *Trader* de Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo (abril de 2003 a agosto de 2004); e Economista Sênior de Pesquisa Econômica (maio de 2002 a abril de 2003).

É Mestre em Política Econômica Internacional pela Universidade de Warwick, Reino Unido. Bolsista pelo programa britânico *Chevening* (2000-2001); Mestre em Economia pela Universidade Torcuato Di Tella (UTDT), Argentina (1998-2000); e Bacharel em Economia pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina (1992-1997).

Rodrigo Luís Rosa Couto (Diretor) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco. É Diretor desde janeiro de 2012, tendo sido chefe da área de Riscos Corporativos (fevereiro de 2008 a dezembro de 2011) no Itaú Unibanco Holding e Diretor desde dezembro de 2011 no Itaú Unibanco.

Atua como Diretor da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil desde janeiro de 2014. Foi Inspetor do Departamento de Supervisão Direta (DESUP) no Banco Central do Brasil (1988 a 2003) e no *Financial Stability Institute* do BIS, onde estagiou e participou da elaboração de um curso preparatório para supervisores bancários de autoridades



regulatórias em nível mundial, para o qual também ministrou palestras (abril a junho de 2003). Atuou na *McKinsey & Company Associate* como consultor em Prática de Gestão de Riscos e como especialista em assuntos relacionados com Risco e Finanças (setembro de 2005 a fevereiro de 2008).

É Bacharel em Administração, com ênfase em Finanças, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) (1997) e MBA, com menção honrosa, pela *The Wharton School*, Universidade da Pensilvânia (2005) nos Estados Unidos.

Sergio Mychkis Goldstein (Diretor) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde 2015.

Vem atuando ainda como Diretor desde dezembro de 2015; **Gerente Geral do Jurídico para a Diretoria Geral de Atacado (2000 a novembro de 2015)**, responsável pelo Departamento Jurídico para o segmento de Atacado, prestando serviços jurídicos para as seguintes áreas/linhas de negócios: **(i) Investment banking:** coordenar serviços para operações de renda fixa, rendimento de capital, fusões e aquisições, bem como operações estruturadas; **(ii) Tesouraria:** coordenar serviços para operações de tesouraria, principalmente captação para o setor de varejo, investidores institucionais e segmento privado; **(iii) Wealth management:** coordenar serviços para as operações de gestão de ativos do Grupo Itaú, *Private Banking* e atividades de custódia, administração e gestão de fundos próprios e de terceiros; **(iv) Empréstimos com Recursos Restritos e Repasses:** Coordenar serviços relacionados com as demandas do banco corporativo em relação às operações envolvendo recursos restritos (crédito rural e imobiliário) e operações de repasse com recursos do BNDES e para as linhas captadas no exterior; **(v) Reestruturação de Dívidas:** Coordenar serviços relacionados às demandas da área de reestruturação de dívidas tanto para as áreas de grandes corporações como para o segmento maior, de médias empresas, operando essencialmente em reestruturações contratuais – com exceção de reestruturações determinadas por decisão judicial; **(vi) Empréstimos internacionais/F/X:** Coordenar serviços relacionados a demandas para execução de empréstimos estrangeiros e financiamentos internacionais; **(vii) Altos Volumes:** coordenar serviços relacionados com demandas envolvendo produtos de financiamento do banco, tais como operações simples, incluindo empréstimos para capital de giro, compra e venda, cessão e descontos, no Banco Itaú BBA S.A.

É Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2000 e possui Mestrado em *Banking and Finance* pela Faculdade de Direito da Universidade de Boston (MA), em 2004.

Wagner Bettini Sanches (Diretor) é Diretor do Grupo Itaú Unibanco; Diretor no Itaú Unibanco Holding, desde junho de 2014 e Diretor desde outubro de 2011 no Itaú Unibanco e Diretor (novembro de 2012 a junho de 2014) no Banco Itaú BMG Consignado S.A.

Anteriormente ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Analista de Assessoria do Mercado de Empresas (1996 a 1999); Coordenador da Assessoria de Mercado de Empresas (1999 a 2000); Gerente de Assessoria do Mercado de Empresas (2000 a 2001); Superintendente de Crédito de Pessoa Jurídica – Mercado de Empresas (2003 a 2007); Superintendente Comercial de Crédito Imobiliário Pessoa Jurídica, sendo responsável pelo relacionamento comercial com incorporadoras em todo o País (2007 e 2008); Superintendente de Crédito e Cobrança de Crédito Imobiliário Pessoa Física e Jurídica, responsável pela gerência de Mesa de Crédito Pessoa Física, Análise de Crédito Pessoa Jurídica, planejamento, monitoramento de projetos, gestão de cobrança e cobrança operacional e contencioso desde 2009 do Itaú Unibanco S.A.

É Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, Pós-Graduado pela Universidade de Michigan; MBA, com alta distinção, com ênfase em Finanças e Estratégia pela *Ross School Business* nos Estados Unidos (2003).

Comitê de Auditoria

Antonio Francisco de Lima Neto (Membro Independente) atuou como Presidente (agosto de 2009 a outubro de 2013) do Banco Fibra S.A.

No Banco do Brasil S.A. foi Presidente (dezembro de 2006 a abril de 2009); Vice-Presidente de Varejo e Distribuição (julho de 2005 a dezembro de 2006); Vice-Presidente de Negócios Internacionais e Atacado (novembro de 2004 a julho de 2005); Diretor Comercial (setembro de 2001 a novembro de 2004); Superintendente Executivo na Unidade Comercial (julho de 2000 a setembro de 2001); Superintendente no Estado do Tocantins (maio de 1999 a maio de 2000) e Superintendente Regional de Belo Horizonte (janeiro de 1997 a maio de 1999).

Também foi membro do Conselho de Administração (2007 a 2009) da Brasilprev Seguros e Previdência S.A.; membro do Conselho de Administração (2006 a 2009) da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); membro do Conselho de Administração (2004 a 2005) da BB Securities Limited; membro do Conselho de Administração (2003 a 2005) da BrasiSaúde Companhia de Seguros; membro do Conselho de Administração (2001 a 2009) da Brasil Alliance Corretora de Seguros; e membro do Conselho de Administração (2000 a 2007) da BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil.

Está cursando mestrado em Economia na Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde janeiro de 2014. Participou do Curso para Conselheiros do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2014); é Pós-Graduado em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2001); e participou do Programa de MBA Executivo da Fundação Dom Cabral (1997). É Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (1996).



Diego Fresco Gutierrez (Membro Independente e Especialista Financeiro) atua como consultor independente para assuntos complexos relativos a relatórios financeiros, especialmente para empresas com ações com registro duplo (no Brasil e nos Estados Unidos), desde junho de 2013. Foi sócio da PwC – São Paulo (2000 a junho de 2013) nas áreas de Mercado de Capitais e Serviços de Assessoria Contábil, tendo ocupado vários cargos na PwC no Uruguai (1998 a 2000 e 1990 a 1997) e nos Estados Unidos (1997 a 1998).

É Bacharel em Ciências Contábeis pela *Universidad de la Republica Oriental del Uruguay* em 1994; é *Certified Public Accountant* – CPA (Contador Independente Certificado) no Estado da Virgínia (Estados Unidos) desde 2002 e Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. Atua no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como membro da Comissão de Governança em Instituições Financeiras desde 2013.

Geraldo Travaglia Filho (Membro Independente) atuou como Diretor Executivo do Itaú Unibanco e do Itaú Unibanco Holding (novembro de 2008 a abril de 2009), como Diretor Executivo do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2008 a janeiro de 2010) e como Diretor Executivo de Finanças da Redecard S.A. (maio de 2009 a abril de 2010). Foi Vice-Presidente do Unibanco (setembro de 2004 a abril de 2009).

É Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP) com especialização em Gestão Bancária pela *Wharton School* da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (Membro Independente) atua como membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Governança Corporativa da Companhia Brasileira de Distribuição S.A. desde 2013; membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Totvs S.A. desde 2013; membro do Conselho de Administração da *Bolsas y Mercados Españoles* – BME desde 2016; e membro do Conselho Curador na Fundação IFRS desde janeiro de 2014. Foi membro do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A. (2013 a 2015); Presidente (julho de 2007 a julho de 2012) e Diretora (julho de 2006 a julho de 2007) da Comissão de Valores Mobiliários; Presidente do Comitê Executivo (2010 a 2012) na Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO); Vice-Presidente (2004 a 2006) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Trabalhou na BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo – (atualmente BM&FBovespa S.A.), durante 12 anos como Superintendente de Empresas Listadas e de Relações com Emissores de 2000 a junho de 2006. Participou, desde o início, da criação do Novo Mercado e Níveis de Listagem de Governança Corporativa e foi encarregada da sua implementação.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP).

Rogério Paulo Calderón Peres (Membro Independente) Membro do Comitê de Auditoria desde de novembro de 2016; Diretor de abril de 2011 a abril de 2014; membro do Comitê de Divulgação e Negociação de junho de 2009 a abril de 2014 do Itaú Unibanco Holding; e Diretor de abril de 2009 a abril de 2014 do Itaú Unibanco.

Também foi CFO para América Latina, membro do Conselho de Gestão Financeira e membro do Comitê Administrativo para América Latina do grupo HSBC de julho de 2014 a outubro de 2016. Atuou como Diretor Vice-Presidente de junho de 2012 a abril de 2013; Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente de abril de 2013 a abril de 2014 da Investimentos Bemge S.A.; Diretor de abril de 2013 a abril de 2014 da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil; Diretor Executivo de 2007 a 2009 do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.; Vice-Presidente Executivo de 2003 a 2006 do Grupo Bunge – Bunge Brasil S.A.; membro dos Conselhos de Administração da Fosfertil, Ultrafertil e Fertifos; membro do Comitê de Auditoria da Fundação Bunge, Bungeprev e Fosfertil; e Sócio atuante nas divisões de Auditoria, Tributária e Consultoria para Agronegócio e Produtos de Consumo e Varejo da PricewaterhouseCoopers de 1981 a 2003.

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP, e Ciências Contábeis pela Fundação Paulo Eiró – SP; Pós-graduações e cursos profissionais especiais: *E-Business Education Series* na *Darden School of Business* da *University of Virginia*; *Executive MBA* na *University of Western Ontario*, Canadá, Estudos de Casos em empresas de consumo e varejo; *Center for Executive Development Faculty* da *Princeton University* Estratégia e Organização Empresarial; Gerenciamento de Educação Continuada e Treinamentos Profissionais – Arundel, Inglaterra; *Executive Business Development* – Curso de Finanças e Decisão de Investimentos – Análises e Métricas pela Fundação Getúlio Vargas – SP; Curso de extensão na *Harvard Business School*, *Making Corporate Boards more Effective* – EUA.

Conselho Fiscal

Alkimar Ribeiro Moura (Membro Independente) atua como membro do Conselho Fiscal do Itaú Unibanco Holding desde abril de 2016, sendo Presidente desde agosto de 2016; e membro do Comitê de Auditoria (maio de 2010 a julho de 2015).

Professor aposentado de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas – São Paulo; membro Independente do Conselho de

Supervisão (outubro de 2007 a setembro de 2010) da BM&F Bovespa S.A.; membro do Conselho de Administração do Banco Nossa Caixa S.A. (maio de 2006 a fevereiro de 2007); Telemar Participações S.A. (maio de 2001 a janeiro de 2003); Cia. Brasil de Seguros (maio de 2001 a fevereiro de 2003); Banco Bandeirantes S.A. (maio de 1999 a dezembro de 2000); Presidente do Banco de Investimentos (abril de 2001 a janeiro de 2003) e Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais (abril de 2001 a janeiro de 2003) do Banco do Brasil S.A.; Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional (fevereiro de 1996 a setembro de 1997), Diretor de Política Monetária (fevereiro de 1994 a fevereiro de 1996) e Diretor de Dívida Pública e Operações do Mercado Aberto (janeiro de 1987 a janeiro de 1988) do Banco Central; Diretor (março de 1988 a março de 1993) do Banco Pirelli-Fintec.

Bacharel em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 1963. Mestre pela Universidade da Califórnia, Berkeley, Califórnia em 1966, PhD em Economia Aplicada pela Universidade Stanford, Califórnia em 1978.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá (Membro Independente) atua como membro efetivo do Conselho Fiscal do Itaú Unibanco Holding desde abril de 2016; membro suplente do Conselho Fiscal de abril de 2015 a abril de 2016.

Foi Conselheiro Fiscal Suplente (março de 2011 a outubro de 2012) da Marfrig S.A.; Diretor (março de 2003 a dezembro de 2010) da KPMG Auditores Independentes; Diretor de Riscos (março de 1999 a dezembro de 2002) da Net Serviços de Comunicação S.A.; Diretor Administrativo e Financeiro (março de 1995 a dezembro de 1998) da Sobremetal; Diretor Financeiro (março de 1991 a dezembro de 1994) da Castrol do Brasil Ltda.; Controller Financeiro (março de 1986 a dezembro de 1988) da Schlumberger Serviços de Petróleo Ltda. e Gerente Financeiro (março de 1979 a dezembro de 1981) da Det Norske Veritas.

Graduado em Economia pela Universidade Candido Mendes, em 1973. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Júnior, em 1981, Pós-Graduado em Finanças na PUC/RJ, em 1995.

José Caruso Cruz Henriques (Membro Independente) atua como membro suplente do Conselho Fiscal do Itaú Unibanco Holding desde agosto de 2011, tendo sido remanejado para membro efetivo em 3 de maio de 2016.

Atua também como Presidente Administrador desde 2003 da Corhen Serviços Ltda.

Foi Diretor Gerente (1988 a agosto de 2003) do Itaú Unibanco; Diretor (1997 a julho de 2003) do BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil; membro do Conselho de Administração (dezembro de 1994 a setembro de 2003) do Banco Itauleasing S.A.; Diretor (março de 2000 a abril de 2003) do Banco Itaúcard S.A.; Diretor Gerente (abril de 1994 a julho de 2003) da Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Ltda.; Diretor Gerente (julho a outubro de 2000) do Banco Itaú Cartões S.A. e Diretor (abril de 1993 a abril de 2003) da Itaútec Componentes da Amazônia S.A. – Itaucam.

É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1971; Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP, em 1979.

Remuneração dos Administradores

GRI 102-35

Nossa Política de Remuneração, aplicável a membros do Conselho de Administração e Diretores (que constitui a maioria na direção do Grupo Itaú Unibanco), está de acordo com as diretrizes estabelecidas pela regulamentação brasileira aplicável, foi estruturada com base nos nossos princípios e práticas e destina-se a alinhar os interesses dos nossos acionistas e administradores. Em relação à remuneração variável, nossa Política de Remuneração tem o objetivo de atrair, reter e recompensar as realizações dos administradores, bem como incentivar a adoção de níveis prudentes de exposição ao risco em curto, médio e longo prazos.

Nesse sentido, nossa Política de Remuneração prevê que, do total da remuneração variável paga aos administradores, 50%, no mínimo, devem ser pagos em ações ou instrumentos nelas baseados e 50%, no mínimo, devem ser diferidos para pagamento futuro, em um período de pelo menos três anos. Se a instituição ou a unidade de negócio apresentar redução significativa do lucro recorrente realizado, ou resultado negativo durante o período de diferimento, as parcelas diferidas e não pagas da remuneração serão revertidas, proporcionalmente, à redução no resultado.

Para a definição da remuneração, nossa estrutura de governança prevê processos claros e transparentes e conta com a supervisão do Comitê de Remuneração. Dentre suas atribuições está a elaboração da Política de Remuneração, que deve ser submetida à aprovação anual do Conselho de Administração. Além disso, nosso Comitê de Remuneração atua como importante intermediário junto ao BACEN, aumentando a precisão e a transparência das informações prestadas a esse órgão regulador. Consulte o [site](#) para mais informações.

Instituímos um plano de remuneração variável segundo o qual a cada um dos beneficiários é, anualmente, atribuído um valor base para o cálculo dos pagamentos. O valor final do pagamento para um executivo é calculado pela multiplicação do valor base por indicadores de desempenho, tais como resultados consolidados do Grupo Itaú Unibanco, resultados da unidade de negócios à qual o executivo pertence e seu desempenho individual. O desempenho dos membros do Conselho de Administração e Diretores é mensurado com base em métricas financeiras e não financeiras, sendo 80% atrelado a métricas financeiras e 20% a métricas não financeiras, na mediana de áreas comerciais. As áreas de



suporte apresentam 25% de suas métricas atreladas a resultados financeiros e 75% a resultados não financeiros, também na mediana. As metas das áreas comerciais visam principalmente resultados operacionais gerenciais (semelhante a lucro líquido), produtos bancários, custos e resultados de pesquisa de satisfação de clientes. As metas para colaboradores das áreas de suporte estão relacionados principalmente com pesquisa de satisfação de clientes e custos.

Também temos um programa institucional chamado Programa de Sócios, que abrange membros da administração e colaboradores aprovados pelo Comitê de Pessoas que apresentaram desempenho destacado. Os beneficiários têm o direito de usar parte ou a totalidade de sua remuneração variável anual para aquisição de nossas ações preferenciais (Ações Próprias). Se eles detiverem a titularidade dessas ações próprias por um prazo de três e cinco anos a partir do investimento inicial, o retorno sobre o investimento será por meio do recebimento das nossas ações preferenciais (Ações de Sócios) também por prazos de três e cinco anos. Estas ações de sócios permanecerão indisponíveis posteriormente, por prazos de cinco e oito anos a partir do investimento inicial em ações próprias. O Programa de Sócios também pode considerar instrumentos derivados das ações em vez das ações propriamente ditas.

Em 2016, registramos despesas com remuneração dos administradores no Grupo Itaú Unibanco, inclusive planos de incentivos de longo prazo (exceto Plano de Opções de Ações), no valor aproximado de R\$ 622 milhões. Nossos planos de incentivos de longo prazo levam em consideração valores concedidos no passado, mas que ainda estão sendo registrados. A remuneração dos administradores também considera contribuições para planos de previdência no montante aproximado de R\$ 11,8 milhões e outros benefícios, tais como assistência médica e odontológica, que totalizaram aproximadamente R\$ 2,8 milhões. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas \(IFRS\), Nota 35 – Partes Relacionadas – \(b\) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração](#) para mais detalhes.

A legislação brasileira não exige a divulgação da remuneração individual dos nossos administradores, com exceção do maior e do menor valor recebido, não sendo necessário identificar os executivos. O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF) ajuizou, em nome dos seus filiados, uma ação judicial questionando a legalidade da exigência de referida divulgação, tendo sido deferida liminar para suspender a exigência. Não temos a intenção de fazer tal divulgação até que seja obtida uma decisão final sobre este assunto. Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório, Remuneração de Membros da Diretoria e do Conselho de Administração de Instituições Financeiras](#) para mais informações.

A nossa Política de Remuneração prevê benefícios pós-emprego para os nossos administradores, incluindo benefícios médicos como plano de saúde e *check-up* médico anual. Exceto pelos benefícios estabelecidos pela nossa Política de Remuneração, não temos contratos de prestação de serviços com os administradores que estabeleçam benefícios em caso de término do vínculo empregatício.

Plano de opções de ações

Possuímos um plano de opções de ações por meio do qual nossos colaboradores e administradores recebem opções de ações. Essas opções permitem que eles compartilhem o risco da flutuação do preço das nossas ações preferenciais com outros acionistas e são destinadas a integrar os beneficiários do nosso Plano de opções de ações no processo de desenvolvimento do nosso grupo a médio e longo prazos.

Nosso Comitê de Pessoas administra o Plano de opções de ações, inclusive aspectos como preços de exercício, prazos de carência e de vigência das opções, de acordo com as regras previstas no Plano.

As opções somente poderão ser outorgadas aos beneficiários se houver lucro suficiente para a distribuição dos dividendos obrigatórios. Consulte a [seção Nosso perfil, item Informação para o investidor, Pagamento dos acionistas](#) para mais informações sobre o pagamento de dividendos. Ainda, a fim de evitar a diluição dos acionistas, a soma das ações a serem utilizadas para remuneração de administradores e das opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% do total das ações em circulação na data de encerramento do balanço do mesmo exercício. Caso o número de ações entregues e de opções outorgadas fique abaixo do limite de 0,5%, a diferença poderá ser acrescida, para fins de remuneração baseada em ações ou de outorga de opções em qualquer um dos sete exercícios fiscais subsequentes.

Em função dos efeitos relacionados com o Artigo 33 da Lei nº 12.973/2014, os valores concedidos pelo Programa de Sócios e ainda não pagos, anteriormente concedidos pelo nosso Plano de Opções de Ações, são atualmente reconhecidos como remuneração. Como resultado, em 29 de abril de 2015, nossos acionistas aprovaram, entre outras modificações, a exclusão da concessão de opções de sócios (relacionadas com nosso Programa de Sócios anterior) do nosso Plano de Opções de Ações, de forma que o Plano de Opções concederá apenas opções simples.

Em 2016, nenhuma opção simples foi outorgada no âmbito de nosso Plano de Opções de Ações. Em 31 de dezembro de 2016, tínhamos ainda 38.033.506 opções a serem exercidas pelos beneficiários. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 22 – Pagamento Baseado em Ações, Item 1 – Plano para Outorga de Opções de Ações](#).



Principais diferenças entre as práticas de governança corporativa no Brasil e nos EUA

Nos EUA, registramos nossas ADSs na NYSE na qualidade de emissor privado estrangeiro e, como resultado, a NYSE nos permite cumprir algumas exigências de governança corporativa previstas na legislação brasileira aplicável, ao invés daquelas previstas nas normas de listagem de governança corporativa da NYSE aplicáveis às empresas norte-americanas com títulos negociados naquela bolsa.

Nos termos das regras da NYSE, nos é exigido: (i) ter um comitê de auditoria ou um conselho de auditoria que atenda a certas exigências, conforme discutiremos a seguir; (ii) enviar notificação do nosso Diretor-Presidente para a NYSE com relação a qualquer descumprimento, por nós, de quaisquer normas aplicáveis de governança corporativa da NYSE para listagem de valores mobiliários; (iii) fornecer para a NYSE declarações anuais e intermediárias referentes à nossa aderência às normas de governança corporativa da NYSE para listagem de valores mobiliários; e (iv) fornecer uma declaração sobre as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as práticas de governança corporativa que devem ser seguidas pelas companhias de capital aberto dos EUA segundo as regras da NYSE. Exceto por essas exigências, temos permissão para gerenciar nossa governança corporativa de acordo com a legislação aplicável no Brasil.

Apresentamos a seguir a descrição das diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e aquelas exigidas para as companhias de capital aberto dos EUA. Nossas principais normas e políticas podem ser encontradas em nosso [site](#).

Maioria de membros independentes do Conselho de Administração

As regras da NYSE exigem que a maioria dos membros de um conselho de administração seja independente. Essa independência é definida por vários critérios, como a ausência de um relacionamento relevante entre o membro do conselho e a companhia de capital aberto. Entretanto, de acordo com as regras da NYSE, as companhias nela registradas (tanto dos EUA, quanto estrangeiras) que tenham mais de 50% do seu capital votante detidos por uma pessoa física, um grupo ou outra companhia, como no nosso caso, não precisam cumprir com a exigência de maioria independente.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Entretanto, nosso Conselho de Administração conta com cinco membros considerados independentes, de acordo com os critérios estabelecidos em nossa Política de Governança Corporativa. Para mais informações sobre a composição do nosso Conselho de Administração, consulte a [seção Nossa governança, item Estrutura da administração, Membros de Nosso Conselho de Administração e Diretores Executivos](#).

Além disso, a legislação societária brasileira, o Banco Central do Brasil e a CVM estabeleceram regras que tratam dos deveres e das responsabilidades dos diretores e membros do

conselho das companhias, assim como de suas qualificações profissionais, de forma a assegurar o funcionamento adequado desse órgão.

Sessões executivas

As regras da NYSE exigem que os membros não administradores do Conselho de Administração se reúnam em sessões executivas, regularmente programadas, sem a presença dos membros do Conselho de Administração que sejam diretores da companhia.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Entretanto, essas reuniões são realizadas pelo menos uma vez por ano. Atualmente, três quartos dos membros do Conselho de Administração são membros não executivos.

Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e Comitê de Remuneração

Pelas regras da NYSE, as companhias nela registradas devem ter um comitê de nomeação ou governança corporativa e, ainda, um comitê de remuneração, ambos formados inteiramente por membros independentes do Conselho de Administração e regidos por regimentos que disponham sobre os objetivos e as responsabilidades de cada comitê. Entretanto, de acordo com as regras da NYSE, as companhias nela registradas (tanto dos EUA, quanto estrangeiras), que tenham mais de 50% do seu capital votante detidos por uma pessoa física, um grupo ou outra companhia, como no nosso caso, não precisam cumprir com tal exigência.

A legislação brasileira não exige que tenhamos um comitê de nomeação ou de governança corporativa. Entretanto, decidimos formar o Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, responsável por incentivar e supervisionar discussões de assuntos relacionados com a governança da Companhia. Atualmente, um dos cinco membros do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é considerado independente, segundo a nossa Política de Governança Corporativa. Ainda, um dos cinco membros do nosso Comitê de Remuneração não é membro do Conselho de Administração ou diretor do Itaú Unibanco Holding, conforme exigido pela regulamentação bancária brasileira.

As regras da CVM não exigem que as companhias abertas tenham um comitê de remuneração. No entanto, a regulamentação bancária brasileira exige que tenhamos um Comitê de Remuneração. Em atendimento a essa regulamentação, nosso Comitê de Remuneração é subordinado ao Conselho de Administração, e os membros desse comitê não precisam ser necessariamente independentes. Atualmente, contudo, três dos cinco membros do nosso Comitê de Remuneração são considerados independentes, segundo a nossa Política de Governança Corporativa.

Consulte a [seção Nossa governança, item Estrutura da administração](#), para mais informações sobre nosso Comitê de Nomeação e Governança corporativa e nosso Comitê de Remuneração.



Comitê de Auditoria

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas tenham um comitê de auditoria que (i) seja composto por, no mínimo, três membros independentes que tenham conhecimento em finanças; (ii) atenda às regras da SEC referentes a Comitê de Auditoria de companhias registradas na NYSE; (iii) tenha, no mínimo, um membro que seja especialista em contabilidade ou gestão financeira; e (iv) seja regido por um regimento que determine expressamente os objetivos e as responsabilidades do comitê e estabeleça avaliações anuais de desempenho.

A legislação brasileira aplicável regula a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e exige a formação de um comitê de auditoria composto por, no mínimo, três membros independentes, de acordo com os critérios de independência dispostos nessas regras. Nosso Comitê de Auditoria, criado em 28 de abril de 2004, atende às exigências brasileiras legais aplicáveis, sendo eleito anualmente pelo Conselho de Administração e composto por profissionais com comprovada capacitação técnica compatível com as atribuições desse Comitê.

Segundo as normas da SEC, nós não somos obrigados a ter um Comitê de Auditoria formado ou que funcione de acordo com as normas da NYSE se atendermos às exigências especificadas pela SEC. Acreditamos que o nosso Comitê de Auditoria atende às exigências da Regra 10A-3(c)(3) do *Exchange Act* (Lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários) e atua de forma independente no desempenho de suas atribuições. Nosso Comitê de Auditoria, na medida do que é permitido pela legislação brasileira, desempenha todas as funções exigidas pela regra 10A-3 da *Exchange Act*.

Em linha com a legislação brasileira aplicável, a contratação de auditores independentes é responsabilidade do Conselho de Administração, enquanto a recomendação para a contratação e destituição de auditores independentes é de responsabilidade do Comitê de Auditoria. Logo, nosso Conselho de Administração atua no lugar do Comitê de Auditoria, conforme permitido pela Regra 10A-3(c)(3)(v) da *Exchange Act*, para fins de contratação de nossos auditores independentes.

Aprovação pelos acionistas da remuneração dos administradores e dos planos para outorga de opções de ações

As regras da NYSE exigem que os acionistas tenham a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração baseados em ações e suas alterações relevantes, assim como em aumentos significativos da quantidade de ações disponíveis para o plano, salvo algumas exceções.

A legislação brasileira estabelece exigência semelhante, uma vez que prevê a necessidade de aprovação da remuneração global anual dos administradores (incluindo ações) e dos planos de outorga de opções de ações em Assembleia Geral.

Consulte a [seção Nossa governança, itens Remuneração dos administradores](#) para mais informações.

Diretrizes de governança corporativa

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas adotem e divulguem suas diretrizes de governança corporativa.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Contudo, possuímos uma Política de Governança Corporativa que consolida os princípios e as práticas de governança corporativa que adotamos. Acreditamos que esses princípios e práticas, consistentes com a legislação brasileira, são compatíveis com as diretrizes estabelecidas pela NYSE. Adotamos regras mais rígidas do que aquelas exigidas pela legislação brasileira, uma vez que aderimos, de forma voluntária, ao Nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa e concedemos direitos de venda conjunta (*tag-along*) para todos os acionistas, independentemente de seus direitos de voto. Consulte a [seção Nossa governança, item Nossas práticas](#) para mais informações.

Código de ética

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas adotem e divulguem um código de conduta comercial e ética para os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores. A NYSE também exige que as companhias nela registradas divulguem imediatamente eventuais dispensas de aplicação das disposições do código de ética para os membros do conselho ou diretores.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Entretanto, temos um Código de Ética que, dentre outros assuntos, rege a conduta de todos os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores do Grupo Itaú Unibanco, detalhando os princípios que norteiam nossas atitudes e práticas.

Auditoria interna [GRI G4-DMA Auditoria \(antigo FS9\)](#)

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas mantenham uma auditoria interna cuja responsabilidade é fornecer avaliações constantes dos processos de gerenciamento de risco da companhia e do sistema de controles internos à administração e ao Comitê de Auditoria.

A legislação bancária brasileira estabelece exigência semelhante, uma vez que exige que as instituições financeiras tenham uma auditoria interna. A nossa Auditoria Interna é responsável por avaliar a suficiência e a eficácia dos nossos controles operacionais e de gestão, bem como a adequação de nossos processos de identificação e gerenciamento de riscos. Além disso, nossa Auditoria Interna tem atuação independente da administração na condução de suas atividades e possui acesso a todos os lugares, executivos e informações necessários para desempenhar suas funções. A Auditoria Interna está subordinada, administrativamente, à presidência do Conselho de Administração, sendo suas atividades supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.





4_Nossa gestão de riscos

Consideramos nossa gestão e cultura de risco essenciais para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando maximizar a criação de valor para os acionistas

Nossa gestão de riscos GRI 102-15

Fatores de risco

Esta seção trata dos riscos que consideramos relevantes para os nossos negócios e para os investimentos em nossos valores mobiliários. Caso qualquer um desses eventos descritos ocorra, nossa situação financeira e nossos negócios podem ser afetados negativamente, assim como o montante dos investimentos feitos em nossos valores mobiliários. Dessa forma, os investidores devem avaliar cuidadosamente os fatores de risco descritos a seguir e as demais informações contidas neste documento.

Outros riscos que atualmente consideramos irrelevantes ou sobre os quais não temos conhecimento podem gerar efeitos semelhantes aos mencionados anteriormente, caso se materializem.

Riscos macroeconômicos

Alterações nas condições econômicas podem nos afetar adversamente.

Nossas operações dependem do desempenho da economia brasileira e, em menor grau, das economias de outros países nos quais realizamos negócios, especialmente da América Latina. A demanda por crédito e serviços financeiros, assim como a capacidade de pagamento, por parte de nossos clientes, é impactada diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como crescimento econômico, renda, desemprego, inflação e flutuações nas taxas de juros e de câmbio. Dessa forma, qualquer mudança relevante na economia brasileira e, em menor grau, nas economias de outros países nos quais realizamos negócios, especialmente da América Latina, poderá nos afetar.

Após um período de expansão econômica acentuada, as taxas de crescimento do Brasil começaram a desacelerar em 2011 e, em 2015, o país entrou em recessão. Em 2016, o PIB teve contração de 3,6%. O crescimento foi impactado pelas altas taxas de juros, baixo preço das commodities e alta alavancagem corporativa. No longo prazo, o crescimento pode estar sendo limitado por diversos fatores, inclusive estruturais, como infraestrutura inadequada, os quais ocasionam riscos de potencial falta de energia e deficiências no setor de transporte, dentre outros, bem como a escassez de profissionais qualificados, que podem reduzir os níveis de produtividade e eficiência do país. Baixos níveis de poupança nacional requerem entrada de fluxos financeiros relativamente significativos do exterior, o que pode não ocorrer caso investidores estrangeiros percebam instabilidade política e econômica no país. Dependendo da sua intensidade, esses fatores poderiam levar à redução nas taxas de emprego e queda nos níveis de renda e de consumo, resultando no aumento dos índices de inadimplência nos empréstimos que concedemos para pessoas físicas e empresas não financeiras e, conseqüentemente, gerar um efeito material adverso para nós.

As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial podem nos afetar adversamente.

As autoridades brasileiras intervêm com alguma frequência na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, o que pode nos afetar negativamente. Tais alterações podem impactar variáveis que são fundamentais para nossa estratégia de crescimento (tais como as taxas de câmbio e de juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a nossa atuação em determinados mercados, afetando a nossa liquidez e a capacidade de pagamento dos nossos clientes. Incertezas sobre políticas econômicas futuras podem aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, a qual, por sua vez, pode ter relevante efeito adverso sobre nós. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem nos afetar.

A inflação e a oscilação nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Aumentos repentinos de preços e longos períodos de inflação alta podem causar, dentre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia. As medidas para combater taxas de inflação elevadas incluem maior rigidez na política monetária, com elevação da taxa básica de juros (SELIC), resultando em restrições de crédito e liquidez no curto prazo, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. Mudanças nas taxas de juros podem afetar de forma material nossas margens líquidas, já que influenciam nossos custos de captação e concessão de empréstimos.

Adicionalmente, os aumentos na taxa SELIC podem reduzir a demanda por crédito, aumentar os custos de nossas reservas e elevar o risco de inadimplência dos nossos clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC poderiam diminuir nossos ganhos provenientes de ativos remunerados por juros, assim como as nossas margens líquidas.

A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente.

O Brasil utiliza o sistema de câmbio flutuante, segundo o qual o mercado estabelece o valor do real em relação às moedas estrangeiras. No entanto, o BACEN pode fazer intervenções na compra e na venda de moedas estrangeiras com o objetivo de suavizar as oscilações e reduzir a volatilidade da taxa de câmbio. Apesar dessas intervenções, a taxa de câmbio pode apresentar variações significativas. Além disso, em alguns casos, intervenções realizadas com o objetivo de evitar

oscilações bruscas do valor do real, frente às outras moedas, podem ocasionar o efeito oposto, levando ao aumento na volatilidade da referida taxa de câmbio.

A instabilidade nas taxas de câmbio também pode impactar negativamente os nossos negócios. Uma potencial depreciação do real poderia resultar em (i) perdas em nossos passivos expressos em moeda estrangeira, ou a ela indexados; (ii) redução da nossa capacidade de pagar obrigações expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas, pois a obtenção da moeda estrangeira necessária para cumprir tais obrigações ficaria mais cara; (iii) redução da capacidade dos tomadores brasileiros de nos pagar dívidas expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas; e (iv) impactos negativos sobre o preço de mercado da nossa carteira de títulos. Por outro lado, a valorização da moeda brasileira poderia nos levar a incorrer em perdas sobre os ativos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados. Para mais informações sobre como os efeitos dessas variáveis podem nos afetar, consulte "Crises e volatilidade no mercado financeiro de outros países podem afetar a economia brasileira e os mercados financeiros globais e, consequentemente, afetar nossas operações de forma adversa" a seguir.

A deterioração das contas fiscais do governo pode nos afetar.

A deterioração das contas fiscais, se mantida, pode gerar uma perda de confiança dos investidores nacionais e estrangeiros. Da mesma forma, os governos regionais estão enfrentando preocupações fiscais devido ao seu elevado endividamento, declínio das receitas e despesas inflexíveis. Em 2017, os holofotes continuarão voltados para as reformas fiscais. A Câmara dos Deputados do Congresso Nacional pode aprovar, até o final do segundo trimestre, a proposta de reforma da previdência, que é fundamental para o futuro cumprimento dos limites de gastos. A menor credibilidade na situação fiscal do governo poderia ocasionar um rebaixamento da dívida soberana brasileira pelas agências de crédito e impactar a economia do país de forma negativa, causando desvalorização do real, aumento da inflação e das taxas de juros e a desaceleração do crescimento econômico, afetando, assim, de forma adversa, nossos negócios, o resultado das nossas operações e nossa situação financeira.

Crises e volatilidade no mercado financeiro de outros países podem afetar a economia brasileira e os mercados financeiros globais e, consequentemente, afetar nossas operações de forma adversa.

As condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os EUA, países da União Europeia e países emergentes, podem afetar em graus variados a disponibilidade de crédito e o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Crises nesses países podem diminuir o interesse dos investidores por ativos brasileiros, o que poderia afetar, de forma adversa e material, o preço de mercado de nossos títulos, dificultando o nosso acesso ao mercado de

capitais e, consequentemente, o financiamento de nossas operações no futuro.

Os bancos que operam em países considerados mercados emergentes, inclusive nós, podem estar particularmente suscetíveis a turbulências e reduções na disponibilidade de crédito ou ao aumento nos custos de financiamentos, que poderiam ter impacto material adverso sobre as suas operações. Em particular, a disponibilidade de crédito para as instituições financeiras que operam nos mercados emergentes é significativamente influenciada por movimentos de aversão ao risco global. Adicionalmente, qualquer fator que impacte a confiança dos investidores, como uma diminuição na classificação do risco de crédito, uma vez que as classificações das instituições financeiras, inclusive a nossa, tendem a sujeitar-se a um teto baseado na classificação de crédito soberano, ou a intervenção do governo ou da autoridade monetária em um desses mercados, pode impactar o preço ou a disponibilidade de recursos para instituições financeiras inseridas em qualquer um desses mercados, o que pode nos afetar.

A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais podem também ter consequências significativas para os países onde operamos, tais como volatilidade no valor de títulos patrimoniais, das taxas de juros e de câmbio. Maior incerteza e volatilidade podem resultar em uma desaceleração do mercado de crédito e da economia, o que, por sua vez, poderia gerar aumento na taxa de desemprego e redução no poder aquisitivo dos consumidores. Além disso, esses eventos podem prejudicar de forma significativa a capacidade dos nossos clientes de cumprir com suas obrigações e aumentar a ocorrência de operações de crédito em atraso ou inadimplentes, resultando em um aumento do risco associado à nossa atividade de crédito. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil e nos países em que operamos, tendo efeito adverso material sobre nós.

A saída do Reino Unido da União Europeia poderia impactar adversamente nosso negócio, os resultados das nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira.

Em 23 de junho de 2016, por meio de um referendo geral, o eleitorado britânico votou a favor da saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*). O *Brexit* poderia afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais e impactar as operações do Itaú BBA International. Adicionalmente, o *Brexit* poderia levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do *Brexit*, e outros que não podemos prever, poderiam ter um efeito adverso sobre nossos negócios, os resultados das nossas operações ou nossa situação financeira.

Consulte a [seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto global](#) e [Contexto brasileiro](#) para mais detalhes sobre dados e indicadores econômicos.

Investigações sobre corrupção, com ampla repercussão, que estão em andamento no Brasil poderão afetar a percepção das perspectivas de crescimento interno e do Brasil.

Certas empresas brasileiras dos setores de energia e infraestrutura estão sendo investigadas pela CVM, pela SEC, pela Polícia Federal e outros órgãos públicos brasileiros responsáveis por investigações sobre formação de cartel e corrupção, relacionadas a alegações de corrupção (chamada de operação Lava Jato), bem como pelo Departamento de Justiça (DOJ) dos Estados Unidos e, dependendo do resultado dessas investigações e do tempo necessário para concluí-las, essas empresas podem enfrentar (algumas delas já enfrentam) rebaixamentos das agências de classificação de crédito, restrições de acesso a financiamento (algumas delas já sofrem) e redução nas receitas (algumas delas já experimentam), entre outros efeitos negativos. Esses efeitos negativos podem prejudicar a capacidade das empresas de honrar tempestivamente os seus compromissos financeiros trazendo perdas para nós, pois várias delas são nossos clientes. As empresas envolvidas na operação Lava Jato, várias das quais são nossos clientes, também podem ser processadas pelos investidores (algumas delas já foram), alegando terem sido enganados por informações divulgadas por elas, incluindo suas respectivas demonstrações contábeis. Além disso, as investigações de corrupção em andamento contribuíram para reduzir o valor dos títulos e valores mobiliários de diversas empresas. Os bancos de investimento (inclusive o Itaú BBA Securities) que atuaram como subscritores de distribuições públicas dessas empresas investigadas também são partes em alguns desses processos judiciais nos EUA e podem ser partes em outros processos que ainda venham a ser instaurados. Não podemos prever a duração dessas investigações sobre corrupção, ou a intensidade dos efeitos que essas investigações poderão ter sobre a economia brasileira e o setor financeiro — que também poderá ser investigado em virtude de um possível relacionamento comercial com as empresas e pessoas envolvidas nas investigações da operação Lava Jato. Outra investigação de alta repercussão, além da Lava Jato, em curso no Brasil é a chamada operação Zelotes. Se as alegações de tal investigação forem confirmadas também poderão afetar alguns dos nossos clientes e sua confiabilidade de crédito. Em março de 2016, fomos citados pela Receita Federal do Brasil para prestar contas sobre os processos tributários relacionados com o BankBoston no Brasil, que está sendo investigado pela operação Zelotes. Adquirimos as operações do BankBoston no Brasil do Bank of America em 2006. Em 1o. de dezembro de 2016, a Polícia Federal conduziu buscas nas instalações do Itaú Unibanco à procura de documentos relacionados com esses processos e documentos relacionados com pagamentos feitos a advogados e consultores que atuaram nesses processos. Esclarecemos que o contrato firmado com o Bank of America para a

aquisição das operações do BankBoston no Brasil incluía uma cláusula segundo a qual o vendedor permaneceria responsável pela condução dos processos tributários do BankBoston, inclusive com relação à retenção de advogados e consultores. Portanto, de acordo com esse contrato, quaisquer e todos os pagamentos feitos pelo Itaú Unibanco a advogados e consultores foram estritamente em nome do Bank of America. Essas investigações não foram concluídas e permanecemos inteiramente à disposição, cooperando com as autoridades para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam necessários. Depois de revisar nossos procedimentos de controle e sistemas de monitoramento, acreditamos estar em conformidade com as normas existentes, especialmente as relacionadas com prevenção à lavagem de dinheiro. Não obstante, devido ao tamanho e à amplitude das nossas operações e ao nosso relacionamento comercial com empresas e pessoas investigadas, e devido aos diversos bancos, públicos e privados, adquiridos pelo Itaú Unibanco nos últimos quinze anos, podemos nos tornar foco dessas investigações, que podem, em última instância, resultar em danos à reputação, responsabilização civil ou penal. Os efeitos negativos sobre várias empresas também podem impactar o nível de investimentos em infraestrutura no Brasil, resultando em menor crescimento econômico.

Riscos legais e regulatórios

Alterações na lei e regulamentação aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Alterações na legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras no Brasil podem afetar a nossa capacidade de conceder empréstimos e de cobrar dívidas em atraso, o que pode ter um efeito adverso sobre nós. Nossas operações também podem ser afetadas de forma adversa na hipótese de ocorrerem outras alterações, inclusive alterações relativas a restrições sobre as remessas para o exterior e outros controles cambiais, bem como à divergência em interpretações das leis por tribunais e agências reguladoras em relação à opinião de nossos assessores legais.

No contexto de crises financeiras ou econômicas, o governo brasileiro também pode decidir implementar alterações na estrutura legal aplicável à operação das instituições financeiras brasileiras. Por exemplo, em resposta à crise financeira global que teve início no final de 2007, órgãos reguladores nacionais e intergovernamentais, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, propuseram reformas para evitar a ocorrência de crises semelhantes, que incluíram a criação de novas exigências de capital mínimo regulamentar mais elevado (Basileia III). Consulte a [seção Nossa Gestão de risco, item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III](#) e [Implementação de Basileia III no Brasil](#) para mais detalhes sobre as exigências de capital regulatório. Uma vez que a implementação da estrutura de Basileia III esteja concluída para os bancos brasileiros, e seus efeitos tenham sido totalmente avaliados, é possível que precisemos reavaliar nossa estratégia de financiamento para o capital regulatório,



caso capital regulatório adicional seja necessário para dar suporte às nossas operações sob as novas normas.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando a promulgação de uma nova legislação que, se convertida em lei com a redação atual proposta, poderia nos afetar de forma adversa. Por exemplo, o projeto de lei que propõe a alteração do Código de Defesa do Consumidor permitiria aos tribunais alterar os termos e condições dos contratos de crédito em determinadas situações, impondo certas dificuldades para a cobrança de valores de consumidores finais. Além disso, os órgãos legislativos estaduais e municipais podem periodicamente considerar projetos de lei destinados a impor medidas de segurança e normas para atendimento aos clientes, como limites em filas e exigências de acessibilidade, que, se convertidos em lei, poderiam afetar as nossas operações. Mais recentemente, certos projetos de lei convertidos em lei (e outros que foram propostos) em determinados estados ou municípios impõem restrições à possibilidade dos credores de incluírem dados sobre devedores insolventes em registros dos serviços de proteção ao crédito, o que também poderia ter um efeito adverso sobre nossa capacidade de cobrar dívidas em atraso.

Também temos operações em outros países, incluindo, sem limitação, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai e Suíça. Alterações nas leis e regulamentos pertinentes aos nossos negócios nos países em que operamos, ou a adoção de novas leis, e regulamentações relacionadas, podem nos afetar de forma adversa.

Aumentos nas exigências de depósitos compulsórios podem nos afetar de forma negativa e material.

Depósitos compulsórios são reservas que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central. Em geral, os depósitos compulsórios não proporcionam os mesmos retornos que outras formas de investimentos e depósitos, já que uma parte deles não rende juros. Esses recursos precisam ser detidos em títulos do Governo Federal brasileiro e são usados para financiar programas governamentais, como o programa habitacional federal e subsídios do setor rural. O Banco Central vem alterando, periodicamente, o nível mínimo dos depósitos compulsórios. Os aumentos no referido nível reduzem nossa liquidez para conceder empréstimos e realizar outros investimentos e, como consequência, podem nos afetar de forma negativa e material.

Estamos sujeitos à regulamentação em base consolidada e podemos estar sujeitos à liquidação ou intervenção.

Atuamos em diversos setores relacionados a crédito e serviços financeiros, por meio de entidades que controlamos. Para fins de regulamentação ou supervisão, o Banco Central trata o banco e nossas subsidiárias e coligadas como uma única instituição financeira. Embora a nossa base de capital consolidada proporcione solidez financeira e flexibilidade para nossas subsidiárias e coligadas, suas atividades individuais podem colocar, indiretamente, nossa base de

capital em risco. Uma investigação ou intervenção do Banco Central, em especial nas atividades desenvolvidas por qualquer uma de nossas subsidiárias ou coligadas, pode ter impacto material adverso sobre nossas outras subsidiárias e coligadas e, por fim, sobre nós.

Na hipótese de nós ou qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras se tornar insolvente, o Banco Central poderá realizar um processo de intervenção ou liquidação em bases consolidadas, ao invés de realizar tais procedimentos em cada entidade individualmente. Em caso de intervenção ou liquidação em base consolidada, os nossos credores teriam reivindicações sobre os nossos ativos e sobre os ativos das nossas subsidiárias financeiras consolidadas. Neste caso, reivindicações de credores de mesma natureza contra nós e nossas subsidiárias financeiras consolidadas teriam classificação equivalente em relação ao pagamento. Se o Banco Central realizar o processo de liquidação ou de intervenção do banco ou de qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras em base individual, os nossos credores não poderão fazer uma reivindicação direta dos ativos dessas subsidiárias financeiras, e os credores dessas subsidiárias financeiras terão preferência em relação aos nossos credores sobre os ativos dessas subsidiárias financeiras. O Banco Central também tem autoridade para realizar outras reorganizações societárias ou transferências de controle em caso de processo de intervenção ou liquidação.

Nossa operação de seguros está sujeita a órgãos reguladores.

As companhias de seguro estão sujeitas a intervenção e/ou liquidação pela SUSEP. No caso de recursos ou reservas técnicas insuficientes, ou saúde econômica frágil em relação a uma entidade regulamentada, a SUSEP poderá nomear um inspetor para atuar dentro da companhia relevante. Se a intervenção não corrigir a questão, a SUSEP encaminhará ao CNSP uma proposta para cancelar a licença da seguradora.

Além disso, as companhias de seguro estão sujeitas a penalidades pecuniárias, advertências, suspensão da autorização para condução de atividades e desqualificação para envolvimento em atividades de negócios conforme estabelecido por lei.

Com relação a companhias de seguro saúde consideradas como apresentando desequilíbrio financeiro ou anormalidades econômico-financeiras ou administrativas graves, a ANS poderá determinar a alienação da carteira da seguradora aplicável ou outras medidas como regime de direção fiscal ou técnica por prazo não superior a 365 dias, ou a liquidação extrajudicial.

As penalidades estabelecidas para violações cometidas por companhias de seguro saúde e seus conselheiros e diretores são: (i) advertências; (ii) penalidades pecuniárias; (iii) suspensão das atividades da companhia; (iv) desqualificação temporária para o exercício de cargos administrativos em companhias de seguro saúde; (v) desqualificação permanente para o exercício de cargos administrativos em companhias de seguro saúde, bem como em previdência complementar aberta, seguradoras,



corretoras de seguro e instituições financeiras; e
(vi) cancelamento da autorização de funcionamento da companhia e venda da sua carteira.

Nesse sentido, nossas operações de seguros podem ser afetadas negativamente pelas penalidades aplicadas pela SUSEP ou ANS, conforme descrito acima.

Os detentores das nossas ações e ADSs podem não receber dividendos.

No Brasil as companhias devem obrigatoriamente pagar a seus acionistas um dividendo mínimo, pelo menos, em base anual (exceto em casos específicos estabelecidos em legislação aplicável). De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido calculado e ajustado de acordo com a legislação societária brasileira. A legislação brasileira aplicável também permite que as companhias incluam o montante de juros sobre capital próprio distribuído a seus acionistas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. O cálculo do lucro líquido de acordo com a legislação societária brasileira pode diferir significativamente do nosso lucro líquido calculado de acordo com o IFRS.

Além disso, a legislação societária brasileira permite a suspensão do pagamento de dividendos obrigatórios em qualquer exercício específico se o nosso Conselho de Administração informar nossa Assembleia Geral de Acionistas que esse pagamento seria incompatível com a nossa situação financeira. Portanto, caso isso ocorra, o detentor de nossas ações e ADSs pode não receber dividendos. Nesse caso, os dividendos que deixarem de ser distribuídos nesse exercício fiscal deverão ser registrados como uma reserva especial e, caso não sejam usados para cobrir um eventual prejuízo em exercícios subsequentes, esses montantes de dividendos não pagos ainda disponíveis sob essa reserva deverão ser distribuídos quando a situação financeira da companhia assim o permitir.

Além disso, de acordo com seus poderes normativos nos termos da lei brasileira e das regulamentações bancárias, o Banco Central pode, discricionariamente, reduzir os dividendos a serem pagos, ou determinar que não sejam pagos dividendos por uma instituição financeira caso tal restrição seja necessária para mitigar riscos relevantes à instituição financeira ou ao sistema financeiro brasileiro.

Consulte a [seção Nosso perfil, Nossas ações, Pagamento dos acionistas](#) e a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil](#) para mais detalhes sobre as exigências de capital pelo CMN; e também a [seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Completas \(IFRS\), Nota 2.4t e Nota 21](#) para mais detalhes sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

As reformas fiscais podem afetar negativamente as nossas operações e a lucratividade.

O governo brasileiro altera regularmente a legislação e as normas fiscais por meio da criação de novos impostos, que podem ser temporários, da mudança nas alíquotas, nas bases de incidência dos impostos ou na forma como os mesmos são calculados, inclusive com relação às alíquotas aplicáveis unicamente ao setor bancário. As reformas fiscais podem reduzir o volume das nossas transações, aumentar nossos custos ou limitar a nossa lucratividade.

A decisão sobre processos judiciais referentes a planos governamentais para estabilização econômica pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Somos réus em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 1980 e 1990 pelo Governo Federal brasileiro para combater a inflação.

O Itaú Unibanco Holding é réu em ações movidas por pessoas físicas e em ações coletivas movidas (i) por associações de defesa do consumidor; e (ii) pelo Ministério Público em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Para essas ações coletivas, o Itaú Unibanco Holding registra provisões quando do recebimento da citação relacionada à execução da sentença proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu algumas decisões a favor dos titulares das cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às contas de poupança. Atualmente, estão suspensos os recursos referentes a essa questão por ordem do Tribunal Federal até que este emita uma declaração definitiva sobre a questão constitucional.

Nós também estamos sujeitos aos riscos operacionais associados ao tratamento e à condução de um grande volume de ações envolvendo planos governamentais de estabilização econômica, em caso de perda da ação.

Consulte a [seção Desempenho, Item Desempenho Financeiro, Passivos, Litígios](#) para mais informações.

Autuações fiscais podem nos afetar negativamente.

Como parte do curso normal dos nossos negócios, estamos sujeitos a fiscalizações de autoridades fiscais municipais, estaduais e federais. Essas fiscalizações, provenientes de divergências no entendimento da aplicação das leis tributárias, podem gerar autuações fiscais que, dependendo dos seus resultados, podem ter efeito adverso sobre os nossos resultados financeiros.



Riscos relativos a nossos negócios

Fator de risco de mercado

O valor de nossos títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeito às flutuações de mercado, devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais, e, como resultado, pode nos sujeitar a prejuízos relevantes.

Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos de nossa carteira pode nos levar a registrar ganhos e perdas – quando vendidos ou ajustados ao valor de mercado (no caso de títulos negociáveis) – e a apresentar flutuação considerável de um período para o outro em função das condições econômicas nacionais e internacionais. Se, por exemplo, realizarmos operações com derivativos como ação estratégica para nos proteger contra uma diminuição no valor do real e das taxas de juros, e, no entanto, o valor do real e das taxas de juros subir, podemos incorrer em perdas financeiras e essas perdas podem nos afetar de forma adversa e material. Adicionalmente, podemos incorrer em perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, inclusive de riscos com operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de ações e de mercadorias (*commodities*), juntamente com outros índices sobre esses fatores de risco.

Não temos condições de estimar o montante de ganhos ou perdas realizados ou não realizados para qualquer período futuro. Ganhos e perdas em nossa carteira de investimentos podem não contribuir para a nossa receita líquida no futuro ou podem deixar de contribuir para ela em níveis coerentes com os períodos mais recentes. Podemos não ser bem-sucedidos ao realizar as valorizações ou desvalorizações atualmente existentes na nossa carteira de investimentos consolidada ou em qualquer um dos ativos dessa carteira.

Fator de risco operacional

Falhas, deficiência ou inadequação de nossos processos internos e má conduta ou erros humanos podem nos afetar de forma adversa.

Embora tenhamos controles, políticas e procedimentos relacionados com segurança da informação em vigor, elaborados para minimizar erros humanos, e façamos investimentos contínuos em infraestrutura e no gerenciamento de crises e operações, os sistemas operacionais relacionados com os nossos negócios podem parar de funcionar adequadamente por um período limitado ou ficar temporariamente indisponíveis devido a uma série de fatores. Esses fatores incluem eventos que estão, total ou parcialmente, fora de nosso controle, como a falta de energia, a interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas, bem como eventos internos e externos que podem afetar terceiros com os quais fazemos negócios ou que são essenciais para as nossas atividades (como bolsas de valores, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços) e eventos resultantes de questões de natureza política ou social mais abrangentes, como ataques cibernéticos ou a divulgação não autorizada de informações pessoais em nosso poder.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam nossos custos e causam prejuízos, como também geram conflitos com nossos clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre nossos negócios, nossa reputação e os resultados das operações.

O risco operacional também inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados por nós, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas por nós.

Ataques cibernéticos poderiam causar perda de receita e dano à reputação, causados por violações de segurança de dados que poderiam prejudicar nossas operações ou resultar na divulgação de informações confidenciais ou exclusivas.

Gerenciamos e armazenamos diversas informações exclusivas e dados confidenciais ou sensíveis referentes aos nossos clientes e às nossas operações. Podemos estar sujeitos a violações dos sistemas de Tecnologia de Informações que utilizamos para esses fins. Dependemos bastante da tecnologia e isso nos torna vulneráveis a vírus, *worms* e outros softwares mal-intencionados, inclusive *bugs* e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação de nossos sistemas. Também dependemos de determinados provedores externos de gerenciamento de dados, cujas limitações de capacidade, possíveis problemas de segurança e vulnerabilidades podem ter efeito semelhante sobre nós.

Os nossos custos para eliminar ou tratar dos problemas de segurança mencionados e das vulnerabilidades de segurança antes ou depois de um incidente cibernético podem ser significativos e a falta de solução poderá resultar em interrupções e atrasos, afetando clientes e parceiros.

Fator de risco de concorrência

Enfrentamos riscos associados ao ambiente cada vez mais competitivo e às recentes consolidações do setor bancário brasileiro.

O mercado brasileiro de serviços financeiros e bancários é altamente competitivo. Enfrentamos significativa concorrência de outros grandes bancos brasileiros e internacionais, bem como de outras empresas que competem nos mercados em que atuamos. A concorrência se intensificou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório, Regulamentação Concorrencial](#) para mais informações sobre



a concorrência nos mercados brasileiros. Essa crescente concorrência pode nos afetar negativamente, entre outros fatores, limitando a nossa capacidade de reter ou aumentar a base de clientes existentes e expandir nossas operações, ou impactando as tarifas e taxas que praticamos, reduzindo as nossas margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que oferecemos.

Dependemos de serviços terceirizados.

Certos serviços essenciais para o adequado funcionamento do nosso negócio e da nossa infraestrutura tecnológica, como *call centers*, redes, internet e sistemas, entre outros, são prestados por empresas externas ou terceirizadas. Impactos na prestação desses serviços, causados por essas empresas devido à falta de fornecimento ou à baixa qualidade dos serviços contratados, podem afetar a condução dos nossos negócios bem como nossos clientes.

Fatores de risco de crédito

Mudanças no perfil de nossos negócios podem afetar negativamente nossa carteira de crédito.

Nossa experiência histórica pode não ser indicativa de perdas de crédito futuras. Embora a qualidade da nossa carteira de crédito esteja associada ao risco de inadimplência dos setores nos quais atuamos, alterações no perfil dos nossos negócios podem ocorrer em função do nosso crescimento orgânico ou de fusões e aquisições, alterações nas condições econômicas locais e, em menor grau, no ambiente econômico internacional, além de alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais atuamos, entre outros fatores. Quaisquer alterações que afetem um dos setores a qual temos exposição de crédito significativa podem afetar negativamente a nossa carteira de crédito. Por exemplo, nos últimos anos, os bancos brasileiros experimentaram um aumento nas operações de crédito aos consumidores, principalmente no setor automotivo. No entanto, o aumento da demanda por financiamento de veículos foi acompanhado, posteriormente, pela elevação significativa do nível de endividamento dos consumidores, levando a elevados índices de inadimplência. Como resultado, muitas instituições financeiras registraram maiores perdas com créditos decorrentes do aumento no volume de provisões e da redução na concessão de empréstimos para aquisição de veículos.

Adicionalmente, alterações nas condições econômicas e políticas, desaceleramento na demanda dos clientes, um aumento na concorrência de mercado, e alterações regulatórias e outras alterações relacionadas aos países em que atuamos podem também afetar negativamente a taxa de crescimento e o *mix* da nossa carteira de crédito. O desempenho passado da nossa carteira de crédito pode não ser indicativo de desempenho futuro.

O valor de qualquer garantia que garante nossos empréstimos pode não ser suficiente, e podemos ser incapazes de realizar o valor cheio da garantia que assegura nossa carteira de empréstimo.

O valor de mercado de qualquer garantia relacionada à nossa carteira de crédito pode variar, desde o momento em que exigimos até sua avaliação, devido a fatores relacionados a mudanças na economia, política ou fatores setoriais, além do nosso controle. Alterações no valor da garantia dos nossos créditos podem resultar na redução do valor realizado das garantias e podem ter um impacto negativo nos resultados das nossas operações e da nossa condição financeira.

Podemos incorrer em perdas associadas aos riscos de exposição das contrapartes.

Podemos incorrer em prejuízos no caso de qualquer uma de nossas contrapartes deixar de honrar suas obrigações contratuais em virtude de falência, falta de liquidez, falha operacional ou de outros motivos atribuíveis exclusivamente às nossas contrapartes. Esse risco da contraparte pode surgir, por exemplo, ao contratarmos resseguro ou ao celebrarmos contratos de crédito nos quais as contrapartes têm a obrigação de nos fazer pagamentos e são incapazes de fazer, ou ao realizar operações no mercado de câmbio (ou outros mercados) que não sejam liquidadas no momento especificado decorrente da não entrega pela contraparte, câmara de compensação ou outro intermediário financeiro. Realizamos rotineiramente transações com contrapartes no setor de serviços financeiros, incluindo corretoras e distribuidoras, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de *hedge*, entre outros clientes institucionais, e o não cumprimento de suas respectivas obrigações pode afetar negativamente o nosso desempenho financeiro.

Temos exposição financeira significativa à dívida do governo federal brasileiro.

Assim como a maioria dos bancos brasileiros, investimos em títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 16,4% de todos os nossos ativos e 66,7% da nossa carteira de títulos eram compostos por esses títulos de dívida. Qualquer descumprimento do governo brasileiro em relação ao pagamento pontual desses títulos, ou a redução significativa em seus valores de mercado, poderia afetar negativamente os resultados das nossas operações e a nossa situação financeira.

Fatores de risco de subscrição

Metodologias inadequadas de precificação de produtos de seguro, previdência e capitalização e reservas podem nos afetar adversamente.

Nossas subsidiárias com atividades no segmento de seguros e previdência estabelecem preços e cálculos para esses produtos com base em estimativas atuariais ou estatísticas. A precificação desses produtos de seguros e previdência é baseada em modelos que incluem premissas e projeções que podem se provar incorretas, já que envolvem uma série de juízos de valor quanto



ao nível ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, provisões, benefícios, reivindicações, despesas, juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Podemos incorrer em perdas decorrentes de eventos que são contrários às nossas expectativas direta ou indiretamente baseadas em premissas biométricas e econômicas incorretas, ou bases atuariais com erros que seriam utilizadas para cálculo de contribuições e provisões.

Embora os preços de nossos produtos de seguros e planos de pensão e a adequação de suas respectivas reservas sejam revisados anualmente, não podemos determinar com precisão se os ativos que suportam as nossas responsabilidades, somados aos prêmios e contribuições futuros, serão suficientes para o pagamento dos benefícios, sinistros e despesas. Dessa forma, a ocorrência de desvios significativos nas premissas utilizadas para precificação podem ter um efeito adverso na rentabilidade dos nossos produtos de seguros e de previdência. Adicionalmente, se concluirmos que as nossas reservas e prêmios futuros são insuficientes para cobrir os futuros benefícios de apólices e sinistros, teremos que elevar as nossas reservas e registrar tais efeitos em nossas demonstrações contábeis, o que pode ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

Fatores relacionados ao gerenciamento de riscos

Nossas políticas, procedimentos e modelos relacionados ao controle de riscos podem se mostrar ineficazes e o nosso resultado pode ser afetado de maneira adversa por perdas não esperadas.

Nossos métodos, procedimentos e políticas de gestão de riscos, inclusive as ferramentas e modelos estatísticos para mensuração, tais como o *Value at Risk* (VaR) e os modelos que estimam as probabilidades de inadimplência, podem não ser totalmente eficazes na mensuração da nossa exposição ao risco, em todos os ambientes econômicos, e contra todos os tipos de riscos, inclusive aqueles que não conseguimos identificar ou prever. Alguns de nossos instrumentos e medições qualitativos para o gerenciamento de risco são baseados em nossas observações sobre o comportamento histórico do mercado. Além disso, devido à limitação brasileira quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de obter crédito de um cliente, confiamos, principalmente, nas informações disponíveis em nossos bancos de dados, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e outras fontes. Aplicamos ferramentas estatísticas, entre outras, para essas observações, e dados para quantificar a nossa exposição ao risco. Essas ferramentas e medições podem não prever todos os tipos de exposições futuras. Essas exposições ao risco poderiam, por exemplo, ser decorrentes de fatores que não prevemos ou avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Esse cenário limitaria nossa capacidade de gerenciar nossos riscos. Portanto, nossas perdas poderiam ser significativamente maiores do que as indicadas pelas medidas históricas. Além disso, nosso modelo quantitativo pode não levar em consideração todos os riscos existentes. Nossa abordagem qualitativa para a gestão desses riscos pode revelar-se insuficiente, expondo-nos a perdas inesperadas relevantes.

Nossos resultados operacionais e nossa posição financeira dependem da nossa capacidade de avaliar as perdas associadas aos riscos aos quais estamos expostos e da nossa capacidade de incluir esses riscos nas nossas políticas de preços. Reconhecemos uma provisão para créditos de liquidação duvidosa com o objetivo de garantir um nível de provisão compatível com a perda esperada, de acordo com os modelos internos para mensuração do risco de crédito. Esse cálculo envolve, ainda, o julgamento significativo por parte de nossos administradores. Esses julgamentos podem se revelar incorretos ou podem ser modificados no futuro, dependendo das informações que forem disponibilizadas. Estes fatores podem nos afetar negativamente.

Danos à nossa reputação podem prejudicar nossos negócios e perspectivas.

Somos altamente dependentes da nossa boa imagem e da nossa credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à nossa reputação e gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros públicos, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores externos com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores e falhas na gestão de riscos, entre outros. Além disso, algumas ações significativas, tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar nossa reputação perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à nossa reputação podem afetar, adversamente e de maneira relevante, nossos negócios e clientes em potencial.

Fatores de risco relacionados à nossa estratégia

O acionista controlador tem o poder de direcionar nossos negócios.

Em 31 de janeiro de 2017, a IUPAR, nossa acionista controladora, detinha, de maneira direta, 51% de nossas ações ordinárias e 25,96% de nosso capital total, o que lhe confere poder de nomear e destituir nossos membros do conselho e diretores e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, entre eles, as transações com partes relacionadas, as reorganizações societárias e a data e o pagamento de dividendos.

Além disso, a IUPAR é controlada em conjunto pela Itaúsa, que, por sua vez, é controlada pela família Egydio de Souza Aranha e pela Cia. E. Johnston que, por sua vez, é controlada pela família Moreira Salles. Os interesses da IUPAR, da Itaúsa e das famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles podem ser diferentes dos nossos demais acionistas.

Além disso, alguns de nossos conselheiros são afiliados da IUPAR, e podem surgir circunstâncias nas quais haja conflitos entre os interesses da IUPAR e seus afiliados com os dos nossos outros acionistas. Quando existirem estes ou outros conflitos de interesses, nossos acionistas dependerão do



exercício, por parte de nossos conselheiros, de seus deveres fiduciários como membros de Conselho de Administração. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, entretanto, os acionistas controladores devem votar de acordo com os interesses da empresa. Além disso, eles ficam proibidos de votar na hipótese de conflitos de interesses nas questões a serem decididas.

A integração dos negócios adquiridos ou incorporados envolve certos riscos que podem ter um efeito material adverso sobre nós.

Como parte da nossa estratégia de crescimento no setor financeiro do Brasil e da América Latina, temos realizado uma série de fusões, aquisições e parcerias com outras empresas e instituições financeiras no passado e podemos procurar por novas operações dessa natureza no futuro. Todas essas transações envolvem riscos, como por exemplo, a possibilidade de incorrermos em custos não esperados dada a dificuldade de integrarmos plataformas de sistemas, finanças, contabilidade e pessoas ou a ocorrência de contingências não previstas, e quebra de cláusulas contratuais por contrapartes. Ademais, as sinergias operacionais e financeiras e outros benefícios decorrentes dessas transações podem não ser alcançados.

Existe ainda o risco de as autoridades regulatórias e de defesa da concorrência imponham restrições ou limitações às operações ou aos negócios decorrentes de certas combinações, ou de aplicarem multas e sanções devido à interpretação, por parte das autoridades, de irregularidades em uma fusão, consolidação ou aquisição empresarial, mesmo que a instituição as tenha feito isto de uma forma lícita, clara e transparente.

Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, redução de custos, eficiências operacionais, sinergias de receitas e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou de incorrermos em maiores custos de integração do que o estimado, podemos ser afetados adversamente.

Fatores de risco socioambiental

Podemos enfrentar perdas financeiras e danos à nossa reputação associados a riscos socioambientais.

Os fatores socioambientais são considerados um dos tópicos mais relevantes para os negócios, uma vez que eles podem afetar a criação de valor compartilhado nos curto, médio e longo prazos, do ponto de vista da organização e seus principais *stakeholders*. Além disso, entendemos risco socioambiental como o risco de perdas resultantes da exposição a eventos socioambientais decorrentes da execução de nossas atividades. Para mais informações sobre nossa gestão de riscos socioambientais, consulte a [seção Gestão de capital e riscos](#).

Entendemos que questões socioambientais podem afetar nossas atividades e a receita de nossos clientes, provocando atrasos em pagamentos ou inadimplência, especialmente no caso de incidentes socioambientais significativos. A maneira como esses riscos podem nos afetar torna-se mais evidente quando financiamos projetos em setores com maior impactos socioambientais, como, por exemplo, o de mineração, construção de usinas hidrelétricas de grande porte, que exigem maior diligência e a adoção de medidas de mitigação.

Reconhecemos as mudanças climáticas como um de nossos principais desafios, uma vez que eventos climáticos podem afetar nossas atividades em nossos prédios administrativos, rede de filiais e centrais de processamento de dados e são levados em consideração para todas as regiões geográficas nas quais operamos no Brasil.

Riscos de divulgação de informações financeiras

Elaboramos estimativas e premissas relacionadas à preparação de nossas demonstrações contábeis e quaisquer mudanças nessas estimativas e premissas podem ter efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais.

Na preparação de nossas demonstrações contábeis, utilizamos estimativas e premissas baseadas no histórico de nossas experiências e outros fatores. Apesar de acreditarmos que essas estimativas e premissas são razoáveis em vista das circunstâncias, elas estão sujeitas a incertezas significativas, algumas das quais estão fora de nosso controle. Caso qualquer uma dessas estimativas e premissas sofra mudanças ou se mostrem incorretas, nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa.

Como resultado de limitações inerentes a nossos controles contábeis e de divulgação, erros de classificação devido a erros ou fraudes podem ocorrer e não ser detectados.

Nossos controles e procedimentos de divulgação são elaborados para proporcionar confiança razoável de que as informações que devem ser divulgadas por nós nos relatórios que arquivamos ou submetemos à SEC, nos termos da *Exchange Act* (Lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários), serão reunidas e comunicadas à administração, além de serem registradas, processadas, resumidas e reportadas dentro dos prazos especificados nas regras e formulários da SEC. Acreditamos que quaisquer controles e procedimentos de divulgação, ou controles e procedimentos internos, inclusive os respectivos controles contábeis, forneçam somente segurança razoável, e não absoluta, de que os objetivos do sistema de controle estão sendo atingidos. Essas limitações inerentes incluem a realidade de que os julgamentos no processo de tomada de decisões podem ser falhos e gerar consequências negativas devido a erros ou a equívocos simples. Além disso, controles podem ser burlados por atos individuais, pela atuação em conluio de duas ou mais pessoas ou por inobservância não autorizada dos controles.



Qualquer falha de nossa parte na manutenção de controles internos efetivos sobre a divulgação das informações financeiras pode afetar adversamente a confiança dos investidores em nossa empresa e, como resultado, o valor dos investimentos em nossos títulos e valores mobiliários.

Nos termos da Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002, devemos apresentar um relatório preparado por nossa administração sobre a eficácia de nossos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações contábeis e incluir um parecer emitido por nossos Auditores Independentes confirmando essa eficácia. Qualquer falha de nossa parte na manutenção de controles internos efetivos sobre a divulgação das informações financeiras pode afetar nossa capacidade de fornecer relatórios precisos sobre nossa situação financeira e patrimonial e os resultados de nossas operações. Se não pudermos concluir que nossos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações contábeis são eficazes, ou ainda, se os nossos auditores independentes determinarem que apresentamos alguma fraqueza material ou alguma deficiência significativa, poderíamos perder a confiança dos investidores na exatidão e integridade de nossos relatórios financeiros e, por consequência, os valores de mercado de nossas ações e ADSs poderiam cair ou poderíamos estar sujeitos a sanções ou investigações da SEC ou de outra autoridade reguladora. A falha de nossa parte em corrigir qualquer fraqueza material em nossos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações contábeis ou em implementar ou manter outros sistemas de controles eficazes requeridos das empresas de capital aberto sujeitas à regulamentação da SEC também poderia restringir nosso futuro acesso aos mercados de capital.

Gerenciamento de riscos e capital

GRI 103-2 | 103-3 Gestão de riscos e de capital

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

Nosso processo de gestão de riscos inclui:

- identificação e mensuração dos riscos existentes e potenciais em nossas operações;
- alinhamento das políticas institucionais de controle e gestão de riscos, procedimentos e metodologias de acordo com as orientações do Conselho de Administração e nossas estratégias corporativas; e
- administração de nossa carteira buscando as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e objetivos das nossas unidades de negócio e de suporte, impedindo-as de atingir suas metas, com possibilidade de impactos nos lucros, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco encontram-se incorporados por toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio dos comitês descritos a seguir, definem os objetivos

globais, definindo metas e limites para gestão de riscos. As unidades de controle e gestão de capital apoiam nossa administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. Consulte a [seção Nossa governança, item Estrutura da administração, Membros do nosso Conselho de Administração](#) para mais informações sobre as responsabilidades de nosso Conselho de Administração.

Em conformidade com as regulamentações do CMN e do Banco Central, implementamos uma estrutura de gerenciamento de capital e um Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP), assumindo um ponto de vista prospectivo em relação à gestão de capital.

Nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. As responsabilidades relacionadas à gestão de riscos estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, a saber:

- Na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e suporte gerenciam seus respectivos riscos, identificando, avaliando, controlando e reportando esses riscos;
- Na segunda linha de defesa, uma unidade independente fornece controle centralizado, para garantir que nosso risco seja gerenciado de acordo com o apetite ao risco, e as políticas e procedimentos estabelecidos. Esse controle centralizado fornece ao Conselho e aos executivos uma visão geral global de nossa exposição, a fim de otimizar e acelerar as decisões corporativas; e
- O papel da terceira linha de defesa, auditoria interna, é fornecer uma avaliação independente das atividades da instituição, para garantir que a administração possa verificar se os controles sobre os riscos são adequados, se a gestão de riscos é eficaz e os controles internos e exigências regulatórias estão sendo cumpridas.

Durante todo o processo de gestão de riscos, aplicamos sistemas de tecnologia da informação (TI) adequados, de acordo com as regulamentações e exigências do Banco Central. Monitoramos também a aderência às exigências quantitativas e qualitativas relacionadas com a gestão de riscos e capital mínimo dos reguladores.

Princípios de gestão de riscos

Assumir e gerenciar riscos é a essência das nossas atividades e, para isso, devemos ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. Buscamos processos robustos de gerenciamento de riscos, que permeiem toda a organização e sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade de nossos negócios.

Os princípios abaixo fornecem os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de risco e a forma como os nossos colaboradores atuam no dia a dia para a tomada de decisão:

- 1. Sustentabilidade e satisfação do cliente:** Queremos ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes. Nos preocupamos em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. Faremos apenas negócios que são bons para o cliente e para o banco.
- 2. Cultura de risco:** Nossa cultura de risco vai além de políticas, procedimentos e processos e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando nossa forma ética de fazer negócios. Consulte o item Cultura de Risco a seguir para mais informações sobre nossa Cultura de Risco.
- 3. Apreçamento do risco:** Atuamos e assumimos riscos em negócios que conhecemos e entendemos e evitamos riscos que não conhecemos ou nos quais não temos vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno.
- 4. Diversificação:** Temos baixo apetite por volatilidade dos nossos resultados e por isso atuamos em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos a que estamos expostos e priorizando os negócios de menor risco.
- 5. Excelência operacional:** Queremos ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável de forma a oferecer um serviço de alta qualidade.
- 6. Ética e respeito à regulação:** Para o Itaú Unibanco, ética é inegociável. Promovemos um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela nossa reputação.

Em 2016, revisamos nossa política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo Conselho de Administração, que direciona a nossa estratégia de negócios. Nosso apetite de risco é fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração:

"Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital."

A partir da declaração, foram definidas cinco dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- **Dimensão de capitalização:** estabelece que devemos ter capital suficiente para nos proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos nossos índices de capital, em situação normal e em estresse e dos nossos *ratings* de emissão de dívidas.
- **Dimensão de liquidez:** estabelece que nossa liquidez deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos nossos indicadores de liquidez.

- **Dimensão de composição dos resultados:** define que nossos negócios serão focados principalmente na América Latina, onde teremos uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.
- **Dimensão de risco operacional:** foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente nossa estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.
- **Dimensão de reputação:** aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos nossos clientes, da nossa exposição nas mídias, além da observância da nossa conduta.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco & Capital (CGRC) e do nosso CRO (*Chief Risk Officer*).

O apetite de risco é monitorado, analisado e reportado regularmente aos níveis executivos e ao CGRC. Caso o monitoramento de alguma métrica aponte para um nível acima do apetite de risco, em situações normais ou projetadas, há uma governança preestabelecida com alçadas de reporte, inclusive ao Conselho de Administração, que organiza as discussões necessárias e ações a serem tomadas para retomar as exposições aos níveis desejados do apetite de risco.

Cultura de riscos



Visando fortalecer nossos valores e alinhar o comportamento dos nossos colaboradores com as diretrizes estabelecidas na gestão de risco, adotamos diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco. Nossa

Cultura de Risco é baseada em quatro princípios básicos ilustrados ao lado.

Esses princípios são nossa diretriz que visam ajudar nossos colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.



Além de políticas, procedimentos e processos, a cultura de risco fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores na gestão de riscos inerentes às atividades exercidas individualmente, respeitando de maneira ética a gestão dos negócios.

Promovemos a cultura de risco, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da organização a assumir e gerenciar o risco conscientemente. Com esses princípios disseminados pela instituição, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco, e assumindo a responsabilidade individual por cada colaborador do Itaú Unibanco, independentemente de sua posição, área ou função.

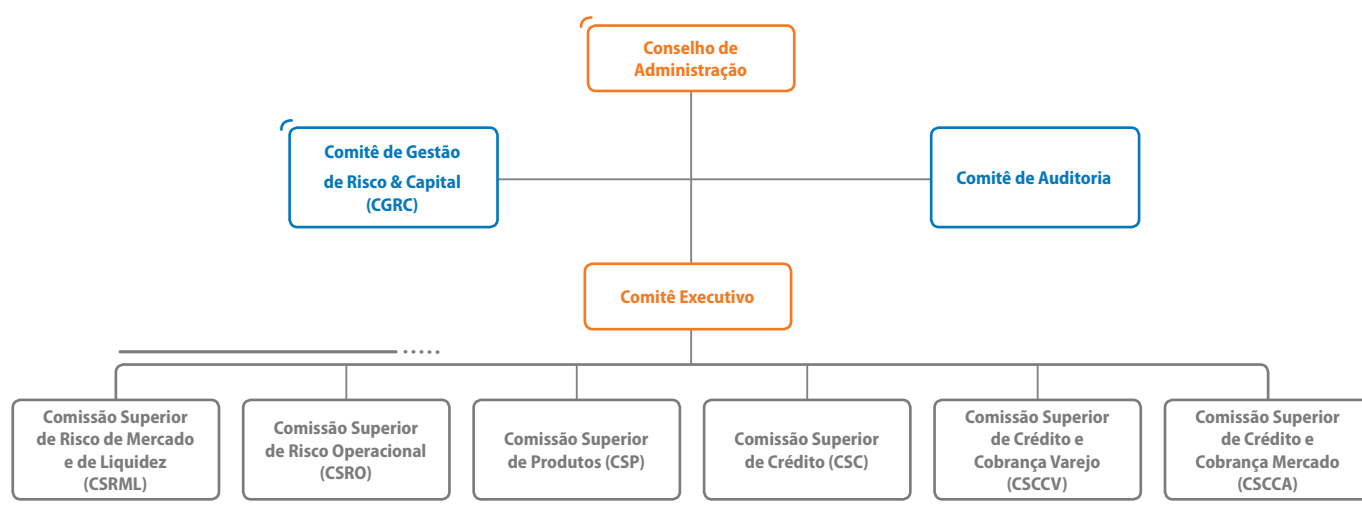
Também disponibilizamos canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que podem ocasionar

transtornos e/ou prejuízo para nós ou lesar os clientes. Todos os colaboradores ou terceiros tem a responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

Governança de risco e capital

GRI 103-2 | 103-3 Gestão de riscos e de capital

Como mencionado anteriormente, o CGRC é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de atribuições relacionadas à nossa gestão de risco e de capital. No nível executivo estabelecemos órgãos colegiados, presididos pelo nosso CEO, que são responsáveis pela gestão de risco e capital e se reportam diretamente ao Comitê de Gestão de Risco e Capital. O Conselho de Administração é o órgão principal para decisões de gestão de risco e capital. Os comitês a seguir são parte de nossa estrutura de governança de gestão de riscos e capital:



Comitê de gestão de riscos & capital (CGRC): apoia o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relacionadas à nossa gestão de risco e capital, reunindo-se, no mínimo, 4 vezes ao ano, e submetendo relatórios e recomendações para deliberação do Conselho de Administração para tomada de decisões relacionadas à:

- Definição do apetite de risco da instituição nas dimensões de capital, liquidez, resultados, risco operacional e reputação, garantindo o alinhamento com nossa estratégia e incluindo: níveis aceitáveis de capital e liquidez; tipos de risco a que poderemos estar expostos, bem como limites agregados para cada tipo de risco; tolerâncias à volatilidade de resultados e a concentrações de risco; e diretrizes gerais sobre tolerância a riscos que possam ter impacto sobre o valor da nossa marca (ex.: risco de imagem);
- Supervisão das nossas atividades de gestão e controle de risco, visando a assegurar sua adequação aos níveis de risco assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios;

- Revisão e aprovação de políticas e estratégias para a gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos por nós;
- Definição do nosso retorno mínimo esperado sobre o capital como um todo e de nossas linhas de negócio, bem como monitorar o desempenho;
- Supervisão das nossas estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar seu alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor; e
- Promoção do aperfeiçoamento da nossa Cultura de Risco.

Consulte a [seção Nossa governança, item Estrutura da administração](#) para mais informações sobre as responsabilidades do Comitê de Auditoria e para informações complementares sobre o CGRC.

Comissão superior de risco de mercado e liquidez (CSRML): reúne-se mensalmente e é responsável por estabelecer as diretrizes e governança de investimentos e de riscos de mercado e liquidez associados às nossas posições consolidadas e linhas de negócios.

Comissão superior de riscos operacionais (CSRO): reúne-se bimestralmente e é responsável por conhecer os riscos dos nossos processos e negócios, definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados decorrentes do funcionamento do Sistema Itaú Unibanco de Controles Internos e *Compliance*.

Comissão superior de produtos (CSP): reúne-se semanalmente e é responsável por avaliar produtos, operações, serviços e processos que estão fora da alçada de decisão dos Comitês de Produtos subordinados à ela ou que envolvam risco de imagem para nós.

Comissão superior de crédito (CSC): reúne-se semanalmente e é responsável por avaliar e decidir sobre propostas de crédito que excedam as alçadas das Comissões de Crédito que se reportam à ela, e analisar decisões que não foram tomadas devido à falta de consenso na comissão imediatamente subordinada à ela ou casos que, por sua relevância ou por características especiais, essa comissão decidir por bem submeter à sua apreciação.

Comissão superior de crédito e cobrança varejo (CSCCV): reúne-se mensalmente e é responsável pela aprovação das políticas de crédito e avaliação da performance das carteiras e estratégias de Crédito e Cobrança no Varejo.

Comissão superior de crédito e cobrança atacado (CSCCA): reúne-se mensalmente e é responsável pela aprovação das políticas de crédito e avaliação da performance das carteiras e estratégias de Crédito e Cobrança do Atacado.

Adicionalmente, possuímos órgãos colegiados, presididos por nosso CRO & CFO, que também são responsáveis pela gestão de risco e capital. Esses órgãos colegiados se reportam diretamente ao Comitê de Gestão de Risco e Capital ou aos órgãos colegiados mencionados acima.

Para dar suporte a essa estrutura, dispomos da Área de Controle e Gestão de Riscos & Finanças, estruturada com diretorias especializadas e subordinadas ao nosso CRO & CFO, com o objetivo de assegurar de forma independente e centralizada que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

Gerenciamento de riscos

Risco de crédito [GRI 103-2](#) | [103-3 Crédito e inadimplência](#)

Definimos risco de crédito como o risco de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de um contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte; à redução de ganhos ou remunerações e vantagens concedidas na renegociação ou aos custos de recuperação.

Nossa gestão do risco de crédito é de responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa manter a qualidade de nossa carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco de cada segmento de mercado em que atuamos. Nossa governança de gerenciamento de risco de crédito está baseada em comitês subordinados ao nosso Conselho de Administração ou à nossa estrutura executiva, que atuam basicamente na análise das condições competitivas de mercado, definição de limites de crédito da instituição, revisão de práticas de controle e políticas e aprovação de ações nas respectivas alçadas. Também são de responsabilidade dessa estrutura os processos de comunicação e informação de riscos, inclusive a divulgação de normativos institucionais e complementares, além de outras informações referentes à gestão do risco de crédito. Gerenciamos o risco de crédito ao qual estamos expostos durante todo o ciclo de crédito, desde a fase anterior à aprovação, passando pelo processo de monitoramento, até chegar à fase de cobrança ou recuperação do crédito.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito é centralizado e independente das unidades de negócios, sendo responsável pela definição dos limites operacionais, mecanismos e processos de mitigação de riscos e instrumentos para a mensuração, monitoramento e controle do risco de crédito inerente a todos os produtos, de concentrações da carteira e de potenciais mudanças no ambiente econômico. Nossa carteira, políticas e estratégias são monitoradas de forma permanente para garantir a observância das regulamentações e legislações vigentes em todos os países em que atuamos.

As principais atribuições das unidades de negócio são (i) monitorar as carteiras sob suas responsabilidades, (ii) conceder crédito, levando em conta as alçadas vigentes, condições de mercado, perspectivas macroeconômicas, mudanças nos mercados e produtos e os efeitos da concentração setorial e geográfica, e (iii) gerenciar o risco de crédito de forma a proporcionar sustentabilidade ao negócio.

Nossa política de crédito é definida com base em fatores internos, como: classificação de clientes, desempenho e evolução de nossa carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico, entre outros, além de fatores externos, tais como: taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação no consumo, entre outros. O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita à nossa instituição identificar riscos potenciais visando certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido por uma perspectiva econômica e de risco.

Em relação a nossos clientes pessoas físicas e pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em dois modelos estatísticos: (i) *application* (nos estágios iniciais de nossa relação com o cliente) e (ii) *behavior score* (adotado para clientes com os quais já temos um relacionamento). Excepcionalmente, também pode ser realizada uma análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.



A classificação de crédito para transações com grandes empresas é baseada em informações como a situação econômica e financeira da contraparte, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, a situação atual e a perspectiva do mercado no qual atua. As propostas de crédito são analisadas individualmente, por meio da governança de aprovação.

Contamos com um processo estruturado para manutenção de uma carteira diversificada, considerado adequado por nossa instituição. As concentrações são monitoradas de forma permanente por setor econômico e maiores devedores, o que possibilita a tomada de medidas para evitar que os limites estabelecidos sejam ultrapassados.

Classificamos os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com parâmetros de qualidade de crédito, visando administrar suas exposições.

Controlamos rigorosamente a nossa exposição ao risco de crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações de violação de limites. Nesse sentido, podemos adotar medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para mensurar o risco de crédito, consideramos a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado de exposição no caso de inadimplência, prejuízos passados decorrentes da inadimplência e a concentração de tomadores de empréstimos. Quantificar esses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, gestão da carteira e definição de limites. São adotados modelos como ferramentas para quantificar esses fatores, contribuindo para um processo mais preciso para a tomada de decisões.

Os modelos que adotamos são validados de forma independente para garantir que as bases de dados utilizadas na construção dos modelos sejam completas e precisas e que o método de estimativa de parâmetros seja adequado, de forma a reduzir o risco de modelo e manter os modelos calibrados para que reflitam de forma mais rigorosa os parâmetros de risco.

Dispomos de processos e de uma estrutura específica para garantir que o risco-país seja gerido e controlado, inclusive: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento de limites.

Em consonância com os princípios da regulamentação do CMN, nossa estrutura de risco de crédito e normativo institucional relacionado são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicáveis a todas as empresas e subsidiárias no Brasil e no exterior.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#), para mais detalhes sobre o risco de crédito.

Processo de aprovação de crédito

As concessões de crédito são aprovadas com base em políticas de cada unidade de negócio, determinadas de acordo com as premissas de cada departamento e com o apetite ao risco do banco. O crédito pode ser concedido por meio de um processo de pré-aprovação ou pelo mecanismo tradicional de aprovação, que são aplicados a cada cliente, individualmente. Em ambos os casos, as decisões são tomadas com base em princípios de qualidade de crédito, como classificação de crédito (*credit rating*) fundamentados em modelos estatísticos, percentual da renda comprometida/alavancagem do cliente e restrições de crédito definidas pelo banco e pelo mercado.

As unidades de negócios elaboram e mantêm atualizadas as políticas e os procedimentos do ciclo de crédito.

O processo de concessão de crédito engloba o uso de serviços de proteção ao crédito, com o objetivo de verificar se o histórico de crédito do cliente inclui informações que poderiam ser consideradas um obstáculo para a concessão do crédito, como bens bloqueados por ordens judiciais, CPF/CNPJ inválidos, processos de renegociação ou reestruturação de dívidas anteriores ou pendentes e cheques não honrados devido à insuficiência de fundos.

O processo de avaliação previsto na política permite a identificação de riscos potenciais e destina-se a garantir que as decisões de crédito sejam razoáveis, tanto do ponto de vista econômico quanto do risco.

Pessoas físicas

Os produtos de crédito ofertados em nossa rede de agências e nos canais eletrônicos incluem, entre outros, cheque especial, cartões de crédito, empréstimos pessoais, crédito consignado, financiamento de veículos e crédito imobiliário.

Em todos os casos, aplicamos uma pontuação de crédito interna e estabelecemos um limite de corte para cada linha de produto. A documentação necessária no momento em que o cliente decide abrir uma conta conosco ou quando concedemos um crédito inclui um formulário de proposta com assinatura do cliente, identificação pessoal e comprovante de renda.

No caso do crédito pré-aprovado, se o perfil de risco do cliente estiver dentro do limite de corte e dos parâmetros estabelecidos em nossa política de crédito, o crédito será considerado pré-aprovado e estará automaticamente disponível para o cliente. Nos casos em que o crédito não é pré-aprovado, a análise de crédito é realizada por meio de um processo tradicional, pelo qual as propostas são avaliadas individualmente por um especialista de crédito. Nesse processo, as aprovações são decididas por uma mesa de crédito, uma vez que os gerentes comerciais não possuem alçada para aprovações de propostas individuais.



Cartões de crédito

Nosso negócio de cartões de crédito é constituído pelos cartões de crédito da Itaucard e da Hipercard, bem como pelos cartões de associações e acordos comerciais com importantes varejistas. Nossos cartões de crédito estão disponíveis para clientes correntistas ou não correntistas, e podem ser solicitados por contato telefônico, internet ou postos de atendimento nas instituições parceiras.

O processo de concessão de cartões de crédito contempla uma fase de pré-qualificação, na qual são aplicados filtros restritivos internos ou de mercado. Para os clientes elegíveis, o valor máximo de crédito oferecido leva em consideração o risco do cliente, baseado em modelos estatísticos designados especificamente para cartões de crédito (*application score*) e em função da renda dos proponentes. Uma taxa de juros fixa é aplicada para operações com crédito rotativo.

Empréstimos pessoais

Nossa decisão de conceder crédito para um correntista considera o seu nível de renda e a nossa classificação interna de crédito, baseada em modelos estatísticos desenvolvidos internamente. Por meio desses modelos, definimos quais clientes receberão as ofertas de crédito e em quais valores, o número máximo de prestações e o valor máximo para as prestações mensais, baseadas em uma taxa de juros fixa.

Crédito consignado

Nossos produtos de crédito consignado estão disponíveis para clientes correntistas e não correntistas. As parcelas fixas são descontadas diretamente da folha de pagamento do tomador para a conta do banco, sem ser registrada na conta do devedor.

O percentual máximo da parcela do empréstimo é definido por lei e está limitado a 35% da renda líquida do tomador do crédito consignado (funcionários do setor público), do qual 5% devem ser dirigidos exclusivamente para cartões de crédito. Para funcionários do setor privado, o percentual máximo é de 30%, sem limite adicional para cartões de crédito.

A documentação necessária para obter um crédito consignado inclui a identificação pessoal, os comprovantes de folha de pagamento e de residência e o comprovante da conta no banco por meio do qual o cliente recebe o pagamento. Caso o salário seja depositado no nosso banco, essa documentação não será necessária.

Financiamento de veículos

As propostas de financiamento de veículos são recebidas por meio (i) das concessionárias parceiras existentes em todo o Brasil para todos os tipos de clientes (sejam correntistas ou não); ou (ii) diretamente nas nossas agências ou por meio dos canais eletrônicos para correntistas.

A classificação de crédito interna do cliente e os termos e condições da operação proposta são consideradas antes da aprovação da proposta. Caso a proposta preencha todos os requisitos de nossa política de crédito, que define o valor máximo da prestação, o *loan to value* (relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem), ou LTV, e o vencimento, e as informações pessoais do cliente sejam validadas pelos serviços de proteção de crédito, o crédito será aprovado automaticamente.

Uma taxa de juros fixa é definida com base na classificação de crédito e de acordo com as características da operação. Todas as operações de financiamento de veículos são garantidas por alienação fiduciária do próprio bem, e o LTV máximo é definido para suportar eventuais períodos de estresse.

Crédito imobiliário

Além do crédito imobiliário oferecido pela nossa rede de agências, celebramos parcerias com grandes corretoras imobiliárias no Brasil, que originam, com exclusividade, financiamentos imobiliários em diferentes cidades do país.

A aprovação do crédito imobiliário baseia-se em premissas envolvendo a parcela da renda do cliente comprometida para pagamentos dos empréstimos, na classificação do cliente de acordo com nosso sistema de classificação interna e no LTV máximo, de tal forma que o LTV, mesmo em cenário de estresse, mantenha-se em níveis adequados. As taxas de juros são fixas.

Os dados constantes na proposta de financiamento são analisados, validados e confirmados por uma documentação fornecida pelo cliente. A proposta pode ser rejeitada se for constatada divergência nas informações prestadas, se não se enquadrar na política vigente ou, ainda, se não forem apresentadas as informações solicitadas.

Crédito para micro e pequenas empresas

Oferecemos produtos como financiamento para capital de giro e desconto de duplicatas para micro e pequenas empresas.

A atribuição de limites de crédito para micro e pequenas empresas são baseadas no seu faturamento e tem como fundamento a avaliação de risco das empresas, além de critérios como a situação econômico-financeira dos seus acionistas e sócios, a identificação de possíveis restrições de crédito no mercado e a avaliação do setor de atividade econômica no qual a empresa opera. A documentação exigida inclui os documentos corporativos da empresa, o comprovante de receita e as informações sobre seus sócios ou acionistas.

De forma similar aos nossos procedimentos para concessão de créditos para pessoas físicas, podemos conceder crédito para micro e pequenas empresas de acordo com limites pré-aprovados ou sujeito à uma análise individual pela mesa de crédito.



A maior parte dos créditos que concedemos para pessoas jurídicas nesse segmento necessita de garantias. As operações de financiamento para produção de bens normalmente requerem máquinas e equipamentos para esse fim. O financiamento de capital de giro pode ser garantido por contas a receber, cheques a receber ou recebíveis de cartões de crédito, ou poderá ser garantido pelos sócios ou acionistas da empresa e/ou por terceiros.

A taxa de juros pode ser fixa ou variável, dependendo do produto escolhido pelo cliente.

Crédito para médias e grandes empresas

O processo de análise de crédito para as médias e grandes empresas é realizado com base na situação econômica e financeira dessas empresas e dos grupos econômicos aos quais pertencem. A análise de crédito considera o histórico da empresa, sua capacidade financeira e a adequação da transação solicitada às necessidades do cliente. Essa análise é fundamentada em demonstrações contábeis das empresas (balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa), reuniões presenciais à empresa, condições de mercado, análise do setor econômico no qual a empresa opera e consultas aos órgãos de proteção ao crédito.

Uma avaliação socioambiental proporcional é realizada para cada empresa com a qual mantemos uma relação de crédito. Conforme adequado, um plano de ação pode ser criado como resultado dessa análise a fim de adequar o cliente às nossas políticas internas. Uma recomendação para recusa do crédito também pode ser emitida como resultado dessa avaliação.

O valor máximo de crédito proposto e concedido e a classificação interna do cliente, com um limite de corte definido, são submetidos às alçadas de aprovação competentes de acordo com o valor envolvido, o prazo da transação e garantias disponíveis, de acordo com nossas políticas de governança. A taxa de juros pode ser fixa ou variável dependendo do produto escolhido pelo cliente dentro do limite de crédito aprovado.

Unidades externas

As pessoas físicas e jurídicas das unidades externas seguem procedimentos similares aos aplicados aos segmentos de pessoa física e jurídica acima apresentados. Para o segmento de pessoa física, a concessão de crédito baseia-se principalmente no nível de renda, na pontuação interna de crédito (*credit score*) e na classificação interna de crédito. No segmento de pessoa jurídica, a concessão de crédito baseia-se na análise econômica e financeira do cliente.

A concessão de crédito em nossas subsidiárias que operam fora do Brasil seguem a mesma governança corporativa e as políticas descritas anteriormente. Todas as subsidiárias

estão sujeitas a um monitoramento corporativo das carteiras de crédito no Brasil, assim como às regras de concessão de crédito de acordo com as características de cada subsidiária, incluindo alçadas de aprovação apropriadas no Brasil, e é responsável pela governança corporativa relacionada à concessão de crédito.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros, Risco de crédito. Item 3. Garantias e Política de mitigação do risco de crédito](#), para maiores detalhes.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, índices de preços e preços de ações e *commodities*, com diversos índices baseados nesses fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual monitoramos e controlamos os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devido aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de uma estrutura de limites adequada, alertas, modelos e ferramentas de gestão de risco eficazes.

Nossas políticas e estrutura de gestão de risco de mercado geral estão alinhadas com os princípios contidos na regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central. Esses princípios orientam a abordagem da instituição em relação à gestão e ao controle do risco de mercado em todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Grupo Itaú Unibanco.

Nossa estratégia de gerenciamento de risco de mercado busca equilibrar nossos objetivos de negócio, considerando, entre outras coisas:

- conjuntura política, econômica e de mercado;
- perfil da nossa carteira; e
- capacidade de atuar em mercados específicos.

Nossa estrutura de gerenciamento de risco de mercado está sujeita à governança e à hierarquia de comissões e a uma estrutura de limites e alertas, com limites específicos definidos para diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco cambial, entre outros). Essa estrutura de limites e alertas cobre desde os indicadores de risco agregados no nível da carteira até limites granulares em nível de mesas individuais. A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Esses limites e alertas são dimensionados com base em projeções de balanço, patrimônio líquido, liquidez, complexidade e volatilidades



dos mercados no futuro e em nosso apetite de risco. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos de acordo com o seguinte procedimento:

- em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios e executivos responsáveis pela área de controle de risco e áreas de negócios; e
- em um mês, para os comitês competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, também são distribuídos para os executivos responsáveis pela gestão dos riscos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, para garantir que reflita o alinhamento com as melhores práticas de mercado e continue a se aprimorar com o tempo.

Nossa estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração, que são aprovadas pelos comitês competentes. O processo para definição de níveis de limites e reporte das violações dos mesmos está sujeito aos nossos normativos institucionais de governança de aprovação. O objetivo da estrutura de fluxos de informações é o de fornecer essas informações para nossos vários níveis executivos, inclusive para os membros do Conselho de Administração por intermédio dos comitês responsáveis pelo gerenciamento de riscos. Essa estrutura de limites e alertas aumenta a eficácia e a cobertura do controle, e é revisada pelo menos uma vez por ano.

Os princípios fundamentais da nossa estrutura de controle de riscos de mercado são:

- proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado deve estar em linha com nossos objetivos de risco-retorno;
- promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco de mercado global e sua evolução no tempo;
- aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócios; e
- monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco; (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas; (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse; (iv) reporte de risco para os executivos responsáveis pelas unidades de negócios de acordo com nossa governança; (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para torná-los viáveis; e (vi) apoio para o lançamento seguro de novos produtos financeiros. Para isso, contamos com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações, que

fornece informações para os nossos comitês e assegura o cumprimento das exigências de órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

Realizamos *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, incluindo investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e enquadrar as operações nos limites. Essas atividades de *hedge* normalmente utilizam derivativos. Quando essas operações se configuram como *hedge* contábil, é fornecida documentação comprobatória específica, incluindo um acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos por nossos normativos institucionais internos.

A nossa estrutura de risco de mercado classifica operações como parte da carteira de negociação (*trading*) e da carteira de não negociação (*banking*), conforme critérios gerais definidos por regulamentação específica.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e commodities (inclusive derivativos), detidas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente por carteiras provenientes do negócio bancário e operações relacionadas à gestão do balanço. Como regra geral, a finalidade dessa carteira de não negociação é a manutenção até o vencimento ou a venda no médio ou longo prazo.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais fatores de risco que mensuramos são:

- Taxas de juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, cupons cambiais ou cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas a variações de moeda;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas às variações no preço das ações; e
- *Commodities*: risco de perda nas operações sujeitas às variações no preço das *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e commodities. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de indicadores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros indicadores de risco, tais como taxas de juros e taxas de câmbio, e seguem a estrutura de governança e de limites de risco adotada para o gerenciamento de risco de mercado.



As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas-chave:

- **Valor em Risco (VaR):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um horizonte de tempo e nível de confiança definidos;
- **Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- **Stop Loss:** medida que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- **Concentração:** exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (MtM – *Mark to Market*); e
- **VaR Estressado:** medida estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Além das medidas de risco descritas acima, também são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- **Análise de Descasamentos (GAPS):** exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- **Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*):** impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador; e

- **Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS):** derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Consulte nossas Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros para mais informações sobre risco de mercado.

VaR – Consolidado Itaú Unibanco Holding

Nosso VaR Consolidado é calculado utilizando-se a metodologia de simulação histórica, que reflete integralmente todas as posições com base na série histórica de preços dos ativos.

Desde o primeiro trimestre de 2016, optamos por incluir as exposições de cada unidade externa no cálculo do VaR Consolidado de modo a considerar os fatores de risco dessas unidades, aprimorando assim a metodologia utilizada.

A partir do terceiro trimestre de 2016, passamos a calcular o VaR para a carteira regulatória (exposição da carteira de negociação e exposição em moeda estrangeira e *commodities* da carteira de não negociação) de acordo com modelos internos aprovados pelo Banco Central. Desse modo, os detalhes de fatores de risco (apresentados nas tabelas VaR – Consolidado e VaR e Var Estressado Modelo Interno – Carteira Regulatória) foram padronizados para atender às normas do Banco Central.

A tabela de VaR Total Consolidado apresenta uma análise da nossa exposição da carteira a risco de mercado.

VaR Global (abordagem simulação histórica) ⁽¹⁾	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2016	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2015
(Em milhões de R\$)								
Grupo de fator de risco								
Taxa de juros	482,5	323,7	607,4	607,4	363,5	314,2	606,4	347,1
Variação cambial	18,4	6,8	33,2	17,0	47,1	11,3	118,6	12,3
Ações	45,2	34,0	63,3	44,3	16,9	6,9	57,2	46,9
Commodities	1,7	0,7	4,0	0,8	1,8	0,8	8,5	2,1
Efeito de diversificação ⁽²⁾				(339,7)				(204,4)
Total	236,6	155,1	341,5	329,8	207,0	152,3	340,7	204,0

(1) Determinação em moeda local e convertido em reais pela cotação de fechamento na data apresentada.

(2) Redução de risco, devido à combinação de todos os fatores de risco.

Em 31 de dezembro de 2016, nossa média do VaR Global (simulação histórica) foi de R\$ 236,6 milhões, ou 0,18% de nosso patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2016, em comparação com R\$ 207,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 ou 0,18% de nosso patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2015.



VaR – Carteira de negociação

A tabela a seguir apresenta os riscos decorrentes de todas as posições com a intenção de negociação, seguindo os critérios acima definidos para Carteira de Negociação. Nossa média total do VaR da Carteira de Negociação foi de R\$ 38,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado com R\$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 25,7 milhões em 31 de dezembro de 2014.

VaR – Carteira de negociação ⁽¹⁾	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2016	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2015
(Em milhões de R\$)								
Grupo de fator de risco								
Taxa de juros	41,0	15,6	69,5	49,1	26,4	11,2	48,9	22,4
Variação cambial	8,9	3,5	20,8	11,0	39,9	8,9	107,7	9,2
Ações	7,9	3,3	23,8	4,0	4,1	2,3	7,3	5,0
Commodities	1,6	0,5	5,3	0,8	1,8	0,8	6,7	1,5
Efeito de diversificação ⁽²⁾				(18,3)				(17,3)
Total	38,6	16,2	69,4	46,6	23,6	10,6	49,4	20,8

(1) Determinação em moeda local e convertido em reais pela cotação de fechamento na data apresentada.

(2) Redução de risco, devido à combinação de todos os fatores de risco.

Análises de sensibilidade (carteira de negociação e carteira de não negociação)

Conforme requerido pela regulamentação brasileira, realizamos a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes são apresentadas a seguir, com impacto no resultado, por fator de risco, em cada um dos cenários e líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão de nossa exposição em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Negociação e de Não Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da

exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da administração (por exemplo, unidade de controle de risco de tesouraria e de mercado) que aciona medidas mitigadoras do risco sempre que se identifica uma situação de alto risco ou perda, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Além disso, o objetivo da análise é avaliar a exposição a riscos e as respectivas medidas protetivas, levando em consideração o valor justo dos instrumentos financeiros, independente da contabilização dos instrumentos financeiros ser feita, ou não, pelo regime de competência.

Exposições			Carteira de negociação ⁽¹⁾ 31 de dezembro de 2016				Carteiras de negociação e não Negociação ⁽¹⁾ 31 de dezembro de 2016	
Fatores de risco	Risco de variação	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
(Em milhares de R\$)								
Taxa de juros	Taxas de juros prefixadas em reais	(955)	(228.625)	(435.116)	(7.345)	(2.057.375)	(3.995.498)	
Cupons cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	46	(1.951)	(4.175)	(2.464)	(337.588)	(634.962)	
Taxas de câmbio	Preços de moedas estrangeiras	2.914	(17.787)	(5.666)	3.013	(45.554)	(67.157)	
Índices de preços	Taxas de cupons de índices de preços	(169)	(22.931)	(48.586)	(1.450)	(84.699)	(341.304)	
TR	Taxas de cupons de TR	-	(6)	(11)	615	(160.773)	(375.571)	
Ações	Preços de ações	(377)	(30.311)	(120.993)	4.056	(139.583)	(339.535)	
Outros	Outros preços ou taxas de mercado	(13)	(314)	549	(27)	(523)	625	
Total		1.446	(301.925)	(613.998)	(3.602)	(2.826.095)	(5.753.402)	

(1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixados, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas de juros pré-fixados, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; e
- Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas de juros pré-fixados, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.



Sensibilidade à taxa de juros

A sensibilidade à taxa de juros é a relação entre as taxas de juros do mercado e a receita financeira líquida resultante do vencimento ou das características de revisão de preços dos ativos e dos passivos remunerados.

Nossa estratégia de sensibilidade à taxa de juros considera as taxas de retorno, o grau de risco implícito e as exigências de liquidez, inclusive nossas reservas normativas mínimas de caixa, índices de liquidez obrigatórios, saques e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional por recursos.

A estrutura de determinação de preços está casada quando valores iguais desses ativos ou passivos vencem ou são repactuados. Qualquer descasamento de ativos e de passivos remunerados é conhecido como *gap*. Variações na sensibilidade à taxa de juros podem ocorrer dentro dos períodos de repactuação apresentados devido às diferentes datas de repactuação dentro do período. Podem ainda surgir variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxa de juros são mantidas.

Essas relações são significativas somente para uma data específica e oscilações significativas podem ocorrer diariamente, tanto como resultado das forças de mercado quanto das decisões da administração. Nossa Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML), analisa mensalmente a posição descasada do Grupo Itaú Unibanco e estabelece limites para exposição ao risco de mercado, posições de taxa de juros e posições em moeda estrangeira.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#) para mais detalhes sobre a posição dos nossos ativos e passivos remunerados em 31 de dezembro de 2016. A Nota 36 de nossas Demonstrações Contábeis Completas apresenta uma visão pontual e, consequentemente, não reflete os *gaps* da taxa de juros que podem existir em outros momentos, devido às variações nas posições de ativos e passivos, e às ações da administração para gerenciar o risco nessas posições variáveis.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A maior parte de nossas operações é expressa em reais ou indexada a essa moeda. Também temos ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras, principalmente em dólares dos EUA, assim como ativos e passivos que, embora expressos em reais, são indexados ao dólar e nos expõem, portanto, ao risco cambial. O Banco Central regula nossas posições em moeda estrangeira. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#) para outras informações.

A política de administração de *gap* adotada pela CSRML leva em consideração os efeitos fiscais referentes às nossas posições de câmbio. Como os rendimentos da variação cambial de investimentos no exterior não são tributados, constituímos um *hedge* (um passivo em instrumentos derivativos em moeda estrangeira) em montante suficiente para que nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida de efeitos fiscais, seja compatível com a nossa estratégia de baixa exposição ao risco.

Nossa posição de câmbio é composta, do lado do passivo, por diversos elementos como a emissão de títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais internacionais; o crédito de bancos estrangeiros para financiar importações e exportações; os repasses vinculados ao dólar de instituições financeiras governamentais e os depósitos em moedas de países da América Latina. Os resultados dessas operações financeiras são geralmente aplicados em operações de crédito e em compras de títulos e valores mobiliários vinculadas ao dólar.

As informações a seguir foram preparadas de forma consolidada, eliminando as transações entre partes relacionadas. Nossos investimentos no exterior, eliminados no processo de consolidação, somavam R\$ 72,4 bilhões em 31 de dezembro de 2016, sob a política de administração de *gap* adotada, conforme mencionado acima. Ressaltamos que o banco aplica tanto *hedge* econômico quanto *hedge* contábil para os investimentos líquidos no exterior.

Em 31 de dezembro de 2016

Sensibilidade à taxa de câmbio	Moeda brasileira	Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	Indexado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	Total	% dos valores denominados e indexados em moeda estrangeira sobre o total
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
Ativos	1.049.362	279.132	24.747	1.353.241	22,5
Disponibilidades	5.946	11.464	1.132	18.542	67,9
Depósitos compulsórios no Banco Central	80.331	5.369	-	85.700	6,3
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.044	16.648	-	22.692	73,4
Aplicações no mercado aberto	264.080	971	-	265.051	0,4
Ativos financeiros mantidos para negociação	191.250	10.745	2.653	204.648	6,5
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado	1.191	-	-	1.191	-
Derivativos	10.710	8.887	4.634	24.231	55,8
Ativos financeiros disponíveis para venda	52.859	34.748	670	88.277	40,1
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	27.436	13.059	-	40.495	32,2
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	318.621	162.006	9.739	490.366	35,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.828)	(4.654)	(490)	(26.972)	19,1
Outros ativos financeiros	41.683	6.003	6.231	53.917	22,7
Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto	5.071	2	-	5.073	0,0
Ágio	3.085	6.590	-	9.675	68,1
Imobilizado, líquido	7.285	757	-	8.042	9,4
Ativos intangíveis, líquido	5.510	1.871	-	7.381	25,3
Ativos fiscais	42.334	1.940	-	44.274	4,4
Bens destinados à venda	547	84	-	631	13,3
Outros ativos	7.207	2.642	178	10.027	28,1
Porcentagem do total do ativo	77,6%	20,6%	1,8%	100,0%	
Passivo e patrimônio líquido	1.049.276	286.829	17.136	1.353.241	22,5
Depósitos	192.447	136.485	482	329.414	41,6
Captações no mercado aberto	328.226	20.938	-	349.164	6,0
Passivos financeiros mantidos para negociação	-	519	-	519	100,0
Derivativos	13.389	7.480	3.829	24.698	45,8
Recursos de mercados interbancários	90.848	43.042	1.593	135.483	32,9
Recursos de mercados institucionais	31.651	64.005	583	96.239	67,1
Outros passivos financeiros	57.426	7.639	6.767	71.832	20,1
Provisão de seguros e previdência privada	153.995	81	-	154.076	0,1
Passivos de planos de capitalização	3.147	-	-	3.147	-
Provisões	20.700	209	-	20.909	1,0
Obrigações fiscais	4.774	1.062	-	5.836	18,2
Outros passivos	17.859	5.369	3.882	27.110	34,1
Participações de acionistas não controladores	12.232	-	-	12.232	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	122.582	-	-	122.582	-
Porcentagem do total do passivo e patrimônio líquido	77,5%	21,2%	1,3%	100,0%	

(1) Predominantemente em dólares dos EUA.

As informações apresentadas na tabela acima não são elaboradas com a mesma base utilizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Teste de aderência

A eficácia dos modelos de VaR é comprovada pelo teste de aderência, que compara perdas e ganhos hipotéticos e efetivos diários com o VaR diário estimado. O número de exceções dos limites pré-estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem aceitável, com a hipótese de nível de confiança de 99%, considerando uma janela de 250 dias úteis. Também são considerados os níveis de confiança de 97,5% e 95% e as janelas de 500 e 750 dias úteis. As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de supervisão bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento e pode indicar a necessidade de revisão do modelo; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.



De acordo com a Circular nº 3.646 do Banco Central, o teste hipotético consiste na aplicação das variações de preços de mercado de um dia específico ao saldo da carteira no final do dia útil anterior. O teste efetivo corresponde à variação do valor da carteira até o final do dia, incluindo as operações intradia e excluindo valores não relacionados com variações de preços de mercado, como honorários, taxas de corretagem e comissões.

O teste de aderência com nível de confiança de 99% e janela de 250 dias úteis não apresentou falhas em relação aos resultados efetivos e hipotéticos no período.

Risco operacional

Definimos o risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Classificamos internamente esses eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupção de nossas atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento de nossas atividades.

Em linha com a regulamentação do CMN e do Banco Central, possuímos uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e aplicáveis às empresas e às subsidiárias no Brasil e exterior.

Possuímos uma governança estruturada por meio de fóruns e subcomitês compostos por membros da alta administração, que, por sua vez, respondem ao Conselho de Administração, por papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas com relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

O objetivo do gerenciamento do risco operacional é suportar a tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, a criação de valor para os acionistas,

assim como a proteção dos nossos ativos e da nossa imagem. Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, com a finalidade de garantir a qualidade dos ambientes de controle e cumprir com as diretrizes internas e a regulamentação vigente.

Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da instituição, a aprovação de processos, produtos e projetos de desenvolvimento de sistemas, o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais, garantindo uma base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

O gerenciamento de risco operacional inclui o risco de conduta, que é objeto de ações mitigatórias que contemplam a avaliação do desenho do produto (*suitability*) e dos modelos de incentivos. Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados pelos comitês de riscos e comitês de integridade e ética.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos são apresentados, periodicamente, os relatórios consolidados de monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Ressalta-se que a disseminação da cultura de riscos e controles para os colaboradores, através de treinamentos, constitui um importante pilar que visa a subsidiar o melhor entendimento do assunto e desempenhar um papel relevante em sua mitigação.

Segurança cibernética [GRI 103-2](#) | [103-3 Tecnologia da informação](#)

Provemos soluções estruturadas com o intuito de mitigar os principais riscos de ataques cibernéticos nos diferentes níveis da organização através da definição de políticas, processos e procedimentos que suportam toda a cadeia de informações.

Monitoramos e tratamos todos os tipos de ataques e incidentes de segurança. Temos uma equipe de TI certificada e especializada nas mais diversas tecnologias. Realizamos a gestão de acessos aos sistemas e recursos digitais, realizando atualizações constantes dos nossos registros para manter um alto nível de segurança e evitar violações e acessos não autorizados. Utilizamos tecnologia de ponta na busca por segurança de nossa rede e dados, bem como restrição de acessos aos nossos servidores, instalações e ambientes virtuais, por meio do uso de *firewalls*, proteção por senha e criptografia.

Nossa área de Segurança Corporativa trabalha em conjunto com as áreas de Negócio, Tecnologia da Informação, Controles Internos e Auditoria Interna para manter nossos sistemas sempre atualizados, procurando reduzir perdas financeiras e danos à reputação no Brasil e no exterior que podem ser resultado de ataques cibernéticos.



Gestão de crises e continuidade dos negócios

Nosso Programa de Continuidade de Negócios tem por objetivo proteger os colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de nossas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados financeiros em que atuamos quanto a confiança de nossos clientes e parceiros estratégicos no fornecimento de nossos produtos e serviços.

O programa é composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos-chave:

- **Gestão de Crises:** processos centralizados de comunicação e resposta cujo objetivo é gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à nossa imagem e reputação perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que formos citados. O êxito da gestão de crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de prevenção; e
- **Planos de Continuidade de Negócios (PCN):** documentos com procedimentos e informações desenvolvidos, consolidados e mantidos à disposição para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, definimos em nosso PCN ações corporativas e customizadas para nossas linhas de negócio, por meio de:
 - Plano de *Disaster Recovery*: foco na recuperação do nosso data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos preestabelecidos;
 - Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzir suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente duas mil posições de contingência dedicadas totalmente equipadas para atender as necessidades das unidades de negócio críticas em situações de emergência;
 - Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre nossas instalações, com foco preventivo; e
 - Plano de Contingência de Processos: alternativas (Plano B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios, o programa prevê a aplicação das seguintes ferramentas para o entendimento da instituição:

- **Análise de Impacto nos Negócios (BIA):** avaliação da criticidade da recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise,

são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio; e

- **Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA):** identificação das ameaças às localidades, onde os prédios que utilizamos estão localizados. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação a potenciais ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, de forma a ajustar ou implementar controles que fortaleçam a resiliência de nossas instalações críticas.

[Clique aqui](#) para mais informações sobre nossa Política Corporativa de Continuidade de Negócios.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por um grupo independente das nossas unidades de negócio e responsável por definir a composição das nossas reservas, propor premissas para o desempenho dos fluxos de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez, em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco do grupo, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países em que operamos, simular o comportamento dos fluxos de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras de nossas empresas, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Nossas políticas de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

O gerenciamento e o controle do risco de liquidez é realizado diariamente por meio de governança aprovada por subcomitês, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites de liquidez mínimos, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa sob situações de estresse, mensurados com base em metodologias internas e regulatórias.

Adicionalmente, em observância às exigências da regulamentação do CMN e do Banco Central, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e os seguintes itens são elaborados e



submetidos à alta administração periodicamente, para acompanhamento e suporte às decisões:

- diferentes cenários para projeções de liquidez;
- planos de contingência para situações de crise;
- relatórios e gráficos que possibilitam o monitoramento das posições de risco;
- avaliação do custo e de fontes alternativas de captação; e
- acompanhamento, monitoramento e controle constante de fontes de captação, considerando tipo de contraparte e prazo, entre outros fatores.

Consulte a [seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados](#) para mais informações sobre liquidez e recursos de capital.

A partir do segundo trimestre de 2016, passamos a reportar a média do nosso índice de cobertura de liquidez (LCR – do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”) do período, que é calculado com base na metodologia definida pela regulamentação do Banco Central, alinhada com as diretrizes internacionais. Em 2016, o mínimo requerido pelo Banco Central é 70%. O índice médio do quarto trimestre foi de 212,8%. Dispomos de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. As principais fontes de recursos são depósitos, poupança, emissão de títulos e recursos de aceites.

Consulte a [seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Passivos](#), para mais detalhes sobre captação de recursos e resultados e o [item Demonstrações Financeiras Completas \(IFRS\), Nota 17 – Depósitos, Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais e Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#) para mais detalhes.

Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório](#) para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Risco socioambiental **GRI 102-11**

Consideramos o risco socioambiental como o risco de potenciais perdas em função da exposição a eventos socioambientais decorrentes do desempenho de nossas atividades.

São realizadas ações mitigadoras do risco socioambiental por meio de mapeamento de processos, controles internos, monitoramento de novos regulamentos sobre o assunto e registro de ocorrências em bases de dados internas.

Além disso, os riscos identificados, priorizados e as medidas tomadas são comunicadas à nossa gerência de risco socioambiental.

[Clique aqui](#) para mais informações sobre nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

O gerenciamento de risco socioambiental é realizado pela primeira linha de defesa nas operações diárias, complementado pelo suporte técnico da nossa área jurídica e de controle de riscos, que conta com uma equipe especializada em gestão socioambiental. As unidades de negócio também possuem critérios próprios para a aprovação de novos produtos, inclusive avaliando os riscos socioambientais, que asseguram a conformidade em todos os produtos e processos novos utilizados pela instituição. A governança relacionada com esses riscos também inclui o Comitê de Risco Socioambiental, que é basicamente responsável pela emissão de visões institucionais sobre exposição ao risco socioambiental relacionado com nossas atividades e operações.

Nossos esforços para aperfeiçoar a avaliação de riscos socioambientais foi reconhecida como referência no Brasil e no exterior, conforme demonstrado pela nossa presença recorrente nos principais índices de sustentabilidade do mundo, como o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade e o *Euronext Vigeo – Emerging 70*. No Brasil, estamos listados no Índice de Sustentabilidade Empresarial. Recebemos também diversos prêmios referentes a esse assunto.

Risco reputacional **GRI 103-2 | 103-3 Ética e transparência | GRI 103-2 | 103-3 Marca e reputação**

Definimos como risco reputacional aquele decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa do banco por parte dos clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no valor da marca e em perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa nossa capacidade de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e continuar tendo acesso a fontes de captação.

Acreditamos que nossa reputação seja extremamente importante para atingir nossas metas de longo prazo, sendo por isso que a instituição tenta alinhar seu discurso com um trabalho e uma prática ética e transparente, essencial para aumentar a confiança de nossas partes interessadas. A reputação do Itaú Unibanco depende da sua estratégia (visão, cultura e habilidades) e deriva das experiências diretas e indiretas da relação entre o Itaú Unibanco e suas partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, possuímos uma estrutura que busca garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos.

O tratamento dado ao risco reputacional é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas, que por sua vez são suportados por normativos internos e buscam



proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Entre eles estão (i) declaração de apetite de risco; (ii) processo de prevenção e combate ao uso de nossa instituição em atos ilícitos; (iii) processos de gestão de crises e procedimentos de continuidade de negócios; (iv) processos e diretrizes referentes a relações governamentais e institucionais; (v) processos de comunicação corporativa; (vi) processos de gestão da marca; (vii) iniciativas de ouvidoria e compromisso com a satisfação do cliente; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

Risco regulatório

Consideramos o risco regulatório como o risco decorrente de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por reguladores decorrentes do não cumprimento de exigências regulatórias. O risco regulatório é gerenciado por meio de um processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar seus impactos na instituição e acompanhar a implantação das ações voltadas para a aderência às exigências regulatórias.

Contamos com uma estrutura estabelecida em políticas internas para o reconhecimento, a distribuição, o monitoramento e o cumprimento de exigências regulatórias. Essa estrutura envolve várias áreas da instituição e é composta de: (i) linhas de defesa; (ii) acompanhamento de projetos de lei, editais e audiências públicas; (iii) acompanhamento de novas normas e definição de planos de ação; (iv) relacionamento com reguladores e organizações profissionais; (v) acompanhamento de planos de ação; (vi) controle da aderência a decisões judiciais e aos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em ações civis públicas. Além disso, os riscos da instituição são classificados e priorizados de acordo com a nossa metodologia de controles internos.

Risco de modelo

Nossa gestão de riscos já possui modelos proprietários para gestão de riscos que são monitorados continuamente e revisados, quando necessário, visando a assegurar decisões estratégicas e de negócio eficazes.

O risco de modelo é definido como o risco decorrente de modelos utilizados por nós não refletirem corretamente as relações de variáveis de interesse, podendo acarretar resultados que diferem sistematicamente daqueles obtidos. Esse risco pode se materializar em decorrência da aplicação de modelos a situações que diferem daquelas modeladas originalmente devido a inadequações metodológicas durante o seu desenvolvimento.

São utilizadas as melhores práticas de mercado para gerenciar os riscos de modelagem a que a instituição está exposta durante todo o ciclo de vida de cada modelo utilizado. As melhores práticas de mercado podem ser classificadas em quatro etapas principais: desenvolvimento, implementação, validação e utilização. As melhores práticas usadas pela instituição no que se refere ao controle do risco de modelo incluem: (i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas; (ii) aplicação de uma lista de verificação das etapas essenciais a serem

cumpridas durante o desenvolvimento do modelo em questão; (iii) utilização de estimativas conservadoras em modelos julgamentais; (iv) uso de *benchmarks* externos; (v) homologação dos resultados gerados na implantação de modelos; (vi) validação técnica independente de modelos; (vii) validação do uso de modelos; (viii) avaliação do impacto no uso de modelos; (ix) monitoramento de desempenho de modelos; e (x) monitoramento da distribuição das variáveis explicativas e do *score* final com relação a um modelo.

Risco-país

Risco-país é definido como o risco de perdas resultantes do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor, ou de eventos políticos, econômicos e sociais relacionados com esse país.

Atuamos em diversos países além do Brasil. Além das nossas unidades no exterior, mantemos relacionamento com tomadores, emissores, contrapartes e garantidores de várias partes do mundo, independentemente de termos ou não uma unidade no país onde está localizado o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

Dispomos de uma estrutura específica para a gestão e o controle do risco-país composta por comissões e comitês, e equipes dedicadas com responsabilidades definidas em políticas. A instituição segue um procedimento estruturado e consistente para gerenciar e controlar o risco-país, que abrange: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países específicos; e (iii) monitoramento dos limites.

Risco de negócio e estratégia

Definimos o risco de negócio e estratégia como o risco de impacto negativo nos resultados financeiros ou no capital em consequência de falhas no planejamento estratégico, da tomada de decisões estratégicas adversas, da incapacidade de implantar planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio. Visto que o risco de negócio e estratégia pode afetar diretamente o desempenho do banco, implantamos diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam normas de governança adequadas, tenham a participação ativa da diretoria e do Conselho de Administração, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco e visem a otimizar a relação risco-retorno. A tomada de decisões e a definição de diretrizes de negócio e estratégicas contam com o pleno envolvimento do Comitê de Administração, basicamente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, por meio do Comitê Executivo. Com o intuito de tratar o risco adequadamente, possuímos governança e processos que envolvem a Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças nas decisões de negócio e estratégicas, visando a garantir que o risco seja gerido e que as decisões sejam sustentáveis no longo prazo. Entre eles, incluem-se: (i) as qualificações e



os incentivos dos membros do conselho e executivos; (ii) o processo orçamentário; (iii) a avaliação de produtos; (iv) a avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) um arcabouço de apetite de risco que restringe, por exemplo, a concentração de crédito e exposição a riscos específicos e materiais.

Riscos de produtos de seguros, previdência e capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das nossas seguradoras estão relacionados com seguros de vida e elementares, bem como com previdência privada e capitalização. Desse modo, entendemos que os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de produtos de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuariais;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização; e
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuariais.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, possuímos uma estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas por nós.

Como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe

uma estrutura de governança, onde as decisões podem ser tomadas por subcomitês, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação aos riscos.

Nosso objetivo é assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, são criados modelos de *Asset Liability Management* utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços de mercado, das nossas necessidades de liquidez e das alterações nas características do passivo.

Gerenciamento de capital

O Conselho de Administração é o principal órgão responsável pelo gerenciamento do nosso capital e por aprovar as políticas e as diretrizes de gerenciamento de capital da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação do relatório do ICAAP, processo que visa a avaliar a adequação do nosso capital através da identificação dos riscos materiais; da definição da necessidade de capital adicional para os riscos materiais e das metodologias internas de quantificação de capital; da elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse; e da estruturação do plano de contingência de capital.

No nível executivo, existem comitês responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Apoiando os subcomitês, possuímos uma estrutura dedicada ao gerenciamento de capital que consolida informações e coordena os processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

De forma a prover as informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em subcomitês, informando sobre a adequação do nosso capital, bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

Para nossa avaliação anual da adequação do capital, nosso procedimento é como segue:



- identificação dos riscos aos quais estamos expostos e análise de sua materialidade;
- avaliação da necessidade de capital para cobrir riscos materiais;
- desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- quantificação de capital e avaliação interna da adequação de capital; e
- envio do relatório de adequação de capital ao BACEN.

O ICAAP constitui o componente fundamental para nossa gestão interna de capital, sendo seu elemento mais importante o teste de estresse. Esse processo permite avaliarmos o capital em cenários adversos e tem como objetivo mensurar e verificar se, mesmo em situações adversas severas, teríamos níveis adequados de capital para assegurar que nossas operações ou a distribuição de rendimentos não sofram restrições.

O resultado do último ICAAP – realizado para a data-base dezembro de 2015 – apontou que, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, dispomos de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial.

Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório](#), para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Requisitos mínimos

Nossos requisitos mínimos de capital seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN, que implantaram no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível – demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Para fins de cálculo desses requisitos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O Itaú Unibanco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o Banco Central autorizou nossa instituição a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulatório, utilizando a parcela RWA_{MINT} para o cálculo diário, em substituição à parcela RWA_{MPAD} , conforme previsto na Circular BACEN nº 3.646.

Para as unidades consideradas não relevantes na apuração do capital regulatório de risco de mercado, a abordagem padronizada continua a ser utilizada. Desta

forma, o uso de modelos internos não se aplica às unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA International, Itaú BBA Colômbia, Paraguai e Uruguai.

De 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, o índice mínimo de capital total requerido era de 9,875%. O requisito mínimo de Capital Total foi de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, e está em cronograma de redução gradual, chegando a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além disso, as regras do Banco Central estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. Conforme Resolução CMN, os valores das parcelas, $ACP_{Conservação}$ e $ACP_{Contracíclico}$ aumentarão gradualmente de 0,625%, a partir de 1º de janeiro de 2016, para 2,5%, a partir de 1º de janeiro de 2019. No entanto, o $ACP_{Contracíclico}$ é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito e, atualmente, conforme as regras do Banco Central, o valor requerido da parcela $ACP_{Contracíclico}$ é igual a zero. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio. Já para a parcela $ACP_{Sistêmico}$, o requerimento atualmente aplicável de acordo com as regras do Banco Central é de 0%, aumentando gradualmente de 0,25%, a partir de 1º de janeiro de 2017, para 1%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Composição do capital

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, a saber:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais;
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo, que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I; e
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

De acordo com as regulamentações aplicáveis no Brasil, devemos manter os índices de Capital Total (PR), Nível I e Capital Principal acima dos requisitos mínimos estabelecidos. Para avaliar esses requisitos mínimos de capital, deve ser apurado o montante total dos ativos ponderados pelo risco (RWA) pela soma das seguintes parcelas:



Suficiência de capital

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem interna, de acordo com as regras do Banco Central, inclui unidades que não são consideradas significativas, que seguem o modelo padronizado; e

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Através do processo de ICAAP, avaliamos a suficiência de capital para fazer frente aos nossos riscos, representado pelo capital regulatório para os riscos de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir nossa solidez e disponibilidade de capital para suportarmos o crescimento dos negócios, o Patrimônio de Referência é mantido acima dos níveis mínimos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, Capital Complementar e de Basileia. Em 31 de dezembro de 2016, nosso Capital Total alcançou R\$ 139.477 milhões, aumento de R\$ 11.012 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2015, impactado principalmente pelo resultado e pelo efeito de variações cambiais no período.

Composição do Capital

	Em 31 de dezembro de			Variação	
	Consolidado prudencial		Consolidado operacional		
	2016	2015	2014	2016-2015	2015-2014
	(Em milhões de R\$)			(%)	
Nível I ⁽¹⁾	115.940	101.001	96.232	14,8	5,0
Capital principal ⁽²⁾	115.408	100.955	96.212	14,3	4,9
Capital complementar ⁽³⁾	532	46	20	1.056,5	130,0
Nível II ⁽⁴⁾	23.537	27.464	33.559	(14,3)	(18,2)
Patrimônio de referência	139.477	128.465	129.790	8,6	(1,0)
Patrimônio de referência mínimo requerido	72.210	79.471	84.488	(9,1)	(5,9)
Folga em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido	67.267	48.994	45.302	37,3	8,1
Valor requerido de adicional de capital principal	4.570				
Patrimônio de referência calculado para cobertura do risco de taxa de juros em operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	2.264	1.275	1.846	77,6	(30,9)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	731.240	722.468	768.075	1,2	(5,9)

(1) Composto pelo Capital Principal, bem como o Capital Complementar.

(2) Soma de capital social, certas reservas e lucros acumulados, líquido das deduções e ajustes prudenciais.

(3) Composto por instrumentos de caráter perpétuo, que atendam a requisitos de elegibilidade.

(4) Composto por instrumentos elegíveis, principalmente dívida subordinada, sujeito a ajustes regulatórios.

Nosso índice de Basileia (calculado como a relação entre nosso Capital Total e o valor total dos ativos ponderados pelo risco) alcançou 19,1%, em 31 de dezembro de 2016, um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2015, principalmente devido a um aumento no Capital Total. Em 31 de dezembro de 2016, a composição do índice de Basileia foi de 15,9% de Nível I e 3,2% de Capital Nível II.

Índices de Capital	Em 31 de dezembro de		
	Consolidado prudencial		Consolidado operacional
	2016	2015	2014
	(%)		
Índice de Basileia	19,1	17,8	16,9
Capital Nível I	15,9	14,0	12,5
Capital principal	15,8	14,0	12,5
Capital complementar	0,1	-	-
Capital Nível II	3,2	3,8	4,4

Os índices de Capital Total (PR), de Capital de Nível I e de Capital Principal, até 31 de dezembro de 2014, foram calculados de forma consolidada, aplicados às instituições financeiras integrantes do Consolidado Operacional. A partir de 1º de janeiro de 2015, o Consolidado Operacional foi substituído pelo Conglomerado Prudencial, o qual abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumem direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o Grupo Itaú Unibanco retenha substancialmente todos os riscos e benefícios.

Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil](#) para mais informações sobre índices de capital mínimos.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 33 – Capital Regulatório](#) para mais detalhes sobre capital regulatório.

Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório, Estrutura de Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil](#).

Prevenção à lavagem de dinheiro

GRI 103-2 | 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e as fraudes.

O grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais.

O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atividades ilícitas, proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca alinhar-se continuamente às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e contínua capacitação de seus colaboradores.

Para estar aderente às diretrizes da política corporativa, o Itaú Unibanco estipulou um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseados nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Risco de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se a todo Grupo Itaú Unibanco, suas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate de atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de Compliance e Risco Operacional, Comitê Interno de Risco Operacional e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Para mais informações sobre a regulamentação de lavagem de dinheiro, por favor consulte a [seção Nossa gestão de](#)

[riscos, item Ambiente Regulatório](#). Informações mais detalhadas de nossa Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos estão disponíveis no [link](#).

Pessoas expostas politicamente

Nosso compromisso com o cumprimento da legislação e com a adoção das melhores práticas para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro contempla a identificação, análise do relacionamento e monitoramento diferenciado para pessoas expostas politicamente (PEP), sejam elas pessoas físicas ou jurídicas.

De acordo com as políticas relacionadas a PEPs, é aplicada uma diligência reforçada para esses clientes, além de ser obtida aprovação de alçada superior, de diretor no mínimo, antes de ser estabelecida qualquer relação de negócio.

Para mais detalhes, por favor consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório](#).

Ambiente regulatório

Estamos sujeitos à regulamentação e supervisão de várias entidades, nos países e segmentos nos quais atuamos. Essas atividades de supervisão são determinantes para a estrutura dos nossos negócios e impactam diretamente as nossas estratégias de crescimento. Destacamos a seguir as principais entidades que regulamentam e supervisionam nossas atividades no Brasil:

- CMN: a principal autoridade responsável por estabelecer políticas monetária e financeira no Brasil, pela supervisão geral das políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e da dívida pública brasileira, pela regulamentação das condições para constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, bem como pela supervisão da liquidez e solvência dessas instituições. O CMN também é responsável pelas diretrizes gerais a serem seguidas na organização e operação do mercado de títulos e valores mobiliários e pela regulamentação de investimentos estrangeiros no Brasil;
- Banco Central: responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN, autorizar a constituição de instituições financeiras e supervisioná-las no Brasil. O Banco Central determina os requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN;
- CVM: responsável por normatizar, sancionar e fiscalizar o mercado brasileiro de valores mobiliários (que, no Brasil, inclui derivativos) e de seus participantes, bem como supervisionar os mercados de bolsa e de balcão organizado;
- CNSP: responsável por estabelecer as orientações e as diretrizes para companhias de seguros e de títulos de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- SUSEP: responsável por regular e supervisionar o mercado brasileiro de seguros, previdência complementar aberta e capitalização e seus participantes; e

- ANS: responsável por regulamentar e supervisionar o mercado brasileiro de seguro saúde e seus participantes.

Fora do Brasil, possuímos operações sujeitas à supervisão de autoridades regulatórias locais nas seguintes jurisdições: América do Sul, especialmente Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Paraguai; Europa, especialmente Reino Unido e Suíça; América Central, especialmente Panamá; no Caribe, especialmente Bahamas e Ilhas Cayman; e nos Estados Unidos.

As instituições financeiras estão sujeitas a várias exigências e restrições regulatórias, dentre as quais podemos citar as seguintes:

- proibição de operar no Brasil sem a autorização prévia do Banco Central;
- proibição de adquirir imóveis não destinados ao uso próprio da instituição financeira, salvo os recebidos em liquidação de empréstimo de liquidação difícil ou duvidosa solução, sendo que, nesse caso, tal imóvel deverá ser vendido no prazo de um ano, prorrogável pelo Banco Central;
- proibição de adquirir participações em empresas sem a autorização prévia do Banco Central, exceto as participações societárias típicas de carteiras de investimento mantidas por bancos de investimento ou bancos múltiplos com carteira de investimento;
- proibição de conceder empréstimos que representem mais de 25% do patrimônio de referência da instituição financeira para uma única pessoa ou grupo;
- restrições para tomar ou conceder empréstimos, bem como para conceder adiantamentos e garantias para determinadas pessoas físicas e jurídicas relacionadas. Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório, Limites de Empréstimos](#) para mais informações sobre essas pessoas físicas e jurídicas.
- obrigação de depositar uma parcela dos depósitos recebidos de clientes no Banco Central (depósito compulsório); e
- obrigação de manter reservas de capital suficientes para absorver perdas inesperadas, de acordo com as regras propostas pelo Comitê da Basileia e implementadas pelo Banco Central.

Estrutura de Basileia III

A estrutura de Basileia III aumenta os requisitos mínimos de capital, cria adicionais de capital de conservação e de capital contracíclico, altera as mensurações de capital baseadas em risco e introduz um novo limite de alavancagem e novas normas de liquidez em relação à antiga estrutura. Essas novas regras deverão ser gradualmente introduzidas e a expectativa é que cada país adote tais recomendações em leis ou regulamentos aplicáveis às instituições financeiras locais.

A estrutura de Basileia III exige que os bancos mantenham níveis mínimos de capital correspondentes aos seguintes percentuais dos seus ativos ponderados pelo risco: (i) coeficiente mínimo de

capital principal de 4,5%, composto por ações ordinárias; (ii) coeficiente mínimo de capital Nível 1 de 6,0%; e (iii) coeficiente mínimo de capital total de 8,0%. Além dos requisitos mínimos de capital, Basileia III exige um adicional de capital de conservação de 2,5% e cada regulador nacional poderá instituir, a seu critério, um adicional de capital contracíclico, caso tal regulador entenda haver um maior risco sistêmico ao sistema bancário como resultado de expansão excessiva do crédito em sua jurisdição. A Basileia III também introduziu um novo nível de alavancagem, definido como Capital de Nível 1 dividido pela exposição total do banco.

A Basileia III também implementou índices de liquidez de curto prazo, ou LCR, e de longo prazo, ou NSFR. O LCR exige que os bancos afetados mantenham ativos de alta liquidez suficientes para cobrir as saídas de caixa líquidas que poderiam ocorrer em caso de um cenário de potencial perda de liquidez por um período de 30 dias. Já o NSFR exige que os bancos mantenham sempre um valor mínimo de fontes de captações estáveis (*"stable sources of funding"*), calculado com base nos perfis de liquidez dos ativos do banco, bem como na potencial necessidade de liquidez de natureza contingencial resultante de compromissos não registrados no balanço patrimonial, durante o período de um ano.

Exigências adicionais aplicam-se aos instrumentos elegíveis ao Capital Complementar e ao Nível 2 emitidos por bancos ativos internacionalmente. Para ser incluído no Capital Complementar, ou no Capital de Nível 2, o instrumento deve conter uma condição que exija que, a critério da autoridade competente, tal instrumento seja baixado ou convertido em ações ordinárias caso ocorra um "evento de gatilho". "Evento de gatilho" é a decisão de uma autoridade competente segundo a qual, para manter a situação do banco como uma instituição financeira viável, é necessário: (i) baixar um instrumento; ou (ii) injetar recursos públicos ou qualquer outro tipo de suporte equivalente nesse banco, o que ocorrer primeiro. Essas exigências são válidas para todos os instrumentos emitidos após 1º de janeiro de 2013. Os instrumentos qualificados como capital, emitidos antes dessa data, que não cumprirem com as exigências anteriores mencionadas serão gradualmente excluídos do capital dos bancos, em um prazo de dez anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Exigências de patrimônio de referência adicional são válidas para instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes (G-SIFIs). A metodologia de avaliação do Comitê da Basileia para determinar quais instituições financeiras são consideradas sistemicamente importantes baseia-se em indicadores que refletem os seguintes aspectos das G-SIFIs: (i) o porte; (ii) a interconexão; (iii) a inexistência de substituto ou de infraestrutura de instituição financeira prontamente disponível para os serviços prestados; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade. Cada um desses fatores corresponde ao mesmo peso de 20% na avaliação.

O Comitê da Basileia também publicou uma estrutura para a regulamentação de bancos locais sistemicamente importantes, ou D-SIBs, que complementam a estrutura



de G-SIFI, ao se concentrar no impacto que dificuldades ou falência de bancos sistemicamente importantes teriam sobre a economia interna de cada país.

Implementação de Basileia III no Brasil

O coeficiente mínimo de capital total dos bancos brasileiros é calculado como a soma de dois componentes: Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal.

O Patrimônio de Referência dos bancos brasileiros é composto por Capital de Nível 1 e Capital de Nível 2. O Capital de Nível 1 é subdividido em dois elementos: o Capital Principal (capital social e reservas de lucros) e o Capital Complementar (instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central).

Para ser incluído no Capital Complementar ou no Nível 2, todos os instrumentos emitidos por um banco brasileiro, após 1º de outubro de 2013, deverão conter mecanismos de absorção de perdas, incluindo uma cláusula que estabeleça que tais instrumentos serão automaticamente baixados ou convertidos em ações se ocorrer um “evento de gatilho”. Um “evento de gatilho” é o fato que ocorrer primeiro entre (i) o Capital Principal ser inferior a 5,125% do RWA (ativos ponderados pelo risco) para instrumentos do Capital Complementar e 4,5% para instrumentos de Nível 2; (ii) a assinatura de um compromisso firme e irrevogável por escrito de aporte de recursos na instituição financeira por parte do governo; (iii) a declaração, pelo Banco Central, do início de um regime de administração especial temporária (RAET) ou intervenção na instituição financeira; ou (iv) a decisão, pelo Banco Central, segundo critérios estabelecidos pelo CMN, de que a baixa ou a conversão do instrumento é necessária para manter o banco como uma instituição financeira viável e mitigar os riscos relevantes para o sistema financeiro brasileiro. A regulamentação do CMN estabelece procedimentos e critérios específicos para conversão das ações e baixa da dívida existente, relacionada aos instrumentos de captação de recursos elegíveis para qualificação como patrimônio de referência. A estrutura legal aplicável a letras financeiras foi adaptada para permitir que as instituições financeiras brasileiras emitam instrumentos de dívida em conformidade com Basileia III no mercado brasileiro.

Os instrumentos híbridos de capital e as dívidas subordinadas, já aprovadas pelo Banco Central como instrumentos de capital elegíveis, podem continuar qualificados como Capital Complementar ou de Nível 2, conforme o caso, desde que tais instrumentos atendam às exigências descritas acima e uma nova autorização do Banco Central seja obtida. Os instrumentos que não atendam a essas exigências serão retirados dos instrumentos de capital

elegíveis, com a dedução de 10% de seus valores contábeis, por ano, do valor qualificado como Capital Complementar ou de Nível 2. A primeira dedução ocorreu em 1º de outubro de 2013 e as deduções subsequentes ocorrerão anualmente, entre 1º de janeiro de 2014 e 1º de janeiro de 2022.

O Adicional de Capital Principal é dividido em três elementos: o Adicional de Conservação de Capital Principal, o Adicional Contracíclico de Capital Principal e o Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal. O objetivo do Adicional de Conservação de Capital Principal é aumentar a capacidade de absorção de perdas das instituições financeiras. O Adicional Contracíclico de Capital Principal poderá ser imposto pelo Banco Central se o mesmo julgar que o crescimento de crédito aumenta o risco sistêmico. O objetivo do Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal é tratar do impacto que as dificuldades ou a falência desses bancos poderiam ter sobre a economia nacional. Em caso de não cumprimento das exigências do Adicional de Capital Principal, algumas restrições serão aplicáveis, inclusive a incapacidade da instituição financeira de (i) pagar uma remuneração variável aos diretores e membros do conselho de administração; (ii) distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas; e (iii) recomprar as próprias ações e efetuar reduções no seu capital social.

A partir de 1º de outubro de 2015, um índice de cobertura de liquidez (LCR) mínimo em cenários de estresse de liquidez padronizado é exigido de bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões, calculado individualmente ou de forma consolidada para o conglomerado prudencial, conforme o caso. O cálculo do LCR segue a metodologia estabelecida pelo Banco Central, que se encontra alinhada às diretrizes internacionais. Durante períodos de maior necessidade de liquidez, os bancos podem apresentar um LCR abaixo do limite mínimo exigido, desde que informem ao Banco Central as causas para o não cumprimento dos requisitos mínimos, as fontes contingentes de liquidez de que dispõem e as medidas que pretendem adotar para estar em conformidade com a exigência de LCR. Os bancos serão obrigados a divulgar trimestralmente informações sobre seu LCR a partir de 1º de abril de 2016.

Em janeiro de 2017, o Banco Central promulgou uma nova regra que altera os métodos de cálculo e procedimentos para divulgação de informações sobre o LCR. A nova regulamentação estabelece um novo cenário de estresse possível e indica que, para fins do LCR, depósitos à vista e a prazo são considerados componentes da captação de recursos no varejo.



A tabela a seguir apresenta o cronograma de implementação gradual estabelecido pelo Banco Central para as exigências de adequação de capital e liquidez segundo Basileia III, conforme aplicados ao Itaú Unibanco Holding. Os números apresentados abaixo referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco.

Basileia III – Cronograma	A partir de 1º de janeiro de				
	2015	2016	2017	2018	2019
	(%)				
Capital principal	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Nível 1	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
Capital total	11,0	9,875	9,25	8,625	8,0
Adicional de capital principal (ACP)	-	0,625	1,5	2,375	3,5
de conservação	-	0,625	1,25	1,875	2,5
Contracíclico ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
de importância sistêmica	-	-	0,25	0,5	1,0
Capital principal + ACP	4,5	5,1	6,0	6,9	8,0
Capital total + ACP	11,0	10,5	10,8	11,0	11,5
Índice de cobertura de liquidez (LCR)	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0
Dedução dos ajustes prudenciais	40	60	80	100	100

(1) Conforme a Circular nº 3.769 do Banco Central, o ACP contracíclico é igual a zero.

O Banco Central também definiu a metodologia de cálculo da Razão de Alavancagem, mas ainda não estabeleceu uma Razão de Alavancagem mínima. Os bancos são obrigados a divulgar trimestralmente informações sobre suas Razões de Alavancagem a partir de 1º de outubro de 2015.

A regulamentação do CMN também define as entidades que compõem o conglomerado prudencial de uma instituição financeira brasileira e estabelece a exigência de uma instituição financeira elaborar e arquivar mensalmente no Banco Central as Demonstrações Contábeis Completas do conglomerado prudencial, conforme definido na regulamentação. Essas demonstrações contábeis também devem ser auditadas por empresa de auditoria independente a cada seis meses. A partir de 1º de janeiro de 2015, as exigências de capital são aplicadas ao conglomerado prudencial.

Além das normas emitidas no âmbito de Basileia III, em julho de 2013, foi emitida a Lei nº 12.838, que permite a determinação do crédito presumido baseado em ativos fiscais diferidos provenientes de diferenças temporárias resultantes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o que, na prática, isenta as instituições financeiras de deduzir este tipo de crédito do seu capital principal. A lei também altera as regras para emissão de dívida subordinada, ao exigir a inclusão de cláusulas de suspensão da remuneração estipulada e a extinção do direito creditório ou sua conversão em ações, e as condições de remuneração dos acionistas para atendimento das exigências prudenciais estabelecidas pelo CMN.

As instituições financeiras brasileiras também devem implantar uma estrutura de gestão de capital compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, bem como com a dimensão da sua exposição a riscos. A gestão de capital é definida como um processo que inclui: (i) monitoramento e controle do capital da instituição financeira; (ii) avaliação das necessidades de capital em vista dos riscos aos quais a instituição financeira está sujeita; e (iii) estabelecimento de metas e planejamento de capital para atender às necessidades de capital em virtude de mudanças nas condições de mercado. As instituições financeiras devem publicar, pelo menos, uma vez por ano, um relatório descrevendo a sua estrutura de gestão de capital. O Banco Central regulamenta a divulgação e a comunicação de questões relacionadas ao gerenciamento de riscos, o cálculo de ativos ponderados pelo risco e a adequada observância às exigências de patrimônio de referência, que refletem o chamado Pilar 3 do patrimônio de referência recomendado por Basileia III, com o objetivo de aprimorar a governança e a divulgação.

Avaliação das instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes no Brasil

O Banco Central adota os mesmos indicadores estabelecidos pelo Comitê de Basileia para determinar se as instituições financeiras brasileiras se qualificam como instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes em nível global, ou G-SIFs. Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório, Estrutura de Basileia III](#), para mais informações. Essa avaliação é exigida de bancos com exposição total – o denominador da Razão de Alavancagem – acima de R\$ 500 bilhões, calculada individualmente ou de forma consolidada para o conglomerado prudencial, conforme o caso. Entretanto, não foram estabelecidas exigências de absorção de perdas adicionais para G-SIFs brasileiras. Não fomos incluídos na última lista de G-SIFs de 21 de novembro de 2016. A próxima atualização deverá ocorrer em novembro de 2017.

Planos de recuperação para instituições financeiras sistemicamente importantes

Em 30 de junho de 2016, o CMN promulgou uma regra que estabelece diretrizes mais rígidas para planos de recuperação para Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes brasileiras. A nova regra, que incorporou recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira, requer que as instituições financeiras elaborem planos de recuperação com o intuito de restabelecer níveis adequados de capital e liquidez e preservar a viabilidade dessas instituições em cenários de estresse. As diretrizes requerem, entre outras coisas, que as instituições financeiras identifiquem suas funções críticas para o Sistema Financeiro Nacional e suas principais linhas de negócio, monitorem indicadores e seus níveis críticos, adotem cenários de teste de estresse, prevejam estratégias de recuperação, avaliem possíveis riscos e barreiras relacionadas com as estratégias e definam procedimentos de governança claros e transparentes, assim como planos de comunicação eficazes com os principais *stakeholders*. A regra prevê um período de implementação



gradual de outubro de 2016 a dezembro de 2017 para permitir que as instituições financeiras relevantes adaptem seus planos de recuperação às novas exigências.

Segmentação para aplicação proporcional da regulação prudencial

Em 30 de janeiro de 2017, o CMN promulgou uma resolução estabelecendo a segmentação de instituições financeiras, grupos de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central para aplicação proporcional da regulação prudencial, considerando porte, atividade internacional e perfil de risco de membros de cada segmento. De acordo com essa resolução, os segmentos são qualificados como segue:

- (i) Segmento 1, composto por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas que (a) tenham porte igual ou superior a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; ou (b) exerçam atividade internacional relevante, independentemente do porte da instituição;
- (ii) Segmento 2, composto por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas (a) de porte inferior a 10% do PIB brasileiro; e (b) outras instituições de porte igual ou superior a 1% do PIB brasileiro;
- (iii) Segmento 3, composto pelas instituições de porte inferior a 1% e igual ou superior a 0,1% do PIB brasileiro;
- (iv) Segmento 4, composto pelas instituições de porte inferior a 0,1% do PIB brasileiro; e
- (v) Segmento 5, composto por (a) instituições de porte inferior a 0,1% do PIB brasileiro que utilizem metodologia facultativa simplificada para apuração dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência, exceto bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas; e (b) instituições não sujeitas a apuração de Patrimônio de Referência.

Letra imobiliária garantida

Em janeiro de 2017, o Banco Central publicou edital de consulta pública sobre a Letra Imobiliária Garantida (LIG), que visa a regulamentar as disposições da Lei nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015. A LIG forneceria ao setor um instrumento de captação de recursos alternativo, na tentativa de expandir o mercado de crédito imobiliário nos próximos anos.

Provisão passiva para garantias financeiras

Em 28 de julho de 2016, o CMN promulgou uma nova regra estabelecendo procedimentos contábeis específicos para avaliação e registro de provisões passivas que as instituições financeiras devem criar em relação a garantias financeiras. Os procedimentos contábeis estabelecidos por essa regulamentação buscam alinhar as normas brasileiras com o IFRS. Essa resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Operações e exposição em moeda estrangeira

Operações de compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições autorizadas pelo Banco Central. Não existem limites para as posições de câmbio, compradas ou vendidas, de bancos autorizados a operar no mercado de câmbio. Atualmente, a alíquota do recolhimento compulsório sobre a posição vendida de câmbio de instituições financeiras é 0%.

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras brasileiras podem captar recursos no exterior, por meio de empréstimos diretos ou emissão de títulos. Os recursos captados dessa forma podem ser livremente aplicados no Brasil, incluindo, mas não se limitando a, repasses a empresas brasileiras e instituições financeiras. Os bancos brasileiros autorizados a operar no mercado de câmbio com patrimônio de referência superior a R\$ 5 bilhões também podem utilizar tais recursos para conceder empréstimos no exterior para empresas brasileiras, suas subsidiárias *offshore* e empresas estrangeiras controladas por brasileiros ou para adquirir no mercado primário títulos emitidos ou garantidos por tais empresas. Os empréstimos transfronteiriços, cujo processo envolve uma das partes no Brasil e a outra no exterior exigem registro prévio no Banco Central, o qual pode estipular limites para as condições dessas operações de empréstimos em moeda estrangeira. Consulte o item Tributação para obter mais detalhes a respeito de impostos incidentes sobre operações de câmbio.

As instituições financeiras também podem conceder empréstimos em moeda estrangeira ou a ela indexados, para as atividades relacionadas ao comércio exterior de seus clientes, como a concessão de adiantamento sobre contrato de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, ou pré-pagamento de exportação e financiamento à importação, todas de acordo com os regulamentos brasileiros referentes aos mercados de câmbio e aos fluxos de capital internacional.

O Banco Central e o governo brasileiro frequentemente alteram as regras e os regulamentos aplicáveis a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira conforme o cenário econômico e a política monetária brasileira.



A legislação estabelece que a exposição total em ouro e outros ativos e passivos indexados ou vinculados à variação da taxa de câmbio de instituições financeiras (inclusive as sucursais *offshore*), e suas controladas diretas e indiretas, de forma consolidada, não pode ultrapassar 30% do seu patrimônio de referência.

Regime de investimento em ativo permanente e liquidez

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras não podem deter, de forma consolidada, ativos permanentes que incluam investimentos em subsidiárias não consolidadas, imóveis, equipamentos e ativos intangíveis, em valor superior a 50,0% do patrimônio de referência ajustado.

Limites de empréstimos

Além disso, a regulamentação também nos impede de conceder empréstimos ou adiantamentos, garantias, incluindo operações de derivativos, subscrever ou deter em nossa carteira de investimentos os títulos e valores mobiliários de qualquer cliente ou grupo de clientes afiliados que, em conjunto, gerem exposição para esse cliente ou grupo de clientes afiliados, e que ultrapassem 25,0% do nosso patrimônio de referência.

Limites de exposição de crédito

Para fins deste limite, as seguintes entidades do setor público serão consideradas clientes separados: (i) a União, (ii) uma entidade controlada direta ou indiretamente pela União que não mantenha relação de dependência econômica com outra entidade também controlada direta ou indiretamente pela União, (iii) entidades controladas direta ou indiretamente pela União que mantenham relação de dependência econômica entre si, (iv) um Estado ou o Distrito Federal, juntamente com todas as entidades direta ou indiretamente controladas por ele; e (v) um município, em conjunto com todas as entidades direta ou indiretamente controladas por ele.

Cálculo dos ativos ponderados pelo risco

O cálculo da exposição ao risco baseia-se em vários fatores estabelecidos pelas regulamentações do Banco Central e influencia as exigências de capital. Os componentes levam em consideração o tipo de risco e incluem os parâmetros e procedimentos para cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para determinar as exigências de capital resultantes da exposição a cada risco. O Banco Central vem alterando e atualizando com frequência as regras e regulamentos para cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

Letras financeiras

A Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, adaptou as letras financeiras à estrutura de Basileia III e concedeu ao Banco Central o poder de limitar o pagamento de dividendos e juros

sobre capital próprio pelas instituições financeiras que não cumprirem os requisitos de capital definidos pelo CMN. Com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.838, as instituições financeiras brasileiras provavelmente emitirão instrumentos de dívida subordinada ou instrumentos híbridos em conformidade com Basileia III no contexto da estrutura regulatória das letras financeiras. As principais características das letras financeiras alteradas pela Lei nº 12.838 são:

- Possibilidade de emissão de letras financeiras conversíveis em ações. A conversão não pode ser solicitada pelo investidor ou pela instituição financeira;
- Suspensão do pagamento de juros em caso de não conformidade com as regras sobre requisitos de capital e no caso das letras financeiras fazerem parte do patrimônio de referência da instituição financeira. Além disso, para preservar o funcionamento regular do sistema financeiro brasileiro, o Banco Central poderá determinar a conversão de letras financeiras em ações ou a extinção da dívida (baixa). Essas decisões não constituirão inadimplência e não anteciparão o vencimento de outras dívidas da instituição financeira; e
- As letras financeiras podem incluir, como eventos de vencimento antecipado, o não pagamento da remuneração ou a dissolução da instituição financeira.

Princípios e política institucional

Em 24 de novembro de 2016, o CMN promulgou uma nova regra que estabeleceu princípios e implementação de política institucional que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central no que tange ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros. Além dos princípios éticos, da responsabilidade, transparência e diligência, são requeridas outras medidas, tais como: (i) promoção de uma cultura organizacional que incentive um relacionamento cooperativo e equilibrado com clientes e usuários; (ii) tratamento justo e equitativo a clientes e usuários; e (iii) legitimidade e conformidade de produtos e de serviços fornecidos por instituições financeiras. A regulamentação entrará em vigor em 24 de novembro de 2017.

Estabelecimento de uma política de sucessão

Em 24 de novembro de 2016, o CMN promulgou uma nova resolução que requer que instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central estabeleçam uma política de sucessão para seus administradores. A nova regulamentação requer que o Conselho de Administração das instituições aprove, supervisione e controle o processo de planejamento dessa política, que deve atribuir expressamente os cargos observando a política de sucessão, levando em consideração a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição. A política de sucessão cobrirá recrutamento, promoção, eleição e processos de retenção, com base em regras que regulamentem a identificação, avaliação e treinamento de cargos da alta administração considerando os seguintes aspectos: (i) condições exigidas pela lei brasileira



para exercer o cargo; (ii) capacidade técnica; (iii) capacidade de gestão; (iv) habilidades interpessoais; (v) conhecimento da legislação e regulamentação sobre responsabilidade por suas ações; e (vi) experiência. A regulamentação prevê um período de implementação gradual de novembro de 2016 a maio de 2017.

Código de Governança Corporativa

Em 2016, foi editado o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. Ele estabelece princípios, diretrizes e ações relacionados com governança corporativa aplicáveis a companhias abertas e determina que as companhias adotem o modelo “aplicar ou explicar” em relação a seus princípios, suas diretrizes e ações. Como resultado da edição desse Código, em dezembro de 2016, a CVM submeteu à consulta pública o projeto de uma nova regulamentação que altera a atual regulamentação relacionada com divulgação para adaptar as diretrizes do novo Código. A nova regulamentação será aplicável a partir do final do primeiro semestre de 2018.

Lei anticorrupção [GRI 205-2](#) | [GRI 103-2](#) | [103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas](#)

Em janeiro de 2014, entrou em vigor no Brasil uma nova lei de combate à corrupção, que estabelece que as pessoas jurídicas terão responsabilidade objetiva (independentemente de culpa ou negligência) se estiverem envolvidas em qualquer forma de corrupção. Embora seja conhecida como lei contra corrupção, ela também abrange outros atos ilícitos, contrários à administração pública brasileira ou internacional, como fraude à licitação e obstrução da justiça. A lei prevê penalidades rigorosas, por meio de processos administrativos e judiciais, inclusive ordem de dissolução da companhia, proibição de acesso a financiamento de órgãos públicos e de participação em licitações públicas.

Além disso, a lei autoriza as autoridades públicas administrativas responsáveis pela investigação a celebrar acordos de leniência. A auto divulgação de violações e cooperação das pessoas jurídicas pode resultar na redução de multas e outras sanções, conforme determinado pela nova regulamentação federal emitida em março de 2015.

A nova regulamentação também prevê parâmetros para a aplicação da lei contra corrupção, inclusive com relação a penalidades e programas de conformidade legal. Consulte:

- para mais detalhes sobre a nossa [Política Corporativa de Prevenção à Corrupção](#);

- para mais detalhes sobre a nossa [Política Corporativa de Integridade e Ética](#) e sobre diretrizes para situações de conflito de interesses.

Remuneração de membros da diretoria e do Conselho de Administração de instituições financeiras

De acordo com as regras estabelecidas pelo CMN, as instituições financeiras brasileiras devem ter uma política de remuneração. Quando houver pagamento de remuneração variável aos administradores, do total da remuneração variável, 50%, no mínimo, deve ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e 40%, no mínimo, deve ser diferida para pagamento futuro em um período de pelo menos três anos. Se a instituição apresentar redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo durante o período de diferimento, as parcelas diferidas e não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução no resultado, com o intuito de minimizar a perda incorrida pelas instituições financeiras e seus acionistas.

Nossa política de remuneração, aplicável a conselheiros e diretores no Brasil (que constituem a maior parte dos administradores do Grupo Itaú Unibanco) está de acordo com as exigências regulatórias do CMN. Nossas práticas e princípios aplicados ao redor do mundo cumprem regulamentos locais e buscam o maior alinhamento entre os interesses dos nossos acionistas e dos nossos administradores.

Para mais informações, consulte a [seção Nossa governança, item Governança corporativa, Remuneração dos administradores](#).

Regulamentação antitruste

A lei antitruste brasileira estabelece que as operações que resultem em concentração econômica devem ser submetidas à aprovação prévia do CADE, o órgão brasileiro que regula a defesa da concorrência no país, desde que atendidos os seguintes critérios: (i) o grupo econômico de uma das partes de uma operação registre, no exercício fiscal anterior ao da operação, faturamento bruto mínimo de R\$ 750 milhões, e (ii) ao menos um dos demais grupos econômicos envolvidos na operação registre, no mesmo período, faturamento bruto mínimo de R\$ 75 milhões. A consumação de uma operação antes da aprovação pelo CADE sujeita as partes a multas que vão de R\$ 60 mil a R\$ 60 milhões, à anulação da respectiva operação e a possíveis instaurações de processos administrativos. Além de submeter essas operações à aprovação do CADE, a Circular nº 3.590/2012 do Banco Central (atualizada pela Circular nº 3.800/2016) torna obrigatório que as instituições financeiras submetam atos de concentração que envolvam duas ou mais instituições financeiras à aprovação

antitruste do Banco Central nas seguintes hipóteses: (i) aquisição de controle societário, (ii) fusão, (iii) transferência do negócio para outra instituição financeira, e (iv) outras operações que levem ao aumento da participação de mercado nos segmentos de atuação em que elas operem.

Com relação ao conflito de competência para análise e aprovação de atos de concentração envolvendo instituições financeiras, a questão continua indefinida. A incerteza sobre se o CADE ou o Banco Central deve revisar e aprovar os atos de concentração envolvendo instituições financeiras resultou na submissão, pelas instituições financeiras, dos atos de concentração no setor bancário à aprovação antitruste não apenas do Banco Central, como também do CADE.

[Clique aqui](#) para mais informações sobre nossa Política Corporativa Antitruste.

Tratamento de dívidas vencidas

Classificação ⁽¹⁾	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisão (%)	0	0,5	1	3	10	30	50	70	100
Atraso (em dias)	-	-	15 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	121 a 150	151 a 180	Acima de 180

(1) Nossa classificação de crédito também considera o perfil de crédito do cliente, que pode impactar negativamente a classificação das dívidas vencidas.

Segundo o IFRS, a provisão para créditos de liquidação duvidosa baseia-se em nossos modelos de perda incorrida, desenvolvidos internamente, os quais calculam a provisão para créditos de liquidação duvidosa multiplicando a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte pelo potencial de recuperação dos créditos inadimplentes para cada operação, conforme descrito na Nota 2.4(d) X, das nossas Demonstrações Contábeis Completas de acordo com o IFRS. Os níveis de risco são classificados em baixo, médio, alto, e redução ao valor recuperável (*impairment*), com base na probabilidade de inadimplência, por meio de uma escala interna conforme detalhada na Nota 36 das nossas Demonstrações Contábeis Completas de acordo com o IFRS.

Insolvência bancária

A insolvência de instituições financeiras é tratada de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis pelo Banco Central, responsável por iniciar e acompanhar todos os procedimentos administrativos aplicáveis. São três as modalidades de regimes especiais que podem ser impostos às instituições financeiras privadas ou públicas (exceto federais) ou a instituições a elas equiparadas: (i) regime de administração especial temporária (RAET); (ii) intervenção; e (iii) liquidação extrajudicial. Essas instituições também podem ser submetidas ao regime falimentar.

No curso dos regimes especiais descritos a seguir, o conselho diretor, o interventor e o liquidante poderão, quando autorizados pelo Banco Central: (i) alienar bens e direitos da instituição financeira a terceiros e (ii) realizar processos de reorganização societária na instituição financeira ou em suas subsidiárias, dentre outras medidas possíveis, de efeito similar.

As instituições financeiras brasileiras devem classificar suas operações de crédito (inclusive as operações de arrendamento mercantil e outras caracterizadas como adiantamentos de crédito) em diferentes níveis e reconhecer provisões de acordo com o nível atribuído a cada operação. A classificação é baseada na situação financeira do cliente, nos termos e nas condições da operação e no eventual tempo de atraso no pagamento da operação, se houver. Para atendimento às exigências do Banco Central, as operações são classificadas como nível AA, A, B, C, D, E, F, G ou H, sendo AA a classificação mais alta. As classificações de crédito devem ser revisadas mensalmente e, sem prejuízo das provisões adicionais àquelas exigidas pelo Banco Central, consideradas necessárias pela administração das instituições financeiras; cada nível tem um percentual específico de provisão que é aplicado a ele, e que usamos para calcular nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme especificado mais detalhadamente na tabela a seguir:

RAET

O RAET é um regime especial menos severo que permite às instituições financeiras continuarem operando, sendo seu principal efeito a perda do mandato dos administradores e sua substituição por um conselho diretor nomeado pelo Banco Central, com amplos poderes de gestão. Tem duração limitada e objetiva, principalmente, a adoção de medidas visando à retomada das atividades normais da instituição. Caso a retomada não seja possível, tal regime pode vir a ser transformado em liquidação extrajudicial.

Intervenção

Nesse regime, o Banco Central nomeia um interventor, que assume a gestão direta da instituição, suspendendo as suas atividades normais e destituindo os respectivos administradores. De modo geral, a intervenção objetiva evitar a continuidade de certas irregularidades cometidas e o agravamento da situação da instituição, que pode colocar em risco os ativos e prejudicar os credores da instituição financeira. Também tem duração limitada e poderá ser seguida da retomada das atividades normais da instituição, da decretação da sua liquidação extrajudicial ou falência.

A intervenção suspende todas as ações relacionadas com obrigações de pagamento das instituições financeiras, impede a liquidação ou o vencimento antecipado de suas obrigações e congela os depósitos preexistentes.



Liquidação extrajudicial

A liquidação extrajudicial, de forma geral, corresponde ao processo de extinção da empresa em casos de insolvência irrecuperável ou de graves infrações às normas que regulam as atividades da instituição financeira. A liquidação extrajudicial visa a promover a liquidação dos ativos existentes para pagamento dos credores, com devolução de eventual saldo aos acionistas. Os acionistas controladores também podem ser responsabilizados pelas obrigações remanescentes.

A liquidação extrajudicial (i) suspende as ações ou execuções relacionadas com a instituição financeira; (ii) antecipa o vencimento das obrigações da instituição financeira; e (iii) interrompe a prescrição das obrigações da instituição financeira. Além disso, deixam de incorrer juros contra o montante devedor até que todas as obrigações perante terceiros tenham sido pagas.

Seguro de depósitos

Em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou liquidação de uma instituição financeira, o Fundo Garantidor de Crédito, ou FGC, um sistema de seguro de depósitos, garante o valor máximo de R\$ 250.000 em certos depósitos e instrumentos de crédito mantidos por uma pessoa física, jurídica ou outra entidade legal, na instituição financeira (ou instituições financeiras pertencentes ao mesmo grupo econômico). Os recursos do FGC provêm, principalmente, de contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que recebem depósitos de clientes, atualmente à taxa mensal de 0,0125% do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos financeiros objeto de garantia ordinária, ainda que os créditos correspondentes não sejam integralmente garantidos pelo FGC, e de certas contribuições especiais. Os depósitos e recursos captados no exterior não são garantidos pelo FGC. A partir de fevereiro de 2016, não estão protegidos pela garantia ordinária do FGC os créditos de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, entidades de previdência privada, companhias de seguro, empresas de capitalização, clubes de investimento e fundos de investimentos, bem como créditos que representem qualquer participação em tais entidades ou instrumentos financeiros mantidos por tais entidades.

Pagamento dos credores em liquidação

Em caso de liquidação extrajudicial de uma instituição financeira ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, os salários de funcionários e suas respectivas ações trabalhistas até um determinado valor, créditos com garantia real e cobranças de impostos têm prioridade entre todas as reivindicações contra a empresa em liquidação. O pagamento de créditos quirografários, inclusive depósitos ordinários de clientes de varejo não garantidos pelo FGC, está sujeito ao pagamento prioritário dos créditos com preferência. Além disso, quando do pagamento dos depósitos garantidos pelo FGC, este se torna um credor quirografário da massa falida e tem a mesma prioridade dos demais credores quirografários.

Regulamentação de seguros

As companhias de seguro domiciliadas no Brasil, mediante aprovação do governo, podem oferecer, diretamente aos clientes ou por meio de corretores habilitados, todos os tipos de seguros, com exceção do seguro de acidentes de trabalho.

As companhias de seguro são obrigadas a constituir reservas para investimento em tipos específicos de títulos e valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras estão entre os principais investidores no mercado financeiro brasileiro, estando sujeitas às normas do CMN sobre o investimento de reservas técnicas.

Em caso de quebra, a seguradora estará sujeita a um procedimento específico de liquidação administrado pela SUSEP ou pela ANS. As companhias de seguro somente estarão sujeitas à falência se, decretada a liquidação extrajudicial (i) seus ativos não sejam suficientes para garantir, pelo menos, a metade dos créditos quirografários, ou (ii) houver fundados indícios da ocorrência de crime falimentar.

Não existe, atualmente, qualquer restrição a investimentos estrangeiros em companhias de seguro.

A legislação brasileira determina que as companhias de seguro contratem resseguro na medida em que as responsabilidades assumidas excedam seus limites técnicos, de acordo com as normas do órgão regulador (CNSP e SUSEP), podendo a celebração de contratos de resseguro ser feita por negociação direta entre as seguradoras e as resseguradoras, ou por uma corretora de resseguros autorizada a operar no Brasil.

Até 31 de dezembro de 2016, as companhias de seguro, ao ceder riscos em resseguro, devem contratar 40% de cada contrato facultativo ou automático com resseguradoras locais (companhias domiciliadas no Brasil).

A partir de 1º de janeiro de 2017, esse percentual é reduzido para 30% e será reduzido anualmente até atingir 15% em 1º de janeiro de 2020.

Além disso, até 31 de dezembro de 2016, a cessão de risco entre seguradoras e resseguradoras pertencentes ao mesmo grupo financeiro está limitada a 20% do prêmio correspondente a cada contrato facultativo ou automático. A partir de 1º de janeiro de 2017, esse percentual é aumentado para 30% e será aumentado anualmente até atingir 75% em 1º de janeiro de 2020.

Regulamentação sobre prevenção à lavagem de dinheiro

A lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro estabelece a estrutura básica para a prevenção e punição de práticas de lavagem de dinheiro como crime. Ela proíbe a ocultação ou a dissimulação da origem, localização, disponibilização, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores financeiros originados, direta ou



indiretamente, de crimes, e os agentes dessas práticas ilegais ficam sujeitos à pena de prisão, inabilitação temporária pelo prazo de até 10 anos para o exercício do cargo de administrador, além de multa pecuniária.

A lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro também criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a unidade brasileira de inteligência financeira que opera sob a égide do Ministério da Fazenda. O COAF possui um papel central no sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e sua responsabilidade legal é coordenar os mecanismos de cooperação e trocas de informações.

Em conformidade com a lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro e a respectiva regulamentação promulgada pelo Banco Central, inclusive as regras aplicáveis aos procedimentos que devem ser adotados pelas instituições financeiras na prevenção e no combate desses crimes, em consonância com as recomendações do Grupo de Ação Financeira Contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (GAFI, na sigla em português, ou *Financial Action Task Force – FATF*), e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, as instituições financeiras brasileiras devem estabelecer controles internos e procedimentos para:

- identificar e conhecer os seus clientes, determinando se eles são Pessoas Expostas Politicamente (PEPs), identificando os beneficiários finais das operações. Esses registros devem ser mantidos atualizados;
- verificar a compatibilidade entre a movimentação de recursos e a capacidade econômica e financeira do cliente;
- verificar a origem dos recursos;
- efetuar análise prévia dos novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção à lavagem de dinheiro;
- manter registros de todas as transações realizadas ou serviços financeiros prestados em nome de um determinado cliente ou para ele;
- notificar o COAF, no prazo de um dia útil, sobre qualquer transação considerada suspeita pela instituição financeira, inclusive quaisquer transações em dinheiro equivalentes ou superiores a R\$ 100.000, sem informar a pessoa envolvida ou qualquer terceiro;
- dispor atenção especial a (i) transações não usuais ou transações propostas, ou aparentemente sem base econômica ou legal; (ii) transações que envolvam PEPs, (iii) indicadores de burla na identificação do cliente ou da transação; (iv) clientes e operações para os quais o beneficiário final não possa ser identificado; (v) transações originadas ou destinadas a países que não apliquem suficientemente as recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI); e (vi) situações em que não é possível manter atualizadas as informações cadastrais dos clientes;
- estabelecer critérios para contratação de pessoal e oferecer treinamento para combate à lavagem de dinheiro para os colaboradores;
- estabelecer os procedimentos de combate à lavagem de dinheiro que devem ser respeitados por todas as agências e

subsidiárias de instituições financeiras brasileiras localizadas no exterior;

- determinar que as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio brasileiro com instituições financeiras localizadas no exterior devem verificar se a instituição financeira estrangeira está localizada fisicamente na jurisdição em que foi constituída e autorizada a operar, e se está sujeita a uma supervisão eficiente;
- monitorar as transações e situações que poderiam ser consideradas suspeitas para fins de combate à lavagem de dinheiro;
- notificar o COAF sobre a ocorrência de transações suspeitas conforme exigido pela regulamentação aplicável e, pelo menos anualmente caso não tenham sido verificadas operações suspeitas, a fim de certificar a inexistência de transações que devam ser notificadas ao COAF (declaração de *negative*);
- exigir que os clientes informem à instituição financeira, com pelo menos um dia útil de antecedência, sobre a intenção de sacar valores iguais ou superiores a R\$ 100.000;
- garantir que as políticas, procedimentos e controles internos sejam proporcionais ao tamanho e volume das transações; e
- indisponibilizar bens, valores e direitos de posse ou propriedade, bem como todos os demais direitos, reais ou pessoais, de titularidade, direta ou indireta, de clientes pessoas físicas ou jurídicas submetidos a sanções oriundas das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU.

O descumprimento de qualquer uma das obrigações anteriores sujeita a instituição financeira e seus diretores a penalidades que variam de: (i) advertência formal, (ii) multas (de 1,0% a 200,0% do valor da transação, 200,0% do lucro gerado por ela, ou multa de até R\$ 20 milhões); (iii) seus diretores executivos serão considerados inelegíveis para qualquer cargo gerencial em instituições financeiras, até (iv) revogação da licença de funcionamento da instituição financeira.

Em agosto de 2013, a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) promulgou o Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, cujo objetivo é melhorar a contribuição do sistema financeiro brasileiro para a prevenção da lavagem de dinheiro e padronizar as práticas adotadas por todos os bancos, incentivando-os a reforçar os procedimentos de prevenção.

Pessoas expostas politicamente

Pessoas Expostas Politicamente (PEPs) são funcionários públicos que ocupam – ou ocuparam – cargos públicos importantes, bem como seus representantes, familiares e outras pessoas próximas, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em outros países, territórios e jurisdições estrangeiras. Inclui também suas pessoas jurídicas. As instituições financeiras precisam elaborar e implementar procedimentos internos para identificar PEPs e obter aprovação especial de um



membro da equipe de nível hierárquico superior, como diretores, processo necessário para início de relacionamento com essas pessoas. As instituições também precisam adotar medidas reforçadas e contínuas para o monitoramento das transações com PEPs e notificar o COAF sobre todas as transações suspeitas.

Portabilidade de operações de crédito

Regulamentada pelo Banco Central desde 2013, a portabilidade das operações de crédito consiste na transferência de uma operação de crédito do credor original para outra instituição, por solicitação do devedor, mantendo o mesmo saldo em aberto e as mesmas condições de pagamento. A nova regra determina procedimentos padrão e prazos para a troca de informações e o uso obrigatório de um sistema eletrônico, autorizado pelo Banco Central, para a transferência de recursos entre as instituições financeiras, proibindo o uso de qualquer procedimento alternativo para produzir os mesmos efeitos da portabilidade, inclusive as denominadas "compras de dívida".

Regras relativas à cobrança de tarifas bancárias e de cartões

As tarifas bancárias e as operações com cartões de crédito são amplamente reguladas pelo CMN e pelo Banco Central. De acordo com a legislação brasileira, temos que classificar os serviços que prestamos para pessoas físicas em categorias predefinidas e estamos sujeitos a limitações na cobrança de tarifas por esses serviços.

As instituições financeiras brasileiras, em geral, não estão autorizadas a cobrar tarifas bancárias pela prestação de serviços a pessoas físicas, classificados como essenciais em relação a contas correntes e de poupança, tais como o fornecimento de cartões de débito, talões de cheques, saques, extratos e transferências, entre outros.

A legislação brasileira também autoriza as instituições financeiras a cobrar tarifas por serviços prioritários, um conjunto de serviços definidos pela regulamentação do Banco Central. As instituições financeiras são obrigadas a oferecer para esses clientes um pacote padronizado de serviços prioritários. Os clientes podem também optar por este ou outros pacotes oferecidos pela instituição financeira, ou pela utilização e pelo pagamento de serviços individuais, em oposição à escolha de um pacote.

As regras atuais autorizam ainda que as instituições financeiras cobrem tarifas pela prestação de determinados serviços chamados de diferenciados, desde que o correntista ou usuário seja informado das condições de uso e pagamento, ou quando as tarifas e os métodos de cobrança estejam definidos em contrato.

O CMN também estabelece regras aplicáveis aos cartões de crédito, definindo os eventos que permitem a cobrança de tarifas pelos emissores, bem como as informações a serem divulgadas nas faturas de cartões de crédito e no respectivo contrato. Existe também uma lista de serviços prioritários.

As regras estabelecem dois tipos de cartões de crédito:

(i) cartões de crédito básicos, com serviços mais simples, sem programas de recompensas; e (ii) "cartões de crédito especiais" com programas de recompensas. No mínimo, 15% do saldo total em aberto da fatura precisam ser pagos mensalmente pelos portadores de cartões de crédito.

A cobrança de uma nova tarifa bancária ou a majoração do preço de tarifa vigente somente poderá ocorrer após divulgação ao público, com, no mínimo, 30 dias de antecedência, enquanto as tarifas relativas aos serviços prioritários somente poderão ter seu valor acrescido após 180 dias da data do último aumento (a redução do preço, por outro lado, poderá ser feita a qualquer momento). Com relação aos cartões de crédito, é necessária a divulgação ao público, com pelo menos 45 dias de antecedência, para qualquer aumento ou criação de tarifas, e elas só podem ser aumentadas 365 dias após o último aumento. O prazo de 365 dias fica sujeito também às mudanças nas regras aplicáveis aos programas de benefícios ou recompensas.

No final de 2016 e início de 2017, ocorreram duas alterações importantes no mercado de pagamentos brasileiro. Em dezembro de 2016, foi publicada uma Medida Provisória autorizando sobretaxar de acordo com os instrumentos de pagamento utilizado pelo consumidor, como uma forma de incentivar as vendas no varejo, permitindo aos varejistas cobrar preços diferentes dependendo do meio de pagamento. Em janeiro de 2017, o Banco Central publicou uma nova resolução estabelecendo que os débitos feitos com cartões de crédito não podem ser objeto de crédito rotativo por mais de um período de pagamento (mês). As instituições financeiras podem oferecer a esses clientes um crédito parcelado com juros mais baixos que as linhas de crédito rotativo.

Regulamentação de arrendamento

Embora as operações de arrendamento mercantil não sejam classificadas como operações de crédito pela legislação brasileira, o Banco Central regulamenta e supervisiona essas operações. As partes envolvidas em uma operação de arrendamento mercantil são o arrendador (o banco) e o arrendatário (nosso cliente). O bem, de propriedade do arrendador, é entregue para o uso do arrendatário até o final da vigência do contrato, momento no qual o arrendatário pode optar por adquirir o bem ou devolvê-lo ao arrendador, ou ainda renovar o contrato por um novo período.

A legislação brasileira estabelece uma metodologia específica para a contabilização de lucros ou perdas nas operações de arrendamento mercantil e para todas as informações que devem constar do respectivo contrato. O Valor Residual Garantido (VRG) pago pelo arrendatário deve corresponder ao mínimo valor de retorno necessário para que a operação seja viável para o arrendador, seja ou não exercida a opção de compra. As leis e os regulamentos aplicáveis às instituições financeiras, tais como as referentes aos requisitos de informação, suficiência de capital e alavancagem, limites de composição de ativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa, também são geralmente aplicáveis às empresas de arrendamento mercantil.



Correspondentes bancários

Podemos contratar outras empresas para prestar determinados serviços aos nossos clientes, inclusive atendimento. Essas empresas são, em geral, denominadas correspondentes, e o nosso relacionamento com elas é regulamentado pelo Banco Central. Entre outras exigências, o Banco Central determina que os funcionários de todos os correspondentes deverão possuir uma certificação técnica que os autorize a atender clientes em operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Sigilo bancário

As instituições financeiras brasileiras devem guardar sigilo em relação às operações bancárias e aos serviços prestados aos seus clientes. As únicas circunstâncias nas quais informações sobre clientes, serviços e transações de instituições financeiras brasileiras ou empresas de cartão de crédito podem ser divulgadas a terceiros são:

- divulgação de informações com o consentimento expresso dos interessados;
- troca de informações entre instituições financeiras para fins cadastrais;
- divulgação de informações às empresas de proteção ao crédito, com base no cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes;
- divulgação de informações às autoridades competentes relacionadas à prática real ou suspeita de atos criminosos ou improbidade administrativa, inclusive a divulgação de informações relacionadas às operações que envolvam recursos relacionados a atividades ilegais;
- revelação de algumas informações determinada por lei a autoridade fiscal; e
- revelação de informações mediante mandado judicial.

Exceto conforme estabelecido pela legislação brasileira e por ordem judicial, a quebra de sigilo bancário constitui crime.

Digitalização de documentos e manutenção de registros

Em 31 de março de 2016, o CMN promulgou uma nova resolução que regulamenta a digitalização de documentos referentes a operações realizadas por instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central. A regulamentação autoriza essas instituições a manter documentos digitais em vez de documentos em papel para fins de manutenção de registros, se forem atendidas certas exigências para assegurar a autenticidade, validade e proteção dos documentos. Ela permite ainda a eliminação de documentos originais em papel, desde que essa medida não prejudique a capacidade da instituição de exercer direitos, iniciar procedimentos ou exercer medidas protetivas relacionadas com o referido documento.

Ouvidoria

Em 2015, o CMN e o Banco Central atualizaram a regulamentação sobre as Ouvidorias das Instituições Financeiras sujeitas à supervisão. O componente Ouvidoria dentro destas Instituições é obrigatório desde 2007, sendo o principal canal de última assistência ao cliente e mediação de conflitos, monitorado pelo Banco Central.

Nessa atualização, foram reforçados os principais deveres da Ouvidoria para que esta continue funcionando como último recurso dentro da empresa para resolver demandas de clientes, e para atender reclamações não resolvidas pelos nossos principais canais.

A cada seis meses, a Ouvidoria deve preparar um relatório sobre os assuntos reclamados mais críticos, análise de causa raiz e planos de ação para mitigar os problemas e melhorar a experiência do cliente. Esse relatório é submetido à alta administração e ao Comitê de Auditoria, bem como ao Banco Central.

A norma revisada reduziu o tempo de resposta do atendimento da Ouvidoria de 15 para, no máximo, 10 dias a partir da reclamação do cliente. Além disso, ela demandou maior transparência e destaque para as informações de contato com a Ouvidoria, incluindo seu número de telefone e acesso na Internet. Por fim, a norma demandou a publicação de um relatório público sobre o trabalho da Ouvidoria, a ser disponibilizado nos sites das Instituições.

O Itaú Unibanco está em conformidade com a norma desde a sua publicação em 30 de junho de 2016.

Regulamentação do mercado brasileiro de valores mobiliários

Segundo a legislação societária brasileira, uma empresa é considerada de capital aberto ou fechado, dependendo da admissão ou não dos valores mobiliários de sua emissão à negociação no mercado. Todas as empresas de capital aberto, como a nossa, são registradas na CVM e estão sujeitas às exigências de divulgação de informações e apresentação de relatórios.

Exigências de divulgação

Segundo as regras da CVM, as empresas de capital aberto estão sujeitas às exigências de divulgação e às normas que regem o uso de informações relevantes. Considera-se relevante qualquer decisão que possa influenciar razoavelmente o preço dos valores mobiliários de emissão da companhia de capital aberto ou a decisão dos investidores de comprar, vender ou manter esses valores mobiliários.

A CVM aprimorou a qualidade das informações que devem ser apresentadas nos arquivamentos periódicos pelos emissores de valores mobiliários, ao exigir que esses emissores arquivem o Formulário de Referência na CVM. Esse formulário foi baseado no modelo denominado "Shelf Registration System" da IOSCO, que reúne todas as informações do emissor em um único documento.



Regulamentação de gestão de ativos (*asset management*)

A regulamentação brasileira de gestão de ativos exige que os gestores de ativos tenham um registro prévio na CVM para prestarem serviços de gestão de carteiras e administração de fundos de investimento.

O Grupo Itaú Unibanco oferece diversos serviços relacionados aos mercados de capitais e, especificamente, executa atividades relacionadas a administração de fundos de investimento e gestão de carteiras com registro na CVM, de acordo com a regulamentação da CVM.

Na prestação desses serviços, nossas entidades envolvidas no negócio de gestão de ativos podem ser responsáveis, civil e administrativamente, por prejuízos resultantes de falhas na condução de nossas atividades.

A CVM tem poderes regulatórios para supervisionar essas atividades, incluindo a aplicação de multas e outras sanções aos gestores de ativos registrados.

Fundos de investidores estrangeiros

Em março de 2015, entrou em vigor uma nova estrutura regulatória emitida pelo CMN e pela CVM aplicável a (i) investimentos estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais brasileiros; e (ii) *depositary receipts*.

As mudanças mais significativas nas regras aplicáveis ao investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de capitais no Brasil introduzidas pela nova regulamentação são: (i) a exigência de que somente as instituições financeiras autorizadas a operar no Brasil podem atuar como representantes legais de investidores não residentes no Brasil, para fins de quaisquer investimentos feitos nos termos dessa regulamentação; (ii) esclarecimento das exigências referentes às operações simultâneas de câmbio (sem a efetiva transferência de dinheiro) relacionadas a investimentos estrangeiros; e (iii) esclarecimento sobre os tipos de investimentos que podem ser feitos por intermédio de uma conta de domiciliado no exterior mantida em um banco no Brasil.

A nova regulamentação também alterou as regras aplicáveis aos *depositary receipts*, ao permitir a emissão desses certificados com lastro em: (i) qualquer título ou valor mobiliário emitido por empresas brasileiras registradas junto à CVM (companhias abertas), em oposição às regras anteriores, que limitavam a emissão de *depositary receipts* lastreados apenas em ações; e (ii) instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras e outros tipos de instituições registradas junto à CVM e autorizadas pelo Banco Central, e que possam ser incluídos no Patrimônio de Referência da instituição financeira.

Certas alterações implementadas pela CVM relacionadas com registro, operações e divulgação de informações sobre investimentos estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais brasileiros têm como objetivo detalhar as atividades

de representantes legais, aumentar o escopo das transações particulares de investidores não residentes no Brasil e determinar as exceções de transferências entre investidores não residentes proibidas pelo CMN.

Regulamentação de internet e comércio eletrônico

Certos aspectos do comércio eletrônico são regulamentados, tais como a validade dos documentos eletrônicos no Brasil e as transações do comércio eletrônico sob a ótica da defesa do consumidor. A regulamentação atual destina-se a: (i) identificar com clareza o fornecedor e o produto comercializado pela internet; (ii) disponibilizar um canal de atendimento para os clientes em meio eletrônico; e (iii) garantir o direito de cancelamento e devolução dos pedidos feitos pela internet.

Além disso, as violações de computadores realizadas por *hackers* passaram a ser consideradas crime no Brasil em 2012.

Em vista do aumento do uso de canais eletrônicos no setor bancário brasileiro, o CMN promulgou diversas resoluções ao longo dos últimos anos de forma a prever ou estabelecer:

- a permissão para a abertura, por residentes brasileiros, de contas de depósito bancário por meios eletrônicos – internet, caixas eletrônicos, telefone e outros canais de comunicação – pelas quais as transferências de valores dessas contas devem ser feitas apenas entre contas do mesmo correntista ou, na hipótese de liquidação de produtos de investimento e fundos, de conta dos mesmos correntistas que possuam produtos ou fundos de investimentos;
- os requisitos referentes à verificação da identidade do cliente;
- todas as instituições financeiras que oferecem produtos e serviços por meios eletrônicos devem garantir a segurança, o sigilo e a confiança de todas as transações eletrônicas e divulgar, em termos claros e precisos, os riscos e as responsabilidades envolvendo o produto ou serviço adquirido por meio desses canais; e
- a abertura de contas de depósito e de poupança movimentáveis exclusivamente por meios eletrônicos.

Em 25 de abril de 2016, o CMN promulgou regulamentos sobre a abertura e o encerramento de contas bancárias por meio eletrônico sem as restrições descritas acima. Os bancos devem adotar procedimentos e controles para confirmar e garantir a identidade do cliente e a autenticidade das informações exigidas para abertura de conta. A regulamentação permite a utilização de assinaturas digitais e a coleta de assinaturas por meio de dispositivos eletrônicos. Os procedimentos e as tecnologias utilizadas na abertura e no encerramento de contas de depósito por meio eletrônico devem assegurar:

- I – integridade, autenticidade e confidencialidade das informações e dos documentos eletrônicos utilizados;
- II – proteção contra o acesso, o uso, a alteração, a reprodução



- e a destruição não autorizados de informações e documentos eletrônicos;
- III – produção de cópia de segurança das informações e dos documentos eletrônicos; e
- IV – rastreamento e auditoria dos procedimentos e das tecnologias empregados no processo.

Pela nova regulamentação, os clientes devem ter a opção de encerrar contas bancárias por meio eletrônico.

A Lei Federal nº 12.965/2014 e o Decreto Federal nº 8.771/2016 estabelecem a estrutura regulatória para prestação de serviços de Internet no Brasil e preveem princípios e regras a serem observados por prestadores de serviços e usuários de internet, incluindo proteção da privacidade e de dados pessoais e a preservação de neutralidade da rede.

A FEBRABAN estabeleceu uma regulamentação específica para a concessão de crédito por canais remotos (caixas eletrônicos, *call center* e *Internet banking*), por meio da qual prevê as diretrizes e os procedimentos mínimos para assegurar a confiabilidade, a qualidade, a transparência e a eficiência.

Regulamentação sobre agentes de pagamento e arranjos de pagamento

Uma lei brasileira promulgada em outubro de 2013 estabelece a estrutura legal para arranjos de pagamento (o conjunto de regras que regem um esquema de pagamento, como, por exemplo, uma operação de cartão de crédito ou débito) e para agentes de pagamento (qualquer agente que emite um instrumento de pagamento ou credencia um estabelecimento para aceitação de pagamento), que passaram a fazer parte do Sistema de Pagamento Brasileiro e estão sujeitos à supervisão pelo Banco Central. Apesar de regulamentados pelo Banco Central, os agentes de pagamento não são considerados instituições financeiras e estão proibidos de exercer atividades que sejam exclusivas de instituições financeiras.

Em novembro de 2013, o CMN e o Banco Central publicaram regras que regulamentam os arranjos de pagamento e os agentes de pagamento. Essa regulamentação determina, entre outras questões: (i) o cumprimento das regras de proteção ao consumidor e de combate à lavagem de dinheiro e a prevenção de perdas que devem ser seguidas por todas as entidades supervisionadas pelo Banco Central, quando atuarem como agentes de pagamento e instituidores de arranjo de pagamento; (ii) os procedimentos para a constituição, organização, autorização e funcionamento de agentes de pagamento, bem como para a transferência de controle, sujeitos à aprovação prévia do Banco Central; (iii) as exigências de capital; (iv) a definição de arranjos excluídos do Sistema de Pagamento Brasileiro; (v) as contas de pagamento que são segregadas em pré-pagas e pós-pagas; e (vi) uma exigência de liquidez para contas pré-pagas que requer que seu saldo seja alocado em uma conta especial no Banco Central ou investido em títulos públicos, começando com 20% em 2014 e aumentando gradualmente até atingir o saldo total da conta em 2019.

Em outubro de 2015, uma regulamentação foi publicada pelo Banco Central regulamentando as limitações em arranjos fechados de pagamento, o conceito de instituição de domicílio, a obrigação de câmaras de liquidação centralizadas para acordos de pagamento, e a transparência de regras de interoperacionalidade nos acordos e entre eles.

Prestação de serviços financeiros por meio de canais eletrônicos

Em 25 de abril de 2016, o CMN promulgou nova regulamentação, alterando as exceções à regra geral que obriga as instituições financeiras a fornecer ao cliente acesso a canais de serviços bancários tradicionais, estabelecendo que isso não é necessário para serviços de cobrança e recebimento baseados em contratos que prevejam meios exclusivamente canais eletrônicos.

Informações sobre desempenho de crédito

A legislação brasileira estabelece regras para a organização e a consulta de bancos de dados que compilam as informações do histórico de crédito de pessoas físicas e jurídicas. O Banco Central regulamenta o fornecimento de informações do histórico de crédito por instituições financeiras para esses bancos de dados e o compartilhamento dessas informações, sujeitando o fornecimento e o compartilhamento dessas informações à solicitação ou autorização expressa do cliente.

Código de proteção ao consumidor

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro (CDC) estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, aplicáveis às relações dos consumidores com fornecedores de produtos ou prestadores de serviços. Os tribunais superiores entendem que o CDC também se aplica às instituições financeiras.

Os direitos básicos dos consumidores que usam serviços de instituições financeiras são:

- inversão do ônus da prova em juízo;
- as instituições financeiras devem garantir informações adequadas e claras sobre os diferentes produtos e serviços oferecidos, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que os produtos apresentem;
- as instituições financeiras são proibidas de fazer publicidade ou divulgar informações abusivas ou enganosas com relação aos seus contratos e serviços, bem como de promover métodos comerciais impositivos ou desleais;
- as instituições financeiras são responsáveis por qualquer dano causado aos seus clientes em decorrência de imprecisões na publicidade ou nas informações fornecidas;
- a cobrança de juros relacionados com crédito pessoal e operações de crédito direcionadas aos consumidores precisa ser proporcionalmente reduzida em caso de pagamento antecipado de dívidas;
- a cobrança de dívida não pode expor o cliente a constrangimento ou ser feita em forma de ameaça; e



- os valores cobrados indevidamente poderão, em circunstâncias limitadas, ter que ser devolvidos em valor equivalente ao dobro do valor pago a maior. Essa regra não se aplica aos casos de erro justificável, como falha de sistema ou erro operacional.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando a promulgação de alterações ao Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor que, se convertidas em lei com a redação atual proposta, poderiam nos afetar de forma adversa. Por exemplo, um projeto de lei para alterar o Código de Defesa do Consumidor poderia permitir que os tribunais alterassem os termos e condições dos contratos de crédito em certas circunstâncias, impondo certas restrições à cobrança de consumidores finais. Além disso, os órgãos legislativos estaduais e municipais podem periodicamente considerar projetos de lei destinados a impor medidas de segurança e normas para atendimento aos clientes, como limites em filas e exigências de acessibilidade, que, se convertidos em lei, poderiam afetar as nossas operações. Mais recentemente, certos projetos de lei foram convertidos em lei (e outros foram propostos) em determinados estados ou municípios brasileiros, os quais impõem, ou pretendem impor, restrições à possibilidade dos credores de incluir dados de devedores insolventes em registros de serviços de proteção ao crédito, o que também poderia ter um efeito adverso sobre nossa capacidade de cobrar dívidas em atraso.

Regulamentação de auditores independentes

Segundo a regulamentação do CMN que disciplina as normas que regem os serviços de auditoria externa prestados às instituições financeiras, as demonstrações contábeis e as informações contábeis das instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes que (i) sejam devidamente registrados na CVM; (ii) sejam qualificados como especialistas em auditorias de bancos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON); e (iii) atendam às exigências que assegurem a independência do auditor.

Após emitidos pareceres por cinco exercícios sociais consecutivos, é obrigatório o rodízio do sócio de auditoria responsável e de todos os membros da equipe de auditoria com responsabilidades gerenciais; eles não poderão fazer parte da equipe de auditoria daquela instituição antes que tenham decorrido três exercícios fiscais a partir do rodízio.

A regulamentação do CMN também proíbe a contratação e a manutenção de auditores independentes por instituições financeiras no caso de (i) ocorrência de qualquer uma das circunstâncias de impedimento ou incompatibilidade da prestação de serviços de auditoria, previstas nas regras e nos regulamentos da CVM, do CFC ou do IBRACON; (ii) existência de participação acionária ou realização de transações financeiras (ativo ou passivo) na instituição financeira auditada, pela empresa de auditoria ou por membros da equipe de auditoria envolvida no trabalho de auditoria daquela instituição financeira; e (iii) os honorários a serem pagos pela instituição representarem 25% ou mais do faturamento anual

total da auditoria. Além disso, a instituição financeira auditada está proibida de contratar os sócios e os membros, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição financeira nos últimos 12 meses.

O auditor independente deve elaborar, além do parecer, os seguintes relatórios, conforme exigido pela regulamentação do CMN:

- avaliação dos controles internos e dos procedimentos de gestão de risco da instituição financeira, incluindo o sistema de processamento eletrônico de dados;
- descrição de qualquer não conformidade com dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, impacto significativo nas demonstrações contábeis auditadas ou nas operações da instituição financeira auditada; e
- outros relatórios exigidos pelo Banco Central.

Tais relatórios, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria deverão ser mantidos e ficar à disposição do Banco Central pelo período mínimo de cinco anos.

De acordo com a legislação brasileira, as nossas demonstrações contábeis devem ser elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Também elaboramos as demonstrações contábeis de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Consulte Contexto, item Contexto desse relatório, Sobre nossas informações contábeis para mais detalhes. As instituições financeiras devem ter suas demonstrações contábeis auditadas a cada seis meses. As informações financeiras trimestrais arquivadas na CVM devem ser revisadas pelos auditores independentes das instituições financeiras. A CVM requer que as empresas de capital aberto, inclusive as instituições financeiras, divulguem informações referentes a quaisquer serviços que não sejam de auditoria externa prestados por auditores independentes, que representem mais de 5% dos honorários relativos aos serviços prestados pela auditoria externa. Essas informações devem incluir o tipo de serviço, o valor contratado e o percentual que tal valor representa em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Consulte Nossa governança, item Comitê de auditoria para mais detalhes sobre honorários e serviços dos principais auditores.

Autorregulação

Somos signatários de códigos de autorregulação que estabelecem princípios, regras e recomendações de melhores práticas de governança corporativa e determinadas atividades, conforme aplicável. As entidades de autorregulação a que estamos sujeitos são: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), entre outras.



Tributação

Resumimos a seguir os principais tributos incidentes sobre as operações realizadas pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil. Esta descrição não representa uma análise abrangente de todas as considerações tributárias aplicáveis ao Grupo Itaú Unibanco. Para uma análise mais detalhada, recomendamos aos potenciais investidores que consultem seus assessores tributários. Os principais tributos aos quais estamos sujeitos, com suas respectivas alíquotas, estão apresentados a seguir:

Imposto	Alíquota	Base de cálculo do tributo
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	15,0% mais adicional de 10,0%	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido)	20,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 9,0% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)	4,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 7,6% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
PIS (Programa de Integração Social)	0,65% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 1,65% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	2,0% a 5,0%	Preço do serviço prestado
IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)	Depende do tipo de operação, conforme descrito a seguir	Valor nominal da operação

Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

De acordo com a legislação aplicável, nosso regime de apuração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) é o Lucro Real. De acordo com esse regime, nosso lucro tributável, sobre o qual incidirão o IRPJ e a CSLL, deve ser ajustado por meio de adições, deduções e exclusões como, por exemplo, despesas indedutíveis, custos operacionais e equivalência patrimonial, respectivamente.

O IRPJ incide a uma alíquota básica de 15%, e uma alíquota adicional de 10% é aplicável quando o montante total do lucro do período fiscal excede R\$ 20.000 ao mês ou R\$ 240.000 ao ano. Em outras palavras, a parte do nosso lucro que exceder referido limite será tributada por uma alíquota efetiva de 25%.

Atualmente, a CSLL incide sobre o nosso lucro tributável a uma alíquota de 20%, específica para instituições financeiras, companhias de seguros e empresas similares. Observamos que, em geral, essa alíquota é de 9,0% para pessoas jurídicas não financeiras. Entretanto, o Governo Federal aumentou essa alíquota inicialmente para 15% e depois para 20%. Apesar desse aumento, estamos, assim como outras instituições financeiras brasileiras, questionando a constitucionalidade dessa alíquota majorada de CSLL. Os valores em discussão são contabilizados na provisão para passivos fiscais em nosso balanço. Com respeito a essa matéria, vale a pena mencionar que, na mesma regra que aumentou a CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169), o Governo Federal também determinou que, a partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL será reduzida para 15%.

Como as demais pessoas jurídicas brasileiras, nossas empresas podem compensar os montantes históricos nominais de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores com os resultados produzidos em exercícios futuros, a qualquer momento (isto é, sem limitações quanto às restrições temporais), desde que essa compensação não ultrapasse o limite de 30% do lucro tributável do ano da compensação. Para fins de tributação

do IRPJ e da CSLL, as empresas devem considerar suas receitas auferidas no exterior e não apenas as receitas referentes às operações brasileiras. Dessa forma, os lucros, ganhos de capital e outras receitas auferidas no exterior pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil, suas agências, filiais, coligadas ou subsidiárias, também serão computados para apuração do lucro líquido dessas empresas. No entanto, a legislação brasileira nos permite deduzir do IRPJ devido no Brasil, e também da CSLL, os valores pagos de imposto de renda no exterior, desde que respeitados certos limites.

Imposto de renda de pessoas físicas e investidores estrangeiros

Em 22 de setembro de 2015, a Presidente da República Federativa do Brasil promulgou a Medida Provisória nº 692, ou MP 692, convertida na Lei nº 13.259 em 16 de março de 2016, que determinou o aumento da alíquota básica de 15% de imposto sobre o ganho de capital auferido por pessoa física, certas sociedades e investidores estrangeiros (pessoas físicas ou jurídicas) como resultado da alienação de bens e direitos em geral que ultrapassem R\$ 5 milhões, adotando um sistema de alíquotas progressivas que podem atingir 22,5% (para resultados positivos que ultrapassem R\$ 30 milhões). Uma vez que os ganhos de capital resultantes de operações realizadas por meio de bolsa de valores estão sujeitos a regulamentações tributárias específicas, não incluídas no escopo da Lei nº 13.259, é possível sustentar o posicionamento de que as disposições dessa regulamentação não deveriam ser aplicáveis a tais operações. Essa regulamentação se aplica desde 1º de janeiro de 2017. Para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal ou regime tributário privilegiado, os ganhos de capital permanecem sujeitos à incidência de imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 25%.



Contribuição para o programa de integração social e contribuição para o financiamento da seguridade social

Além do IRPJ e da CSLL, as pessoas jurídicas brasileiras estão sujeitas às seguintes contribuições sobre suas receitas: Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

De acordo com a legislação vigente, as instituições financeiras estão sujeitas ao regime de apuração cumulativo destas contribuições. Por meio desse regime, as instituições financeiras estão obrigadas ao recolhimento do PIS à alíquota de 0,65% e da COFINS à alíquota de 4,0%. O regime cumulativo apresenta alíquotas inferiores àquelas incidentes no regime não cumulativo, explicado a seguir, mas, em contrapartida, impede a utilização de créditos.

Algumas deduções adicionais são permitidas por lei às instituições financeiras, de forma que a base de cálculo é similar à margem de lucro. Algumas de nossas subsidiárias defendem que o PIS e a COFINS devem incidir somente sobre as receitas provenientes da venda de produtos e serviços e não sobre as receitas das atividades financeiras e outras atividades. Os valores em discussão são provisionados como contingências fiscais nos balanços dessas empresas.

A maioria das empresas não financeiras, por outro lado, está autorizada a recolher o PIS e a COFINS de acordo com o regime não cumulativo, pelo qual a contribuição ao PIS incide a uma alíquota de 1,65% e à COFINS a uma alíquota de 7,6%. A base de cálculo destes impostos é a receita bruta auferida pela entidade; entretanto, o contribuinte pode compensar créditos, calculados por meio da aplicação das mesmas alíquotas sobre o valor pago na compra de insumos usados no processo produtivo da entidade. Atualmente, segundo o regime não cumulativo, as receitas financeiras das empresas não financeiras estão sujeitas ao PIS e à COFINS à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, com exceção das receitas decorrentes do recebimento de juros sobre capital próprio,

que estão sujeitas ao PIS e à COFINS à alíquota de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Imposto sobre serviços de qualquer natureza

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e é cobrado diretamente pelo município no qual nossa agência ou escritório prestador de serviço está localizado. As alíquotas do imposto variam de 2,0% até o máximo de 5,0% dependendo do município em que o serviço é prestado e sua respectiva natureza.

Uma nova lei promulgada em 30 de dezembro de 2016 trouxe diversas alterações relacionadas com o ISS. Dentre a série de modificações ao ISS, a nova lei introduziu uma alíquota mínima de 2%. A legislação proposta originalmente aprovada pelo Congresso brasileiro previa alterações relacionadas com a apuração do ISS sobre novas atividades, tais como operações de cartão de crédito e de arrendamento mercantil, mas o Presidente vetou essas alterações. Após o procedimento legislativo, existe a possibilidade de o Congresso brasileiro derrubar o veto presidencial.

Imposto sobre operações financeiras

O IOF incide em alíquotas específicas e de acordo com a operação em questão, podendo ser alteradas por meio de decreto do Poder Executivo (o qual pode entrar em vigor a partir da data de sua publicação), não sendo necessária uma lei promulgada pelo Congresso Nacional.

A tabela a seguir resume as principais alíquotas do IOF incidentes sobre nossas operações. Mesmo assim, notamos que o IOF é um imposto muito abrangente. Dessa forma, para uma análise mais detalhada, recomendamos consultar seus assessores tributários.

Tipo de operação	Alíquotas aplicáveis (As alíquotas podem ser mudadas por decreto promulgado pelo governo brasileiro, até a alíquota máxima descrita a seguir; o decreto poderá entrar em vigor na data da sua publicação)
Operações de câmbio	IOF/Câmbio: zero a 6,38% (dependendo da operação) Alíquota máxima: 25%
Operações de seguros	IOF/Seguros: zero a 7,38% Alíquota máxima: 25%
Empréstimos e operações de crédito	IOF/Crédito: 0,0082% (pessoas físicas) ou 0,0041% (pessoas jurídicas) ao dia, até atingir 365 dias, mais 0,38% Alíquota máxima: 1,5% ao dia
Títulos	IOF/Títulos e valores mobiliários: zero a 1,5% como regra geral (pode ser maior) Alíquota máxima: 1,5% ao dia
Títulos – derivativos	IOF/Títulos – Derivativos: zero Alíquota máxima: 25%



Lei dos EUA de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras (FATCA)

A Lei de FATCA visa minimizar a evasão fiscal por parte de pessoas dos EUA (residentes fiscais para fins americanos) que investem em ativos estrangeiros, tanto por meio de suas próprias contas quanto por meio de investimentos em entidades estrangeiras. Ela exige que os agentes de retenções nos EUA, como o Itaú Unibanco, forneçam informações à Receita Federal dos Estados Unidos (Internal Revenue Service – IRS), referentes aos seus correntistas nos EUA, inclusive detentores substanciais de certas Entidades Estrangeiras Não Financeiras (Non-Financial Foreign Entity – NFFEs), e pessoas específicas dos EUA que tenham participação em certos meios de investimento sob gestão profissional e trustes conhecidos como Fideicomisso Documentado pelo Titular (Foreign Financial Institution – FFIs).

Na medida em que um agente de retenção nos EUA não consegue documentar devidamente a conta, ele será obrigado a reter 30% na fonte, de certos pagamentos de renda dos EUA, conforme estabelecido pela Lei de FATCA. Os rendimentos brutos da venda de bens que renderiam dividendos ou juros estão sujeitos à retenção na fonte nos EUA a partir de 1º de janeiro de 2019.

A lei fiscal dos EUA detalhou as regras para determinação da fonte de renda. São aplicadas regras diferentes para cada tipo de renda. Juros e dividendos, dois dos tipos mais importantes de renda para investidores, geralmente têm a fonte determinada por referência à residência do devedor. Os dividendos, especificamente, são tratados em geral como renda paga por uma empresa dos EUA com referência às suas ações, e os juros são em geral tratados como fonte de renda dos EUA quando do pagamento por um devedor dos EUA.

Os Estados Unidos colaboraram com outros governos para desenvolver Acordos Intergovernamentais (IGAs) para implementar a Lei de FATCA. Os IGAs, celebrados com jurisdições parceiras, facilitam a implementação eficaz e eficiente das regras de FATCA. O objetivo desses acordos é, essencialmente, remover os impedimentos legais locais para cumprimento da FATCA, compartilhar informações e reduzir os encargos incidentes sobre as FFIs localizadas em jurisdições parceiras.

Mais de 70 jurisdições são signatárias de um IGA, inclusive o Brasil, as Ilhas Cayman, a Suíça e o Reino Unido. Além disso, aproximadamente 30 outras jurisdições são consideradas como tendo um IGA em vigor. Alguns países assinaram um acordo de reciprocidade, o que significa que aqueles países (como o Brasil) e os EUA irão trocar automática e anualmente, em bases recíprocas, informações específicas sobre correntistas.

Há dois tipos de IGAs – o IGA Modelo 1, em que as FFIs locais precisam implementar procedimentos para abertura de contas e realizar a devida diligência para identificar contas dos EUA e informá-las à autoridade fiscal local para intercâmbio com a Autoridade Tributária Estadunidense (IRS) – exemplos de países com o IGA Modelo 1 são Brasil, Ilhas Cayman, Bahamas, Peru e Colômbia, e o IGA Modelo 2, em que as FFIs podem

implementar procedimentos para abertura de contas e de devida diligência para identificar contas dos EUA e informá-las diretamente à autoridade tributária estadunidense (IRS) – exemplos de países com o IGA Modelo 2 são Suíça, Chile, Paraguai e Japão.

Os governos do Brasil e dos EUA celebraram um Acordo de Cooperação Intergovernamental (IGA) Modelo 1 em 23 de setembro de 2014, em vigor no Brasil desde 24 de agosto de 2015, após aprovação do Congresso brasileiro, ratificação da Presidência da República e promulgação do Decreto nº 8.506 (IGA-BR).

Nos termos do IGA-BR, as instituições financeiras e outras entidades brasileiras sujeitas às exigências de divulgação da Lei de FATCA devem, em geral, fornecer informações sobre pessoas dos EUA que sejam titulares de contas no Brasil às autoridades fiscais brasileiras, que compartilharão essas informações com a Receita Federal dos Estados Unidos.

Além disso, a Instrução Normativa nº 1.680, datada de 28 de dezembro de 2016, foi promulgada para introduzir o chamado Padrão de Declaração Comum (Common Reporting Standard – CRS) no Brasil, com o intuito de implementar um sistema de identificação de contas financeiras semelhante ao da Lei de FATCA. O CRS é o resultado de discussões sobre a necessidade da troca de informações entre autoridades fiscais de diversos países no contexto do Projeto Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (Base Erosion and Profit Shifting – BEPS), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). Ainda nesse sentido, uma obrigação acessória denominada “e-financeira”, prevista pela Instrução Normativa nº 1.571, datada de 2 de julho de 2016, será o relatório obrigatoriamente apresentado pelas instituições financeiras para atender às exigências da FATCA e do CRS.

Adicionalmente, em 6 de maio de 2016, as autoridades fiscais brasileiras emitiram a Instrução Normativa nº 1.634, vigente a partir de 1º de janeiro de 2017, que alterou a regulamentação aplicável ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Essa regulamentação introduziu uma nova regra que prevê uma obrigação complementar pela qual certas entidades devem indicar o “Beneficiário Final” em cada CNPJ, que é definido como a pessoa natural que, em última instância, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente a entidade ou em nome da qual uma transação é conduzida.

Foi promulgada também a Instrução Normativa nº 1.681 em 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade da entrega anual da chamada Declaração País-a-País, uma obrigação complementar também decorrente das discussões no âmbito do Projeto BEPS, junto à Receita Federal do Brasil (RFB), que também se espera que troque essas informações com as autoridades fiscais de outros países.

De acordo com a Lei de FATCA, o emissor ou qualquer outra instituição financeira sujeita às exigências de divulgação da Lei de FATCA, para a qual, ou por intermédio da qual, seja realizado qualquer pagamento referente a ações preferenciais



ou ADSs, poderá ser obrigado, nos termos do acordo IGA-BR ou da legislação aplicável: (i) a solicitar certas informações de detentores ou usufrutuários de nossas ações preferenciais ou ADSs, sendo que tais informações poderão ser fornecidas à autoridade fiscal dos EUA (IRS); e (ii) a reter o imposto federal estadunidense à alíquota de 30% sobre a totalidade ou parte dos pagamentos considerados pagamentos sujeitos a retenção feitos após 31 de dezembro de 2018, referentes às ações preferenciais ou ADSs, se essas informações não forem fornecidas devidamente pelo detentor ou usufrutuário (designado na Lei de FATCA como “correntista recalcitrante”). Se o emissor ou qualquer outra pessoa for obrigado a reter valores nos termos da Lei de FATCA, ou relacionados a ela, de quaisquer pagamentos feitos com referência a ações preferenciais ou ADSs, os detentores ou usufrutuários dessas ações preferenciais ou ADSs não terão direito de receber qualquer reembolso do imposto ou nem qualquer outro valor adicional para compensar a retenção.

A descrição acima baseia-se na orientação emitida até esta data, pelo Departamento do Tesouro dos EUA, e inclui a regulamentação final do Tesouro e a IGA-BR. Futuras orientações poderão afetar a aplicação da Lei de FATCA em relação às ações preferenciais ou ADSs.

Controles cambiais

Pessoas físicas ou pessoas jurídicas, domiciliadas fora do Brasil podem deter nossas ações por meio de ADSs negociadas em bolsa de valores dos EUA ou de investimentos diretos no mercado brasileiro.

Entretanto, o direito de converter em moeda estrangeira os pagamentos de dividendos e resultados das vendas de nossas ações, no mercado brasileiro e remeter esses montantes para o exterior está sujeito às restrições da legislação sobre investimentos estrangeiros e moeda estrangeira. Esta legislação geralmente exige, entre outras coisas, evidências documentais que estabeleçam a legalidade

e a fundamentação econômica da operação de câmbio e que o investimento em questão seja registrado no Banco Central do Brasil e na CVM, conforme aplicável.

Caso o investimento em nossas ações seja feito por meio de ADSs, os detentores de ADSs terão um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro obtido no Brasil pelo custodiante de ações preferenciais correspondentes às ADSs, o qual permite ao banco depositário converter dividendos e outras distribuições referentes às ações preferenciais subjacentes às ADSs em moeda estrangeira e remeter os resultados financeiros para o exterior.

Se o investimento em nossas ações for feito diretamente no mercado brasileiro, esse investimento precisará ser registrado diretamente no Banco Central como (i) investimento estrangeiro direto, Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto (RDE-IED), ou (ii) investimento em portfólio, Registro Declaratório Eletrônico – Portfólio (RDE – Portfólio).

O investimento estrangeiro direto (RDE-IED) permite que investidores não residentes detenham ações de empresas no Brasil, embora limite a capacidade do investidor de negociar essas ações no mercado de capitais brasileiro. Por outro lado, o investimento em portfólio (RDE – Portfólio) dá direito a certos investidores estrangeiros de investir não apenas em ações, mas também em quase todos os ativos financeiros e títulos e valores mobiliários e a realizar diversas operações disponíveis nos mercados financeiros e de capitais brasileiros, contanto que certas exigências da regulamentação sejam atendidas.

O Registro no RDE – Portfólio proporciona tratamento fiscal favorável a investidores que não são residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, conforme definido pela legislação fiscal brasileira.





5_Desempenho

Conheça os detalhes de nossa performance financeira em 2016

Desempenho

Mensagem do Chief Financial Officer GRI 102-14



Caro(a) leitor(a),

No Itaú Unibanco, trabalhamos para manter uma performance sustentável, com o objetivo de gerar valor a nossos diversos *stakeholders*. Para isso, buscamos um relacionamento transparente e próximo a nossos clientes, parceiros comerciais, acionistas, investidores e agentes de mercados de capitais, reportando tempestivamente nossos resultados, riscos e estratégias.

Para nos tornarmos cada vez mais acessíveis ao mercado, investimos em diversas iniciativas de comunicação. Há alguns anos, unificamos nosso relatório anual, formulário 20-F, relatório de sustentabilidade e prospecto de dívida neste Relatório Anual Consolidado, de modo a centralizar e homogeneizar a forma com que apresentamos as informações relevantes do banco. Em 2016, realizamos 16 reuniões públicas sobre nossos resultados, estratégias e perspectivas, através da API MEC, e participamos de 30 conferências e 9 *road shows*, no Brasil e no exterior.

Este relatório contempla o histórico do banco, suas estratégias, principais negócios, riscos e resultados, ao longo de seis capítulos. Convido todos a entenderem um pouco mais sobre as mudanças na estrutura de nosso Comitê Executivo, e a conhecer seus membros no capítulo Nossa Governança. Na [seção sobre gestão de riscos](#), [você podem conhecer melhor nossa Cultura de Risco](#), instrumento importante para garantir que todos nossos

colaboradores tomem riscos conscientemente. Além de políticas, procedimentos e processos, a Cultura de Risco fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores na gestão dos riscos inerentes às atividades executadas. Nesse mesmo capítulo, também descrevemos nossos fatores de risco, que representam os principais eventos que poderiam impactar significativamente nossos negócios.

No capítulo sobre Performance, convido todos a entenderem detalhadamente o resultado do ano de 2016 do Itaú Unibanco em IFRS. Aqui, você encontra o resultado da aplicação da estratégia descrita ao longo do relatório através de nossos principais números.

Hoje, já somos o maior banco privado da América Latina e uma das 20 maiores instituições financeiras em valor de mercado do mundo. Estamos presentes em 19 países, com um time que soma mais de 90 mil colaboradores, que trabalham pela satisfação de nossos clientes. Temos novos desafios à frente e eles nos motivam a seguir na construção de um banco cada vez mais sustentável, transparente e tecnológico.

Em novembro de 2016, anunciamos diversas mudanças no Comitê Executivo do banco, entre elas a minha indicação para Diretor Geral de Atacado. Desejo ao Caio Ibrahim David, que assume a posição de CFO e CRO do Itaú Unibanco Holding, muito sucesso em sua nova jornada.

Nossa equipe está sempre à disposição de todos os interessados em conhecer melhor o banco, por meio dos seguintes canais de comunicação: site de Relações com Investidores (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores) e nossas páginas no [Facebook](https://www.facebook.com/itaunibancori) ([facebook.com/itaunibancori](https://www.facebook.com/itaunibancori)) e no [Twitter](https://twitter.com/itaunibanco) ([@itaunibanco](https://twitter.com/itaunibanco)). Agradecemos eventuais sugestões no endereço de e-mail: relacoes.investidores@itaunibanco.com.br.

Desejo a todos uma ótima leitura.

Cordialmente,

Eduardo Vassimon
CFO & CRO em 2016



Desempenho financeiro

Principais políticas contábeis

Informações gerais

A elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas, incluídas neste Relatório Anual Consolidado, envolve algumas premissas baseadas em nossa experiência histórica e em outros fatores que consideramos razoáveis e importantes. Embora revisemos as estimativas e premissas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e o resultado das nossas operações frequentemente exige julgamento por parte da nossa administração com relação aos efeitos sobre nossa situação financeira e o resultado de nossas operações. Os comentários a seguir descrevem os aspectos que requerem julgamento significativo, ou que envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem diferir daqueles estimados, segundo diferentes variáveis, premissas ou condições.

Uso de estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis completas, de acordo com o IFRS, exige que a administração faça estimativas e premissas que afetam os valores informados dos ativos e passivos, na data das demonstrações contábeis completas, bem como os valores informados de receita e despesa, e ganhos e perdas, durante o período do relatório, uma vez que os resultados reais podem diferir dos resultados obtidos com base nessas estimativas e premissas.

Todas as estimativas e premissas adotadas pela administração estão em conformidade com o IFRS e representam as melhores estimativas, feitas de acordo com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados de forma contínua, a partir de experiências passadas e outros fatores.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 2.3 – Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos](#), para mais detalhes.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está relacionada à nossa estimativa de prováveis perdas da carteira de operações de crédito no final de cada período de relatório. Para determinar o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a carteira é classificada em duas categorias, para as quais são utilizadas metodologias específicas para estimar os prejuízos, sendo os empréstimos e arrendamentos analisados individualmente ou coletivamente.

- Empréstimos e arrendamentos analisados individualmente (correspondem à nossa carteira de grandes empresas): a análise individual é feita para a verificação da redução ao valor recuperável (*impairment*). Para aqueles empréstimos considerados como tendo seu valor recuperável reduzido, determinamos o valor da provisão com base na expectativa dos fluxos de caixa da companhia beneficiária do empréstimo. Para os demais empréstimos, analisados individualmente, são classificados com base em fatores de risco e os prejuízos inerentes para cada classificação são estimados com base em nossa experiência histórica, envolvendo julgamentos relacionados à identificação dos fatores de risco e à atribuição de uma classificação.
- Empréstimos analisados coletivamente (correspondem às carteiras (i) de pessoas físicas; (ii) de micro, pequenas e médias empresas; e (iii) de unidades externas – América Latina): são subdivididos em classes, quando apropriado, com base em seus riscos e características subjacentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada por carteira, com base na experiência histórica e por meio de julgamentos e premissas.

Muitos fatores afetam a estimativa de perdas em cada uma das categorias cuja provisão é estimada para a carteira como um todo, tais como a metodologia usada para quantificar a inadimplência histórica e o período histórico a ser considerado. Além disso, os fatores que afetam o valor específico das provisões a serem registradas são subjetivos e incluem as condições econômicas e políticas, as tendências de qualidade de crédito, e o volume e crescimento verificados em cada carteira. Apresentamos a seguir as informações sobre nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa:



Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12/31/2016	12/31/2015	12/31/2014	12/31/2013	12/31/2012
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
Saldo reconhecido no balanço patrimonial no início do período	26.844	22.392	22.235	25.713	23.873
Baixas	(24.251)	(20.065)	(18.675)	(21.769)	(22.142)
Pessoas físicas	(13.682)	(11.235)	(12.668)	(13.541)	(12.317)
Cartão de crédito	(4.905)	(4.055)	(3.784)	(3.513)	(4.073)
Crédito pessoal	(6.745)	(5.221)	(5.150)	(6.247)	(4.895)
Crédito consignado	(1.273)	(622)	(429)	(480)	(472)
Veículos	(709)	(1.294)	(3.254)	(3.263)	(2.840)
Crédito imobiliário	(50)	(43)	(51)	(38)	(37)
Grandes empresas	(4.985)	(4.321)	(672)	(478)	(556)
Micro, pequenas e médias empresas	(4.267)	(3.981)	(4.992)	(7.573)	(9.209)
Unidades externas – América Latina	(1.317)	(528)	(343)	(177)	(60)
Despesa reconhecida na demonstração do resultado	24.379	24.517	18.832	17.856	23.982
Saldo reconhecido no balanço patrimonial no final do período⁽¹⁾	26.972	26.844	22.392	22.235	25.713
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.742	4.779	5.054	5.061	4.663
Pessoas físicas	1.397	1.886	2.077	2.058	1.917
Cartão de crédito	450	590	663	653	515
Crédito pessoal	426	563	577	525	427
Crédito consignado	341	458	453	278	172
Veículos	118	202	324	499	656
Crédito imobiliário	62	73	60	103	147
Grandes empresas	929	1.537	1.642	1.602	1.380
Micro, pequenas e médias empresas	450	666	769	891	976
Unidades externas – América Latina	966	690	566	510	390
Baixas líquidas	(20.509)	(15.286)	(13.621)	(16.708)	(17.479)
Relação de baixas durante o período sobre a média dos empréstimos em aberto no período (%)	5,0	4,3	4,4	5,7	6,2
Relação de baixas líquidas durante o período sobre a média dos empréstimos em aberto no período (%)	4,2	3,3	3,2	4,4	4,9
Relação da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total de operações de crédito e arrendamento mercantil (%)	5,5	5,7	4,9	5,4	7,0

(1) O valor contábil dos créditos para pessoas físicas cresceu R\$ 435 milhões em 2013 devido à aquisição de empresas conforme explicado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, baixamos o montante total de R\$ 24.251 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 5,5%. O aumento no volume de créditos baixados do exercício anterior é resultado da piora do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, baixamos o montante total de R\$ 20.065 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 5,7%. O aumento no volume de créditos baixados do exercício anterior é resultado da piora do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, baixamos o montante total de R\$ 18.675 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 4,9%. A diminuição no volume de créditos baixados do exercício anterior é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando

em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baixamos o montante total de R\$ 21.769 milhões da nossa carteira de crédito e o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos chegou a 5,4%. A diminuição no volume de créditos baixados é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, baixamos o montante total de R\$ 22.142 milhões da nossa carteira de crédito e o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos chegou a 7,0%. Isso representa um aumento no volume de créditos baixados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, quando baixamos o montante total de R\$ 16.159 milhões. Esse aumento é decorrente do aumento da inadimplência em 2011 e início de 2012, associado ao aumento no volume da nossa carteira de cartões de crédito, empréstimos pessoais, e clientes pequenas e médias empresas.



Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem, principalmente, os títulos e valores mobiliários classificados como “mantidos para negociação” e “disponíveis para venda”, e outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os títulos e valores mobiliários classificados como “mantidos até o vencimento” são registrados no balanço patrimonial pelo custo histórico amortizado, e seus valores justos correspondentes são apresentados nas notas explicativas às nossas demonstrações contábeis completas. Apresentamos a seguir informações sobre o valor justo de nossos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Instrumentos financeiros registrados por valor justo	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
	(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Ativos			
Mantidos para negociação	204.648	164.311	132.944
Designados a valor justo através do resultado	1.191	642	733
Derivativos	24.231	26.755	14.156
Disponível para venda	88.277	86.045	78.360
Total	318.347	277.753	226.193
Derivativos/Ativo total	7,6%	9,6%	6,3%
Passivo			
Mantidos para negociação	519	412	520
Derivativos	24.698	31.071	17.350
Total	25.217	31.483	17.870
Derivativos/Passivo total	97,9%	98,7%	97,1%

Apuramos o valor justo de nossos instrumentos financeiros com base no International Financial Reporting Standard 13 (IFRS 13), que define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

De acordo com o IFRS 13, existem diferentes níveis de dados que podem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como níveis 1, 2 e 3.

- Nível 1: os dados observáveis refletem os preços cotados (não ajustados) de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos;
- Nível 2: os dados observáveis refletem as informações de ativos e passivos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) observáveis, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: as informações de ativos e passivos não baseadas em dados de mercado observáveis, devido à sua pouca atividade de mercado na data de mensuração. Apresentamos a seguir informações sobre nossos instrumentos financeiros de Nível 3, em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Nível 3	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
	(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Mantidos para negociação	1.005	60	790
Disponíveis para venda	9.534	4.259	5.404
Derivativos (líquido)	461	1.218	77
Total	11.000	5.537	6.271
(Mantidos para negociação + Disponíveis para venda)/Total Nível 3	95,8%	78,0%	98,8%

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros](#) para mais detalhes.

Também é necessário julgamento para determinar se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, sofreu redução ao seu valor recuperável. Caso haja essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, a perda cumulativa, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, é reconhecida na demonstração do resultado. Os principais fatores usados pela administração para determinar se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro tenha sofrido perda por redução ao valor recuperável incluem o período observado, o grau de perda, se fomos obrigados a vender os títulos antes da recuperação, e a expectativa, na data da análise, da possibilidade de realização do valor mobiliário. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas](#), para mais detalhes sobre as principais políticas contábeis.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, inclusive ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas de nossa administração, levando em consideração o parecer de assessores legais, quando existe a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, e o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas com base na probabilidade de perdas, como segue:

- Prováveis: passivos são reconhecidos na rubrica “provisões” em nosso balanço patrimonial consolidado;
- Possíveis: passivos são divulgados em nossas demonstrações completas, mas nenhuma provisão é registrada; e
- Remotas: passivos não requerem provisão e nem divulgação.



Os passivos contingentes para os quais são registradas provisões e aqueles com probabilidade de perda classificada como possível são avaliados com base em nossas melhores estimativas, para as quais utilizamos modelos e critérios que permitam uma avaliação adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Alterações significativas nas normas contábeis

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 2.2 – Novos Pronunciamentos, e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes](#) para mais detalhes sobre mudanças significativas nas normas contábeis.

Práticas contábeis adotadas no Brasil

Nossos livros e registros são mantidos em reais, a moeda de curso legal no Brasil, e as nossas Demonstrações Contábeis Completas, para propósitos estatutários e regulatórios, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo do Banco Central (BACEN), BRGAAP. Os princípios e as normas contábeis, geralmente aplicáveis segundo o BRGAAP, incluem aqueles estabelecidos por meio da legislação societária brasileira, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – cujo início de emissão de normas foi em 2007 –, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No caso de instituições sujeitas às regras do Banco Central, caso do Itaú Unibanco Holding, a aplicação dos pronunciamentos contábeis emitidos por entidades como o CPC depende da aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que também estabelece a data de vigência de quaisquer pronunciamentos relacionados às instituições financeiras. Além disso, a CVM e outros órgãos reguladores brasileiros, como a SUSEP e o Banco Central, emitem diretrizes complementares específicas ao setor.

Regulamentação aplicável para apresentação das demonstrações contábeis completas

A regulamentação brasileira estabelece regras específicas para a consolidação das Demonstrações Contábeis Completas pelas instituições financeiras. De acordo com as normas atuais do Banco Central, as instituições financeiras, com exceção de cooperativas de crédito, são obrigadas a preparar Demonstrações Contábeis Consolidadas, incluindo investimentos em companhias que os detêm, direta

ou indiretamente, individual ou conjuntamente, e com relação aos quais essas instituições financeiras possuem (i) o direito de nomear ou designar a maioria do conselho de administração da companhia; (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos diretores e conselheiros da companhia; e/ou (iii) o controle operacional ou societário. Essa regulamentação aplica-se a todo o grupo ao qual a instituição financeira pertence.

Ativos

Carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Informações gerais

Apresentamos a seguir a nossa carteira de ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Os valores excluem nossos investimentos em títulos de empresas não consolidadas. Para mais informações sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 13 – Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto](#). Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados ao valor justo e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 2 – Principais Políticas Contábeis](#) para mais detalhes.

Em 31 de dezembro de 2016, detínhamos títulos emitidos pelo governo federal brasileiro, classificados como títulos públicos do governo brasileiro – no país, com valor contábil e valor de mercado agregado de R\$ 221.973 milhões e R\$ 222.331 milhões, respectivamente, representando 164,92% de nosso patrimônio líquido consolidado nessa data. Em 31 de dezembro de 2016, não detínhamos títulos de nenhum outro emissor que, no valor contábil agregado, representassem mais de 10% de nosso patrimônio líquido consolidado. Isso se deve à nossa gestão conservadora de ativos e passivos e à nossa liquidez em moeda local, mantida em títulos emitidos pelo governo federal brasileiro. Além disso, os títulos emitidos pelo governo federal são aceitos como depósitos em nossas operações na BM&FBovespa.



Mantidos para negociação

Apresentamos a seguir os ativos adquiridos e incorridos, principalmente com o intuito de venda em curto prazo, ou quando são parte de uma carteira de instrumentos financeiros administrados como um todo e para os quais existe um histórico recente de vendas em curto prazo. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 7 – Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado](#) para mais detalhes.

	Em 31 de dezembro de					
	2016	% of total	2015	% of total	2014	% do total
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Ativos financeiros mantidos para negociação	204.648	100,0	164.311	100,0	132.944	100,0
Fundos de investimento	1.173	0,6	1.051	0,6	870	0,7
Títulos públicos – governo brasileiro	165.349	80,8	121.484	73,9	88.307	66,4
Títulos públicos do governo brasileiro	160.024	78,2	117.053	71,2	86.393	65,0
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	5.325	2,6	4.431	2,7	1.914	1,4
Títulos públicos – exterior	3.735	1,8	1.149	0,7	1.540	1,2
Argentina	651	0,3	696	0,4	628	0,5
Estados Unidos	78	0,0	132	0,1	448	0,3
México	6	0,0	3	0,0	3	0,0
Chile	127	0,1	36	0,0	132	0,1
Paraguai	88	0,0	68	0,0	128	0,1
Uruguai	32	0,0	40	0,0	41	0,0
Colômbia	2.669	1,3	72	0,0	88	0,1
Outros	84	0,0	102	0,1	72	0,1
Títulos de dívida de empresas	34.391	16,8	40.627	24,7	42.227	31,8
Ações negociáveis	2.491	1,2	2.161	1,3	2.351	1,8
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1	-
Certificados de depósito bancário	1.824	0,9	2.583	1,6	3.281	2,5
Debêntures	3.190	1,6	4.522	2,8	4.243	3,2
Eurobonds e assemelhados	662	0,3	991	0,6	1.061	0,8
Letras financeiras	25.893	12,6	30.367	18,5	30.711	23,1
Notas promissórias	-	-	-	-	577	0,4
Outros	331	0,2	3	0,0	2	0,0
Ativos financeiros mantidos para negociação como porcentagem do total do ativo	15,1%		12,9%		11,8%	

Destacamos que os títulos do governo brasileiro representaram mais de 78,2% da nossa carteira de títulos mantidos para negociação em 2016. Esses títulos, classificados como “Mantidos para Negociação” representaram 11,8% do total de ativos no mesmo período. Consulte Nossa gestão de riscos, item Fatores de risco, temos exposição financeira significativa à Dívida do Governo Federal brasileiro.

Disponíveis para venda

Relacionamos a seguir os ativos financeiros que, de acordo com o entendimento da administração, podem ser vendidos em resposta ou em antecipação às alterações nas condições de mercado e não são classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, como empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 10 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda](#) para mais detalhes.

	Em 31 de dezembro de					
	2016	% do total	2015	% do total	2014	% do total
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Ativos financeiros disponíveis para venda	88.277	100,0	86.045	100,0	78.360	100,0
Fundos de investimento	42	0,0	218	0,3	141	0,2
Títulos públicos – governo brasileiro	32.003	36,3	29.108	33,8	25.625	32,7
Títulos públicos do governo brasileiro	17.938	20,3	11.796	13,7	14.391	18,4
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	14.065	15,9	17.312	20,1	11.234	14,3
Títulos públicos – exterior	14.472	16,4	9.883	11,5	8.619	11,0
Estados Unidos	1.427	1,6	2.022	2,3	726	0,9
Itália	-	-	-	-	70	0,1

	Em 31 de dezembro de					
	2016	% do total	2015	% do total	2014	% do total
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Dinamarca	819	0,9	2.548	3,0	2.699	3,4
Espanha	923	1,0	1.060	1,2	783	1,0
Coréia	2.673	3,0	1.626	1,9	1.782	2,3
Chile	5.844	6,6	1.407	1,6	1.119	1,4
Paraguai	1.111	1,3	912	1,1	849	1,1
Uruguai	411	0,5	178	0,2	243	0,3
Colômbia	1.155	1,3	-	-	-	-
Bélgica	-	-	-	-	57	0,1
França	-	-	-	-	133	0,2
Holanda	101	0,1	122	0,1	151	0,2
Outros	8	0,0	8	0,0	7	0,0
Títulos de dívida de empresas	41.760	47,3	46.836	54,4	43.975	56,1
Ações negociáveis	1.385	1,6	928	1,1	1.999	2,6
Certificados de recebíveis imobiliários	2.095	2,4	2.037	2,4	2.522	3,2
Certificados de depósito bancário	2.641	3,0	1.573	1,8	1.281	1,6
Debêntures	21.170	24,0	22.835	26,5	20.245	25,8
Eurobonds e assemelhados	7.715	8,7	10.112	11,8	6.707	8,6
Notas promissórias	2.173	2,5	991	1,2	1.397	1,8
Cédula de produtor rural	1.425	1,6	1.130	1,3	1.408	1,8
Letras financeiras	2.816	3,2	6.846	8,0	8.005	10,2
Outros	340	0,4	384	0,4	411	0,5
Ativos financeiros disponíveis para venda como porcentagem do total do ativo	6,5%		6,7%		7,0%	

Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívidas de empresas representaram 20,3% e 47,3%, respectivamente, de nossa carteira de títulos disponíveis para venda em 2016. Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívidas de empresas, classificados como títulos disponíveis para venda, usados como proteção à nossa carteira de dívida subordinada, representaram 1,3% e 3,1%, respectivamente, do nosso total de ativos no mesmo período.

Mantidos até o vencimento

Relacionamos a seguir os ativos financeiros não derivativos, os quais temos a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 11 – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento](#) para mais detalhes.

	Em 31 de dezembro de					
	2016	% do total	2015	% do total	2014	% do total
(In millions of R\$, except percentages)						
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	40.495	100,0	42.185	100,0	34.434	100,0
Títulos públicos – governo brasileiro	24.979	61,7	26.509	62,9	20.859	60,6
Títulos públicos do governo brasileiro	12.937	31,9	11.721	27,8	10.555	30,7
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	12.042	29,7	14.788	35,1	10.304	29,9
Títulos públicos – exterior	539	1,3	15	-	26	0,1
Títulos de dívida de empresas	14.977	37,0	15.661	37,1	13.549	39,3
Debêntures	12	0,0	-	-	-	-
Eurobonds e assemelhados	18	0,0	4	0,0	2	0,0
Certificados de recebíveis imobiliários	14.487	35,8	15.657	37,1	13.547	39,3
Outros	460	1,1	-	-	-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento como porcentagem do total do ativo	3,0%		3,3%		3,1%	

Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*), conforme determinado pela regulamentação brasileira. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 8 – Derivativos](#) para mais detalhes. Nossa carteira de derivativos (ativos e passivos) é composta por futuros, termos, *swaps*, opções e derivativos de crédito, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	Em 31 de dezembro de					
	2016	% do total	2015	% do total	2014	% do total
	(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
Ativo						
Contratos de futuros	127	0,5	529	2,0	-	-
Contratos de opções	4.792	19,8	5.583	20,9	2.872	20,2
Contratos a termo (Brasil)	4.971	20,5	3.166	11,8	2.394	16,9
Contratos de swaps – ajuste a receber	10.542	43,5	9.147	34,2	4.816	34,0
Derivativos de crédito – instituições financeiras	181	0,7	614	2,3	122	0,9
Contratos a termo (offshore)	3.459	14,3	3.430	12,8	2.106	14,9
Verificação de swap – empresas	88	0,4	355	1,3	93	0,7
Outros	71	0,3	3.931	14,7	1.753	12,4
Total de instrumentos financeiros derivativos – ativo	24.231	100,0	26.755	100,0	14.156	100,0
Instrumentos financeiros derivativos como porcentagem do total do ativo	1,8%		2,1%		1,3%	
Passivo						
Contratos de futuros	-	-	-	-	(354)	2,0
Contratos de opções	(4.552)	18,4	(5.783)	18,6	(3.057)	17,6
Contratos a termo (Brasil)	(3.530)	14,3	(833)	2,6	(682)	3,9
Contratos de swaps – ajuste a pagar	(13.221)	53,5	(16.331)	52,6	(9.534)	55,0
Derivativos de crédito	(147)	0,6	(875)	2,8	(179)	1,1
Contratos a termo (offshore)	(2.825)	11,5	(3.142)	10,1	(1.693)	9,8
Verificação de swap – empresas	(353)	1,4	(545)	1,8	(229)	1,3
Outros – empresas	(70)	0,3	(3.562)	11,5	(1.622)	9,3
Total de instrumentos financeiros derivativos – passivo	(24.698)	100,0	(31.071)	100,0	(17.350)	100,0
Instrumentos financeiros derivativos como porcentagem do total do ativo e patrimônio líquido	1,8%		2,4%		1,5%	

Distribuição de nossos ativos financeiros por vencimento	Em 31 de dezembro de 2016						
	Sem vencimento determinado	Vencimento em 1 ano ou menos	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento entre 5 anos e 10 anos	Vencimento após 10 anos	Total	
	R\$ Rendimento médio (%)	R\$ Rendimento médio (%)	R\$ Rendimento médio (%)	R\$ Rendimento médio (%)	R\$ Rendimento médio (%)	R\$ Rendimento médio (%)	R\$ Rendimento médio (%)
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Ativos financeiros mantidos para negociação, a valor justo	3.206	31.000	118.050	42.284	10.108	204.648	
Fundos de investimento ⁽¹⁾	1.056	- 116	- -	- -	- -	- 1.173	-
Títulos públicos – governo brasileiro	-	12.948	101.012	41.398	9.991	165.349	
Títulos públicos do governo brasileiro	-	12.172	2,6 97.805	1,9 40.174	1,4 9.872	0,5 160.024	1,8
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	775	0,6 3.207	8,4 1.223	3,0 119	22,9 5.325	6,3
Títulos públicos – exterior	-	2.121	- 1.271	- 269	- 74	- 3.735	
Argentina	-	618	2,2 30	5,6 3	6,3 0	6,8 651	2,3
Estados Unidos	-	78	0,1 -	- -	- -	- 78	0,1
México	-	-	3 11,0	1 5,4	2 16,8	6 12,3	
Chile	-	5	- 87	0,4 25	0,1 9	- 127	0,3
Paraguai	-	88	0,1 -	- -	- -	- 88	0,1
Uruguai	-	31	4,0 -	- 0	18,4 1	13,5 32	4,2
Colômbia	-	1.247	1,6 1.123	2,1 240	4,4 60	3,9 2.669	2,1
Outros	-	55	- 28	0,0 -	- 1	32,4 84	0,3
Títulos de dívida de empresas	2.491	15.473	- 15.767	- 617	- 43	- 34.391	
Ações negociáveis	2.491	- -	- -	- -	- -	- 2.491	0,0
Certificados de depósito bancário	-	1.806	1,4 18	0,1 -	- -	- 1.824	1,4
Debêntures	-	460	0,3 2.490	6,8 240	19,4 -	- 3.190	6,8

(1) Os rendimentos médios não são demonstrados para esses títulos, pois tais rendimentos não são significativos porque os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos foram excluídos do cálculo do total de rendimentos.

Em 31 de dezembro de 2016

Distribuição de nossos ativos financeiros por vencimento	Sem vencimento determinado		Vencimento em 1 ano ou menos		Vencimento entre 1 ano e 5 anos		Vencimento entre 5 anos e 10 anos		Vencimento após 10 anos		Total	
	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)												
Eurobonds e assemelhados	-	-	299	1,9	241	2,9	79	2,5	43	1,1	662	2,3
Letras financeiras	-	-	12.907	0,8	12.978	2,5	7	-	-	-	25.893	1,6
Outros	-	-	-	-	40	0,0	291	1,0	-	-	331	0,9
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado – títulos públicos – governo brasileiro – títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	-	1.191	-	-	-	-	-	-	-	1.191	-
Derivativos	-	-	14.111	-	6.940	-	3.180	-	-	-	24.231	-
Ativos financeiros disponíveis para venda, a valor justo	1.375	-	22.261	-	38.969	-	12.329	-	13.343	-	88.277	-
Fundos de investimento ⁽¹⁾	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-
Títulos públicos – governo brasileiro	100	-	3.568	-	10.116	-	8.116	-	10.203	-	32.003	-
Títulos públicos do governo brasileiro	-	-	1.708	11,5	6.686	5,6	3.668	13,5	5.876	17,0	17.938	11,5
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	-	1.860	2,8	3.429	8,9	4.448	11,2	4.328	34,2	14.065	16,5
Títulos públicos – exterior	-	-	5.896	-	7.758	-	795	-	23	-	14.472	-
Argentina	-	-	0	76,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos	-	-	481	0,2	885	0,5	61	0,6	-	-	1.427	0,4
Dinamarca	-	-	819	0,5	-	-	-	-	-	-	819	0,5
Espanha	-	-	682	1,8	241	0,2	-	-	-	-	923	1,4
Coréia	-	-	2.024	1,2	649	1,0	-	-	-	-	2.673	1,1
Chile	-	-	692	0,4	4.851	0,4	278	0,4	23	0,5	5.844	0,4
Paraguai	-	-	853	4,2	258	2,8	-	-	-	-	1.111	3,9
Uruguai	-	-	235	6,6	119	0,5	56	0,8	1	0,9	411	4,0
Colômbia	-	-	-	-	755	3,9	400	3,0	-	-	1.155	3,6
Holanda	-	-	101	-	-	-	-	-	-	-	101	-
Outros	-	-	8	0,4	-	-	0	-	-	-	8	0,4
Títulos de dívida de empresas	1.385	-	12.745	-	21.096	-	3.418	-	3.116	-	41.760	-
Ações negociáveis	1.385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.385	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	2.095	1,3	2.095	1,3
Certificados de depósito bancário	-	-	2.469	0,3	152	1,2	20	2,0	-	-	2.641	0,3
Debêntures	-	-	1.960	10,5	15.152	4,0	3.218	3,5	840	4,3	21.170	4,6
Eurobonds e assemelhados	-	-	3.659	1,4	3.876	0,9	180	1,0	-	-	7.715	1,1
Notas promissórias	-	-	1.731	6,8	442	1,1	-	-	-	-	2.173	5,6
Cédula de produtor rural	-	-	476	0,4	801	0,2	-	-	148	0,0	1.425	0,2
Letras financeiras	-	-	2.383	22,1	433	5,6	-	-	-	-	2.816	19,5
Outros	-	-	67	7,6	240	1,1	-	-	33	49,8	340	7,1
Ativos financeiros mantidos até o vencimento, ao custo amortizado	-	-	2.498	-	19.376	-	10.957	-	7.664	-	40.495	-
Títulos públicos – governo brasileiro	-	-	1.115	-	16.355	-	4.599	-	2.911	-	24.979	-
Títulos públicos do governo brasileiro	-	-	276	47,2	9.750	19,6	-	-	2.911	39,5	12.937	24,7
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	-	839	2,8	6.605	8,2	4.599	22,4	-	-	12.042	13,3
Títulos públicos – exterior	-	-	526	-	-	-	-	-	13	-	539	-
Colômbia	-	-	526	0,6	-	-	-	-	-	-	526	0,6
Uruguai	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13	-
Títulos de dívida de empresas	-	-	858	-	3.021	-	6.358	-	4.740	-	14.977	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	12	84,1	-	-	12	85,8
Eurobonds e assemelhados	-	-	-	-	-	-	18	0,1	-	-	18	0,1
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	399	21,6	3.020	8,8	6.328	2,1	4.740	0,3	14.487	3,4
Outros	-	-	459	0,5	1	-	-	-	-	-	460	0,5

(1) Os rendimentos médios não são demonstrados para esses títulos, pois tais rendimentos não são significativos porque os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos foram excluídos do cálculo do total de rendimentos.

Distribuição de nossos ativos financeiros por moeda	Valor justo Custo amortizado					Total
	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros designados a valor justo	Derivativos	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros designados a valor justo	
	(Em milhões de R\$)					
Em 31 de dezembro de 2016	204.648	1.191	24.231	88.277	40.495	358.842
Denominado em moeda brasileira	191.250	1.191	10.710	52.859	27.436	283.446
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.653	-	4.634	670	-	7.957
Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	10.745	-	8.887	34.748	13.059	67.439
Em 31 de dezembro de 2015	164.311	642	26.755	86.045	42.185	319.938
Denominado em moeda brasileira	154.737	505	7.445	51.621	27.378	241.686
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	3.043	-	10.044	791	-	13.878
Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	6.531	137	9.266	33.633	14.807	64.374
Em 31 de dezembro de 2014	132.944	733	14.156	78.360	34.434	260.627
Denominado em moeda brasileira	126.404	626	5.519	55.152	24.102	211.803
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.190	-	2.948	571	-	5.709
Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	4.350	107	5.689	22.637	10.332	43.115

(1) Predominantemente em dólares dos EUA.

Com o objetivo de analisar a exposição às variações nas taxas de câmbio, apresentamos a seguir a composição de nossos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016, em reais e em moeda estrangeira, inclusive instrumentos denominados em moedas estrangeiras. Para fins do valor referencial de instrumentos financeiros derivativos, consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 8 – Derivativos](#).

Instrumentos financeiros derivativos (valores referenciais)	Em 31 de dezembro de 2016		
	Moeda brasileira	Denominado em moeda estrangeira ou vinculado à mesma	Total
(Em milhões de R\$)			
Contratos de swap			
Compromissos de compra (venda), líquidos	3.128	(7.574)	(4.446)
Contratos a termo			
Compromissos de compra (venda), líquidos	(10.990)	17.256	6.266
Contratos de futuros			
Compromissos de compra (venda), líquidos	(225.845)	(39.578)	(265.423)
Contratos de opções			
Compromissos de compra (venda), líquidos	22.927	4.152	27.079
Outros			
Compromissos de compra (venda), líquidos	410	(624)	(214)

Exposição aos países GIIPS

Em 31 de dezembro de 2016, nossa exposição bruta aos títulos soberanos dos países GIIPS (Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha), bem como às grandes empresas e instituições financeiras domiciliadas nesses países, é apresentada na tabela a seguir:

Segmento	Em 31 de dezembro de 2016					
	Crédito	coobrigação	Título soberano	Bond	Derivativo	Exposição total
(In millions of R\$)						
Itália						
Grandes empresas	106	-	-	-	-	106
Instituições financeiras	-	3	-	-	-	3
Portugal						
Grandes empresas	111	-	-	-	-	111
Instituições financeiras	-	-	-	-	-	-
Espanha						
Grandes empresas	838	269	-	-	3	1.110
Instituições financeiras	-	184	923	-	8	1.115
Total	1.055	456	923	-	11	2.445

A exposição bruta demonstrada anteriormente, relacionada principalmente à nossa exposição às operações de crédito para grandes empresas, totalizou R\$ 1.055 milhões em 31 de dezembro de 2016, com coobrigações no montante de R\$ 456 milhões. Essa exposição foi calculada com base em nosso valor realizável estimado, atualizado dependendo da sua natureza (como valores mantidos em contas correntes utilizadas para recebíveis de clientes, investimentos financeiros, imóveis, máquinas e equipamentos ou outros), exceto por garantias oferecidas por terceiros quando o valor corresponde à dívida em aberto. Nossos derivativos relacionados com os países GIIPS totalizavam R\$ 11 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Reservas compulsórias sobre depósitos mantidas no Banco Central

O Banco Central exige que as instituições financeiras brasileiras mantenham reservas para depósitos. As exigências de depósitos compulsórios são uma ferramenta utilizada pelo Banco Central para controlar a liquidez do sistema financeiro brasileiro, para fins de política monetária e mitigação de risco. Essas exigências são aplicadas a saldos de depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. Veja a seguir a regra aplicada em cada tipo de depósito:

Depósitos Compulsórios	Regulamentação ⁽¹⁾	Remuneração	2016	2015	2014
Depósito à vista					
Compulsório	Circular nº3.632	Zero	45%	45%	45%
Compulsório adicional	Circular nº3.655	SELIC	0%	0%	0%
Rural ⁽²⁾	Resolução nº4.096	Zero	34%	34%	34%
Microcrédito ⁽²⁾	Resolução nº4.000	Zero	2%	2%	2%
Poupança⁽³⁾					
Compulsório	Circular nº3.093	TR + 6,17% p.a.	24,5%	24,5%	20%
Compulsório adicional	Circular nº3.655	SELIC	5,5%	5,5%	10%
Financiamento imobiliário ⁽²⁾	Resolução nº3.932	Zero	65%	65%	65%
Depósito a prazo e interfinanceiros captados de sociedades de arrendamento mercantil					
Compulsório	Circular nº3.569	SELIC	25%	25%	20%
Compulsório adicional	Circular nº3.655	SELIC	11%	11%	11%

(1) Regulação mais recente sobre o assunto.

(2) Trata-se de aplicação obrigatória de recursos que são feitas em operações elegíveis para tanto, ou seja, o numerário é cedido para os outros entes econômicos.

(3) Remuneração sobre os recursos de depósitos de poupança:

Para depósitos efetuados até 05/03/2012, inclusive: TR + 6,17% a.a.

Para depósitos efetuados após 05/03/2012: (a) e a meta da taxa Selic > 8,5% a.a.: TR + 6,17% a.a. (b) Se a meta da taxa Selic ≤ 8,5% a.a.: TR + 70% da meta da taxa Selic a.a.

Em 2015, o Banco Central promulgou um conjunto de regras alterando as exigências de depósitos compulsórios que devem ser mantidos no Banco Central pelas instituições financeiras brasileiras, como mecanismo de controle da liquidez do sistema financeiro brasileiro.

As alíquotas que regem os recolhimentos de depósitos compulsórios são alteradas, frequentemente, pelo Banco Central conforme o cenário econômico e seus objetivos em relação à política monetária.

As exigências de depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo (atualmente aplicável a nós à alíquota de 25,0%), depósitos à vista (atualmente à alíquota de 45,0%) e depósitos em poupança (atualmente à alíquota de 24,5%, e de 15,5% para depósitos de poupança rural) representam quase a totalidade do valor que deve ser depositado no Banco Central.

No entanto, o Banco Central também estabelece uma exigência de reserva adicional sobre depósitos captados por bancos múltiplos, bancos de investimento, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, companhias de financiamento, crédito e investimento, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo, com base em critérios específicos.

Em 31 de dezembro de 2016, registramos depósitos compulsórios em espécie no valor de R\$ 85.700 milhões comparado a R\$ 66.556 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 82.698 milhões em depósitos remunerados comparados a R\$ 62.766 milhões em dezembro de 2015, conforme indicado na tabela a seguir. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 5 – Depósitos Compulsórios no Banco Central](#) para mais detalhes.

Depósitos compulsórios	2016		2015		2014	
	R\$	% do total dos depósitos compulsórios	R\$	% do total dos depósitos compulsórios	R\$	% do total dos depósitos compulsórios
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Depósitos não remunerados ⁽¹⁾	3.002	3,5	3.790	5,7	3.392	5,4
Depósitos remunerados ⁽²⁾	82.698	96,5	62.766	94,3	59.714	94,6
Total	85.700	100,0	66.556	100,0	63.106	100,0

(1) Relacionados basicamente a depósitos à vista.

(2) Relacionados basicamente a depósitos a prazo e depósitos de poupança.

Operações de crédito e arrendamento mercantil

A maior parte dos nossos empréstimos destina-se a clientes domiciliados no Brasil e estão expressos em reais. Adicionalmente, 47,1% da nossa carteira de crédito consiste em transações com taxas de juros fixas e 52,9% em transações com taxas de juros variáveis.



Indexação

A maior parte de nossa carteira é expressa em reais. Contudo, uma parcela de nossa carteira está indexada a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar dos EUA. A parcela de nossa carteira em moeda estrangeira consiste em empréstimos e financiamentos a importação e exportação e repasses. Nossos empréstimos no exterior representaram 34,1%, 27,1% e 24,7% da nossa carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respectivamente. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros – 5. Exposição ao Risco de Crédito](#).

Operações de crédito e arrendamento mercantil por tipo

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito de acordo com o tipo de operação de crédito e arrendamento mercantil:

- A carteira de pessoas físicas consiste principalmente em cartões de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial), empréstimos consignados, financiamento de veículos e crédito imobiliário;
- A carteira de grandes empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos;
- A carteira de pequenas e médias empresas corresponde principalmente a empréstimos para empresas de pequeno e médio porte; e
- A carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composta principalmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas pelas nossas operações na Argentina, no Chile, Paraguai e Uruguai.

Operações de crédito e arrendamento mercantil, por tipo ⁽¹⁾	2016		2015		2014	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
(Em milhões de R\$)						
Pessoas físicas	183.147	14.259	187.220	14.717	185.953	13.385
Cartão de crédito	59.022	3.693	58.542	4.141	59.321	3.740
Crédito pessoal	25.813	7.756	28.396	8.330	27.953	7.024
Crédito consignado	44.636	2.108	45.434	1.319	40.525	1.107
Veículos	15.434	644	20.058	874	29.047	1.469
Crédito imobiliário	38.242	58	34.790	53	29.107	45
Grandes empresas	121.754	5.862	152.527	6.459	147.002	3.114
Micro, pequenas e médias empresas	58.935	4.743	66.038	4.809	68.838	5.158
Unidades externas – América Latina	126.530	2.108	68.463	859	50.638	735
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil	490.366	26.972	474.248	26.844	452.431	22.392

(1) Classificamos todas as operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias como Operações de crédito de curso anormal e interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados a eles. O valor contratual das operações de crédito de curso anormal era de R\$ 19.942 milhões, R\$ 19.458 milhões e R\$ 16.514 milhões em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respectivamente. O total de operações de crédito renegociadas no saldo das operações de crédito de curso anormal era de R\$ 4.225 milhões, R\$ 3.417 milhões e R\$ 3.346 milhões em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, respectivamente. As operações de crédito de curso anormal são apresentadas acima na categoria apropriada das operações de crédito e arrendamento mercantil. A receita de juros determinada em nossas operações de crédito de curso anormal líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2016, 2015 e 2014 era de R\$ 2.017 milhões, R\$ 1.882 milhões e R\$ 1.623 milhões, respectivamente.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por vencimento

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito por vencimento, inclusive as operações com parcelas vincendas e vencidas, conforme a modalidade:

Parcelas a vencer							31/12/2016
Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
(In millions of R\$)							
Pessoas físicas	29.843	22.919	16.934	18.401	55.700	30.254	174.051
Cartão de crédito	23.093	16.972	9.185	4.237	199	-	53.686
Crédito pessoal	4.353	1.788	1.986	3.414	11.188	238	22.967
Crédito consignado	1.388	2.551	3.571	6.552	28.279	1.854	44.195
Veículos	705	1.236	1.693	3.113	8.290	20	15.057
Crédito imobiliário	304	372	499	1.085	7.744	28.142	38.146
Grandes empresas	12.970	13.645	15.232	20.627	48.332	9.528	120.334
Micro, pequenas e médias empresas	10.388	11.661	6.619	9.566	17.952	292	56.478
Unidades externas – América Latina	14.144	14.743	11.903	13.641	40.798	27.431	122.660
Total⁽¹⁾	67.345	62.968	50.688	62.235	162.782	67.505	473.523

(1) Inclui R\$ 9.085 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas a vencer							31/12/2015
Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
(In millions of R\$)							
Pessoas físicas	29.539	23.792	18.033	20.223	57.797	27.682	177.066
Cartão de crédito	21.997	16.998	9.193	4.174	161	-	52.523
Crédito pessoal	4.924	2.115	2.314	4.060	11.766	164	25.343
Crédito consignado	1.395	2.591	3.651	6.692	28.779	1.935	45.043
Veículos	978	1.760	2.414	4.301	9.974	21	19.448
Crédito imobiliário	245	328	461	996	7.117	25.562	34.709
Grandes empresas	16.696	17.094	16.745	22.944	63.454	13.711	150.644
Micro, pequenas e médias empresas	12.121	12.862	7.248	10.475	20.539	368	63.613
Unidades externas – América Latina	8.611	7.673	8.045	7.370	19.304	16.326	67.329
Total⁽¹⁾	66.967	61.421	50.071	61.012	161.094	58.087	458.652

(1) Inclui R\$ 8.399 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas a vencer							31/12/2014
Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
(In millions of R\$)							
Pessoas físicas	29.985	25.941	20.510	23.392	54.906	22.651	177.385
Cartão de crédito	21.658	17.658	9.841	4.740	217	-	54.114
Crédito pessoal	5.137	3.074	3.488	5.346	8.749	18	25.812
Crédito consignado	1.259	2.328	3.290	6.082	25.614	1.744	40.317
Veículos	1.482	2.516	3.496	6.348	14.267	1	28.110
Crédito imobiliário	449	365	395	876	6.059	20.888	29.032
Grandes empresas	14.481	20.141	15.446	21.392	61.447	12.710	145.617
Micro, pequenas e médias empresas	9.934	15.147	7.993	11.577	21.563	364	66.578
Unidades externas – América Latina	7.494	5.703	5.394	5.388	14.055	11.743	49.777
Total⁽¹⁾	61.894	66.932	49.343	61.749	151.971	47.468	439.357

(1) Inclui R\$ 7.533 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.



Parcelas vencidas ⁽¹⁾										31/12/2016
Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Total líquido
(Em milhões de R\$)										
Pessoas físicas	1.704	931	859	2.318	3.231	53	9.096	183.147	(14.259)	168.888
Cartão de crédito	937	443	446	1.273	2.236	1	5.336	59.022	(3.693)	55.329
Crédito pessoal	514	352	319	846	800	15	2.846	25.813	(7.756)	18.057
Crédito consignado	71	53	48	116	123	30	441	44.636	(2.108)	42.528
Veículos	145	64	37	69	60	2	377	15.434	(644)	14.790
Crédito imobiliário	37	19	9	14	12	5	96	38.242	(58)	38.184
Grandes empresas	484	238	201	161	315	21	1.420	121.754	(5.862)	115.892
Micro, pequenas e médias empresas	481	301	223	619	799	34	2.457	58.935	(4.743)	54.192
Unidades externas – América Latina	2.170	523	329	386	414	48	3.870	126.530	(2.108)	124.422
Total ⁽²⁾	4.839	1.993	1.612	3.484	4.759	156	16.843	490.366	(26.972)	463.394

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R\$ 10.857 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas ⁽¹⁾										31/12/2015
Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Total líquido
(Em milhões de R\$)										
Pessoas físicas	1.840	1.000	1.014	2.708	3.557	35	10.154	187.220	(14.717)	172.503
Cartão de crédito	979	418	551	1.598	2.466	7	6.019	58.542	(4.141)	54.401
Crédito pessoal	540	406	347	876	875	9	3.053	28.396	(8.330)	20.066
Crédito consignado	72	51	44	103	105	16	391	45.434	(1.319)	44.115
Veículos	220	109	64	118	98	1	610	20.058	(874)	19.184
Crédito imobiliário	29	16	8	13	13	2	81	34.790	(53)	34.737
Grandes empresas	825	130	125	560	238	5	1.883	152.527	(6.459)	146.068
Micro, pequenas e médias empresas	557	314	267	623	647	17	2.425	66.038	(4.809)	61.229
Unidades externas – América Latina	649	120	64	118	148	35	1.134	68.463	(859)	67.604
Total ⁽²⁾	3.871	1.564	1.470	4.009	4.590	92	15.596	474.248	(26.844)	447.404

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R\$ 11.059 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas ⁽¹⁾										31/12/2014
Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Total líquido
(Em milhões de R\$)										
Pessoas físicas	1.844	910	791	1.980	2.972	71	8.568	185.953	(13.385)	172.568
Cartão de crédito	990	467	422	1.166	2.114	48	5.207	59.321	(3.740)	55.581
Crédito pessoal	433	240	243	574	645	6	2.141	27.953	(7.024)	20.929
Crédito consignado	56	30	24	50	42	6	208	40.525	(1.107)	39.418
Veículos	333	161	95	179	161	8	937	29.047	(1.469)	27.578
Crédito imobiliário	32	12	7	11	10	3	75	29.107	(45)	29.062
Grandes empresas	697	51	99	261	274	3	1.385	147.002	(3.114)	143.888
Micro, pequenas e médias empresas	488	249	243	559	681	40	2.260	68.838	(5.158)	63.680
Unidades externas – América Latina	449	86	56	126	103	41	861	50.638	(735)	49.903
Total ⁽²⁾	3.478	1.296	1.189	2.926	4.030	155	13.074	452.431	(22.392)	430.039

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R\$ 8.981 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por taxa de juros

A tabela a seguir apresenta a classificação de nossa carteira de crédito segregada em taxas fixas e variáveis, inclusive as operações com parcelas vincendas e vencidas:

Parcelas a vencer							31/12/2016
Taxa de juros de crédito à clientes por vencimento	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
(Em milhões de R\$)							
Taxas variáveis	21.082	28.062	22.294	28.525	90.341	64.232	254.536
Taxas fixas	46.263	34.906	28.394	33.710	72.441	3.273	218.987
Total⁽¹⁾	67.345	62.968	50.688	62.235	162.782	67.505	473.523

(1) Inclui R\$ 9.085 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas a vencer							31/12/2015
Taxa de juros de crédito à clientes por vencimento	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
(Em milhões de R\$)							
Taxas variáveis	17.424	23.010	19.880	24.869	79.466	53.659	218.308
Taxas fixas	49.543	38.411	30.191	36.143	81.628	4.428	240.344
Total⁽¹⁾	66.967	61.421	50.071	61.012	161.094	58.087	458.652

(1) Inclui R\$ 8.399 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas a vencer							31/12/2014
Taxa de juros de crédito à clientes por vencimento	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
(Em milhões de R\$)							
Taxas variáveis	13.506	23.137	15.346	21.499	66.894	42.765	183.147
Taxas fixas	48.388	43.795	33.997	40.250	85.077	4.703	256.210
Total⁽¹⁾	61.894	66.932	49.343	61.749	151.971	47.468	439.357

(1) Inclui R\$ 7.533 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas ⁽¹⁾								31/12/2016
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento	01-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
(Em milhões de R\$)								
Taxas variáveis	2.513	795	512	506	686	76	5.088	259.624
Taxas fixas	2.326	1.198	1.100	2.978	4.073	80	11.755	230.742
Total⁽²⁾	4.839	1.993	1.612	3.484	4.759	156	16.843	490.366

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 10.857 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas ⁽¹⁾								31/12/2015
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento	01-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
(Em milhões de R\$)								
Taxas variáveis	1.166	240	156	531	347	39	2.479	220.786
Taxas fixas	2.705	1.324	1.314	3.478	4.243	53	13.117	253.462
Total⁽²⁾	3.871	1.564	1.470	4.009	4.590	92	15.596	474.248

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 11.059 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas ⁽¹⁾								31/12/2014
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento	01-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
(Em milhões de R\$)								
Taxas variáveis	972	146	164	375	324	44	2.025	185.172
Taxas fixas	2.506	1.150	1.025	2.551	3.706	111	11.049	267.259
Total⁽²⁾	3.478	1.296	1.189	2.926	4.030	155	13.074	452.431

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 8.981 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Contexto



Perfil



Governança



Gestão de riscos



Desempenho A-141



Sustentabilidade



Anexos



Operações de crédito e arrendamento mercantil por atividade econômica

A tabela a seguir apresenta a composição da nossa carteira de crédito, incluindo as operações de crédito de curso anormal, por atividade econômica do tomador:

Atividade econômica	31/12/2016		13/12/2015		31/12/2014	
	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Setor público	3.051	0,6	3.182	0,7	4.389	1,0
Indústria e comércio	112.067	22,8	125.386	26,5	116.506	25,7
Serviços	118.102	24,1	104.226	22,0	99.855	22,1
Setor primário	24.362	5,0	25.306	5,3	23.345	5,2
Pessoas físicas	229.945	46,9	213.622	45,0	206.094	45,5
Outros setores	2.839	0,6	2.526	0,5	2.242	0,5
Total	490.366	100,0	474.248	100,0	452.431	100,0

Em 31 de dezembro de 2016, não havia concentração de operações de crédito e arrendamento mercantil que excediam 10% do total da carteira e que não tinham sido divulgadas em uma categoria de empréstimos e perdas.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por concentração

A tabela a seguir apresenta a composição da nossa carteira de crédito por concentração com relação aos valores devidos pelos devedores:

Concentração	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Maior devedor	3.543	0,7	4.615	1,0	4.032	0,9
10 maiores devedores	21.609	4,4	27.173	5,7	23.646	5,2
20 maiores devedores	32.720	6,7	40.831	8,6	35.325	7,8
50 maiores devedores	52.992	10,8	63.797	13,5	58.180	12,9
100 maiores devedores	72.441	14,8	85.167	18,0	79.617	17,6

Rating da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil

Apresentamos a seguir a classificação de nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com base na probabilidade de inadimplência para os períodos indicados abaixo:

Classificação interna	31/12/2016			
	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidas sem evento de perda ⁽¹⁾	Operações de crédito com evento de perda	Total das operações de crédito
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Risco baixo	363.954	5.543	-	369.497
Risco médio	62.883	6.904	-	69.787
Risco alto	13.767	6.998	-	20.765
Crédito com evento de perda ⁽²⁾	-	-	30.317	30.317
Total	440.604	19.445	30.317	490.366
%	89,8	4,0	6,2	100,0

Classificação interna	31/12/2015			
	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidas sem evento de perda ⁽¹⁾	Operações de crédito com evento de perda	Total das operações de crédito
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Risco baixo	340.368	3.838	-	344.206
Risco médio	76.940	6.489	-	83.429
Risco alto	12.609	6.847	-	19.456
Crédito com evento de perda ⁽²⁾	-	-	27.157	27.157
Total	429.917	17.174	27.157	474.248
%	90,7	3,6	5,7	100,0

Classificação interna	31/12/2014			
	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidas sem evento de perda ⁽¹⁾	Operações de crédito com evento de perda	Total das operações de crédito
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Risco baixo	324.908	4.042	-	328.950
Risco médio	81.994	6.989	-	88.983
Risco alto	11.439	5.853	-	17.292
Crédito com evento de perda ⁽²⁾	-	-	17.206	17.206
Total	418.341	16.884	17.206	452.431
%	92,5	3,7	3,8	100,0

- (1) As operações classificadas como Operações de crédito vencidas sem evento de perda estão vencidas entre 1 dia e 90 dias e o saldo é o total do valor principal em aberto (vencidas e a vencer)
- (2) Consideramos que as operações de crédito encontram-se com evento de perda quando (i) as operações com grandes empresas têm probabilidade de inadimplência superior a 31,84%; (ii) as operações estão vencidas há mais de 90 dias; ou (iii) as operações renegociadas estão vencidas há mais de 60 dias.

A classificação de crédito para transações com grandes empresas é baseada em informações como a situação econômica e financeira da contraparte, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, a situação atual e a perspectiva do mercado no qual atua, a garantia oferecida e o uso dos empréstimos concedidos. As propostas de crédito são analisadas individualmente, por meio de um mecanismo de aprovação de crédito, e reportando-se à Comissão Superior de Crédito.

Em relação às operações no varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), essa classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de crédito e na pontuação comportamental. As decisões são tomadas com base em modelos de pontuação, continuamente atualizados por uma unidade independente. Em circunstâncias limitadas, pode haver uma análise individualizada de casos específicos na qual a aprovação esteja sujeita aos níveis mais altos de aprovação de crédito. As classificações de risco são agrupadas em quatro categorias: (i) baixo; (ii) médio; (iii) alto; e (iv) *impairment*. Consulte a [seção Desempenho, item Desempenho financeiro – Provisão para créditos de liquidação duvidosa](#) para mais detalhes sobre as análises individuais e coletivas.

Operações de crédito de curso anormal

Consideramos todos os empréstimos vencidos e não pagos há 60 dias ou mais como de curso anormal e, dessa forma, interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados àqueles empréstimos.

Baixas contábeis

As operações de crédito e arrendamento mercantil são baixadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando o empréstimo não é recebido ou quando é considerado sujeito à redução permanente ao valor recuperável. Em geral, baixamos os empréstimos quando estes estão vencidos e não pagos há 360 dias, exceto aqueles com vencimento original superior a 36 meses, que são baixados quando o atraso é superior a 540 dias. Entretanto, as baixas contábeis podem ser reconhecidas antes de 360 dias, se for entendido que o empréstimo não é recuperável.

Consulte a [seção Desempenho, item Ativo – Operações de crédito e arrendamento mercantil – Operações de crédito renegociadas](#) para mais detalhes.

Informações sobre a qualidade de operações de crédito e arrendamento mercantil

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito de curso anormal juntamente com certos índices de qualidade de ativos.

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
Operações de crédito de curso anormal	19.942	19.458	16.514	18.065	20.791
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.972	26.844	22.392	22.235	25.713
Total da carteira de crédito e arrendamento mercantil	490.366	474.248	452.431	411.702	366.984
Operações de crédito de curso anormal sobre o total da carteira de crédito e arrendamento mercantil (%)	4,1	4,1	3,7	4,4	5,7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total da carteira de crédito e arrendamento mercantil (%)	5,5	5,7	4,9	5,4	7,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total da carteira de crédito de curso anormal (%)	135,3	138,0	135,6	123,1	123,7

Avaliação

A nossa primeira análise é feita sobre a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou alocada coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos, com evidência objetiva de redução ao valor recuperável, utilizamos metodologias que consideram tanto a qualidade do cliente quanto a natureza do financiamento, inclusive a garantia, para estimar o fluxo de caixa esperado dessas operações de crédito.

Se não houver evidência objetiva de perda em um crédito avaliado individualmente, seja significativo ou não, ele é incluído em um grupo de créditos com características semelhantes de risco e será então avaliado coletivamente quanto ao *impairment*. Os créditos avaliados individualmente e para os quais é reconhecida uma redução ao seu valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o

valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros do ativo financeiro.

No caso de empréstimos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, para os quais exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico de execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que podem resultar das execuções, menos custos para obtenção e venda daquela garantia.

Para fins de avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos, pois podem ser indicadores da dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito estabelecidas. Os fluxos de caixa futuros de um grupo de créditos que sejam avaliados coletivamente, para fins



de identificação da necessidade de reconhecimento da redução ao valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais do grupo de créditos e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada, com base em dados observáveis correntes, de modo a refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada, e para excluir os efeitos de condições que não existem atualmente.

No caso de créditos individualmente significativos, sem evidência objetiva de

perda por redução ao valor recuperável, essas operações de crédito são classificadas em determinadas categorias de crédito (*ratings*) com base em fatores qualitativos e quantitativos aplicados a modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diversas características de risco de cada contrato, os *ratings* determinados segundo os modelos internos podem ser revisados e modificados pelo nosso Comitê de Crédito, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito corporativo. Estimamos as perdas inerentes para cada *rating* por meio de uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, para a qual usamos nossa experiência histórica

em elaboração de modelos internos para o cálculo de estimativas de probabilidade de inadimplência e do potencial de recuperação dos créditos inadimplentes.

Para determinar o valor da provisão para itens que não são significativos individualmente, as operações de crédito são segregadas em classes baseadas nos riscos subjacentes e nas características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes, por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência com perdas em operações de crédito nos últimos anos.

Alocação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A tabela a seguir apresenta o detalhamento, por segmento e classe, conforme definido na segmentação da nossa carteira, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão como uma porcentagem do total das perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil para o respectivo segmento ou classe, e a porcentagem do total de operações de crédito e arrendamento mercantil em cada segmento e classe em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil.

	31/12/2016			31/12/2015			31/12/2014			31/12/2013			31/12/2012		
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total
(Em milhões de R\$. exceto porcentagens)															
Pessoas físicas	14.259	2,9	37,3	14.717	3,1	39,5	13.385	3,0	41,1	13.853	3,4	40,7	14.844	4,1	41,1
Cartão de crédito	3.693	0,8	12,0	4.141	0,9	12,4	3.740	0,8	13,1	2.952	0,7	12,9	2.863	0,8	11,0
Crédito pessoal	7.756	1,6	5,3	8.330	1,7	6,0	7.024	1,6	6,2	6.488	1,6	6,5	6.841	1,9	7,3
Crédito consignado	2.108	0,4	9,1	1.319	0,3	9,6	1.107	0,2	9,0	1.133	0,3	5,5	867	0,2	3,7
Veículos	644	0,1	3,1	874	0,2	4,2	1.469	0,3	6,4	3.245	0,8	9,9	4.227	1,2	14,1
Crédito imobiliário	58	-	7,8	53	-	7,3	45	-	6,4	35	-	5,9	46	-	5,0
Grandes empresas	5.862	1,2	24,8	6.459	1,4	32,2	3.114	0,7	32,5	2.006	0,5	31,6	1.594	0,4	29,6
Micro, pequenas e médias empresas	4.743	1,0	12,1	4.809	1,0	13,9	5.158	1,1	15,2	5.854	1,4	17,6	8.853	2,4	20,9
Unidades externas – América Latina	2.108	0,4	25,8	859	0,2	14,4	735	0,2	11,2	522	0,1	10,1	422	0,1	8,4
Total	26.972	5,5	100,0	26.844	5,7	100,0	22.392	4,9	100,0	22.235	5,4	100,0	25.713	7,0	100,0



Operações de crédito renegociadas

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2016	2015	2014	2013	2012
	(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)				
Operações de crédito renegociadas ⁽¹⁾	16.398	14.932	11.572	12.880	14.519
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.341	6.991	5.459	6.284	6.767
Provisão para créditos de liquidação duvidosa/operações de crédito renegociadas (%)	44,8	46,8	47,2	48,8	46,6

(1) Inclui consolidação e diferimento de dívida ou qualquer outro acordo que altere o prazo ou condições de operações originalmente em atraso.

Incluimos em operações de crédito renegociadas tanto os créditos cujos prazos contratuais originais foram aditados (acordos) quanto novas operações de crédito celebradas para liquidar contratos ou transações com o mesmo cliente (operações de crédito reestruturadas), que originalmente estavam vencidos. Aditamentos e operações de crédito reestruturadas geralmente refletem modificações nos termos contratuais, nas taxas e nas condições de pagamento.

Na quase totalidade dos casos de produtos de crédito, exige-se que pelo menos uma parcela seja paga nos termos pactuados para que as operações renegociadas saiam da condição de crédito de curso anormal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento, sob os termos da renegociação, que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

O fato de uma operação de crédito ou arrendamento mercantil ter sido renegociada é também levado em consideração quando da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa após a renegociação. O desempenho passado e o histórico de pagamento do cliente e da transação, bem como a probabilidade de ocorrer nova inadimplência nas operações renegociadas, são levados em consideração por nossos modelos de risco, a fim de determinar a probabilidade de inadimplência, que é geralmente mais alta do que a probabilidade atribuída em operações similares para as quais nunca houve renegociação. Outro fator considerado na determinação do nível adequado da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a garantia adicional a ser fornecida pelo devedor. Os níveis da provisão resultantes são compatíveis com o perfil de risco de cada operação.

Em 31 de dezembro de 2016, nossa carteira de créditos renegociados aumentou para 3,3% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 3,1% em 31 de dezembro de 2015. No final de 2016, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 44,8% em comparação com 46,8% em 31 de dezembro de 2015. O crescimento dessa carteira em 2016 se deve à deterioração do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil, especificamente nos segmentos de grandes empresas e de pequenas e médias empresas, conforme apresentado na tabela "Operações de crédito e arrendamento mercantil" renegociadas abaixo.

Em 31 de dezembro de 2015, nossa carteira de créditos renegociados aumentou para 3,1% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 2,6% em 31 de dezembro de 2014. No final de 2015, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 46,8% em comparação com 47,2% em 31 de dezembro de 2014. O crescimento dessa carteira em 2015 se deve à deterioração do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil, especificamente no segmento de grandes empresas, conforme apresentado na tabela "Operações de crédito e arrendamento mercantil" renegociadas abaixo, detalhada por segmento.

Em 31 de dezembro de 2014, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 2,6% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 3,1% em 31 de dezembro de 2013. No final de 2014, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 47,2% em comparação com 48,8% em 31 de dezembro de 2013. Durante todo o exercício de 2014, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiu a evolução do *mix* do risco de crédito na carteira renegociada.

Em 31 de dezembro de 2013, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 3,1% em relação ao total de nossa carteira de crédito, em comparação com 4,0% em 31 de dezembro de 2012. No final de 2013, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 48,8%, em comparação com 46,6% em 31 de dezembro de 2012. Durante todo o exercício de 2013, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiu a evolução do *mix* do risco de crédito na carteira renegociada.

Em 31 de dezembro de 2012, nossa carteira de créditos renegociados cresceu 4,0% em relação ao total de nossa carteira de crédito. No final de 2012, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 46,6%. Esse índice aumentou em 2012 principalmente devido ao aumento do volume de operações renegociadas em atraso sobre o total de créditos renegociados.

Desde 2013, mantivemos a política de recuperação dos créditos com parcelas vencidas, inclusive créditos já baixados como prejuízo, e, para reduzir os prejuízos, aprimoramos nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, que, pelo menos, uma parcela seja paga antes de considerar a renegociação como válida e tratá-la como um acordo renegociado. Adotamos, também, uma política de



maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência e uma quantidade menor de operações renegociadas.

Em 2012, a economia brasileira enfrentou um aumento no nível de inadimplência das pessoas físicas, principalmente em relação às carteiras de financiamento de veículos e de empréstimos pessoais. Por ser um dos maiores bancos do Brasil, nossa carteira de crédito foi afetada por esse aumento na inadimplência. Para aumentar a recuperação de créditos

com parcelas vencidas, inclusive aqueles já baixados como prejuízo, e reduzir as perdas, aprimoramos nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, o pagamento de, pelo menos, uma parcela para considerarmos a renegociação como válida e tratá-la como um acordo renegociado.

O valor total de cada tipo de crédito renegociado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 é apresentado na tabela a seguir:

Em 31 de dezembro de 2016					
Tipo de operação de crédito	Total de operações de crédito renegociadas	Total da provisão para crédito de liquidação duvidosa	Provisão para crédito de liquidação duvidosa/operações de crédito renegociadas (%)	Total das operações de crédito renegociadas inadimplentes ⁽¹⁾	Operações de crédito renegociadas inadimplentes (%)
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
Operações de crédito reestruturadas	14.405	6.740	46,8	3.930	27,3
Acordos	1.993	601	30,2	295	14,8
Total	16.398	7.341	44,8	4.225	25,8

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

Em 31 de dezembro de 2015					
Tipo de operação de crédito	Total de operações de crédito renegociadas	Total da provisão para crédito de liquidação duvidosa	Provisão para crédito de liquidação duvidosa/operações de crédito renegociadas (%)	Total das operações de crédito renegociadas inadimplentes ⁽¹⁾	Operações de crédito renegociadas inadimplentes (%)
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
Operações de crédito reestruturadas	11.985	5.508	46,0	3.077	25,7
Acordos	2.947	1.483	50,3	340	11,5
Total	14.932	6.991	46,8	3.417	22,9

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

Em 31 de dezembro de 2014					
Tipo de operação de crédito	Total de operações de crédito renegociadas	Total da provisão para crédito de liquidação duvidosa	Provisão para crédito de liquidação duvidosa/operações de crédito renegociadas (%)	Total das operações de crédito renegociadas inadimplentes ⁽¹⁾	Operações de crédito renegociadas inadimplentes (%)
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
Operações de crédito reestruturadas	10.284	5.051	49,1	2.744	26,7
Acordos	1.288	408	31,7	602	46,7
Total	11.572	5.459	47,2	3.346	28,9

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

As tabelas a seguir apresentam uma segregação adicional das operações de crédito renegociadas por carteiras, em segmentos e tipos, com base no tipo de modificação, em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2016			
	Prorrogação do pagamento ⁽¹⁾	Concessões múltiplas ⁽²⁾	Modificações múltiplas ⁽³⁾	Total
(Em milhões de R\$)				
Pessoas físicas	138	2.470	5.209	7.817
Cartão de crédito	-	333	-	333
Crédito pessoal	-	1.964	5.209	7.173
Crédito consignado	-	173	-	173
Veículos	68	-	-	68
Crédito imobiliário	70	-	-	70
Grandes empresas	-	-	2.908	2.908
Pequenas e médias empresas	34	2.102	2.201	4.337
Unidades externas – América Latina	188	1.148	-	1.336
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	360	5.720	10.318	16.398

(1) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações encerradas.

(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante aditamento das condições contratuais originais, que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre valores em aberto e prorrogação de prazos de pagamento.

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2015			
	Prorrogação do pagamento ⁽¹⁾	Concessões múltiplas ⁽²⁾	Modificações múltiplas ⁽³⁾	Total
(Em milhões de R\$)				
Pessoas físicas	213	2.457	5.123	7.793
Cartão de crédito	-	356	-	356
Crédito pessoal	-	1.965	5.123	7.088
Crédito consignado	-	136	-	136
Veículos	163	-	-	163
Crédito imobiliário	50	-	-	50
Grandes empresas	-	-	3.181	3.181
Pequenas e médias empresas	53	2.348	1.357	3.758
Unidades externas – América Latina	-	200	-	200
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	266	5.005	9.661	14.932

(1) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações encerradas.

(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante aditamento das condições contratuais originais, que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre valores em aberto e prorrogação de prazos de pagamento.

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2014			
	Payment extension ⁽¹⁾	Multiple concessions ⁽²⁾	Multiple modifications ⁽³⁾	Total
(In millions of R\$)				
Pessoas físicas	648	2.352	4.330	7.330
Cartão de crédito	-	403	-	403
Crédito pessoal	-	1.906	4.330	6.236
Crédito consignado	-	43	-	43
Veículos	577	-	-	577
Crédito imobiliário	71	-	-	71
Grandes empresas	-	-	871	871
Pequenas e médias empresas	55	2.610	620	3.285
Unidades externas – América Latina	-	86	-	86
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	703	5.048	5.821	11.572

(1) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações encerradas.

(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante aditamento das condições contratuais originais, que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre valores em aberto e prorrogação de prazos de pagamento.

A seguir é apresentada uma segregação adicional das operações de crédito renegociadas por segmento e classe em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2016				
	A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
(Em milhões de R\$)					
Pessoas físicas	-	4.162	2.162	1.493	7.817
Cartão de crédito	-	333	-	-	333
Crédito pessoal	-	3.689	2.033	1.451	7.173
Crédito consignado	-	104	55	14	173
Veículos	-	32	29	7	68
Crédito imobiliário	-	4	45	21	70
Grandes empresas	2.113	135	633	27	2.908
Pequenas e médias empresas	-	2.064	1.293	980	4.337
Unidades externas – América Latina	22	733	292	289	1.336
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	2.135	7.094	4.380	2.789	16.398

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2015				
	A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
(Em milhões de R\$)					
Pessoas físicas	-	4.133	2.118	1.542	7.793
Cartão de crédito	-	356	-	-	356
Crédito pessoal	-	3.679	1.919	1.490	7.088
Crédito consignado	-	83	28	25	136
Veículos	-	13	135	15	163
Crédito imobiliário	-	2	36	12	50
Grandes empresas	2.796	198	187	-	3.181
Pequenas e médias empresas	-	1.666	1.207	885	3.758
Unidades externas – América Latina	-	95	69	36	200
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas⁽¹⁾	2.796	6.092	3.581	2.463	14.932

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2014				
	A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
(Em milhões de R\$)					
Pessoas físicas	-	3.922	2.019	1.389	7.330
Cartão de crédito	-	403	-	-	403
Crédito pessoal	-	3.445	1.486	1.305	6.236
Crédito consignado	-	23	17	3	43
Veículos	-	37	478	62	577
Crédito imobiliário	-	14	38	19	71
Grandes empresas	236	408	227	-	871
Pequenas e médias empresas	-	1.406	1.116	763	3.285
Unidades externas – América Latina	-	55	12	19	86
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	236	5.791	3.374	2.171	11.572

(1) Nossas operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas apresentaram crescimento em 2015 devido à piora do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil, especificamente para o segmento de Pessoas Jurídicas.



A tabela a seguir apresenta as alterações em nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com evento de perda, incluindo as alterações das operações renegociadas referentes a 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Evento de perda	2016	2015	2014
(Em milhões de R\$)			
Saldo no início do período	27.157	17.206	16.305
(+) Operações de crédito adicionadas	21.075	21.701	12.521
(+) Operações de crédito adicionadas devido a nova inadimplência	5.188	4.587	3.915
(-) Operações de crédito excluídas devido a baixas	(10.737)	(9.474)	(10.006)
(-) Operações de crédito excluídas devido à renegociação (inclusive aditamentos)	(1.453)	(1.160)	(1.024)
(-) Operações de crédito excluídas devido à liquidação total ou parcial	(10.913)	(5.703)	(4.505)
Saldo no final do período	30.317	27.157	17.206

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 12 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro](#) para mais detalhes.

Transações transfronteiriças

As transações transfronteiriças são ativos monetários expressos em moeda estrangeira, que ultrapassam 1% do nosso total de ativos em transações com clientes no exterior realizadas por nossas subsidiárias no Reino Unido (nossa antiga subsidiária em Portugal), nas Ilhas Cayman, nas Bahamas e no Chile. Apresentamos a seguir a composição do total das transações transfronteiriças dessas subsidiárias para os períodos indicados:

Transações transfronteiriças	31/12/2016	%	31/12/2015	%	31/12/2014	%
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Disponibilidades	41.234	3,1	52.649	4,1	4.187	0,4
Aplicações em depósitos interfinanceiros	97.934	7,2	139.190	10,9	64.491	5,7
Aplicações no mercado aberto	22.267	1,6	20.187	1,6	24.606	2,2
Depósitos compulsórios no Banco Central	266	0,0	2.891	0,2	3	0,0
Ativos financeiros mantidos para negociação	12.121	0,9	6.995	0,5	5.978	0,5
Derivativos	10.153	0,8	15.409	1,2	9.321	0,8
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.002	3,5	69.331	5,4	39.850	3,5
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	12.595	0,9	15.446	1,2	10.767	1,0
Operações de crédito e arrendamento mercantil	59.667	4,4	70.010	5,5	97.740	8,7
Total	303.239	22,4	392.108	30,7	256.943	22,8

Empréstimos de curto prazo

Os empréstimos de curto prazo estão contidos em nosso balanço patrimonial na rubrica Captações no mercado aberto. A principal categoria para os empréstimos de curto prazo é “Captações no mercado aberto com ativos financeiros próprios e de terceiros”. A tabela a seguir apresenta os nossos empréstimos em curto prazo em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Captações no mercado aberto	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
Valor em aberto	349.164	336.643	288.683
Valor máximo em aberto durante o período	358.781	336.643	288.683
Média ponderada da taxa de juros no fim do período (%)	12,1	11,7	10,2
Valor médio em aberto durante o período	339.416	297.509	266.527
Média ponderada da taxa de juros (%)	11,9	12,3	11,1

Passivo

Captações

Principais fontes

Nossa atual estratégia de financiamento é continuar a usar todas nossas fontes de recursos, de acordo com seus custos e disponibilidades e com nossa estratégia geral de administração de ativos e passivos. Para financiar nossas operações, intensificamos o uso da liquidez proporcionada por depósitos de poupança, depósitos interbancários, dívidas no mercado interbancário e dívidas no mercado institucional em 2016, 2015 e 2014.

Além disso, utilizamos as debêntures brasileiras sujeitas à recompra como fonte de recursos, reportadas em captações no mercado aberto e oferecidas não somente a clientes institucionais, mas também para clientes de *private banking*, *corporate banking* (grandes empresas) e clientes de varejo. Essa captação de recursos foi definida para oferecer maior rentabilidade, por meio de *spreads* mais altos em nossos depósitos de poupança, e taxas mais altas obtidas sobre fundos de mercado.

Nossa capacidade de obter financiamento depende de diversos fatores, incluindo as classificações de crédito, as condições econômicas gerais e a percepção dos investidores de mercados emergentes em geral e do Brasil (em particular, as condições políticas e econômicas vigentes no Brasil e os regulamentos do governo para financiamentos em moeda estrangeira).

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, nenhum desses eventos, incluindo eventos de inadimplência e descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido e não temos motivos para acreditar que seja provável a ocorrência de algum desses eventos em 2017.

Nossa principal fonte de captação de recursos são nossos depósitos, divididos em depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo e depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2016, o total de depósitos foi de R\$ 329.414 milhões, valor que representa 36,3% da captação total. Em 31 de dezembro de 2015, o total de depósitos foi de R\$ 292.610 milhões, valor que representa 33,2% da captação total. Em 31 de dezembro de 2014, o total de depósitos foi de R\$ 294.773 milhões, valor que representa 37,8% da captação total. Os depósitos a prazo representam uma de nossas maiores fontes de recursos e, em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, eram responsáveis por 17,2%, 12,0% e 13,9% da captação total, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a composição de nossas principais fontes de recursos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Composição das principais fontes de recursos	2016	% do total de recursos	2015	% do total de recursos	2014	% do total de recursos
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Depósitos	329.414	36,3	292.610	33,2	294.773	37,8
Depósitos à vista	61.133	6,7	61.092	6,9	48.733	6,3
Depósitos de poupança	108.250	12,0	111.319	12,6	118.449	15,1
Depósitos a prazo	156.274	17,2	105.250	12,0	108.466	13,9
Depósitos interfinanceiros	3.757	0,4	14.949	1,7	19.125	2,5
Captações no mercado aberto	349.164	38,2	336.643	38,3	288.683	37,0
Recursos de mercados interbancários	135.483	14,9	156.886	17,8	122.586	15,8
Letras hipotecárias	-	-	139	-	143	-
Letras de crédito imobiliário	19.179	2,1	14.452	1,6	10.832	1,4
Letras de crédito do agronegócio	15.442	1,7	13.775	1,6	7.811	1,0
Letras financeiras	19.566	2,2	18.496	2,1	10.645	1,4
Financiamento à importação e à exportação	45.633	5,0	65.566	7,5	43.381	5,6
Repasse no país	29.828	3,3	38.804	4,4	45.230	5,8
Obrigações por operações vinculadas a cessão de crédito	5.835	0,6	5.654	0,6	4.544	0,6
Recursos de mercados institucionais	96.239	10,6	93.918	10,7	73.242	9,4
Dívida subordinada	57.420	6,3	65.785	7,5	55.617	7,1
Obrigações por TVM no exterior	33.583	3,7	24.188	2,7	15.392	2,0
Certificados de operações estruturadas	5.236	0,6	3.945	0,4	2.233	0,3
Total	910.300	100,0	880.057	100,0	779.284	100,0



Depósitos por vencimento

A tabela a seguir apresenta o perfil de vencimento de nossos depósitos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Depósitos por vencimento					2016
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
(Em milhões de R\$)					
Depósitos não remunerados	61.133	-	-	-	61.133
Depósitos à vista	61.133	-	-	-	61.133
Depósitos remunerados	139.982	30.166	17.734	80.399	268.281
Depósitos de poupança	108.250	-	-	-	108.250
Depósitos a prazo	30.555	28.248	17.109	80.362	156.274
Depósitos interfinanceiros	1.177	1.918	625	37	3.757
Total	201.115	30.166	17.734	80.399	329.414

Depósitos por vencimento					2015
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
(Em milhões de R\$)					
Depósitos não remunerados	61.092	-	-	-	61.092
Depósitos à vista	61.092	-	-	-	61.092
Depósitos remunerados	129.260	27.979	14.288	59.991	231.518
Depósitos de poupança	111.319	-	-	-	111.319
Depósitos a prazo	13.466	19.252	13.276	59.256	105.250
Depósitos interfinanceiros	4.475	8.727	1.012	735	14.949
Total	190.352	27.979	14.288	59.991	292.610

Depósitos por vencimento					2014
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
(Em milhões de R\$)					
Depósitos não remunerados	48.733	-	-	-	48.733
Depósitos à vista	48.733	-	-	-	48.733
Depósitos remunerados	134.841	36.829	8.537	65.833	246.040
Depósitos de poupança	118.449	-	-	-	118.449
Depósitos a prazo	11.705	23.656	7.775	65.330	108.466
Depósitos interfinanceiros	4.687	13.173	762	503	19.125
Total	183.574	36.829	8.537	65.833	294.773

A tabela a seguir apresenta o vencimento dos depósitos a prazo em aberto com saldos que excedem US\$ 100 mil (ou seu equivalente) de nossa emissão em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

	2016	2015	2014
(Em milhões de R\$)			
Vencimento em três meses	30.560	26.545	32.549
Vencimento entre três meses e seis meses	11.124	10.512	13.782
Vencimento entre seis meses e doze meses	12.509	8.925	6.097
Vencimento após doze meses	35.167	17.443	34.251
Total de depósitos a prazo que excedem US\$ 100.000	89.360	63.425	86.679

Apresentamos a seguir a composição dos depósitos a prazo, de pessoas físicas e jurídicas, segregados entre os mercados de varejo, Itaú Personnalité, médias e grandes empresas (cada um expresso como uma porcentagem do total de depósitos a prazo), em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

	2016	2015	2014
(%)			
Varejo	8,1	8,3	3,4
Itaú Personnalité	14,3	17,3	19,4
Médias empresas	39,7	28,5	26,2
Grandes empresas	32,5	44,2	35,6
Institucionais	5,4	1,7	15,5
Total	100,0	100,0	100,0

Outras fontes

Atuamos também como agente financeiro em empréstimos de fundos do BNDES e do FINAME e no repasse de tais recursos, por um diferencial determinado pelo governo, para determinados setores da economia. Obtemos linhas de crédito em dólares dos Estados Unidos de nossas coligadas, inclusive do Itaú Unibanco Holding S.A. – agência Grand Cayman, Banco Itaú Chile e Itaú BBA S.A. – agência de Nassau, para financiamento de operações comerciais de empresas brasileiras. Para mais detalhes sobre repasse no país e financiamento à importação e exportação, consulte a [seção](#)

[Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários.](#)

Litígios

Visão geral

Não somos réus em nenhum processo administrativo significativo junto à CVM, SUSEP, ao Banco Central ou a qualquer município. Como parte do curso normal dos nossos negócios, estamos sujeitos e somos parte em vários processos judiciais e administrativos (incluindo reclamações de consumidores) movidos contra nós junto à SUSEP, a alguns municípios ou ao Banco Central do Brasil.

Nossas Demonstrações Contábeis Completas incluem apenas provisões para perdas prováveis que podem ser razoavelmente estimadas e despesas em que eventualmente incorreremos, relacionados a litígios ou processos administrativos pendentes ou de outra forma exigidas pela legislação brasileira. Nossa administração acredita que nossas provisões, incluindo juros, para processos judiciais nos quais somos réus são suficientes para cobrir prováveis perdas que possam ser razoavelmente estimadas no caso de decisões judiciais desfavoráveis. No momento, não é possível estimar o montante de todos os custos em potencial em que possamos incorrer, ou penalidades que possam nos ser impostas, além daqueles para os quais constituímos provisões. Acreditamos que potenciais obrigações relacionadas com esses processos judiciais e administrativos não exercerão efeito adverso significativo sobre nosso negócio, situação financeira ou resultados. Não há processos relevantes nos quais qualquer de nossos membros do conselho, alta administração, ou qualquer de nossas coligadas seja parte contrária a nós ou às nossas subsidiárias ou tenha interesse relevante diferente do nosso ou de nossas subsidiárias.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos](#), para mais detalhes sobre alterações nas provisões e nos respectivos depósitos judiciais relacionados a ações de natureza fiscal e previdenciária e aos principais tipos de controvérsias de natureza fiscal. A tabela a seguir apresenta nossas provisões para essas contingências em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Provisões	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
	(Em milhões de R\$)		
Cíveis	5.172	5.227	4.643
Trabalhistas	7.232	6.132	5.598
Fiscais e previdenciárias	8.246	7.500	6.627
Outras	259	135	159
Total	20.909	18.994	17.027

Em 2016, não havia nenhuma ação coletiva por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio movida contra nós.

Processos cíveis

Litígios originados dos planos de estabilização econômica do governo

Somos réus em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 1980 e 1990 pelo Governo Federal brasileiro para combater a inflação. Para mais detalhes, consulte a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos legais e regulatórios](#). A decisão sobre processos judiciais referentes a planos governamentais para estabilização econômica pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Outros processos cíveis

Além dos processos decorrentes dos planos de estabilização econômica, somos réus em vários processos cíveis resultantes do curso normal dos negócios. No momento, não temos condições de prever o total dos valores envolvidos nessas reivindicações devido à natureza dos pleitos em discussão. Entretanto, acreditamos que quaisquer possíveis passivos relacionados a esses processos não terão impacto adverso significativo sobre nossa situação financeira ou nossos resultados.

Processos trabalhistas

Em 2016, nós e nossas subsidiárias não fomos expostos a passivos ou contingências trabalhistas que impactam individualmente nossos resultados de forma significativa. O conjunto das reclamações trabalhistas de nossas subsidiárias no referido período abrangeu aquelas ajuizadas tanto por colaboradores atuais e ex-colaboradores, quanto por prestadores de serviços terceirizados.

Sindicatos e ex-colaboradores moveram reclamações trabalhistas contra nós, buscando obter compensação por supostas violações de contratos de trabalho ou direitos trabalhistas previstos na legislação trabalhista aplicável. Em 31 de dezembro de 2016, havia 68.386 reclamações trabalhistas movidas contra nós.

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas ajuizadas por nossos atuais e ex-colaboradores incluem:

- diferenças salariais decorrentes da aplicação da jornada de 30 horas de trabalho por semana, limite previsto no artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) do Brasil, aplicável aos colaboradores do banco cujas funções não requerem especial confiança do empregador;
- diferenças salariais decorrentes de horas extras não devidamente registradas no sistema interno;
- reivindicações em relação ao método para estabelecer o pagamento das horas extras trabalhadas; e
- equiparação salarial.

As ações coletivas trabalhistas movidas contra nós referem-se principalmente à manutenção de planos de saúde, normas



de segurança e greves. Somos também réus em reclamações trabalhistas movidas pelo Ministério Público do Trabalho referentes a enquadramento sindical, terceirização, doenças ocupacionais, saúde e segurança e cumprimento da cota mínima para pessoas com deficiência. No exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016, pagamos aproximadamente R\$ 2.453 milhões com despesas trabalhistas diretas, principalmente acordos e condenações envolvendo ex-funcionários, em conformidade com os termos transacionados e as sentenças impostas pela Justiça do Trabalho. [GRI 103-2 | 103-3 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar](#)

Por sua vez, as reclamações trabalhistas ajuizadas por prestadores de serviços terceirizados geralmente envolvem alegações de responsabilidade subsidiária das empresas pertencentes ao nosso grupo.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos](#), para mais detalhes sobre os processos trabalhistas.

Litígios de natureza fiscal

Estamos envolvidos em algumas controvérsias de natureza fiscal, decorrentes do curso normal dos nossos negócios, relacionadas, principalmente, à constitucionalidade ou legalidade de tributos que nos são cobrados.

Classificamos como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

Contingências fiscais correspondem ao montante principal de impostos envolvidos em disputas de natureza fiscal, administrativa ou judicial, sujeitos a autuações fiscais, acrescidos de juros e, se aplicável, penalidades e outros encargos. Reconhece-se uma provisão caso uma perda seja provável.

Aderimos ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais, instituído pela legislação (Lei nº 5.854 de 27 de abril de 2015), do município do Rio de Janeiro; (Lei nº 8.927, de 22 de outubro de 2015, e Decreto nº 26.624, de 26 de outubro de 2015), do município de Salvador; (Lei nº 18.181, de 30 de novembro de 2015, e Decreto nº 29.275 de 30 de novembro de 2015), do município de Recife e (Lei Complementar Municipal nº 95, de 19 de outubro de 2015), do município de Curitiba, para pagamento de débitos fiscais municipais com desconto em relação a multas e juros. Liquidamos os passivos fiscais contestados em questão para os quais nossas chances de sucesso eram mínimas, segundo nossos assessores tributários.

Em 25 de junho de 2013, recebemos um auto de infração da Receita Federal do Brasil alegando que não havíamos recolhido os valores aproximados de R\$ 11.844,7 milhões de IRPJ e de R\$ 6.867 milhões de CSLL, ambos acrescidos de multas e juros acumulados, no exercício fiscal de 2008, decorrentes da transação que levou à associação da Itaú Holding e do Unibanco Holdings S.A. A Receita Federal do Brasil alega que deveria ter sido utilizado um outro modelo de transações. Entretanto, a operação sugerida pela Receita não encontra

respaldo nas normas aplicáveis às instituições financeiras. Em 30 de janeiro de 2014, fomos informados de que as autoridades fiscais confirmaram essas notificações em uma decisão não unânime. Em 28 de fevereiro de 2014, recorremos da decisão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Continuamos defendendo nossa posição de que as transações realizadas foram apropriadas e legítimas, tendo sido aprovadas pelos órgãos administrativos das empresas envolvidas e seus respectivos acionistas e, subsequentemente, sancionadas também pelas autoridades regulatórias competentes, inclusive a CVM, o Banco Central e o CADE. Juntamente com nossos advogados externos, avaliamos o risco de perda nesse processo tributário como remoto. Em 10 de abril de 2017, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) proferiu, em Turma Ordinária, decisão favorável à Companhia, cancelando o auto de infração. Atualmente, aguardamos a formalização do acórdão.

Adicionalmente, recebemos em 14 de novembro de 2013, ainda sobre essa mesma operação, auto de infração lavrado em nome do Itaú Unibanco S.A., cobrando R\$ 1.439,9 milhões de IRPJ e R\$ 502,56 milhões de CSLL, acrescidos de multa e juros. Referido litígio também é classificado como de chance remota de perda pelos nossos advogados. Nós apresentamos recurso voluntário que foi julgado desfavorável pelo CARF. Atualmente, o processo está pendente de julgamento do recurso especial interposto pela empresa junto a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF).

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos](#), para mais detalhes sobre alterações nas provisões e respectivos depósitos judiciais para ações de natureza fiscal e previdenciária e as principais controvérsias de natureza fiscal.

Instrumentos derivativos que se qualificam para hedge contábil

As operações de *hedge* podem ser classificadas em três categorias: *hedge* de valor justo, de fluxo de caixa e de investimento líquido de operações no exterior.

- *Hedge* de valor justo: visa nos proteger da variação no risco de mercado decorrente de mudanças no valor justo de juros sujeitos a taxas variáveis.
- *Hedge* de fluxo de caixa: visa nos proteger da variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros.
- *Hedge* de investimentos líquido de operações no exterior: visa nos proteger das alterações dos fluxos de caixas futuros de variações cambiais dos investimentos líquidos, em operações no exterior.

Consulte a [seção Nossa Gestão de risco, item Gestão de riscos e capital, Risco de mercado](#) para mais detalhes sobre *hedge*.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 9 – Hedge Contábil](#), para mais detalhes. Quanto à política de contabilização de *hedge*, consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 2.4 d V – Resumo das Principais Políticas Contábeis](#).



Divulgação tabular de obrigações contratuais

A tabela a seguir resume o perfil de vencimentos de nossa dívida consolidada de longo prazo, arrendamentos operacionais e outros compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2016:

Obrigações contratuais	Pagamentos devidos no período				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
(Em milhões de R\$)					
Recursos de mercados interbancários ⁽¹⁾⁽³⁾	152.081	81.103	38.982	18.136	13.860
Recursos de mercados institucionais ⁽²⁾⁽³⁾	114.423	22.795	33.125	20.417	38.086
Depósitos a prazo ⁽³⁾	192.387	72.266	22.488	34.763	62.870
Obrigações de arrendamentos operacionais e de capital	6.764	1.362	3.272	1.417	713
Avais e fianças	70.793	17.848	7.157	2.818	42.970
Cartas de crédito a liberar	6.660	6.660	-	-	-
Obrigações com previdência	517	50	100	102	265
Benefícios de planos de saúde	221	15	32	37	137
Total	543.846	202.099	105.156	77.690	158.901

(1) Contemplam letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, letras financeiras, financiamento à importação e exportação e repasses – no país.

(2) Contemplam dívida subordinada, obrigações por emissão de debêntures e obrigações por TVM no exterior.

(3) Inclui o total estimado de pagamento de juros (incluindo derivativos). Esses pagamentos estimados de juros foram calculados com base nas taxas interbancárias a termo em períodos específicos.

Compra de ações pelo emissor e compradores afiliados

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, em 18 de novembro de 2004 passamos a divulgar voluntariamente a Política de Negociação de Valores Mobiliários do Itaú Unibanco Holding S.A. [Clique aqui](#) para mais detalhes. Divulgamos mensalmente ao mercado as operações realizadas com ações próprias pela Tesouraria por meio de um “Comunicado ao Mercado”, assim como outras exigências de divulgação impostas pela regulamentação brasileira sobre títulos e valores mobiliários.

O programa de recompra que entrou em vigor em 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2015, com os limites de 50,0 milhões de ações preferenciais e 10,0 milhões de ações ordinárias.

Em 1º de fevereiro de 2016, nosso Conselho de Administração aprovou a renovação de nosso programa de recompra de ações até 2 de agosto de 2017, autorizando a compra, no total, referente a todas as ações compradas nos termos do programa, de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais emitidas por nós, sem redução do capital social. O processo de aquisição das ações tem como potenciais objetivos: (i) maximizar a alocação de capital através da aplicação eficiente de recursos disponíveis; (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores da Companhia e de suas subsidiárias no âmbito dos modelos de remuneração e planos de incentivos de longo prazo; e (iii) utilizar as ações adquiridas em caso de oportunidades de negócios no futuro. Todas as compras deverão ser feitas no mercado aberto por meio de bolsas de valores.

Período ⁽¹⁾	(a) Quantidade total de ações preferenciais adquiridas ⁽²⁾	(b) Preço médio pago por ação preferencial ⁽²⁾⁽³⁾	(c) Quantidade total de ações preferenciais adquiridas como parte dos planos ou programas divulgados publicamente ⁽²⁾	(d) Quantidade máxima de ações preferenciais que ainda podem ser adquiridas pelos planos ou programas
02/01 a 29/01/2016	7.990.000	25,06	49.980.000	20.000
01/02 a 29/02/2016	-	-	-	50.000.000
01/03 a 31/03/2016	-	-	-	50.000.000
01/04 a 29/04/2016	-	-	-	50.000.000
02/05 a 31/05/2016	-	-	-	50.000.000
01/06 a 30/06/2016	-	-	-	50.000.000
01/07 a 29/07/2016	-	-	-	50.000.000
01/08 a 31/08/2016	-	-	-	50.000.000
01/09 a 30/09/2016	-	-	-	50.000.000
03/10 a 31/10/2016	-	-	-	50.000.000
01/11 a 30/11/2016	1.000.000	35,71	1.000.000	49.000.000
01/12 a 30/12/2016	21.650.000	32,86	22.650.000	27.350.000
02/01 a 31/01/2017	6.350.000	35,21	29.000.000	21.000.000
01/02 a 28/02/2017	-	-	29.000.000	21.000.000
01/03 a 31/03/2017	1.626.000	38,26	30.626.000	19.374.000

(1) Em 27 de agosto de 2015 nosso Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 11.000.000 ações ordinárias e 50.000.000 ações preferenciais, que termina em 26 de agosto de 2016; em 1º de fevereiro de 2016 nosso Conselho de Administração aprovou a renovação de nosso programa de recompra de ações até 2 de agosto de 2017, autorizando a compra, no total, referente a todas as ações compradas nos termos do programa, de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais.

(2) Todos os valores não foram ajustados pela bonificação de 10% de nossas ações. Considerando tal bonificação, ocorrida em outubro de 2016, adquirimos (a) 31,4 milhões de ações preferenciais de nossa própria emissão, no montante total de R\$ 947,4 milhões, ao preço médio de R\$ 30,13 por ação.

(3) Inclui custos de corretagem.

Investimentos

Conforme nossa prática nos últimos anos, nossos dispêndios para aquisição de imobilizado no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2016 foram realizados com recursos internos. Não podemos assegurar que realizaremos dispêndios para aquisição de imobilizado no futuro e que, caso sejam feitos, o montante corresponderá à estimativa atual. A tabela a seguir apresenta nossos investimentos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Investimentos	Exercício findo em 31 de dezembro de						Variação
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Imobilizado	1.430	1.466	3.966	(36)	(2,5)%	(2.500)	(63,0)%
Imobilizado em curso	341	198	1.485	143	72,2%	(1.287)	(86,7)%
Terrenos e edificações	127	6	14	121	2016,7%	(8)	(57,1)%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	137	139	169	(2)	(1,4)%	(30)	(17,8)%
Móveis e equipamentos de processamento de dados	602	1.040	2.236	(438)	(42,1)%	(1.196)	(53,5)%
Outros	223	83	62	140	168,7%	21	33,9%
Ativos intangíveis	2.846	1.062	1.199	1.784	168,0%	(137)	(11,4)%
Direitos de aquisição de folha de pagamento	342	109	109	233	213,8%	-	0,0%
Associação para promoção e oferta de produtos e serviços financeiros	719	39	36	680	1743,6%	3	8,3%
Software desenvolvido ou obtido para uso interno	1.508	899	1.044	609	67,7%	(145)	(13,9)%
Outros ativos intangíveis	277	15	10	262	1746,7%	5	50,0%
Total	4.276	2.528	5.165	1.748	69,1%	(2.637)	(51,1)%

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 15 – Imobilizado e Nota 16 – Ativos Intangíveis](#) para mais detalhes.

Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2016, éramos proprietários e locatários de nossos principais escritórios administrativos, que incluíam 20 prédios de escritórios em 10 diferentes endereços, com área total de 445.707 m² localizados basicamente na cidade de São Paulo, Brasil. Esses escritórios incluem nossa sede, bem como vários outros prédios administrativos, nos quais são realizadas funções administrativas, tais como o departamento comercial, as atividades de suporte, o banco de atacado e de investimento e nosso centro de processamento de dados.

Em julho de 2016 concluímos com sucesso a migração de todo processamento e operação dos negócios do Itaú Unibanco para o novo data center em Mogi Mirim. Esta ação consolida a finalização do grandioso investimentos e planejamento detalhado de implantação do novo centro tecnológico, que permitirá sustentabilidade dos negócios nas próximas décadas, inovação, competitividade

e principalmente a oportunidade de digitalizar nossos negócios, áreas internas, gerando uma nova experiência aos nossos colaboradores e clientes.

Alugamos parte de nossos escritórios administrativos e a maioria de nossas agências por preços bastante competitivos, de terceiros e mediante contratos de aluguel renováveis, com prazos de vencimento que vão desde o primeiro semestre de 2017 (em processo de renovação em condições semelhantes) até o quarto trimestre de 2036.

Em 31 de dezembro de 2016, éramos proprietários de aproximadamente 25% de nossos escritórios administrativos e agências (inclusive postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos e estacionamentos) e alugamos aproximadamente 75%.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta nossa capitalização em 31 de dezembro de 2016. As informações descritas são extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Na data deste Relatório Anual Consolidado, não houve nenhuma alteração relevante em nossa capitalização desde 31 de dezembro de 2016.



A tabela deve ser analisada em conjunto com as informações incluídas na [seção Nosso perfil](#), item [Em números](#), [Dados Contábeis Selecionados – IFRS](#), [seção Desempenho](#) e [seção Anexos](#), item Informações estatísticas selecionadas, para mais detalhes.

Capitalização	Em 31 de dezembro de 2016	
	R\$	US\$ ⁽¹⁾
	(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)	
Passivo Circulante		
Depósitos	249.015	76.406
Captações no mercado aberto	234.569	71.974
Passivos financeiros mantidos para negociação	134	41
Derivativos	10.810	3.317
Recursos de mercados interbancários	75.352	23.120
Recursos de mercados institucionais	19.053	5.846
Outros passivos financeiros	71.798	22.030
Provisão de seguros e previdência privada	1.450	445
Passivos de planos de capitalização	3.147	966
Provisões	4.434	1.360
Obrigações fiscais	1.741	534
Outras obrigações	25.968	7.968
Total	697.471	214.007
Passivo não circulante		
Depósitos	80.399	24.669
Captações no mercado aberto	114.595	35.162
Passivos financeiros mantidos para negociação	385	118
Derivativos	13.888	4.261
Recursos de mercados interbancários	60.131	18.450
Recursos de mercados institucionais	77.186	23.683
Outros passivos financeiros	34	10
Provisão de seguros e previdência privada	152.626	46.831
Provisões	16.475	5.055
Obrigações fiscais	3.452	1.059
Outras obrigações	1.142	350
Total	520.313	159.648
Imposto de renda e contribuição social – diferido	643	197
Participações de acionistas não controladores	12.232	3.753
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores⁽²⁾	122.582	37.612
Capitalização total⁽³⁾	1.353.241	415.217
Índice de Basileia⁽⁴⁾	19,1%	

(1) Conversão de conveniência a 3,2591 reais por dólar dos Estados Unidos, à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016.

(2) O capital acionário autorizado e em circulação da Itaú Unibanco Holding é composto de 3.351.744.217 ações ordinárias e 3.230.563.326 ações preferenciais, todas totalmente integralizadas. Para mais informações sobre nosso capital acionário vide Nota 21 às nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016.

(3) A capitalização total corresponde à soma do total do passivo circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros, participações minoritárias nas subsidiárias e patrimônio líquido.

(4) Calculado dividindo-se o capital regulatório total pelos ativos ponderados pelo risco.

Itens não registrados no balanço patrimonial

Não temos nenhum item que não esteja registrado no balanço patrimonial, exceto as garantias concedidas e descritas na Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros, item 3 – Garantia e Políticas para Mitigação dos Riscos de Crédito e item 5 – Exposição ao Risco de Crédito das nossas demonstrações contábeis consolidadas, e os instrumentos financeiros derivativos discutidos anteriormente. Consulte a

[seção Nossa gestão de riscos](#), item [Gerenciamento de riscos e capital](#), [Sensibilidade à taxa de câmbio](#), para mais detalhes.

Resultados

Destaques

Os destaques dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 são apresentados a seguir:

Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores): diminuiu 9,6% em 2016 em relação a 2015 e aumentou 19,4% em 2015 em relação a 2014.

Em 2016, nosso lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi de R\$ 23.263 milhões, com redução de 9,6% em relação a 2015, quando o lucro líquido atingiu R\$ 25.740 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nosso lucro líquido atribuível aos acionistas controladores aumentou 19,4% em relação a 2014, quando o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi de R\$ 21.555 milhões.

Nosso Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio (ROAE), calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pelo patrimônio líquido médio trimestral atribuído aos acionistas controladores, excluindo-se dividendos trimestrais propostos registrados, atingiu 20,1% em 2016, uma redução de 4,7 pontos percentuais em relação a 2015, quando o indicador atingiu 24,8%, um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2014, quando nosso ROAE atingiu 24,3%.

Patrimônio líquido (atribuível aos acionistas controladores): registrou aumentos de 9,2% em 31 de dezembro de 2016, em relação a 2015 e de 13,1% em 2015 em relação a 2014.

Em 31 de dezembro de 2016, nosso patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores atingiu R\$ 122.582 milhões, um aumento de 9,2% em relação a 2015. Em 31 de dezembro de 2015, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 112.252 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, nosso patrimônio líquido cresceu 13,1% em relação ao de 31 de dezembro de 2014, que totalizou R\$ 99.260 milhões.

Carteira de crédito e arrendamento mercantil: aumentou 3,4% em 31 de dezembro de 2016 em relação a 2015 e 4,8% em 31 de dezembro de 2015 em relação a 2014.

Operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas físicas:

Em 31 de dezembro de 2016, as operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas físicas totalizaram R\$ 183.147 milhões, uma redução de 2,2% em relação a 31 de dezembro de 2015. Essa redução deveu-se principalmente à redução de 23,1% no financiamento de veículos como resultado da aplicação contínua de exigências mais rigorosas para a concessão desse tipo de financiamento, as quais levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento, parcialmente compensada pelos aumentos de (i) 9,9% no crédito imobiliário, que atingiu R\$ 38.242

milhões, principalmente devido ao nosso foco em carteiras com menores índices de inadimplência; e (ii) 0,8% em empréstimos em cartão de crédito, na medida em que somos o líder do mercado brasileiro de cartões de crédito, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), por intermédio da Itaucard, Hipercard, Hiper, Credicard, *joint ventures* e acordos comerciais com as principais empresas dos setores de telecomunicações, veículos, varejo e aviação, que operam no mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2015, as operações de crédito e arrendamento para pessoas físicas totalizaram R\$ 187.220 milhões, um aumento de 0,7% em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em decorrência de aumentos de (i) 19,5% no crédito imobiliário, que atingiu R\$ 34.790 milhões, principalmente devido ao nosso foco em carteiras com menores índices de inadimplência; e (ii) 12,1% em crédito consignado, que atingiu R\$ 45.434 milhões, decorrente do contínuo crescimento de nossas operações de crédito consignado nas agências de varejo e por meio do Banco Itaú BMG Consignado S.A., instituição financeira que visa à oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados. Em 31 de dezembro de 2015, o financiamento de veículos sofreu redução de 30,9% em relação a 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 20.058 milhões, como resultado da aplicação contínua de exigências mais rigorosas para a concessão de financiamento, as quais levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento.

Operações de crédito e arrendamento mercantil para empresas:

Em 31 de dezembro de 2016, as operações de crédito e arrendamento mercantil para empresas, que incluem operações para pequenas, médias e grandes empresas, totalizaram R\$ 180.689 milhões, uma redução de R\$ 37.876 milhões, ou 17,3%, em relação a 31 de dezembro de 2015. Os empréstimos para pequenas e médias empresas totalizaram R\$ 58.935 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 10,8% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os empréstimos para grandes empresas totalizaram R\$ 121.754 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução 20,2% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, as operações de crédito e arrendamento mercantil para empresas totalizaram R\$ 218.565 milhões, um aumento de R\$ 2.725 milhões, ou 1,3%, em relação a 31 de dezembro de 2014. Os empréstimos para pequenas e médias empresas diminuíram 4,1% em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 66.038 milhões. As operações de crédito e arrendamento mercantil para grandes empresas totalizaram R\$ 152.527 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 3,8% em relação a 31 de dezembro de 2014.

Operações de crédito e arrendamento mercantil – América Latina:

O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil de nossas operações na América Latina excluindo Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai) foi de R\$ 126.530 milhões, em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 84,8% em relação a 31 de dezembro de 2015, quando o saldo foi de R\$ 68.463 milhões, principalmente como resultado da fusão entre nossa subsidiária Banco Itaú Chile e o CorpBanca no segundo trimestre de 2016, que representou um importante passo em nosso processo de internacionalização.

O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil de nossas operações na América Latina excluindo Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) foi de R\$ 68.463 milhões, em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 35,2% em relação a 2014, quando o saldo foi de R\$ 50.638 milhões, principalmente como resultado do crescimento orgânico das operações nos países onde atuamos.

Qualidade de crédito (índice de inadimplência acima de 90 dias): diminuiu 0,1% em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015 e aumentou 0,4% em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014.

O índice de inadimplência acima de 90 dias é calculado por meio da divisão das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias pela nossa carteira de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, nosso índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,4%, uma redução de 0,1% em decorrência da redução neste índice para pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2016, o índice para empresas aumentou 0,2% em relação a 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, nosso índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,5%, um aumento de 0,4% em relação a 31 de dezembro de 2014.

O índice de cobertura, calculado pela divisão das provisões para créditos de liquidação duvidosa por operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, reflete a mecânica de nosso modelo de provisionamento e alcançou 160% em 31 de dezembro de 2016, contra um índice de 164% em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de cobertura foi de 160%.

Receita de juros e rendimentos: registrou aumentos de 9,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 e de 23,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014.

Despesa de juros e rendimentos: registrou aumentos de 26,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 e de 2,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014.



Receitas de prestação de serviços: registrou aumentos de 8,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 e de 11,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014.

Resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização: registrou reduções de 11,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 e de 3,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014.

Despesas gerais e administrativas: registrou aumentos de 6,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 e de 11,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014.

Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa: registrou redução de 0,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período

de 2015 e aumento de 30,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014.

Operações de crédito em situação de evidência objetiva de perda: aumentaram de R\$ 27.157 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 30.317 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido à nossa carteira de operações de crédito para grandes empresas, em decorrência do cenário econômico mais desafiador no Brasil. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessas operações era de R\$ 17.206 milhões. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 36.6 – Qualidade de Crédito de Ativos Financeiros](#), para mais detalhes.

Operações de crédito em renegociação: as operações de crédito em renegociação, que incluem pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos, aumentaram 6,1% em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, devido ao aumento em nossa carteira de empréstimos renegociados para grandes empresas. Em 31 de dezembro de 2016, as operações de crédito em renegociação representavam 5,0% de nossa carteira total de crédito.

Destaques	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
	(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)		
Demonstração do resultado			
Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores)	23.263	25.740	21.555
Produto bancário	118.661	92.011	91.657
Ações (R\$)			
Lucro líquido por ação – básico (ordinárias e preferenciais)	3,57	3,91	3,26
Média ponderada da quantidade de ações em circulação – básica – em milhares ⁽¹⁾			
Ordinárias	3.351.741	3.351.741	3.351.741
Preferenciais	3.171.216	3.228.881	3.266.347
Cotação média da ação preferencial no último dia de negociação do período ⁽¹⁾	33,68	23,91	28,69
Capitalização do mercado ⁽²⁾	219.348	155.732	190.161
Capitalização do mercado (em milhões de US\$) ⁽³⁾	67.303	39.882	71.592
Índices de desempenho (%)			
Retorno sobre patrimônio líquido médio – anualizado ⁽⁴⁾	20,1	24,8	24,3
Retorno sobre o ativo médio – anualizado ⁽⁵⁾	1,8	2,2	2,0
Índice de Basileia – consolidado prudencial ⁽⁶⁾	19,1	17,8	16,9
Índice de Inadimplência (90 dias)	3,4	3,5	3,1
Índice de Inadimplência (15-90 dias)	2,5	2,6	2,5
Índice de Eficiência (IE) ⁽⁷⁾	46,7	44,0	47,0
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (IEAR) ⁽⁷⁾	69,2	63,0	62,9
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Balanço patrimonial			
Total do ativo	1.353.241	1.276.415	1.127.203
Total de operações de crédito	490.366	474.248	452.431
Patrimônio líquido	134.814	114.059	100.617
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	122.582	112.252	99.260

(1) O número de ações em circulação foi ajustado para refletir a bonificação de 10% concedido em 5 de junho de 2014, 17 de julho de 2015 e 14 de setembro de 2016.

(2) Quantidade total de ações em circulação (ordinárias e preferenciais) multiplicado pela cotação média da ação preferencial no último dia de negociação do período.

(3) A taxa de conversão US\$/Reais foi R\$ 3,2591 em 31 de dezembro de 2016, R\$ 3,9048 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014.

(4) O retorno anualizado foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pelo patrimônio líquido médio trimestral atribuível aos acionistas controladores, excluindo os dividendos médios trimestrais propostos.

(5) O retorno anualizado foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo ativo médio.

(6) Até 2014, este ratio foi calculado com base no consolidado financeiro.

(7) O Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência Ajustado ao Risco são calculados com base nas informações gerenciais (para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo para o Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência ajustado ao Risco, consulte a Base da Apresentação das Informações por Segmento).



Quando há uma desvalorização do real, incorremos em perdas nos passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como dívidas de longo prazo e empréstimos de curto prazo expressos em dólares dos Estados Unidos, pois o custo em reais da correspondente despesa financeira aumenta. Ao mesmo tempo, realizamos ganhos sobre ativos monetários expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como títulos e valores mobiliários para negociação e empréstimos indexados ao dólar, devido a uma maior receita de juros referente a esses ativos quando convertidos para reais. Quando há valorização do real, os efeitos são opostos aos descritos acima. Consequentemente, o gerenciamento do descasamento (*gap*) em moedas estrangeiras pode ter um efeito significativo sobre nosso lucro líquido. Salvo indicação

contrária, a discussão nesta seção refere-se às nossas taxas de juros e rentabilidades médias. As taxas de juros citadas são calculadas em reais e incluem o efeito da variação do real em relação a moedas estrangeiras.

Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Fatores de risco](#). A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente e o item Risco de Mercado, para mais detalhes.

Lucro líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nosso lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Demonstração consolidada do resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Produto bancário	118.661	92.011	91.657	26.650	29,0%	354	0,4%
Receita de juros e rendimentos	161.495	147.789	120.115	13.706	9,3%	27.674	23,0%
Despesa de juros e rendimentos	(95.126)	(75.064)	(72.977)	(20.062)	26,7%	(2.087)	2,9%
Receita de dividendos	288	98	215	190	193,9%	(117)	(54,4)%
Ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos	7.311	(11.862)	(724)	19.173	(161,6)%	(11.138)	1.538,4%
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	5.513	(6.353)	9.644	11.866	(186,8)%	(15.997)	(165,9)%
Receita de prestação de serviços	31.918	29.452	26.342	2.466	8,4%	3.110	11,8%
Resultado de operações de seg. prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	5.880	6.672	6.888	(792)	(11,9)%	(216)	(3,1)%
Outras receitas	1.382	1.279	2.154	103	8,1%	(875)	(40,6)%
Perdas com créditos e sinistros	(22.122)	(21.335)	(15.801)	(787)	3,7%	(5.534)	35,0%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.379)	(24.517)	(18.832)	138	(0,6)%	(5.685)	30,2%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.742	4.779	5.054	(1.037)	(21,7)%	(275)	(5,4)%
Despesas com sinistros	(1.555)	(1.611)	(2.430)	56	(3,5)%	819	(33,7)%
Recuperação de sinistros com resseguros	70	14	407	56	400,0%	(393)	(96,6)%
Margem operacional	96.539	70.676	75.856	25.863	36,6%	(5.180)	(6,8)%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(58.347)	(52.411)	(47.048)	(5.936)	11,3%	(5.363)	11,4%
Despesas gerais e administrativas	(50.904)	(47.626)	(42.550)	(3.278)	6,9%	(5.076)	11,9%
Despesas tributárias	(7.971)	(5.405)	(5.063)	(2.566)	47,5%	(342)	6,8%
Resultado de participação sobre o lucro líquido em associadas e entidades controladas em conjunto	528	620	565	(92)	(14,8)%	55	9,7%
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	38.192	18.265	28.808	19.927	109,1%	(10.543)	(36,6)%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.898)	(8.965)	(7.209)	5.067	(56,5)%	(1.756)	24,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.712)	16.856	262	(27.568)	(163,6)%	16.594	6.333,6%
Lucro líquido	23.582	26.156	21.861	(2.574)	(9,8)%	4.295	19,6%
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	319	416	306	(97)	(23,3)%	110	35,9%
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	23.263	25.740	21.555	(2.477)	(9,6)%	4.185	19,4%

Produto bancário (receitas operacionais)

O produto bancário (receitas operacionais) é a soma de nossas receitas operacionais, líquidas dos custos de captação, conforme detalhado na tabela anterior. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 23 – Receitas e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho \(Perda\) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Nota 24 – Receitas de Prestação de Serviços e Nota 25 – Outras Receitas](#), para mais detalhes.



A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa receita de juros e rendimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Receita de juros e rendimentos	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Depósitos compulsórios no Banco Central	6.920	5.748	5.904	1.172	20,4%	(156)	(2,6)%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	677	1.628	1.286	(951)	(58,4)%	342	26,6%
Aplicações no mercado aberto	34.162	27.572	17.929	6.590	23,9%	9.643	53,8%
Ativos financeiros mantidos para negociação	23.669	19.826	15.128	3.843	19,4%	4.698	31,1%
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.160	8.979	7.272	2.181	24,3%	1.707	23,5%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.788	3.758	2.347	30	0,8%	1.411	60,1%
Operações de crédito	80.118	79.392	69.248	726	0,9%	10.144	14,6%
Outros ativos financeiros	1.001	886	1.001	115	13,0%	(115)	(11,5)%
Total de receita de juros e rendimentos	161.495	147.789	120.115	13.706	9,3%	27.674	23,0%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento de 9,3% na receita de juros e rendimentos, em relação ao mesmo período de 2015, deveu-se principalmente ao aumento nos juros nas aplicações no mercado aberto, juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação e juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda. Esses aumentos estão relacionados ao crescimento no volume desses ativos remunerados. Aumentos na taxa SELIC acumulada, de 13,8% em 2015 para 14,0% em 2016, também contribuíram para o aumento na receita de juros e rendimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o aumento de 23,0% na receita de juros e rendimentos, em relação ao mesmo período de 2014, deveu-se principalmente a aumentos nos juros sobre operações de crédito e

arrendamento mercantil, juros sobre aplicações no mercado aberto e juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação. O aumento de 14,6% nos juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil deve-se principalmente ao crescimento de 35,2% de nossa carteira de empréstimos na América Latina em relação ao exercício anterior. O aumento nos juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação está relacionado aos aumentos na taxa SELIC acumulada de 10,9% em 2014 para 13,8% em 2015.

A tabela a seguir apresenta a composição do valor contábil das operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento, as principais responsáveis pela variação entre o total de operações de crédito e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Operação de crédito e arrendamento mercantil financeiro por segmento	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Pessoas físicas	183.147	187.220	185.953	(4.073)	(2,2)%	1.267	0,7%
Cartão de crédito	59.022	58.542	59.321	480	0,8%	(779)	(1,3)%
Crédito pessoal	25.813	28.396	27.953	(2.583)	(9,1)%	443	1,6%
Crédito consignado	44.636	45.434	40.525	(798)	(1,8)%	4.909	12,1%
Veículos	15.434	20.058	29.047	(4.624)	(23,1)%	(8.989)	(30,9)%
Crédito imobiliário	38.242	34.790	29.107	3.452	9,9%	5.683	19,5%
Grandes empresas	121.754	152.527	147.002	(30.773)	(20,2)%	5.525	3,8%
Micro, pequenas e médias empresas	58.935	66.038	68.838	(7.103)	(10,8)%	(2.800)	(4,1)%
Empréstimos no exterior – América Latina	126.530	68.463	50.638	58.067	84,8%	17.825	35,2%
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	490.366	474.248	452.431	16.118	3,4%	21.817	4,8%

Em 31 de dezembro de 2016, nossa carteira de crédito totalizou R\$ 490.366 milhões, um aumento de 3,4% em relação ao exercício anterior, influenciado principalmente pelo aumento (i) no volume das operações de crédito para clientes na América Latina (exceto Brasil), como resultado da fusão entre nossa subsidiária Banco Itaú Chile e o CorpBanca no segundo trimestre de 2016, e (ii) no volume de crédito mobiliário como resultado de nosso foco em carteiras com taxas mais baixas de inadimplência. Esses aumentos foram parcialmente compensados pelas reduções no volume de empréstimos para pequenas, médias e grandes empresas, como resultado do ambiente econômico mais desafiador no Brasil. Em 31 de dezembro de 2015, nossa carteira de crédito totalizou R\$ 474.248 milhões, aumento de 4,8% em relação ao mesmo período de 2014.

Desde 2011, priorizamos a redução do risco de crédito de nossa carteira de crédito. Consequentemente, nossas carteiras de crédito imobiliário, crédito consignado e clientes na América Latina (ex-Brasil) cresceram mais rapidamente, enquanto as carteiras de veículos e de pequenas e grandes empresas apresentaram redução. Nossa carteira de crédito imobiliário avançou em consonância com o mercado e mantivemos uma abordagem conservadora em relação às garantias. O *loan-to-value* – relação entre o valor do financiamento e a garantia subjacente – da carteira atingiu 41,8% no quarto trimestre de 2016. Nossa carteira de crédito consignado cresceu mais do que a carteira de crédito pessoal, devido ao crescimento contínuo dessas operações na rede de agências e por intermédio do Banco BMG Consignado, instituição financeira que visa à oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados. Conforme

estabelecido no novo acordo comercial para distribuição de empréstimos consignados do Banco Itaú BMG Consignado e coligadas, mantemos uma associação em base exclusiva por meio de certos canais de distribuição vinculados ao Banco BMG e coligadas. Na América Latina, excluindo Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Panamá, Paraguai e Uruguai), nossa carteira de crédito cresceu 84,8% em relação a 31 de dezembro de 2015

e 35,2% em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014. Em 2016, o crescimento dessa nossa carteira foi decorrente da fusão entre nossa subsidiária Banco Itaú Chile e o CorpBanca no segundo trimestre de 2016, que representou um importante passo em nosso processo de globalização. Para mais detalhes, consulte a tabela acima sobre as operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento.

Despesas de juros e rendimentos	Exercício findo em 31 de dezembro de						Varição
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
	(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Depósitos	(14.701)	(13.587)	(12.064)	(1.114)	8,2%	(1.523)	12,6%
Despesas de captação no mercado aberto	(45.932)	(32.879)	(26.771)	(13.053)	39,7%	(6.108)	22,8%
Recursos de mercados interbancários	(8.348)	(7.970)	(14.404)	(378)	4,7%	6.434	(44,7)%
Recursos de mercados institucionais	(8.248)	(8.030)	(10.695)	(218)	2,7%	2.665	(24,9)%
Despesa financeira de provisões técnicas de seguros e previdência	(17.790)	(12.556)	(8.987)	(5.234)	41,7%	(3.569)	39,7%
Outras	(107)	(42)	(56)	(65)	154,8%	14	(25,0)%
Total de despesas de juros e rendimentos	(95.126)	(75.064)	(72.977)	(20.062)	26,7%	(2.087)	2,9%

As mudanças na taxa SELIC também afetaram o total de nossas despesas de juros. Em 2016, a taxa SELIC acumulada aumentou para 14,0% em 31 de dezembro de 2016, contra 13,8% em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa SELIC acumulada era de 10,9%.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o aumento no volume e na taxa SELIC levou ao crescimento de nossa despesa de juros sobre captações no mercado aberto e sobre as provisões de seguro, previdência e passivo de planos de capitalização. Consulte a [seção Desempenho, Item Desempenho financeiro, Passivos, Captações](#), para mais detalhes.

As receitas de dividendos totalizaram R\$ 288 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em relação a R\$ 98 milhões no mesmo período de 2015. Esse aumento foi ocasionado pelas maiores receitas de dividendos sobre investimentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as receitas de dividendos totalizaram R\$ 215 milhões.

O ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos totalizou um ganho de R\$ 7.311 milhões no

exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao prejuízo de R\$ 11.862 milhões no mesmo período de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos foi uma perda de R\$ 724 milhões. Esses resultados decorreram principalmente de nossas estratégias de gestão de risco, em particular aquelas relacionadas com instrumentos derivativos usados para proteger nossos investimentos no exterior.

O resultado das operações de câmbio e a variação cambial sobre transações totalizaram um ganho de R\$ 5.513 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao prejuízo de R\$ 6.353 milhões no mesmo período em 2015 e ao ganho de R\$ 9.644 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essas variações devem-se principalmente ao efeito dos instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos do impacto de variações cambiais em subsidiárias no exterior.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa receita não decorrente de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Receitas não decorrentes de juros	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Receita de prestação de serviços	31.918	29.452	26.342	2.466	8,4%	3.110	11,8%
Serviços de conta corrente	9.528	8.815	7.725	713	8,1%	1.090	14,1%
Taxas de administração de recursos	3.514	2.932	2.660	582	19,8%	272	10,2%
Comissões de cobrança	1.315	1.250	1.279	65	5,2%	(29)	(2,3)%
Taxas de serviços de cartão de crédito	13.330	12.722	11.507	608	4,8%	1.215	10,6%
Taxas de garantias prestadas e operações de crédito	1.773	1.609	1.407	164	10,2%	202	14,4%
Comissão de corretagem	295	248	262	47	19,0%	(14)	(5,3)%
Outras	2.163	1.876	1.502	287	15,3%	374	24,9%
Resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e de comercialização	5.880	6.672	6.888	(792)	(11,9)%	(216)	(3,1)%
Outras receitas	1.382	1.279	2.154	103	8,1%	(875)	(40,6)%
Total de receitas não decorrentes de juros	39.180	37.403	35.384	1.777	4,8%	2.019	5,7%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita não decorrente de juros totalizou R\$ 39.180 milhões, um crescimento de 4,8% em relação ao exercício anterior, principalmente devido ao aumento de 8,4% na receita de prestação de serviços. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita não decorrente de juros totalizou R\$ 37.403 milhões, um crescimento de 5,7% em relação ao exercício anterior, principalmente devido ao crescimento de 11,8% na receita de prestação de serviços.

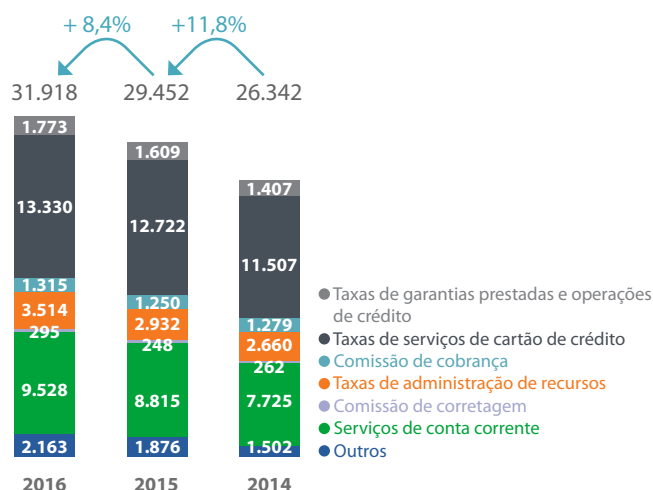
A receita de prestação de serviços consiste na soma das taxas de serviços de conta corrente, taxas de administração de recursos, cobrança, serviços de cartão de crédito, garantias prestadas e linhas de crédito, comissão de corretagem e outras taxas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento da receita de prestação de serviços foi decorrente principalmente de: (i) receita de serviços de conta corrente, influenciada principalmente pela oferta de produtos e serviços diferenciados, (ii) receita de honorários de serviços de cartão de crédito, influenciadas principalmente por maiores receitas de aluguel de equipamento e maior volume de transações em 2016 e (iii) taxas de administração de recursos devido ao aumento no volume de ativos administrados. Em 2015, o aumento na receita de prestação de serviços foi decorrente principalmente de: (i) receita de taxas de serviços de cartão de crédito e (ii) receita de serviços de conta corrente. O crescimento da receita de prestação de serviços e de outras taxas está alinhado com nossa estratégia de diversificação da receita, tornando-a menos dependente das variações da taxa de juros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita das operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização diminuiu R\$ 792 milhões em relação ao exercício de 2015. Essa redução foi influenciada pelo aumento de R\$ 3.030 milhões nas reservas para seguros e previdência, parcialmente compensada pelo aumento na receita de operações de seguros e previdência de R\$ 2.215 milhões e pelo aumento de R\$ 28 milhões na receita das operações de capitalização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita das operações de seguros,

previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização diminuiu R\$ 216 milhões em relação ao exercício de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, outras receitas apresentaram crescimento de R\$ 103 milhões em relação ao exercício de 2015, em virtude principalmente do aumento nos ganhos sobre vendas de ativos mantidos para venda, imobilizado e investimentos em coligadas e *joint ventures*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a redução observada deveu-se principalmente a uma redução nos ganhos sobre vendas de ativos mantidos para venda, imobilizado e investimentos em coligadas e *joint ventures*, em que receitas não recorrentes no valor de R\$ 1.151 milhões provenientes da venda de ativos mantidos pela Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (ISSC) foram refletidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O quadro a seguir apresenta a composição da receita de prestação de serviços relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:



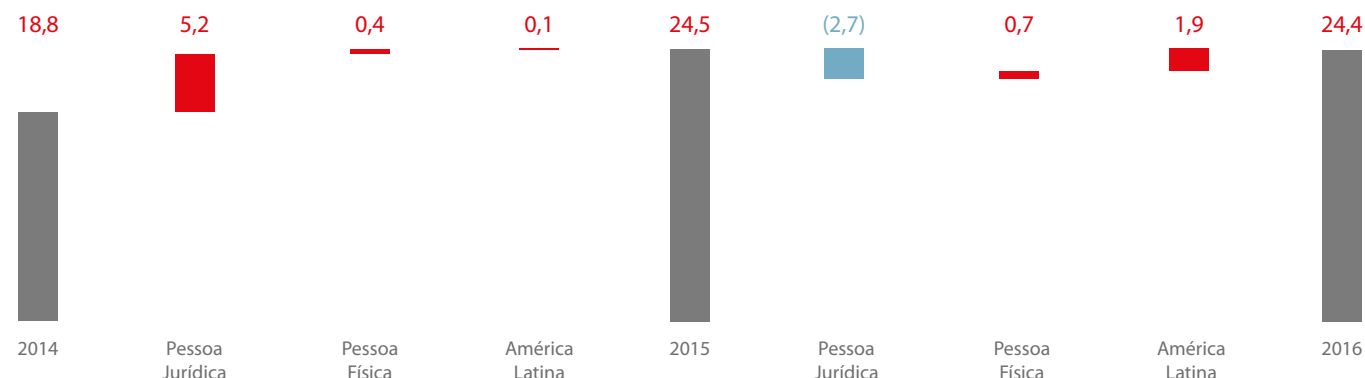
Apresentamos a seguir a composição das perdas com créditos e sinistros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Perdas com créditos e sinistros	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015	2015-2014
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)					
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.379)	(24.517)	(18.832)	138	(5.685)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.742	4.779	5.054	(1.037)	(275)
Despesas com sinistros	(1.555)	(1.611)	(2.430)	56	819
Recuperação de sinistros com resseguros	70	14	407	56	(393)
Total de perdas com créditos e sinistros	(22.122)	(21.335)	(15.801)	(787)	(5.534)
				3,7%	35,0%

Evolução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa

O quadro a seguir apresenta mudanças nos componentes das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, responsáveis principalmente pela variação entre as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Em R\$ bilhões

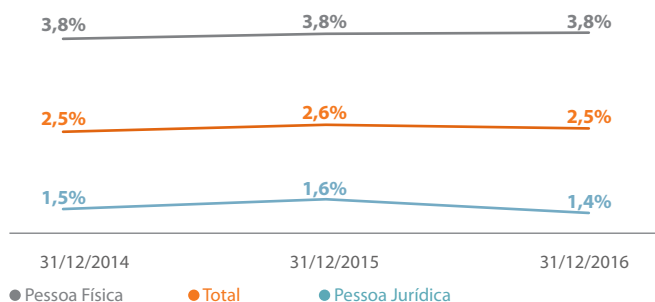


No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa permaneceram relativamente estáveis em relação ao mesmo período de 2015, principalmente como resultado da redução dessas despesas relativas a empresas ser compensada pelo aumento nessas mesmas despesas para nosso segmento na América Latina, como resultado da fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca.

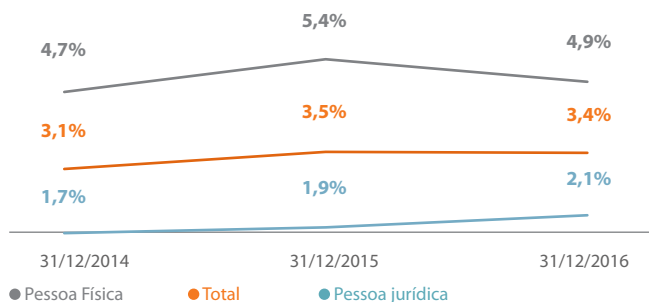
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 30,2% em relação ao exercício de 2014. Esse crescimento deveu-se principalmente ao ambiente econômico mais desafiador no Brasil. Consulte a [seção Contexto macroeconômico, item Contexto brasileiro](#) para mais detalhes.

Em 31 de dezembro de 2016, nosso índice de inadimplência para operações vencidas de 15 a 90 dias atingiu 2,5%, e para operações vencidas acima de 90 dias chegou a 3,4%. O gráfico a seguir apresenta as variações nos índices de inadimplência.

Índice de inadimplência 15 a 90 dias



Índice de inadimplência acima de 90 dias



No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a recuperação de créditos baixados como prejuízo atingiu R\$ 3.742 milhões, uma redução de 21,7% em relação ao exercício de 2015, como resultado do ambiente econômico desafiador no Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a recuperação de créditos baixados como prejuízo atingiu R\$ 4.779 milhões, uma redução de 5,4% em relação ao exercício de 2014.

Em 2016, as despesas com sinistros diminuíram R\$ 56 milhões em relação ao exercício anterior. A redução nas despesas com sinistros foi influenciada pela rescisão antecipada do acordo operacional de seguro de garantia estendida entre o Itaú Seguros S.A. e a Via Varejo no terceiro trimestre de 2014. Em 2015, as despesas com sinistros diminuíram R\$ 819 milhões em relação a 2014, principalmente em virtude de uma redução nos índices de sinistralidade das operações de grandes riscos, gerada pela venda da carteira de grandes riscos, além do decréscimo de sinistros relacionados ao Seguro DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre).

Em 2016, a recuperação de sinistros com resseguro cresceu R\$ 56 milhões de R\$ 14 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 70 milhões, devido principalmente a uma redução na recuperação de sinistros. Em 2015, a recuperação de sinistros com resseguro diminuiu R\$ 393 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente a uma redução na recuperação de sinistros em nosso segmento de produtos de seguros de grandes riscos.

A seguir encontra-se a composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Despesas gerais e administrativas	Exercício findo em 31 de dezembro de					Varição	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Despesas de pessoal	(22.360)	(19.573)	(17.071)	(2.787)	14,2%	(2.503)	14,7%
Despesas administrativas	(15.959)	(15.112)	(14.325)	(847)	5,6%	(787)	5,5%
Depreciação	(1.702)	(1.688)	(1.641)	(14)	0,8%	(47)	2,9%
Amortização	(1.292)	(910)	(827)	(382)	42,0%	(83)	10,0%
Despesas de comercialização de seguros	(721)	(1.138)	(1.214)	417	(36,6)%	76	(6,3)%
Outras despesas	(8.870)	(9.205)	(7.472)	335	(3,6)%	(1.733)	23,2%
Total de despesas gerais e administrativas	(50.904)	(47.626)	(42.550)	(3.278)	6,9%	(5.076)	11,9%

Mantivemos um rígido controle de custos e compensamos parcialmente, com ganhos de eficiência, o potencial aumento de custos (gerado pelo crescimento das operações e dos aumentos de salários e benefícios definidos nas convenções coletivas e pelo impacto da inflação sobre nossos custos administrativos). Entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, o número de nossos colaboradores aumentou 4,9%, atingindo 94.779 pessoas, principalmente como resultado da fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca. Entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, o número de nossos colaboradores diminuiu 3,1%, atingindo 90.320 pessoas, principalmente como resultado da rotatividade natural.

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 3.278 milhões, ou 6,9%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, essas despesas aumentaram 11,9% em relação ao exercício de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento de R\$ 2.787 milhões nas despesas de pessoal em relação ao exercício de 2015 decorreu principalmente do crescimento nas despesas relacionadas com remuneração, benefícios sociais e provisão para reclamações trabalhistas. O crescimento no número de colaboradores na América Latina, decorrente da fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca, contribuiu para esse aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015. A negociação anual do acordo coletivo de trabalho firmado no terceiro trimestre levou ao aumento de 8,0% na remuneração a partir de setembro de 2016 e também definiu um abono a ser pago aos colaboradores, afetando o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o aumento de R\$ 2.503 milhões em despesas de pessoal em relação ao exercício de 2014 foi resultado principalmente do aumento das despesas referentes ao plano de contribuição definida e às provisões para reclamações trabalhistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas administrativas cresceram R\$ 847 milhões, ou 5,6%, em relação

ao exercício de 2015, principalmente devido aos aumentos nos custos de serviços de terceiros, serviços financeiros, concessionárias de serviços públicos e aluguel. O aumento nessas despesas foi decorrente do crescimento orgânico das nossas operações e do efeito da inflação na maior parte dos contratos e custos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas administrativas aumentaram R\$ 787 milhões, ou 5,5%, decorrentes principalmente de aumentos nos custos relacionados a processamento de dados e telecomunicações, publicidade, promoções, publicações e outras despesas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, outras despesas diminuíram R\$ 335 milhões, ou 3,6%, em relação ao exercício de 2015, principalmente nas provisões para processos cíveis. Em 2015, outras despesas aumentaram R\$ 1.733 milhões, ou 23,2%, devido principalmente ao aumento de R\$ 724 milhões em despesas de vendas relacionadas a cartões de crédito, R\$ 390 milhões em provisões para processos judiciais de natureza fiscal e relacionados à previdência social e R\$ 361 milhões em provisões para processos cíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas tributárias (ISS, PIS, Cofins e outras despesas tributárias) totalizaram R\$ 7.971 milhões, com aumentos de R\$ 2.566 milhões em relação ao exercício de 2015 e de R\$ 342 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao exercício de 2014, refletindo o crescimento em nosso produto bancário (receitas operacionais).

Certos montantes de receitas e despesas são reconhecidos na nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável. Por outro lado, certos montantes são considerados receitas tributáveis ou despesas dedutíveis no cálculo do imposto sobre renda, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como "diferenças permanentes". O valor do imposto de renda e contribuição social inclui o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os primeiros contemplam uma despesa tributária exigida pela legislação tributária brasileira do período e os últimos, a despesa tributária resultante das diferenças permanentes.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o imposto de renda e a contribuição social atingiram uma despesa de R\$ 14.610 milhões, comparados a um crédito de R\$ 7.891 milhões no exercício de 2015. Esse crescimento na despesa deveu-se principalmente ao aumento na receita antes do imposto de renda e contribuição social e ainda ao efeito no saldo do crédito fiscal da contribuição social resultante do aumento da alíquota de 15% para 20%, estabelecido pela Medida Provisória nº 675 de maio de 2015 (convertida na Lei nº 13.169 em outubro de 2015) e ao efeito fiscal sobre *hedge* de nossos investimentos em ações no exterior, já que as variações cambiais nesses investimentos não são tributáveis e o *hedge* desses investimentos é tributável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$ 6.947 milhões.

Base de apresentação das informações por segmento

Nossas informações por segmento são baseadas em relatórios utilizados pela alta administração para avaliar o desempenho financeiro de nossos negócios e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e para outros propósitos.

As informações por segmento são preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil (não são preparadas de acordo com o IFRS) e incluem os seguintes ajustes pro forma: (i) reconhecimento do impacto relacionado com a alocação de capital por meio de um modelo proprietário; (ii) uso de financiamento e custo de capital, de acordo com preços de mercado, utilizando alguns critérios gerenciais;

(iii) exclusão de eventos não recorrentes de nossos resultados, e (iv) reclassificação dos efeitos fiscais de transações de *hedge* realizadas para nossos investimentos no exterior. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 34 – Informações por Segmento](#), para mais detalhes.

Os impactos associados à alocação de capital estão incluídos nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis consolidadas, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis consolidadas por segmento e, a partir de 2015, mudamos a metodologia de cálculo. Além do capital alocado nível 1, o CEA considera os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular CMN nº 2.682/99. Desta forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (inclusive perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital de nível 1, calculamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde ao indicador de desempenho operacional ajustado consistentemente ao capital exigido para fazer frente ao risco associado às posições de ativos e passivos assumidos, em conformidade com nosso apetite por risco.

No primeiro trimestre de 2016, adotamos a estrutura de Basileia III em nosso modelo gerencial de alocação de capital.

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustada ao risco foram calculados com base em informações gerenciais, apresentadas a seguir:

- (1) Para cálculo dos Índices de Eficiência e de Eficiência ajustada ao Risco, as Despesas Não Decorrentes de juros consideram as Despesas Pessoais, Despesas Administrativas, Despesas Operacionais e Outras Despesas.
- (2) Para cálculo dos Índices de Eficiência e de Eficiência ajustada ao Risco, o Produto Bancário é líquido de Despesas de Vendas de Seguros e Perdas com Sinistros.

$$\begin{aligned} \text{Índice de Eficiência} &= \frac{\text{Despesas não decorrentes de juros}^{(1)}}{(\text{Produto bancário}^{(2)} - \text{Despesas tributárias de ISS, PIS, Cofins e outras taxas})} \\ \text{Índice de Eficiência Ajustado ao risco} &= \frac{\text{Despesas não decorrentes de juros}^{(1)} + \text{Perdas com créditos}}{(\text{Produto bancário}^{(2)} - \text{Despesas tributárias de ISS, PIS, Cofins e outras taxas})} \end{aligned}$$

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustado ao risco são indicadores para fins gerenciais, que divulgamos aqui por considerarmos serem métricas importantes para o entendimento de como gerenciamos nossos custos indiretos. Essas medidas são divulgadas ao mercado trimestralmente.

Índices de eficiência baixos indicam um desempenho melhor, considerando que calculam a proporção de despesas em relação a receitas. O índice de eficiência ajustado ao risco inclui as parcelas de risco associadas com operações bancárias (resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da recuperação de créditos baixados como prejuízo).

As informações divulgadas referem-se aos segmentos a seguir: (i) Banco de Varejo; (ii) Banco de Atacado; e (iii) Atividades com o Mercado e Corporação.

Os atuais segmentos de negócios e divulgação estão descritos a seguir:

- Banco de Varejo: o resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e micro e pequenas empresas. Esse segmento abrange atividades de financiamento e empréstimo realizadas em unidades fora da rede de agências e oferecem cartões de crédito, além de operações com o Itaú BMG Consignado;
- Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas e clientes com elevado patrimônio financeiro (*private banking*), das atividades das unidades da América Latina (exceto Brasil), que incluem o CorpBanca



a partir do segundo trimestre de 2016 após a fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca, e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento; e

- Atividades com o Mercado e Corporação: esse segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, excesso de dívida subordinada e saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas não associadas a cada um dos segmentos e à participação no Porto Seguro.

de 2016. Informações similares referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas na Nota 34, referente a informações por segmento, na [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\)](#). A análise a seguir deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações contábeis completas, especialmente a Nota 34 referente às informações por segmento, na [Seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\)](#). A coluna de ajustes na Nota 34 mostra os efeitos das diferenças entre os resultados por segmento (substancialmente alinhados com as práticas contábeis adotadas no Brasil) e aqueles calculados segundo as práticas contábeis internacionais (IFRS).

Apresentamos a seguir um resumo dos resultados de nossos segmentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro

Demonstração consolidada do resultado de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016	Banco de varejo	Banco de atacado	Atividade com o mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
(Em milhões de R\$)						
Produto bancário	69.577	28.324	9.412	107.313	11.348	118.661
Margem financeira ⁽¹⁾	39.154	19.755	9.264	68.173	11.308	79.481
Receita de prestação de serviços	22.659	8.072	59	30.790	1.128	31.918
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	7.764	497	89	8.350	(2.470)	5.880
Outras receitas	-	-	-	-	1.382	1.382
Perdas com créditos e sinistros	(14.901)	(8.471)	71	(23.301)	1.179	(22.122)
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.717)	(8.914)	71	(25.560)	1.181	(24.379)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.242	502	-	3.744	(2)	3.742
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(1.426)	(59)	-	(1.485)	-	(1.485)
Margem operacional	54.676	19.853	9.483	84.012	12.527	96.539
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.202)	(13.410)	(2.387)	(52.999)	(5.348)	(58.347)
Despesas não decorrentes de juros ⁽²⁾	(32.883)	(12.034)	(1.616)	(46.533)	(4.371)	(50.904)
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(4.319)	(1.376)	(771)	(6.466)	(1.505)	(7.971)
Resultado de participação sobre o lucro líquido em associadas e entidades controladas em conjunto	-	-	-	-	528	528
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	17.474	6.443	7.096	31.013	7.179	38.192
Imposto de renda e contribuição social	(6.328)	(1.081)	(1.237)	(8.646)	(5.964)	(14.610)
Participação minoritárias nas subsidiárias	(223)	79	(1)	(145)	(174)	(319)
Lucro líquido	10.923	5.441	5.858	22.222	1.041	23.263

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos de R\$ 66.369, receita de dividendos de R\$ 288, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos de R\$ 7.311 e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior de R\$ 5.513.

(2) Referem-se às despesas gerais administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.702, despesas de amortização de R\$ 1.292 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 721.

Receitas das operações no Brasil e no exterior

A maior parte de nossos negócios são realizados no Brasil, mas não segregamos nossas receitas por mercados geográficos dentro do País. Nossas receitas de juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil, de prestação de serviços e de operações de seguro, previdência e capitalização estão divididas entre receitas auferidas no Brasil e no exterior. As informações a seguir estão apresentadas de acordo com o IFRS, após as eliminações na consolidação.

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente às nossas receitas de operações no Brasil e no exterior nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:



Receitas das operações no Brasil e no exterior	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Receitas da intermediação financeira ⁽¹⁾	174.607	129.672	129.250	44.935	34,7%	422	0,3%
Brasil	154.653	117.140	118.946	37.513	32,0%	(1.806)	(1,5)%
Exterior	19.954	12.532	10.304	7.422	59,2%	2.228	21,6%
Receita de prestação de serviços	31.918	29.452	26.342	2.466	8,4%	3.110	11,8%
Brasil	29.061	27.072	24.550	1.989	7,3%	2.522	10,3%
Exterior	2.857	2.380	1.792	477	20,0%	588	32,8%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	5.880	6.672	6.888	(792)	(11,9)%	(216)	(3,1)%
Brasil	5.748	6.570	6.834	(822)	(12,5)%	(264)	(3,9)%
Exterior	132	102	54	30	29,4%	48	88,9%

(1) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido de títulos e valores mobiliários e derivativos, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Banco de varejo

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente ao segmento Banco de Varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Demonstração consolidada do resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Produto bancário	69.577	70.495	65.516	(918)	(1,3)%	4.979	7,6%
Margem financeira	39.154	40.997	37.880	(1.843)	(4,5)%	3.117	8,2%
Receita de prestação de serviços	22.659	21.159	19.234	1.500	7,1%	1.925	10,0%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	7.764	8.339	8.402	(575)	(6,9)%	(63)	(0,7)%
Perdas com créditos e sinistros	(14.901)	(13.893)	(11.840)	(1.008)	7,3%	(2.053)	17,3%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.717)	(16.232)	(14.503)	(485)	3,0%	(1.729)	11,9%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.242	3.886	4.642	(644)	(16,6)%	(756)	(16,3)%
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(1.426)	(1.547)	(1.979)	121	(7,8)%	432	(21,8)%
Margem operacional	54.676	56.602	53.676	(1.926)	(3,4)%	2.926	5,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.202)	(35.924)	(34.200)	(1.278)	3,6%	(1.724)	5,0%
Despesas não decorrentes de juros	(32.883)	(31.547)	(30.243)	(1.336)	4,2%	(1.304)	4,3%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(4.319)	(4.377)	(3.957)	58	(1,3)%	(420)	10,6%
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	17.474	20.678	19.476	(3.204)	(15,5)%	1.202	6,2%
Imposto de renda e contribuição social	(6.328)	(7.263)	(6.761)	935	(12,9)%	(502)	7,4%
Participação minoritária nas subsidiárias	(223)	(342)	(305)	119	(34,8)%	(37)	12,1%
Lucro líquido	10.923	13.073	12.410	(2.150)	(16,4)%	663	5,3%
Medidas de desempenho							
Índice de Eficiência	51,1%	48,0%	49,8%				
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	72,4%	67,4%	66,7%				
Informações do balanço patrimonial							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	214.025	222.774	226.239				
Total de ativos	909.779	873.202	811.185				

O lucro líquido do segmento Banco de Varejo diminuiu 16,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015, devido principalmente ao impacto negativo da redução de R\$ 1.843 milhões na margem de juros, em decorrência do cenário econômico desafiador do Brasil. As despesas não decorrentes de juros aumentaram R\$ 1.336 milhões, com o crescimento das despesas de pessoal, influenciado por eventos relacionados a rescisões de contrato de trabalho, reclamações trabalhistas e pagamento de abonos aos colaboradores em 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita de prestação de serviços aumentou 7,1% em relação ao exercício

de 2015, que teve um impacto positivo no lucro líquido, em razão das maiores receitas dos serviços de contas correntes e cartões de crédito.

O lucro líquido do segmento Banco de Varejo cresceu 5,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em relação ao exercício de 2014, devido, principalmente, ao impacto positivo dos aumentos de R\$ 3.117 milhões na margem de juros e de R\$ 1.925 milhões na receita de prestação de serviços, juntamente com receitas mais altas de serviços de contas correntes e cartões de crédito. As perdas com créditos e sinistros aumentaram 17,3% em relação ao exercício findo



em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente às maiores despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa para pessoas físicas e micro e pequenas empresas, em virtude do ambiente econômico mais desafiador no Brasil. As despesas não decorrentes de juros cresceram 4,3%, com aumento nas despesas de pessoal, afetadas pelas convenções coletivas celebradas em 2014 e 2015.

Banco de atacado

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente ao segmento Banco de Atacado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Demonstração consolidada do resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Produto bancário	28.324	25.774	20.408	2.550	9,9%	5.366	26,3%
Margem financeira	19.755	18.047	13.685	1.708	9,5%	4.362	31,9%
Receita de prestação de serviços	8.072	7.282	6.321	790	10,8%	961	15,2%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	497	445	402	52	11,7%	43	10,7%
Perdas com créditos e sinistros	(8.471)	(5.931)	(3.202)	(2.540)	42,8%	(2.729)	85,2%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.914)	(6.764)	(3.565)	(2.150)	31,8%	(3.199)	89,7%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	502	883	407	(381)	(43,1)%	476	117,0%
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(59)	(50)	(44)	(9)	18,0%	(6)	13,6%
Margem operacional	19.853	19.843	17.206	10	0,1%	2.637	15,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(13.410)	(11.130)	(9.150)	(2.280)	20,5%	(1.980)	21,6%
Despesas não decorrentes de juros	(12.034)	(9.877)	(8.158)	(2.157)	21,8%	(1.719)	21,1%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(1.376)	(1.253)	(992)	(123)	9,8%	(261)	26,3%
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	6.443	8.713	8.056	(2.270)	(26,1)%	657	8,2%
Imposto de renda e contribuição social	(1.081)	(2.691)	(2.591)	1.610	(59,8)%	(100)	3,9%
Participação minoritária nas subsidiárias	79	-	-	79	-	-	-
Lucro líquido	5.441	6.022	5.465	(581)	(9,6)%	557	10,2%
Medidas de desempenho							
Índice de Eficiência	44,8%	40,4%	42,1%				
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	76,0%	64,4%	58,4%				
Informações do balanço patrimonial							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	277.200	251.056	221.950				
Total de ativos	585.088	547.236	436.872				

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido de nosso segmento Banco de Atacado diminuiu 9,6% em relação ao exercício anterior. Nosso produto bancário aumentou 9,9%, já que a margem de juros e as receitas de prestação de serviços registraram alta de 9,5% e 10,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O aumento da margem de juros foi decorrente do crescimento de nossa carteira de clientes da América Latina, resultante da fusão entre nossa subsidiária Banco Itaú Chile e o CorpBanca no segundo trimestre de 2016.

As despesas não decorrentes de juros aumentaram 21,8%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015. As perdas com créditos e sinistros aumentaram 42,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015, devido principalmente à maior provisão para créditos de liquidação duvidosa, que totalizou R\$ 8.914 milhões em 2016, relacionadas principalmente às maiores provisões para grupos econômicos

específicos em virtude do ambiente econômico desafiador no Brasil. Adicionalmente, em 2016, a receita da recuperação de créditos baixados como prejuízo diminuiu 43,1% em relação ao exercício anterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido de nosso segmento Banco de Atacado aumentou 10,2% em relação ao exercício anterior. Nosso produto bancário aumentou 26,3%, já que a margem de juros e as receitas de prestação de serviços registraram alta de 31,9% e 15,2% em relação a 2014. O aumento em nossa carteira de créditos para grandes empresas em 2015 contribuiu para a alta da margem de juros do período em relação à margem de juros de 2014.

As perdas com créditos e sinistros aumentaram 85,2%, devido principalmente às maiores despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa no segmento de grandes empresas em 2015. O aumento de 117,0% na recuperação de créditos



baixados como prejuízo em relação a 2014 decorreu principalmente da reestruturação dos valores detidos por um cliente específico no segmento de grandes empresas. O aumento de 21,1% nas despesas não decorrentes de juros teve um impacto negativo sobre o lucro líquido.

Atividades com o mercado e corporação

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente ao segmento Atividades com o Mercado e Corporação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Demonstração consolidada do resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	2016	2015	2014	2016-2015		2015-2014	
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Produto bancário	9.412	7.641	3.916	1.771	23,2%	3.725	95,1%
Margem financeira	9.264	7.513	3.590	1.751	23,3%	3.923	109,3%
Receita de prestação de serviços	59	59	222	-	0,0%	(163)	(73,4)%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	89	69	104	20	29,0%	(35)	(33,7)%
Perdas com créditos e sinistros	71	98	(3)	(27)	(27,6)%	101	(3366,7)%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	71	98	(3)	(27)	(27,6)%	101	(3366,7)%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	-	-	-	-	-	-	-
Margem operacional	9.483	7.739	3.913	1.744	22,5%	3.826	97,8%
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.387)	(1.948)	(1.089)	(439)	22,5%	(859)	78,9%
Despesas não decorrentes de juros	(1.616)	(1.522)	(1.182)	(94)	6,2%	(340)	28,8%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(771)	(426)	93	(345)	81,0%	(519)	(558,1)%
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	7.096	5.791	2.824	1.305	22,5%	2.967	105,1%
Imposto de renda e contribuição social	(1.237)	(1.040)	(74)	(197)	18,9%	(966)	1305,4%
Participação minoritária nas subsidiárias	(1)	(14)	(6)	13	(92,9)%	(8)	133,3%
Lucro líquido	5.858	4.737	2.744	1.121	23,7%	1.993	72,6%
Medidas de desempenho							
Índice de Eficiência	18,6%	21,0%	29,5%				
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	17,8%	19,7%	29,5%				
Informações do balanço patrimonial							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	-	-	3.572				
Total de ativos	114.956	127.716	107.174				

O segmento Atividades com o Mercado e Corporação inclui o resultado do investimento de nosso capital excedente, custos de nossa dívida subordinada excedente e o saldo líquido dos ativos e passivos fiscais. Inclui ainda a margem financeira sobre transações no mercado, os custos das operações de tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias não ligadas a qualquer segmento, bem como os ajustes referentes à participação minoritária em subsidiárias e à nossa participação na Porto Seguro S.A.

Em 2016, o lucro líquido do segmento Atividades com o Mercado e Corporação cresceu 23,7% em relação ao exercício anterior. Com efeitos positivos em nosso lucro líquido, a margem de juros aumentou R\$ 1.751 milhões, ou 23,3%.

Esse crescimento é resultado de um aumento na margem de juros de R\$ 3.923 milhões, ou 109,3%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao exercício anterior (devido principalmente aos melhores resultados de nossas operações de tesouraria realizadas para fins de gerenciamento de ativos e passivos e de nossa carteira proprietária). Em 2015, as despesas não decorrentes de juros aumentaram 28,8% em relação a 2014.



Variações nos fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta as principais variações nos nossos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Variações nos fluxos de caixa	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
	(Em milhões de R\$)		
Caixa líquido proveniente/ (aplicado) nas atividades operacionais	30.311	(34.459)	89.726
Caixa líquido proveniente/ (aplicado) nas atividades de investimento	14.429	(361)	2.676
Caixa líquido proveniente/ (aplicado) nas atividades de financiamento	(22.329)	(8.529)	(21.688)
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	22.411 (43.350)		70.714

Em 2016, nosso aumento líquido de R\$ 22.411 milhões em caixa e equivalentes de caixa é atribuído à aplicação de R\$ 30.311 milhões em atividades operacionais, R\$ 14.429 milhões em atividades de investimento e R\$ 22.329 milhões em atividades de financiamento.

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o caixa líquido proveniente de atividades operacionais foi de R\$ 30.311 milhões, resultado de reduções nas aplicações no mercado aberto, outros ativos fiscais e nas operações de crédito. Ocorreu ainda uma redução nos recursos de mercados interbancários, parcialmente compensada pelo aumento nas captações no mercado aberto. Em 2015, o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi de R\$ 34.459 milhões, decorrente dos aumentos nos ativos financeiros mantidos para negociação, operações de crédito (como resultado dos aumentos na carteira de crédito) e aplicações no mercado aberto. Em 2014, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais foram resultado da redução nos ativos financeiros para negociação e do aumento nas captações no mercado aberto, parcialmente compensados pelo crescimento das operações de crédito. A administração acredita que o fluxo de caixa das atividades operacionais, saldos de caixa e fundos de mercado interbancário são suficientes para financiar nossas necessidades de liquidez operacional.

Atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento no caixa proveniente das atividades de investimento deveu-se principalmente à consolidação do CorpBanca decorrente da fusão entre nossa subsidiária Banco Itaú Chile e o CorpBanca no segundo trimestre de 2016 e ao caixa recebido da venda de ativos financeiros disponíveis para venda. Em 2015, a compra de ativos disponíveis para venda e de ativos financeiros mantidos até o vencimento foi a principal causa das saídas de caixa em nosso fluxo de caixa provenientes das atividades de investimento. Em 2014, a venda da operação de seguros de grandes riscos e de ativos disponíveis para

venda foi a principal causa das entradas de caixa em nosso fluxo de caixa proveniente de atividades de investimento, compensadas pelo caixa pago pela compra de ativos disponíveis para venda.

Atividades de financiamento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento decorreram, principalmente, do aumento nos resgates de nossa dívida subordinada em mercados institucionais. Além disso, pagamos dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.673 milhões, R\$ 7.008 milhões e R\$ 6.319 milhões em 2016, 2015 e 2014, respectivamente. Em 2016, recomparamos o montante de R\$ 947 milhões em ações para a tesouraria, comparado a R\$ 3.324 milhões em ações para a tesouraria em 2015, o que gerou saídas de caixa nos mesmos montantes.

Liquidez e recursos de capital

Nosso Conselho de Administração estabelece nossa política de gestão do risco de liquidez e amplos limites quantitativos para uma gestão alinhada ao nosso apetite por risco. Composta por membros da alta administração, a Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML) é responsável pela gestão estratégica do risco de liquidez, alinhada com a estrutura de gestão de risco de liquidez e o apetite de risco aprovados pelo Conselho. Ao estabelecer nossas diretrizes, a CSRML considera as implicações de liquidez de cada segmento de mercado e produto. A unidade de tesouraria institucional do Itaú Unibanco Holding é responsável pelo gerenciamento diário do perfil de liquidez do Grupo Unibanco, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho de Administração e pela CSRML. Isso inclui uma responsabilidade de supervisão em relação a todas as unidades de negócio por meio das quais operamos no exterior.

Mantemos pools de liquidez distribuídos em nossas operações no Brasil e em cada subsidiária na América Latina e Europa. Nossas operações brasileiras incluem instituições financeiras no Brasil e entidades utilizadas pelas operações brasileiras para captação de recursos e prestação de serviços a clientes no exterior. Todas as subsidiárias na América Latina (por exemplo, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e Paraguai) e na Europa possuem suas próprias tesourarias, com a devida autonomia para administrar a liquidez de acordo com as necessidades e os regulamentos locais, ao mesmo tempo respeitando os limites de liquidez estabelecidos pela alta administração do Itaú Unibanco Holding. Em geral, raramente ocorrem transferências de liquidez entre as subsidiárias, ou entre a matriz e as subsidiárias, exceto em circunstâncias específicas (como aumentos de capital direcionados). O Brasil, a Argentina, o Reino Unido e a Colômbia são os únicos países em que operamos onde os órgãos reguladores estabelecem níveis mínimos de liquidez locais.



A regulamentação do CMN também estabelece a conservação de capital e reservas anticíclicas para instituições financeiras brasileiras e as respectivas porcentagens mínimas, bem como as sanções e limitações aplicáveis no caso de não cumprimento desses requisitos adicionais.

Com base nas práticas do mercado local e limites legais, definimos nossa reserva de liquidez operacional do grupo

consolidado como o valor total dos ativos que podem ser rapidamente convertidos em dinheiro. A reserva de liquidez operacional geralmente inclui disponibilidades, posição bancada de operações compromissadas e títulos públicos sem ônus.

A tabela a seguir apresenta nossa reserva de liquidez operacional em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Reserva operacional	Em 31 de dezembro de			Saldo médio de 2016 ⁽¹⁾
	2016	2015	2014	
(Em milhões de reais R\$)				
Disponibilidades	18.542	18.544	17.527	19.500
Posição bancada de operações compromissadas ⁽²⁾	77.452	72.091	74.275	73.945
Títulos públicos – carteira própria	81.458	65.965	45.587	64.988
Reserva operacional	174.627	156.600	137.389	158.433

(1) Saldo médio calculado baseado nos saldos trimestrais das Demonstrações Contábeis.

(2) Subtraído o valor de R\$ 4.329 (R\$ 9.461 em 31/12/2015 e R\$ 5.945 em 31/12/2014), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

A administração controla nossas reservas de liquidez mediante a projeção dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando os perfis de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela CSRML. Esses limites buscam assegurar que o Grupo Itaú Unibanco sempre tenha liquidez disponível suficiente para cobrir casos de imprevistos no mercado. Esses limites são revisados periodicamente, com base em projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (cenários de estresse).

A gestão da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais estabelecidas,

proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez em níveis adequados para cumprir nossas obrigações atuais e futuras e aproveitar possíveis oportunidades de negócios.

Estamos expostos aos efeitos de turbulências e volatilidade nos mercados financeiros globais e na economia dos países nos quais temos negócios, especialmente no Brasil. Entretanto, devido às nossas fontes estáveis de captação de recursos, inclusive uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes com os quais temos relações duradouras, bem como linhas disponíveis que possibilitam acesso a recursos adicionais quando necessário, não temos historicamente problemas de liquidez, mesmo em períodos de instabilidade nos mercados financeiros internacionais.

Depósitos e empréstimos médios	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2016		2015		2014	
	Saldo médio	% do total	Saldo médio	% do total	Saldo médio	% do total
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)						
Passivos remunerados	969.461	81,9%	875.904	81,2%	793.069	82,4
Depósitos remunerados	244.121	20,6%	236.314	21,9%	233.999	24,3
Depósitos de poupança	106.838	9,0%	114.500	10,6%	111.473	11,6
Depósitos interfinanceiros	7.304	0,6%	19.633	1,8%	6.131	0,6
Depósitos a prazo	129.979	11,0%	102.182	9,5%	116.395	12,1
Captações no mercado abertos	339.416	28,7%	297.509	27,6%	266.527	27,7
Captações no mercado aberto e recursos de mercados institucionais	240.563	20,4%	219.463	20,3%	183.981	19,1
Recursos de mercados interbancários	144.968	12,2%	134.637	12,5%	113.522	11,8
Recursos de mercados institucionais	95.595	8,1%	84.826	7,9%	70.459	7,3
Provisão de seguros e previdência e Passivos de planos de capitalização	144.387	12,2%	121.856	11,3%	107.880	11,2
Outros passivos remunerados	974	0,1%	761	0,1%	682	0,1
Passivos não remunerados	214.024	18,1%	203.377	18,8%	169.247	17,6
Depósitos não remunerados	61.895	5,2%	54.148	5,0%	43.840	4,6
Derivativos	29.752	2,5%	29.488	2,7%	13.107	1,4
Outros passivos não remunerados	122.377	10,3%	119.740	11,1%	112.300	11,7
Total	1.183.485	100,0	1.079.280	100,0	962.315	100,0

Nossas principais fontes de recursos são depósitos remunerados, captações no mercado aberto, repasses de instituições financeiras governamentais, linhas de crédito junto a bancos estrangeiros e emissão de títulos e valores mobiliários no exterior. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas \(IFRS\), Nota 17 – Depósitos](#), para mais detalhes sobre captações.

Podemos ocasionalmente tentar liquidar ou comprar nossa dívida pendente, inclusive notas subordinadas (sujeito à aprovação do Banco Central) e títulos de dívida (senior notes), por meio de recompras no mercado aberto, operações negociadas de forma privada ou de outra forma. Eventuais recompras dependerão das condições predominantes de mercado, nossos requisitos de liquidez, restrições contratuais e outros fatores. As notas recompradas podem ser mantidas, canceladas ou revendidas e qualquer revenda deverá estar em conformidade com requisitos ou isenções aplicáveis nos termos das respectivas leis de títulos e valores mobiliários.

Parte da nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto na ocorrência de determinados eventos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Até 31 de dezembro de 2016, não havia ocorrido nenhum desses eventos, inclusive eventos de inadimplência ou descumprimento de cláusula financeira.

Segundo a legislação brasileira, os dividendos em espécie somente podem ser pagos se a subsidiária que os distribui tiver contabilizado lucro nas demonstrações contábeis. Além disso, as subsidiárias consideradas instituições financeiras estão proibidas de realizar empréstimos ao Itaú Unibanco Holding, mas podem fazer depósitos no Itaú Unibanco Holding, os quais representam certificados de depósitos interbancários (CDIs). Essas restrições não tiveram, nem se espera que tenham, impacto relevante em nossa capacidade de cumprir nossas obrigações de caixa.

Sazonalidade

Em geral, nossos negócios de Banco de Varejo e de cartão de crédito apresentam certa sazonalidade, com níveis mais altos de transações durante a época de Natal e a posterior redução desses níveis no início do ano. Além disso, há uma certa sazonalidade no final do ano em nossos negócios de planos de previdência, ocasião em que o 13º salário é pago. Há ainda uma certa sazonalidade em nossa receita de prestação de serviços relacionada a serviços de cobrança no início do ano, quando geralmente são pagos impostos e outras contribuições fiscais.

Informações sobre tendências **GRI 103-2 | 103-3 Inovação**

Estamos preparados para vários fatores que afetam nossos futuros resultados das operações, liquidez e recursos de capital, inclusive:

- o ambiente econômico brasileiro (consulte a [seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro](#) e [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos](#), para mais detalhes);
- desdobramentos legais e regulatórios (consulte a [seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro, seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório](#) e [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos legais e Regulatórios](#), para mais detalhes);
- os efeitos de qualquer turbulência financeira internacional, inclusive sobre a liquidez e o capital exigidos ([consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto global](#) e [seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório](#) e a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos](#), para mais detalhes);
- efeitos da inflação sobre o resultado das nossas operações (consulte a [seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro](#) e a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, Inflação e flutuações nas taxas de juros](#) podem ter um efeito adverso relevante sobre nós, para mais detalhes);
- efeitos das oscilações no valor do real, nas taxas de câmbio e taxas de juros sobre nossa receita líquida de juros (consulte a [seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados](#) e a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos](#), para mais detalhes); e
- quaisquer aquisições que venhamos a fazer no futuro (consulte a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco](#), A integração de negócios adquiridos ou associados envolve certos riscos que podem ter um efeito adverso relevante sobre nós, para mais detalhes).

Como parte de nossa estratégia, continuamos a analisar potenciais oportunidades de crescimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Além disso, consulte a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco](#), para comentários sobre os riscos enfrentados em nossas operações e que poderiam afetar nosso negócio, os resultados das operações ou a situação financeira.



Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A é responsável por estabelecer e manter controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aprovadas pelo “International Accounting Standard Board” (IASB). Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção de registros que, em detalhe razoável, refletem precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), conforme aprovadas pelo “International Accounting Standard Board” (“IASB”), e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo esses controles, que foram concebidos para serem efetivos, podem ser incapazes de prevenir ou detectar erros. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de efetividade de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

A nossa administração avaliou a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2016. Nessa avaliação, adotou os critérios estabelecidos pela Estrutura Integrada de Controle Interno (2013) do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO - Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission). Com base nessa avaliação e critérios, nossa administração concluiu que nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2016 são efetivos.

Em concordância com os requisitos de avaliação da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana, seção 13a-15(d), nossa administração concluiu que as mudanças ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não afetaram de maneira relevante e nem têm probabilidade razoável de afetar significativamente nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis.

A efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2016 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, firma de auditoria independente da Companhia, cujo parecer consta no seu relatório incluído em anexo.

Roberto Egydio Setúbal
Chief Executive Officer

Caio Ibrahim David
Chief Financial Officer

Um original assinado deste relatório foi fornecido ao registrante e será retido e fornecido por ele à Comissão de Valores Mobiliários ou sua equipe mediante solicitação.

Data: 20 de abril de 2017



Relatório do auditor independente registrado no PCAOB

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Em nossa opinião, os balanços patrimoniais consolidados e as respectivas demonstrações contábeis consolidadas do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e os resultados das suas operações e seus fluxos de caixa de cada um dos três exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board. Também em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2016, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control – Integrated Framework 2013 (Controles Internos – Um Modelo Integrado 2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). A Administração da Companhia é responsável por essas demonstrações contábeis consolidadas, pela manutenção de controles internos efetivos relacionados a essas demonstrações contábeis consolidadas e pela avaliação sobre a efetividade desses controles internos conforme descrito no “Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas”. Nossa responsabilidade é a de emitir uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e sobre os controles internos da Companhia relacionados às demonstrações contábeis consolidadas com base em nossos exames de auditoria integrada. Nossos exames de auditoria integrada foram conduzidos de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB). Estas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de se obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de erros materiais e de que os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas foram efetivos em todos os seus aspectos relevantes. Um exame de demonstrações contábeis consolidadas compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação das práticas e estimativas contábeis relevantes adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Um exame de controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas compreende a obtenção do entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação do risco sobre a existência de deficiência material nos controles internos, e o teste e a avaliação do desenho e da operação efetiva dos controles internos baseado em nossa avaliação de risco. Nossos exames incluíram também a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base razoável para a emissão de nossas opiniões.

Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são um processo desenvolvido para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e financeiras e à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, refletem adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de adequação (“compliance”) com as políticas e procedimentos possa se deteriorar.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

São Paulo, Brasil
20 de abril de 2017



ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	4	18.542	18.544
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	85.700	66.556
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	22.692	30.525
Aplicações no Mercado Aberto	6	265.051	254.404
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	204.648	164.311
Dados em Garantia		12.950	11.008
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		191.698	153.303
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	1.191	642
Derivativos	8 e 9	24.231	26.755
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	88.277	86.045
Dados em Garantia		17.435	16.706
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		70.842	69.339
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	40.495	42.185
Dados em Garantia		11.778	9.460
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		28.717	32.725
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	463.394	447.404
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		490.366	474.248
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(26.972)	(26.844)
Outros Ativos Financeiros	20a	53.917	53.506
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	5.073	4.399
Ágio	3	9.675	2.057
Imobilizado, Líquido	15	8.042	8.541
Ativos Intangíveis, Líquido	16	7.381	6.295
Ativos Fiscais		44.274	52.149
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.703	2.088
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	37.395	47.453
Outros		4.176	2.608
Bens Destinados à Venda	36.7	631	486
Outros Ativos	20a	10.027	11.611
Total do Ativo		1.353.241	1.276.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos	17	329.414	292.610
Captações no Mercado Aberto	19a	349.164	336.643
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	519	412
Derivativos	8 e 9	24.698	31.071
Recursos de Mercados Interbancários	19a	135.483	156.886
Recursos de Mercados Institucionais	19b	96.239	93.918
Outros Passivos Financeiros	20b	71.832	68.715
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	154.076	129.305
Passivos de Planos de Capitalização		3.147	3.044
Provisões	32	20.909	18.994
Obrigações Fiscais		5.836	4.971
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.741	2.364
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	643	370
Outras		3.452	2.237
Outros Passivos	20b	27.110	25.787
Total do Passivo		1.218.427	1.162.356
Capital Social	21a	97.148	85.148
Ações em Tesouraria	21a	(1.882)	(4.353)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.785	1.733
Reservas Integralizadas	21d	3.443	10.067
Reservas a Integralizar	21e	25.362	20.947
Resultado Abrangente Acumulado		(3.274)	(1.290)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		122.582	112.252
Participações de Acionistas não Controladores	21f	12.232	1.807
Total do Patrimônio Líquido		134.814	114.059
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.353.241	1.276.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Produto Bancário		118.661	92.011	91.657
Receita de Juros e Rendimentos	23a	161.495	147.789	120.115
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(95.126)	(75.064)	(72.977)
Receita de Dividendos		288	98	215
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	7.311	(11.862)	(724)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		5.513	(6.353)	9.644
Receita de Prestação de Serviços	24	31.918	29.452	26.342
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		5.880	6.672	6.888
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	24.849	22.634	22.797
Resseguros de Prêmios	30b III	(94)	(89)	(1.031)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(19.490)	(16.460)	(15.436)
Receita de Operações de Capitalização		615	587	558
Outras Receitas	25	1.382	1.279	2.154
Perdas com Créditos e Sinistros		(22.122)	(21.335)	(15.801)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(24.379)	(24.517)	(18.832)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		3.742	4.779	5.054
Despesas com Sinistros		(1.555)	(1.611)	(2.430)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		70	14	407
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		96.539	70.676	75.856
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(58.347)	(52.411)	(47.048)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(50.904)	(47.626)	(42.550)
Despesas Tributárias		(7.971)	(5.405)	(5.063)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	528	620	565
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	38.192	18.265	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(3.898)	(8.965)	(7.209)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(10.712)	16.856	262
Lucro Líquido		23.582	26.156	21.861
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	23.263	25.740	21.555
(Prejuízo) Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	21f	319	416	306
Lucro por Ação - Básico	28			
Ordinárias		3,57	3,91	3,26
Preferenciais		3,57	3,91	3,26
Lucro por Ação - Diluído	28			
Ordinárias		3,54	3,89	3,24
Preferenciais		3,54	3,89	3,24
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28			
Ordinárias		3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais		3.171.215.661	3.228.881.081	3.266.347.063
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28			
Ordinárias		3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais		3.216.235.372	3.270.734.307	3.305.545.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido		23.582	26.156	21.861
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		2.040	(2.171)	583
Variação de Valor Justo		2.780	(6.518)	20
Efeito Fiscal		(1.251)	2.659	14
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	23c	851	2.812	915
Efeito Fiscal		(340)	(1.124)	(366)
Hedge		(697)	(1.739)	(143)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	(2.815)	1.148	336
Variação de Valor Justo		(5.041)	2.104	644
Efeito Fiscal		2.226	(956)	(308)
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	2.118	(2.887)	(479)
Variação de Valor Justo		3.760	(5.134)	(830)
Efeito Fiscal		(1.642)	2.247	351
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		(590)	(48)	202
Remensurações	29	(1.048)	(68)	332
Efeito Fiscal		458	20	(130)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(2.737)	3.099	440
Total do Resultado Abrangente		21.598	25.297	22.943
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		319	416	306
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		21.279	24.881	22.637

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2016, 2015 e 2014
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes						
							Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾			
Saldos em 01/01/2014	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192
Transações com os Acionistas	15.000	526	524	(12.053)	-	(7.344)	-	-	-	-	(3.347)	82	(3.265)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	526	223	-	-	-	-	-	-	-	749	-	749
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	561	(26)	-	-	-	-	-	-	-	535	-	535
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(35)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	249	-	-	-	-	-	-	-	249	-	249
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	301	-	-	-	-	-	-	-	301	-	301
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167	167
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.947	-	(7.344)	-	-	-	-	(4.397)	(85)	(4.482)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2014 - Exercício 2013 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.597)	-	-	-	-	-	-	(2.597)	-	(2.597)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(639)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)
Outros	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	21.555	583	202	440	(143)	22.637	306	22.943
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	21.555	-	-	-	-	21.555	306	21.861
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	583	202	440	(143)	1.082	-	1.082
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	870	-	(870)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	9.178	4.163	(13.341)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617
Mutação do Período	15.000	526	524	(5.258)	4.163	-	583	202	440	(143)	16.037	388	16.425
Saldos em 01/01/2015	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617
Transações com os Acionistas	10.148	(3.025)	225	(7.445)	-	(8.207)	-	-	-	-	(8.304)	34	(8.270)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	10.148	-	-	(10.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(3.025)	101	-	-	-	-	-	-	-	(2.924)	-	(2.924)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	299	45	-	-	-	-	-	-	-	344	-	344
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(3.324)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.324)	-	(3.324)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	124	-	-	-	-	-	-	-	124	-	124
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276	276
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.703	-	(8.207)	-	-	-	-	(5.504)	(242)	(5.746)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.936)	-	-	-	-	-	-	(2.936)	-	(2.936)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(639)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)
Outros	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	25.740	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	24.881	416	25.297
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	25.740	-	-	-	-	25.740	416	26.156
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	(859)	-	(859)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	1.054	-	(1.054)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	11.823	4.656	(16.479)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	85.148	(4.353)	1.733	10.067	20.947	-	(2.771)	(225)	4.822	(3.116)	112.252	1.807	114.059
Mutação do Período	10.148	(3.025)	225	1.857	4.646	-	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	12.992	450	13.442
Saldos em 01/01/2016	85.148	(4.353)	1.733	10.067	20.947	-	(2.771)	(225)	4.822	(3.116)	112.252	1.807	114.059
Transações com os Acionistas	12.000	2.471	52	(9.620)	-	(11.574)	-	-	-	-	(6.671)	10.106	3.435
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	12.000	-	-	(12.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	2.471	39	(2.670)	-	-	-	-	-	-	(160)	-	(160)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	748	(17)	-	-	-	-	-	-	-	731	-	731
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(947)	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	-	(947)
Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologado em 07/06/2016	-	2.670	-	(2.670)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.199	10.199
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	5.050	-	(11.574)	-	-	-	-	(6.524)	(93)	(6.617)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.697)	-	-	-	-	-	-	(2.697)	-	(2.697)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(1.586)	-	-	-	-	-	-	(1.586)	-	(1.586)
Outros	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	5	-	5
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	23.263	2.040	(590)	(2.737)	(697)	21.279	319	21.598
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	23.263	-	-	-	-	23.263	319	23.582
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	2.040	(590)	(2.737)	(697)	(1.984)	-	(1.984)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	943	-	(943)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	6.336	4.410	(10.746)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	97.148	(1.882)	1.785	3.443	25.362	-	(731)	(815)	2.085	(3.813)	122.582	12.232	134.814
Mutação do Período	12.000	2.471	52	(6.624)	4.415	-	2.040	(590)	(2.737)	(697)	10.330	10.425	20.755

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Ajustado		97.507	56.881	58.231
Lucro Líquido		23.582	26.156	21.861
Ajustes ao Lucro Líquido:		73.925	30.725	36.370
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		69	180	550
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		17.941	(9.681)	1.186
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	24.379	24.517	18.832
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		942	15.409	7.879
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		19.490	16.460	15.436
Resultado de Operações de Capitalização		(615)	(587)	(558)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	3.233	2.828	2.544
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		1.610	1.479	1.019
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		4.246	3.948	3.380
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(383)	(285)	(377)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	27b	4.172	(1.869)	(262)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(528)	(620)	(565)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	851	2.812	915
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.719)	(16.941)	(9.012)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(185)	(6.821)	(3.517)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	124	36	35
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(69)	43	14
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	(14)	11	41
(Ganho) Perda decorrente de Alienação do Investimento da ISSC		-	-	(1.151)
Outros		381	(194)	(19)
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(67.196)	(91.340)	31.495
(Aumento) Redução em Ativos		(30.405)	(149.459)	8.195
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		521	3.308	12.099
Aplicações no Mercado Aberto		2.675	(88.250)	11.327
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(20.390)	(2.762)	13.893
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(34.950)	(31.056)	26.073
Derivativos (Ativos / Passivos)		(4.047)	3.008	4.525
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		(655)	435	(303)
Operações de Crédito		23.416	(28.103)	(42.309)
Outros Ativos Financeiros		881	2.476	(35.546)
Outros Ativos Fiscais		5.262	(15.037)	1.203
Outros Ativos		(3.118)	6.522	17.233
(Redução) Aumento em Passivos		(36.791)	58.119	23.300
Depósitos		(18.136)	(16.696)	(4.353)
Captações no Mercado Aberto		8.534	47.833	22.013
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		206	(434)	47
Recursos de Mercados Interbancários		(27.017)	33.199	3.946
Outros Passivos Financeiros		1.915	(5.222)	4.711
Provisão de Seguros e Previdência		5.141	3.067	(383)
Passivos de Planos de Capitalização		718	621	536
Provisões		(2.993)	(2.005)	(4.852)
Obrigações Fiscais		6.359	6.931	8.119
Outros Passivos		(5.095)	(2.693)	1.237
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.423)	(6.482)	(7.721)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		30.311	(34.459)	89.726
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		287	243	213
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		18.760	12.214	60.768
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		3.473	3.160	2.667
Alienação de Bens Destinados a Venda		336	123	68
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		69	(43)	(14)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição do CorpBanca	3	5.869	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Recovery	3	(714)	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	3a	-	-	(88)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Venda da ISSC		-	-	1.474
Alienação de Imobilizado de Uso	15	109	104	62
Distrato de Contratos do Intangível	16	10	69	222
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(9.959)	(9.516)	(46.165)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(1.363)	(4.090)	(11.322)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	(381)	(0)	(10)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(991)	(1.466)	(3.966)
(Alienação) Aquisição de Intangível / Ágio	16	(1.076)	(1.158)	(1.232)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		14.429	(361)	2.676
Captação em Mercados Institucionais		4.864	6.667	207
Resgate em Mercados Institucionais		(18.198)	(5.242)	(16.158)
(Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		(1.013)	276	167
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		731	344	535
Aquisições de Ações para Tesouraria		(947)	(3.324)	(35)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(93)	(242)	(85)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(7.673)	(7.008)	(6.319)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(22.329)	(8.529)	(21.688)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	22.411	(43.350)	70.714
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	91.649	125.318	55.790
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(17.941)	9.681	(1.186)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	96.119	91.649	125.318
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa				
Juros Recebidos		168.708	136.277	117.079
Juros Pagos		79.227	58.436	67.559
Transações não Monetárias				
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		2.869	2.458	2.270

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas	193.150	147.337	150.856
Juros, Rendimentos e outras	174.607	129.672	119.606
Prestação de Serviços	31.918	29.452	26.342
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.880	6.672	6.888
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.637)	(19.738)	(13.778)
Outras	1.382	1.279	11.798
Despesas	(104.771)	(86.175)	(82.962)
Juros, Rendimentos e outras	(95.126)	(75.064)	(72.977)
Outras	(9.645)	(11.111)	(9.985)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(15.910)	(14.652)	(13.833)
Materiais, Energia e Outros	(738)	(798)	(654)
Serviços de Terceiros	(4.340)	(4.044)	(4.189)
Outras	(10.832)	(9.810)	(8.990)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.966)	(4.052)	(3.870)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.036)	(1.095)	(972)
Instalações	(1.161)	(1.022)	(924)
Transportes	(391)	(411)	(432)
Segurança	(716)	(675)	(627)
Viagens	(199)	(212)	(204)
Outras	(3.363)	(2.343)	(1.961)
Valor Adicionado Bruto	72.469	46.510	54.061
Depreciação e Amortização	(2.994)	(2.598)	(2.468)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	69.475	43.912	51.593
Valor Adicionado Recebido em Transferência	528	620	565
Valor Adicionado Total a Distribuir	70.003	44.532	52.158
Distribuição do Valor Adicionado	70.003	44.532	52.158
Pessoal	20.321	17.609	15.238
Remuneração Direta	16.512	13.891	12.252
Benefícios	2.983	2.914	2.286
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	826	804	700
Impostos, Taxas e Contribuições	24.620	(522)	13.843
Federais	23.410	(1.661)	12.802
Estaduais	35	16	67
Municipais	1.175	1.123	974
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	1.480	1.289	1.216
Remuneração de Capitais Próprios	23.582	26.156	21.861
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6.617	5.746	4.482
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	16.646	19.994	17.073
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	319	416	306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

**Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 para Contas Patrimoniais e
De 01/01 a 31/12 de 2016, 2015 e 2014 para Contas de Resultado**

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2017.



Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

A Administração entende que as informações prestadas nessas Demonstrações Contábeis Consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos:
 - (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros;
 - (II) Redução ao valor recuperável (*impairment*): A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios;
 - (III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*): Os requisitos para Contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está em processo de implantação da IFRS 9 e os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Cabe destacar que a adoção do conceito de perda esperada frente ao conceito de perda incorrida deve apresentar incremento na provisão de crédito de liquidação duvidosa em decorrência da antecipação do reconhecimento de perdas. No processo de implantação estão envolvidas as áreas de finanças, de riscos, tecnologia e a Administração.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotará a IFRS 15 retrospectivamente apenas para contratos não finalizados até a data de entrada em vigor da norma. Demais efeitos deverão ser ajustados em contrapartida a Lucros e Prejuízos Acumulados. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos significativos na adoção desta norma até o presente momento.
- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes



divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa nos fluxos de caixas recebidos em relação aos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por redução ao valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4d X). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4d X. O detalhamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está na Nota 12b.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4k, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 31.



A equipe responsável pelo apuração dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis



a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, de acordo com a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, e suas entidades de propósito específico, de acordo com a SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu a IAS 27 e a SIC 12.

De acordo com a IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou seus investimentos, em 1º de janeiro de 2013, a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com a IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com a IAS 27 e SIC 12. A aplicação da norma não acarretou impactos relevantes.



A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2016 e 31/12/2015:

				Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		País de Constituição	Atividade				
Banco CorpBanca Colombia S.A.	(Nota 3)	Colômbia	Instituição Financeira	23,67%	0,00%	23,67%	0,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Chile	(Nota 3)	Chile	Instituição Financeira	-	99,99%	-	99,99%
Banco Itaú Consignado S.A.(*)		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	60,00%	100,00%	60,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú (Suisse) S.A.		Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização		Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financ. e Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.		Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera		Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc		Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.		Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.		Brasil	Seguros	99,99%	60,00%	99,99%	60,00%
Itaú CorpBanca	(Nota 3)	Chile	Instituição Financeira	35,71%	0,00%	35,71%	0,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.		Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.		Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.		Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. de Crédito Financiamento e Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A.		Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Nova denominação social do Banco Itaú BMG Consignado S.A..

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento (FIC) o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com a IFRS 3 somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com a IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o

propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4h. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas



em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria na qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

Categorias	Reconhecimento e Mensuração
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação - Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo	- Inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo; - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado; - Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são incluídos diretamente na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda(*)	- Inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo, mais os custos de transação; - Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento(*) - Empréstimos e Recebíveis - Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	- Inicialmente reconhecidos a valor justo, mais os custos de transação; - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

(*) Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Taxa Efetiva de Juros – ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

As receitas e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas, na Demonstração Consolidada do Resultado, nas rubricas Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros ao custo amortizado as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial Consolidado:

Empréstimos e Recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado
Depósitos Compulsórios no Banco Central (Nota 2.4dl e Nota 5);	Depósitos (Nota 17);

• Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6); • Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4dII e Nota 6); • Operações de Crédito (Nota 2.4dVIII e Nota 12); e • Outros Ativos Financeiros (Nota 20a).	• Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4dII e Nota 19a); • Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a); • Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b); • Obrigações de Planos de Capitalização; e • Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IAS 39.

Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I – Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

II – Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

III – Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

IV – Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados, irrevogavelmente, a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). De acordo com a IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os

ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

V – Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios da IAS 39, são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com a IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

VI – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

VII – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com a IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, quanto a reversão do montante dessa perda, são registradas, quando aplicável, na Demonstração Consolidada do Resultado.

VIII – Operações de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido

utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

IX – Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de rating com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de rating determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de default) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o default).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem

a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de back-testing, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A Administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

e) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

Até 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos da IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou a IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as determinações de transição da IFRS 11.

Os efeitos da adoção da IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

f) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

g) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

h) Ágio

De acordo com a IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor

recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

i) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

j) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço



Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	31/12/2016
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ^(*)	20,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

I) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

m) Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.



n) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação em relação ao efetivamente realizado, ou mudanças em tais premissas, são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

o) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

p) Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

q) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

r) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

s) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

t) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

u) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

v) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

w) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.



Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

Gestora de Inteligência de Crédito (GIC)

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito (GIC) que possibilitará maior eficiência na gestão e concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos.

A GIC será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado entre as partes, sendo que cada uma delas deterá 20% de seu capital social.

A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre as partes, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes. A operação foi aprovada pelo CADE no dia 9 de novembro de 2016.

Banco Itaú BMG Consignado S.A.

Em 29 de setembro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco), assinou contrato de compra e venda com o Banco BMG S.A. (BMG) para aquisição de 40% de participação no capital social do Banco Itaú BMG Consignado S.A. (Itaú BMG Consignado), correspondente à totalidade da participação detida pelo BMG no Itaú BMG Consignado, passando a deter 100% do capital social do Itaú BMG Consignado, pelo montante de R\$ 1.460.

O Itaú Unibanco e o BMG manterão uma associação por meio da celebração de um novo acordo comercial para distribuição de empréstimos consignados do Itaú BMG Consignado e de suas afiliadas, com exclusividade, em determinados canais de distribuição vinculados ao BMG e a suas afiliadas.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 28 de Dezembro de 2016.

Atualmente, o Itaú BMG Consignado é controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, esta aquisição não acarretou efeito em seus resultados no reconhecimento inicial.

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (ConectCar) pelo montante de R\$ 170.

A ConectCar, localizada na cidade de Barueri-São Paulo, é uma instituidora de arranjos de pagamentos próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e estacionamento, que posiciona-se como a segunda maior empresa do setor e opera atualmente em 12 estados e no Distrito Federal. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da ConectCar.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 29 de janeiro de 2016. A participação adquirida é avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial (Nota 2.4e II).

A aquisição não acarretou efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no reconhecimento inicial.

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) para aquisição de 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (Recovery), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery, pelo montante de R\$ 640.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R\$ 570.



Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a Recovery é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da Recovery consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

Após o cumprimento de determinadas condições suspensivas e aprovação dos reguladores, o fechamento da operação ocorreu em 31 de março de 2016.

A aquisição não acarretou efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no reconhecimento inicial.

Em 07 de julho de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., adquiriu da International Finance Corporation, participação adicional de 6,92% pelo montante de R\$ 59, passando a deter 96% do capital social da Recovery.

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

O CorpBanca é um banco comercial com sede no Chile e que também atua na Colômbia e no Panamá, focado em pessoas físicas e grandes e médias empresas. Em 2015, de acordo com a Superintendência Chilena de Bancos, foi um dos maiores bancos privados do Chile em termos de tamanho total de sua carteira de crédito, com *market share* de 7,1%.

Esse acordo representa um importante passo no processo de internacionalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. E, conforme previsão do aditamento ao *Transaction Agreement*, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes fecharam a operação em 1º de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária.

A operação foi concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de R\$ 2.309 concluído em 22 de março de 2016;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção de 80.240 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o Corp Group.

A seguinte estrutura societária foi formada como resultado da transação:

Participação Acionária	
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	33,58%
Corp Group	33,13%
Outros Acionistas não Controladores	33,29%

O Itaú CorpBanca passou a ser controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o Corp Group, o qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o Corp Group indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, terão o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá o direito de indicar a maioria dos membros eleitos por tal bloco. Exceto por algumas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca, sobre as quais o Corp Group tem direito de veto, os membros do conselho de administração indicados pelo Corp Group deverão votar de acordo com as recomendações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O valor justo da contraprestação transferida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por sua participação no Itaú CorpBanca foi de R\$ 10.517, utilizando como base a cotação das ações do CorpBanca na Bolsa de Santiago.

A contraprestação transferida resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 6.928. Adicionalmente, no Brasil, foi gerado um ágio de R\$ 692 pela diferença entre o valor patrimonial do BIC e o valor patrimonial do Itaú CorpBanca resultante da fusão. Estes valores não serão deduzidos para fins fiscais, a menos que haja alienação ou incorporação do investimento.

A tabela abaixo resume os principais ativos e passivos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

CORPBANCA

Ativo	01/04/2016
Disponibilidades	5.869
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.712
Aplicações no Mercado Aberto	186
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.684
Derivativos	6.628
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.164
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	236
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquido	75.222
Outros Ativos Financeiros	3.018
Ágio	888
Imobilizado, Líquido	494
Ativos Intangíveis, Líquido	2.603
Ativos Fiscais	1.413
Bens Destinados à Venda	2
Outros Ativos	1.257
Total do Ativo	114.376
Passivo e Patrimônio Líquido	01/04/2016
Depósitos	68.387
Captações no Mercado Aberto	4.052
Derivativos	5.749
Recursos de Mercados Interbancários	6.429
Recursos de Mercados Institucionais	17.025
Outros Passivos Financeiros	1.583
Provisões	140
Obrigações Fiscais	1.341
Outros Passivos	2.619
Total do Passivo	107.325
Ativos Líquidos	7.051
Participação dos acionistas não controladores	1.515
Ativos Líquidos Assumidos	5.536
Ajuste a Valor Justo dos Ativos Líquidos Assumidos	(1.946)
Ativos Líquidos Assumidos a Valor Justo	3.590

Até um ano após a data de aquisição, serão realizados ajustes nos valores apresentados para refletir qualquer nova informação obtida sobre fatos existentes no fechamento da operação, conforme previsão da IFRS 3 – Combinação de Negócios.

Não foram registrados passivos contingentes em decorrência da aquisição.

Adicionalmente, em 26 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente 10.908.002.836 ações do Itaú CorpBanca, pelo valor de R\$ 288,1.

A possibilidade de ocorrência de referida aquisição estava prevista no acordo de acionistas do Itaú CorpBanca celebrado, entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e afiliadas, em 1º de abril de 2016. Com isso, a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Itaú Corp Banca passa de aproximadamente 33,58% para 35,71%, sem alterações na governança do Itaú CorpBanca.

Essa operação foi implementada por meio da aquisição de 100% do capital social de uma sociedade denominada CGB II SpA que atualmente detém as ações do Itaú CorpBanca. Todas as aprovações regulatórias necessárias foram obtidas em outubro de 2016.

As aquisições não acarretaram efeitos contábeis no lucro líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no reconhecimento inicial.

MaxiPago

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede) assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A.(MaxiPago), uma empresa de *gateway* – dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 19.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a Rede seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MaxiPago.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de Janeiro de 2015.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	15
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(4)
(=) Ágio	11

No 2º semestre de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Rede, aumentou capital da MaxiPago em 21,98% e adquiriu participações adicionais no total de 3,02%, pelo montante de R\$ 2, passando a deter 100% do capital da MaxiPago.



Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	18.542	18.544
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.358	22.022
Aplicações no Mercado Aberto	64.219	51.083
Total	96.119	91.649

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 9.334 (R\$ 8.503 em 31/12/2015) e R\$ 200.832 (R\$ 203.321 em 31/12/2015), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/12/2016	31/12/2015
Não Remunerados	3.002	3.790
Remunerados	82.698	62.766
Total	85.700	66.556

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.503	1.189	22.692	29.769	756	30.525
Aplicações no Mercado Aberto (*)	264.740	311	265.051	254.404	-	254.404
Total	286.243	1.500	287.743	284.173	756	284.929

(*) O montante de R\$ 4.329 (R\$ 9.461 em 31/12/2015) está dado em garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 178.070 (R\$ 152.551 em 31/12/2015) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4d.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.170	3	1.173	1.110	(59)	1.051
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	159.602	422	160.024	117.848	(795)	117.053
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	5.275	50	5.325	4.672	(241)	4.431
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	3.714	21	3.735	1.140	9	1.149
Argentina	634	17	651	682	14	696
Chile	126	1	127	36	-	36
Colômbia	2.666	3	2.669	77	(5)	72
Estados Unidos	78	-	78	132	-	132
México	6	-	6	3	-	3
Paraguai	88	-	88	68	-	68
Uruguai	32	-	32	40	-	40
Outros	84	-	84	102	-	102
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	34.425	(34)	34.391	40.659	(32)	40.627
Ações Negociáveis	2.598	(107)	2.491	2.231	(70)	2.161
Certificado de Depósito Bancário	1.824	-	1.824	2.583	-	2.583
Debêntures	3.129	61	3.190	4.460	62	4.522
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	654	8	662	1.015	(24)	991
Letras Financeiras	25.893	-	25.893	30.367	-	30.367
Outros	327	4	331	3	-	3
Total ⁽²⁾	204.186	462	204.648	165.429	(1.118)	164.311

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 7.696 (R\$ 7.384 em 31/12/2015), b) R\$ 4.045 (R\$ 3.541 em 31/12/2015), c) 1.183 (R\$ 68 em 31/12/2015) e d) R\$ 26 (R\$ 15 em 31/12/2015), totalizando R\$ 12.950 (R\$ 11.008 em 31/12/2015);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	34.302	34.206	36.045	35.934
Sem vencimento	3.356	3.206	3.341	3.212
Até um ano	30.946	31.000	32.704	32.722
Não Circulante	169.884	170.442	129.384	128.377
De um a cinco anos	117.748	118.050	57.923	57.700
De cinco a dez anos	42.135	42.284	66.148	65.437
Após dez anos	10.001	10.108	5.313	5.240
Total	204.186	204.648	165.429	164.311

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 142.081 (R\$ 117.128 em 31/12/2015). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016		Valor Justo
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.183	8	1.191
Total	1.183	8	1.191

	31/12/2015		Valor Justo
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	493	13	506
Títulos Públicos - Outros Países	143	(7)	136
Total	636	6	642

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	1.183	1.191	-	-
Até um ano	1.183	1.191	-	-
Não Circulante	-	-	636	642
De um a cinco anos	-	-	636	642

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 12.246 (R\$ 7.757 em 31/12/2015) e estava basicamente composto por títulos públicos.



A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos de Futuros	666.927	61	66	127
Compromissos de Compra	200.752	(237)	86	(151)
<i>Commodities</i>	147	-	-	-
Índices	47.295	(213)	3	(210)
Mercado Interfinanceiro	109.649	1	-	1
Moeda Estrangeira	31.141	(25)	83	58
Títulos	12.520	-	-	-
Compromissos de Venda	466.175	298	(20)	278
<i>Commodities</i>	284	-	-	-
Índices	169.930	306	(1)	305
Mercado Interfinanceiro	213.991	(11)	1	(10)
Moeda Estrangeira	70.719	3	(22)	(19)
Prefixados	941	-	2	2
Títulos	10.275	-	-	-
Outros	35	-	-	-
Contratos de Swaps		(4.446)	1.767	(2.679)
Posição Ativa	471.221	6.602	3.940	10.542
<i>Commodities</i>	5	-	-	-
Índices	196.505	794	456	1.250
Mercado Interfinanceiro	47.210	1.897	7	1.904
Moeda Estrangeira	13.582	1.136	(1)	1.135
Pós-Fixados	38.262	(21)	1.471	1.450
Prefixados	175.609	2.795	2.007	4.802
Títulos	12	-	-	-
Outros	36	1	-	1
Posição Passiva	475.667	(11.048)	(2.173)	(13.221)
<i>Commodities</i>	131	-	-	-
Índices	147.560	(2.729)	(2.115)	(4.844)
Mercado Interfinanceiro	36.554	(328)	(68)	(396)
Moeda Estrangeira	21.156	(915)	17	(898)
Pós-Fixados	36.438	(140)	(1.204)	(1.344)
Prefixados	233.780	(6.926)	1.195	(5.731)
Títulos	20	(10)	2	(8)
Outros	28	-	-	-
Contratos de Opções	583.527	(2.108)	2.348	240
De Compra - Posição Comprada	163.069	1.490	(625)	865
<i>Commodities</i>	404	16	1	17
Índices	99.978	111	(8)	103
Mercado Interfinanceiro	1.247	1	20	21
Moeda Estrangeira	45.106	1.205	(835)	370
Prefixados	11	-	-	-
Títulos	16.254	150	187	337
Outros	69	7	10	17
De Venda - Posição Comprada	142.234	1.713	2.214	3.927
<i>Commodities</i>	162	4	5	9
Índices	92.088	106	(9)	97
Mercado Interfinanceiro	7.533	6	(2)	4
Moeda Estrangeira	33.078	1.348	2.101	3.449
Prefixados	145	6	(3)	3
Títulos	9.211	243	122	365
Outros	17	-	-	-
De Compra - Posição Vendida	129.392	(2.674)	1.721	(953)
<i>Commodities</i>	239	(3)	(8)	(11)
Índices	83.283	(161)	29	(132)
Mercado Interfinanceiro	95	-	-	-
Moeda Estrangeira	39.900	(2.447)	1.875	(572)
Prefixados	94	(1)	-	(1)
Títulos	5.599	(54)	(166)	(220)
Outros	182	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	148.832	(2.637)	(962)	(3.599)
<i>Commodities</i>	268	(17)	(3)	(20)
Índices	104.268	(137)	51	(86)
Mercado Interfinanceiro	3.438	(10)	2	(8)
Moeda Estrangeira	34.132	(2.258)	(884)	(3.142)
Prefixados	28	(1)	-	(1)
Títulos	6.681	(214)	(128)	(342)
Outros	17	-	-	-

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos a Termo	13.429	1.446	(5)	1.441
Compras a Receber	1.186	1.240	(5)	1.235
Pós-Fixados	546	545	1	546
Prefixados	395	450	-	450
Títulos	245	245	(6)	239
Obrigações por Compra a Pagar	-	(971)	-	(971)
Pós-Fixados	-	(545)	-	(545)
Prefixados	-	(421)	-	(421)
Títulos	-	(5)	-	(5)
Vendas a Receber	8.139	3.734	2	3.736
Mercado Interfinanceiro	4.396	8	-	8
Pós-Fixados	300	300	-	300
Prefixados	2.250	2.257	-	2.257
Títulos	1.193	1.169	2	1.171
Obrigações por Venda a Entregar	4.104	(2.557)	(2)	(2.559)
Mercado Interfinanceiro	4.104	-	(2)	(2)
Pós-Fixados	-	(300)	-	(300)
Prefixados	-	(2.257)	-	(2.257)
Derivativos de Crédito	12.100	-	34	34
Posição Ativa	5.306	190	(9)	181
Moeda Estrangeira	3.876	188	(56)	132
Prefixados	114	-	2	2
Títulos	1.161	2	41	43
Outros	155	-	4	4
Posição Passiva	6.794	(190)	43	(147)
Moeda Estrangeira	5.487	(189)	70	(119)
Prefixados	33	(1)	-	(1)
Títulos	974	-	(21)	(21)
Outros	300	-	(6)	(6)
Forwards	250.775	472	162	634
Posição Ativa	134.049	3.283	176	3.459
Commodities	206	18	1	19
Índices	148	9	-	9
Moeda Estrangeira	133.693	3.256	175	3.431
Títulos	2	-	-	-
Posição Passiva	116.726	(2.811)	(14)	(2.825)
Commodities	244	(27)	2	(25)
Índices	27	-	-	-
Moeda Estrangeira	116.437	(2.784)	(16)	(2.800)
Títulos	18	-	-	-
Verificação de Swap	1.493	(326)	61	(265)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	923	18	70	88
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	570	(344)	(9)	(353)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.217	45	(44)	1
Posição Ativa	2.569	48	23	71
Moeda Estrangeira	148	(3)	8	5
Prefixados	1.174	48	(5)	43
Títulos	940	3	14	17
Outros	307	-	6	6
Posição Passiva	1.648	(3)	(67)	(70)
Commodities	2	-	-	-
Moeda Estrangeira	84	-	(32)	(32)
Prefixados	81	(1)	(1)	(2)
Títulos	1.317	(2)	(30)	(32)
Outros	164	-	(4)	(4)
	Ativo	18.379	5.852	24.231
	Passivo	(23.235)	(1.463)	(24.698)
	Total	(4.856)	4.389	(467)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2016
Contrato de Futuros	184.309	221.487	50.749	210.382	666.927
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	17.588	67.405	50.000	329.626	464.619
Contratos de Opções	191.242	191.998	175.220	25.067	583.527
Contratos a Termo	9.197	4.230	2	-	13.429
Derivativos de Crédito	-	1.233	1.098	9.769	12.100
Forwards	63.764	124.695	42.700	19.616	250.775
Verificação de Swap	-	180	913	400	1.493
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	32	579	418	3.188	4.217

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos de Futuros	589.451	(71)	600	529
Compromissos de Compra	189.037	702	624	1.326
<i>Commodities</i>	316	-	-	-
Índices	60.485	702	(6)	696
Mercado Interfinanceiro	88.411	(40)	1	(39)
Moeda Estrangeira	34.228	40	629	669
Títulos	5.508	-	-	-
Outros	89	-	-	-
Compromissos de Venda	400.414	(773)	(24)	(797)
<i>Commodities</i>	158	-	-	-
Índices	73.466	(754)	8	(746)
Mercado Interfinanceiro	190.855	60	-	60
Moeda Estrangeira	129.357	(79)	(32)	(111)
Títulos	6.260	-	-	-
Outros	318	-	-	-
Contratos de Swaps		(8.848)	1.664	(7.184)
Posição Ativa	327.834	4.764	4.383	9.147
<i>Commodities</i>	4	-	-	-
Índices	134.426	(18)	1.050	1.032
Mercado Interfinanceiro	60.888	426	818	1.244
Moeda Estrangeira	14.668	3.068	1.234	4.302
Pós-Fixados	11.491	377	143	520
Prefixados	106.316	911	1.138	2.049
Títulos	25	-	-	-
Outros	16	-	-	-
Posição Passiva	336.682	(13.612)	(2.719)	(16.331)
<i>Commodities</i>	15	-	-	-
Índices	100.826	(2.316)	(311)	(2.627)
Mercado Interfinanceiro	37.889	(233)	(1.167)	(1.400)
Moeda Estrangeira	33.944	(6.084)	(756)	(6.840)
Pós-Fixados	11.195	(155)	(560)	(715)
Prefixados	152.593	(4.795)	70	(4.725)
Títulos	64	(29)	5	(24)
Outros	156	-	-	-
Contratos de Opções	285.405	136	(336)	(200)
De Compra - Posição Comprada	61.880	2.288	1.661	3.949
<i>Commodities</i>	481	25	(11)	14
Índices	5.505	66	(25)	41
Mercado Interfinanceiro	5.116	15	6	21
Moeda Estrangeira	44.802	2.073	1.474	3.547
Prefixados	6	-	-	-
Títulos	5.872	101	208	309
Outros	98	8	9	17
De Venda - Posição Comprada	85.099	1.481	153	1.634
<i>Commodities</i>	159	9	12	21
Índices	27.824	133	16	149
Mercado Interfinanceiro	12.347	16	(16)	-
Moeda Estrangeira	36.526	1.024	(557)	467
Prefixados	179	8	(1)	7
Títulos	8.015	291	698	989
Outros	49	-	1	1
De Compra - Posição Vendida	58.929	(2.020)	(2.141)	(4.161)
<i>Commodities</i>	249	(6)	-	(6)
Índices	5.418	(66)	21	(45)
Mercado Interfinanceiro	5.146	(21)	(30)	(51)
Moeda Estrangeira	42.750	(1.864)	(1.902)	(3.766)
Prefixados	112	-	-	-
Títulos	5.156	(55)	(221)	(276)
Outros	98	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	79.497	(1.613)	(9)	(1.622)
<i>Commodities</i>	290	(22)	(39)	(61)
Índices	30.277	(158)	(23)	(181)
Mercado Interfinanceiro	7.694	(10)	10	-
Moeda Estrangeira	33.751	(1.147)	740	(407)
Prefixados	22	(1)	-	(1)
Títulos	7.414	(275)	(696)	(971)
Outros	49	-	(1)	(1)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos a Termo	40.227	2.253	80	2.333
Compras a Receber	516	636	-	636
Moeda Estrangeira	-	1	-	1
Pós-Fixados	354	353	-	353
Prefixados	154	273	-	273
Títulos	8	9	-	9
Obrigações por Compra a Pagar	-	(508)	-	(508)
Pós-Fixados	-	(353)	-	(353)
Prefixados	-	(154)	-	(154)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Vendas a Receber	23.208	2.448	82	2.530
Mercado Interfinanceiro	20.697	-	73	73
Pós-Fixados	164	164	-	164
Prefixados	153	157	-	157
Títulos	2.194	2.127	9	2.136
Obrigações por Venda a Entregar	16.503	(323)	(2)	(325)
Mercado Interfinanceiro	16.503	-	(3)	(3)
Moeda Estrangeira	-	(2)	-	(2)
Pós-Fixados	-	(164)	1	(163)
Prefixados	-	(157)	-	(157)
Derivativos de Crédito	12.662	58	(319)	(261)
Posição Ativa	4.605	353	261	614
Moeda Estrangeira	3.625	353	212	565
Títulos	788	-	45	45
Outros	192	-	4	4
Posição Passiva	8.057	(295)	(580)	(875)
Moeda Estrangeira	4.360	(290)	(267)	(557)
Prefixados	547	(6)	(3)	(9)
Títulos	2.763	1	(275)	(274)
Outros	387	-	(35)	(35)
Forwards	148.477	203	85	288
Posição Ativa	71.227	3.285	145	3.430
Commodities	419	47	-	47
Índices	22	1	-	1
Moeda Estrangeira	70.786	3.237	145	3.382
Posição Passiva	77.250	(3.082)	(60)	(3.142)
Commodities	152	(13)	2	(11)
Índices	77	(3)	-	(3)
Moeda Estrangeira	77.020	(3.066)	(62)	(3.128)
Títulos	1	-	-	-
Verificação de Swap	1.676	(330)	140	(190)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	1.106	199	156	355
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	570	(529)	(16)	(545)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	16.651	117	252	369
Posição Ativa	15.508	2.964	967	3.931
Moeda Estrangeira	10.468	2.883	588	3.471
Prefixados	1.464	71	63	134
Títulos	3.113	10	279	289
Outros	463	-	37	37
Posição Passiva	1.143	(2.847)	(715)	(3.562)
Moeda Estrangeira	283	(2.847)	(687)	(3.534)
Títulos	743	-	(25)	(25)
Outros	117	-	(3)	(3)
Ativo	18.347	8.408		26.755
Passivo	(24.829)	(6.242)		(31.071)
Total		(6.482)	2.166	(4.316)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2015
Contrato de Futuros	152.087	138.545	74.365	224.454	589.451
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	10.654	39.702	46.157	226.557	323.070
Contratos de Opções	93.587	123.391	40.860	27.567	285.405
Contratos a Termo	6.591	22.349	10.118	1.169	40.227
Derivativos de Crédito	-	1.436	428	10.798	12.662
Forwards	43.651	70.688	23.365	10.773	148.477
Verificação de Swap	-	-	-	1.676	1.676
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.550	3.254	502	11.345	16.651

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2016							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros	127	0,5	85	51	13	(18)	(6)	2
BM&F Bovespa	128	0,5	85	52	13	(18)	(6)	2
Instituições Financeiras	(1)	0,0	-	(1)	-	-	-	-
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	10.542	43,5	828	723	585	659	1.497	6.250
BM&FBOVESPA	1.417	5,8	178	156	218	58	206	601
Empresas	4.585	18,9	322	354	227	390	764	2.528
Instituições Financeiras	4.256	17,6	319	197	122	196	447	2.975
Pessoas Físicas	284	1,2	9	16	18	15	80	146
Contratos de Opções	4.792	19,7	354	582	759	1.540	1.397	160
BM&FBOVESPA	1.679	6,9	144	209	182	1.075	41	28
Empresas	507	2,1	23	19	88	134	188	55
Instituições Financeiras	2.603	10,7	187	354	488	329	1.168	77
Pessoas Físicas	3	0,0	-	-	1	2	-	-
Contratos a Termo	4.971	20,6	3.947	735	287	2	-	-
BM&FBOVESPA	1.418	5,9	427	703	286	2	-	-
Empresas	2.783	11,5	2.750	32	1	-	-	-
Instituições Financeiras	770	3,2	770	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	181	0,7	-	-	3	5	13	160
Forwards	3.459	14,3	601	1.252	444	579	245	338
BM&FBOVESPA	305	1,3	82	123	56	44	-	-
Empresas	1.243	5,1	185	344	216	231	200	67
Instituições Financeiras	1.908	7,9	333	783	172	304	45	271
Pessoas Físicas	3	0,0	1	2	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	88	0,4	-	-	35	53	-	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	71	0,3	-	-	1	6	13	51
Empresas	29	0,1	-	-	-	5	8	16
Instituições Financeiras	42	0,2	-	-	1	1	5	35
Total (*)	24.231	100,0	5.815	3.343	2.127	2.826	3.159	6.961
% por prazo de vencimento			24,0	13,8	8,8	11,7	13,0	28,7

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 14.111 referem-se ao circulante e R\$ 10.120 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2015							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	
Ativo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	529	2,0	639	(155)	(18)	(49)	76	36
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	9.147	34,2	666	224	403	1.513	1.935	4.406
BM&FBOVESPA	662	2,5	17	13	25	104	126	377
Empresas	5.127	19,1	627	29	46	1.037	838	2.550
Instituições Financeiras	2.826	10,6	21	177	325	329	657	1.317
Pessoas Físicas	532	2,0	1	5	7	43	314	162
Contratos de Opções	5.583	20,8	2.413	676	609	715	692	478
BM&FBOVESPA	2.597	9,7	2.074	228	140	113	31	11
Empresas	1.278	4,8	118	147	131	194	412	276
Instituições Financeiras	1.697	6,3	221	300	337	399	249	191
Pessoas Físicas	11	0,0	-	1	1	9	-	-
Contratos a Termo	3.166	11,9	1.204	1.417	538	6	1	-
BM&FBOVESPA	2.218	8,3	368	1.313	530	6	1	-
Empresas	530	2,0	418	104	8	-	-	-
Instituições Financeiras	418	1,6	418	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	614	2,3	-	-	2	2	26	584
Forwards	3.430	12,8	1.030	794	526	434	233	413
BM&FBOVESPA	47	0,2	3	19	7	18	-	-
Empresas	1.453	5,4	177	327	288	294	135	232
Instituições Financeiras	1.927	7,2	850	447	230	121	98	181
Pessoas Físicas	3	0,0	-	1	1	1	-	-
Verificação de Swap - Empresas	355	1,3	-	-	-	-	355	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.931	14,7	88	1.269	867	32	112	1.563
Empresas	415	1,6	3	13	14	14	74	297
Instituições Financeiras	3.516	13,1	85	1.256	853	18	38	1.266
Total (*)	26.755	100,0	6.040	4.225	2.927	2.653	3.430	7.480
% por prazo de vencimento			22,6	15,8	10,9	9,9	12,8	28,0

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 15.845 referem-se ao circulante e R\$ 10.910 ao não circulante.

	31/12/2016							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(13.221)	53,4	(461)	(228)	(742)	(732)	(2.352)	(8.706)
BM&FBOVESPA	(1.614)	6,5	(304)	(75)	(124)	(97)	(125)	(889)
Empresas	(2.531)	10,2	(67)	(32)	(90)	(248)	(573)	(1.521)
Instituições Financeiras	(4.106)	16,6	(79)	(103)	(128)	(311)	(554)	(2.931)
Pessoas Físicas	(4.970)	20,1	(11)	(18)	(400)	(76)	(1.100)	(3.365)
Contratos de Opções	(4.552)	18,5	(837)	(659)	(516)	(713)	(1.116)	(711)
BM&FBOVESPA	(1.437)	5,8	(524)	(216)	(201)	(455)	(30)	(11)
Empresas	(631)	2,6	(48)	(28)	(103)	(170)	(200)	(82)
Instituições Financeiras	(2.463)	10,0	(265)	(414)	(208)	(81)	(882)	(613)
Pessoas Físicas	(21)	0,1	-	(1)	(4)	(7)	(4)	(5)
Contratos a Termo	(3.530)	14,3	(3.530)	-	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	(6)	0,0	(6)	-	-	-	-	-
Empresas	(2.754)	11,2	(2.754)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(770)	3,1	(770)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(147)	0,6	-	-	-	(2)	(10)	(135)
Forwards	(2.825)	11,5	(466)	(881)	(527)	(299)	(99)	(553)
BM&FBOVESPA	(259)	1,0	(102)	(76)	(41)	(40)	-	-
Empresas	(648)	2,6	(166)	(158)	(124)	(129)	(37)	(34)
Instituições Financeiras	(1.916)	7,9	(198)	(647)	(360)	(130)	(62)	(519)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	-	(2)	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(353)	1,4	-	-	-	(214)	(139)	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos - Empresas	(70)	0,3	-	(1)	(1)	(1)	(10)	(57)
Total (*)	(24.698)	100,0	(5.294)	(1.769)	(1.786)	(1.961)	(3.726)	(10.162)
% por prazo de vencimento			21,4	7,2	7,2	7,9	15,1	41,2

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (10.810) referem-se ao circulante e R\$ (13.888) ao não circulante.

	31/12/2015							Acima de 720 dias
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(16.331)	52,6	(783)	(481)	(989)	(1.898)	(2.618)	(9.562)
BM&FBOVESPA	(1.107)	3,6	(9)	(10)	(35)	(145)	(340)	(568)
Empresas	(5.912)	19,0	(703)	(422)	(279)	(953)	(1.339)	(2.216)
Instituições Financeiras	(3.530)	11,4	(60)	(21)	(662)	(644)	(284)	(1.859)
Pessoas Físicas	(5.782)	18,6	(11)	(28)	(13)	(156)	(655)	(4.919)
Contratos de Opções	(5.783)	18,6	(1.460)	(1.285)	(895)	(845)	(805)	(493)
BM&FBOVESPA	(2.365)	7,6	(1.112)	(565)	(510)	(130)	(40)	(8)
Empresas	(661)	2,1	(71)	(45)	(63)	(150)	(144)	(188)
Instituições Financeiras	(2.748)	8,8	(277)	(674)	(321)	(560)	(620)	(296)
Pessoas Físicas	(9)	0,1	-	(1)	(1)	(5)	(1)	(1)
Contratos a Termo	(833)	2,6	(828)	(4)	(1)	-	-	-
BM&FBOVESPA	(5)	0,0	-	(4)	(1)	-	-	-
Empresas	(411)	1,3	(411)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(417)	1,3	(417)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(875)	2,8	-	(9)	(9)	(5)	(105)	(747)
Forwards	(3.142)	10,1	(692)	(727)	(785)	(581)	(233)	(124)
BM&FBOVESPA	(41)	0,1	(8)	(10)	(10)	(13)	-	-
Empresas	(1.948)	6,3	(260)	(478)	(565)	(356)	(179)	(110)
Instituições Financeiras	(1.151)	3,7	(424)	(238)	(210)	(211)	(54)	(14)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	(1)	-	(1)	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(545)	1,8	-	-	-	-	(335)	(210)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.562)	11,5	(87)	(1.267)	(857)	(19)	(8)	(1.324)
Empresas	(817)	2,6	(1)	(3)	(6)	(4)	(8)	(795)
Instituições Financeiras	(2.745)	8,9	(86)	(1.264)	(851)	(15)	-	(529)
Total (*)	(31.071)	100,0	(3.850)	(3.773)	(3.536)	(3.348)	(4.104)	(12.460)
% por prazo de vencimento			12,4	12,1	11,4	10,8	13,2	40,1

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (14.507) referem-se ao circulante e R\$ (16.564) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/12/2016					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Total por Instrumento	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Total por Risco	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Total por Entidade	8.094	1.989	3.487	2.585	33

31/12/2015					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Instrumento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Risco	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Entidade	8.799	1.781	3.301	3.717	-

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/12/2016			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.094)	4.006	(4.088)
Total	(8.094)	4.006	(4.088)

31/12/2015			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.799)	3.863	(4.936)
Total	(8.799)	3.863	(4.936)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2016						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	265.051	-	265.051	(334)	-	264.717
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.231	-	24.231	(4.039)	(540)	19.652

31/12/2015						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	254.404	-	254.404	(2.569)	-	251.835
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.755	-	26.755	(8.150)	-	18.605

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2016						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	349.164	-	349.164	(17.829)	-	331.335
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.698	-	24.698	(4.039)	-	20.659

31/12/2015						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	336.643	-	336.643	(22.158)	-	314.485
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.071	-	31.071	(8.150)	(24)	22.897

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos ativos e passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e *swaps* de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA, contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) e *swaps* de moeda, negociados em mercado balcão, relativos a transações previstas altamente prováveis não contabilizadas.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No *swap* de taxa de juros, de moeda e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda contratada.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de transações previstas altamente prováveis: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio;
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF*: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na UF*;
- *Hedge* de Captações: proteger alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes das variações da TPM* e Câmbio;
- *Hedge* de Operações de Crédito: alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações da TPM*;
- *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas: alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na Selic.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2008 e 2016. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transações previstas altamente prováveis: câmbio pago / recebidos em datas futuras;
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de Operações Ativas: juros pagos / recebidos mensalmente;
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF: juros recebidos mensalmente;

- *Hedge* de Captações: juros pagos mensalmente;
- *Hedge* de Operações de Crédito: juros recebidos mensalmente;
- *Hedge* Operações Compromissadas: juros pagos / recebidos mensalmente.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Fluxo de Caixa:

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	(2.051)	10	2.947	80
NDF	-	-	16	-
<i>Swap</i> de Taxa de Juros	(27)	(2)	-	-
Total	(2.078)	8	2.963	80

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) e *swap* de taxa de juros negociados em mercado de balcão. Durante o 2º trimestre de 2015 parte do fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao *Hedge* de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 31/12/2016, o ganho (perda) relativo ao *hedge* de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 130 (R\$ 452 em 31/12/2015).

b) *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior:

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(7.490)	(51)	(11.728)	(6)
<i>Forward</i>	683	(48)	669	44
NDF	2.312	(35)	2.801	76
Ativos Financeiros	43	2	46	-
Total	(4.452)	(132)	(8.212)	114

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) **Hedge de Valor Justo**

A estratégia de hedge de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos as operações pré-fixadas denominadas em unidade de fomento, taxa fixa e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile, Londres e Colômbia, respectivamente.

Nos contratos de *swaps* de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento e pagamento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.
- Proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*:

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2012 e 2016, e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre 2017 e 2030. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do Hedge de Valor Justo.

Instrumentos de Hedge	31/12/2016		31/12/2015	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	(90)	(6)	(54)	(3)
Total	(90)	(6)	(54)	(3)

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/12/2016			31/12/2015		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	83.068	(8)	83.580	77.905	43	77.922
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	6.844	(46)	6.844	8.200	(90)	8.200
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	-	-	-	1.125	16	1.125
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.449	221	12.330	21.927	(427)	12.815
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	1.121	15	1.121	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	24.168	312	26.495	7.405	(263)	7.876
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	13.147	(20)	13.147	-	-	-
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	4.273	(22)	4.273	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	2.546	24	2.524	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	2.692	(91)	2.692	4.346	59	4.346
<i>Hedge</i> de títulos AFS	472	(14)	472	-	-	-
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	8.659	9	8.659	781	-	781
Total	168.439	380	162.137	121.689	(662)	113.065

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Estratégias	31/12/2016							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	-	32.132	28.616	10.188	5.646	6.486	-	83.068
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	6.844	-	-	-	-	-	-	6.844
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	4.627	13.719	4.890	-	932	-	-	24.168
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	123	-	-	24	141	833	-	1.121
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.449	-	-	-	-	-	-	21.449
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	8.940	2.598	1.558	-	51	-	-	13.147
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	121	1.485	73	536	774	1.284	-	4.273
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	189	422	63	29	93	335	1.561	2.692
<i>Hedge</i> de Títulos AFS	-	-	-	218	-	254	-	472
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	1.266	2.460	3.433	701	72	488	239	8.659
<i>Hedge</i> de Operações Compromissadas Ativas	-	-	1.465	918	163	-	-	2.546
Total	43.559	52.816	40.098	12.614	7.872	9.680	1.800	168.439

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2015							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	13.324	28.185	25.779	6.460	1.402	2.755	-	77.905
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	-	8.200	-	-	-	-	-	8.200
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis	1.125	-	-	-	-	-	-	1.125
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	-	4.627	2.778	-	-	-	-	7.405
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	339	276	474	898	88	447	1.824	4.346
<i>Hedge</i> de Captações (Risco de Mercado)	781	-	-	-	-	-	-	781
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.927	-	-	-	-	-	-	21.927
Total	37.496	41.288	29.031	7.358	1.490	3.202	1.824	121.689

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	42	-	42	218	-	218
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	14.465	(400)	14.065	19.843	(2.531)	17.312
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	17.652	286	17.938	12.702	(906)	11.796
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	14.488	(16)	14.472	9.942	(59)	9.883
Colômbia	1.105	50	1.155	-	-	-
Chile	5.832	12	5.844	1.409	(2)	1.407
Coréia	2.673	-	2.673	1.626	-	1.626
Dinamarca	819	-	819	2.548	-	2.548
Espanha	923	-	923	1.060	-	1.060
Estados Unidos	1.446	(19)	1.427	2.028	(6)	2.022
Holanda	101	-	101	122	-	122
Paraguai	1.167	(56)	1.111	955	(43)	912
Uruguai	413	(2)	411	185	(7)	178
Outros	9	(1)	8	9	(1)	8
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	42.176	(416)	41.760	47.380	(544)	46.836
Ações Negociáveis	1.020	365	1.385	706	222	928
Cédula de Produtor Rural	1.477	(52)	1.425	1.176	(46)	1.130
Certificado de Depósito Bancário	2.639	2	2.641	1.576	(3)	1.573
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.150	(55)	2.095	2.244	(207)	2.037
Debêntures	21.863	(693)	21.170	23.153	(318)	22.835
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	7.671	44	7.715	10.180	(68)	10.112
Letras Financeiras	2.822	(6)	2.816	6.893	(47)	6.846
Notas Promissórias	2.191	(18)	2.173	1.060	(69)	991
Outros	343	(3)	340	392	(8)	384
Total ⁽²⁾	88.823	(546)	88.277	90.085	(4.040)	86.045

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 9.120 (R\$ 1.755 em 31/12/2015), b) R\$ 3.240 (R\$ 14.135 em 31/12/2015), c) (R\$ 8 em 31/12/2015) e d) R\$ 5.075 (R\$ 808 em 31/12/2015), totalizando R\$ 17.435 (R\$ 16.706 em 31/12/2015);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	23.516	23.636	22.754	22.923
Sem Vencimento	1.010	1.375	923	1.145
Até um ano	22.506	22.261	21.831	21.778
Não Circulante	65.307	64.641	67.331	63.122
De um a cinco anos	39.149	38.969	35.739	35.098
De cinco a dez anos	12.521	12.329	17.041	15.682
Após dez anos	13.637	13.343	14.551	12.342
Total	88.823	88.277	90.085	86.045

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	14.977	15.661
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	12.042	14.788
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	12.937	11.721
Títulos Públicos - Outros Países	539	15
Total ⁽²⁾	40.495	42.185

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram a) (R\$ 9.460 em 31/12/2015), b) R\$ 11.778.

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 3.788 (R\$ 3.758 de 01/01 a 31/12/2015).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	2.498	661
Até um ano	2.498	661
Não Circulante	37.997	41.524
De um a cinco anos	19.376	14.500
De cinco a dez anos	10.957	18.870
Após dez anos	7.664	8.154
Total	40.495	42.185

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2016	31/12/2015
Pessoas Físicas	183.147	187.220
Cartão de Crédito	59.022	58.542
Crédito Pessoal	25.813	28.396
Crédito Consignado	44.636	45.434
Veículos	15.434	20.058
Crédito Imobiliário	38.242	34.790
Grandes Empresas	121.754	152.527
Micro/Pequenas e Médias Empresas	58.935	66.038
Unidades Externas América Latina	126.530	68.463
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	490.366	474.248
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.972)	(26.844)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	463.394	447.404

Por vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Vencidas a partir de 1 dia	16.843	15.596
A vencer até 3 meses	130.313	128.389
A vencer de 3 a 12 meses	112.923	111.083
A vencer acima de um ano	230.287	219.180
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	490.366	474.248

Por Concentração	31/12/2016	31/12/2015
Principal Devedor	3.543	4.615
10 Maiores Devedores	21.609	27.173
20 Maiores Devedores	32.720	40.831
50 Maiores Devedores	52.992	63.797
100 Maiores Devedores	72.441	85.167

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 2.017, R\$ 1.882 e R\$ 1.623 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2016, 31/12/2015 e 31/12/2014 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2015	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2016
Pessoas Físicas	14.717	(13.682)	13.224	14.259
Cartão de Crédito	4.141	(4.905)	4.457	3.693
Crédito Pessoal	8.330	(6.745)	6.171	7.756
Crédito Consignado	1.319	(1.273)	2.062	2.108
Veículos	874	(709)	479	644
Crédito Imobiliário	53	(50)	55	58
Grandes Empresas	6.459	(4.985)	4.388	5.862
Micros / Pequenas e Médias	4.809	(4.267)	4.201	4.743
Unidades Externas América Latina	859	(1.317)	2.566	2.108
Total	26.844	(24.251)	24.379	26.972

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2014	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2015
Pessoas Físicas	13.385	(11.235)	12.567	14.717
Cartão de Crédito	3.740	(4.055)	4.456	4.141
Crédito Pessoal	7.024	(5.221)	6.527	8.330
Crédito Consignado	1.107	(622)	834	1.319
Veículos	1.469	(1.294)	699	874
Crédito Imobiliário	45	(43)	51	53
Grandes Empresas	3.114	(4.321)	7.666	6.459
Micros / Pequenas e Médias	5.158	(3.981)	3.632	4.809
Unidades Externas América Latina	735	(528)	652	859
Total	22.392	(20.065)	24.517	26.844

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2013	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2014
Pessoas Físicas	13.853	(12.668)	12.200	13.385
Cartão de Crédito	2.952	(3.784)	4.572	3.740
Crédito Pessoal	6.488	(5.150)	5.686	7.024
Crédito Consignado	1.133	(429)	403	1.107
Veículos	3.245	(3.254)	1.478	1.469
Crédito Imobiliário	35	(51)	61	45
Grandes Empresas	2.006	(672)	1.780	3.114
Micros / Pequenas e Médias	5.854	(4.992)	4.296	5.158
Unidades Externas América Latina	522	(343)	556	735
Total	22.235	(18.675)	18.832	22.392

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2016	31/12/2015
Setor Público	5	2
Indústria e Comércio	5.253	4.314
Serviços	5.237	6.001
Setor Primário	872	922
Outros Setores	19	18
Pessoa Física	15.586	15.587
Total	26.972	26.844

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4d X).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2016						31/12/2015					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas ^(*)	14.138	5.351	107.616	511	121.754	5.862	11.627	5.716	140.900	743	152.527	6.459
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	10.763	6.756	172.384	7.503	183.147	14.259	11.579	6.587	175.641	8.130	187.220	14.717
Cartão de Crédito	3.512	2.150	55.510	1.543	59.022	3.693	4.072	2.436	54.470	1.705	58.542	4.141
Crédito Pessoal	4.837	3.302	20.976	4.454	25.813	7.756	5.049	3.442	23.347	4.888	28.396	8.330
Crédito Consignado	1.431	954	43.205	1.154	44.636	2.108	1.242	227	44.192	1.092	45.434	1.319
Veículos	591	326	14.843	318	15.434	644	880	459	19.178	415	20.058	874
Crédito Imobiliário	392	24	37.850	34	38.242	58	336	23	34.454	30	34.790	53
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.646	2.523	55.289	2.220	58.935	4.743	3.276	2.357	62.762	2.452	66.038	4.809
Unidades Externas América Latina	1.770	727	124.760	1.381	126.530	2.108	675	313	67.788	546	68.463	859
Total	30.317	15.357	460.049	11.615	490.366	26.972	27.157	14.973	447.091	11.871	474.248	26.844

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.d X, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

31/12/2016			
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.572	(1.636)	1.936
Até 1 ano	3.572	(1.636)	1.936
Não Circulante	9.726	(2.955)	6.771
Entre 1 e 5 anos	5.741	(2.778)	2.963
Acima de 5 anos	3.985	(177)	3.808
Total	13.298	(4.591)	8.707

31/12/2015			
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.075	(794)	2.281
Até 1 ano	3.075	(794)	2.281
Não Circulante	3.402	(1.050)	2.352
Entre 1 e 5 anos	3.172	(1.014)	2.158
Acima de 5 anos	230	(36)	194
Total	6.477	(1.844)	4.633

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 254 (R\$ 176 em 31/12/2015).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados contabilmente e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2016 e 31/12/2015:

Natureza da Operação	31/12/2016				31/12/2015			
	Ativo		Passivo ⁽¹⁾		Ativo		Passivo ⁽¹⁾	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.768	2.768	2.768	2.768	2.849	2.849	2.849	2.849
Pessoa Jurídica - Crédito ⁽²⁾	-	-	8	8	-	-	-	-
Pessoa Física - Veículos ⁽²⁾	-	-	4	4	-	-	-	-
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	3.061	2.960	3.055	2.944	2.806	2.763	2.805	2.752
Total	5.829	5.728	5.835	5.724	5.655	5.612	5.654	5.601

(1) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

(2) Cessão de operações que já estavam baixadas a prejuízo.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	4.251	26	293	2.587	241	2.644
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	2.067	(1)	396	1.687	194	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.230	(17)	745	478	109	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	114	13	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	207	(29)	-
Total	-	-	-	-	-	5.073	528	-

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015						31/12/2014
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.931	(26)	708	2.464	289	2.830	196
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.561	-	447	1.348	219	-	202
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.213	12	674	475	102	-	134
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	106	12	-	36
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	6	(2)	-	(3)
Total	-	-	-	-	-	4.399	620	-	565

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2016 a posição de 30/11/2016 e em 31/12/2015 a posição de 30/11/2015, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 762 em 31/12/2016 e R\$ 776 em 31/12/2015, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 582 de ágio e R\$ 92 a dividendos provisionados não recebidos em 31/12/2016.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/12/2016, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (39,58% capital total e votante: 38,39% em 31/12/2015); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 25% em 31/12/2015) e Tecnologia Bancária S.A. (24,91% capital total e votante; e 24,91% em 31/12/2015).

(f) Em 31/12/2016, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2015); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante) adquirida em 29/01/2016 e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Em 31/12/2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 104 (R\$ 73 em 31/12/2015 e R\$ 46 em 31/12/2014), BSF Holding S.A. no montante de R\$ 62 (R\$ 58 em 31/12/2015) e Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 222 (R\$ 240 em 31/12/2015 e R\$ 336 em 31/12/2014).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Total de Ativos ^(*)	20.819	20.183	17.812
Total de Passivos ^(*)	11.272	11.477	9.917
Total de Receitas ^(*)	14.868	22.083	6.907
Total de Despesas ^(*)	(13.401)	(20.255)	(5.112)

(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 14.313 (R\$ 14.690 em 31/12/2015) referente a Ativos, de R\$ 11.083 (R\$ 11.477 em 31/12/2015) referente a Passivos, de R\$ 14.142 (R\$ 20.928 em 31/12/2015) referente a Receitas e de R\$ (13.397) (R\$ (20.254) em 31/12/2015) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatária

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 26 (R\$ 517 em 31/12/2015).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	26	491
Até 1 ano	26	491
Não Circulante	-	26
De 1 a 5 anos	-	26
Total de Pagamento Mínimos Futuros	26	517
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	26	517

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 1.145 de 01/01 a 31/12/2016 (R\$ 1.102 de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ 1.018 de 01/01 a 31/12/2014).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	1.336	1.267
Até 1 ano	1.336	1.267
Não Circulante	5.402	5.028
De 1 a 5 anos	4.689	4.043
Mais de 5 anos	713	985
Total de Pagamento Mínimos Futuros	6.738	6.295

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾⁽³⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858	18.350
Aquisições	341	57	70	137	47	309	246	223	1.430
Baixas	-	(4)	(13)	(56)	(15)	(8)	(449)	(6)	(551)
Variação Cambial	(2)	(15)	(11)	(22)	(3)	(67)	151	3	34
Transferências	(738)	-	27	125	-	1	515	4	(66)
Outros	(6)	1	-	-	71	(5)	(137)	(7)	(83)
Saldo em 31/12/2016	387	1.047	3.099	1.857	1.901	1.205	8.543	1.075	19.114
Depreciação									
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)	(9.809)
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(245)	(142)	(102)	(1.038)	(95)	(1.702)
Baixas	-	-	11	53	6	5	377	4	456
Variação Cambial	-	-	(8)	8	9	(1)	(101)	(8)	(101)
Outros	-	-	1	-	(18)	3	96	2	84
Saldo em 31/12/2016	-	-	(1.840)	(1.114)	(986)	(674)	(5.804)	(654)	(11.072)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2016	387	1.047	1.259	743	915	531	2.739	421	8.042

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 48 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾			Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾⁽³⁾					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Aquisições	198	-	6	139	75	141	824	83	1.466
Baixas	-	(6)	(13)	(112)	182	(68)	(533)	(5)	(555)
Variação Cambial	-	3	35	81	6	8	6	6	145
Transferências	(1.681)	-	777	63	422	-	419	-	-
Outros	(2)	-	1	34	-	(22)	82	1	94
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858	18.350
Depreciação									
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Despesa de Depreciação	-	-	(74)	(257)	(129)	(93)	(1.057)	(78)	(1.688)
Baixas	-	-	9	109	(183)	13	489	3	440
Variação Cambial	-	-	(6)	(27)	(2)	1	(7)	(3)	(44)
Outros	-	-	2	(1)	(8)	4	(25)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)	(9.809)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	1.262	743	960	396	3.079	301	8.541

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 59 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾			Outras Imobilizações de Uso					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2013	948	1.019	2.236	1.283	1.043	925	6.279	725	14.458
Aquisições	1.485	3	11	169	117	74	2.045	62	3.966
Baixas	-	(1)	(6)	(163)	(9)	(89)	(829)	(5)	(1.102)
Variação Cambial	-	-	(7)	22	4	(12)	4	(11)	-
Transferências	(157)	-	-	157	-	-	-	-	-
Outros	1	(10)	(14)	-	(39)	18	(80)	2	(122)
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Depreciação									
Saldo em 31/12/2013	-	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	-	(58)	(247)	(85)	(79)	(1.098)	(74)	(1.641)
Baixas	-	-	3	162	2	60	768	4	999
Variação Cambial	-	-	-	1	2	12	(13)	-	2
Outros	-	-	11	(3)	1	(10)	35	2	36
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2014	2.274	1.011	525	714	597	415	2.881	294	8.711

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 67, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2015	1.005	1.409	2.362	3.311	960	9.047
Aquisições	342	719	1.293	215	277	2.846
Distratos/ Baixas	(308)	(73)	(3)	(1)	-	(385)
Variação Cambial	-	(12)	120	-	(130)	(22)
Outros	7	(295)	68	-	(29)	(249)
Saldo em 31/12/2016	1.046	1.748	3.840	3.525	1.078	11.237
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2015	(600)	(330)	(1.190)	(252)	(342)	(2.714)
Despesa de Amortização	(261)	(263)	(429)	(280)	(298)	(1.531)
Distratos/ Baixas	306	67	1	-	-	374
Variação Cambial	-	84	(107)	-	110	87
Outros	-	66	24	-	246	336
Saldo em 31/12/2016	(555)	(376)	(1.701)	(532)	(284)	(3.448)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Adições/reconhecimentos	(1)	-	(57)	(317)	-	(375)
Baixas	-	2	3	-	-	5
Saldo em 31/12/2016	(19)	-	(54)	(335)	-	(408)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2016	472	1.372	2.085	2.658	794	7.381

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 262 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Aquisições	109	39	410	489	15	1.062
Baixas	(169)	(195)	(134)	(14)	(4)	(516)
Variação Cambial	-	-	109	-	185	294
Outros	(2)	(17)	12	-	(27)	(34)
Saldo em 31/12/2015	1.005	1.409	2.362	3.311	960	9.047
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Despesa de Amortização	(213)	(144)	(358)	(138)	(287)	(1.140)
Baixas	169	144	134	-	-	447
Variação Cambial	-	-	(51)	-	(150)	(201)
Outros	-	7	3	(1)	244	253
Saldo em 31/12/2015	(600)	(330)	(1.190)	(252)	(342)	(2.714)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(4)	-	(4)
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2015	387	1.077	1.172	3.041	618	6.295

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 281 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Aquisições	109	36	393	651	10	1.199
Baixas	(214)	(104)	(201)	(10)	(300)	(829)
Variação Cambial	-	(2)	(23)	-	43	18
Outros	7	(36)	(43)	-	19	(53)
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Despesa de Amortização	(225)	(157)	(324)	(66)	(131)	(903)
Baixas	204	81	201	-	119	605
Variação Cambial	-	-	10	-	(34)	(24)
Outros	-	(5)	63	-	249	307
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(8)	-	(8)
Reversões	-	25	-	-	-	25
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2014	493	1.243	1.047	2.709	642	6.134

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 508, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	187.882	80.399	268.281	171.527	59.991	231.518
Depósitos a Prazo	75.913	80.361	156.274	45.994	59.256	105.250
Depósitos Interfinanceiros	3.719	38	3.757	14.214	735	14.949
Depósito de Poupança	108.250	-	108.250	111.319	-	111.319
Depósitos não Remunerados	61.133	-	61.133	61.092	-	61.092
Depósitos à Vista	61.133	-	61.133	61.092	-	61.092
Total	249.015	80.399	329.414	232.619	59.991	292.610

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Notas Estruturadas		
Ações	49	57
Títulos de Dívida	470	355
Total	519	412

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2016 e 31/12/2015.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	134	34
Não Circulante	385	378
De um a cinco anos	295	364
De cinco a dez anos	52	5
Após dez anos	38	9
Total	519	412

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	234.569	114.595	349.164	181.198	155.445	336.643
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	101.400	114.595	215.995	64.955	155.445	220.400
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	133.169	-	133.169	116.243	-	116.243
Interbancário	75.352	60.131	135.483	80.547	76.339	156.886
Letras Hipotecárias	-	-	-	31	108	139
Letras de Crédito Imobiliário	12.830	6.349	19.179	12.441	2.011	14.452
Letras de Crédito do Agronegócio	9.158	6.284	15.442	6.695	7.080	13.775
Letras Financeiras	5.976	13.590	19.566	3.860	14.636	18.496
Financiamento à Importação e à Exportação	38.123	7.510	45.633	45.633	19.933	65.566
Repasse no País	9.205	20.623	29.828	11.884	26.920	38.804
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	60	5.775	5.835	3	5.651	5.654

(*) Inclui R\$ 132.149 (R\$ 152.215 em 31/12/2015) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto ^(*)	8,5% do CDI a 17,36%	0,63% a 1,85%
Letras Hipotecárias	-	2,5% a 8%
Letras de Crédito Imobiliário	83% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	83% a 98% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	1,1% a 6,0%	0,4% a 9,5%
Repasse no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,38% a 13,17%	-

(*) A Nota 2.4d apresenta as operações que compõem as Captações no Mercado Aberto. As datas finais de recompra vão até Dezembro de 2032.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	11.056	46.364	57.420	10.209	55.576	65.785
Obrigações por TVM no Exterior	5.947	27.636	33.583	4.757	19.431	24.188
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	2.050	3.186	5.236	893	3.052	3.945
Total	19.053	77.186	96.239	15.859	78.059	93.918

(1) Em 31/12/2016, R\$ 51.875 (R\$ 64.861 em 31/12/2015) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/12/2016, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 5.816.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 1% a IGPM + 7,6%	3,5% a 10,79%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	0,63% a 25,04%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPA + 3,28% a 16,54%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	41.648	12.269	53.917	41.546	11.960	53.506
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	26.124	-	26.124	25.191	-	25.191
Operações de Seguros e Resseguros	1.306	14	1.320	1.367	-	1.367
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.118	11.144	13.262	2.131	10.502	12.633
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	893	-	893	409	-	409
Negociação e Intermediação de Valores	6.770	-	6.770	7.725	-	7.725
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	258	870	1.128	335	758	1.093
Serviços Prestados a Receber	2.510	-	2.510	2.333	149	2.482
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	7	234	241	-	551	551
Carteira de Câmbio	-	-	-	444	-	444
Operações sem Características de Concessão de Crédito	1.662	7	1.669	1.611	-	1.611
Não Financeiros	7.804	2.223	10.027	7.005	4.606	11.611
Despesas Antecipadas	2.101	687	2.788	2.196	1.012	3.208
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	1.113	1.113	-	2.183	2.183
Diversos no País	1.634	32	1.666	602	-	602
Prêmio de Operações de Crédito	531	319	850	814	850	1.664
Diversos no Exterior	1.776	65	1.841	1.542	550	2.092
Outros	1.762	7	1.769	1.851	11	1.862

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	71.798	34	71.832	68.478	237	68.715
Operações com Cartões de Crédito	58.920	-	58.920	56.143	-	56.143
Carteira de Câmbio	620	-	620	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	10.538	-	10.538	10.920	177	11.097
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	26	-	26	491	26	517
Recursos de Consorciados	84	-	84	45	-	45
Outros	1.610	34	1.644	879	34	913
Não Financeiros	25.968	1.142	27.110	24.975	812	25.787
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	297	-	297	239	-	239
Diversos no País	2.488	117	2.605	1.681	75	1.756
Recursos em Trânsito	10.214	190	10.404	10.893	-	10.893
Provisão para Pagamentos Diversos	2.007	203	2.210	1.944	199	2.143
Sociais e Estatutárias	5.541	35	5.576	5.110	-	5.110
Relativas a Operações de Seguros	224	-	224	253	-	253
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	864	-	864	808	-	808
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	201	548	749	-	491	491
Provisão de Pessoal	1.352	49	1.401	1.336	47	1.383
Provisão para Seguro Saúde	742	-	742	716	-	716
Rendas Antecipadas	1.975	-	1.975	1.909	-	1.909
Outros	63	-	63	86	-	86

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 14/09/2016 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 12.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 21/10/2016 e o processo foi homologado pelo BACEN em 23/09/2016. Em consequência, o capital social foi elevado em 598.391.594 ações.

Em AGE de 27/04/2016 foi aprovado o cancelamento de 100.000.000 de ações preferenciais de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária. O processo foi homologado pelo BACEN em 07/06/2016.

O capital social está representado por 6.582.307.543 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.351.744.217 ações ordinárias e 3.230.563.326 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 97.148 (R\$ 85.148 em 31/12/2015), sendo R\$ 65.534 (R\$ 58.284 em 31/12/2015) de acionistas domiciliados no país e R\$ 31.614 (R\$ 26.864 em 31/12/2015) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

31/12/2016				Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2015	3.033.657.386	1.130.776.196	4.164.433.582	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	13.382.812	1.906.099.555	1.919.482.367	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologada em 07/06/2016	-	(100.000.000)	(100.000.000)	
Bonificação de Ações - AGE de 14/09/2016 Efetivada em 23/09/2016	304.704.019	293.687.575	598.391.594	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	3.351.744.217	3.230.563.326	6.582.307.543	
Residentes no País em 31/12/2016	3.335.350.311	1.104.963.731	4.440.314.042	
Residentes no Exterior em 31/12/2016	16.393.906	2.125.599.595	2.141.993.501	
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	2.795	162.562.650	162.565.445	(4.353)
Aquisições de Ações	-	30.640.000	30.640.000	(947)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(19.931.626)	(19.931.626)	315
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(8.293.957)	(8.293.957)	433
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologada em 07/06/2016	-	(100.000.000)	(100.000.000)	2.670
Bonificação de Ações - AGE de 14/09/2016	279	4.627.395	4.627.674	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 ⁽¹⁾	3.074	69.604.462	69.607.536	(1.882)
Em Circulação em 31/12/2016	3.351.741.143	3.160.958.864	6.512.700.007	
Em Circulação em 31/12/2015 ⁽²⁾	3.351.741.143	3.161.744.411	6.513.485.554	

31/12/2015				Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2014	3.034.554.303	1.148.179.276	4.182.733.579	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	12.485.895	1.888.696.475	1.901.182.370	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Efetivada em 25/06/2015	304.704.019	303.687.575	608.391.594	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.351.744.217	3.340.563.326	6.692.307.543	
Residentes no País em 31/12/2015	3.337.023.124	1.243.853.815	4.580.876.939	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	14.721.093	2.096.709.511	2.111.430.604	
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.795	59.211.406	59.214.201	(1.328)
Aquisições de Ações	-	122.677.280	122.677.280	(3.324)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(6.461.115)	(6.461.115)	4
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(5.877.161)	(5.877.161)	295
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015	279	9.268.505	9.268.784	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	3.074	178.818.915	178.821.989	(4.353)
Em Circulação em 31/12/2015 ⁽²⁾	3.351.741.143	3.161.744.411	6.513.485.554	
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.351.741.143	3.275.430.780	6.627.171.923	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 23/09/2016.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2016	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	23,79
Médio ponderado	-	30,13
Máximo	-	36,05
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	6,59	27,04
Valor de Mercado em 31/12/2016	30,00	33,85

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2015	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	24,96
Médio ponderado	-	28,80
Máximo	-	31,86
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,25	26,78
Valor de Mercado em 31/12/2015	24,58	26,33

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido Individual Estatutário	18.853	21.084	17.392
Ajustes:			
(-) Reserva Legal	(943)	(1.054)	(870)
Base de Cálculo do Dividendo	17.910	20.030	16.522
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	4.478	5.007	4.130
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	10.000	7.305	6.635

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2016		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	3.355	(355)	3.000
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2016	987	-	987
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3990 por ação, pago em 25/08/2016	2.368	(355)	2.013
Declarados até 31/12/2016 (Registrados em Outros Passivos)	3.169	(461)	2.708
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2017	98	-	98
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,4714 por ação, creditados em 30/12/2016 a serem pagos até 28/04/2017	3.071	(461)	2.610
Declarados após 31/12/2016 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	5.050	(758)	4.292
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,7754 por ação.	5.050	(758)	4.292
Total de 01/01 a 31/12/2016- R\$ 1,5789 líquido por ação	11.574	(1.574)	10.000

	31/12/2015		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	3.002	(311)	2.691
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2015	932	-	932
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3460 por ação, pago em 25/08/2015	2.070	(311)	1.759
Declarados até 31/12/2015 (Registrados em Outros Passivos)	2.502	(186)	2.316
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 04/01/2016	89	-	89
Dividendos Provisionados - R\$ 0,1980	1.173	-	1.173
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2090 por ação, creditados em 30/12/2015 a serem pagos até 30/04/2016	1.240	(186)	1.054
Declarados após 31/12/2015 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.703	(405)	2.298
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,4564 por ação.	2.703	(405)	2.298
Total de 01/01 a 31/12/2015- R\$ 1,2376 líquido por ação	8.207	(902)	7.305

	31/12/2014		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.637	(267)	2.370
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2014	857	-	857
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3256 por ação, pago em 25/08/2014	1.780	(267)	1.513
Declarados até 31/12/2014 (Registrados em Outros Passivos)	1.760	-	1.760
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2015	82	-	82
Dividendos - R\$ 0, 3063 por ação	1.678	-	1.678
Declarados após 31/12/2014 (Registrados em Reservas de Lucros - Reservas Especiais de Lucros)	2.947	(442)	2.505
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,5380 por ação.	2.947	(442)	2.505
Total de 01/01 a 31/12/2014 - R\$ 1,2204 líquido por ação	7.344	(709)	6.635

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	3.158	9.782	7.925
Legal ⁽²⁾	7.838	6.895	5.841
Estatutárias	1.132	9.461	7.775
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	337	3.355	2.885
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	-	1.655	1.162
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	795	4.451	3.728
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(10.862)	(9.277)	(8.638)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	5.050	2.703	2.947
Total das Reservas na Controladora	3.443	10.067	8.210

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

f) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Itaú CorpBanca (Nota 3)	10.117	-	119	-
Banco CorpBanca Colômbia S.A. (Nota 3)	1.231	-	22	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	519	428	119	118
Banco Itaú Consignado S.A.	-	983	(20)	217
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	275	282	51	62
Outras	90	114	28	19
Total	12.232	1.807	319	416

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

Em AGE de 14/09/2016 foi aprovado aumento de capital com bonificação de 10% em ações e homologado pelo BACEN em 23/09/2016. As novas ações estão incluídas na posição acionária em 21/10/2016. Dessa forma, para melhor comparabilidade, as quantidades de ações apresentadas neste item estão bonificadas.

No período de 01/01 a 31/12/2016, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (591) (R\$ (734) de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ (441) de 01/01 a 31/12/2014).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxerem às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significativo.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) **Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- b) **Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) **Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2015	50.543.148	31,89	
Opções exercíveis no final do período	35.647.958	33,40	
Opções em aberto não exercíveis	14.895.190	28,29	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(127.798)	35,91	
Exercidas	(12.381.844)	26,92	35,15
Saldo em 31/12/2016	38.033.506	36,94	
Opções exercíveis no final do período	23.440.177	40,98	
Opções em aberto não exercíveis	14.593.329	30,45	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2009-2010		25,66 - 41,69	
Outorga 2011-2012		30,45 - 40,72	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,63		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2014	60.678.323	29,48	
Opções exercíveis no final do período	31.759.519	29,23	
Opções em aberto não exercíveis	28.918.804	29,75	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(9.968.681)	36,44	
Exercidas	(166.494)	22,11	31,24
Saldo em 31/12/2015	50.543.148	31,89	
Opções exercíveis no final do período	35.647.958	33,40	
Opções em aberto não exercíveis	14.895.190	28,29	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		23,95 - 36,62	
Outorga 2010-2012		21,71 - 38,90	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,60		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2013	79.033.384	27,15	
Opções exercíveis no final do período	39.609.101	25,14	
Opções em aberto não exercíveis	39.424.283	29,96	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(1.684.588)	28,91	
Exercidas	(16.670.473)	24,80	33,39
Saldo em 31/12/2014	60.678.323	29,48	
Opções exercíveis no final do período	31.759.519	29,23	
Opções em aberto não exercíveis	28.918.804	29,75	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		21,64 - 36,25	
Outorga 2010-2012		21,71 - 35,15	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,56		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 19,45 por ação em 31/12/2016 (R\$ 26,56 por ação em 31/12/2015 e R\$ 26,95 por ação em 31/12/2014).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2015	33.666.355
Novas Outorgas	12.392.845
Cancelados	(370.039)
Exercidos	(10.226.782)
Saldo em 31/12/2016	35.462.379
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,73

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	29.407.871
Novas Outorgas	11.442.795
Cancelados	(889.690)
Exercidos	(6.294.621)
Saldo em 31/12/2015	33.666.355
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,02

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	22.205.702
Novas Outorgas	13.318.700
Cancelados	(1.883.243)
Exercidos	(4.233.288)
Saldo em 31/12/2014	29.407.871
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 21,96 por ação em 31/12/2016 (R\$ 28,40 por ação em 31/12/2015 e R\$ 23,03 em 31/12/2014).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	Quantidade
Saldo em 31/12/2015	22.325.573
Novos	13.422.462
Entregues	(11.136.079)
Cancelados	(72.550)
Saldo em 31/12/2016	24.539.406

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	17.492.005
Novos	13.792.517
Entregues	(8.306.134)
Cancelados	(652.815)
Saldo em 31/12/2015	22.325.573

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	9.119.826
Novos	12.102.893
Entregues	(3.250.234)
Cancelados	(480.480)
Saldo em 31/12/2014	17.492.005

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central	6.920	5.748	5.904
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	677	1.628	1.286
Aplicações em Mercado Aberto	34.162	27.572	17.929
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	23.669	19.826	15.128
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	11.160	8.979	7.272
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.788	3.758	2.347
Operações de Crédito	80.118	79.392	69.248
Outros Ativos Financeiros	1.001	886	1.001
Total	161.495	147.789	120.115

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Depósitos	(14.701)	(13.587)	(12.064)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(45.932)	(32.879)	(26.771)
Recursos de Mercados Interbancários	(8.348)	(7.970)	(14.404)
Recursos de Mercados Institucionais	(8.248)	(8.030)	(10.695)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(17.790)	(12.556)	(8.987)
Outros	(107)	(42)	(56)
Total	(95.126)	(75.064)	(72.977)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.514	(1.625)	215
Derivativos (*)	7.320	(6.071)	119
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	49	51	32
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.685)	(4.345)	(1.089)
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento (Perda Permanente)	(740)	-	-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	(147)	128	(1)
Total	7.311	(11.862)	(724)

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/12/2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 1.882 de despesas por redução ao valor recuperável sendo, R\$ 1.142 para Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e R\$ 740 para Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento. A perda líquida de reversões totalizou R\$ 1.522 registrada na demonstração de resultado na linha "Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos".

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços de Contas Correntes	9.528	8.815	7.725
Taxas de Administração	3.514	2.932	2.660
Comissões de Cobrança	1.315	1.250	1.279
Comissões de Cartões de Crédito	13.330	12.722	11.507
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.773	1.609	1.407
Comissão de Corretagem	295	248	262
Outros	2.163	1.876	1.502
Total	31.918	29.452	26.342

Nota 25 - Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	233	97	1.194
Recuperação de Despesas	331	210	207
Reversão de Provisões	156	455	179
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais	13	65	158
Outros	649	452	416
Total	1.382	1.279	2.154

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesas de Pessoal	(22.360)	(19.573)	(17.071)
Remuneração	(8.752)	(7.982)	(7.046)
Encargos	(2.567)	(2.540)	(2.364)
Benefícios Sociais	(3.070)	(2.472)	(2.133)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	279	(240)	33
Benefício Definido	(81)	(78)	(30)
Contribuição Definida	360	(162)	63
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(306)	(214)	(231)
Treinamento	(192)	(202)	(186)
Participações de Empregados nos Lucros	(3.610)	(3.387)	(3.324)
Desligamentos	(571)	(351)	(377)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(3.571)	(2.185)	(1.443)
Despesas Administrativas	(15.959)	(15.112)	(14.325)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.966)	(4.052)	(3.870)
Serviços de Terceiros	(4.340)	(4.044)	(4.189)
Instalações	(1.161)	(1.022)	(924)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.036)	(1.095)	(972)
Despesas de Aluguéis	(1.480)	(1.289)	(1.216)
Transportes	(391)	(411)	(432)
Materiais	(313)	(380)	(365)
Despesas com Serviços Financeiros	(731)	(614)	(544)
Segurança	(716)	(675)	(627)
Concessionárias de Serviços Públicos	(425)	(418)	(289)
Despesas de Viagem	(199)	(212)	(204)
Outros	(1.201)	(900)	(693)
Depreciação	(1.702)	(1.688)	(1.641)
Amortização	(1.292)	(910)	(827)
Despesas de Comercialização de Seguros	(721)	(1.138)	(1.214)
Outras Despesas	(8.870)	(9.205)	(7.472)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(3.165)	(3.415)	(2.691)
Perdas com fraudes com Terceiros	(571)	(468)	(472)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(274)	(187)	(133)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(1.489)	(2.069)	(1.708)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(915)	(1.361)	(971)
Ressarcimento de custos interbancários	(294)	(262)	(229)
Outros	(2.162)	(1.443)	(1.268)
Total	(50.904)	(47.626)	(42.550)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	38.192	18.265	28.808
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 k)	(17.187)	(7.611)	(11.523)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	165	176	109
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(4.313)	8.329	1.471
Juros sobre o Capital Próprio	3.617	2.585	1.738
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	628	631	639
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	365	271	311
Outras Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis (*)	12.827	(13.346)	46
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.898)	(8.965)	(7.209)
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição (Reversão) do Período	(10.774)	13.006	1.341
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	62	(71)	(1.079)
Majoração de Alíquota da Contribuição Social (Nota 27b III)	-	3.921	-
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	(10.712)	16.856	262
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.610)	7.891	(6.947)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição (1)	31/12/2016
Refletido no Resultado	48.911	(16.508)	15.480	47.883
Créditos de Liquidação Duvidosa	25.572	(6.337)	7.740	26.975
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.655	(288)	561	6.928
Provisões para Passivos Contingentes	<u>5.385</u>	<u>(1.784)</u>	<u>2.106</u>	<u>5.707</u>
Ações Cíveis	2.149	(701)	507	1.955
Ações Trabalhistas	1.812	(1.010)	1.366	2.168
Fiscais e Previdenciárias	1.420	(71)	233	1.582
Outros	4	(2)	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	511	(346)	-	165
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	508	(200)	79	387
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.253	(797)	29	485
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	4.951	(4.951)	145	145
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	322	(22)	-	300
Outros	3.754	(1.783)	4.820	6.791
Refletido no Patrimônio Líquido	4.253	(1.970)	711	2.994
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	1.883	(627)	-	1.256
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.980	(1.338)	-	642
Hedge de Fluxo de Caixa	137	-	706	843
Outros	253	(5)	5	253
Total (2) (3)	53.164	(18.478)	16.191	50.877

(1) Inclui Saldos Oriundos da Aquisição do Corpbanca R\$ 1.221 e da Aquisição da Recovery R\$ 45 (Nota 3).

(2) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 37.395 e R\$ 643.

(3) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaucard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	32.513	(7.009)	23.407	48.911
Créditos de Liquidação Duvidosa	18.909	(2.319)	8.982	25.572
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	5.430	(239)	1.464	6.655
Provisões para Passivos Contingentes	<u>4.298</u>	<u>(1.364)</u>	<u>2.451</u>	<u>5.385</u>
Ações Cíveis	1.818	(624)	955	2.149
Ações Trabalhistas	1.460	(382)	734	1.812
Fiscais e Previdenciárias	1.009	(351)	762	1.420
Outros	11	(7)	-	4
Ágio na Aquisição do Investimento	721	(210)	-	511
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	394	(698)	812	508
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	3	(4)	1.254	1.253
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	109	(109)	4.951	4.951
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	274	-	48	322
Outros	2.375	(2.066)	3.445	3.754
Refletido no Patrimônio Líquido	4.106	(1.527)	1.674	4.253
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	2.514	(631)	-	1.883
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	539	(142)	1.583	1.980
Hedge de Fluxo de Caixa	50	-	87	137
Outros	1.003	(754)	4	253
Total (*)	36.619	(8.536)	25.081	53.164

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição ⁽¹⁾	31/12/2016
Refletido no Resultado	4.277	(2.283)	11.513	13.507
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	1.487	(551)	-	936
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.130	(168)	231	1.193
Planos de Pensão	336	(143)	40	233
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	51	(100)	1.144	1.095
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	198	(198)	7.293	7.293
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	286	-	1.216	1.502
Outros	789	(1.123)	1.589	1.255
Refletido no Patrimônio Líquido	1.804	(1.639)	453	618
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	53	-	433	486
Hedge de Fluxo de Caixa	1.313	(1.250)	-	63
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	424	(389)	-	35
Outros	14	-	20	34
Total ⁽²⁾	6.081	(3.922)	11.966	14.125

(1) Inclui Saldo Originado da Aquisição do Corpbanca R\$ 994 (Nota 3).

(2) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 37.395 e R\$ 643.

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	4.735	(1.801)	1.343	4.277
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.508	(1.021)	-	1.487
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	876	(425)	679	1.130
Planos de Pensão	336	(34)	34	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(12)	59	51
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	6	(6)	198	198
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	563	(277)	-	286
Outros	442	(26)	373	789
Refletido no Patrimônio Líquido	956	(97)	945	1.804
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	132	(79)	-	53
Hedge de Fluxo de Caixa	373	-	940	1.313
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	442	(18)	-	424
Outros	9	-	5	14
Total ^(*)	5.691	(1.898)	2.288	6.081

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2016, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%	%	%
2017	21.863	50%	37	1%	21.900	43%	(1.260)	8%	20.640	56%
2018	10.363	23%	151	2%	10.514	21%	(646)	5%	9.868	27%
2019	4.682	11%	2.060	30%	6.742	13%	(2.372)	17%	4.370	12%
2020	1.130	3%	2.416	35%	3.546	7%	(1.363)	10%	2.183	6%
2021	598	1%	1.775	25%	2.373	5%	(366)	3%	2.007	5%
Acima de 2021	5.313	12%	489	7%	5.802	11%	(8.118)	57%	(2.316)	-6%
Total	43.949	100%	6.928	100%	50.877	100%	(14.125)	100%	36.752	100%
Valor Presente ^(*)	40.415		5.937		46.352		(11.370)		34.982	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. O efeito no resultado foi de R\$ 3.921 em 31/12/2015. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido	23.263	25.740	21.555
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(70)	(71)	(72)
Subtotal	23.193	25.669	21.483
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(73)	(74)	(74)
Subtotal	23.120	25.595	21.409
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:			
Aos Detentores de Ações Ordinárias	11.880	13.036	10.843
Aos Detentores de Ações Preferenciais	11.240	12.559	10.566
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	11.953	13.110	10.917
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	11.310	12.630	10.638
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.171.215.661	3.228.881.081	3.266.347.063
Lucro por Ação - Básico - R\$			
Ações Ordinárias	3,57	3,91	3,26
Ações Preferenciais	3,57	3,91	3,26
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	11.310	12.630	10.638
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	82	83	64
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	11.392	12.713	10.702
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	11.953	13.110	10.917
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(82)	(83)	(64)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	11.871	13.027	10.853
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.216.235.372	3.270.734.307	3.305.545.129
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	3.171.215.661	3.228.881.081	3.266.347.063
	45.019.711	41.853.226	39.198.066
Lucro por Ação Diluído - R\$			
Ações Ordinárias	3,54	3,89	3,24
Ações Preferenciais	3,54	3,89	3,24

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 6.901.686 ações preferenciais em 31/12/2016, 4.805.473 ações preferenciais em 31/12/2015 e 3.494.779 ações preferenciais em 31/12/2014.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Apresentamos a seguir as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING quanto aos benefícios a empregados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido			Contribuição Definida (*)			Outros Benefícios			Total		
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Custo Serviço Corrente	(62)	(68)	(74)	-	-	-	-	-	-	(62)	(68)	(74)
Juros Líquidos	(13)	(6)	(32)	239	219	196	(19)	(17)	(14)	207	196	150
Aportes e Contribuições	-	-	-	121	(381)	(133)	-	-	-	121	(381)	(133)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	13	13	9	13	13	9
Total Valores Reconhecidos	(75)	(74)	(106)	360	(162)	63	(6)	(4)	(5)	279	(240)	(48)

(*) No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGDL, totalizaram R\$ 339 (R\$ 207 de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ 190 de 01/01 a 31/12/2014), sendo R\$ 115 (R\$ 144 de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ 133 de 01/01 a 31/12/2014) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido			Contribuição Definida			Outros Benefícios			Total		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
No Início do Período	(45)	(75)	(354)	(314)	(221)	(286)	(13)	(8)	7	(372)	(304)	(633)
Efeito na Restrição do Ativo(*)	(633)	(103)	(453)	(1.244)	(38)	77	-	-	-	(1.877)	(141)	(376)
Remensurações	608	133	732	236	(55)	(12)	(36)	(5)	(15)	808	73	705
Total Valores Reconhecidos	(70)	(45)	(75)	(1.322)	(314)	(221)	(49)	(13)	(8)	(1.441)	(372)	(304)

(*) A revisão da estimativa de reconhecimento do fundo previdencial resultou na reversão dos aportes futuros em R\$ 1.053.

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾ Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾ Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾ Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾ Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾ Plano Itaubanco CD ⁽³⁾ Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾ Plano BD Itaú ⁽¹⁾ Plano CD Itaú ⁽²⁾ Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾ Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾ Plano de Benefícios II ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾ Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾ Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	10,24% a.a.	11,28% a.a.	10,24% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2016 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

No caso dos benefícios patrocinados pelas subsidiárias no exterior, são adotadas premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico do país.

As premissas biométricas/demográficas adotadas pelas EFPCs estão aderentes à massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo			% Alocação			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	Meta 2017
Títulos de Renda Fixa	15.134	12.369	12.250	91,61%	90,73%	91,16%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	685	537	641	4,15%	3,94%	4,77%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	9	27	22	0,05%	0,20%	0,17%	0% a 10%
Imóveis	623	633	488	3,77%	4,64%	3,63%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	69	67	37	0,42%	0,49%	0,27%	0% a 5%
Total	16.520	13.633	13.438	100,00%	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 575 (R\$ 452 em 31/12/2015 e R\$ 554 em 31/12/2014), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 597 (R\$ 606 em 31/12/2015 e R\$ 455 em 31/12/2014).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2015, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
1- Ativos Líquidos dos Planos	16.520	13.633	13.438
2- Passivos Atuariais	(13.723)	(11.587)	(11.695)
3- Superveniência (1-2)	2.797	2.046	1.743
4- Restrição do Ativo (*)	(3.008)	(2.134)	(1.847)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(211)	(88)	(104)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	317	224	242
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(528)	(312)	(346)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

31/12/2016					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.633	(11.587)	2.046	(2.134)	(88)
Custo Serviço Corrente	-	(62)	(62)	-	(62)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.483	(1.255)	228	(241)	(13)
Benefícios Pagos	(1.060)	1.060	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	149	-	149	-	149
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(633)	(633)
Saldo oriundo da aquisição do CorpBanca (Nota 3)	-	(207)	(207)	-	(207)
Variação Cambial	(8)	43	35	-	35
Remensurações ^{(2) (3)}	2.308	(1.715)	593	-	593
Valor Final do Período	16.520	(13.723)	2.797	(3.008)	(211)

31/12/2015					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)
Custo Serviço Corrente	-	(68)	(68)	-	(68)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.334	(1.151)	183	(189)	(6)
Benefícios Pagos	(908)	908	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	60	-	60	-	60
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(103)	(103)
Remensurações ^{(2) (3)}	(306)	419	113	5	118
Valor Final do Período	13.633	(11.587)	2.046	(2.134)	(88)

31/12/2014					
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(74)	(74)	-	(74)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.178	(1.087)	91	(123)	(32)
Benefícios Pagos	(780)	780	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	81	-	81	-	81
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(453)	(453)
Remensurações ^{(2) (3)}	432	263	695	22	717
Valor Final do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2016 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 11,28% a.a. (Em 01/01/2015 utilizou-se a taxa de desconto de 10,24% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 3.791 (R\$ 1.028 em 31/12/2015 e R\$ 1.610 em 31/12/2014).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 149 (R\$ 60 de 01/01 a 31/12/2015 e R\$ 81 de 01/01 a 31/12/2014). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2017 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 71.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2017	1.071
2018	1.112
2019	1.160
2020	1.212
2021	1.266
2022 a 2026	7.098

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	703	5,13%	(271)
- Acréscimo em 0,5%	(644)	(4,70%)	235

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2016			31/12/2015			31/12/2014		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.229	(270)	1.959	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086
Juros Líquidos	269	(30)	239	239	(20)	219	223	(27)	196
Aportes e Contribuições (Nota 29)	121	-	121	(381)	-	(381)	(133)	-	(133)
Recebimento por Destinação de Recursos (*)	(515)	-	(515)	-	-	-	-	-	-
Efeito na Restrição do Ativo (Nota 29)	(1.053)	(191)	(1.244)	-	(38)	(38)	-	77	77
Remensurações	236	-	236	(67)	12	(55)	(13)	1	(12)
Valor Final do Período (Nota 20a)	1.287	(491)	796	2.229	(270)	1.959	2.438	(224)	2.214

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaúbanco CD.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
No Início do Período	(179)	(170)	(146)
Custo de Juros	(19)	(17)	(14)
Benefícios Pagos	13	13	9
Remensurações	(36)	(5)	(19)
No Final do Período (Nota 20b)	(221)	(179)	(170)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2017	13
2018	14
2019	15
2020	16
2021	17
2022 a 2026	103

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	26	(22)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade %		Comercialização %	
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Acidentes Pessoais Coletivo	5,0	5,8	42,1	42,0
Acidentes Pessoais Individual	19,5	19,5	12,4	11,4
Compreensivo Empresarial	63,3	44,6	21,1	20,9
Crédito Interno	221,7	113,7	3,9	18,3
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	85,7	86,7	1,4	1,4
Doença Grave ou Terminal	22,1	16,1	10,7	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	17,1	16,8	63,8	64,6
Prestamista	18,7	15,6	19,0	21,8
Riscos Diversos	7,8	7,4	62,1	62,2
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	14,7	15,0	(0,3)	(2,8)
Vida em Grupo	46,8	46,7	13,6	13,0

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas			Resseguros			Prêmios e Contribuições Retidas		
	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Acidentes Pessoais Coletivo	780	862	796	(4)	(2)	(2)	776	860	794
Acidentes Pessoais Individual	224	214	186	(12)	(11)	(2)	212	203	184
Compreensivo Empresarial	56	57	139	-	-	(25)	56	57	114
Crédito Interno	63	151	105	-	-	-	63	151	105
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	37	37	243	-	-	-	37	37	243
Doenças Graves ou Terminais	167	169	159	(1)	(2)	(1)	166	167	158
Extensão de Garantia - Patrimonial	112	252	1.202	-			112	252	1.202
Pensão Pecúlio Invalidez	298	256	194	(3)	(6)	(5)	295	250	189
PGBL	1.955	1.840	1.665	-			1.955	1.840	1.665
Prestamista	570	726	802	-	(1)		570	725	802
Riscos de Petróleo	-	-	284	-	-	(252)	-	-	32
Riscos Diversos	162	172	223	-	-	(53)	162	172	170
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	501	-	-	(393)	-	-	108
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	261	224	187	(18)	(19)	(19)	243	205	168
Tradicional	142	159	174	-	-	-	142	159	174
VGBL	18.153	15.501	13.532	-			18.153	15.501	13.532
Vida em Grupo	1.278	1.453	1.414	(44)	(37)	(28)	1.234	1.416	1.386
Demais Ramos	591	561	991	(12)	(11)	(251)	579	550	740
Total	24.849	22.634	22.797	(94)	(89)	(1.031)	24.755	22.545	21.766

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:



II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2016				31/12/2015			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	4.755	32.688	91.862	129.305	5.872	28.228	75.678	109.778
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	4.302	2.395	18.153	24.850	4.825	2.255	15.501	22.581
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(5.124)	(297)	-	(5.421)	(5.780)	(253)	-	(6.033)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.623)	(370)	(39)	(2.032)	(1.553)	(337)	(19)	(1.909)
(+) Sinistros Avisados	1.620	-	-	1.620	1.712	-	-	1.712
(-) Resgates	(1)	(1.939)	(13.277)	(15.217)	(2)	(1.479)	(8.720)	(10.201)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	380	709	1.089	-	886	504	1.390
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	20	4.371	13.171	17.562	9	3.244	9.052	12.305
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(23)	451	1.892	2.320	(328)	144	(134)	(318)
Provisão de Seguros e Previdência Privada	3.926	37.679	112.471	154.076	4.755	32.688	91.862	129.305

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios não Ganhos	2.204	3.027	17	15	2.221	3.042
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	24	24	148.341	122.914	148.365	122.938
Resgates e Outros Valores a Regularizar	11	23	210	166	221	189
Excedente Financeiro	2	1	581	547	583	548
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	769	783	23	18	792	801
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	435	424	27	24	462	448
Despesas Relacionadas e Administrativas	39	42	71	50	110	92
Outras Provisões	442	431	880	816	1.322	1.247
Total ⁽²⁾	3.926	4.755	150.150	124.550	154.076	129.305

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2016	901
Constituições	902
Amortizações	(1.374)
Saldo em 31/12/2016	429
Saldo a amortizar até 12 meses	335
Saldo a amortizar após 12 meses	94
Saldo em 01/01/2015	1.647
Constituições	1.133
Amortizações	(1.879)
Saldo em 31/12/2015	901
Saldo a amortizar até 12 meses	644
Saldo a amortizar após 12 meses	257

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30l.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	792
(-) Operações DPVAT	19
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	240
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	3
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	530

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II. II de 31/12/2016.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.230	1.168	1.142	1.243	1.310	
1 ano depois	1.221	1.166	1.130	1.286		
2 anos depois	1.227	1.172	1.150			
3 anos depois	1.227	1.177				
4 anos depois	1.229					
Estimativa Corrente	1.229	1.177	1.150	1.286	1.310	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.226	1.173	1.142	1.262	1.098	5.901
Passivo Reconhecido no Balanço	3	4	8	24	212	251
Passivo em Relação a Anos Anteriores						27
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						278

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	Total
No Final do Ano de Divulgação	54	32	32	35	34	
1 ano depois	64	49	44	48		
2 anos depois	72	59	56			
3 anos depois	78	70				
4 anos depois	85					
Estimativa Corrente	85	70	56	48	34	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	65	50	40	33	24	212
Passivo Reconhecido no Balanço	20	20	17	15	10	82
Passivo em Relação a Anos Anteriores						170
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						252

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	792
(-) Operações DPVAT	19
(-) IBNER	240
(-) Resseguros ⁽²⁾	31
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	3
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	499

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2016.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2016.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.186	1.144	1.129	1.221	1.298	
1 ano depois	1.175	1.142	1.116	1.253		
2 anos depois	1.181	1.148	1.131			
3 anos depois	1.182	1.152				
4 anos depois	1.183					
Estimativa Corrente	1.183	1.152	1.131	1.253	1.298	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.180	1.149	1.123	1.229	1.092	5.773
Passivo Reconhecido no Balanço	3	4	8	24	206	245
Passivo em Relação a anos Anteriores						18
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						263

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	Total
No Final do Ano de Divulgação	54	32	32	35	31	
1 ano depois	64	49	44	47		
2 anos depois	72	59	56			
3 anos depois	77	70				
4 anos depois	84					
Estimativa Corrente	84	70	56	47	31	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	64	50	40	33	21	208
Passivo Reconhecido no Balanço	20	20	17	14	10	81
Passivo em Relação a Anos Anteriores						155
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						236

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2016, 2015 e 2014.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.



g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:



A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	21	(3)	(3)	8	(4)	(3)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(23)	3	3	(8)	3	3
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	49	6	6	38	7	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(50)	(6)	(6)	(39)	(7)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(6)	-	-	(12)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	6	-	-	12	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	0	(50)	(48)	-	(62)	(60)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	0	50	48	-	63	60

(1) Valores Líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

O produto garantia estendida é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adotava-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo no ano de 2014.

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos									
DPVAT	37	37	100,0	37	37	100,0	243	243	100,0
Extensão de Garantia	112	112	100,0	252	252	100,0	1.202	1.202	100,0
Pessoas									
Acidentes Pessoais Coletivo	780	776	99,5	862	860	99,7	796	794	99,8
Acidentes Pessoais Individual	224	212	94,8	214	203	94,8	186	184	98,9
Prestamista	570	570	100,0	726	725	99,9	802	802	100,0
Vida em Grupo	1.278	1.234	96,5	1.453	1.416	97,5	1.414	1.386	98,2
Grandes Riscos									
Riscos de Engenharia	-	-	-	-	-	-	46	8	17,4
Riscos de Petróleo	-	-	-	-	-	-	284	32	11,3
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	-	-	-	-	501	108	21,6

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização;
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança em que as decisões podem chegar a órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da

carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

l) Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (VaR – *Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	31/12/2016		31/12/2015	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	5.141	(3,03)	4.821	(3,20)
NTN-B	2.969	(3,53)	2.055	(1,95)
LTN	-	-	-	-
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IPCA	307	(0,14)	209	(0,09)
Indexado a PRE	240	(0,00)	77	(0,00)
Ações	0	0,00	1	0,01
Ativos Pós-Fixados	5.852	-	4.998	-
Compromissadas Over	6.266	-	4.977	-

II) Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/12/2016			31/12/2015		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾	Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	2.202	13,5		3.025	15,8	13,8
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.242	13,8		1.243	15,7	16,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	446	119,0		434	104,6	22,7
Subtotal	Subtotal	3.890			4.702		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	71	107,4	80,9	50	102,7	85,7
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	19	-	14,1	17	-	12,2
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	25	-	13,9	20	-	12,3
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	27	11,4	14,1	28	9,8	10,5
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	221	-	14,0	190	-	12,3
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.737	107,4	81,1	1.540	102,7	85,8
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾	142.039	169,9	39,4	117.073	160,6	23,9
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	4.584	210,9	92,0	4.321	208,1	79,4
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	880	210,9	92,0	816	208,1	79,4
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	583	210,6	91,8	548	207,8	79,2
Subtotal	Subtotal	150.186			124.603		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	154.076			129.305		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

III) Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

Apresentamos a seguir a divisão dos riscos cedidos aos resseguradores pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- **Operações de Seguros:** Os prêmios emitidos de resseguros estão representados basicamente por IRB Brasil Resseguros com 56,14% (66,67% em 31/12/2015) e Munich Re do Brasil com 43,33% (32,94% em 31/12/2015).
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referente aos prêmios emitidos de resseguros estão representadas em sua totalidade por Munich Re do Brasil com 70% (50% em 31/12/2015) e General Reinsurance AG com 30% (50% em 31/12/2015).



IV) Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2016						
Classificação Interna (*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	7.859	125.944	284	3.558	4.629	142.274
Médio	-	13	-	-	-	13
Alto	-	-	-	-	-	-
Total	7.859	125.957	284	3.558	4.629	142.287
%	5,5	88,5	0,2	2,5	3,3	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2015						
Classificação Interna (*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	5.667	94.709	126	2.732	4.320	107.554
Médio	-	16	-	-	-	16
Alto	-	-	-	-	-	-
Total	5.667	94.725	126	2.732	4.320	107.570
%	5,3	88,1	0,1	2,5	4,0	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.



I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	18	262	103	610
Contratos Emitidos	-	-	79	75
Sinistros a Recuperar	32	-	-	-
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	(3)	12	(108)	(36)
Outras Constituições / Reversões	(1)	(256)	-	(546)
Saldo Final	46	18	74	103

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/12/2016	31/12/2015
Sinistros de Resseguros	52	52
Prêmios de Resseguros	15	24
Saldo Final	67	76

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	52	2.456
Sinistros Avisados	70	32
Sinistros Pagos	(99)	(25)
Outras Constituições / Reversões	2	(2.412)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	27	1
Saldo Final (*)	52	52

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	24	949
Constituições	65	61
Reversões	(74)	(45)
Outras Constituições / Reversões	-	(941)
Saldo Final	15	24

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	-	(37)
Constituições	6	4
Reversões	(6)	(4)
Outras Constituições / Reversões	-	37
Saldo Final	-	-

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.



Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	104.242	104.242	85.100	85.100
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.692	22.731	30.525	30.525
Aplicações no Mercado Aberto	265.051	265.051	254.404	254.404
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	204.648	204.648	164.311	164.311
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	1.191	1.191	642	642
Derivativos ^(*)	24.231	24.231	26.755	26.755
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	88.277	88.277	86.045	86.045
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	40.495	40.749	42.185	38.892
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	463.394	472.704	447.404	446.787
Outros Ativos Financeiros	53.917	53.917	53.506	53.506
Passivos Financeiros				
Depósitos	329.414	329.371	292.610	292.775
Captação no Mercado Aberto	349.164	349.164	336.643	336.643
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	519	519	412	412
Derivativos ^(*)	24.698	24.698	31.071	31.071
Recursos de Mercados Interbancários	135.483	134.730	156.886	156.174
Recursos de Mercados Institucionais	96.239	95.012	93.918	95.461
Passivos de Planos de Capitalização	3.147	3.147	3.044	3.044
Outros Passivos Financeiros	71.832	71.832	68.715	68.715

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 77.453 (R\$ 81.180 em 31/12/2015) com o valor justo estimado de R\$ 1.066 (R\$ 1.143 em 31/12/2015).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
 - Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.

- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da *Black&Scholes*) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a *Bloomberg*).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos / Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.



Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2016 e 31/12/2015 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/12/2016				31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	165.883	37.760	1.005	204.648	123.948	40.303	60	164.311
Fundos de Investimento	14	1.159	-	1.173	19	1.032	-	1.051
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	157.369	2.654	1	160.024	114.007	3.043	3	117.053
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	5.325	-	-	5.325	4.431	-	-	4.431
Títulos Públicos - Outros Países	819	2.916	-	3.735	933	216	-	1.149
Argentina	651	-	-	651	696	-	-	696
Chile	-	127	-	127	-	36	-	36
Colômbia	-	2.669	-	2.669	-	72	-	72
Estados Unidos	78	-	-	78	132	-	-	132
México	6	-	-	6	3	-	-	3
Paraguai	-	88	-	88	-	68	-	68
Uruguai	-	32	-	32	-	40	-	40
Outros	84	-	-	84	102	-	-	102
Títulos de Empresas	2.356	31.031	1.004	34.391	4.558	36.012	57	40.627
Ações Negociáveis	1.533	-	958	2.491	2.161	-	-	2.161
Certificado de Depósito Bancário	12	1.812	-	1.824	19	2.564	-	2.583
Debêntures	216	2.949	25	3.190	2.333	2.141	48	4.522
Euro Bonds e Assemelhados	595	49	18	662	45	940	6	991
Letras Financeiras	-	25.893	-	25.893	-	30.367	-	30.367
Outros	-	328	3	331	-	-	3	3
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	34.840	43.903	9.534	88.277	32.439	49.347	4.259	86.045
Fundos de Investimento	-	42	-	42	6	98	114	218
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	17.039	671	228	17.938	10.793	791	212	11.796
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	14.065	-	-	14.065	17.312	-	-	17.312
Títulos Públicos - Outros Países	1.536	12.850	86	14.472	2.152	7.702	29	9.883
Chile	-	5.758	86	5.844	-	1.378	29	1.407
Colômbia	-	1.155	-	1.155	-	-	-	-
Coreia	-	2.673	-	2.673	-	1.626	-	1.626
Dinamarca	-	819	-	819	-	2.548	-	2.548
Espanha	-	923	-	923	-	1.060	-	1.060
Estados Unidos	1.427	-	-	1.427	2.022	-	-	2.022
Holanda	101	-	-	101	122	-	-	122
Paraguai	-	1.111	-	1.111	-	912	-	912
Uruguai	-	411	-	411	-	178	-	178
Outros	8	-	-	8	8	-	-	8
Títulos de Empresas	2.200	30.340	9.220	41.760	2.176	40.756	3.904	46.836
Ações Negociáveis	817	-	568	1.385	661	-	267	928
Cédula do Produtor Rural	-	876	549	1.425	-	1.078	52	1.130
Certificado de Depósito Bancário	-	2.527	114	2.641	-	1.443	130	1.573
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.095	2.095	-	-	2.037	2.037
Debêntures	277	16.007	4.886	21.170	410	21.581	844	22.835
Euro Bonds e Assemelhados	1.105	5.615	995	7.715	1.105	8.981	26	10.112
Letras Financeiras	-	2.816	-	2.816	-	6.479	367	6.846
Notas Promissórias	1	2.172	-	2.173	-	937	54	991
Outros	-	327	13	340	-	257	127	384
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.191	-	-	1.191	642	-	-	642
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.191	-	-	1.191	506	-	-	506
Títulos Públicos - Outros Países	-	-	-	-	136	-	-	136
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	519	-	519	-	412	-	412
Notas Estruturadas	-	519	-	519	-	412	-	412

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2016 e 31/12/2015 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2016				31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	127	23.583	521	24.231	529	24.975	1.251	26.755
Futuros	127	-	-	127	529	-	-	529
Swaps - Diferencial a Receber	-	10.074	468	10.542	-	7.958	1.189	9.147
Opções	-	4.745	47	4.792	-	5.550	33	5.583
Termo	-	4.971	-	4.971	-	3.166	-	3.166
Derivativos de Crédito	-	181	-	181	-	614	-	614
Forwards	-	3.459	-	3.459	-	3.430	-	3.430
Verificação de Swap	-	88	-	88	-	355	-	355
Outros Derivativos	-	65	6	71	-	3.902	29	3.931
Derivativos - Passivo	-	(24.638)	(60)	(24.698)	-	(31.038)	(33)	(31.071)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(13.165)	(56)	(13.221)	-	(16.310)	(21)	(16.331)
Opções	-	(4.548)	(4)	(4.552)	-	(5.771)	(12)	(5.783)
Termo	-	(3.530)	-	(3.530)	-	(833)	-	(833)
Derivativos de Crédito	-	(147)	-	(147)	-	(875)	-	(875)
Forwards	-	(2.825)	-	(2.825)	-	(3.142)	-	(3.142)
Verificação de Swap	-	(353)	-	(353)	-	(545)	-	(545)
Outros Derivativos	-	(70)	-	(70)	-	(3.562)	-	(3.562)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2016 e 31/12/2015. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 81.663 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Dezembro de 2016, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 40.388 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os outliers.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.



Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2016
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	60	(151)	87	(344)	1.353	1.005	(154)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3	-	-	(2)	-	1	-
Títulos de Dívida de Empresas	57	(151)	87	(342)	1.353	1.004	(154)
Ações Negociáveis	-	(114)	-	-	1.072	958	(152)
Debêntures	48	(37)	33	(306)	287	25	(2)
Euro Bonds e Assemelhados	6	-	54	(36)	(6)	18	-
Outros	3	-	-	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4.259	(677)	4.626	(4.380)	5.706	9.534	(685)
Fundos de Investimento	114	313	-	(427)	-	-	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	212	(208)	-	220	4	228	11
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	29	(44)	321	(220)	-	86	-
Títulos de Dívida de Empresas	3.904	(738)	4.305	(3.953)	5.702	9.220	(696)
Ações Negociáveis	267	119	-	(227)	409	568	76
Cédula do Produtor Rural	52	(54)	1.205	(851)	197	549	(57)
Certificado de Depósito Bancário	130	2	483	(501)	-	114	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.037	58	11	(10)	(1)	2.095	(55)
Debêntures	844	(739)	2.111	(994)	3.664	4.886	(653)
Euro Bonds e Assemelhados	26	(130)	446	(837)	1.490	995	(7)
Letras Financeiras	367	14	-	(301)	(80)	-	-
Notas Promissórias	54	-	-	(54)	-	-	-
Outros	127	(8)	49	(178)	23	13	-

	Valor justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2016
Derivativos - Ativo	1.251	(713)	254	(728)	457	521	(7)
Swaps - Diferencial a Receber	1.189	(731)	8	(455)	457	468	21
Opções	33	36	246	(268)	-	47	(28)
Outros Derivativos	29	(18)	-	(5)	-	6	-
Derivativos - Passivo	(33)	18	(35)	96	(106)	(60)	(2)
Swaps - Diferencial a Pagar	(21)	9	(5)	67	(106)	(56)	(8)
Opções	(12)	9	(30)	29	-	(4)	6

	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	790	33	102	(865)	-	60	-
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	4	-	(1)	-	3	-
Títulos de Empresas	790	29	102	(864)	-	57	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1	-	-	(1)	-	-	-
Debêntures	210	(13)	66	(215)	-	48	-
Notas Promissórias	577	54	-	(631)	-	-	-
Euro Bonds e Assemelhados	2	(6)	27	(17)	-	6	-
Outros	-	(6)	9	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.404	(1.241)	4.453	(4.624)	267	4.259	(451)
Fundos de Investimento	-	(1.128)	1.242	-	-	114	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	249	(116)	85	(6)	-	212	(22)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	13	(1)	101	(84)	-	29	-
Títulos de Empresas	5.142	4	3.025	(4.534)	267	3.904	(429)
Ações Negociáveis	-	-	-	-	267	267	-
Cédula do Produtor Rural	51	1	9	(9)	-	52	-
Certificado de Depósito Bancário	58	7	201	(136)	-	130	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.522	(142)	68	(411)	-	2.037	(207)
Debêntures	706	(12)	915	(765)	-	844	(222)
Euro Bonds e Assemelhados	53	(8)	94	(113)	-	26	2
Letras Financeiras	270	48	49	-	-	367	(2)
Notas Promissórias	1.397	72	1.574	(2.989)	-	54	-
Outros	85	38	115	(111)	-	127	-

	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Derivativos - Ativo	121	369	316	(219)	664	1.251	31
Swaps - Diferencial a Receber	33	318	192	(18)	664	1.189	-
Opções	16	(29)	124	(78)	-	33	(10)
Outros Derivativos	72	80	-	(123)	-	29	41
Derivativos - Passivo	(44)	(40)	(95)	148	(2)	(33)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(38)	(38)	(11)	68	(2)	(21)	-
Opções	(6)	(2)	(84)	80	-	(12)	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/12/2016	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(2,3)	(1,8)
	II	(57,6)	(44,2)
	III	(115,2)	(87,9)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(76,3)	-
	II	(152,6)	-
Não Lineares	I	(13,5)	-
	II	(19,8)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/12/2016	31/12/2015
Cíveis	5.172	5.227
Trabalhistas	7.232	6.132
Fiscais e Previdenciárias	8.246	7.500
Outros	259	135
Total	20.909	18.994
Circulante	4.434	3.848
Não Circulante	16.475	15.146

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

- a) Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- Ações Cíveis

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Cumprе mencionar que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90 como medida de combate à inflação.

Apesar do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ter observado as regras vigentes à época, a empresa figura como ré em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre esse tema, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. No que concerne à essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 3.388 (R\$ 2.460 em 31/12/2015), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhista específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 79 (R\$ 829 em 31/12/2015).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.



Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2016			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.227	6.132	135	11.494
Saldo oriundo da Aquisição do CorpBanca (Nota 3)	2	5	133	140
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(236)	(1.089)	-	(1.325)
Subtotal	4.993	5.048	268	10.309
Atualização / Encargos (Nota 26)	248	625	-	873
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.241	2.946	(9)	4.178
Constituição (*)	1.901	3.149	(7)	5.043
Reversão	(660)	(203)	(2)	(865)
Pagamento	(1.566)	(2.453)	-	(4.019)
Subtotal	4.916	6.166	259	11.341
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	256	1.066	-	1.322
Saldo Final	5.172	7.232	259	12.663
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2016 (Nota 20a)	1.541	2.337	-	3.878

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 408.

	01/01 a 31/12/2015			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.643	5.598	159	10.400
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(132)	(1.029)	-	(1.161)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
Atualização / Encargos (Nota 26)	322	548	-	870
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.747	1.637	(24)	3.360
Constituição (*)	2.698	1.795	(21)	4.472
Reversão	(951)	(158)	(3)	(1.112)
Pagamento	(1.589)	(1.711)	-	(3.300)
Subtotal	4.991	5.043	135	10.169
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	236	1.089	-	1.325
Saldo Final	5.227	6.132	135	11.494
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2015 (Nota 20a)	1.741	2.218	-	3.959

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 233.

	01/01 a 31/12/2014			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização / Encargos (Nota 26)	184	320	-	504
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.524	1.123	(64)	2.583
Constituição (*)	2.100	1.459	23	3.582
Reversão	(576)	(336)	(87)	(999)
Pagamento	(1.536)	(1.255)	-	(2.791)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	132	1.029	-	1.161
Saldo Final	4.643	5.598	159	10.400
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2014 (Nota 20a)	2.073	2.567	-	4.640

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 210.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	7.500	6.627	8.974
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(65)	(61)	(57)
Subtotal	7.435	6.566	8.917
Atualização / Encargos ^(*)	737	609	515
Movimentação do Período Refletida no Resultado	68	588	797
Constituição ^(*)	287	1.170	1.156
Reversão ^(*)	(219)	(582)	(359)
Pagamento	(63)	(328)	(3.663)
Subtotal	8.177	7.435	6.566
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	69	65	61
Saldo Final	8.246	7.500	6.627

^(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	4.339	4.736	5.658
Apropriação de Rendas	383	285	377
Movimentação do Período	125	(682)	(1.299)
Novos Depósitos	217	355	193
Levantamentos Efetuados	(66)	(944)	(5)
Conversão em Renda	(26)	(93)	(1.487)
Saldo Final (Nota 20a)	4.847	4.339	4.736

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.207: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 1.191;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 1.004: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 110;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 650: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 571;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 599: discute-se a base de cálculo dos tributos no que se refere aos lucros auferidos no exterior, bem como defende-se a inaplicabilidade do texto da Instrução Normativa SRF nº 213/02, que excede a disposição legal correspondente. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 229.

Contingências não Provisionadas no Balanço

Não são provisionados os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível. Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 18.106 estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.770: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas, não remuneratórias, dentre as quais, destacam-se: participação nos lucros, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 3.122: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos, sendo que, do montante supracitado, R\$ 665 estão garantidos nos contratos de aquisição;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.613: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – R\$ 1.406: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 930: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68.
- IRPJ e CSLL – Glosa de Prejuízos – R\$ 606: Discussão sobre o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa da CSLL, que pode reduzir a base de cálculo dos referidos tributos.
- IRPJ/ CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R\$ 601 - Autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 1.128 (R\$ 1.093 em 31/12/2015) (Nota 20a). Este valor deriva, basicamente, da garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrido em 1997, quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.



d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com o quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	950	793
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.537	4.335

Os depósitos realizados em ações judiciais devem ser feitos em juízo, sendo passíveis de levantamento pela parte vencedora da ação, com os respectivos acréscimos legais, em conformidade com a decisão judicial proferida.

Normalmente, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo de tramitação dessas ações no sistema judiciário brasileiro. Devido a isso, não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

e) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aderiu aos PPIs – Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituídos pelas seguintes leis: Lei nº 5.854, de 27/04/2015 - Rio de Janeiro; Lei nº 8.927, de 22/10/2015 e Decreto-Lei nº 26.624, de 26/10/2015 - Salvador; Lei nº 18.181, de 30/11/2015 e Decreto-Lei nº 29.275, de 30/11/2015 - Recife; Lei Complementar nº 95, de 19/10/2015 - Curitiba; Lei nº 3.546, de 18/12/2015 - Salto; Lei nº 12.457, de 03/10/2016 – Londrina.

Os PPIs promovem a regularização dos débitos referidos nessas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários (constituídos ou não), inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.

O efeito líquido dos PPIs no resultado foi de R\$ 14, e está refletido em Outras Receitas Operacionais.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O BACEN também determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

a) Requerimentos de Capital Vigentes e em Implantação

Os requerimentos mínimos de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais a instituição retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulamentar, utilizando para cálculo diário a parcela RWA_{MINT} , em substituição à parcela RWA_{MPAD} , conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Para as unidades consideradas não relevantes na apuração do capital regulatório de risco de mercado, utiliza-se a abordagem padronizada. Desta forma, não fazem parte do uso de modelos internos as unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA *International*, Itaú BBA Colômbia, Paraguai e Uruguai.

De 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, o índice mínimo de capital requerido é de 9,875%. O requerimento mínimo de Capital Total foi de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, e está em cronograma de redução gradual, chegando a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. Conforme a Resolução CMN 4.193, o valor de cada uma das parcelas $ACP_{Conservação}$ e $ACP_{Contracíclico}$ aumentará gradualmente de 0,625%, a partir de 1º de janeiro de 2016, para 2,5%, a partir de 1º de janeiro de 2019. No entanto, o $ACP_{Contracíclico}$ é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito, e, atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido da parcela $ACP_{Contracíclico}$ é igual a zero. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio. Já para a parcela $ACP_{Sistêmico}$, de acordo com a Circular BACEN 3.768, o requerimento atualmente aplicável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de 0%, aumentando gradualmente de 0,25%, a partir de janeiro de 2017, para 1%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

A reforma regulatória de Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192, incluindo um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN, na qual os números referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	11%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,0%	0,625%	1,50%	2,375%	3,5%
de Conservação	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico ⁽¹⁾	0%	0%	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	4,5%	5,125%	6,0%	6,875%	8,0%
Capital Total + ACP	11,0%	10,5%	10,75%	11,0%	11,5%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	40%	60%	80%	100%	100%

(1) Atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido para a parcela ACP Contracíclico é igual a zero.

Ademais, em Março de 2015, entrou em vigor a Circular BACEN 3.751, que dispõe sobre a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizadas no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa”, “Índice de Importância Sistêmica Global”.

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, porém o requerimento mínimo para Índice de Alavancagem deverá ser exigido em 2018, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

Maiores detalhes sobre a composição do Índice de Alavancagem, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

b) Governança do Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP, processo que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING através da identificação dos riscos materiais; da definição da necessidade de capital adicional para os riscos materiais e das metodologias internas de quantificação de capital; da elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse; e da estruturação do plano de contingência de capital.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Apoiando a governança dos órgãos colegiados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui uma estrutura dedicada ao gerenciamento de capital da instituição que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

De forma a prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em órgãos colegiados, informando-os sobre a adequação de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital”, que não faz parte das demonstrações contábeis, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

c) Apetite de riscos

O apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é um conjunto de diretrizes e limites que definem os níveis de risco aceitáveis para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, alinhados à estratégia da instituição. Dividido em quatro dimensões compostas por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, o apetite de risco, combina formas complementares de mensuração dos riscos, buscando uma visão abrangente das exposições incorridas pela instituição.

A dimensão de capitalização reflete o nível de proteção do banco contra perdas significativas. Esta dimensão estabelece as diretrizes de capitalização mínima do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em relação aos seus riscos, dentro das quais a gestão utiliza o capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, obedecendo a níveis aceitáveis de alavancagem e custo de funding.

A dimensão de liquidez reflete o nível de proteção contra um período prolongado de estresse de funding, que poderia levar à falta de liquidez. Esta dimensão estabelece as diretrizes quanto aos níveis mínimos de liquidez, níveis aceitáveis de descasamento de prazos e estrutura de funding.

A dimensão de composição de negócios, por sua vez, busca garantir, por meio de limites de concentração, adequada composição das carteiras, visando à baixa volatilidade e à sustentabilidade dos negócios.

Já a dimensão franchise aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING junto às partes interessadas.

O Conselho de Administração detém a máxima alçada de aprovação sobre as diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio de seu Comitê de Gestão de Riscos e Capital, que submete para sua deliberação relatórios e recomendações sobre o tema. Os níveis aceitáveis de risco devem respeitar os limites de apetite de risco aprovados pelo Conselho de Administração.

Já as funções executivas e operacionais são atribuições do Comitê Executivo e das comissões de riscos, que contam com a participação do Chief Risk Officer (CRO) e do presidente da instituição. Além do monitoramento e acompanhamento frequente das métricas, as comissões de riscos também são responsáveis pela implantação do arcabouço de apetite de risco. Adicionalmente, o comitê de Auditoria acompanha a evolução do apetite de risco, auxiliando sua gestão.

d) Composição do Capital

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

Composição do Patrimônio de Referência	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	115.590	106.462
Participações de Não Controladores	11.568	916
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	2.777	3.683
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	129.935	111.061
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(14.527)	(10.107)
Capital Principal	115.408	100.955
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	532	46
Capital Complementar	532	46
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	115.940	101.001
Instrumentos Elegíveis para Compôr o Nível II	23.488	27.403
Ajustes Prudenciais do Nível II	49	61
Nível II	23.537	27.464
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	139.477	128.465

Os Ajustes Prudenciais mais relevantes para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING são apresentados na tabela a seguir. Juntos, eles correspondem a mais de 90% dos ajustes prudenciais em 31 de Dezembro de 2016.

Composição dos Ajustes Prudenciais	31/12/2016	31/12/2015
Ágios pagos na aquisição de investimentos	7.408	2.926
Ativos Intangíveis	3.254	1.078
Créditos tributários	3.678	2.389
Excedente de capital principal de não controladores	909	152
Ajuste relativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.254)	-
Outros	532	3.562
Total	14.527	10.107

Durante o exercício de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recomprou R\$ 947 em ações de emissão própria. Essas ações ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R\$ (1.882) em 31 de Dezembro de 2016. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R\$ 9.221. Os dividendos são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital. Já o JCP que é contabilizado como despesa diretamente no resultado, reduz o Lucro Líquido da instituição, reduzindo também, consequentemente, sua base de capital.

Maiores detalhes sobre o requerimento de capital, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de Dezembro de 2016, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil 31/12/2016
CDB Subordinado - BRL					
	367	2010	2017	IPCA + 7,21% a 7,33%	929
	367			Total	929
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	337
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.565
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.802
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	647
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	276
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	506
	42	2011	2018	IGPM + 7%	65
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	48
	6.373	2012	2018	108% a 113% do CDI	7.250
	461			IPCA + 4,4% a 6,58%	760
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.904
	112			9,95% a 11,95%	174
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	4
	1	2012	2019	110% do CDI	2
	12			11,96%	21
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	163
	1	2012	2020	111% do CDI	2
	20			IPCA + 6% a 6,17%	37
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	11
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.885
	20			IGPM + 4,63%	27
	21.340			Total	25.486
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.264
	1.000	2010	2021	5,75%	3.352
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.396
	550	2012	2021	6,20%	1.793
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	8.580
	1.851	2012	2023	5,13%	6.075
	7.721			Total	25.460
Total					51.875

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

e) Ativos Ponderados pelo riscos (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem interna, regulamentada pela Circular BACEN nº 3.646;

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional, segundo abordagem padronizada.

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito (RWA_{CPAD}):

	31/12/2016	31/12/2015
Exposições ao Risco		
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	669.284	679.593
a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):		
FPR de 2%	105	179
FPR de 20%	8.011	7.000
FPR de 35%	12.056	11.695
FPR de 50%	44.251	46.025
FPR de 75%	142.194	136.104
FPR de 85%	82.494	129.884
FPR de 100%	325.890	288.057
FPR de 250%	33.213	37.858
FPR de 300%	7.357	10.751
FPR até 1250% ^(*)	1.608	1.990
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contraparte	6.168	4.924
Derivativos - Ganho Potencial Futuro	5.937	5.126
b) Por Tipo:		
Títulos e Valores Mobiliários	45.741	51.085
Operações de Crédito - Varejo	114.481	109.882
Operações de Crédito - Não Varejo	247.911	237.365
Coobrigações - Varejo	205	242
Coobrigações - Não Varejo	47.108	46.655
Compromissos de Crédito - Varejo	27.504	25.972
Compromissos de Crédito - Não Varejo	10.234	12.924
Outras Exposições	176.100	195.468

^(*) Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de mercado (RWA_{MINT}):

	31/12/2016 ⁽¹⁾	31/12/2015 ⁽²⁾
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT})	24.130	14.252
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	24.919	11.291
Prefixadas denominadas em real	4.952	2.127
Cupons de moedas estrangeiras	15.497	6.700
Cupom de índices de preços	4.470	2.464
Operações sujeitas à variação do preço de commodities	353	473
Operações sujeitas à variação do preço de ações	401	952
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial	1.138	1.536
Benefício de capital modelos internos	(2.681)	

⁽¹⁾ Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos.

⁽²⁾ Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos padronizados.

A necessidade de capital apurada para a parcela de risco de mercado é obtida através do máximo entre modelos internos e 90% do modelo padronizado. Em 31 de Dezembro de 2016, o RWA_{MPAD} atingiu R\$ 26.811 e, por isso, o RWA de risco de mercado (RWA_{MINT}) totalizou R\$ 24.130, referente a 90% do modelo padronizado.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de operacional (RWA_{OPAD}):

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	37.826	28.623
Varejo	10.887	7.470
Comercial	24.166	16.491
Finanças Corporativas	2.789	1.380
Negociação e Vendas	(11.026)	(4.927)
Pagamentos e Liquidações	3.418	3.074
Serviços de Agente Financeiro	3.471	2.873
Administração de Ativos	4.109	2.145
Corretagem de Varejo	12	118

f) Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Dentro do exercício do ICAAP, componente primordial para a gestão interna de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, destaca-se que o elemento de maior relevância é o teste de estresse. Esse processo permite avaliar o capital através de cenários adversos, aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, e tem como objetivo mensurar e verificar se, mesmo em situações adversas severas, a instituição teria níveis adequados de capital que não gerariam restrições ao desenvolvimento de suas atividades.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base Dezembro de 2015 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

g) Suficiência de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório para os riscos de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Composição do Patrimônio de Referência (PR)	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
Nível I	115.940	115.936	101.001
Capital Principal	115.408	115.364	100.955
Capital Complementar	532	572	46
Nível II	23.537	23.622	27.464
Exclusões	-	-	-
Patrimônio de Referência	139.477	139.557	128.465
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	72.210	72.672	79.471
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	67.267	66.885	48.994
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP_{Requerido})	4.570	4.600	
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	2.264	2.332	1.275

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização:

	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
Índice de Basileia	19,1%	19,0%	17,8%
Nível I	15,9%	15,8%	14,0%
Capital Principal	15,8%	15,7%	14,0%
Capital Complementar	0,1%	0,1%	0,0%
Nível II	3,2%	3,2%	3,8%
Índice de Imobilização	25,4%	23,6%	27,7%
Folga de Imobilização	34.298	36.837	28.616

Considerando a base de capital em 31 de dezembro de 2016, caso fossem aplicadas de forma imediata e integral as regras de Basileia III estabelecidas pelo BACEN, o índice de capital principal seria de 14,0% (13,6% em 31/12/2015, considerando consumo de crédito tributário), considerando o pagamento de JCP Adicional previsto para março/2017, a incorporação do Citibank e o consumo do crédito tributário.

h) Teste de estresse

O teste de estresse realizado pelo Itaú Unibanco tem por objetivo avaliar a solvência da instituição em eventos hipotéticos, porém plausíveis, de crise sistêmica, bem como identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

O Itaú Unibanco possui, desde 2010, um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição.

Para a realização do teste, a estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco, assim como sua probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração.

As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) destes cenários são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

As projeções calculadas sensibilizam o resultado e o balanço orçados, e consequentemente afetam os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez.

Essas informações permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, o processo orçamentário e as discussões sobre políticas de concessão de crédito, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.



Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do

imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

• Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira.

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;
- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 01/01 a 31/12/2016

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	69.577	28.324	9.412	107.313	11.348	118.661
Margem Financeira ⁽¹⁾	39.154	19.755	9.264	68.173	11.308	79.481
Receita de Prestação de Serviços	22.659	8.072	59	30.790	1.128	31.918
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	7.764	497	89	8.350	(2.470)	5.880
Outras Receitas	-	-	-	-	1.382	1.382
Perdas com Créditos e Sinistros	(14.901)	(8.471)	71	(23.301)	1.179	(22.122)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.717)	(8.914)	71	(25.560)	1.181	(24.379)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.242	502	-	3.744	(2)	3.742
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.426)	(59)	-	(1.485)	-	(1.485)
Margem Operacional	54.676	19.853	9.483	84.012	12.527	96.539
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(37.202)	(13.410)	(2.387)	(52.999)	(5.348)	(58.347)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(32.883)	(12.034)	(1.616)	(46.533)	(4.371)	(50.904)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.319)	(1.376)	(771)	(6.466)	(1.505)	(7.971)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	528	528
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	17.474	6.443	7.096	31.013	7.179	38.192
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.328)	(1.081)	(1.237)	(8.646)	(5.964)	(14.610)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(223)	79	(1)	(145)	(174)	(319)
Lucro Líquido	10.923	5.441	5.858	22.222	1.041	23.263

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 66.369, receita de dividendos R\$ 288, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 7.311 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 5.513.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.702, de amortização de R\$ 1.292 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 721.

Ativo Total (1) - 31/12/2016	909.779	585.088	114.956	1.425.639	(72.398)	1.353.241
Passivo Total - 31/12/2016	877.792	525.390	79.365	1.298.423	(79.996)	1.218.427

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Ágio	1.398	6.171	-	7.569	2.106	9.675
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Intangível, Líquido	6.559	1.105	-	7.664	(283)	7.381

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2015
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	70.495	25.774	7.641	103.910	(11.899)	92.011
Margem Financeira ⁽¹⁾	40.997	18.047	7.513	66.557	(11.949)	54.608
Receita de Prestação de Serviços	21.159	7.282	59	28.500	952	29.452
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.339	445	69	8.853	(2.181)	6.672
Outras Receitas	-	-	-	-	1.279	1.279
Perdas com Créditos e Sinistros	(13.893)	(5.931)	98	(19.726)	(1.609)	(21.335)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.232)	(6.764)	98	(22.898)	(1.619)	(24.517)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.886	883	-	4.769	10	4.779
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.547)	(50)	-	(1.597)	-	(1.597)
Margem Operacional	56.602	19.843	7.739	84.184	(13.508)	70.676
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(35.924)	(11.130)	(1.948)	(49.002)	(3.409)	(52.411)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(31.547)	(9.877)	(1.522)	(42.946)	(4.680)	(47.626)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.377)	(1.253)	(426)	(6.056)	651	(5.405)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	620	620
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.678	8.713	5.791	35.182	(16.917)	18.265
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.263)	(2.691)	(1.040)	(10.994)	18.885	7.891
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(342)	-	(14)	(356)	(60)	(416)
Lucro Líquido	13.073	6.022	4.737	23.832	1.908	25.740

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 72.725, receita de dividendos R\$ 98, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (11.862) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (6.353).

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.688, de amortização de R\$ 910 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.138.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2015	873.202	547.236	127.716	1.359.172	(82.757)	1.276.415
Passivo Total - 31/12/2015	840.033	502.887	97.017	1.250.955	(88.599)	1.162.356

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.064	-	2.436	3.500	899	4.399
Ágio	232	-	-	232	1.825	2.057
Imobilizado, Líquido	5.781	1.274	-	7.055	1.486	8.541
Intangível, Líquido	6.606	857	-	7.463	(1.168)	6.295

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2014
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	65.516	20.408	3.916	89.840	1.817	91.657
Margem Financeira ⁽¹⁾	37.880	13.685	3.590	55.155	1.118	56.273
Receita de Prestação de Serviços	19.234	6.321	222	25.777	565	26.342
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.402	402	104	8.908	(2.020)	6.888
Outras Receitas	-	-	-	-	2.154	2.154
Perdas com Créditos e Sinistros	(11.840)	(3.202)	(3)	(15.045)	(756)	(15.801)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.503)	(3.565)	(3)	(18.071)	(761)	(18.832)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.642	407	-	5.049	5	5.054
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.979)	(44)	-	(2.023)	-	(2.023)
Margem Operacional	53.676	17.206	3.913	74.795	1.061	75.856
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(34.200)	(9.150)	(1.089)	(44.439)	(2.609)	(47.048)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(30.243)	(8.158)	(1.182)	(39.583)	(2.967)	(42.550)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(3.957)	(992)	93	(4.856)	(207)	(5.063)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	565	565
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	19.476	8.056	2.824	30.356	(1.548)	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.761)	(2.591)	(74)	(9.426)	2.479	(6.947)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(305)	-	(6)	(311)	5	(306)
Lucro Líquido	12.410	5.465	2.744	20.619	936	21.555

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.138, receita de dividendos R\$ 215, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (724) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 9.644.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.641, de amortização de R\$ 827 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.214

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2014	811.185	436.872	107.174	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total - 31/12/2014	770.528	399.544	86.897	1.110.439	(83.853)	1.026.586

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	204	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.693	868	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	7.841	791	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	154.653	19.954	174.607	117.140	12.532	129.672	118.946	10.304	129.250
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.748	132	5.880	6.570	102	6.672	6.834	54	6.888
Receita de Prestação de Serviços	29.061	2.857	31.918	27.072	2.380	29.452	24.550	1.792	26.342
Ativos não Correntes	13.299	2.124	15.423	13.841	995	14.836	14.038	807	14.845

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.



Nota 35 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema, Associação Itaú Viver Mais e a Associação Cubo Coworking Itaú, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:



ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO						
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
		31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Captações no Mercado Aberto		(77)	(249)	(19)	(20)	(13)
Duratex S.A.	97,5% a 100% do CDI	(18)	(41)	(4)	(9)	(10)
Elekeiroz S.A.	97,5% a 100% do CDI	(3)	(8)	(1)	(1)	(2)
Itautec S.A.	96,5% a 100,1% do CDI	(1)	(110)	(3)	-	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	(64)	(7)	(7)	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(14)	(11)	(2)	(1)	-
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		(24)	-	-	-	-
Outras		(17)	(15)	(2)	(2)	(1)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas)		(129)	(116)	28	20	8
Prestação de Serviços						
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	(2)	(25)	(28)	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(127)	(114)	44	39	35
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	6	5	5
Outras		-	-	-	2	(32)
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(59)	(56)	(51)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(2)	(2)	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(44)	(42)	(38)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(13)	(12)	(13)
Despesas com Doações		-	-	(88)	(84)	(78)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(87)	(83)	(77)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	(1)	(1)

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Remuneração	360	459	343
Conselho de Administração	32	27	14
Administradores	328	432	329
Participações no Lucro	251	239	261
Conselho de Administração	2	1	12
Administradores	249	238	249
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	12	9	7
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	263	200	234
Total	885	907	845

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros; e fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros. O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna	PD	Classificação Externa		
		Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
Impairment	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84%			
	Operações em Atraso >90 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias			

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação). As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/12/2016			31/12/2015		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.044	16.648	22.692	7.502	23.023	30.525
Aplicações no Mercado Aberto	264.080	971	265.051	252.295	2.109	254.404
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	193.903	10.745	204.648	157.206	7.105	164.311
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	1.191	1.191	-	642	642
Derivativos	13.593	10.638	24.231	15.858	10.897	26.755
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	53.529	34.748	88.277	52.221	33.824	86.045
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	27.436	13.059	40.495	27.378	14.807	42.185
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	305.394	158.000	463.394	326.241	121.163	447.404
Outros Ativos Financeiros	47.914	6.003	53.917	47.665	5.841	53.506
<i>Off Balance</i>	259.854	39.973	299.827	272.274	30.246	302.520
Avais e Fianças	62.172	8.621	70.793	68.897	5.347	74.244
Cartas de Crédito a Liberar	6.660	-	6.660	6.936	-	6.936
Compromissos a Liberar	191.022	31.352	222.374	196.441	24.899	221.340
Crédito Imobiliário	4.389	-	4.389	6.812	-	6.812
Cheque Especial	87.239	-	87.239	81.151	-	81.151
Cartão de Crédito	96.497	1.273	97.770	102.721	1.211	103.932
Outros Limites Pré-Aprovados	2.897	30.079	32.976	5.757	23.688	29.445
Total	1.171.747	291.976	1.463.723	1.158.640	249.657	1.408.297

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2016 e 31/12/2015, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Conseqüentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 88,8% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 4,0% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 6,2% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Setor Público	3.051	0,6	3.182	0,7
Indústria e Comércio	112.067	22,8	125.386	26,5
Serviços	118.102	24,1	104.226	22,0
Setor Primário	24.362	5,0	25.306	5,3
Outros Setores	2.839	0,6	2.526	0,5
Pessoa Física	229.945	46,9	213.622	45,0
Total	490.366	100,0	474.248	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Setor Primário	2.466	0,4	4.313	0,7
Setor Público	249.745	38,7	197.871	32,7
Indústria e Comércio	10.435	1,6	11.856	2,0
Serviços	2.741	0,4	89.932	14,9
Outros Setores	93.165	14,4	15.420	2,5
Pessoa Física	290	0,0	546	0,1
Financeiras	287.743	44,5	284.929	47,1
Total	646.585	100,0	604.867	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos Off Balance (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2016				31/12/2015			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	363.954	5.543	-	369.497	340.368	3.838	-	344.206
Médio	62.883	6.904	-	69.787	76.940	6.489	-	83.429
Alto	13.767	6.998	-	20.765	12.609	6.847	-	19.456
<i>Impairment</i>	-	-	30.317	30.317	-	-	27.157	27.157
Total	440.604	19.445	30.317	490.366	429.917	17.174	27.157	474.248
%	89,8%	4,0%	6,2%	100,0%	90,7%	3,6%	5,7%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2016					31/12/2015				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	122.112	38.910	11.362	10.763	183.147	102.479	60.132	13.030	11.579	187.220
Cartão de Crédito	42.432	11.212	1.866	3.512	59.022	40.297	11.887	2.286	4.072	58.542
Crédito Pessoal	6.414	6.298	8.264	4.837	25.813	6.234	8.014	9.099	5.049	28.396
Crédito Consignado	26.624	15.972	609	1.431	44.636	9.582	33.766	844	1.242	45.434
Veículos	11.378	2.911	554	591	15.434	14.149	4.292	737	880	20.058
Crédito Imobiliário	35.264	2.517	69	392	38.242	32.217	2.173	64	336	34.790
Grandes Empresas	102.162	5.447	7	14.138	121.754	133.779	6.915	206	11.627	152.527
Micros/Pequenas e Médias Empresas	40.534	10.084	4.671	3.646	58.935	45.202	12.567	4.993	3.276	66.038
Unidades Externas América Latina	104.689	15.346	4.725	1.770	126.530	62.746	3.815	1.227	675	68.463
Total	369.497	69.787	20.765	30.317	490.366	344.206	83.429	19.456	27.157	474.248
%	75,4%	14,2%	4,2%	6,2%	100,0%	72,6%	17,6%	4,1%	5,7%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2016				31/12/2015			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	101.612	5.076	7	106.695	133.251	6.721	114	140.086
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	120.221	34.851	7.155	162.227	100.819	55.625	8.269	164.713
Cartão de Crédito	42.158	10.445	1.083	53.686	39.945	11.086	1.492	52.523
Crédito Pessoal	6.317	5.864	5.538	17.719	6.166	7.527	6.030	19.723
Crédito Consignado	26.383	15.606	447	42.436	9.501	33.116	642	43.259
Veículos	10.821	1.947	68	12.836	13.584	2.918	84	16.586
Crédito Imobiliário	34.542	989	19	35.550	31.623	978	21	32.622
Micro/Pequenas e Médias Empresas	39.983	9.011	3.235	52.229	44.582	11.181	3.456	59.219
Unidades Externas América Latina	102.138	13.945	3.370	119.453	61.716	3.413	770	65.899
Total	363.954	62.883	13.767	440.604	340.368	76.940	12.609	429.917

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2016				31/12/2015			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	5.976	2.772	1.410	10.158	6.306	2.973	1.650	10.929
Cartão de Crédito	937	442	446	1.825	978	417	551	1.946
Crédito Pessoal	1.850	993	414	3.257	1.992	1.127	505	3.624
Crédito Consignado	439	168	161	768	532	248	153	933
Veículos	1.382	448	177	2.007	1.706	642	245	2.593
Crédito Imobiliário	1.368	721	212	2.301	1.098	539	196	1.833
Grandes Empresas	790	72	58	920	571	168	73	812
Micros/Pequenas e Médias Empresas	1.928	816	316	3.060	2.128	987	429	3.544
Unidades Externas América Latina	3.965	899	443	5.307	1.506	274	109	1.889
Total	12.659	4.559	2.227	19.445	10.511	4.402	2.261	17.174

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2016							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	287.743	204.621	1.191	23.943	83.974	39.008	640.480
Médio	-	19	-	87	980	294	1.380
Alto	-	8	-	201	1.227	-	1.436
Impairment	-	-	-	-	2.096	1.193	3.289
Total	287.743	204.648	1.191	24.231	88.277	40.495	646.585
%	44,4	31,7	0,2	3,7	13,7	6,3	100,0

31/12/2015							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	284.929	164.283	642	26.251	84.284	41.843	602.232
Médio	-	26	-	130	889	342	1.387
Alto	-	2	-	374	308	-	684
Impairment	-	-	-	-	564	-	564
Total	284.929	164.311	642	26.755	86.045	42.185	604.867
%	47,1	27,2	0,1	4,4	14,2	7,0	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/12/2016				31/12/2015			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	51.587	128.555	790	743	54.640	135.202	639	572
Crédito Pessoal	443	1.297	682	652	495	1.204	448	419
Veículos	13.039	35.995	107	90	19.390	50.662	189	152
Crédito Imobiliário	38.105	91.263	1	1	34.755	83.336	2	1
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	122.353	368.937	12.324	6.729	169.560	481.916	7.968	2.932
Unidades Externas América Latina	97.374	155.923	9.420	4.803	57.680	89.531	7.715	6.042
Total	271.314	653.415	22.534	12.275	281.880	706.649	16.322	9.546

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 196.518 (R\$ 176.046 em 31/12/2015).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplimento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Imóveis Não de Uso	13	133
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	411	256
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	14	18
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	172	37
Total	610	444

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 de Junho de 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente, sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsáveis e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A estrutura de limites e alertas seguem as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para uma visão detalhada do tema *hedge* contábil, consultar a Nota 9 – *Hedge* Contábil.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354 de 27 de Junho de 2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de negociação e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, cupons de moedas estrangeiras e cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações.
- Commodities: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de commodities.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR* - *Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM* – *Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:



- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado através da metodologia por Simulação Histórica, que reprecifica integralmente todas as suas posições com base na série histórica dos preços dos ativos. Durante o primeiro trimestre de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por incorporar as exposições de cada unidade externa no cálculo do seu VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de maneira a contemplar também os fatores de risco dessas unidades, aprimorando assim a metodologia utilizada.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período. O VaR Total Médio no trimestre manteve-se inferior a 1% do patrimônio líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em linha com o trimestre anterior.

De 01/01 a 31/12/2016, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 236,6 ou 0,18% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2015 foi de R\$ 207,0 ou 0,18% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)

	VaR Total (Simulação Histórica)							
	31/12/2016 ⁽¹⁾				31/12/2015 ⁽²⁾			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	482,5	323,7	607,4	607,4	363,5	314,2	606,4	347,1
Moedas	18,4	6,8	33,2	17,0	47,1	11,3	118,6	12,3
Ações	45,2	34,0	63,3	44,3	16,9	6,9	57,2	46,9
Commodities	1,7	0,7	4,0	0,8	1,8	0,8	8,5	2,1
Efeito de Diversificação				(339,7)				(204,4)
Risco Total	236,6	155,1	341,5	329,8	207,0	152,3	340,7	204,0

(1) O VaR por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

(2) O VaR por Grupo de Fatores de Risco não considera as informações das unidades externas.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	31/12/2016						31/12/2015					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	389.843	219.332	95.331	347.743	167.400	1.219.649	376.617	203.639	97.021	277.995	186.609	1.141.881
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.286	4.676	3.541	1.189	-	22.692	23.454	3.436	2.879	753	3	30.525
Aplicações no Mercado Aberto	201.525	63.180	35	281	30	265.051	196.402	57.997	5	-	-	254.404
Depósitos Compulsórios no Banco Central	82.698	-	-	-	-	82.698	62.766	-	-	-	-	62.766
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.971	14.194	13.041	118.050	52.392	204.648	12.872	9.413	13.649	57.700	70.677	164.311
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	1.191	-	-	1.191	-	-	-	642	-	642
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.994	10.539	7.103	38.969	25.672	88.277	3.903	7.106	11.914	35.098	28.024	86.045
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.370	528	600	19.376	18.621	40.495	342	-	319	14.500	27.024	42.185
Derivativos	5.815	5.470	2.826	6.940	3.180	24.231	6.040	7.152	2.653	8.116	2.794	26.755
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	72.184	120.745	66.994	162.938	67.505	490.366	70.838	118.535	65.602	161.186	58.087	474.248
Passivos Remunerados	325.241	90.652	111.907	287.433	62.298	877.531	290.908	98.129	74.635	316.852	72.968	853.492
Depósitos de Poupança	108.250	-	-	-	-	108.250	111.319	-	-	-	-	111.319
Depósitos a Prazo	30.555	28.248	17.110	78.032	2.329	156.274	13.465	19.252	13.277	57.694	1.562	105.250
Depósitos Interfinanceiros	1.176	1.918	625	36	2	3.757	4.475	8.727	1.012	735	-	14.949
Mercado Aberto	172.411	6.844	55.314	97.056	17.539	349.164	144.750	15.186	21.262	134.708	20.737	336.643
Mercado Interbancário	6.535	38.590	30.227	50.590	9.541	135.483	8.056	42.525	29.966	62.654	13.685	156.886
Mercado Institucional	951	11.490	6.612	46.883	30.303	96.239	4.988	5.123	5.748	42.938	35.121	93.918
Derivativos	5.294	3.555	1.961	11.394	2.494	24.698	3.850	7.309	3.348	14.715	1.849	31.071
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	69	7	58	295	90	519	5	7	22	364	14	412
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.147	-	3.147	-	-	-	3.044	-	3.044
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	64.602	128.680	(16.576)	60.310	105.102	342.118	85.709	105.510	22.386	(38.857)	113.641	288.389
Diferença Acumulada	64.602	193.282	176.706	237.016	342.118		85.709	191.219	213.605	174.748	288.389	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	5,3%	15,8%	14,5%	19,4%	28,1%		7,5%	16,7%	18,7%	15,3%	25,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2016			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.719	1.581	3.164	11.464
Depósitos Compulsórios no Banco Central	81	-	5.288	5.369
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.860	1.007	6.781	16.648
Aplicações em Mercado Aberto	199	112	660	971
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.833	305	3.607	10.745
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.191	-	-	1.191
Derivativos	5.313	4.873	452	10.638
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.513	8.337	3.898	34.748
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	12.519	-	540	13.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	43.641	73.325	41.034	158.000
Total do Ativo	107.869	89.540	65.424	262.833

Passivo	31/12/2016			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	37.824	51.330	47.331	136.485
Captações no Mercado Aberto	18.353	27	2.558	20.938
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	519	-	-	519
Derivativos	4.783	4.105	282	9.170
Recursos de Mercados Interbancários	34.659	5.932	2.451	43.042
Recursos de Mercados Institucionais	37.077	23.643	3.284	64.004
Total do Passivo	133.215	85.037	55.906	274.158

Posição Líquida	(25.346)	4.503	9.518	(11.325)

Ativo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.060	779	4.611	11.450
Depósitos Compulsórios no Banco Central	234	503	6.435	7.172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.281	2.093	4.649	23.023
Aplicações em Mercado Aberto	1.966	56	87	2.109
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.125	73	907	7.105
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642	-	-	642
Derivativos	9.581	1.279	37	10.897
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	28.833	3.063	1.928	33.824
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	14.807	-	-	14.807
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.456	36.776	20.931	121.163
Total do Ativo	147.985	44.622	39.585	232.192

Passivo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	55.539	25.811	30.657	112.007
Captações no Mercado Aberto	23.405	240	142	23.787
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	412	-	-	412
Derivativos	9.179	1.396	429	11.004
Recursos de Mercados Interbancários	59.203	3.796	821	63.820
Recursos de Mercados Institucionais	44.901	8.112	334	53.347
Total do Passivo	192.639	39.355	32.383	264.377

Posição Líquida	(44.654)	5.267	7.202	(32.185)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Conforme instruções dadas pela Carta Circular 3.724, bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões passaram, desde outubro de 2015, a enviar mensalmente ao BACEN um indicador padronizado de Liquidez de Curto Prazo (LCR, do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”). O cálculo deste indicador segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, e está alinhado às diretrizes internacionais de Basileia.

O cálculo resumido do indicador é apresentado na tabela abaixo. Em 2016, a exigência mínima para o indicador é de 70%. Maiores detalhes sobre o LCR do período, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.



Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	4º trimestre 2016
	Valor Total Ajustado ⁽¹⁾
Total Ativos de Alta Liquidez ⁽²⁾	180.957
Total de saídas potenciais de caixa ⁽³⁾	85.018
LCR (%)	212,8%

(1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

(2) Ativos de alta liquidez (HQLA - High quality liquid assets): saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são de baixo risco.

(3) Potenciais saídas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 (Saídas_e), subtraídas do menor valor entre (i) as potenciais entradas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 e (ii) 75% x Saídas_e.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 612,7 bilhões (R\$ 586,2 bilhões 31/12/2015), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 34,0% do total, ou R\$ 207,4 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2016			31/12/2015		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	201.113	329.414		190.352	292.610	
Recursos à Vista	61.133	61.133	10,0	61.092	61.092	10,4
Recursos de Poupança	108.250	108.250	17,7	111.319	111.319	19,0
Recursos a Prazo	30.554	156.274	25,5	13.465	105.250	18,0
Outros Recursos	1.176	3.757	0,6	4.476	14.949	2,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	3.091	93.711	15,3	4.128	75.590	12,9
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.561	132.149	21,6	2.863	152.215	25,9
Dívida Subordinada	628	57.420	9,4	4.722	65.785	11,2
Total	207.393	612.694	100,0	202.065	586.200	100

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 177,5 bilhões e representavam 84,2% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 28,5% do total de recursos e 19,0% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2016 %	31/12/2015 %
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	84,2	77,5
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	28,5	26,7
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	19,0	18,1

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 918.080 (R\$ 863.180 em 31/12/2015).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						31/12/2015				
Ativos Financeiros ⁽¹⁾	31/12/2016					31/12/2015				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Disponibilidades	18.542	-	-	-	18.542	18.544	-	-	-	18.544
Aplicações em Instituições Financeiras	219.066	58.275	1.171	292	278.804	229.295	40.016	696	239	270.246
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	77.452	-	-	-	77.452	72.091	-	-	-	72.091
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	128.303	49.749	-	-	178.052	133.315	33.742	-	-	167.057
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.311	8.526	1.171	292	23.300	23.889	6.274	696	239	31.098
Títulos e Valores Mobiliários	82.163	16.757	12.415	74.479	185.814	71.124	15.485	11.017	78.774	176.400
Títulos Públicos - Livres	75.310	20	40	6.088	81.458	65.965	-	-	-	65.965
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	556	4.732	5.990	14.808	26.086	68	2.675	712	6.866	10.321
Títulos Privados - Livres	6.297	11.728	5.424	47.866	71.315	5.091	12.681	10.305	71.908	99.985
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	-	277	961	5.717	6.955	-	129	-	-	129
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.815	8.296	3.159	6.961	24.231	5.955	7.685	3.430	6.289	23.359
Posição Bruta	-	-	-	-	-	-	1	-	20	21
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	-	-	-	-	-	852	-	975	1.827
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	-	-	-	-	-	(851)	-	(955)	(1.806)
Posição Líquida	5.815	8.296	3.159	6.961	24.231	5.955	7.684	3.430	6.269	23.338
Swaps	828	1.967	1.497	6.250	10.542	666	2.140	1.935	4.406	9.147
Opções	354	2.881	1.397	160	4.792	2.413	2.000	692	478	5.583
Contratos a Termo	3.947	1.024	-	-	4.971	1.204	1.961	1	-	3.166
Demais Derivativos	686	2.424	265	551	3.926	1.672	1.583	802	1.385	5.442
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	61.602	176.002	81.224	211.908	530.736	63.263	171.813	86.118	187.619	508.813
Total de Ativos Financeiros	387.188	259.330	97.969	293.640	1.038.127	388.181	234.999	101.261	272.921	997.362

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 85.700 (R\$ 66.556 em 31/12/2015) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 4.329 (R\$ 9.461 em 31/12/2015), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 43.837 (R\$ 38.978 em 31/12/2015) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 5.711 (R\$ 5.495 em 31/12/2015).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						31/12/2016					31/12/2015				
Passivos Financeiros	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	201.167	44.545	13.106	107.055	365.873	190.890	45.133	8.331	64.843	309.197					
Depósito a Vista	61.133	-	-	-	61.133	61.092	-	-	-	61.092					
Depósito Poupança	108.250	-	-	-	108.250	111.319	-	-	-	111.319					
Depósito a Prazo	30.295	41.971	13.088	107.033	192.387	13.873	34.660	8.326	64.819	121.678					
Depósito Interfinanceiros	1.489	2.574	18	22	4.103	4.606	10.473	5	24	15.108					
Depósitos Compulsórios	(42.314)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(85.700)	(40.807)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(66.556)					
Depósito a Vista	(8.092)	-	-	-	(8.092)	(10.224)	-	-	-	(10.224)					
Depósito Poupança	(24.791)	-	-	-	(24.791)	(26.838)	-	-	-	(26.838)					
Depósito a Prazo	(9.431)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(52.817)	(3.745)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(29.494)					
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	209.521	59.771	42.410	87.069	398.771	167.363	39.464	63.773	111.189	381.789					
Títulos Públicos	168.301	5.600	5.764	33.812	213.477	139.530	5.315	2.588	29.937	177.370					
Títulos Privados	13.753	54.171	36.646	53.257	157.827	8.043	30.146	61.185	81.252	180.626					
Exterior	27.467	-	-	-	27.467	19.790	4.003	-	-	23.793					
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	3.003	35.659	28.974	36.858	104.494	4.188	24.186	19.178	40.612	88.164					
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	5.077	46.527	11.000	20.943	83.547	5.902	58.159	24.116	25.672	113.849					
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	271	13.501	16.621	41.043	71.436	4.775	10.115	13.764	56.006	84.660					
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.294	5.516	3.726	10.162	24.698	3.765	8.537	4.104	11.269	27.675					
Posição Bruta	-	-	-	-	-	1	11	-	4	16					
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	-	-	-	-	(85)	(1.269)	-	(236)	(1.590)					
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	-	-	-	-	86	1.280	-	240	1.606					
Posição Líquida	5.294	5.516	3.726	10.162	24.698	3.764	8.526	4.104	11.265	27.659					
Swaps	461	1.702	2.352	8.706	13.221	783	3.368	2.618	9.562	16.331					
Opções	837	1.888	1.116	711	4.552	1.460	3.025	805	493	5.783					
Contratos a Termo	3.530	-	-	-	3.530	828	5	-	-	833					
Demais Derivativos	466	1.926	258	745	3.395	693	2.128	681	1.210	4.712					
Total Passivos Financeiros	382.019	191.634	111.852	277.614	963.119	336.076	176.573	131.223	294.906	938.778					

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos <i>Off Balance</i>	31/12/2016					31/12/2015				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	1.645	16.203	5.603	47.342	70.793	2.018	13.819	5.477	52.930	74.244
Compromissos a Liberar	90.279	42.522	11.657	77.916	222.374	84.641	28.808	28.404	79.487	221.340
Cartas de Crédito a Liberar	6.660	-	-	-	6.660	6.936	-	-	-	6.936
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	310	-	-	310	-	340	-	-	340
Total	98.584	59.035	17.260	125.258	300.137	93.595	42.967	33.881	132.417	302.860



Nota 37 – Informações Suplementares

Negócios de Varejo do Citibank

Em 8 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas controladas, assinou compromisso de compra e venda de ações com o Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado (Citibank) para aquisição dos negócios de varejo conduzidos pelo Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (representativas de 5,64% do seu capital social) e na Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização (representativas de 3,60 % do seu capital social), pelo valor de R\$ 710.

A aquisição envolverá a reestruturação societária de algumas sociedades do conglomerado Citibank, de modo que o negócio de varejo no Brasil seja cindido e transferido para sociedades que serão objeto da aquisição.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

A aquisição não acarretará efeitos contábeis nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.



6_Sustentabilidade

Para nós, performance sustentável é gerar valor compartilhado no longo prazo. Conheça nossa estratégia de atuação e os principais destaques de 2016



Sustentabilidade

Performance sustentável

Nossa visão é “ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes”. Esse desafio só pode ser cumprido com um trabalho colaborativo, que envolve os principais públicos com os quais nos relacionamos.

Entendemos que planos de carreira desafiadores para nossos colaboradores, pautados pelo mérito, contribuem para gerar o orgulho de pertencer à nossa organização. Por sua vez, colaboradores engajados prestam melhores serviços aos seus clientes, que, mais satisfeitos, tendem a se manter fiéis ao banco, estabelecendo relações duradouras, as quais geram valor para os acionistas e garantem os resultados que permitem o desenvolvimento da sociedade. É dessa forma que buscamos gerar valor compartilhado, atingir resultados positivos e incentivar o desenvolvimento das pessoas, da sociedade e dos países onde atuamos, por meio de um ciclo virtuoso de performance sustentável.

Espiral de Performance Sustentável



Materialidade [GRI 102-46](#)

Consideramos um tema material como sendo qualquer tema capaz de afetar a criação de valor compartilhado, em curto, médio e longo prazos, pelo ponto de vista da organização e de seus principais *stakeholders*. A determinação de temas materiais é crucial para nortear a nossa tomada de decisões, pois possibilita uma visão mais ampla dos riscos e das oportunidades inerentes ao negócio e conecta as estratégias aos múltiplos interesses externos.

Em 2014, conduzimos um processo abrangente para a definição de temas materiais, que contemplou aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança. Esse estudo foi desenvolvido por um grupo de trabalho diversificado, composto das áreas de Comunicação Corporativa, Finanças, Relações com Investidores e Sustentabilidade. A metodologia usada para determinar nossos temas materiais consiste em quatro etapas distintas:



Na primeira etapa (1), o objetivo principal foi identificar as questões mais relevantes em nossos canais de comunicação e os *stakeholders* mais adequados para iniciar o processo de determinação de materialidade. Definimos aproximadamente 500 questões relevantes para o Itaú, a partir dos nossos principais canais de comunicação e relatórios, listados a seguir:

[GRI 102-42](#) | [102-44](#)



Gestão de Pessoas

Pesquisa de clima organizacional e reivindicações sindicais



Desempenho Financeiro e Operacional



Apresentações de resultados voltadas para investidores: teleconferências, reuniões da Apimec e relatórios



Sustentabilidade Empresarial



Estudos setoriais da GRI (GRI G4 – Financial Services Sector Disclosures) e SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*) e Questionários do Índice Dow Jones de Sustentabilidade e Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA



Análise de Cenários de Mercado

Relatórios da Ouvidoria e nossos canais de mídias sociais, Reuniões com investidores e Análise de materialidade de instituições financeiras nacionais e internacionais consideradas referência em sustentabilidade



Essa metodologia de consulta indireta aos nossos *stakeholders* para desenvolver nossa matriz de materialidade é responsável somente por identificar as principais questões para os nossos *stakeholders*, e não por incorporá-las à gestão. Todas as questões levantadas são tratadas diretamente pela área responsável e pelo canal de origem. Por essa razão, não apresentaremos esses detalhes. [GRI 102-44](#)

Determinamos os nossos principais *stakeholders* por meio da nossa Espiral de Performance Sustentável e identificamos, por meio de consultas indiretas em nossos preestabelecidos, imparciais e legítimos canais de comunicação, quais foram as questões que eles consideraram mais relevantes. [GRI 102-42](#)



Colaboradores



Clientes



Acionistas



Sociedade

Na etapa seguinte (2), as questões foram consolidadas em temas mais abrangentes, aplicando-se uma análise preliminar de materialidade para a gestão e os *stakeholders*. Os temas consolidados foram hierarquizados em uma matriz de priorização, dividida em duas seções: (I) avaliação da influência dos temas para os *stakeholders* e (II) análise da materialidade para a gestão.

No eixo dos *stakeholders*, analisamos o interesse e o poder de influência de cada *stakeholder* para o tema. Atribuímos o mesmo peso na avaliação de cada um dos quatro públicos. Já no eixo de gestão, definimos as questões ou os *drivers* que foram utilizados para avaliar cada tema, todos com o mesmo peso de avaliação, segundo a ótica da gestão do banco, conforme esquema a seguir:

- Qual o impacto desse tema em nossa visão de futuro?
- Qual o impacto econômico-financeiro desse tema para a continuidade dos negócios de forma sustentável?
- Qual o impacto desse tema em nossa imagem e reputação?
- Qual o impacto desse tema nas estratégias de negócios?
- Qual o impacto legal e regulatório desse tema?

Finalmente, no estágio (3), os temas priorizados foram debatidos e validados internamente pelo Comitê de Reporte, um fórum da governança de sustentabilidade dedicado à implementação de melhores práticas de reporte e transparência. Posteriormente, o estudo de materialidade foi enviado ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Divulgação e ao Comitê de Sustentabilidade. O processo de definição de materialidade foi assegurado externamente pela PwC, com base nas diretrizes da norma AA1000. [GRI 102-56](#)

Ao longo de 2015, o Comitê de Reporte realizou uma avaliação criteriosa da matriz (4). O tema Risco Socioambiental foi integrado ao tema Gestão de Riscos e de Capital, refletindo mais adequadamente a gestão do banco sobre esses temas e seguindo as diretrizes da Resolução CVM nº 4.327 do Banco Central do Brasil (BACEN). A reformulação da matriz de materialidade será realizada após o processo de revisão da estratégia de sustentabilidade, que terá início em 2017.

Em 2016, decidimos preparar nosso reporte seguindo a nova norma da *GRI Standard*, de forma que todas as alterações nos indicadores prévios são resultado dessas mudanças. Entretanto, uma vez que as divulgações do setor referentes a serviços financeiros ainda não sofreram alterações, continuaremos a reportá-las observando o GRI-G4.

[GRI 102-48](#) | [102-49](#)

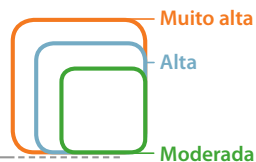
Apresentamos a seguir a matriz de materialidade contendo os 22 temas relevantes. Também é possível verificar os indicadores priorizados pela gestão por tema, juntamente com o tipo de impacto sobre nossos *stakeholders*. [GRI 102-47](#)



Temas materiais_



Relevância para os principais públicos



Contexto



Perfil



Governança



Gestão de riscos



Desempenho



Sustentabilidade A-178



Anexos



Eficiência



GRI 103-1 Eficiência

Eficiência é reduzir custos, aumentar receitas, agilizar processos e ter mais qualidade no atendimento aos nossos clientes. Acreditamos que menos é mais, e que ter a atitude de dono contribui para a sustentabilidade dos negócios.

Assuntos relacionados

- Relação entre custo e receita
- Índice de eficiência operacional
- Controle de despesas de pessoal, administrativas, operacionais e tributárias

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Variações nas despesas operacionais, por categoria	-	-
-	Índice de Eficiência	-	-
-	Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	-	-
Desempenho econômico	GRI 201-1: Valor econômico direto gerado e distribuído	ODS 9: Investimentos em Infraestruturas – 9.1 e 9.4 ODS 9: Desenvolvimento de Recursos – 9.5	-

GRI 103-1 Eficiência

Públicos mais afetados



Crédito e inadimplência



GRI 103-1 Crédito e inadimplência

Crédito é uma operação financeira na qual os bancos emprestam recursos ou financiam operações ou aquisições de bens para os seus clientes. Para nós, é usar o dinheiro de forma inteligente. É apoiar o desenvolvimento social e econômico. Acreditamos que o crédito, aliado à educação financeira, promove o uso consciente do dinheiro, minimiza perdas e melhora a qualidade do crédito.

Assuntos relacionados

- Perfil da carteira de crédito
- Apetite de risco
- Margem financeira e insolvência

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	PDD ⁽¹⁾ Saldo/Carteira de Crédito	-	-
-	Saldo das Operações de Crédito de Curso Anormal/ - Carteira de Crédito	-	-
-	PDD ⁽¹⁾ Saldo/Carteira Renegociada	-	-
-	Insolvência	-	-
-	Margem Financeira Líquida	-	-

(1) PDD = Provisão para Devedores Duvidosos.

GRI 103-1 Crédito e inadimplência

Públicos mais afetados



Diversificação de receitas



GRI 103-1 Diversificação de receitas

Para nós, diversificar receitas é garantir a perenidade dos negócios, por meio das receitas não decorrentes de juros. É tornar o nosso resultado menos dependente das variações de taxas e mais alinhado às necessidades dos nossos clientes.

Assuntos relacionados

- Diversificação e foco na oferta de serviços
- Receita da prestação de serviços e resultado das operações de seguros

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Composição da Receita da Prestação de Serviços	-	-

GRI 103-1 Diversificação de receitas

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo *SDG Compass*, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Satisfação dos clientes



GRI 103-1 Satisfação dos clientes

Nosso objetivo é ser o banco líder em desempenho sustentável e em satisfação dos clientes. E, para nós, a satisfação dos clientes e os resultados financeiros são dois objetivos indissociáveis. Executar os serviços bancários esperados e atender as expectativas dos nossos clientes são desafios que impulsionam nossas equipes.

Assuntos relacionados

- Satisfação dos clientes
- Tratamento de queixas e reclamações
- Resolução de casos críticos

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Índice de satisfação dos clientes	-	-
-	Reclamações registradas nas agências reguladoras	-	-
-	Número de casos registrados na Ouvidoria e % resolvida na fase inicial	-	-
-	GRI 102-43: Abordagem para o engajamento das partes interessadas	-	-

GRI 103-1 Satisfação dos clientes

Públicos mais afetados



Ética e transparência



GRI 103-1 Ética e transparência

A ética está presente nos nossos negócios e se traduz na transparência, respeito e honestidade no relacionamento com nossos públicos, na qualidade dos nossos serviços e produtos e na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade social e ambiental. Ela também se expressa nos relacionamentos internos, nos quais cultivamos ambientes que propiciam a realização de um trabalho de qualidade, relevante para quem o executa, para a instituição e para a sociedade.

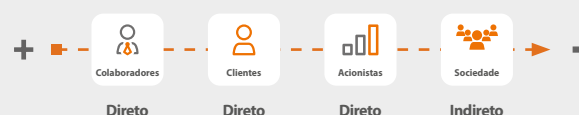
Assuntos relacionados

- Políticas de cultura, valores e conduta
- Ética nos negócios e transparência na comunicação
- Apresentação de relatórios para o mercado

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Número de reclamações relacionadas com o código de ética	-	-
-	Número total de casos de discriminação	-	-
-	Número de ações judiciais movidas por concorrência desleal	-	-
-	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing	-	-
-	GRI 102-16: Descreva os valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	-	10
-	GRI 102-17: Mecanismos para solicitar orientações e comunicar preocupações relativas à ética	-	10
Comportamento Anti competitivo	GRI 206-1: Ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de tráfego e monopólio	ODS 16: Conformidade com leis e regulamentos – 16.6	-
-	GRI 103-2 Ética e transparência: Abordagem de gestão e seus componentes	ODS 16: Mecanismos de queixas – 16.6 e 16.10	1
-	Parcerias (p. ex.: Instituto Ethos)	ODS 17: SDG 17: Parcerias em prol das metas (17.16)	-

GRI 103-1 Ética e transparência

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Governança corporativa



GRI 103-1 Governança corporativa

A adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa, facilita seu acesso ao capital e contribui para a sua longevidade. Portanto, adotamos práticas de governança corporativa que estão alinhadas com as melhores práticas em vigor nos mercados brasileiro e internacional. Buscamos a evolução constante de nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o crescimento sustentável de nossa empresa.

Assuntos relacionados

- Composição e mandato do Conselho de Administração
- Responsabilidades do Conselho de Administração e comitês permanentes
- Controle da empresa e do direito de votar dos acionistas

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Participação em Índices de Governança Corporativa	-	-

GRI 103-1 Governança corporativa

Públicos mais afetados



Atração, retenção e desenvolvimento



GRI 103-1 Atração, retenção e desenvolvimento

Somos feitos por pessoas e para garantir a perenidade de nossos negócios, precisamos de líderes prontos para os desafios futuros. A atração, formação e desenvolvimento de talentos vêm se tornando um dos nossos principais avanços.

Assuntos relacionados

- Atração e retenção de talentos
- Rotatividade dos colaboradores
- Treinamento e desenvolvimento
- Formação de lideranças

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Número de colaboradores realocados	-	-
-	Valor investido em treinamento	-	-
-	Taxa de retenção dos programas de talentos	-	-
Emprego	GRI 401-1: Número total e taxas de novas contratações de colaboradores e rotatividade de colaboradores por faixa etária, gênero e região	ODS 5: Igualdade de Gênero – 5.1 ODS 8: Emprego para Jovens – 8.5 e 8.6	6
Treinamento e Educação	GRI 404-1: Média de horas de treinamento por ano por colaborador, por gênero e por categoria	ODS 4: Treinamento e Educação de Colaboradores – 4.3, 4.4 e 4.5 ODS 5: Igualdade de gênero – 5.1 ODS 8: Treinamento e Educação de Colaboradores – 8.5	6
	GRI 404-2: Programas para aperfeiçoar as habilidades de colaboradores e programas de apoio à transição	ODS 8: Treinamento e Educação de Colaboradores – 8.5	-

GRI 103-1 Atração, retenção e desenvolvimento

Públicos mais afetados



Antecipação de cenários



GRI 103-1 Antecipação de cenários

Em um mundo no qual as condições e os riscos têm sido incomuns, principalmente após a crise financeira global de 2008, a capacidade de prever e antecipar cenários se torna essencial para alcançarmos nossos propósitos.

Assuntos relacionados

- Capacidade de interpretar a economia
- Estratégia de posicionamento diante dos principais indicadores (inflação, taxas de juros, taxa de câmbio, desemprego)

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	-	-	-

* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo *SDG Compass*, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



GRI 103-1 Antecipação de cenários

Públicos mais afetados



Segurança da informação



GRI 103-1 Segurança da informação

Informação é a sustentação de toda a operação bancária. Assim, temos o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes em quaisquer operações. Somos orientados pela nossa Política Corporativa de Segurança da Informação, cujo objetivo é garantir a aplicação dos princípios e diretrizes de proteção das informações e da propriedade intelectual da organização, clientes e público em geral.

Assuntos relacionados

- Política de segurança da informação
- Privacidade dos dados do cliente

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes – confidencial	-	-
Privacidade do Cliente	GRI 418-1: Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	ODS 16: Conformidade com leis e regulamentos/ Proteção da privacidade – 16.10 e 16.6	1

GRI 103-1 Segurança da informação

Públicos mais afetados



Gestão de riscos e de capital



GRI 103-1 Gestão de riscos e de capital

Consideramos a gestão de riscos um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valores para os acionistas.

Assuntos relacionados

- Gestão e governança de riscos
- Gestão de capital (incluindo dívidas)
- Adequação e Basileia III
- Gestão e avaliação de riscos segundo critérios socioambientais
- Impactos socioambientais associados com crédito, investimentos e seguros
- Política socioambiental e políticas de direitos humanos

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	VaR (Value at Risk)/ Patrimônio Líquido	-	-
-	Índice da Basileia	-	-
-	Índice da Basileia III	-	-
-	Projetos da modalidade Corporate Finance contratados segundo os critérios da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)	-	-
-	Projetos segundo os Princípios do Equador contratados segundo os critérios da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)	-	-
Desempenho Econômico	GRI 201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	ODS 13: Riscos e Oportunidades Decorrentes das Mudanças Climáticas – 13.1	7
	GRI 201-4: Assistência financeira recebida do governo	-	-
Portfólio de produtos	GRI G4 DMA Portfólio de produtos (antigo FS1): Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1 6 7 ⁽¹⁾
	GRI G4 DMA Portfólio de produtos (antigo FS2): Procedimentos para avaliação e classificação de riscos socioambientais nas linhas de negócios	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	2 4 5 10 ⁽¹⁾

(1) Conduzimos nossa própria avaliação para definir os princípios do Pacto Global que se relacionam com os indicadores setoriais.

* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
Portfólio de Produtos	GRI G4 DMA Portfólio de produtos (antigo FS3): Processos para o monitoramento da implantação por parte do cliente do cumprimento de exigências socioambientais incluídas em contratos ou transações	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1 2 4 5 7 8 ⁽¹⁾
	GRI G4 DMA Portfólio de produtos (antigo FS4): Processo(s) para melhorar a competência do pessoal na implantação das políticas e procedimentos socioambientais aplicados às linhas de negócios	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1 4 5 7 8 9 ⁽¹⁾
	GRI G4 DMA Portfólio de produtos (antigo FS5): Interações com clientes/investidas/parceiros comerciais em relação a riscos e oportunidades socioambientais.	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	8 ⁽¹⁾
	GRI G4 Portfólio de produtos (antigo FS6): Porcentagem da carteira de linhas de negócios por região específica, por porte (p. ex. micro/pequena e média/grande) e por setor	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.3 e 8.10 ODS 9: Acesso a serviços financeiros – 9.3	-
Auditoria	GRI G4 DMA Auditoria (antigo FS9): Escopo e frequência das auditorias para avaliar a implantação de políticas socioambientais e procedimentos de avaliação de riscos	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	2 4 5 7 8 ⁽¹⁾
Controle Acionário Ativo	GRI G4 Controle acionário ativo (antigo FS10): Percentual e número de empresas na carteira da instituição com as quais a organização interagiu em questões sociais ou ambientais	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	2 4 5 8 9 ⁽¹⁾
	GRI G4 Propriedade ativa (antigo FS11): Percentual de ativos sujeitos a avaliação social ou ambiental, positiva e negativa	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1 2 7 8 9 ⁽¹⁾
	GRI G4 DMA Propriedade ativa (antigo FS12): Política(s) de voto aplicada(s) a questões sociais ou ambientais para participações – nas quais a organização tem direito a ações com voto ou aconselhamento na votação		1 7 8 9 10 ⁽¹⁾
-	Princípio do Equador	ODS 15: Vida sobre a Terra (15.1)	

(1) Conduzimos nossa própria avaliação para definir os princípios do Pacto Global que se relacionam com os indicadores setoriais.

GRI 103-1 Gestão de riscos e de capital

Públicos mais afetados



Atuação internacional



GRI 103-1 Atuação internacional

Contamos com um amplo leque de operações no exterior e construímos nossa presença internacional com base em unidades estrategicamente localizadas nas Américas, na Europa e na Ásia. A América Latina é nossa prioridade na expansão internacional devido à proximidade geográfica e cultural de seus países com o Brasil. Nosso objetivo é sermos reconhecidos como o "banco da América Latina", uma referência na região, para todos os serviços financeiros prestados a pessoas físicas e jurídicas.

Assuntos relacionados

- Oportunidades em novos mercados
- Estratégia de internacionalização
- Evolução da carteira no exterior

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Volume de Empréstimos no Exterior	-	-
-	Carteira de Crédito e Participação no Mercado Latino-Americano	-	-

GRI 103-1 Atuação internacional

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo *SDG Compass*, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.

Marca e reputação



GRI 103-1 Marca e reputação

O propósito da nossa marca é promover mudanças positivas na vida das pessoas e da sociedade. Ela está associada à qualidade e à confiabilidade, e nos ajuda a manter uma rotatividade baixa de clientes.

Assuntos relacionados

- Posicionamento da marca
- Reputação e exposição na mídia
- Índice de reputação e valor da marca

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Valor da Marca	-	-
-	Exposição positiva na mídia	-	-
Marketing e Rotulagem	GRI 417-3: Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	ODS 16: Conformidade com leis e regulamentos – 16.6	-

GRI 103-1 Marca e reputação

Públicos mais afetados



Tecnologia da informação



GRI 103-1 Tecnologia da informação

Alinhados com a nossa estratégia de aumentar a eficiência em nossos negócios, investimos em inovações que oferecem maior conveniência e mobilidade para os nossos clientes.

Assuntos relacionados

- Investimento em tecnologia
- Uso de canais eletrônicos
- Acessibilidade e inclusão digital

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de transações digitais vs. Canais tradicionais	-	-

GRI 103-1 Tecnologia da informação

Públicos mais afetados



Remuneração e incentivos



GRI 103-1 Remuneração e incentivos

O objetivo da remuneração é reconhecer a competência e senioridade de um profissional. Nossas políticas de remuneração estão alinhadas às práticas de mercado e às nossas estratégias de remuneração. Disponibilizamos também de benefícios e incentivos de acordo com os quais nossos colaboradores e administradores podem receber a opção de sócios.

Assuntos relacionados

- Programas de avaliação de desempenho
- Remuneração variável
- Incentivos de longo prazo

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de colaboradores que recebem análises de desempenho	-	-
-	Valor total gasto em remuneração fixa, encargos sociais e salários	-	-
-	Valor total das contribuições feitas para os planos de pensão dos colaboradores	-	-
Treinamento e Educação	GRI 404-3: Percentual de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional	ODS 5: Igualdade de Gênero – 5.1 ODS 8: Treinamento e Educação de Colaboradores – 8.5	- 6

* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo *SDG Compass*, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



GRI 103-1 Remuneração e incentivos

Públicos mais afetados



Combate à corrupção e a atividades ilícitas



GRI 103-1 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

Nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção tem o objetivo de reforçar o nosso compromisso de cooperar com iniciativas de prevenção e combate à corrupção e, ainda, de estabelecer orientações para a concepção, efetivação e melhoria contínua dos programas de treinamento e desenvolvimento, canais de denúncia e campanhas de conscientização.

Assuntos relacionados

- Política de prevenção à corrupção e lavagem de dinheiro
- Combate à corrupção
- Monitoramento de atividades criminosas
- Treinamento de colaboradores sobre o tema

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de colaboradores que receberam treinamento em políticas e procedimentos anticorrupção	-	-
Anticorrupção	GRI 205-2: Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	ODS 16: Anticorrupção – 16.5	10
-	Parcerias (p. ex.: Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção)	ODS 17: Parcerias em prol das metas (17.16)	-

GRI 103-1 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

Públicos mais afetados



Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos



GRI 103-1 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos

Nosso relacionamento com nossos fornecedores é pautado pela transparência, perenidade e construção de valor compartilhado. Esta parceria é constituída por meio de um processo de contratação formal, cujo objetivo é minimizar os possíveis impactos financeiros, reputacionais, operacionais e legais durante a prestação do serviço ou após o término do contrato.

Assuntos relacionados

- Gestão de fornecedores
- Apoio aos fornecedores locais
- Promoção de práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de fornecedores locais contratados	-	-
Práticas de Compra	GRI 204-1: Proporção de gastos com fornecedores locais	ODS 1: Inclusão Econômica – 1.4 ODS 5: Inclusão Econômica – 5.1 ODS 8: Inclusão Econômica – 8.3 ODS 12: Prática de Compra – 12.7	-
Avaliação Ambiental de Fornecedores	GRI 308-1: Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais GRI 308-2: Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecimento e medidas tomadas a esse respeito	-	8
Avaliação Social dos Fornecedores	GRI 414-1: Novo fornecedores selecionados com base em critérios ambientais GRI 414-2: Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas a esse respeito	ODS 5: Violência e assédio no ambiente de trabalho – 5.2 ODS 8: Prática de trabalho na cadeia de fornecimento – 8.8 ODS 16: Violência e assédio no ambiente de trabalho – 16.1 ODS 5: Violência e assédio no ambiente de trabalho – 5.2 ODS 8: Prática de trabalho na cadeia de fornecimento – 8.8 ODS 16: Violência e assédio no ambiente de trabalho – 16.1	2
-	Contratação de novos fornecedores visando o desenvolvimento das regiões onde atuamos	ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura (9.3)	-
-	Parcerias (p. ex.: Intergare)	ODS 17: Parcerias em prol das metas (17.16)	-

* A análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



GRI 103-1 Gestão de fornecedores e cadeia de fornecimento**Públicos mais afetados****Educação e inclusão financeira****GRI 103-1 Educação e inclusão financeira**

Uma forma de contribuímos para o desenvolvimento da sociedade é entender as necessidades das pessoas para oferecer conhecimentos e soluções financeiras adequadas para que tenham uma relação mais saudável com o dinheiro.

Assuntos relacionados

- Programas de educação financeira
- Fornecimento de produtos e serviços para a população com pouco acesso a serviços financeiros

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Número de colaboradores que receberam treinamento em educação financeira	-	-
-	Impacto dos programas de educação financeira nos colaboradores	-	-
-	Número de clientes impactados por treinamentos em educação financeira	-	-
-	Impacto dos programas de educação financeira nos clientes	-	-
-	Valor total financiado em operações de microcrédito	-	-
Comunidades locais	GRI G4 FS13: Pontos de acesso em áreas pouco populosas ou em desvantagem econômica por tipo	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.10 ODS 10: Acesso a serviços financeiros – 10.2	-
	GRI G4 FS14: Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros de pessoas com deficiências	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.10 ODS 10: Acesso a serviços financeiros – 10.2	1

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
Rotulagem de produtos e serviços	GRI G4 FS15: Políticas para o bom desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	-
	GRI G4 FS16: Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.10 ODS 10: Acesso a serviços financeiros – 10.2	-
-	Programa Itaú Mulher Empreendedora; Microcrédito Itaú	ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura – 9.3	-
-	Uso Consciente do Dinheiro – programa de voluntariado, campanhas e site; Avaliação do processo, produtos e serviços do banco focados na gestão de riscos; Critérios socioambientais para a análise de crédito; Transparência na comunicação com o cliente	ODS 12: Prática de Compra – 12.8	-
-	Parcerias (p. ex.: Akatu)	ODS 17: Parcerias em prol das metas – 17.4	-

GRI 103-1 Educação e inclusão financeira**Públicos mais afetados****Inovação****GRI 103-1 Inovação**

Inovamos para gerar impacto positivo e direto na vida de pessoas. Para nós, inovar é buscar novas soluções para problemas antigos, realizar experimentos para problemas novos e rever conceitos.

Assuntos relacionados

- Incorporação de novas tendências
- Novas oportunidades sociais e ambientais e oportunidades de negócios

* A análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo *SDG Compass*, que cruzou as informações dos documentos da GRI (*GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines* e *GRI G4 Financial Service Sector Disclosure*) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Valor monetário de produtos e serviços com benefícios socioambientais	-	-
-	Valor financeiro alocado a fundos sociais e ambientais	-	-

GRI 103-1 Inovação

Públicos mais afetados



Cidadania corporativa



GRI 103-1 Cidadania corporativa

Nosso objetivo é o de usar a mesma qualidade e eficiência que aplicamos em nossos negócios para desenvolver projetos, tecnologias, e ferramentas que estimulem as pessoas a obter mais conhecimento e senso crítico para que possamos fazer melhores escolhas.

Assuntos relacionados

- Geração de um legado cultural e social
- Incentivo para educação
- Investimentos na comunidade
- Doações e contribuições para políticas públicas

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Valor total alocado para projetos incentivados e não incentivados	-	-
-	Valor total das contribuições para políticos de partidos políticos	-	-
Políticas Públicas	GRI 415-1: Valor total de contribuições políticas pelo país e destinatário/beneficiário	ODS 16: Anticorrupção – 16.5	10

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
Portfólio de Produtos	GRI G4 FS7: Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício social específico para cada linha de negócios, separados por finalidade	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.3 e 8.10 ODS 9: Acesso a serviços financeiros – 9.3 ODS 10: Acesso a serviços financeiros – 10.2 ODS 11: Acesso à moradia acessível – 11.1	-
	GRI G4 FS8: Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício ambiental específico para cada linha de negócios, separados por finalidade	-	7 8 9 ⁽¹⁾
-	Fundação Itaú Social; Instituto Unibanco e Iniciativas de Educação do Itaú BBA	SDG 4: Treinamento e Educação de Colaboradores – 4.1	-
-	Parcerias (ex. governo)	SDG 17: Parcerias em prol das metas – 17.17	-

(1) We conducted our own assessment to define the principles of the Global Compact that are related to sector indicators.

GRI 103-1 Cidadania corporativa

Públicos mais afetados



Ecoeficiência e gestão ambiental



GRI 103-1 Ecoeficiência e gestão ambiental

Mantemos o foco constante na gestão e na utilização racional dos recursos naturais, estratégia que permite diminuir o impacto ambiental e de nossas operações e aumentar nossa eficiência operacional. Todas as iniciativas que desenvolvemos em relação à ecoeficiência têm base em quatro pilares: custo de implantação, disponibilidade no mercado, desempenho técnico do sistema e ganhos em eficiência.

Assuntos relacionados

- Gestão ambiental
- Água, energia, emissões e consumo de materiais
- Compromissos públicos relativos às mudanças climáticas

* A análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo *SDG Compass*, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental	-	-
-	Consumo de papel	-	-
-	Consumo de energia dentro da organização	-	-
-	Total de água retirada por fonte	-	-
-	Total de emissões de gases de efeito estufa	-	-
-	Total de resíduos, por tipo e método de descarte	-	-
Material	GRI 301-1: Materiais usados, discriminados por peso ou volume	ODS 8: Eficiência dos Materiais – 8.4 ODS 12: Eficiência dos Materiais/Reciclagem – 12.2	7 8
Energia	GRI 302-1: Consumo de energia dentro da organização	ODS 7: Eficiência Energética – 7.3 ODS 8: Eficiência Energética – 8.4 ODS 12: Eficiência Energética – 12.2 ODS 13: Eficiência Energética – 13.1	7 8
	GRI 302-4: Redução do consumo de energia	ODS 7: Eficiência Energética – 7.3 ODS 8: Eficiência Energética – 8.4 ODS 12: Eficiência Energética – 12.2 ODS 13: Eficiência Energética – 13.1	8 9
Água	GRI 303-1: Total de água retirada por fonte	ODS 6: Retiradas sustentáveis de água – 6.4	7 8
	GRI 303-3: Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	ODS 6: Eficiência Hídrica – 6.3 ODS 6: Reciclagem e Reuso de Água – 6.4 ODS 8: Eficiência Hídrica – 8.4 ODS 12: Eficiência Hídrica – 12.2	8
Emissões	GRI 305-1: Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	ODS 3: Qualidade do ar – 3.9 ODS 12: Qualidade do ar – 12.4 ODS 13: Emissões de GEE – 13.1 ODS 14: Acidificação dos oceanos – 14.3 ODS 15: Degradação das florestas – 15.2	7 8
	GRI 305-2: Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)	ODS 3: Qualidade do ar – 3.9 ODS 12: Qualidade do ar – 12.4 ODS 13: Emissões de GEE – 13.1 ODS 14: Acidificação dos oceanos – 14.3 ODS 15: Degradação das florestas – 15.2	7 8
	GRI 305-3: Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	ODS 3: Qualidade do ar – 3.9 ODS 12: Qualidade do ar – 12.4 ODS 13: Emissões de GEE – 13.1 ODS 14: Acidificação dos oceanos – 14.3 ODS 15: Degradação das florestas – 15.2	7 8
	GRI 305-5: Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	ODS 13: GHG Emissões – 13.1 ODS 14: Acidificação dos oceanos – 14.3 ODS 15: Degradação das florestas – 15.2	8 9

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
Efluentes e Resíduos	GRI 306-2: Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de descarte	ODS 3: Qualidade do ar – 3.9 ODS 6: Resíduos – 6.3 ODS 12: Qualidade do ar – 12.4 ODS 12: Qualidade do ar – 12.5	8
-	Certificado LEED NC obtido para o Centro Tecnológico de Mogi Mirim	ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura – 9.4	
-	Programa Ecomudança; Sistema de Compartilhamento de Bicicletas; Medidas de Ecoeficiência	ODS 11: Cidade e comunidades sustentáveis – 11.6	

GRI 103-1 Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



Diversidade, equidade e inclusão



GRI 103-1 Diversidade, equidade e inclusão

O tema diversidade é reconhecido e valorizado em nossa cultura. A gestão é realizada pela Área de Pessoas e direcionada pela Política Interna de Valorização da Diversidade. A nossa gestão do tema é norteada por três princípios básicos: justa competitividade diante das diferenças; heterogeneidade dentro da organização; e implantação de políticas e projetos de valorização e promoção da diversidade.

Assuntos relacionados

- Igualdade de gênero e raça
- Respeito pela diversidade
- Combate à discriminação e ao assédio

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de negros, mulheres, pessoas com deficiência e aprendizes	-	-
-	Proporção de salário entre homens e mulheres	-	-
-	Número total de casos de discriminação	-	-
-	GRI 102-8: Informações sobre colaboradores e outros trabalhadores	-	6

* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
Emprego	GRI 401-2: Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização	ODS 8: Rendimentos, salários e benefícios – 8.5	-
Diversidade e Igualdade de Oportunidade	GRI 405-1: Diversidade dos órgãos de governança e colaboradores GRI 405-2: Proporção do salário-base e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	ODS 5: Igualdade de Gênero – 5.1 ODS 5: Mulheres na Liderança – 5.5 ODS 8: Diversidade e igualdade de oportunidade – 8.5 ODS 5: Remuneração Igual para Homens e Mulheres – 5.1 ODS 8: Remuneração Igual para Homens e Mulheres – 8.5 ODS 10: Remuneração Igual para Homens e Mulheres – 10.2	6 6
Não Discriminação	GRI 406-1: Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	ODS 5: Não discriminação – 5.1 ODS 8: Remuneração Igual para Homens e Mulheres – 8.8 ODS 16: Não discriminação – 16.6	6
-	Parcerias (p. ex.: <i>Global Banking Alliance for Women</i>)	ODS 17: Parcerias em prol das metas – 17.16	

GRI 103-1 Diversidade, equidade e inclusão**Públicos mais afetados****Saúde, segurança no trabalho e bem-estar****GRI 103-1 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar**

Por intermédio de indicadores e normas internas fazemos a gestão dos diversos programas relativos à Saúde e Segurança do Trabalho. Já as nossas ações e programas focados em educação para a saúde visam prevenir doenças e aconselhar a incorporação de um estilo de vida saudável e equilibrado.

Assuntos relacionados

- Satisfação dos colaboradores
- Saúde e práticas de segurança
- Direitos no trabalho, greves e paradas

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Índice de satisfação dos colaboradores	-	-
-	Taxa de lesões	-	-
-	Taxa de dias perdidos	-	-
-	Taxa de doenças ocupacionais	-	-
-	Taxa de absenteísmo	-	-
-	GRI 102-41: Relate o percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	-	3
Saúde e Segurança no Trabalho	GRI 403-1: Percentual da força de trabalho total representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por colaboradores de diferentes níveis hierárquicos GRI 403-2: Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número total de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	ODS 8: Saúde e Segurança Ocupacional – 8.8 ODS 3: Saúde e Segurança Ocupacional – 3.4 ODS 8: Saúde e Segurança Ocupacional – 8.8	-
-	GRI 103-2 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar: Abordagem de gestão e seus componentes	ODS 16: Mecanismos de queixas – 16.6 e 16.10	-

GRI 103-1 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar**Públicos mais afetados**

* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo *SDG Compass*, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Gestão e governança de sustentabilidade GRI 102-20

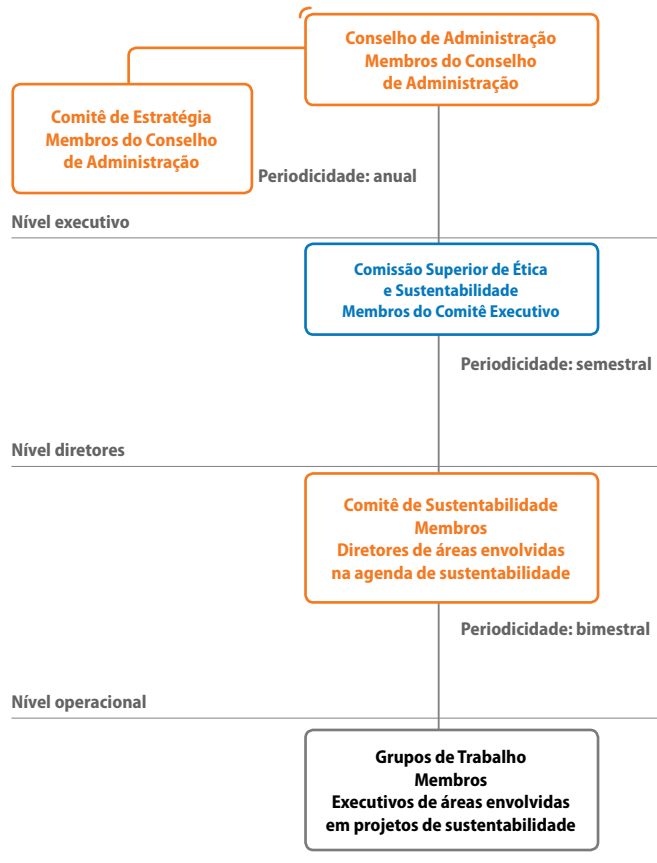
Incorporamos a sustentabilidade à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos nossos negócios, que possibilita internalizar questões e tendências socioambientais nas atividades e processos diários, identificar as áreas capazes de tratá-las e acompanhar o desempenho e os indicadores dessas questões periodicamente, garantindo assim que os temas possam evoluir.

Em 2016, a Governança de Sustentabilidade foi revisada e ampliada. Para tal, realizamos estudos de mercado e diversos alinhamentos com executivos. A partir dessas discussões, decidimos aproximar áreas com temas e desafios complementares, como, por exemplo, a integração entre o Comitê de Sustentabilidade, o Comitê de Integridade e Ética e o Comitê de Fundações e Institutos.

O objetivo desta mudança é garantir a sinergia entre as diferentes áreas responsáveis pelos desafios socioambientais do banco. Abaixo apresentamos a nova estrutura da governança de sustentabilidade.

Estrutura da nossa governança de sustentabilidade GRI 102-18

Nível conselho



• **Conselho de Administração:** orienta, acompanha e aprova a estratégia e a política de sustentabilidade frente à nossa visão de longo prazo. Em 2016, o tema Sustentabilidade e nosso progresso em temas prioritários foi debatido em uma reunião que também abordou outros temas, tais como agenda para 2017-2020 e as alterações que afetam o sistema financeiro, governança de programas de institutos, fundações, integridade e ética e, finalmente, os desafios para 2017 e tendências.

• **Comitê de Estratégia:** lidera, no âmbito do Conselho de Administração, as discussões sobre os principais desafios e tendências relacionados à sustentabilidade, que possam representar risco de reputação e de impacto socioambiental. Em 2016, em uma das reuniões do Comitê de Estratégia, os principais temas debatidos foram: mudanças climáticas, Agenda 2030 da ONU e o relatório de riscos globais 2015 do Fórum Econômico Mundial.

• **Comissão Superior de Ética e Sustentabilidade:** composto de membros do Comitê Executivo, tem como objetivo a integração entre as práticas de sustentabilidade e ética, com o intuito de promover a disseminação dos temas na gestão, na cultura organizacional e na estratégia do negócio. Em 2016, esse comitê realizou duas reuniões, em que foram debatidos temas como mudanças climáticas, revisão de governança corporativa de sustentabilidade e também os planos de ação e desempenho relacionados com o índice Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), entre outros.

• **Comitê de Sustentabilidade:** por meio de uma agenda corporativa, endereça as principais questões de sustentabilidade pela governança do banco e os respectivos grupos de trabalho. Em 2016, esse comitê realizou duas reuniões sendo que um dos temas abordados foi a proposta de revisão da Governança de Sustentabilidade para fortalecer e aproximar a nossa estratégia de sustentabilidade às diversas atividades desempenhadas pelo grupo. Também conseguimos abordar temas como tendências de sustentabilidade e estratégia de diversidade. Esse Comitê é composto de representantes de diversas áreas: Jurídico Institucional, Área de Pessoas, Ouvidoria, Controles Internos, Compliance, Relações Governamentais e Institucionais, Comunicação Corporativa, Relações com Investidores, Risco de Crédito e Modelagem e Sustentabilidade.

• **Grupos de Trabalho:** criados para serem mais eficientes na execução da estratégia de sustentabilidade e integrarmos as iniciativas de sustentabilidade às áreas de negócio, esses grupos são responsáveis pela gestão de projetos e demais iniciativas relacionadas ao tema. Desde 2015, esses comitês são divididos em: Gestão Interna, Investimento, Reporte e Educação Financeira. Após a revisão da governança de sustentabilidade, tivemos a oportunidade de atuar diretamente com os públicos especialistas sobre os seguintes assuntos: diversidade, microcrédito, institutos e fundações, seguros, atuação na América Latina e integridade e ética.

Contamos com um painel de gestão de projetos que permite acompanhar, monitorar e avaliar todas as iniciativas relacionadas ao tema. Esse painel fornece subsídios para análises e tomadas de decisões nas diversas instâncias da nossa estrutura de governança. Isso contribui para garantir o alinhamento entre estratégia de sustentabilidade e as diretrizes da organização, verificar a aderência às nossas políticas e assegurar a inserção de aspectos socioambientais em novos produtos e serviços. Além disso, desde 1999, incorporamos os parâmetros do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês), da Bolsa de Nova Iorque, e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBOVESPA, como referências de mercado para a orientação de melhorias, mitigação de riscos e identificação de tendências em sustentabilidade.

Sustentabilidade nos países Latam

Na busca pelo alinhamento de estratégia e iniciativas nos países de Latam (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) onde o Itaú está presente, desenvolvemos em 2015 um modelo para uma atuação estruturada no tema, o Franquia Sustentabilidade Latam. A metodologia conta com um conjunto de práticas e o passo a passo para a implantação, apoiando os países no endereçamento e priorização dos temas localmente. O material foi disseminado para todos os países, e em 2016 realizamos um diagnóstico para avaliar a aderência. A partir desse diagnóstico identificamos o nível de maturidade no tema em cada país e elaboramos planos de ação locais. A atuação em Latam é acompanhada por uma governança que conta com reporte aos CEOs dos países duas vezes ao ano, reuniões bimestrais com todos os países via videoconferência e reuniões mensais com cada país separadamente, além de um encontro presencial anual. Também compartilhamos bimestralmente um reporte com os principais temas e entregas no período, aumentando a comunicação e estimulando a troca de conhecimento e práticas entre os países.

Sustentabilidade e governança

A sustentabilidade também faz parte da governança geral do banco, agregando valor e integrando o tema à agenda de negócios do conglomerado. Nossas atividades incluem debates, encontros e comitês que visam a assegurar a inserção do tema nas nossas tomadas de decisão e sua efetiva integração ao nosso negócio.

Comitê de Risco Socioambiental

GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS2)

Composto de diretores das áreas de Riscos, Jurídico, Crédito e Cobrança dos negócios, além de Sustentabilidade, esse comitê se reúne trimestralmente ou quando necessário, com a responsabilidade de:

- Sugerir posições institucionais sobre questões relacionadas à exposição ao risco socioambiental para as atividades e operações do banco;
- Recomendar papéis e responsabilidades sobre questões relacionadas ao gerenciamento do risco socioambiental;
- Acompanhar o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento do risco socioambiental, bem como acompanhar seus controles e planos de ação em andamento; e
- Encaminhar casos de não cumprimento das políticas relacionadas com risco socioambiental aos fóruns competentes.

Comitê Estratégico de Fundações e Institutos

Composto de vice-presidentes, diretores e superintendentes responsáveis por todas as Fundações e Institutos da Itaú Unibanco Holding, esse comitê se reúne semestralmente e tem como responsabilidade:

- Decisões estratégicas sobre o Investimento Social Privado do Itaú Unibanco, bem como gestão de riscos nas Fundações e Institutos do Grupo.



Comitê de Integridade e Ética

Composto por diretores das áreas de *Compliance*, Jurídico, Segurança Corporativa, Marketing, Ombudsman, Sustentabilidade, entre outras. Ele se reúne bimestralmente e tem como responsabilidades:

- Avaliar e decidir sobre temas corporativos que envolvam a ética nos negócios e no ambiente de trabalho;
- Discutir entendimentos legais de prevenção à corrupção;
- Indicar e aprovar melhorias nos processos em decorrência de regulamentação, riscos identificados, denúncias, entre outros;
- Monitorar o cumprimento das políticas e procedimentos relacionados aos temas ética e corrupção;
- Aprovar adequações nos processos em decorrência de denúncias, ocorrências e *cases* de mercado;
- Apresentar *status* das diversas ações relativas ao Programa de Integridade e Ética;
- Apresentar as informações do canal Ombudsman que demonstra os casos tratados de denúncias, mediações, aconselhamentos e dúvidas em visão consolidada do banco e em relação às áreas executivas; e
- Deliberar situações de conflito de interesse (quando necessário).

Avaliação e desenvolvimento de produtos e serviços

GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)

Com base na Política Corporativa de Avaliação de Produtos, qualquer projeto que modifique ou crie produtos e serviços passa por uma análise rigorosa com foco na gestão de riscos. Isso requer a integração das áreas de produtos e das unidades que as avaliam, como Jurídica, Tributária, Segurança Corporativa, Contabilidade, Controles Internos, Sustentabilidade, entre outras. Os Comitês de Produtos de Varejo e de Atacado são compostos de seus diretores, que se reúnem periodicamente para debater projetos.

Em 2016, passaram por esse processo 327 projetos. Como uma das áreas envolvidas, nossa equipe de Sustentabilidade avalia e sugere ajustes para garantir que os produtos e projetos estejam alinhados a três pilares de atuação:

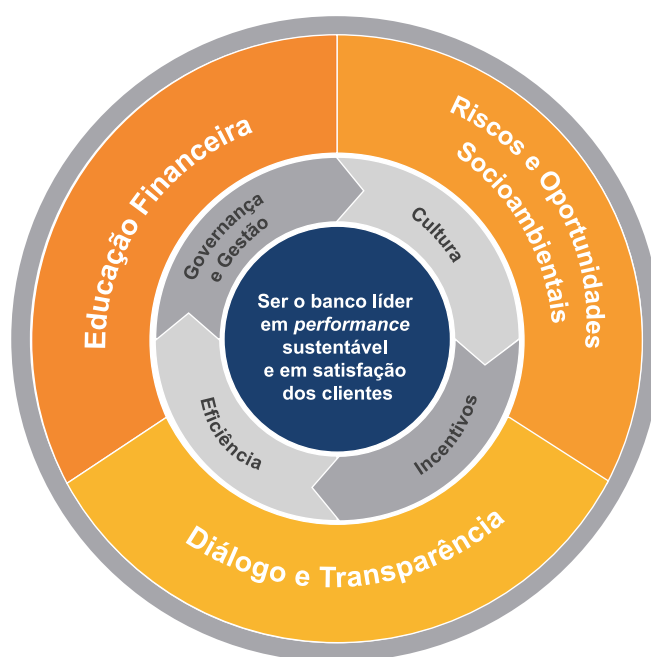
educação financeira, transparência e riscos socioambientais. Além disso, em 2016, realizamos estudos, que ainda estão em andamento, para entender como se daria uma revisão dos critérios de avaliação de projetos pela sustentabilidade para os próximos anos.

Estratégia de sustentabilidade **GRI 102-44**

Nossa estratégia de sustentabilidade foi definida a partir de uma profunda análise sobre nossa visão, Nosso Jeito, políticas corporativas, compromissos e pactos voluntários, pesquisas e encontros com *stakeholders* para compreender as questões materiais.

Em 2011, com base no novo posicionamento do banco após a fusão entre Itaú e Unibanco, realizamos *workshops*, entrevistas e painéis internos e externos. Como principais outputs desses diálogos, podemos destacar (1) a necessidade de definirmos uma estratégia de sustentabilidade, (2) que esta deveria conter desafios de longo prazo, (3) a necessidade em priorizarmos apenas três ou quatro focos de atuação e (4) que necessariamente tais focos deveriam abordar pessoas e negócios.

No mesmo ano, esse estudo nos levou a criar o Mapa da Sustentabilidade, que determina três focos estratégicos para nossas atividades: Diálogo e Transparência, Educação Financeira e Riscos e Oportunidades Socioambientais, viabilizados por quatro frentes de apoio: Governança e Gestão, Eficiência, Incentivos e Cultura. Ou seja, por meio de frentes viabilizadoras bem estruturadas conseguiremos entregar os três focos estratégicos. Dessa forma, o Mapa orienta nossos negócios à medida que elas incorporam valores de sustentabilidade em seus processos de tomada de decisão e acompanhamento de tendências. Depois de nos reunirmos com diversos especialistas e executivos, o Comitê Executivo aprovou nossa estratégia de sustentabilidade.



Temos uma [Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental](#), que formaliza nossa estratégia de sustentabilidade e nosso compromisso com a busca pelo desenvolvimento sustentável. Essa Política é revisada anualmente e é primeiramente aprovada pelo Comitê de Auditoria e em seguida pelo Conselho de Administração.

Externalidades

Um sistema bancário exerce um papel fundamental para impulsionar o crescimento econômico, estando presente na vida de milhões de pessoas.

Através da governança de sustentabilidade, implantamos um estudo, desenvolvido por uma consultoria especializada, que foi capaz de mensurar a contribuição socioeconômica do Itaú Unibanco e impactos gerados por dez diferentes produtos de crédito disponíveis para nossos clientes, denominados de impactos catalisadores. Por isso, nós aplicamos a metodologia **Utopies LOCAL FOOTPRINT^{®(1)}**, que simula os impactos

socioeconômicos com base em dados coletados dentro da empresa correspondente aos fluxos financeiros injetados na economia e produção local. Essa ferramenta permite-nos medir a contribuição econômica expressa em termos dos empregos mantidos – e do valor adicionado gerado (traduzido para PIB).

Os produtos de crédito foram selecionados de acordo com sua representatividade e também por serem adequados às premissas necessárias para o modelo e realização do estudo. Tanto os dados de colaboradores quanto as informações de produtos de crédito de pessoa física, jurídica e informações financeiras utilizadas no estudo são referentes ao exercício contábil de 2015.

A partir dos resultados desse estudo, será possível criar indicadores e embasar a implementação de políticas mais adequadas à nossa cadeia de valor, reforçando nosso compromisso com a performance sustentável, com o desenvolvimento local e com nossos principais públicos.

Informações sobre o estudo

Impactos de funcionamento

São os impactos socioeconômicos "diretos" como empregos criados e mantidos ou de receitas geradas, considerando também, os efeitos de nossa relação com fornecedores, resultando em uma cadeia contínua para fornecedores dos nossos fornecedores e assim sucessivamente, até zerar o fluxo econômico, alimentando "indiretamente" a economia brasileira.

Já as remunerações pagas aos nossos colaboradores e as remunerações pagas por nossos colaboradores a seus fornecedores apoiam nossos impactos "induzidos" de consumo doméstico, além de financiar gastos públicos, graças às receitas fiscais recolhidas.

Impactos catalisadores

São os impactos das operações dos 10 produtos analisados neste primeiro estudo, cinco relacionados à pessoa física e cinco relacionados à pessoa jurídica.

Todos os produtos analisados neste estudo são relacionados a crédito, portanto, os impactos diretos não são considerados nessa análise. Contudo, ainda temos impactos indiretos e induzidos, uma vez que a introdução desses valores na economia resulta em relações com fornecedores até zerar o fluxo econômico (impactos indiretos) que levam a aumento do consumo doméstico (impactos induzidos).

Em ambos os casos classificamos três tipos de impactos que foram analisados no estudo:

- **Impactos diretos** – margem financeira, impostos, compras e setores dos fornecedores, produção e até mesmo número de trabalhadores.

- **Impactos indiretos** – como isso se dispersa para os diferentes setores, principalmente na cadeia de suprimentos, por exemplo fornecedores nível 1, 2, 3 etc.

- **Impactos induzidos** – consumos das famílias e despesas operacionais de órgãos públicos.

(1) A Utopies' LOCAL FOOTPRINT[®] é uma ferramenta que permite separar os resultados por país de operação. Trata-se de um modelo de simulação de impactos econômicos utilizado para mostrar em um momento definido o peso econômico por território de uma empresa/de um portfólio de investimentos ou empréstimos e suas inter-relações com outros setores. Essa metodologia trata de uma simulação da economia para estimar os impactos econômicos médios por setor e territórios.



PIB

(em bilhões de reais)

	Funcionamento Itaú	Produtos	Total
Impactos diretos (Margem financeira)	71 bilhões	-	71 bilhões
Impactos indiretos (Cadeia de fornecimento)	10 bilhões	90 bilhões	100 bilhões
Impactos induzidos (consumo doméstico de famílias e despesas públicas)	38 bilhões	85 bilhões	123 bilhões
Impacto total	119 bilhões	175 bilhões	294 bilhões



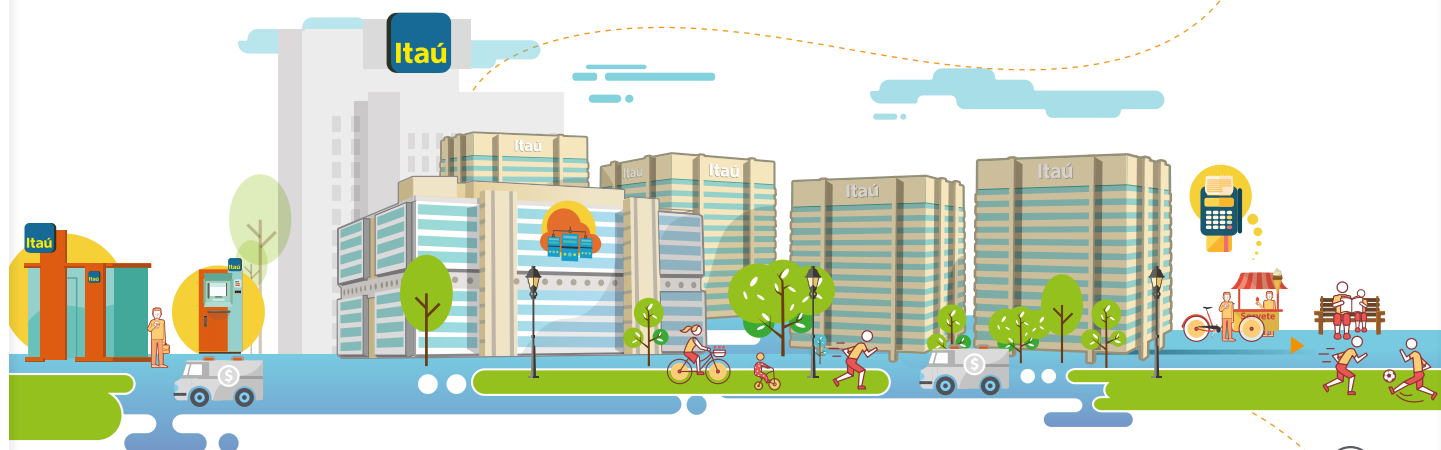
5% do PIB brasileiro de 2015

R\$ 1

=

R\$ 4,16

Cada R\$ 1 de PIB gerado diretamente pelo Itaú e seus produtos analisados, contribui o equivalente a R\$ 4,16 para o total do PIB gerado no Brasil.



Empregos

(em números de empregos)

	Funcionamento Itaú	Produtos	Total
Impactos diretos (Número de funcionários)	83.481	-	83.481
Impactos indiretos (Cadeia de fornecimento)	175.512	2.287.591	2.463.103
Impactos induzidos (consumo doméstico de famílias e despesas públicas)	860.905	1.932.889	2.793.794
Impacto total	1.119.898	4.220.480	5.340.378



6% da população ocupada no Brasil em 2015

1

=

64

Cada emprego mantido diretamente pelo Itaú (por seu funcionamento e pelos produtos analisados) contribui o equivalente à manutenção de 64 empregos no Brasil.

*Dados numéricos de 2015

Contexto



Perfil



Governança



Gestão de riscos



Desempenho



Sustentabilidade A-194



Anexos



Focos estratégicos

Riscos e Oportunidades Socioambientais

GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS5)



Os bancos possuem uma função especial na economia por interagirem com todos os setores e, dessa forma, nos fornece um enorme potencial para influenciar mudanças positivas na sociedade. Nós integramos questões socioambientais

em nossos negócios, considerando as necessidades de clientes, colaboradores, da sociedade e dos órgãos reguladores.

Nos últimos 16 anos, desenvolvemos e participamos de diversas iniciativas para reduzir riscos e buscar oportunidades socioambientais. Criamos estratégias, rotinas, processos e produtos, adotamos políticas específicas e aderimos a compromissos voluntários, como os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), os Princípios do Equador (EP, na sigla em inglês), o *Carbon Disclosure Project* (CDP) e Pacto Global, os quais orientam as nossas práticas institucionais e de negócios.

Essa trajetória teve início em 2000, quando o Itaú BBA, atualmente nosso segmento *Corporate Banking* (grandes empresas), tornou-se o primeiro banco de um mercado emergente a desenvolver um sistema formal de gestão de riscos socioambientais. Posteriormente, expandimos essas análises para outros modelos e volumes de crédito, em um escopo inovador. Essa experiência nos permitiu estender a identificação dos riscos socioambientais para outros segmentos de negócios, como crédito, seguros e investimentos.

Sabemos que a crescente conscientização da sociedade em relação aos desafios socioambientais torna essas questões mais relevantes para nossas operações, produtos e serviços. Ao integrar os riscos e as oportunidades socioambientais em nossa estratégia, governança, processos, políticas, produtos e serviços, criamos um círculo virtuoso que contribui para o desenvolvimento da sociedade.

Para mais informações sobre o item Riscos e oportunidades socioambientais e sobre nossas práticas, [clique aqui](#).

Riscos socioambientais GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2 | antigo FS5)

O gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo identificar, mensurar, mitigar e monitorar os riscos, diretos e indiretos, relacionados a temas sociais e ambientais. Para tanto, incorporamos a variável socioambiental em diversos processos, tais como concessão de crédito, investimentos, atividades de seguros, contratação de fornecedores e gestão patrimonial.

Socioambiental

Para integrar as equipes socioambientais e aumentar sua eficiência, em 2016, as Gerências de Riscos Ambientais que prestavam serviços aos segmentos de Atacado, Médias Empresas e Varejo, separadamente nas respectivas áreas de Crédito, foram unificadas e transferidas para a Superintendência de Riscos Integrados.

Também possuímos áreas específicas, como a Gerência de Risco Socioambiental, que realizam análise socioambiental técnica de operações, clientes, produtos e imóveis, com o objetivo de antecipar e mitigar a exposição do banco ao risco socioambiental.

Para atender a Resolução CVM nº 4.327 de 2014, que determina as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras, organizamos grupos de trabalho formados por representantes de diversas áreas e parceiros externos. Durante esse processo, incluímos as questões de responsabilidade socioambiental em nossa Política de Sustentabilidade, que passou a ser nossa atual Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

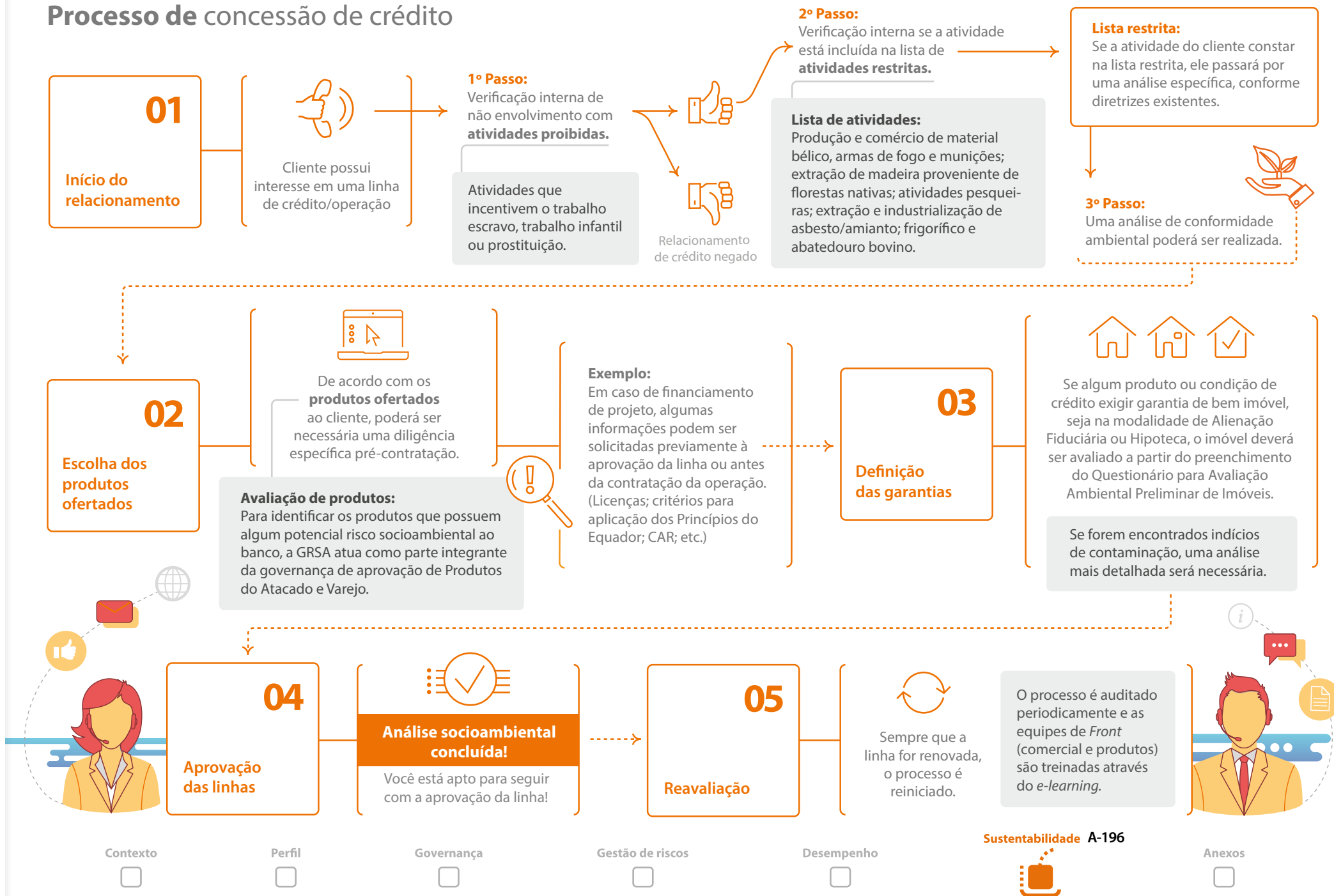
Os compromissos, assumidos em 2015, para os próximos anos estão em andamento. São eles:

1. Ampliar o escopo da nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental;	Em andamento
2. Aumentar nossa lista de atividades restritas e integrar diferentes tipos de riscos socioambientais em nossos processos;	Em andamento
3. Treinar nossos colaboradores constantemente; e	Em andamento
4. Buscar e potencializar as oportunidades socioambientais por meio de nossos negócios.	Em andamento

Para mensurar a qualidade dos processos e monitorar a exposição ao risco, as áreas são submetidas a processos de comprovação de aderência, realizados por equipe de controles internos ou de auditoria. Esses processos incluem a avaliação da adequação da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e os resultados desse trabalho são reportados periodicamente aos fóruns competentes, como o Comitê de Risco Socioambiental. GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)



Processo de concessão de crédito



Nosso sistema de gestão socioambiental visa mitigar o risco que assumimos ao financiar atividades que podem estar em desacordo com nossas políticas, que se baseiam não somente na legislação socioambiental, mas também em boas práticas internacionais. Para formalizar a metodologia de identificação, mensuração, mitigação e monitoramento de riscos, lançamos, em 2007, a Política de Risco Socioambiental, a qual contém os fundamentos de nossa estratégia de gestão do risco socioambiental.

Os critérios de análise são orientados por listas de atividades restritas e proibidas, regras para a constituição de garantias imobiliárias, inclusão de cláusulas socioambientais nos contratos, avaliação do cumprimento da legislação socioambiental local e pelas melhores práticas para a gestão dos riscos socioambientais em projetos.

Critérios fundamentais

No processo de concessão e formalização de operações de crédito para pessoas jurídicas, consideramos, como condição precedente, o processo de checagem da atividade desenvolvida pelo cliente para assegurar que não esteja relacionada às listas de atividades restritas ou proibidas.

As atividades incluídas na Lista de **Atividades Proibidas** contrariam os nossos princípios e valores. Dessa forma a Instituição não concederá crédito para a Pessoa Jurídica que desenvolva atividades que:

- Incentivem e/ou explorem a prostituição, inclusive infantil;
- Utilizem mão de obra infantil, em desacordo com a legislação; e
- Utilizem mão de obra análoga à escrava.

Os clientes enquadrados nas atividades acima são identificados a partir de consultas realizadas em mídia. Caso seja comprovado seu envolvimento com essas atividades, realizamos o bloqueio desse cliente nos sistemas, o qual fica impossibilitado de contratar novas operações de crédito. Em 2016, 126 clientes foram bloqueados em nossos sistemas para novas operações de crédito por apresentarem indícios de envolvimento em atividades consideradas proibidas e cinco clientes foram bloqueados inicialmente, mas conseguiram comprovar que mudaram suas práticas e, conseqüentemente, tiveram o relacionamento de crédito retomado.

Nesse sentido e inspirados pelas boas práticas internacionais, adotamos procedimentos específicos para a concessão de crédito à Pessoa Jurídica cujas atividades estejam incluídas na Lista de Atividades Restritas, sendo considerados restritos os seguintes ramos de atividade:

- Produção e comércio de material bélico, armas de fogo e munições;
- Extração de madeira proveniente de florestas nativas;

- Pesca;
- Extração e industrialização de asbesto/amianto; e
- Frigorífico e abatedouro de bovino.

Para as **Atividades Restritas**, existem diretrizes setoriais específicas que nos auxiliam a identificar os maiores impactos, riscos e a documentação necessária para comprovação da regularidade socioambiental dos nossos clientes. Essa avaliação é condição mínima necessária para que o cliente tenha seu limite de crédito aprovado ou renovado, sendo aplicável a todos os clientes com risco de crédito tomado superior a R\$ 500 mil. Havendo identificação de eventuais não conformidades, é inserido um apontamento sistêmico e novas operações precisam ser previamente analisadas.

Em 2016, foram realizadas 274 análises de clientes que desenvolvem atividades restritas, conforme indicado no quadro abaixo.

Análise de clientes em atividades restritas

Atividade	Grandes empresas	Médias empresas	Pequenas empresas	Total
Armas e munições	1	-	2	3
Madeira nativa	-	37	146	183
Pesca	-	6	5	11
Amianto	-	1	1	2
Frigoríficos	1	40	34	75
Total	2	84	188	274

Critérios para aprovação de crédito

A análise socioambiental é um dos componentes do processo de avaliação de crédito. Nossa análise é realizada com base nos requisitos de cada produto e na estrutura de garantias proposta para cada linha de crédito.

Com o objetivo de identificar produtos que possam apresentar algum risco socioambiental, desenvolvemos um processo pioneiro e integrado de avaliação de produtos para o segmento Atacado (grandes e médias empresas). Esse processo é composto por avaliação via questionário e estabelece governança socioambiental necessária. Por meio desse processo, após o recebimento dos questionários, conduzimos uma análise técnica de avaliação conjunta com o Jurídico e, quando um risco relevante é identificado, definimos requisitos específicos como condições precedentes a serem satisfeitas antes de oferecer crédito ao cliente. Para produtos ou operações identificadas com exposição ao risco socioambiental, são avaliados, além de procedimentos específicos, a necessidade de inclusão de cláusulas em contratos de empréstimo ou financiamento, em conformidade com os princípios da relevância e proporcionalidade. **GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)**



Em 2016, foram realizadas 90 análises de produtos do Atacado. Desde outubro, o processo foi estendido para o segmento de Varejo (pequenas empresas), com a análise de 63 produtos do segmento.

Para concessões de crédito com envolvimento de **garantias de imóveis**, é realizada uma análise socioambiental a partir do recebimento de questionário de avaliação ambiental que contém informações sobre o histórico de ocupação e utilização atual, assim como dados sobre o entorno dos imóveis, com o objetivo de auxiliar no diagnóstico de possíveis focos de contaminação. Além da avaliação de indícios de contaminação, para garantias constituídas como alienação fiduciária, o banco não aceita garantia de imóveis rurais sem comprovação da averbação da reserva legal na matrícula ou no registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma ferramenta que auxilia os produtores rurais a estar em observância com a legislação ambiental. Para garantias constituídas como hipoteca, garantia de imóveis rurais sem a averbação da reserva legal ou registro no CAR poderão ser aceitos desde que o cliente apresente o termo de compromisso de regularização da reserva legal, que deverá estar firmado pelo respectivo órgão ambiental. O processo de análise é necessário para 100% de imóveis recebidos como garantia.

Para uma melhor avaliação dos riscos envolvidos, nosso processo foi dividido em dois métodos de análise: a Análise de Clientes, para pequenas e médias empresas, e a Análise

de Operações Específicas, para produtos que apresentam exposição ao risco socioambiental.

Análise de clientes

A análise de risco socioambiental de pequenas (Varejo) e médias (*middle market*) empresas, além do segmento Novo Corporate, é conduzida utilizando-se ferramentas específicas, sendo iniciada a partir da categorização socioambiental do cliente, determinada a partir de critérios como, por exemplo, consumo de água e energia, lançamento e geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e risco para a saúde e segurança no trabalho. As empresas são categorizadas em A, B e C, sendo, respectivamente, alto, médio e baixo potencial de risco socioambiental.

A análise socioambiental é realizada por meio de questionário de autodeclaração socioambiental (apenas para empresas categorizadas como A), pesquisas em sites de órgãos ambientais e tribunais de justiça, listas de áreas contaminadas e consulta em mídia, entre outros. O questionário aborda questões ambientais, como tratamento de resíduos, gestão de fornecedores, controle de poluição e questões sociais, como relações com a sociedade, interação com áreas indígenas, comunidades Quilombolas e preservação do patrimônio histórico e cultural.

Em 2016, foram realizadas 3.206 análises de clientes, conforme indicado no quadro abaixo:

Parecer Socioambiental para Pequenas e Médias Empresas – 2016⁽¹⁾

Categoria	Parecer socioambiental favorável			Parecer socioambiental desfavorável			Adequações e ajustes ⁽²⁾			Total ⁽³⁾		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Ano												
A	378	486	443	284	486	342	149	288	105	811	1.260	890
B	1.383	1.746	1.998	582	982	435	185	308	70	2.150	3.036	2.503
C	185	454	144	43	241	70	17	103	7	245	798	221
Total	1.946	2.686	2.585	909	1.709	847	351	699	182	3.206	5.094	3.614

(1) Não estão sendo considerados setores da lista proibida e restrita, apresentada anteriormente.

(2) Parecer favorável após as medidas tomadas para o cumprimento das políticas e dos regulamentos socioambientais em vigor.

(3) Os critérios de análise de clientes foi revisada, resultando em um novo método. O novo processo encontra-se em testes para seus ajustes finais.

O Itaú reestruturou a carteira de clientes ligados às atividades rurais e criou um novo segmento denominado Clientes Rurais, composto por grandes produtores rurais (Pessoa Física) que podem utilizar de todo o leque de produtos ofertados pelo banco. Para mitigar eventuais riscos socioambientais do segmento, elaboramos um processo de análise socioambiental específico para esses clientes, atualmente em fase piloto. Como parte de nossas ações iniciais, realizamos dois treinamentos, sendo um deles com visita a campo, para capacitar e sensibilizar a área comercial a identificar riscos socioambientais durante as visitas aos clientes. O objetivo é que em 2017 todos os clientes pertencentes a esse novo segmento sejam submetidos à análise socioambiental como parte integrante do processo de aprovação e renovação de crédito.

Operações específicas

Para o financiamento de **projeto** ou quando, independente do tipo de transação financeira, existir um risco socioambiental relevante, a transação passará por uma análise mais profunda e abrangente, a fim de garantir um processo de tomada de decisão responsável quanto ao risco.

Nos financiamentos em que atuamos como instituição repassadora, denominadas como Recursos Direcionados, são exigidos os procedimentos aplicáveis a cada programa/linha, além dos nossos critérios internos de análise. Como banco repassador, em 2016 conduzimos a análise de transações financeiras que corresponderam ao montante de R\$ 538 milhões.



No financiamento de projetos ou aquisição de veículos pesados, sempre que estivermos envolvidos, estabelecemos condições específicas para mitigar o risco de financiar atividades em desobediência à legislação vigente.

Para operações de financiamento para aquisição de veículos pesados, exigimos a apresentação de licença ambiental ou, dependendo da atividade conduzida, dispensa dessa licença emitida pelo órgão ambiental competente. Caso seja identificada alguma irregularidade, orientamos para que o financiamento não seja concedido ou realizamos um engajamento junto ao cliente para que ele envide esforços para se regularizar.

Descrevemos a seguir os critérios e orientações para financiamento de projetos *green* ou *brown field*.

Análise do projeto

Para o segmento Atacado (médias e grandes empresas), responsável por realizar o financiamento a empresas e projetos de grande porte, aplicamos na análise do risco socioambiental os critérios estabelecidos na Política de Risco Socioambiental do segmento de Atacado (Política de Risco Socioambiental) ou os critérios exigidos pelos Princípios do Equador. Os procedimentos da Política são aplicados no financiamento de projetos que não se enquadram no escopo dos Princípios do Equador, como cartas de crédito e financiamento de ativos. Os Princípios do Equador, por sua vez, são utilizados em projetos cujo financiamento se dá por meio da modalidade *Project Finance* ou por meio da modalidade Financiamento Corporativo Dirigido a Projeto, respeitando os triggers definidos pelos Princípios. Como processo de avaliação dos impactos socioambientais, realizamos as etapas de identificação, mitigação e monitoramento de risco e contemplamos diversos temas como o impacto sobre populações tradicionais, patrimônio cultural, biodiversidade, além do cumprimento da legislação local.

O processo de análise socioambiental de projetos se inicia a partir da categorização prévia do projeto, considerando o impacto gerado ao meio ambiente e aspectos sociais. A categorização é realizada a partir da análise de temas socioambientais, utilizando como referência os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC) e as guias de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (Environmental, Health and Safety Guidelines) elaboradas pelo Banco Mundial. Ao longo do processo de categorização podem ser solicitadas informações adicionais e realizadas conferências e reuniões com os clientes com o objetivo de confirmar a categorização. Os projetos podem ser categorizados como A, B ou C, sendo alto, médio e baixo, respectivamente, e os encaminhamentos da análise são realizados conforme a categorização.

Para gerenciar os riscos avaliados, definimos planos de monitoramento, em conjunto com o cliente, para abordar os principais gaps identificados na análise ou para realizar o acompanhamento preventivo de questões relevantes para o empreendimento, como, por exemplo, o atendimento à legislação socioambiental e, quando aplicável, com os Padrões de Desempenho da IFC. Os planos acordados são incluídos no contrato de financiamento e acompanhados – pelo menos uma vez ao ano – ao longo de toda a vigência do contrato. Os compromissos são assumidos contratualmente, como condição precedente para a liberação dos recursos e para a manutenção do contrato. Seu descumprimento poderá ser considerado como um evento de inadimplemento contratual.

Para garantir a cuidadosa diligência no financiamento de projetos sob o escopo dos Princípios do Equador ou que se enquadram no âmbito da Política de Risco Socioambiental, cada ciclo de monitoramento envolve, de acordo com a categoria de risco ambiental, visitas de campo, análise documental, reuniões com clientes e o apoio de consultores externos especialistas em diferentes temáticas socioambientais. Em dezembro de 2016, um total de 153 projetos, contratados em anos anteriores, encontrava-se nessa fase de monitoramento.

Princípios do Equador

Desde 2004, temos aplicado os Princípios do Equador (PE), um conjunto de diretrizes e critérios, referência na identificação, avaliação e gerenciamento de riscos socioambientais em projetos cujo financiamento se dá por meio da modalidade *Project Finance*, quando o valor total do capital investido é igual ou superior a US\$ 10 milhões, ou por meio da modalidade Financiamento Corporativo Dirigido a Projeto desde que atendidos os seguintes critérios: (1) a maior parte do financiamento destina-se a um único projeto sobre o qual o cliente tem

controle operacional efetivo; (2) o valor total consolidado do financiamento é igual ou superior a US\$ 100 milhões; (3) o nosso compromisso individual é igual ou superior a US\$ 50 milhões; e (4) o prazo do financiamento é de pelo menos dois anos. Quando atuamos na assessoria financeira à *Project Finance* ou concedemos um empréstimo-ponte a ser refinanciado dentro de uma das modalidades acima, também aplicamos as orientações estabelecidas nos Princípios do Equador.



Em nosso modelo de negócio, temos uma equipe dedicada exclusivamente para a estruturação de operações de *Project Finance*, nas quais os critérios dos PE são aplicáveis. A equipe de *Project Finance* é organizada por setores, integrando ao portfólio de produtos os aspectos macroeconômicos e regulatórios.

Além da avaliação conduzida pela nossa equipe técnica que atua como apoio à área de operações de *Project Finance*, os projetos submetidos à aplicação dos Princípios do Equador podem requerer a contratação de consultoria independente para realização de avaliação socioambiental independente. A contratação de um consultor independente é exigido para o closing financeiro e permanece durante o período de vigência do empréstimo para todos os projetos de alto impacto e para aqueles de médio risco, selecionados por nossa equipe técnica. No caso de projetos de médio e baixo risco, a análise pode ser realizada pelo nosso próprio time técnico. [GRI G4-DMA Auditoria \(antigo FS9\)](#)

A análise sob a ótica dos critérios de Princípios do Equador ocorre ao longo de todo o financiamento. A dimensão dessa diligência na gestão do risco socioambiental foi divulgada no artigo “Os Princípios do Equador e Os Padrões de Desempenho da IFC – Estudo de Caso do Itaú no Financiamento de Projetos do Setor de Energia”. Tendo o setor de energia como pano de fundo, nesse material, apresentamos alguns dos desafios e dilemas enfrentados por nossas equipes, assim como lições aprendidas ao longo de dez anos de aplicação dos Princípios do Equador. Consulte o artigo “Os Princípios do Equador e Os Padrões de Desempenho da IFC – Estudo de Caso do Itaú no Financiamento de Projetos do Setor de Energia”, lançado em 2015, por meio do [link](#).

Por fim, acesse os dados sobre projetos contratados de acordo com os critérios dos Princípios do Equador III e da nossa Política de Responsabilidade Socioambiental na [página A-271](#) deste relatório.

Desenvolvimento profissional e iniciativas

Adicionalmente ao processo de avaliação, como pioneiros na adoção de critérios socioambientais para análise de crédito, conduzimos iniciativas não somente para disseminar as melhores práticas, mas também para aprimorá-las internamente por meio de iniciativas de capacitação dirigidas aos colaboradores.

Em 2016, nossa equipe de Gestão de Risco Socioambiental, composta de 18 profissionais, participou de mais de 880 horas de treinamento. Esses eventos de capacitação foram realizados

tanto no Brasil quanto no exterior e incluíram cursos, palestras, fóruns, *workshops*, simpósios e grupos de discussão sobre os desafios socioambientais. Indo além dos treinamentos técnicos, os profissionais da equipe socioambiental desenvolveram ainda outras competências-chave por meio de programas de desenvolvimento institucional, focados em atributos do setor bancário, além de gestão de risco e gestão interpessoal, tais como habilidades de comunicação e de negociação.

Além disso, nossa equipe também esteve envolvida em realizar treinamentos internos. Em 2015, desenvolvemos um processo de e-learning socioambiental, que em 2016 alcançou a capilaridade de 79% de nossos colaboradores incluindo os profissionais das áreas Comercial, de Crédito e de Produtos. Promovemos ainda o incremento na qualificação da área de *Back Office* por meio da estratégia de multiplicadores de conhecimento interno com foco no *compliance* socioambiental. A equipe também se dedicou ao engajamento com *stakeholders*, coordenando uma série de reuniões e eventos de construção de conhecimento.

Workshop sobre padrões de desempenho da IFC

Com foco em nossa estratégia de gestão de atividades, patrocinamos e coordenamos um evento de capacitação sobre Padrões de Desempenho da IFC (IFC PS) em parceria com a *International Finance Corporation* (IFC). Esse evento foi realizado em São Paulo e transmitido ao vivo para outros quatro países da América Latina. Os participantes compartilharam experiências inigualáveis na aplicação dos Padrões de Desempenho da IFC em financiamento de projetos. Entre outras questões fundamentais, foi dado foco a desafios cruciais do Brasil, como biodiversidade e povos indígenas. Além dos signatários dos Princípios do Equador, o que representou um importante engajamento, esse evento contou também com a participação de partes não signatárias, inclusive do BNDES.

Com base na metodologia World Café e contando com uma tecnologia avançada de *quiz*, o evento promoveu discussões técnicas de alto nível inspiradas em casos reais e seus impasses. O resultado teve uma taxa de aprovação superior a 90% entre os participantes do evento, além do reforço da importância da construção de parcerias sólidas.

Crédito imobiliário

[GRI G4-DMA Portfólio de produto \(antigo FS1 | antigo FS2\)](#)

As diretrizes de nossa Política de Risco Socioambiental se aplicam a todos os empréstimos para projetos de construção comercial e residencial, em todas as regiões do Brasil.



Em 2016, nosso Plano Empresário, que tem o objetivo de gerar financiamento à construção, foi oferecido principalmente para empresas com receita anual acima de R\$ 30 milhões e a carteira totalizou R\$ 10 bilhões. **GRI G4-FS6**

Crédito Imobiliário – Pareceres emitidos em 2016⁽¹⁾

Pareceres favoráveis	Pareceres desfavoráveis
101	35

(1) Como alguns projetos foram apresentados mais de uma vez, os números acima incluem cada uma das análises. Adicionalmente, há casos que foram recusados em uma primeira análise e depois aprovados. Os Pareceres Desfavoráveis também incluem projetos que foram retirados da lista devido à necessidade de informações complementares, como, por exemplo, estudos regionais.

Nosso processo de avaliação é iniciado com uma visita *in loco* realizada por empresas de engenharia parceiras, que por meio de análise visual da região e do entorno do terreno onde será construído o empreendimento, verifica a existência de indícios de contaminação como postos de combustível, oficinas mecânicas, hospitais, entre outros.

As informações coletadas na visita são registradas em um questionário (Formulário Socioambiental do Terreno), que abrange aspectos gerais do terreno e do entorno. Há também o envio de um questionário (Formulário Socioambiental do Cliente) para o cliente solicitante do financiamento, que abrange aspectos do histórico do terreno e do entorno. Ambos os questionários incluem informações sobre aspectos socioambientais que podem sugerir indícios de contaminação, como:

- Consulta ao Registro de Áreas Contaminadas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (os únicos estados em que há tal registro) x endereço do empreendimento; e
- Análise do Projeto, Registro de Incorporação, Licença Ambiental e Licença de Construção, que podem incluir informações sobre contaminação no terreno em que o projeto será construído.

Todas as informações coletadas *in loco* durante as visitas das empresas de engenharia e pelo cliente são analisadas internamente por nossos profissionais, que complementam as análises com consultas em sites e portais de prefeituras ou outros órgãos competentes, quando necessário. Nessa análise são utilizados mapas disponíveis na internet, que permitem a determinação da localização dos terrenos e se estes se encontram próximos a postos de gasolina, antigas fábricas ou cemitérios, uma vez que estes podem ser casos de indícios de contaminação.

O trabalho de empresas de engenharia parceiras não se limita a visita no local para identificação de possibilidade de contaminação, mas também inclui o desenvolvimento de Estudos de Viabilidade Técnica e medições da evolução física da construção, até que esta esteja encerrada.

Caso sejam identificados riscos socioambientais, de crédito ou de imagem e reputação, a operação é analisada pela

nossa Unidade Socioambiental, que emite um parecer. A operação é aprovada por alçadas internas para decidir se o banco vai avançar com a transação. Se necessário, o departamento Jurídico também será envolvido e prosseguirá com a elaboração de cláusulas contratuais que protejam a operação, tais como vencimento antecipado do contrato caso alguma obrigação não seja cumprida, ou com a não liberação do financiamento caso determinado documento não seja apresentado, entre outros.

Seguros **GRI G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS1 | antigo FS2)**

Em 2016, o Comitê de Seguros continuou os planos de ação que foram traçados em 2015, buscando a melhoria contínua na gestão dos processos e governança. Algumas das atividades traçadas e realizadas em 2016 foram, por exemplo:

- Trabalhar em conjunto com órgãos reguladores;
- Reavaliar os riscos socioambientais no cálculo do prêmio de seguros; e
- Material de treinamento para a qualificação de colaboradores.

O Comitê de Seguros é composto de diretor, superintendentes e gerentes. Seu objetivo é integrar as iniciativas de sustentabilidade nos negócios da seguradora, identificar possíveis riscos e oportunidades e dar diretrizes aos negócios. Nesse comitê participam as áreas de produtos de seguros e sustentabilidade.

Nossa avaliação de risco socioambiental em seguros considera as orientações dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês), dos quais somos signatários desde 2012. Esse compromisso voluntário traz diretrizes para minimizar a exposição aos riscos socioambientais e impulsionar o adequado gerenciamento por parte das empresas de seguros. Além do PSI, nos baseamos também nas orientações da nossa Política de Risco Socioambiental para Seguros para produtos destinados a pessoa jurídica. O documento define regras, independentemente do produto ou serviço comercializado, e fornece diretrizes gerais e específicas para análise de risco socioambiental, sinistro, desenvolvimento de produtos e cláusulas socioambientais.

Para implementar os Princípios para Sustentabilidade em Seguros, criamos, em 2016, um portal interno que abrange todos os temas relativos à sustentabilidade e também desenvolvemos uma ferramenta para avaliar riscos socioambientais de novos produtos. Atualmente, na precificação de nossos produtos de seguros, levamos em consideração as questões climáticas. A análise dessas questões no preço dos seguros é feita em função da localização geográfica, frequência e potencial de geração de tragédias sociais, ambientais e econômicas.



Em 2015, com o intuito de disseminar a política e a importância das questões socioambientais, promovemos programas de treinamento para áreas de Seguro, Suporte e Sinistros, pelos quais passaram 88% dos colaboradores. Em 2016, criamos um *e-learning* que será aplicado para todos os colaboradores que possuem interação com produtos destinados a pessoa jurídica, ao longo de 2017. O nosso compromisso é capacitar 80% dessas pessoas. **GRI G4-DMA** **Portfólio de produtos (antigo FS4)**

Com início das operações em 2011, o Itaú Seguro Residencial foi pioneiro em lançar os Serviços Ambientais como parte da assistência, proporcionando aos segurados soluções sustentáveis como:

- **Descarte Inteligente:** de forma ecologicamente correta, o segurado solicita a coleta de resíduos, como eletrônicos, eletrodomésticos e móveis. O Itaú providencia o descarte de maneira correta, garantindo o direcionamento ecologicamente responsável.
- **Orientação Ambiental:** assessoria especializada para orientação no consumo consciente de água, energia elétrica e dicas de reciclagem de lixo.
- **Projetos Ecoeficientes:** esses serviços viabilizam projetos ecoeficientes de acordo com as necessidades de cada segurado, como: Projetos de reutilização/captação da água da chuva, telhado "verde" e construção/reforma sustentável para diferentes tipos de residências.

Em cinco anos o Itaú Seguro Residencial alcançou aproximadamente 140.000 itens e 1.587 toneladas de resíduos descartados de forma ecologicamente correta.

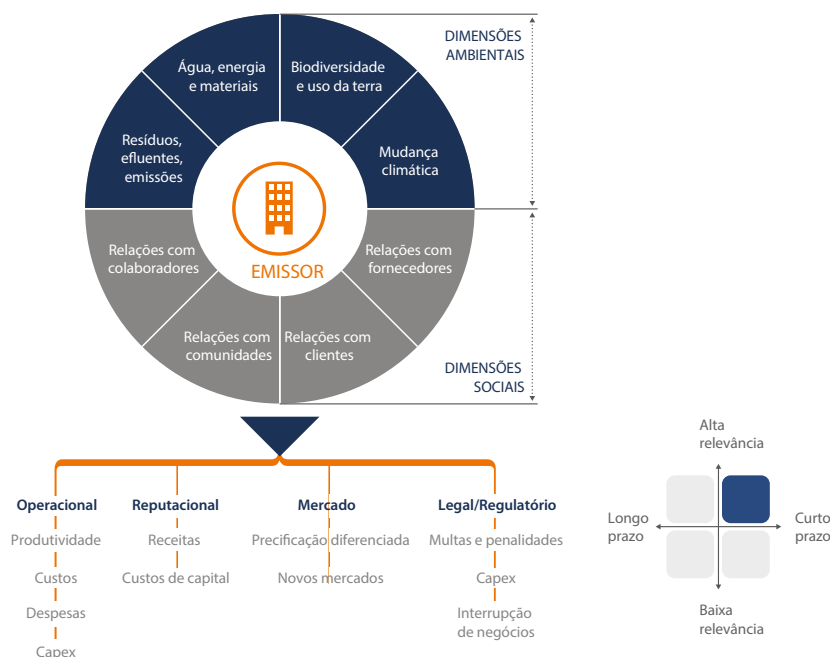
Além das questões ambientais, empreendemos esforços para integrar questões sociais nos produtos de seguros. A plataforma Proteja (www.itaui.com.br/proteja) contempla

dicas e orientações sobre proteção e seguros, por meio de tutoriais em vídeo com explicações didáticas sobre as principais dúvidas. O objetivo dessa plataforma é conscientizar o público em geral sobre a importância dessa "proteção" e ajudar as pessoas a entenderem o setor de seguros de forma simples e descomplicada. **GRI G4-DMA** **Rotulagem de produto e serviço (antigo FS16)**

Investimentos **GRI G4-DMA** **Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2 | antigo FS5) | GRI G4-FS10 | G4-FS11**

Desde 2008, a Itaú Asset Management, área especializada em gestão de recursos de clientes, é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, sigla em inglês). É também signatária do *Carbon Disclosure Project* (CDP), solicitando informações de empresas sobre Riscos e Oportunidades relacionados às Mudanças Climáticas. A adesão a esses compromissos voluntários nos orienta na adoção de uma abordagem que integra questões sociais, ambientais e governança nas práticas de investimento com o objetivo de mitigar riscos e identificar oportunidades para nossos clientes.

A metodologia desenvolvida pela Itaú Asset Management na avaliação de empresas consiste na inserção de variáveis socioambientais nos modelos tradicionais de valuation, por meio da análise de seu impacto no fluxo de caixa e custo de capital. O objetivo é ajustar o preço-alvo para os papéis listados em bolsa e identificar antecipadamente os eventos que podem criar ou reduzir valor. Para avaliação de títulos de renda fixa, o modelo é ajustado para estimar o impacto absoluto das variáveis socioambientais no fluxo de caixa das empresas emissoras. Essa abordagem permite flexibilidade para os gestores, que utilizam as análises de acordo com suas estratégias e mandatos específicos. Nossa metodologia inclui variáveis como, por exemplo, materialidade, relevância setorial, temporalidade, riscos e oportunidades, medições e gerenciamento, como apresentado no diagrama a seguir:



No processo de avaliação da variável “mudanças climáticas”, utilizamos ferramentas de precificação de carbono. A ideia de atribuir um preço ao carbono é considerada uma inovação no mercado internacional e vem sendo discutida por governos e empresas como ferramenta para impulsionar uma economia mais limpa. Em nossa metodologia, o carbono é precificado por meio do modelo de tributação com base no mercado internacional (EUA/Austrália). Nossos analistas simulam a incidência de um imposto sobre as emissões de CO₂ nos setores e produtos intensivos em carbono. A taxa estimada é utilizada como uma variável de entrada em nossa modelagem para estimar o custo das emissões de gases do efeito estufa das empresas com ações negociadas na Bolsa brasileira. A partir daí, calculamos o valor do impacto financeiro dessas emissões sobre o valor de mercado das empresas e, por consequência, sobre o preço de suas ações. Acreditamos que essa abordagem, além de estimular a adoção de melhores práticas nas empresas investidas, permite aos investidores uma análise mais acurada dos riscos envolvidos nas companhias.

Atualmente, 100% das empresas listadas no Ibovespa e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa foram avaliadas pela metodologia de integração Ambiental, Social e Governança (ESG, sigla em inglês), assim como 72% das empresas do principal índice da Bolsa do Chile (IPSA) e 25% das empresas do índice da Bolsa argentina (Merval). A mesma prática já foi aplicada a 85% dos títulos de renda fixa.

Possuímos uma estrutura dedicada à avaliação desses critérios, composta de um gestor de carteira e um analista SRI (Investimentos Socialmente Responsáveis), que modelam o impacto ESG e se envolvem com as empresas investidas. Além disso, temos parcerias com consultores independentes especializados no tema, sendo um deles vinculado ao meio acadêmico.

Adotamos uma abordagem transparente para compartilhamento de nossas práticas e aprendizados a partir da crença de que podemos inspirar outras organizações na adoção de práticas alinhadas à sustentabilidade. Por isso, disponibilizamos publicamente [nossa metodologia](#) e participamos de diversos eventos do setor para apresentar nosso método e debater a integração de questões ambientais, sociais e de governança corporativa ao processo de avaliação de empresas investidas. Em 2016, dentre os eventos mais relevantes, podemos citar a participação no encontro anual dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável da Organização das Nações Unidas (ONU). Realizado em setembro, em Singapura, o evento contou com a participação de investidores institucionais, gestores de recursos e prestadores de serviço. A agenda incluiu debates sobre integração ESG à propriedade responsável, e como esses temas afetam decisões de investimento.

Além da aplicação da metodologia na construção de portfólios, levamos em consideração questões ESG para exercício do direito de voto em assembleias gerais em relação aos ativos

detidos pelos fundos. A Política de Exercício do Direito de Voto em Assembleias Gerais de Empresas Investidas ([Proxy Voting Policy – Política de Voto](#)) baseia-se no código de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). **GRI G4-DMA Controle acionário ativo (antigo FS12)**

A Política estabelece que os direitos de voto sejam exercidos quando os fundos tiverem mais de 3% do capital social da empresa, ou quando a empresa tiver uma participação superior a 10% em um único fundo. As convocações para as assembleias de acionistas são analisadas antecipadamente pelo analista SRI e pelos gestores de carteira. O exercício do direito de voto é público na medida em que as empresas publicam as atas de suas assembleias. **GRI G4-DMA Controle acionário ativo (antigo FS12)**

Com o objetivo de reforçar seu comprometimento no investimento de recursos de clientes de forma ética e responsável, em outubro de 2016 a Itaú Asset Management assinou a Declaração de Investidores sobre Títulos Verdes (*green bonds*), visando demonstrar ao mercado e aos órgãos reguladores que os investidores signatários estão conscientes da questão das mudanças climáticas e que acreditam que os títulos verdes podem ser uma opção adequada de investimento que satisfaça seu dever fiduciário.

Em nossa visão, questões ESG afetam o valor dos ativos nos quais investimos. Dessa forma, essas questões devem ser levadas em conta em nosso processo de investimentos. Incluímos o tema de "Investimentos de forma responsável" em nosso processo, com vistas a criar valor para nossos clientes por meio da identificação de oportunidades e da redução dos riscos associados às nossas carteiras de ações e títulos de dívidas que administramos.

Fundos Socioambientais **GRI 201-1**

Além dos processos relacionados à mitigação de risco, oferecemos aos nossos clientes fundos com benefícios socioambientais:

- **Fundos Itaú Excelência Social (FIES):** desde o seu lançamento em 2004, esse fundo de ações investe em empresas socialmente responsáveis. O processo de seleção das empresas que compõem o FIES consiste na exclusão ou inclusão de determinados setores/empresas e na aplicação do método de integração ESG para os demais ativos elegíveis para investimento. Adicionalmente, 50% da taxa de administração dessa família de fundos é doada a projetos educacionais desenvolvidos no Brasil por ONGs. De 2004 até o fim de 2016, mais de R\$ 30 milhões foram repassados para 165 ONGs, beneficiando mais de 36.500 crianças e jovens, além de 3.400 educadores.

- **Fundos Itaú Ecomudança:** os fundos de renda fixa Ecomudança doam e emprestam 30% de sua taxa de administração para apoiar projetos de redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) que desenvolvam iniciativas relacionadas com mobilidade



urbana, eficiência energética, energia renovável, gerenciamento de resíduos, agricultura e florestas sustentáveis. Desde 2009, o programa Ecomudança investiu aproximadamente R\$ 5,3 milhões em 46 projetos. O programa favoreceu cerca de 980 famílias, das quais 473 tiveram um aumento de mais de 10% na renda. Contribuiu também para mais de 2.000 horas de treinamento em práticas sustentáveis. A redução geral de Gases do Efeito Estufa (GEE) gerada pelos projetos favorecidos atingiu o valor de 22.000 tCO₂e. Para mais informações sobre os projetos participantes, [clique aqui](#).

- **Fundo Itaú Futura:** entre 2010 e 2016, o fundo social Itaú Futura doou mais de R\$ 1,64 milhão a projetos educacionais desenvolvidos pelo Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, recurso que representa 30% de sua taxa de administração.

Em 2016, em linha com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios socioambientais, empreendemos esforços no entendimento do modelo de negócios de *impact investing*. Nosso objetivo nessa nova frente é ajudar a desenvolver o ecossistema de negócios de impacto no Brasil.

Oportunidades socioambientais **GRI G4-FS7 | G4-FS8**

Sabemos que nosso trabalho não se encerra na identificação e mitigação dos riscos socioambientais. Como instituição financeira, também buscamos, em todos os nossos ramos de atuação, oportunidades que promovam impactos socioambientais positivos.

Para os segmentos de grandes empresas, antes de tomar qualquer decisão de crédito, o banco contempla aspectos socioambientais em sua análise. Essa análise impacta diretamente o *rating* de crédito dos clientes, o custo das operações, a alocação setorial, os tipos de garantia e o *mix* de produtos a ser oferecido.

Todos os setores com os quais atuamos foram mapeados pela nossa equipe técnica socioambiental, levando-se em conta normas ambientais internacionais e aspectos geográficos. Acreditamos que ao internalizar variáveis socioambientais no modelo de *rating* de crédito, revemos nosso relacionamento com nossos clientes, permitindo incentivos ou restringindo o acesso ao crédito.

Estamos atentos às complexidades associadas às mudanças climáticas. Por isso, ao longo dos últimos anos, a dedicação de nossas equipes permitiu a consolidação de um repasse de US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para projetos de energia renovável, eficiência energética, produção limpa, biocombustíveis, construção sustentável e outros projetos verdes. Além disso, repassamos linha da IFC no valor de US\$ 400 milhões para projetos de geração de energia renovável, eficiência energética e redução de emissões de gases do efeito estufa. Finalmente, em 2016, apoiamos, independentemente de linhas de agências multilaterais,

projetos de energia eólica que somaram R\$ 550 milhões para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Outros benefícios ambientais foram proporcionados por meio de financiamentos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio dos produtos BNDES Finem, BNDES Automático, além de financiamentos através de Crédito Rural e repasses da Caixa Econômica Federal (CEF). Por meio do BNDES Finem destinamos recursos a projetos de energia renovável e melhoria do setor de logística, incluindo a ampliação da capacidade hidroviária, totalizando R\$ 364,9 milhões em operações contratadas em 2016. Adicionalmente, desembolsamos recursos da CEF para projetos de saneamento, no valor de aproximadamente R\$ 113 milhões.

Ainda por meio do BNDES Finem, oferecemos crédito a partir da linha Prorenova, uma linha de crédito do BNDES destinada a apoiar a renovação dos canais e a introdução de novas plantações de cana-de-açúcar. Em 2016, negociamos o valor aproximado de R\$ 94 milhões através desse programa. O Prorenova contribuiu ativamente para o restabelecimento dos níveis de produtividade da colheita de cana-de-açúcar e, atualmente, após a revisão conduzida pelo BNDES, o programa tem o propósito de estimular a difusão tecnológica por meio do plantio de variedades de cana-de-açúcar ainda não difundidas no setor.

Também em 2016, coordenamos a primeira emissão de títulos verdes (*green bonds*) no mercado brasileiro. Nessa negociação, a Suzano Papel e Celulose contratou R\$ 1 bilhão (aproximadamente US\$ 290 milhões) em uma operação de securitização de oito anos, por intermédio de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) brasileiros.

Além disso, mantivemos vigentes todas as linhas multilaterais destinadas à promoção de benefícios sociais no valor de US\$ 1,7 bilhão. Esses recursos foram provenientes da IFC, da *Inter-American Investment Corporation* (IIC) e da *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC) para projetos e empresas localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, para pequenas e médias empresas e empresas geridas por mulheres.

Vale a pena mencionar que o valor envolvido nas operações que promovem benefícios socioambientais equivale a aproximadamente 0,5% da carteira de crédito do segmento de Atacado, um total de cerca de R\$ 1 bilhão.

Pioneirismo e parcerias

Com o objetivo de reconhecer as oportunidades de negócio com impacto socioambiental positivo, em 2015, criamos um grupo de trabalho, dentro da área de sustentabilidade, integralmente dedicado ao desenvolvimento e avaliação de viabilidade desses novos negócios. Desde então, desenvolvemos estudos e propostas com diversos *stakeholders* no intuito de engajar e gerar negócios socioambientais, buscando a transição para uma economia de baixo carbono.



Em 2016, realizamos o levantamento de capital alocado em empréstimos verdes na economia brasileira, em conjunto com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Essa frente de trabalho, que coordenamos com a FEBRABAN, visa desenvolver uma metodologia de mensuração de recursos financeiros alocados ano a ano em ramos de atividade com maior propensão a causar danos ambientais e aqueles considerados como de economia verde. O estudo permitirá acompanhar a evolução do capital aplicado em cada um dos temas mencionados anteriormente e a consequente tomada de decisão. Em 2016, 14 bancos, representando 87% do total de empréstimos PJ no sistema financeiro brasileiro, participaram do estudo.

Para mais Informações, [clique aqui](#).

A FEBRABAN e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), suportado pelo Itaú Unibanco, desenvolveram um guia para emissão de títulos verdes (*Green Bonds*) no mercado nacional. O guia tem como objetivo orientar os participantes e interessados no mercado de títulos de renda fixa no Brasil a respeito do processo de emissão de títulos verdes.

Ainda em 2016, nos tornamos parceiro estratégico da Força Tarefa de Finanças Sociais, do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE). O grupo visa articular uma rede de relacionamento para atrair investidores, empreendedores e parceiros para que promovam modelos de negócios rentáveis que possam levar à solução de problemas sociais ou ambientais e, com isso, promovam a reflexão sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade. Com isso, reforçamos nosso posicionamento como incentivador do ecossistema de investimento de impacto.

Itaú Microcrédito

O Itaú Microcrédito é um programa oferecido para microempreendedores formais e informais, que têm acesso limitado ao sistema financeiro tradicional, seguindo as condições do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). O objetivo é contribuir no desenvolvimento do pequeno negócio, aumentando a oferta de produtos e serviços nas localidades atendidas e reduzindo a taxa de desemprego no entorno. O Itaú Microcrédito está disponível em áreas economicamente desfavorecidas, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. O menor crédito é de R\$ 400,00, podendo chegar ao valor máximo de R\$ 14.200,00. [GRI G4-FS13](#)

Em 2016, foram desembolsados R\$ 16.274.860,00 para 2.968 clientes, alcançando uma carteira de R\$ 9.268.060,00 com 2.778 clientes, dos quais 16,3% representam empreendedores que não haviam sido beneficiados pelo programa anteriormente. [GRI G4-FS6](#) | [GRI G4-FS7](#)

Agentes de microcrédito [GRI G4-DMA Portfólio de produto \(antigo FS2\)](#)

Nossa operação age independente de agência. Contamos com um time de agentes de microcrédito, capacitados e equipados com *notebook* e *smartphones* para levar o atendimento diretamente à localidade do microempreendedor, o que permite um estreito relacionamento com os clientes e garante a correta destinação do crédito. [GRI G4-FS13](#)

No momento de captação de clientes, os agentes de microcrédito fazem a sondagem da região e analisam o tomador de crédito por meio de um formulário (FAEF – Ficha de Avaliação Econômica e Financeira), que considera a capacidade de pagamento, o capital, as condições e os efeitos que a concessão do microcrédito pode causar para o empreendedor e a comunidade.

Modelo de crédito

Para orientar os processos de concessão de crédito, o Itaú Microcrédito utiliza a Política de Crédito e a Circular de Processos de Concessão e Análise de Crédito. Todos os colaboradores têm acesso a esses documentos. Anualmente, pode ser realizada uma auditoria nos processos e nas operações internas e externas, a fim de garantir a aplicabilidade das políticas. [GRI G4-DMA Portfólio de produto \(antigo FS1\)](#)

Com o intuito de proteger nossos clientes, fornecemos seguro sem custo. No caso de morte ou invalidez permanente, o seguro garante o pagamento do saldo devido referente ao crédito e a família do microempreendedor também recebe uma cesta básica e auxílio-funeral. Já fornecemos 3.458 desses seguros. Como parte da estratégia de inclusão, o agente de crédito ainda oferece as maquinetas de pagamento para o ponto de venda, que agrega valor ao negócio do cliente. [GRI G4-FS7](#)

Educação Financeira [GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço \(antigo FS16\)](#) | [GRI 103-2](#) | [103-3 Educação e inclusão financeira](#)



Uma maneira de contribuirmos para o desenvolvimento da sociedade é entender as necessidades das pessoas e oferecer conhecimento e soluções financeiras adequadas, para que elas tenham uma relação mais

equilibrada com o seu dinheiro.

Sabemos que mudanças importantes são resultado do comportamento individual, porém, acreditamos que o nosso papel é orientar nossos colaboradores, clientes e sociedade e oferecer ferramentas para que tomem decisões financeiras mais alinhadas a suas necessidades e fases da vida.

Destacamos a seguir nossas principais iniciativas:



Programa de Educação Financeira para Colaboradores

Desde 2009, o programa para colaboradores oferece orientações e ferramentas que os ajudam a tomar decisões mais conscientes em relação a seu dinheiro, permitindo que alcancem seus objetivos pessoais. Em 2016, direcionamos nossa estratégia para aumentar o alcance em grupos prioritários.

- **Educação:** oferecemos cursos on-line e presenciais que promovem uma reflexão sobre a relação entre consumo, objetivos pessoais e a forma como as pessoas administram suas finanças. **Cursos On-line:** entre 2015 e 2016, alcançamos mais de 35 mil colaboradores treinados. Em 2016, expandimos os cursos on-line para terceiros das centrais de atendimento, impactando quase 16 mil pessoas; **Cursos Presenciais:** entre 2014 e 2016, aproximadamente 1.700 colaboradores participaram voluntariamente dos nossos cursos presenciais sobre finanças pessoais.
- **Assessoria financeira:** oferecemos assessoria personalizada e sem custo. Desde 2014, o projeto atendeu mais de 2.500 colaboradores.

Em 2016, realizamos um estudo que mostrou o impacto de ações do programa de educação financeira no comportamento dos colaboradores. Houve uma utilização de crédito mais planejada e um aumento nos investimentos dos colaboradores. Por exemplo, houve aumento de 9,7% dos colaboradores da Administração Central que possuem previdência após 6 meses da realização dos cursos on-line.

Programa de Voluntariado: Uso Consciente do Dinheiro

As ações são práticas, com uma abordagem lúdica, e tem o objetivo de compartilhar conhecimento de educação financeira com jovens e adultos. O programa já passou por mais de 15 cidades de todas as regiões do Brasil, e em 2016, seguindo a estratégia de expansão para América Latina, realizamos ações no Paraguai. Ao todo, o programa já impactou mais de 6 mil pessoas em ONGs e escolas e envolveu aproximadamente 1.000 voluntários atuantes. Em 2016 firmamos uma parceria com o programa da secretaria de educação do estado de São Paulo, Escola da Família, que proporciona a abertura das escolas da rede estadual de ensino aos finais de semana para atividades norteadas em torno de quatro eixos: cultura, trabalho, esporte e saúde. Até o fim de 2016, capacitamos os vice-diretores de 751 escolas da grande São Paulo, os quais transmitiram a formação impactando pelas ações mais de 12 mil pessoas.

Programa de Educação Financeira para Empresas Clientes

O Programa de Educação Financeira oferece conteúdo, vídeos e palestras gratuitas para colaboradores de mais de 700 empresas clientes que possuem postos de atendimento bancário (PABs) do Itaú Unibanco. Em 2016, realizamos um

piloto das palestras do Uso Consciente do Dinheiro em formato digital. Desde 2014, o programa impactou mais de 23 mil clientes e foram realizadas 504 palestras em todo o País.

Educação Financeira Integrada com Ação Preventiva

Essa iniciativa tem como foco os clientes de crédito, que são analisados por nós com o intuito de identificar aqueles que podem estar precisando de orientação financeira. Por intermédio de um centro de renegociação, que utiliza orientação financeira como abordagem, entramos em contato com os clientes para entender suas necessidades de forma a poder instruí-los e oferecer os produtos mais adequados para a reorganização do crédito, de acordo com sua renda. Além disso, enviamos comunicações por canais eletrônicos.

Programa de Educação Financeira para Endividados

Em 2016, desenvolvemos cursos de educação financeira para o público endividado em uma plataforma digital parceira. O objetivo é auxiliar as pessoas a saírem da situação de endividamento por um processo de inspiração e orientação que tem o potencial de gerar mudança de comportamento.

Campanhas e websites

O conteúdo de educação financeira está disponível em quatro sites, cada um com foco em diferentes temas: a página Uso Consciente do Dinheiro oferece conteúdo gratuito para diferentes situações financeiras, enquanto os sites Proteja, Invista e Crédito Consciente fornecem orientações relacionadas a produtos financeiros, como seguros, investimentos e crédito. Desde 2014, esses sites tiveram mais de 21 milhões de visualizações.

Em 2016, colocamos no ar a campanha Vida Real, uma websérie com histórias reais de pessoas em diferentes momentos de vida. O objetivo foi, através de dilemas reais, mostrar como a orientação financeira pode ajudá-las a conquistar seus objetivos. A série conta com mais de 42 milhões de visualizações.

[Assista!](#) No quadro “Mito ou Verdade Itaú”, realizado no programa Caldeirão do Huck, desvendamos mitos comuns de quando o assunto é dinheiro. Ao longo do ano de 2016, impactamos mais de 55 milhões de pessoas. A ação também contou com um *brand channel* que teve 206 mil visualizações, que reúne os conteúdos divulgados na TV e respostas às dúvidas dos usuários.

[Saiba mais!](#)



Parcerias

Apoiamos o Núcleo de Finanças Comportamentais, da Fundação Getulio Vargas de São Paulo e o Laboratório do Mercado de Capitais (LABMEC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Desde 2014 os estudantes do LABMEC forneceram orientação financeira gratuita para 1.091 pessoas de comunidades locais. A iniciativa também promoveu palestras e eventos que contaram com a participação de 3.853 pessoas, sendo que mais de 3.853 materiais impressos foram distribuídos. As notícias e as ações de mídia alcançaram cerca de 1,9 milhão de pessoas.

Certificações

As iniciativas de educação financeira do Itaú receberam certificação do programa Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo seu alinhamento com os princípios e diretrizes da nossa estratégia.

Estratégia de educação financeira

Os objetivos do Itaú Unibanco de 2015 a 2018 são:

	Viabilizar a conquista real	Empoderar para melhores decisões:	Impulsionar o tema na sociedade
	Disponibilizar produtos, serviços, atendimentos e ofertas transparentes, que potencializem a conquista real e financeiramente saudável dos objetivos de nossos clientes.	Disponibilizar conteúdos, ferramentas e soluções que ajudem colaboradores, clientes e não clientes a fazerem melhores escolhas com seu dinheiro, através de múltiplos pontos de contato do banco, de acordo com os seus momentos e as suas necessidades.	Gerar contribuições relevantes para a discussão do tema na sociedade e inspirar as pessoas a fazer melhores escolhas com seu dinheiro, fomentando a prosperidade individual e coletiva.
Desafios para 2018	• Orientação financeira integrada aos produtos, serviços e soluções oferecidas pelo banco, com avaliação de impacto gerado para os clientes pela venda do produto certo, na hora certa. • Melhora dos índices de satisfação de cliente, por meio de cultura de atendimento e excelência na solução e oferta. • Expansão da orientação financeira em todos os treinamentos na área comercial.	• Plataforma de orientação financeira digital unificada, abrangendo os diferentes objetivos financeiros e fases da vida, com conteúdo e soluções para clientes e não clientes.	• Campanhas de comunicação para os temas ligados a escolhas com o dinheiro, com 50 milhões de pessoas impactadas. • Ter mais de 3 mil voluntários atuantes do Uso Consciente do Dinheiro no Brasil e na América Latina.
Status 2016	• 327 produtos e serviços avaliados em 2016 sob a perspectiva de orientação financeira, transparência e satisfação de clientes. • Orientação financeira integrada à atuação preventiva, com clientes propensos à inadimplência, por meio de oferta de crédito mais adequada às suas necessidades. • Desenvolvimento de programa de educação financeira para público endividado. • 35.405 colaboradores e 15.760 terceiros das centrais de atendimento capacitados com treinamentos on-line de Educação Financeira.	• Plataformas digitais de conteúdos para diferentes objetivos: investimento, proteção, crédito consciente e uso consciente do dinheiro. Mais de 21 milhões de visualizações desde 2014. • Hub de conteúdo sobre dúvidas das pessoas e orientação financeira. • Programa de Educação Financeira para os colaboradores desde 2009. Inclui campanha de comunicação, educação presencial e a distância e serviço de assessoria financeira. • Programa de Educação Financeira oferecido, sem custo, para mais de 700 empresas clientes no Brasil, com gerentes multiplicadores do tema. Mais de 23 mil clientes já foram impactados.	• Campanhas de orientação financeira nas redes sociais. Em 2016 lançamos a campanha Vida Real que impactou 42 milhões de pessoas. • Merchandising de orientação financeira no programa Caldeirão do Huck, da TV Globo. Até o fim de 2016 completamos 7 participações, impactando mais de 55 milhões de pessoas. • Programa de Voluntariado Uso Consciente do Dinheiro. O novo formato, lançado em 2015, já conta com aproximadamente 1.000 voluntários atuantes no Brasil e América Latina.

Programa Itaú Mulher Empreendedora **GRI G4-FS14**

O programa Itaú Mulher Empreendedora (IME) surgiu em 2013 por meio da parceria com a *International Finance Corporation* (IFC), Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de fornecer soluções financeiras e não financeiras para mulheres empreendedoras. Em 2016, as mulheres representavam 39% da base de clientes pessoa jurídica do segmento EMP4 (empresas com faturamento até R\$ 1,2 milhão), 34% do segmento EMP3 (empresas com faturamento até R\$ 8 milhões) e 30% do segmento EMP2 (empresas com faturamento até R\$ 30 milhões).

O principal objetivo é empoderar mulheres empreendedoras no Brasil, que estão crescendo em quantidade e aumentando

a sua participação na economia. O programa também objetiva testar hipóteses sobre o relacionamento das mulheres com as instituições financeiras e oferecer produtos e serviços mais adequados às suas necessidades, além de uma abordagem diferenciada.

Por isso, o banco continua oferecendo soluções presenciais e on-line para capacitar, inspirar e conectar mulheres empreendedoras. Capacitação para que as mulheres aprimorem técnicas de gestão e potencializem resultados de suas empresas; inspiração para que vislumbrem caminhos de sucesso; e conexão para que ampliem redes de contato, favorecendo parcerias e negócios entre mulheres.



Plataforma on-line

A [plataforma on-line](#) oferece conteúdos relacionados a aspectos da gestão empresarial, liderança, ferramentas de gestão e vídeos motivacionais. Em 2016, o portal foi revitalizado e agora está aberto ao público geral, não apenas clientes do banco. A nova versão é compatível com celulares e *tablets*, e permite que as empreendedoras acessem os materiais de qualquer lugar. Além disso, conta com um espaço exclusivo para que elas possam publicar cartões de visitas virtuais e trocar mensagens para encontrar potenciais clientes, fornecedores ou ainda formar novas parcerias. Em 2016 o site teve 239 mil acessos, e desde o lançamento da nova plataforma tivemos um aumento de 930% da média mensal de acessos, em relação à versão anterior.

Ações presenciais

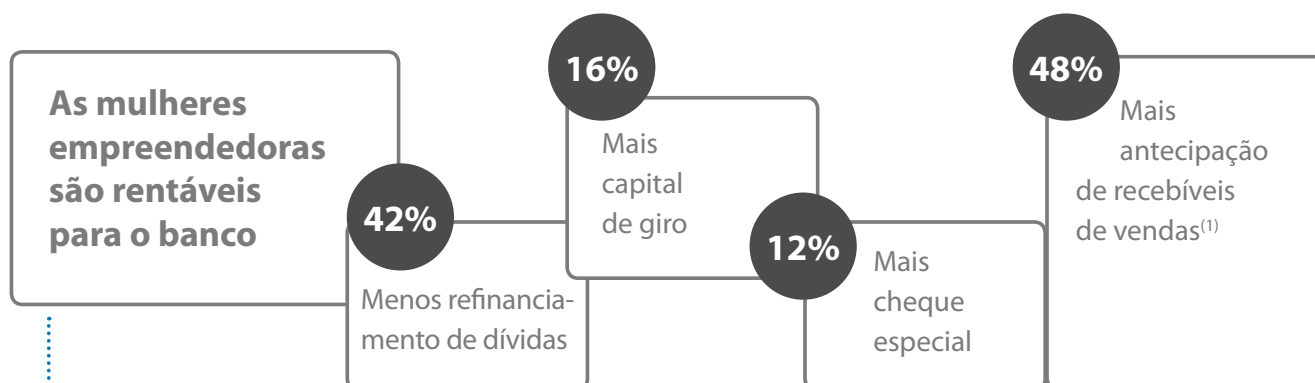
As soluções presenciais, que ocorrem em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, incluem eventos de *networking*, rodadas de negócio e *workshops* organizados em parceria com universidades renomadas e parceiros estratégicos; desde 2014 foram realizadas 69 ações. Em 2016, realizamos *workshops* de Marketing Digital e *Design Thinking*, além de intensificarmos a carga horária dos *workshops* de Orientação Financeira para empreendedoras.

Desde o início do programa quase 6 mil empreendedoras se cadastraram na plataforma e 43 mil pessoas foram envolvidas pela nossa página no [Facebook](#). Através do modelo de avaliação de impacto, que analisa grupos controlados, identificamos que participantes do programa fizeram mais *networking* com outros empresários e dentro de sua cadeia de fornecimento. O *networking* auxiliou na resolução de problemas e busca de oportunidades de negócio. Mulheres que participam estão investindo mais em mentoria, inclusive remunerando profissionais para adotarem uma gestão mais profissionalizada. Além disso, as participantes estão se relacionando melhor com o banco, aumentando a satisfação

com o Itaú, na comparação com outras clientes, que não fazem parte do programa.

Também identificamos que as participantes do programa Itaú Mulher Empreendedora, em comparação com a média da carteira do banco, estão contratando 48% mais adiantamento de recebíveis, 12% mais cheque especial, 16% mais capital de giro e 42% menos refinanciamento de dívidas. Por isso, ter um programa que busca empoderar a mulher, principalmente no campo das finanças, tende a permitir que as mulheres se sintam mais confortáveis para usar os produtos e serviços financeiros a favor do crescimento da sua empresa.

Avaliação do impacto do Programa de Mulheres Empreendedoras



Para fortalecer as relações com empreendedoras, contribuir para o crescimento de nossos negócios, atrair novos clientes e consequentemente aumentar o resultado para o banco implementamos as seguintes ações:

Intensificação da carga horária no *workshop* de finanças de 4hrs para 16hrs em parceria com a FGV

Reformulação da mentoria com 5 sessões individuais

Realização de Pesquisa sobre Comportamento Financeiro Feminino

2016

(1) Decorrentes das vendas feitas com cartões de crédito.

Em 2016, realizamos um estudo de impacto do programa IME. Os dados mostram que, na média, as mulheres que participam do programa tiveram um desempenho melhor do que aquelas da nossa base de clientes que não participam.

Os principais indicadores mostram uma maior margem de investimentos que indica uma saúde financeira melhor, já que os investimentos feitos por uma pequena empresa são indicadores de folga de caixa, mostrando uma boa capacidade de gestão e preocupação com o futuro, possivelmente utilizando provisões, seja para despesas programadas (pagamento de 13º salário, investimentos, impostos, etc.) ou não programadas (queda na receita de vendas). Além disso, houve também um aumento de 11% no faturamento anual das participantes do programa, evidenciando seu melhor desempenho financeiro.

Essa melhoria na gestão também fica evidente quando observamos a quantidade de clientes inadimplentes (a taxa de inadimplência entre as participantes é 5% menor do que entre as não participantes) e, dentre as que estão inadimplentes, aquelas cadastradas no programa ficam até 9 dias a menos em atraso do que as não participantes.

A melhoria do desempenho das mulheres empreendedoras participantes também gera um retorno financeiro positivo para o banco. Quando comparadas com as mulheres empreendedoras que não participaram do IME, as participantes mostram uma maior margem de contratação de produtos, como Investimentos, Serviços Bancários (7% maior) e Seguros (55% maior).

Base de comparação	Margem de investimentos	Margem de serviços	Margem de seguros	Dias em atraso	Está inadimplente
Empreendedoras participantes vs. Empreendedoras não participantes	+142%	+7%	+55%	-9	-5%

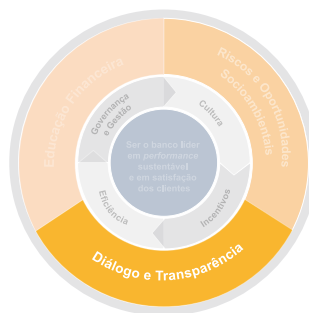
Mulheres e Itaú

O programa está inserido no debate para a promoção da equidade de gênero no âmbito de clientes e sociedade. Para isso, expandimos a discussão para outras áreas, ampliando a agenda de atuação do banco.

Participamos de fóruns de discussão sobre inclusão de gênero, com representação no Conselho da *Global Banking Alliance for Women* (GBA). Apoiamos outras iniciativas, como o Fórum Empreendedoras e a pesquisa “Quem são elas”, promovidos pela Rede Mulher Empreendedora.

Também fomentamos a discussão de Equidade de Gênero por meio de atividades patrocinadas, como painel na Conferência Ethos e no projeto do FIS (Formação Integrada para a Sustentabilidade), junto a universitários da Fundação Getúlio Vargas.

Diálogo e Transparência **GRI 102-43**



Uma parte importante da nossa estratégia é a promoção de iniciativas que visam estabelecer um relacionamento contínuo e transparente com os nossos *stakeholders*. Esse relacionamento ajuda a compreender as

transformações da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que contribui para desenvolvermos soluções alinhadas às necessidades da nova sociedade

Acreditamos que, por meio do compartilhamento de práticas, resultados e conhecimento, e também da promoção de diálogo com diferentes audiências, podemos inspirar iniciativas e impulsionar transformações na sociedade e em nossos negócios. Os *stakeholders* prioritários são os públicos da Espiral de Performance Sustentável: colaboradores, clientes, acionistas e sociedade. Para cada grupo de *stakeholder*, temos iniciativas específicas que serão exploradas nos próximos capítulos. Buscamos também manter o diálogo com os diversos setores da sociedade, antecipando tendências e desenvolvendo uma agenda positiva.

Transparência para o mercado

A transparência para dados sociais, ambientais e de governança é uma premissa fundamental na busca pela performance sustentável. Publicamos as informações mais relevantes relacionadas à sustentabilidade anualmente de forma integrada às demais informações financeiras neste documento: o Relatório Anual Consolidado 2016.

Além disso, com o intuito de trazer mais objetividade à nossa prestação de contas, firmamos uma parceria com o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), em 2013. Desde então, publicamos nosso Relato Integrado, anualmente. É uma publicação concisa focada na nossa capacidade de gerar valor para os *stakeholders* no longo prazo. Nosso Relato Integrado 2016 pode ser acessado em www.itaub.com.br/relatorio-anual, ou em inglês em www.itaub.com.br/annual-report.

Participamos dos principais índices de mercado, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da BM&FBOVESPA. Em 2016, no DJSI atingimos a melhor nota do setor Bancário nos quesitos Política/Medidas Anticrime, Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico, Riscos e Oportunidades do Negócio e Inclusão Financeira. No ISE, somos referência nos seguintes critérios: Compromissos, Ética e Transparência, Conformidade Legal, Gestão de Ativos Intangíveis e Gestão de Performance, Relacionamento com a Comunidade, Relacionamento com o Cliente e Consumidores, Solução de Demandas de Clientes e Consumidores e Mitigação e Gestão de Sistemas.



Ao responder os questionários usados como parte do processo seletivo dos índices, fazemos um diagnóstico do nosso progresso na implementação dos projetos de sustentabilidade e identificamos pontos de melhoria que podem ser incorporados à nossa gestão. Acreditamos também que essa prática promove a agenda de sustentabilidade entre as empresas, e incentiva a comunicação transparente e as transações no mercado de investimentos responsáveis.

Como uma das principais frentes desse foco estratégico, nossa estratégia de engajamento dos *stakeholders* está detalhada abaixo.

Engajamento dos *stakeholders* [GRI 102-43](#)

Nossos processos de engajamento estão baseados em diretrizes e critérios da norma internacional AA1000APS e em circular interna, preparada e publicada em 2014, que define a metodologia para conquistar o engajamento de nossos *stakeholders* com relação à estratégia de sustentabilidade. Nossa metodologia começa com a priorização desses públicos (colaboradores, clientes, acionistas, sociedade e fornecedores) e a identificação de questões fundamentais, selecionadas com base nos impactos social, ambiental e econômico para a organização e os *stakeholders* envolvidos. [GRI 102-40](#)

Nosso plano de ação de engajamento para os temas de sustentabilidade contempla as seguintes etapas: definição de escopo, identificação dos *stakeholders*, definição do grau de engajamento, seleção da metodologia, avaliação dos riscos envolvidos e realização do processo de engajamento. [GRI 102-42](#)

Geração de conteúdo

Cientes das tendências e transformações da sociedade contemporânea, realizamos e apoiamos estudos e pesquisas relacionadas à sustentabilidade. Esse conteúdo influencia nossas iniciativas internas e é disponibilizado ao público para que mais pessoas e instituições possam ter acesso a esse conhecimento. Os principais estudos lançados em 2016 para apoio e/ou desenvolvimento são, por exemplo:

- Sobre Longevidade: [Diálogos Viver Mais^{\(2\)}](#);
- Sobre mudanças climáticas, economia verde e outros: estudos em parceria com o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) [disponíveis aqui](#); e
- Sobre Mulheres Empreendedoras: Quem São Elas, estudo em parceria com a [Rede Mulher Empreendedora](#).

Relacionamento com *stakeholders*

Estabelecemos diálogo frequente com pessoas e instituições que são referência nos nossos temas de interesse como forma de escuta, compartilhamento de práticas e captação de tendências. O relacionamento inclui a realização de palestras e painéis em eventos ou conferências, além do relacionamento com instituições por meio de representações. As principais ações de 2016 estão descritas a seguir:

Palestras realizadas em 2016

As participações objetivam prioritariamente o compartilhamento de conhecimento, inspiração e escuta. Em 2016, tivemos 37 palestras realizadas em empresas, organizações, universidades, conferências e *workshops*.

Representações 2016

Participamos ativamente de organizações que têm o objetivo de unir empresas e especialistas para a discussão e ação rumo a uma sociedade mais equilibrada em termos sociais e ambientais. As principais realizadas em 2016 foram

Além dos processos de engajamento direcionados a temas específicos, contamos com diversos instrumentos que envolvem e mantêm o diálogo contínuo com os nossos *stakeholders*, tais como *workshops*, estudos, publicações, palestras, pesquisas, reuniões públicas e mídias sociais. Contamos com canais para contatos específicos em nosso site, e-mails e linhas telefônicas exclusivas voltadas ao atendimento da imprensa e meios de comunicação, serviço de Ouvidoria e órgãos de proteção ao consumidor, entre outros.

As informações sobre nossos negócios são divulgadas de forma acessível pelos seguintes canais: site de relações com investidores, publicação Ações Itaú em Foco, nossos perfis no [Facebook](#) e no [Twitter](#), e reuniões públicas com analistas de investimento, acionistas e outros *stakeholders*.

Buscamos abordar os levantamentos realizados por nossos *stakeholders* e fornecer *feedback* sobre eles. Por meio do Relatório Anual Consolidado, prestamos contas com base em nossa estratégia de sustentabilidade e materialidade, de forma transparente, para diferentes públicos, sem distinção. [GRI 102-44](#)

A tabela a seguir apresenta nossas ferramentas mais significativas para engajamento com nossos *stakeholders*.

(2) Em 2016, foi lançado o projeto Diálogos Viver Mais em um evento, que recebeu o mesmo nome e contou com a participação de 128 pessoas, incluindo especialistas, empresas e formadores de opinião, no auditório da Pinacoteca do Estado de São Paulo, em São Paulo.



Ferramentas de engajamento [GRI 102-40](#) | [102-43](#)



Para saber mais sobre as ferramentas de engajamento que utilizamos com nossos stakeholders, posicione o mouse sobre o ícone correspondente à cada um deles



Direitos humanos

Desde 2014 formalizamos e publicamos o compromisso do Itaú Unibanco Holding S.A. com o respeito aos direitos humanos nas relações com seus públicos mais sensíveis, abrangendo nossos negócios e relacionamentos com colaboradores, clientes e fornecedores. Esse compromisso é norteado pelos Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, segundo o parâmetro “Proteger, Respeitar e Reparar” e tem por objetivo fornecer diretrizes para prevenção aos riscos de Direitos Humanos ao qual estamos expostos.

Em 2016 adotamos por meio do novo código de ética e de determinadas políticas uma série de princípios de atuação relacionados às principais questões de direitos humanos de nossos principais *stakeholders* – colaboradores, clientes e fornecedores, como o respeito e a promoção à diversidade; o combate ao trabalho infantil e análogo ao de escravo, e a qualquer tipo de discriminação por gênero, cultura, etnia, raça, condição social, religião, orientação sexual e convicções políticas; combate ao assédio moral e sexual; promoção de saúde e segurança no trabalho; respeito à privacidade; e a preocupação com a sustentabilidade em nossas operações.

Monitoramos e fiscalizamos os impactos de nossas atividades sobre os Direitos Humanos, internalizando em políticas e procedimentos as atividades relacionadas a esse tema. Em 2016, com o intuito de aprimorar nossa diligência em Direitos Humanos, concluímos um trabalho iniciado em 2015, realizado em parceria com terceira parte independente especializada, que buscou:

- Identificar possíveis impactos em nossos *stakeholders*;
- Elaborar planos de melhoria em nossos processos; e
- Monitorar a conformidade com nosso Compromisso de Direitos Humanos.

Vide [link](#) e nossas políticas vigentes, tais como [Código de Ética](#), [Política Corporativa de Ética](#), [Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental](#), [Política de Prevenção à Corrupção](#), [Política de Governança Corporativa](#), [Política de Segurança da Informação](#), entre outras.

Esse processo consistia em quatro fases que aconteceram em 2015 e durante a qual foram avaliadas as seguintes iniciativas:

- **Ações com colaboradores** – admissão, ética, ombudsman, diversidade, remuneração, ascensão na carreira, benefícios, auxílios, licenças, incentivos, oportunidades, saúde e segurança e sustentabilidade;

- **Ações com fornecedores** – aquisição, cadastramento, homologação, contratação, monitoramento, sustentabilidade e segurança corporativa;

- **Ações com clientes pessoa jurídica** – gerenciamento de risco socioambiental, segurança corporativa, segurança da informação, prevenção e combate a atos ilícitos, prevenção e combate à corrupção, sustentabilidade e inspetoria; e

- **Programas e políticas institucionais com os públicos acima citados** – diagnóstico, revisão e integração.

Esse processo possibilitou identificar a necessidade de aprimorar governança específica para o tema de Direitos Humanos a fim de assegurar o alinhamento de diretrizes nas diversas unidades de negócios, proporcionar maior agilidade no processo de tomada de decisão estratégica e promover a transparência na condução de ações e tratamento de ocorrências.

Nosso objetivo para 2017, portanto, é estabelecer um processo estruturado de governança em Direitos Humanos definindo papéis e responsáveis com a finalidade de otimizar e aprimorar a execução das iniciativas e programas conduzidos pelas diferentes áreas corporativas envolvidas.

Também somos orientados por compromissos que nos ajudam a aplicar as melhores práticas corporativas de responsabilidade social, como:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas);
- Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Organização das Nações Unidas);
- Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Organização das Nações Unidas); e
- Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Saiba mais sobre o nosso trabalho com colaboradores na [página A-213](#), sobre o nosso trabalho com fornecedores na [página A-231](#) e sobre nossa atuação com clientes na [página A-225](#).

Para saber mais sobre nossos compromissos com Direitos Humanos [clique aqui](#).



Colaboradores

Área de Gestão de Pessoas

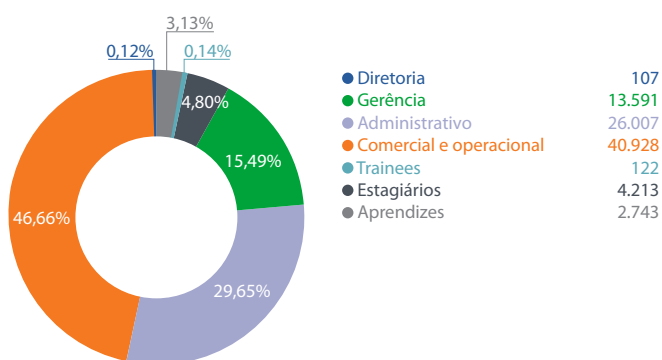
GRI 103-2 | 103-3 Atração, retenção e desenvolvimento



A Área de Pessoas tem como objetivo atrair, reter e desenvolver os talentos da organização, disseminar a cultura organizacional ([Nosso Jeito, detalhado no item Perfil](#)) e atuar como parceira das unidades de

negócio, na busca da performance sustentável e da satisfação dos clientes. Nossas ações são pautadas nas diretrizes estratégicas definidas pelo Comitê de Pessoas.

Nível hierárquico⁽¹⁾



(1) Gerência considera colaboradores que gerenciam pessoas. Administrativo considera colaboradores de áreas administrativas que não gerenciam pessoas. Comercial e operacional considera colaboradores das agências que não gerenciam pessoas.

A Área de Pessoas é composta por uma equipe de Produtos e Serviços de Recursos Humanos e por equipes de Consultoria de Pessoas (*business partners*), que são responsáveis por atender as necessidades das unidades de negócio ou administrativas do banco.

Buscamos profissionais que, além de possuir as competências necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, estejam comprometidos em aumentar a satisfação dos clientes e serem os líderes da organização no futuro.

Diversidade

GRI 103-2 | 103-3 Diversidade, equidade e inclusão

Como um tema reconhecido e valorizado em nossa cultura, a gestão da diversidade é realizada pela Área de Gestão de Pessoas e direcionada pela Política Interna de Valorização de Diversidade, com base em três princípios básicos: justa competitividade diante das diferenças, heterogeneidade dentro da organização (gênero, pessoas com deficiência, diversidade sexual, etnia/raça) e implantação de políticas e projetos de valorização e promoção da diversidade. Temos também diretrizes específicas, como a Política de Inclusão de Pessoa com Deficiência, o Programa Aprendiz e a Política de Direitos Humanos, veja mais [clcando aqui](#). Buscamos demonstrar a importância da valorização da diversidade sexual, de gênero, de etnia/raça, de pessoas com deficiência, geração ou crença, por intermédio de seminários, treinamentos e outras atividades que envolvem a comunicação interna, como palestras, materiais disponibilizados na intranet e vídeos. Dessa forma, promovemos o diálogo respeitoso e combatemos juízos de valores que levam à discriminação. Realizamos ainda *workshops* para os nossos fornecedores (empresas terceirizadas e especializadas em seleção e treinamento), bem como nossos gestores e suas equipes, com o objetivo de ampliar, disseminar e promover a valorização da diversidade.

Objetivos estipulados para 2016	Concluído/em andamento/não endereçado ou objetivo revisto	Quais são os resultados?
Reformular os temas de Diversidade no treinamento de lideranças	Concluído	Revisão do plano estratégico para todos os temas de treinamento para gerentes em cada tema envolvido na inclusão e gestão de colaboradores com deficiência. Os <i>workshops</i> já fazem parte do ciclo de treinamentos para todos os novos gestores do banco.
Diálogos de Diversidade	Em andamento	Com o objetivo de disseminar o tema para a organização, foram elaborados planos de diálogos com os diversos públicos da organização, de diversos níveis de cargos e áreas. Já foram realizados 41 encontros e outros estão já programados para esse ano e o próximo. Como resultado foi possível melhor adaptar as estratégias da área, através de um diagnóstico mais acurado da realidade dos nossos colaboradores.
Comunicação Institucional	Em andamento	Estamos revisando as políticas atuais de diversidade para melhor adaptá-las às novas estratégias da área. Além disso, o Portal de acesso interno está passando por reformulação para que as informações sobre os temas sejam de fácil acesso para todos os colaboradores. Em paralelo, será lançada uma campanha de diversidade que trata da importância das diferenças para o trabalho interno à organização e direto com o cliente, fomentando o respeito e a valorização das diferenças. Essa campanha será disponibilizada para todos os colaboradores do Brasil.



Objetivos estipulados para 2016	Concluído/em andamento/não endereçado ou objetivo revisto	Quais são os resultados?
Preparar os gestores e as equipes que recebem um novo colaborador com deficiência	Concluído	A preparação dos gestores e equipes para receber pessoas com deficiência se dá em três frentes principais: 1) Reformulação estratégica da cartilha sobre liderança de equipes com diversidade, resultando em um conteúdo mais assertivo que contém instruções cruciais para a liderança das equipes que contam com colaboradores com deficiências, mostrando claramente desafios e benefícios. 2) <i>Workshop</i> de quatro horas oferecidos a gestores que receberão um novo colaborador com deficiência para melhor equiparar o gestor para avaliar o colaborador com deficiência em termos de suas capacidades. 3) O posicionamento institucional da área de Diversidade em relação aos gestores, equipes e a Consultoria de Pessoas é um ponto focal para o esclarecimento de dúvidas e a gestão de conflitos.
Programa de Integração	Concluído	Consolidação de uma proposta para um programa de integração de pessoas com deficiência, estruturada na forma de rodízios entre diferentes áreas e participação em um programa de treinamento especializado. Essas duas formas em conjunto oferecem e garantem a qualificação de pessoas com deficiência, de forma que elas consigam assumir funções no banco com sólidas perspectivas de retenção e progresso na carreira dentro da instituição. Dessa forma, o objetivo é também desmistificar as dificuldades envolvidas na inclusão de pessoas com deficiência e suas condições para o desenvolvimento profissional.
Programa Formar – Desenvolvendo Pessoas com Deficiência	Em andamento	Programa de inclusão e encareiramento de Pessoas com Deficiência, fundamentado na atração e seleção com foco no alinhamento do perfil do candidato à área de atuação. Com duração de 12 meses, o programa promove ações de desenvolvimento – como treinamentos técnicos, comportamentais e mentoring – para impulsionar o crescimento profissional de acordo com a cultura da organização e capacita também os futuros gestores do colaborador. Um sistema de rodízio entre áreas é utilizado para aprofundar o rol de conhecimentos que o analista utilizará em sua área de alocação. A primeira turma, que contou com 20 participantes, está em rotação e a segunda turma teve início em dezembro de 2016.
Alinhamento com o treinamento de fornecedores de serviços	Concluído	O objetivo é garantir a eficácia dos programas de inclusão de pessoas com deficiência, que têm como fator central de sucesso a mobilização dos nossos <i>stakeholders</i> , parceiros indispensáveis à realização dos projetos nessa área. Como resultado, o objetivo é a implementação prática da proposta institucional de diversidade do banco.
Reposicionamento estratégico para atrair e selecionar profissionais com deficiência	Concluído	Preparação de critérios claros para a identificação de candidatos, melhorando o relacionamento e a divulgação em grupos focais em universidades, participação em debates e eventos referência em pessoas com diversidade, comparação de perfis de vagas com os perfis profissionais, incluindo considerar possibilidades de adaptação e necessidades para permitir que um colaborador execute suas funções.
Programa Acreditar – Inclusão de Pessoas com Autismo	Em andamento	O Programa Acreditar, que centraliza os projetos de inclusão de pessoas com deficiência intelectual da organização, foi ampliado para implementar um projeto piloto de inclusão de pessoas com autismo. Em outubro de 2016, dois consultores com autismo iniciaram suas prestações de serviço junto à organização. Duas gerências foram capacitadas para receber os dois consultores e auxiliá-los em seu desenvolvimento profissional, dando ênfase, sobretudo, às suas habilidades na execução das atividades.
Guia de Apoio ao Gestor Inclusivo	Concluído	Foi desenvolvido e lançado em 2016 um guia navegável (arquivo no formato PDF), estruturado em módulos, o que facilita a identificação do assunto em que o gestor possui dúvidas, conforme a seguir: Institucional: (1) Objetivo do guia de apoio ao gestor inclusivo; (2) O Itaú Unibanco e a valorização da diversidade. Legislação: (1) Contexto: um retrato da deficiência; (2) Lei de Cotas: garantias de acesso ao trabalho. Deficiências: (1) Conhecendo as deficiências; (2) Deficiência física; (3) Deficiência visual; (4) Deficiência auditiva; (5) Deficiência intelectual. Apoio à gestão – Instruções para você: Dessa maneira, incentivamos que os gestores leiam o material de acordo com a necessidade prática que eventualmente tenham, sem terem a obrigatoriedade de ler todo o conteúdo de uma só vez, o que poderia gerar uma desmotivação diante do tema.
Guia de Apoio ao Colaborador	Em andamento	A partir do guia aos gestores, está em desenvolvimento um PDF navegável, dentro do mesmo formato modular, direcionado a esclarecer dúvidas e trazer instruções aos colaboradores com deficiência, mas que também demonstre o papel de cada pessoa no fortalecimento da diversidade dentro da organização.
Mapeamento de Recursos de Acessibilidade	Em andamento	Com o objetivo de ter em base os recursos necessários de todos os colaboradores PCD (Pessoa com Deficiência) da organização, para fins de estratégias de Pessoas (a exemplo do Plano de Abandono do Local de Trabalho), demos início a uma força tarefa de mapeamento dos recursos de acessibilidade de todos os PCD registrados em nossa folha de pagamento. Além disso, o sistema integrado de pessoas está sendo revisado para abarcar todas essas informações (validadas com as consultorias especializadas, as áreas envolvidas e alguns colaboradores PCD, para que nenhum recurso deixe de ser contemplado no mapeamento. Em paralelo, a partir de novembro, todas as contratações de PCD passam a fazer parte de um novo fluxo que prevê a manutenção desse mapeamento.
Conversas com mulheres	Em andamento	A partir de conversas com mulheres de todos os níveis hierárquicos da organização, pretende-se captar o cenário do desenvolvimento profissional delas na empresa, e, consequentemente, trazer novas propostas de atuação sobre a temática de gênero.
Associação ao Movimento Mulher 360	Concluído	Participar de troca de experiências entre empresas, aprofundar estudos de casos específicos, produzir materiais que possam ser divididos entre os associados e apoiá-los, na medida em que há expertise a ser compartilhada, na elaboração de planos de ação em temas que desejarem avançar de acordo com os princípios do programa.



Objetivos estipulados para 2016	Concluído/em andamento/não endereçado ou objetivo revisto	Quais são os resultados?
Estruturar um método para monitoramento do desenvolvimento dos aprendizes durante o Programa Aprendiz	Concluído	Para garantir a melhoria do desempenho do aprendiz, criamos um método de análise para monitorar: • A assiduidade dos aprendizes no treinamento teórico e na plataforma de desenvolvimento complementar; • O desempenho em atividades práticas e a aderência comportamental em suas rotinas diárias; e • As atividades do aprendiz em relação à satisfação do cliente no nível da agência, contribuindo para o crescimento sustentável do negócio. Está em desenvolvimento um sistema para acompanhamento desse processo.
Revisão do processo institucional para aprimorar a utilização de aprendizes que atingem o fim de seu contrato de aprendizagem em todo o Brasil	Em andamento	Em reuniões de negócios semanais, estabelecemos um processo para desenvolvimento das carreiras dos aprendizes prontos para serem absorvidos pela instituição como estagiários na rede de agências ou em cargos iniciais na instituição. Com base em um processo definido, coordenamos com a Área de Seleção um fluxo contínuo para mapear as vagas disponíveis e enviar os jovens aos processos de seleção.
Acompanhamento presencial com gestores e aprendizes em nível Brasil	Em andamento	Acompanhamento na rede de agências com gestores e aprendizes com o objetivo de mapear melhorias e processos consolidados nas frentes de Admissão, Desenvolvimento e Encarreamento.
Sensibilizar, envolver e engajar os principais stakeholders da organização nas questões de raça	Em andamento	Em parceria com uma consultoria especializada no tema de raça para promoção de igualdade no local de trabalho, atingimos até o momento os seguintes resultados: • Agenda periódica com a alta liderança do RH para reporte, alinhamento e avaliação dos planos de ação voltados para questões de raça; • Fórum periódico junto a Atratividade e Seleção visando buscar iniciativas para contratação de negros; • Sensibilização das áreas: Consultoria de Pessoas, Atratividade, Seleção e Seleção de Fornecedores; e • Palestras em diferentes universidades com tema Diversidade Racial no Ambiente de Trabalho, com debates ricos sobre o tema e posterior criação de um banco de candidatos com os alunos presentes. Em andamento ainda temos as seguintes ações: • Sensibilização da área Jurídica do banco; • Sensibilização da área de Marketing, para comunicações externas e internas; • Novas palestras em universidades; e • Estudo de ações para 2017.
Adesão ao Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça	Concluído	Realizamos um diagnóstico na organização sobre práticas focadas em eliminar a discriminação de gênero e raça. Em seguida, foram preparados planos de ação para melhora qualitativa das práticas existentes, elaborando ações no eixo de gestão de pessoas e de cultura organizacional. Com esse compromisso firmado, validado a cada dois anos, nos comprometemos a seguir o plano, legitimando as intenções da organização.
Criar grupo de trabalho com diferentes áreas da organização, com objetivo de fortalecer e fomentar todos os pilares de diversidade nas diversas ações institucionais de negócio	Concluído	Em reuniões com periodicidade quinzenal ao longo do ano, conseguimos envolver representantes de mais de dez equipes diferentes. Nesses encontros são compartilhadas ações previstas e em andamento de cada área, troca-se experiências, contatos e indicações para novas iniciativas, tendo como objetivo final abordar todos os temas de diversidade na organização.

Nosso perfil de diversidade

	Total ⁽¹⁾	% em relação ao total de colaboradores	Iniciativas de destaque em 2016
Mulheres	52.597	59,96	Em 2016, conduzimos uma sequência de ações de aproximação do tema de gênero junto à estratégia da organização, que resultou em um plano de entendimento da percepção das mulheres em relação ao assunto. A partir da consolidação de um diagnóstico envolvendo indicadores quantitativos e conclusões qualitativas, estruturaremos o plano de ação para 2017. Em 31 de dezembro de 2016, segundo relatório do banco, 50,7% dos cargos de gestão são ocupados por mulheres, e o nosso Comitê Executivo inclui uma mulher.
Negros	18.082	20,60	Todas as ações realizadas em 2016 focadas para questões de raça na organização foram importantes em termos de resultados e lições aprendidas. Entendemos a importância de seguir com a estratégia inicial, de levar o tema a discussões abertas em fóruns formais, sensibilizando todos os stakeholders do RH e, de forma transversal, levando o debate aos gestores e colaboradores, para conseguirmos medir a médio prazo os resultados no quadro de funcionários (maior quantidade de colaboradores negros).
Pessoas com Deficiência	3.998	4,50	Após realizamos um diagnóstico detalhado com base em dados qualitativos e quantitativos sobre a atual situação da organização, definimos que a atuação do Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência em 2016 terá como foco o alinhamento da capacitação e do perfil profissional dos colaboradores com deficiência à atividade que desempenham. Em paralelo, centralizamos um plano de ação de sensibilização e orientação de gestores para que estejam engajados e empoderados a desempenharem seu papel como líderes de equipes diversificadas, fator essencial para o desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência.
Aprendizes	2.743	3,10	Em 2016, atuamos no processo de fluxo de encarreamento dos aprendizes, estruturamos uma proposta de acompanhamento de gestores/aprendizes e atuamos no processo de internalização da folha de aprendiz.

(1) Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2016: Itaú Unibanco S.A., Itaú Corretora de Valores, Hipercard Banco Múltiplo, Itaú Unibanco Holding, Microinvest S/A, Banco Itaú, BMG Consignado, Provar Negócios, Luizacred S.A., Credicard Promotora, Fic Promotora, Redecard S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú BMG, Itaúseg Saúde S/A, Kinea Investimentos, Banco Itaúcard S/A, Icarros Ltda., Pro-Imóvel Promotora, Itaú Adm Prev Ltda., Marcep e Banco Itaú BBA S.A.



Saúde e segurança dos colaboradores

GRI 103-2 | 103-3 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar

Contamos com uma área específica para gerenciar, manter e desenvolver atividades que contribuam de forma permanente à segurança do trabalho, das instalações, equipamentos e ferramentas que utilizamos em nossos negócios. Por meio de políticas e procedimentos internos conhecidos como RP (Regulamento de Pessoal), estabelecemos diretrizes institucionais para as questões que envolvem a Segurança e Medicina do Trabalho, os quais fornecem suporte para o modelo de gestão de saúde ocupacional, tais como:

Saúde

Programa de reabilitação e readaptação profissional e suporte ao retorno ao trabalho

Esse programa consiste em uma equipe de médicos e psicólogos treinados para apoiar e orientar o colaborador, ajustando progressivamente suas atividades às suas limitações de saúde, para que ele possa retomar plenamente as suas funções após a conclusão do plano de readaptação.

Reabilitação profissional

Projetado para reintegrar o colaborador ao mercado de trabalho após um período de licença, por meio de reeducação ou readaptação. A elegibilidade ao programa baseia-se em critérios da Previdência Social (INSS).

Programa Fique OK

É um programa de apoio pessoal disponível para todos os nossos colaboradores e seus familiares. O programa é operado por uma equipe multidisciplinar, com atendimento contínuo por telefone (durante toda a noite e fins de semana em casos de emergências), sete dias por semana, de forma rápida, confidencial e gratuita.

Exames médicos ocupacionais

Presta esclarecimentos sobre os cinco tipos de exames médicos, que atendem aos requisitos da Norma Regulamentadora NR7, do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual institui a obrigatoriedade do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional). O objetivo desse programa é o de promover e preservar a saúde do colaborador, bem como prevenir e garantir um diagnóstico precoce de doenças relacionadas às atividades pertinentes ao local de trabalho ou ao próprio trabalho do colaborador.

Avaliação clínica complementar

Essa política estabelece procedimentos e responsabilidades em relação às licenças para tratamento de saúde mediante a apresentação de um atestado médico. O objetivo dessa política é o de ampliar o escopo de monitoramento da saúde do colaborador, bem como estabelecer as condições e regras para a apresentação de documentos, registro da licença médica (atestado médico) e a aprovação da ausência do colaborador.

Programas de saúde e bem-estar

Nossas ações e programas focados em educação para a saúde são concebidos no sentido de prevenir doenças e aconselhar a incorporação de um estilo de vida mais saudável e equilibrado. São direcionados tanto para nossos colaboradores quanto seus familiares, envolvendo as comunidades em torno de nossos centros administrativos, sempre que possível. Essas iniciativas incluem:

Programas/serviços	Descrição	Número de colaboradores participantes
Atendimento nutricional	Oferece atendimento clínico nutricional. Oferecido aos centros com o maior número de colaboradores: CE, CAT, CT, ITM e CA Brigadeiro.	Um total de 1.754 pessoas atendidas
Academia	Temos parcerias com academias que oferecem descontos aos colaboradores, além de instalações próprias em alguns de nossos escritórios.	4.072 colaboradores
Check-up	São elegíveis ao <i>check-up</i> diretores, conselheiros, superintendentes, especialistas nível superintendente, gerentes da administração central e especialistas nível gerente do nosso grupo.	Cerca de 2.864 executivos elegíveis
Política de Apoio às Mães e Gestantes	A Política de Apoio às Mães e Gestantes estabelece várias regras, procedimentos e benefícios a serem oferecidos às colaboradoras durante a gravidez e mães que retornam da licença-maternidade, com vistas a atender aos seus requisitos de saúde física e psicológica.	Em 2016, aproximadamente 2.568 colaboradoras aderiram à Política de Apoio às Mães e Gestantes.



Programas/serviços	Descrição	Número de colaboradores participantes
Programa Saúde da Mulher	Esse programa foi concebido para promover ações de saúde preventiva, comportamental e reprodutiva da mulher por meio de palestras presenciais, informativos, orientações eletrônicas e intranet corporativa. • Bebê a Bordo: programa focado nas orientações fundamentais e necessárias a serem adotadas durante os primeiros meses de gestação, como nutrição da gestante, primeiros cuidados com o recém-nascido, questões psicológicas, etc. • Canto da Mamãe: espaço para retirada e armazenamento do leite materno durante o expediente. • Bebê em Casa: visita de enfermeira especializada na primeira semana pós-parto na residência da colaboradora para orientar sobre o aleitamento materno e primeiros cuidados com o recém-nascido. O Programa está disponível para as colaboradoras nas unidades de São Paulo e da grande São Paulo.	Bebê a Bordo: 1.329 pessoas Canto da Mamãe: 238 colaboradoras Bebê em Casa: 836 famílias
60 dias adicionais de licença-maternidade, de acordo com o Programa Empresa Cidadã	Somos signatários do "Programa Empresa Cidadã", o qual também é aberto a colaboradoras de acordo com a empresa para a qual estão destacados, sendo que a adesão é facultativa. Um período adicional de 60 dias de licença-maternidade começa no dia imediatamente posterior ao fim do período da licença concedida conforme a legislação trabalhista.	Do número total de colaboradoras que começam a licença maternidade, 95% aderiram à extensão sob o Programa Empresa Cidadã. Adicionalmente, 98% das colaboradoras que retornaram da licença-maternidade em 2015 permaneceram em seus postos de trabalho durante pelo menos 12 meses após o seu retorno.
Licença-paternidade	Um benefício que permite ao colaborador prolongar a licença-paternidade por 15 dias. Dessa forma, além dos cinco dias aos quais já tem direito por lei, outros 15 dias podem ser solicitados.	O programa foi lançado em janeiro de 2017, sendo que os colaboradores com filhos nascidos após 27 de dezembro de 2016 podem solicitar esse período de licença adicional.
Jornada de trabalho	Na rede de agências e posteriormente ao registro apropriado no relógio de ponto eletrônico, introduzimos um processo para desativar as estações de trabalho para garantir que os colaboradores não permaneçam no seu posto de trabalho após o registro de saída ao fim da jornada de trabalho.	Número de colaboradores elegíveis para o relógio de ponto eletrônico: 66.520 em dezembro de 2016.
Férias	Alteramos o processo operacional para a solicitação de férias, permitindo aos colaboradores registrar o seu período de férias com a opção de dividir o período e/ou receber em dinheiro por dez dias de suas férias. Sob esse novo processo, uma vez que o colaborador tenha registrado as informações, os gestores devem aprovar a solicitação no sistema a fim de confirmar o período.	100% dos colaboradores
Programa Fique OK	Programa de apoio pessoal disponível para todos os nossos colaboradores e seus familiares. O programa inclui uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, advogados, nutricionistas, fisioterapeutas, personal trainers, veterinários e consultores financeiros, entre outros. O atendimento é feito por telefone de forma rápida, gratuita e confidencial.	Atendimento Telefônico: 144.449 ligações/15.812 pessoas Atendimento Presencial: 146 pessoas impactadas
Vacina da gripe	Vacinação oferecida gratuitamente a todos os colaboradores e estagiários, no local de trabalho e por meio de clínicas credenciadas.	Aproximadamente 62.350 colaboradores
Programa de readaptação profissional e programa de reabilitação profissional	Detalhados no item acima.	1.579 colaboradores

Segurança

CIPA e representantes de segurança

Estabelecem as responsabilidades e ações necessárias para garantir a conformidade às portarias 3.214/78 e SIT 14/07 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Essas regem a organização obrigatória de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e, dependendo da extensão das suas responsabilidades, exigem a nomeação de um representante da segurança no local de trabalho (RSLT) treinado na prevenção de acidentes.

Atividades	Descrição
SIPATs (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho)	Realizada anualmente nos principais centros administrativos da organização com foco na prevenção e sensibilização do tema acidentes de trabalho. Essa iniciativa é realizada em conjunto com a CIPA, que representa 40% do total de colaboradores ⁽¹⁾ , contendo integrantes de diferentes níveis hierárquicos, tais como gestores, coordenadores e analistas. GRI 403-1 Para as agências é disponibilizado conteúdo da SIPAT através do Portal corporativo, na página de Segurança do Trabalho.
Investigação de Acidentes com Ações Preventivas	Análise das causas dos acidentes para um esforço adicional na prevenção e identificação de outras situações. Abrange todos os colaboradores.
Análise Ergonômica dos Postos de Trabalho	Prevenção do desconforto do colaborador na realização das atividades diárias, incluindo a verificação das condições de mobiliários (mesas e cadeiras), equipamentos, homologação de acessórios ergonômicos, descrição das atividades realizadas, organização das jornadas e do local de trabalho. Essa iniciativa é conduzida no ambiente de trabalho de todos os colaboradores da empresa.
Levantamento Ambiental	Visita às unidades para levantamento dos níveis de temperatura, iluminação, ruído, velocidade e umidade relativa do ar, para se adequar à legislação. Essa iniciativa é conduzida no ambiente de trabalho de todos os colaboradores e setores da empresa.



Atividades	Descrição
Treinamentos de Saúde e Segurança	Ajuste ergonômico: fornece informações sobre ergonomia aos operadores de teleatendimento, orientando quanto à utilização correta do mobiliário e equipamentos. O treinamento é ministrado por especialistas em segurança ocupacional nas centrais de teleatendimento de São Paulo. Periodicamente é conduzida uma reciclagem via <i>e-learning</i> . Representantes de Segurança no Local de Trabalho: nas unidades da empresa onde não é exigida uma CIPA, realizamos treinamento <i>e-learning</i> de assuntos relacionados à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Esse treinamento é projetado para gestores e supervisores de agências. Segurança e Saúde do Trabalhador (NR-1): os colaboradores recebem via <i>e-learning</i> todas as orientações relacionadas à prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais. Ergonomia para Operadores de Caixa: após a instalação de nova versão de guichês de caixa nas agências, todos os operadores de caixa são treinados quanto ao uso correto das novas instalações.
Avaliação de Posto de Trabalho	Visando proporcionar maior conforto aos colaboradores (inclusive PCD), a equipe de Técnicos e Engenheiros da Segurança do Trabalho realiza a avaliação individual do posto de trabalho para melhorar as condições de postura na realização das atividades.
Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	Consiste na avaliação das unidades de negócio, visando identificar os riscos físicos, químicos e biológicos no ambiente, propondo adequações para eliminação da exposição a esses riscos.
Elaboração de Laudos de Insalubridade e Periculosidade	Inspeções no local feitas em unidades de negócios específicas para identificar condições insalubres ou perigosas, conforme exigido pela legislação brasileira. Realizadas em todos os locais de trabalho onde os colaboradores estão potencialmente expostos aos riscos ambientais.

(1) Refere-se ao percentual sobre o total de colaboradores em polos administrativos, excluindo as agências, Unidades Internacionais e polos terceirizados.

A empresa utiliza indicadores e regras internas para gerir os programas relacionados com Segurança e Saúde Ocupacional.

As questões de Saúde e Segurança Ocupacional são também abordadas nos Acordos Coletivos com sindicatos e na Subcomissão da Segurança e Saúde Ocupacional da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Nossos colaboradores não estão sujeitos a doenças ocupacionais específicas. Incidentes decorrem principalmente do descuido ou atitudes inseguras por parte dos colaboradores, como quedas no deslocamento entre a sua residência e a empresa e vice-versa, sobre os quais a empresa não tem qualquer controle de gestão.

Veja mais detalhes sobre índices relacionadas com a segurança e saúde ocupacional na [página A-280](#).

Performance

Meritocracia

Meritocracia é nossa forma de fazer gestão de pessoas e acreditamos que é essa prática que nos colocará no grupo das mais extraordinárias empresas globais. Para nós, meritocracia é liderar pessoas, reconhecendo-as e diferenciando-as de acordo com seu desempenho relativo.

Fazem parte desse exercício os *feedbacks* honestos e transparentes, a oferta de oportunidades de desenvolvimento adequadas às necessidades de cada colaborador e também o papel do colaborador de buscar continuamente as melhores oportunidades.

Para isso, apoiamo-nos em ferramentas de avaliação de desempenho e na promoção do desenvolvimento, que detalharemos a seguir.

Ciclo de Meritocracia

A avaliação de performance faz parte do Ciclo de Meritocracia e visa avaliar o desempenho do colaborador durante o período de um ano. Para tanto, utilizamos três ferramentas de avaliação:

• **Metas (Eixo X):** tem a finalidade de avaliar o que foi entregue por meio da análise anual dos resultados conquistados pelo colaborador, definidos com base em metas e níveis de atingimento determinados previamente.

• **Atitudes comportamentais (Eixo Y):** tem a finalidade de avaliar como os resultados foram alcançados pelo colaborador, a partir da análise de comportamentos considerados como fundamentais pela organização, definidos com base em nossa cultura corporativa, o Nosso Jeito (para mais informações sobre o Nosso Jeito e a Nossa Cultura, na [página A-26](#)).

• **Planejamento Estratégico de Pessoas (PEP):** consolidação das notas relacionadas à avaliação de metas e à avaliação do comportamento a fim de analisar o desempenho relativo do colaborador frente a seus pares, de maneira colegiada.

Na avaliação do exercício findo em dezembro de 2015⁽³⁾, aproximadamente 45.794 colaboradores foram avaliados como parte do PEP (incluindo unidades externas), o que corresponde a cerca de 51% do total de nossos colaboradores.

No fim de cada processo, nossos colaboradores recebem um *feedback* que visa apresentar seus pontos fortes e oportunidades de melhoria. O processo de *feedback* proporciona ideias para a criação de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para cada colaborador.

Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

Visando o desenvolvimento contínuo e estruturado de cada colaborador, em 2016, 100% dos diretores e superintendentes e 84% dos gerentes fizeram seu PDI. Todos os planos foram discutidos em um Comitê de Desenvolvimento, no qual o histórico de performance e o momento de carreira são considerados em uma discussão sobre desenvolvimento, a fim de definir ações de consequências. Esse exercício é recomendável, mas tem caráter opcional para os níveis de coordenador e analista.

(3) As informações do exercício de 2016 não estavam disponíveis até a data da publicação.



Os operadores de caixa e colaboradores que trabalham nas agências são avaliados por meio do processo de avaliação chamado Trilhas, com base nos resultados que trazem para o Itaú Unibanco, no Eixo Y e na percepção de estarem prontos para o próximo nível de carreira. Uma vez por semestre, de forma similar ao Eixo X, os resultados são observados a partir do planejamento estratégico do banco e levados até as agências, com a performance do colaborador na agência recebendo uma nota que comporá a sua Trilha. Como no PEP, o colaborador é classificado em grupos de acordo com três perspectivas avaliadas (Eixo Y, resultados e prontidão). Decisões sobre sua carreira são tomadas no processo Trilhas. No segundo semestre de 2015, foram avaliados 36.626 colaboradores, o que representa 43,68% do nosso quadro.

Os demais colaboradores participam somente de uma avaliação individual (avaliação de metas e avaliação de comportamento) ou de outros modelos específicos de avaliação. Isso garante que 100% dos colaboradores elegíveis da organização sejam submetidos a alguma avaliação de desempenho. O processo referente a 2016 ainda está em andamento. [GRI 404-3](#)

Treinamento e desenvolvimento

A Escola de Negócios Itaú Unibanco atua na construção de soluções de aprendizagem alinhadas à cultura e às estratégias da organização, disponibilizando programas específicos de capacitação que abrangem temas técnicos e comportamentais, por meio do uso de várias metodologias e mídias.

A nossa área de treinamento promove ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo de equipes e lideranças, uma vez que considera as pessoas absolutamente relevantes para a perenidade e sustentabilidade dos negócios, possibilitando resultados e benefícios para os acionistas, para os colaboradores e para a sociedade.

Em nosso Portal Corporativo encontram-se as políticas sobre treinamento, educação e desenvolvimento, que fornecem diretrizes sobre planejamento e ações de educação corporativa para as lideranças e suas equipes. Em 2016, investimos R\$ 131 milhões* em capacitação, com a formação de mais de 4.598 turmas de treinamentos presenciais.

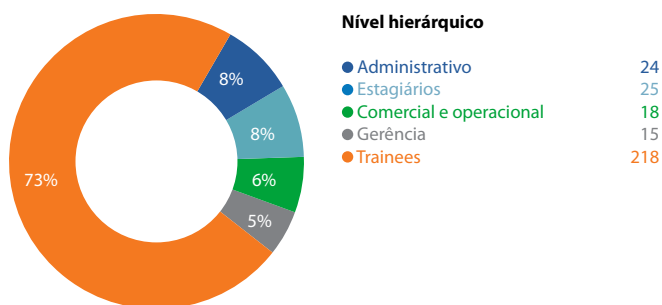
Para melhor gestão dos treinamentos, utilizamos dois tipos de indicadores: de processo (orçamento, volumetria e eficiência) e de qualidade (reação, aprendizagem, aplicabilidade, impacto no negócio e retorno sobre o investimento), os quais garantem a obtenção de dados para a melhoria dos nossos programas.

Veja mais informações sobre treinamento na tabela da [página A-281](#).

Escola Itaú Unibanco de Negócios em números

- Taxa média de adesão dos treinamentos: **92%**.
- Número de colaboradores treinados: **91.897** em atividades presenciais (pode apresentar um mesmo colaborador participando em mais de um programa).
- **947.744** participações em treinamentos a distância.
- **7.276** bolsas de estudo, sendo **1.427** concedidas pelo programa de incentivo à pós-graduação, **5.500** determinadas pela Convenção Coletiva de Trabalho 16/17 e **349** para o estudo de idiomas.
- Um total de **1,4** milhão de horas (horas presenciais).
[GRI 404-2](#)

Média de horas de treinamento por colaborador



Formação da liderança

A partir da adoção de uma estratégia de formação de líderes, que inclui coordenadores, gestores, superintendentes e diretores, procuramos assegurar a performance sustentável de nossos negócios, por meio de iniciativas e ferramentas voltadas ao desenvolvimento.

Em 2014, nos impusemos a meta de capacitar em até dois anos todos os coordenadores e gerentes em nosso programa corporativo de liderança, fundamentado em três temas: gestão de pessoas e desempenho, *workshops* de ética e boas práticas trabalhistas na gestão de pessoas. Essa meta foi atingida com sucesso e 99,9% dos gestores passaram pelo programa.

Para 2016, mantivemos a estratégia de capacitar os gestores nos três temas acima que foram revisados conforme necessidade e diretrizes corporativas, além de complementar o programa de liderança com outros temas de sobre gestão de pessoas, clientes, riscos e negócios bancários. Foram capacitados no ano 8.111 gestores.

* Esse montante refere-se especificamente aos treinamentos promovido pela Escola de Negócios.



Além dos treinamentos corporativos, oferecemos ações específicas de capacitação alinhadas ao estágio de carreira alcançado por cada executivo e customizado em relação ao seu Plano de Desenvolvimento Individual, incluindo soluções de treinamento presenciais e a distância como plataformas on-line de educação continuada, cursos de idiomas, programas de pós-graduação, MBA, seminários, congressos e cursos de curta duração no Brasil e no exterior.

Programa de Oportunidade de Carreira (POC)

GRI 404-2

O Programa de Oportunidade de Carreira (POC) é a nossa ferramenta de mobilidade interna, por meio do qual colaboradores e estagiários são incentivados a serem protagonistas, buscando oportunidades alinhadas às suas expectativas de carreira, e gestores podem identificar pessoas de diferentes áreas que tenham perfis aderentes às suas vagas.

Um dos principais objetivos dessa ferramenta é potencializar o aproveitamento interno de nossos colaboradores,

permitindo a ampliação de horizontes de desenvolvimento e estimulando o protagonismo de carreira. Em 2016, 1.957 colaboradores foram transferidos sob esse programa.

As oportunidades disponíveis são anunciadas internamente aos colaboradores por meio do portal corporativo. As vagas podem ser consultadas de acordo com a localização, departamento e cargo, entre outros filtros. Além disso, os colaboradores podem registrar seu interesse prévio para até três áreas executivas e seis carreiras. Sempre que uma vaga se torna disponível para as carreiras e áreas escolhidas, um alerta é enviado por e-mail, notificando-os da sua elegibilidade para os cargos em questão.

Programas de talentos

Para garantir a sustentabilidade de nossos negócios, precisamos preparar líderes para os futuros desafios. Baseados nessa premissa, conduzimos programas de atração e desenvolvimento para suprir e formar nossa futura liderança.

Programa	Descrição	Recrutamento	Taxa de retenção
Estágio Corporativo	Tem como objetivo atrair e desenvolver jovens em diferentes competências técnicas, experiências práticas e comportamentais, fortalecendo, assim, o nosso banco de talentos. Os participantes são avaliados por um processo estruturado. No Programa Corporativo, há a possibilidade do estagiário obter mobilidade entre áreas para estágio ou uma eventual efetivação, participando do programa #Encarrear.	3.982 recrutados em 2016 (1.442 no Programa Corporativo e 2.540 no Programa da Rede de Agências)	53% Calculados considerando o seguinte público: estagiários admitidos entre jan./14 e dez./16. Cálculo: estagiários efetivados, dividido por total de estagiários recrutados, menos estagiários ativos.
Trainee	A finalidade do programa de trainee é atrair e desenvolver os melhores talentos e transformar o alto potencial desses jovens em performance excepcional. O programa possibilita a rotação de trainees em diversas unidades de negócios e inclui um plano de desenvolvimento, um programa de mentoring e treinamentos em parceria com as melhores escolas de negócio do Brasil.	123 recrutados para programa de 2016	97%
	O objetivo do Programa de Pós-Trainee é acelerar a carreira do ex-Trainee que possua alta performance, para que possa assumir posições de liderança depois de um ano. Este programa é composto por três pilares: visão estratégica, mindset global e liderança.	Um total de 26 ex-trainees compõem o Programa de Pós-Trainee atual, selecionados a partir do grupo de 2015 de trainees.	96% do grupo de 2015
Fellows	Tem como objetivo formar a futura liderança da área de Tecnologia e Operações do banco, por meio da atração dos melhores talentos do mercado, com participação em projetos de relevância, que contribuam para o processo de transformação do banco.	1ª turma: 17 recrutados em 2015	94% até dezembro de 2016
Patrocínio Internacional (MBA, Master, Sloan e LLM)	A proposta do programa é desenvolver nossos colaboradores por meio da realização de programas de MBA/Sloan/MASTER (LLM – Master of Laws/MIF – Master in Finance) nas melhores escolas de negócios dos Estados Unidos e da Europa, com o monitoramento da área de Talentos e dos executivos.	13	100%
Programa MBA associado	Recrutamos estudantes das melhores escolas de negócios de EUA e Europa para estágios de verão em nossa organização. Os alunos de MBA ficam no Itaú de 9 a 12 semanas. Durante o ano, visitamos mais de oito universidades no exterior.	16	MBA associada no verão: não aplicável
	Recrutamos estudantes das melhores escolas de negócios americanas e europeias para oportunidades em tempo integral em nossa organização.	5	100%
Job Swaps e Expatriação	O objetivo é oferecer aos nossos colaboradores a oportunidade de trabalhar em uma de nossas unidades internacionais. <i>Job Swap</i> (programa de intercâmbio): desenvolvimento de um projeto de curta duração (três a seis meses, com a possibilidade de extensão por 12 meses improrrogáveis) em uma de nossas unidades externas. Expatriação: o colaborador assume uma posição em uma de nossas unidades externas por longo período de tempo (a partir de 12 meses a dois anos podendo prorrogar-se por tempo indefinido).	Em 2016: Expatriados: 25 <i>Job Swap</i> : 38	100% 100%



Pesquisa Fale Francamente

Realizada anualmente com todos os colaboradores no Brasil e nas Unidades Internacionais, a pesquisa Fale Francamente mede o grau de satisfação dos colaboradores com relação ao ambiente organizacional e à gestão de pessoas.

Em 2016, a pesquisa informou índice de satisfação de 85% em 89% de todos os colaboradores que participaram voluntariamente. Em comparação com o ano anterior, o resultado geral apresentou um crescimento de três pontos percentuais.

Esse é um momento importante para entender o caminho que estamos percorrendo na construção de um ambiente de trabalho cada vez melhor para nossos colaboradores.

Ano-base	Unidades	% de colaboradores que responderam	% de satisfação
2014	Brasil e Unidades Internacionais	89	80
2015	Brasil e Unidades Internacionais	88	82
2016	Brasil e Unidades Internacionais	89	85

Os resultados da pesquisa são encaminhados a todos os gestores e ao pessoal do banco, que podem acessar não apenas o resultado geral, mas também os números de suas próprias áreas. Por meio desses resultados, gestores e colaboradores são incentivados a se reunirem para analisar os resultados de sua área e traçar um plano de ação. Para ajudar gestores e colaboradores nessa etapa de elaboração e definição de um plano de ação, disponibilizamos uma ferramenta que chamamos de Guia de Práticas, desenvolvido com o objetivo de orientar os gestores e equipes para a realização de ações que impactem positivamente os aspectos do clima e gestão de pessoas. Ele é composto de 12 melhores práticas e deve ser adotado de acordo com a necessidade de cada área.

Além disso, a área de Clima Organizacional gera estudos a partir do resultado global, dividindo o índice de satisfação por amostras (por exemplo: corporativo vs. rede de agências) e demografias, para conhecimento do Comitê Executivo e definição de estratégia para o próximo ano.

Pesquisa sobre as melhores empresas

O Itaú Unibanco participa de quatro pesquisas externas relacionadas ao conceito Melhores Empresas para Trabalhar, visando monitorar de forma abrangente práticas de gestão e compará-las a outras empresas do mercado. O foco dessas pesquisas é a análise de aspectos de gestão do clima organizacional. O Instituto *Great Place to Work* organiza essa pesquisa em parceria com a revista *Época*, a consultoria Aon em parceria com a revista *Valor Carreira*. Finalmente, as duas últimas pesquisas são conduzidas pela Fundação Instituto de Administração (FIA) em parceria com a revista *Você S/A* – uma dessas, uma pesquisa de satisfação com jovens. Os Institutos

selecionam mais de cinco mil colaboradores aleatoriamente para responder às pesquisas.

Em 2016, o Itaú Unibanco foi eleito uma das Melhores Empresas para Trabalhar em todos os *rankings* mencionados acima.

Reconhecimento

Anualmente, realizamos o Prêmio Walther Moreira Salles, uma das nossas mais importantes formas de reconhecimento, cujo propósito é realçar o valor de nossa cultura organizacional, reconhecendo projetos e práticas excepcionais de nossos colaboradores.

Essa premiação contempla projetos e gestores que alcançaram resultados excepcionais nos temas eficiência, satisfação de clientes, inovação, gestão de risco e liderança. Cada vencedor recebe um troféu e um número determinado de nossas ações, distribuídas igualmente entre os vencedores. Na edição de 2016 tivemos 565 inscrições, 12 projetos finalistas e três líderes finalistas e, por fim, 40 colaboradores premiados.

Remuneração⁽⁴⁾

[GRI 102-36](#) | [GRI 103-2](#) | [103-3 Diversidade, equidade e inclusão](#)

Política de remuneração fixa e variável

O objetivo da remuneração fixa é reconhecer a competência e a senioridade de um profissional. Os colaboradores podem ter sua remuneração fixa alterada de acordo com a nossa política de promoção e mérito, que leva em consideração o desempenho consistente do indivíduo no exercício de suas responsabilidades. A remuneração fixa de nossos colaboradores, acrescida de encargos e benefícios, totalizou aproximadamente R\$ 14 bilhões em 2016.

Já a remuneração variável reconhece o nível de desempenho individual, o resultado financeiro atingido pelo banco e sua sustentabilidade em curto, médio e longo prazos. Cada colaborador possui metas a serem atingidas que estão atreladas à estratégia de cada área e que, por sua vez, refletem a nossa estratégia global.

A nossa política de remuneração fixa e variável está alinhada às práticas de mercado e nossas estratégias de remuneração conforme a unidade na qual atua cada colaborador. Esse alinhamento é aferido anualmente por meio de uma pesquisa de remuneração conduzida por consultorias especializadas. Também participamos de pesquisas conduzidas por outras empresas e participamos de fóruns especializados no tema.

Nosso modelo de governança é supervisionado por um comitê que envolve nossa Alta Administração e estabelece princípios

(4) Detalhes sobre as companhias do Itaú Unibanco Holding no Brasil administrados pela área de Recursos Humanos (exceto Unidades Internacionais).



e diretrizes gerais, em linha com as práticas de mercado e regulamentações. Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura Administrativa, Comitê de Remuneração](#) para mais informações sobre as práticas de remuneração.

Adicionalmente, reajustes na remuneração e a participação nos lucros e resultados são garantidos a nossos colaboradores, com base em acordos e convenções coletivas de trabalho firmados com os sindicatos de cada categoria profissional.

Os nossos programas de remuneração variável são:

Tipos de remuneração variável	Descrição
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	Distribuição de um percentual de nosso lucro líquido, limitado a um valor definido em acordo de convenção coletiva firmado com o respectivo sindicato.
Participação nos Resultados (PR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa performance nos negócios (exemplo: performance de uma área de negócio) e do desempenho individual do colaborador.
Programa de Participação Complementar nos Resultados (PCR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa performance corporativa (exemplo: performance do Itaú Unibanco Holding) e consiste no pagamento de um valor definido em acordo com o respectivo sindicato.
Programa de Remuneração por Alto Desempenho (PRAD)	Participação complementar nos resultados para 30% dos colaboradores mais bem avaliados, não participantes de programas de PR. Esse programa depende também dos resultados do conglomerado.
Performance Diferenciada (PD)	Performance Diferenciada (PD) é um programa que abrange os colaboradores em cargos de liderança ou cargos similares do nosso conglomerado. Outorga remuneração na forma de nossas ações preferenciais (ITUB4) de forma diferida. Esse modelo considera a avaliação individual e visa premiar os profissionais que foram destaque em resultados e em comportamento. Tem o objetivo de fortalecer a gestão de pessoas, o autodesenvolvimento e o desenvolvimento das equipes.

Programa de Sócios: adotamos um programa de incentivo de longo prazo que reconhece e destaca os profissionais que fazem a diferença e lideram a construção do futuro do conglomerado, bem como reforçam e disseminam a visão e a atitude de "dono do negócio", fortalecendo e propagando a Nossa Cultura. Nos termos desse programa, os colaboradores e administradores, sócios ou associados, poderão investir parte de sua Participação nos Lucros na aquisição de nossas ações, recebendo uma contrapartida do banco em ações. Para mais detalhes veja a [página A-75](#).

Benefícios GRI 401-2

Oferecemos diversos benefícios firmados nos acordos e convenções coletivas de trabalho com os respectivos sindicatos, que cobrem obrigações como vale-refeição, cesta-alimentação, auxílio-creche/babá, vale-transporte, etc. Esses benefícios são oferecidos somente para colaboradores ativos que atuam no Brasil e que estejam na folha de pagamento, inclusive colaboradores com jornada de trabalho reduzida ou contratados durante um período definido.

Disponibilizamos, também, um pacote de benefícios, com taxas e descontos diferenciados em produtos bancários, programas de parcerias, planos de saúde com ampla rede credenciada, além de outros programas voltados à saúde e ao bem-estar dos nossos colaboradores, tais como:

Programa	Descrição
Assistência Médica e Odontológica	• Atualmente, 87.080 colaboradores estão cadastrados no plano médico e 65.251 estão cadastrados no plano odontológico.
Previdência Privada Complementar	• São 22 planos de previdência complementar administrados por duas entidades fechadas e uma entidade aberta. Os objetivos principais desses planos são dois: complemento ao benefício da Previdência Social e manutenção do padrão de vida na aposentadoria. • Fizemos contribuições aos nossos planos de pensão de aproximadamente R\$ 239 milhões em 2016. Devido à adesão voluntária, temos 70% dos colaboradores participando de algum dos planos que oferecemos.
Seguro de Vida Coletivo	Prevê o pagamento de indenização em caso de óbito ou invalidez do beneficiário. O plano prevê ainda a inclusão automática de cônjuge e filhos e a ampliação da garantia de assistência funeral. Os colaboradores que dispõem de seguro de vida têm a opção de contratar um seguro de vida complementar, aumentando assim o capital segurado.
Produtos e serviços financeiros com descontos para colaboradores (financiamentos, consórcios, seguros, cartões de crédito)	Produtos bancários com descontos e/ou taxas diferenciados, como crédito consignado, cheque especial, tarifas bancárias, seguro auto, seguro residencial, consórcios e crédito imobiliário.
Auxílio-Farmácia	Descontos na compra de medicamentos e perfumaria por meio de um cartão de identificação que deve ser utilizado na rede de lojas Droga Raia e Drogasil.
Auxílio-Educação	São 5.500 bolsas, das quais 1.000 são distribuídas preferencialmente para colaboradores com necessidades especiais da categoria bancária, 4.000 para colaboradores bancários e 500 para colaboradores da categoria não bancária, visando subsidiar parte das despesas com a primeira e segunda graduação e também com cursos de pós-graduação.



Programa	Descrição
Itaú Unibanco Clube	Atividades de lazer, recreação, cultura e esportes que visam a promoção da integração e a melhoria da qualidade de vida de nossos colaboradores, aposentados e seus familiares. Possuímos três clubes, localizados em Guarapiranga, Itanhaém e São Sebastião.
Programa de Parcerias Mundo Itaú Unibanco	O programa Mundo Itaú Unibanco traz vantagens, descontos e serviços exclusivos de diversos parceiros no Brasil e na América Latina.

Ética GRI 102-16

A ética está presente nos nossos negócios e se traduz na transparência, respeito e honestidade no relacionamento com nossos *stakeholders*, na qualidade dos nossos serviços e produtos e na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade socioambiental. Esses princípios éticos também se expressam nos relacionamentos internos, nos quais cultivamos ambientes que propiciam a realização de um trabalho de qualidade, relevante para quem o executa, para a organização e para a sociedade.

Com esse objetivo, nosso Código de Ética existe para orientar, prevenir e sanar dilemas éticos e conflitos de interesse relacionados às nossas atividades e relações internas. Esse documento foi atualizado em agosto de 2016 e, em conjunto com o Nosso Jeito, onde se destaca um de nossos principais valores: ética é inegociável, ajuda em nossas atividades e nas decisões que tomamos quando nos relacionamos com todos os nossos *stakeholders*: colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, parceiros, o Poder Público, a concorrência, a mídia e a sociedade.

Nosso Código de Ética está dividido em quatro princípios básicos:

- Identidade (o que nos distingue das outras empresas);
- Interdependência (motor da convivência social);
- Boa-fé (confiança gerando confiança); e
- Excelência (busca contínua da qualidade superior).

Esse Código reflete nossas atitudes em relação à construção de um conjunto de valores, a cultura corporativa, crenças e atitudes praticadas a todo instante por todos os nossos colaboradores.

Nosso Código de Ética é aprovado pelo Conselho de Administração e se aplica a todos os conselheiros, diretores e colaboradores do nosso conglomerado no Brasil e no exterior. Está disponível em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e japonês) e requer dos nossos colaboradores a formalização eletrônica anual do conhecimento e da aceitação dos seus termos. O percentual de adesão ao termo de ciência e adesão às políticas de integridade corporativa (que inclui o Código de Ética) está em 98% dos colaboradores e administradores ativos na organização. Para 2017 nosso plano é manter esse percentual entre 95% e 100%.

Adicionalmente, nosso Código de Ética prevê nosso compromisso formal relativo aos temas apontados nas principais convenções da OIT e em outros acordos internacionais, como a erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório, o combate à discriminação em todas as suas formas, a promoção da valorização da diversidade, a prevenção ao assédio moral e sexual no local de trabalho, o respeito aos direitos de livre associação sindical e à negociação coletiva.

Além dessas orientações, o Código de Ética prevê o encaminhamento e a análise pelas áreas competentes de casos de desvio de conduta, conflitos interpessoais, descumprimento de normas e conflitos de interesses no âmbito das nossas operações. Os casos mais complexos são encaminhados para os Colegiados de Ética específicos para deliberação.

Nosso Código de Ética está disponível a todos os colaboradores na intranet e ao público externo no site de Relações com Investidores. Comunicamos e treinamos nossos colaboradores sobre as diretrizes de nosso Código de Ética por meio de cursos presenciais e a distância. Nosso objetivo para 2017 é fornecer treinamento a 85% dos colaboradores e administradores nos módulos de ética, como o novo curso de *e-learning* lançado em dezembro de 2016, e seminários sobre ética para a Alta Administração.

Em 2016, lançamos também o Código de Relacionamento com Fornecedores com o objetivo de alcançar a mesma transparência, legalidade, qualidade e confiabilidade que temos com nossos clientes nas interações com nossos fornecedores e prestadores de serviço. Eles devem aderir às orientações do código a partir do seu lançamento, assegurando o alinhamento dos princípios na relação comercial.

Em 2016, o Itaú Unibanco foi selecionado para compor a lista Empresa Pró-Ética 2016 promovida pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Combate à corrupção GRI 102-16 | GRI 205-2 | GRI 103-2 | 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

Com base nas melhores práticas globais, consideramos corrupção as práticas ilegais ocorridas entre agentes públicos e privados e também as que envolvem somente agentes privados.

Nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção reforça o nosso compromisso de cooperar proativamente com iniciativas nacionais e internacionais de prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, e ainda estabelece



orientações para a concepção, execução e melhoria contínua do Programa Corporativo de Integridade e Ética destinado ao desenvolvimento de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos de corrupção, utilizando canais de denúncia e campanhas de conscientização e treinamento sobre o tema.

A política está disponível a todos os colaboradores na intranet em português, e ao público externo no nosso site de Relações com Investidores em [português](#), [inglês](#) e [espanhol](#).

Com base em legislações nacionais e estrangeiras (Lei Federal nº 12.846/2013, o *Foreign Corrupt Practices Act* e o *UK Bribery Act*, entre outras), em jurisprudências e em informações do mercado global, identificamos os países com maior risco de práticas de corrupção. Em todos esses países onde atuamos temos processos e controles relacionados com o relacionamento com clientes, setor público e terceiros, de acordo com os regulamentos específicos e particularidades de cada jurisdição. Além disso, efetuamos due diligences nos processos de fusões e aquisições.

O Departamento de *Compliance*, que é responsável pelo Programa Corporativo de Integridade e Ética, está aberto para receber opiniões e sanar dúvidas sobre o assunto. Disponibilizamos, também, um canal de denúncias para colaboradores e *stakeholders* para suspeitas de corrupção, que podem culminar em demissão ou interrupção de contrato. Os dois canais garantem confidencialidade e anonimato sobre as denúncias.

Em 2016 recebemos três denúncias sobre suspeitas de atos de corrupção envolvendo agentes privados, sendo que uma delas mostrou-se infundada. Em relação aos outros dois casos, um envolvia colaboradores e um cliente e o outro, um colaborador e um terceiro. Para esses dois casos, os colaboradores envolvidos foram demitidos e os terceiros envolvidos tiveram suas contas fechadas. [GRI 102-17](#)

Até 2016, os colaboradores das áreas mais sensíveis ao risco de corrupção foram treinados em módulos de prevenção à corrupção. Para 2017, continuaremos com o programa de educação continuada presencial e a distância, especialmente para as áreas que se relacionam com o Poder Público e fornecedores.

O percentual de adesão ao treinamento a distância por parte de colaboradores e Alta Administração está em 83,5%. Veja a seguir a adesão por nível de cargo até o fim de 2016:

Nível de cargo	Porcentagem
Alta Administração ⁽¹⁾	82%
Gerência intermediária ⁽²⁾	83%
Força de trabalho ⁽³⁾	84%

(1) Diretores e acima.

(2) Superintendentes, gerentes e supervisores.

(3) Sem cargo administrativo.

Adicionalmente, continuaremos a realizar campanhas de comunicação institucional de integridade e ética corporativa sobre a política corporativa de prevenção à corrupção e suas diretrizes a todos os colaboradores e gestores.

Para garantir a melhoria contínua do Programa Corporativo de Integridade e Ética, são conduzidas revisões periódicas dos nossos processos e controles de prevenção à corrupção, com base no monitoramento das atuais regulamentações e das melhores práticas de mercado.

Qualquer oportunidade identificada para melhoria é discutida nos Comitês de Integridade e Ética, mencionados na seção anterior, e apresentada à Alta Administração.

Acreditamos contar com um processo eficiente, por meio do comprometimento da Alta Administração, de um programa de educação e de comunicação contínua, em conjunto com um sistema robusto de controles internos e *compliance*, para mitigar o risco e diagnosticar, reprimir e combater desvios de conduta.

Ombudsman [GRI 102-17](#) | [GRI 406-1](#)

Para fortalecer nosso compromisso com a ética, dispomos de um canal de ouvidoria interno – o Ombudsman.

Pautado pelo comprometimento, o diálogo, a transparência, o pensamento de dono, a integridade e a ética, o Ombudsman atua com o objetivo de auxiliar os colaboradores na resolução de conflitos interpessoais e de interesses no ambiente de trabalho, atuando com confidencialidade, neutralidade e independência. A sua atuação é fundamental para construirmos uma organização que preza pelo respeito em todas as relações e busca atingir seus objetivos sem desviar dos valores em que acreditamos.

Em 2016, o trabalho realizado pela área pode ser sintetizado da seguinte maneira:

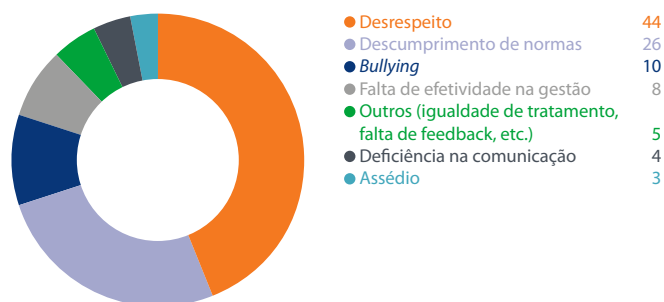
- 1.227 manifestações foram recebidas;
 - 670 foram tratadas por meio de apuração e 147 ainda estão em andamento;
 - 324 foram conduzidas por meio de orientação ou aconselhamento;
 - 86 foram redirecionadas para tratamento de outras áreas; e
- 183 manifestações recebidas antes de 2016 foram solucionadas, todas tratadas por meio de apuração.

Das 853 manifestações apuradas pelo canal no ano de 2016, 50,2% foram consideradas procedentes e os principais comportamentos identificados nesses casos foram inerentes a desrespeito, descumprimento de normas e diretrizes do



banco, intimidação, falta de efetividade na gestão, intimidação e deficiência na comunicação. Os indicadores da natureza dos casos relatados no ano estão apresentados abaixo:

Natureza dos casos reportados em 2016 (%)

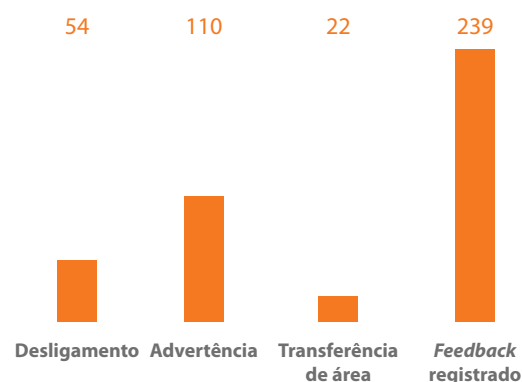


Em 2016, dos casos registrados pelo canal, dez foram classificados como discriminação, sendo que seis casos foram resolvidos durante o ano e classificados como sem fundamento para esse comportamento, e quatro casos ainda estão sendo tratados. Uma queixa recebida e classificada como discriminação em 2015, que ficou em análise em 2016, após a conclusão do processo foi classificada como sem fundamento para o comportamento.

Dos casos registrados em 2016, 34 foram classificados como assédio, sendo que 29 casos foram resolvidos durante o ano e cinco casos ainda estão sendo tratados. Dos casos resolvidos, sete foram identificados como consistente com relação ao comportamento. Além disso, 5 das 17 manifestações de assédio recebidas em anos anteriores e que ainda estavam sendo tratadas em 2016 foram classificadas como consistente com relação à queixa de assédio.

Com o objetivo de orientar e disciplinar os colaboradores que apresentaram condutas contrárias aos princípios do Código de Ética e às normas da empresa, e visando minimizar os riscos decorrentes, foram implementadas 425 medidas orientativas/disciplinares aos envolvidos nas manifestações apuradas e qualificadas como procedentes, conforme apresentado na tabela abaixo. Além disso, foram recomendadas 528 ações de monitoramento e planos de ação e desenvolvimento aos relatados.

Orientações/medidas disciplinares implementadas



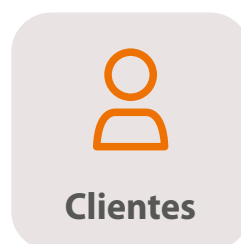
O compromisso com a qualidade no atendimento e apuração detalhada das manifestações é fundamental para o trabalho da área. O trabalho é realizado com foco na empatia, no acolhimento e no respeito com os colaboradores envolvidos. Além da qualidade, o canal preza pelo atendimento aos colaboradores com o máximo de agilidade. Assim, baseado na otimização do prazo praticado no ano anterior, o canal estabeleceu para o ano de 2016 um prazo de 35 dias úteis, que foi cumprido com sucesso. A simplificação dos processos e as mudanças das estruturas da área contribuíram de maneira significativa para a redução do prazo médio estimado anteriormente.

Como frente de mitigação, a gestão do Ombudsman realizou 40 encontros e palestras durante o ano, atingindo um total de 2.933 colaboradores. Também criamos campanhas relacionadas com Ombudsman e divulgações em diferentes canais de mídia, incluindo a nova identidade visual do Ombudsman, o novo Portal Corporativo, transmissão de vídeo da gestão do Ombudsman explicando a importância e a responsabilidade do nosso trabalho. Também fornecemos adesivos informando os canais disponíveis para contato, entre outros.

Além disso, o ano de 2016 foi marcado por uma grande mudança para o Ombudsman. Isso porque o ano é o primeiro em que a o canal reporta-se diretamente à presidência, reforçando a sua independência.

Com a mudança, o Ombudsman assumiu mais uma importante função na organização e, com reuniões mensais junto à presidência, passou a contribuir tempestivamente com indicadores e discussões de assuntos relevantes à organização, reforçando ainda mais o caráter preventivo do canal, baseado na sua atuação confidencial, neutra e independente.

Clientes



Clientes

A satisfação de clientes e os resultados financeiros são dois objetivos indissociáveis para nós. A nossa visão de ser o “banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes” evidencia como

consideramos a natureza complementar dessas metas em nossa perspectiva de atuação. Por isso, garantir a satisfação de clientes e incluir sua visão na estratégia dos negócios, significa estar preparado para mudanças constantes.

Na era da informação, em que nos relacionamos e utilizamos a tecnologia e os meios digitais de maneira cada vez mais democrática, os consumidores estão mais bem informados e cada vez mais conscientes de seus direitos e responsabilidades. Dessa maneira, a resolução de problemas, a transparência, a confiabilidade, a conveniência e a agilidade são requisitos identificados pelos clientes como primordiais para a utilização dos serviços bancários. Os consumidores também estão mais propensos a colaborar, sugerir e construir a reputação de uma empresa, como parte responsável desse processo. Por isso

buscamos a todo o momento acompanhar esse movimento, tanto oferecendo ferramentas cada vez mais digitais para os clientes quanto trazendo os clientes como parte indispensável da construção do que será oferecido a eles.

Executar os serviços bancários esperados de maneira eficaz e atender com excelência às expectativas dos clientes são desafios que impulsionam nossas equipes. Aumentamos nossos esforços para atender prontamente esses clientes: nosso tempo médio de resposta nas redes sociais é de 2 minutos, sobre nosso atendimento 24 horas ao cliente.

Consultamos mais de 6 milhões de clientes por ano por meio de pesquisas de satisfação, elaboradas para clientes de todos os tipos e segmentos. Além disso, consultamos clientes de outros bancos com o intuito de fazer um monitoramento constante dos nossos serviços em comparação com o mercado. Fazemos pesquisas constantes sobre nossos canais de serviço, como *Internet Banking* e terminais de autoatendimento, por exemplo. Os resultados fazem parte da meta de qualidade para todas as agências. Também estamos constantemente fazendo pesquisas junto aos clientes para lançar novos produtos, segmentos ou mudanças nos nossos produtos (pesquisas qualitativas e quantitativas, dependendo da necessidade do projeto). Contamos com mais de 30 institutos de pesquisa parceiros nesses processos, certificados e aderentes às normas da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

Mais especificamente sobre as soluções digitais que buscamos oferecer, a Experiência do Cliente como base para o desenvolvimento dessas ferramentas, que impactam diretamente na experiência do cliente, consolidou-se como prática importante no banco ao longo de 2016. Os clientes também começaram a ser envolvidos em estágios cada vez primários da criação de novas iniciativas, por exemplo, nos testes de conceito em vez de na fase de protótipos prontos, como aconteceu com a construção do novo aplicativo do banco, lançado em 2016. Com esse objetivo, esses testes incluem desde a lógica de acesso até uma função, desde novas funcionalidades oferecidas até as ilustrações e os ícones que compõem uma aplicação, por exemplo. Para conseguir isso, as equipes das áreas de projeto e pesquisa trabalham em conjunto para compreender todo o contexto e a forma como os clientes percebem as ilustrações no contexto digital. Consideramos essa atividade como de extrema importância, uma vez que uma das nossas principais metas é a de nos tornarmos uma empresa mais centrada no cliente.

Para aumentar nossa eficiência em termos de prazos e custos, em 2016 também criamos uma comunidade de clientes e não clientes on-line para apoiar iniciativas como as descritas no parágrafo acima. Essa comunidade é um laboratório que nos permite conversar com nossos clientes com mais agilidade, fornecendo ideais e referências inovadoras, *feedbacks* e fortalecendo nossa relação. Ao longo de 2016, mais de 90 atividades foram desenvolvidas usando essa nova ferramenta, e estima-se que mais de 300 pessoas entre jurídicas e físicas foram envolvidas em cerca de 3.400 interações. Como exemplo

de resultados práticos tangíveis do laboratório, podemos mencionar a remodelagem e as novíssimas experiências de diversas funcionalidades da nossa carteira do canal digital.

As áreas de Canais usam suas experiências em Experiência do Usuário, a gestão de relações com o cliente e as metodologias de conceitualização digitais sustentadas pelas abordagens de *Design Thinking* e *Human-Centered Design*. Essas abordagens pressupõem um entendimento profundo das necessidades e do comportamento dos clientes para conceitualizar produtos e empresas viáveis que geram valor percebido a partir de desafios de negócios. Ou seja, elas pressupõem um contato direto e recorrente com o cliente/usuário para entender suas necessidades e modelo mental e “testes rápidos” para verificar a adesão e o entendimento da solução proposta. É por essa razão que, em 2015, nós criamos a Política de Canais, que exige que todas as soluções digitais criadas sejam testadas com usuários reais antes da publicação, envolvendo os clientes e a internalização e o uso de suas considerações para o lançamento de novos recursos digitais.

Pesquisa de satisfação de clientes

[GRI 102-43](#) | [GRI 103-2](#) | [103-3 Satisfação dos clientes](#)

Em conjunto com os principais institutos de pesquisa no Brasil, conduzimos pesquisas de competitividade para avaliar a satisfação dos clientes em relação aos serviços bancários de unidades de negócios específicas e comparamos os resultados com os dos nossos concorrentes. Nossa pesquisa anual por telefone entra em contato com uma amostra representativa da base de cada segmento, sem identificação do Itaú Unibanco como contratante da pesquisa, para garantir uma avaliação mais isenta possível. Dessa forma, monitoramos os principais players do mercado e entendemos as necessidades do mercado em relação à satisfação de realidades imparciais, o que nos permite definir planos de ação focados em melhorias para atender melhor e atrair novos clientes.

Desde 2013 esse sistema para avaliação da competitividade foi implementado em outros países em que atuamos: Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

Os dados da pesquisa provenientes de cada segmento são consolidados em um índice geral de satisfação de clientes. Em 2016, atingimos a nota 7,96. Essa consolidação inclui todos os segmentos avaliados na metodologia, sendo possível haver diferenças em um ano em relação ao ano anterior devido à reestruturação e novas aquisições conduzidas pela empresa.

Pesquisa de satisfação de clientes	2016	2015	2014
Resultados	7,96	8,02	8,11

Reiterando nosso compromisso com a satisfação dos clientes, os resultados das pesquisas influenciam diretamente a remuneração variável, seja dos executivos ou das equipes nas agências.



Gestão de reclamações

A Ouvidoria integra o sistema de atendimento ao cliente do Itaú Unibanco e atua quando um cliente não está satisfeito com a posição recebida nos canais regulares – *call centers*, centrais de atendimento, SAC ou internet. Além de buscar a melhor solução para a solicitação apresentada, a Ouvidoria atua diretamente no processo de Gestão de Demandas de Clientes e sua meta é mobilizar a organização para identificar as principais causas de insatisfação entre os clientes e desenvolver planos de ação para melhoria.

Além do serviço de atendimento ao cliente direto, a Ouvidoria também atua nos processos de atendimento às reclamações mais críticas, ou seja, aquelas intermediadas pelos órgãos de defesa do consumidor, o Banco Central (BACEN) e o órgão regulador do setor de seguros, o SUSEP, garantindo a melhor solução para o cliente. Os índices do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC), por exemplo, indicam que o Itaú Unibanco resolve mais de 87,4% das demandas registradas nos órgãos de defesa do consumidor na fase preliminar.

Incluindo todos os canais internos de serviços presenciais ou remotos, como os SACs, a Ouvidoria e as agências, foram registrados 160 milhões de contatos, dos quais 94,2% se referiam a consultas, perguntas e pedidos, e 5,54% a insatisfações de clientes. Do total de reclamações, em torno de 99% foram solucionadas ou explicadas na área de serviço de atendimento ao cliente do banco e os em torno de 0,3% restantes avançaram até outros órgãos de defesa do consumidor ou o sistema judiciário. Apesar das altas taxas de retenção apresentadas por esses serviços, nosso desafio é o de corrigir erros e melhorar nossos produtos e serviços.

Em 2016, 98,5% dos clientes que utilizaram os serviços de Ouvidoria não recorreram aos órgãos externos, como o Procon, BACEN ou o sistema judiciário. Mais de 98% das demandas foram solucionadas em até dez dias e em torno de 75% desses incidentes foram solucionadas em até cinco dias úteis.

No site Reclame Aqui, nossa reputação, resultado da avaliação dos consumidores, foi considerada “boa”. O índice de solução nesse site é muito próximo de 79%, sendo que aproximadamente 70% dos consumidores que registraram reclamações de janeiro a dezembro de 2016 afirmaram que voltariam a fazer negócios com o Itaú Unibanco.

Outro canal em que os consumidores podem ter suas demandas resolvidas é o site Consumidor.gov.br, uma plataforma criada em 2014 pelo Governo Federal como canal alternativo para a solução de conflitos, monitorado por órgãos de defesa do consumidor e pela Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). Em 2016, um total de 80% das demandas registradas por nossos consumidores nessa plataforma foram solucionadas, segundo a avaliação dos

próprios consumidores. O nível médio de satisfação foi de 3,1, em uma escala de 1 a 5 e, no geral, as demandas foram resolvidas em seis dias, quatro dias a menos que o prazo oficial.

Nossos esforços têm sido para oferecer uma solução rápida e definitiva ao cliente, tanto nos canais internos quanto nos externos. Privilegiamos a solução consensual, por isso apoiamos e estimulamos o uso de plataformas como a Consumidor.gov.br, que além de ser um diálogo direto entre o consumidor e a empresa, é um meio digital, proporcionando total comodidade.

A satisfação do cliente é um valor fundamental do Itaú Unibanco e está afirmado em nossa visão: “ser líder em performance sustentável e satisfação de clientes”. Continuaremos a fortalecer o relacionamento e o diálogo com nossos clientes, com os órgãos de defesa do consumidor, com os reguladores e o Poder Judiciário.

Gestão da comunicação

GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)

O processo de comunicação – que pode ser compreendido por disciplinas como publicidade, promoções, patrocínios e eventos, entre outras – é uma das nossas principais formas de se relacionar e nos conectar com nossos *stakeholders*. A comunicação é uma ferramenta essencial para nosso negócio, pois contribui para a satisfação de nossos clientes, aumenta nossos resultados financeiros e fortalece a reputação de nossa empresa. Assim, fortalecemos o valor da nossa marca e garantimos a perenidade dos nossos negócios.

Para gerenciar riscos associados à comercialização de nossos produtos e à disseminação dos nossos serviços bancários, operamos guiados pelo Código de Ética Itaú Unibanco, Política Setorial de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e outras políticas internas que padronizam os processos de marketing. Trata-se de políticas internas relacionadas à gestão de nossa marca e à forma como desenvolvemos a comunicação com nossos colaboradores e os vários públicos com os quais fazemos negócios.

Desenvolvemos nossas ações de comunicação respeitando às normas e regulamentações do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR). Em 2016, não identificamos nenhum caso de não conformidade com os códigos de comunicação de marketing e não tivemos nenhum caso de Ação Cível Pública. **GRI 417-3**

Os impactos que nossas ações de comunicação podem exercer sobre a nossa marca e sobre a nossa empresa é gerenciado por meio de mecanismos de monitoramento. Entre todas as ferramentas que utilizamos para mensurar e mapear esses impactos, temos pesquisas de satisfação de clientes, pesquisas de pré-teste e pós-teste em nossas campanhas para analisar o



desempenho de comunicação, o monitoramento da quantidade de interações e visualizações das nossas campanhas nas mídias sociais e em nossos canais proprietários e, finalmente, o monitoramento do sentimento das pessoas nas nossas redes sociais no período das nossas campanhas.

Os resultados obtidos com esses mecanismos de monitoramento são analisados pela área de Marketing. Com base nessas análises e discussões, é possível corrigir rotas inadequadas, fortalecer ações de comunicação e observar claramente o quanto nosso processo de comunicação é capaz de impactar positivamente os nossos resultados financeiros.

Transparência e satisfação de clientes

GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)

Buscamos constantemente aprimorar nossa comunicação com os clientes, sendo o mais objetivo possível no esclarecimento de preços, taxas, características e condições de produtos e serviços. Temos um compromisso de fornecer orientação e informações sobre os produtos e serviços financeiros bem como de adequar nossa oferta ao momento de vida e perfil de cada cliente. Dessa forma, trabalhamos para o uso consciente de produtos e serviços, pois acreditamos que quanto melhores forem as escolhas das pessoas, maior também será a satisfação como clientes.

• **Nosso Jeito de Falar de Investimentos Itaú Uniclass:** em 2016, iniciamos uma revisão dos treinamentos dos gerentes comerciais, incluindo conteúdo e inspiração para que percebam os benefícios do hábito de poupar na sua vida pessoal. Entendemos que a experiência pessoal, potencializa uma oferta mais assertiva aos clientes.

• **Programa de Finanças Comportamentais:** o programa foi criado em 2016 com a finalidade de disseminar entre os colaboradores o conhecimento sobre os vieses, emoções e comportamentos dos clientes para desenvolvermos melhores soluções para suas vidas financeiras.

• **Guia de Transparência:** em 2014, concluímos um estudo sobre o impacto gerado aos clientes em função de comunicações pouco claras. Esse diagnóstico foi realizado por meio da análise de atendimentos, estudos e conversas com diretores, formadores de opinião e consumidores em geral. A partir disso, desenvolvemos um guia com diretrizes gerais e sistematizamos as orientações dentro da governança de avaliação de produtos.

• **Orientador de Crédito:** trata-se de uma ferramenta on-line (área logada e não logada) que tem como objetivo indicar, de acordo com as necessidades e momento de vida do cliente, o melhor produto de crédito. Por meio de perguntas objetivas, identificamos características do cliente e, na área logada, conectamos com informações da sua conta, trazendo sugestões de crédito que se adequem aos seus objetivos.

Programa de Qualidade de Vendas: a qualidade do serviço prestado aos nossos clientes faz parte da nossa cultura. Com base nesse princípio foi criado o *Score* de Qualidade de Vendas que tem por objetivo principal melhorar a qualidade das vendas, por meio do aprimoramento da identificação e tratamento de eventuais desvios de conduta de colaboradores das áreas comercial e operacional. Esse é um programa mensal que pertence ao sistema de incentivos e que monitora as vendas de mais de 20 mil colaboradores. O programa é baseado em três grandes pilares: informação e capacitação das equipes de vendas, melhoria da qualidade das vendas e redução de atritos com clientes e aplicação de medidas de correção nos casos de desvios. Tanto o colaborador quanto o seu gestor são informados sobre o monitoramento do mês, incluindo histórico dos últimos 12 meses, e os próximos passos que precisam cumprir para garantir a qualidade das suas vendas. As capacitações são feitas todas on-line, devem ser certificadas e envolvem os seguintes temas: foco no atendimento ao cliente, venda com qualidade e o que buscamos e o que não toleramos.

Acessibilidade GRI G4-FS14

Desenvolvemos inúmeras iniciativas para promover a autonomia e o desenvolvimento econômico das pessoas com necessidades especiais.

Nas agências

- **Estacionamento** com vagas mais amplas e demarcadas;
- **Rampas e/ou elevadores** que facilitam o acesso para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida;
- **Pavimentação tátil** para orientar pessoas com deficiência visual até ao primeiro ponto de atendimento ou ao terminal de autoatendimento acessível;
- **Assentos preferenciais** próximos aos guichês dos caixas para idosos, grávidas, lactantes e pessoas com deficiência;
- **Guichês de caixa** adaptados a serviços prioritários;
- **Banheiros adaptados;**
- **Carta com senhas e fatura do cartão de crédito escritos em Braille ou com letras grandes;**
- **Extratos das contas em Braille ou com letras grandes,** solicitadas na agência quando da abertura da conta, a serem recebidas no endereço de correspondência; e
- **Mesa de serviços prioritários** (terminal híbrido).



Nos caixas eletrônicos

As nossas agências contam com terminais de caixa eletrônico que seguem os preceitos de um caixa universal, conforme determinado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esses terminais proporcionam o uso autônomo e seguro para qualquer pessoa, não importando seu grau de mobilidade ou limitações de percepção.

No caso de portadores de deficiência visual, disponibilizamos navegação orientada por comando de voz com fones de ouvido conectados ao terminal e sinalização tátil no teclado, nos leitores de cartão e código de barras e dispensadores de comprovantes e notas.

Por telefone

Para portadores de deficiência auditiva e de fala, oferecemos um serviço de atendimento pela central do Fale conosco, que atende o SAC, as centrais de atendimento e a Ouvidoria, por meio de um equipamento chamado TDD⁽⁵⁾, capaz de enviar e receber mensagens de texto. Através desse sistema os clientes podem obter informações sobre:

- Saldo de contas corrente e de poupança;
- Lançamentos recentes;
- Posição de investimentos;
- Informações gerais; e
- Reclamações e sugestões sobre produtos e serviços.

Na internet

Na internet adaptamos o acesso por meio de um programa de sintetizador de voz instalado no computador do cliente, que captura e transforma as informações da conta do cliente em respostas audíveis. Serviços disponíveis:

- Saldo de contas corrente e de poupança;
- Lançamentos recentes; e
- Condições Gerais da nossa Conta e Serviços Universais, disponíveis em formato PDF, áudio e vídeo.

Tangíveis

Em 2016, emitimos 12.197 cartões (para débito, múltiplo e crédito) em Braille, enviados ao cliente juntamente com a versão do contrato da aquisição em áudio.

Tanto a fatura mensal do cartão de crédito, como dados da conta corrente do cliente com deficiência visual, são enviados por correspondência traduzida para o Braille. Em 2016 foram 731 faturas e 6.251 cartas com informações gerais da conta, somando 40.021 páginas.

Prevenção a atos ilícitos

O Banco Itaú mantém estruturas dedicadas no combate a atos ilícitos, e a mitigação de riscos à sociedade através do uso de recursos financeiros de forma ilícita ou exposição de dados sensíveis; as principais atividades envolvidas nesses processos são:

• Prevenção a fraudes **GRI 103-2 | 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas**

Temos algumas medidas para a prevenção da fraude baseadas nas melhores práticas nos mercados locais e internacionais. Possuímos pauta recorrente com os executivos do banco para compartilhamento de riscos e tomadas de decisão, além de proximidade com as áreas de negócio para auxiliar na compreensão de riscos e propor mitigadores para a sustentabilidade dos produtos e serviços. As chaves para isso são:

• Monitoramento

A área de Prevenção a Fraudes é responsável pelo monitoramento preventivo de transações de maior risco, através de ferramentas que combinam informações, com foco na diferença entre o perfil do cliente e o perfil da fraude.

• Atendimento ao cliente

Possuímos estruturas internas voltadas para o atendimento às manifestações dos clientes e para o relacionamento com entidades reguladoras, visando atender o cliente em suas reclamações através do tratamento e apuração de responsabilidades.

• Dispositivos

Para aumentar a segurança do cliente, tanto Pessoa Física como Pessoa Jurídica, o banco provê dispositivos de segurança para transações nos canais eletrônicos, que são apresentados no site do Banco Itaú Unibanco (<http://itau.com.br/seguranca/>), além dos disponibilizados em canais físicos, onde temos cartões com tecnologia de chip e a utilização de autenticações biométricas pela tecnologia de *Finger Print* em nossos canais.

(5) TDD – Telecommunication Device for the Deaf (Dispositivo de Telecomunicação para Surdos).



• Campanhas e treinamentos

Efetuamos programas e ações de divulgação e conscientização para clientes e funcionários sobre prevenção a fraudes através de diferentes canais tais como mídias sociais, malas diretas e campanhas audiovisuais, para clientes, além de informativos internos, e-mails, palestras e treinamentos, para funcionários.

• Prevenção a vazamento de informação (segurança da informação) **GRI 103-2 | 103-3 Segurança da informação**

A área de Segurança da Informação é responsável por prover informações estruturadas e consolidadas dos principais riscos de segurança da informação nos diferentes níveis da organização, objetivando a redução de perdas financeiras e risco de imagem no Brasil e Exterior, a partir da definição de políticas, processos e procedimentos que suportam toda a cadeia de informações.

Monitoramos e tratamos qualquer tipo de ataque e incidentes de segurança, de forma ágil e eficaz, administrando todas as ferramentas de segurança com equipe certificada e especializada nas mais diversas tecnologias. Realizamos a gestão de acessos aos sistemas

e recursos de forma eficiente, acompanhando as movimentações necessárias para manter a segurança na consulta a sistemas e informações.

Trabalhamos em conjunto com as áreas de negócio e tecnologia para manter a arquitetura de soluções e produtos com o maior grau de segurança, acompanhando a tendência do mercado no mundo digital.

Anualmente os colaboradores da corporação passam por treinamentos de Segurança da Informação presenciais e/ou on-line relacionados a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

Somos certificados nas páginas públicas do site www.itaub.com.br de acordo com a norma brasileira NBR ISO/IEC 27001, com a finalidade de assegurar a proteção e a privacidade das informações fornecidas pelos clientes e outras fontes, com fins únicos e exclusivos, para o atendimento dos objetivos definidos nos produtos e serviços interativos.

• Prevenção à lavagem de dinheiro

GRI 103-2 | 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

A gestão desse tema é detalhada na [sessão Prevenção à lavagem de dinheiro, do capítulo Gestão de riscos](#).

Gestão de privacidade do cliente

A privacidade dos nossos clientes é uma questão sensível, tratada de acordo com as leis e os regulamentos aplicáveis, com sigilo e rigor. Portanto, o número de queixas sobre quebra da privacidade de clientes é uma informação confidencial. **GRI 418-1**

Considerando o caráter sensível dessa questão, estamos empenhados em garantir aos nossos clientes um ambiente seguro e confiável. Temos investido em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para impedir violações de privacidade de informação, com base em políticas, processos, procedimentos e orientações que abrangem várias frentes de ação.

Exemplos de ações que existem em produtos e serviços são o desenvolvimento e a aplicação de dispositivos de segurança para autenticação e utilização dos canais eletrônicos e certificação de canais de acordo com os mais rígidos padrões de segurança e confiabilidade.

Outra medida existente que podemos citar é a proteção e preservação de informações confidenciais em suas várias formas, incluindo a encriptação do fluxo de informação na internet.

Acionistas



Consulte a [seção Nosso Perfil, item Nossas Ações](#) para obter mais detalhes sobre as nossas ações ordinárias e preferenciais e informações adicionais para o investidor.

Temos várias ações destinadas a engajar nossos acionistas; para saber mais sobre nosso compromisso com os acionistas, por favor consulte o item Engajamento com Stakeholder na [página A-210](#).

Distribuição do valor adicionado [GRI 201-1](#) | [GRI G4-DMA Desempenho Econômico](#)

A distribuição do valor adicionado é uma referência contábil que nos permite ver como a geração de valor do banco é distribuída entre os seus diferentes públicos. O nosso valor adicionado, em relação à riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 70 bilhões em 2016. Esse resultado se refere ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para acionistas e governos.

Valor distribuído	2016	2015	2014
	R\$ 70 bilhões	R\$ 44,53 bilhões	R\$ 52,16 bilhões
Esfera	%	%	%
Pessoal	29,03	39,54	29,22
Reinvestimentos de lucros	23,78	44,90	32,73
Impostos, taxas e contribuição	35,17	(1,17)	26,54
Pagamentos a acionistas	9,45	12,90	8,59
Remuneração de capitais de terceiros	2,11	2,89	2,33

Fornecedores [GRI 102-9](#) | [GRI 103-2](#) | [103-3 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos](#) | [GRI 414-2](#)



Nossa cadeia de fornecimento engloba os mais diversos segmentos – como telecomunicação, *call center*, transporte de valores, pesquisas de mercado, mobiliário, energia elétrica e treinamentos – nos

quais os relacionamentos são pautados pela transparência, sustentabilidade e construção de valor compartilhado.

Desde 2009, tivemos cerca de 9 mil parceiros que proporcionaram bens e/ou serviços para o banco. Essa parceria se dá por meio de um processo de formalização contratual que tem como objetivo minimizar possíveis impactos financeiros, reputacionais, operacionais e legais, durante a prestação do serviço ou no término do contrato. Cobramos de nossos fornecedores práticas de sustentabilidade além do cumprimento da legislação e dos princípios éticos que devem reger os relacionamentos comerciais.

Em 2016, foi realizado um mapeamento detalhado dos processos de Compras, objetivando identificar oportunidades de eficiência operacional, transparência no relacionamento com os fornecedores e maior satisfação dos clientes internos, colaboradores e fornecedores através da proximidade, simplicidade e agilidade em toda a cadeia de fornecimento.

Com foco na melhoria contínua, a área de compras passou por quatro processos de Kaizen em 2016, uma metodologia que foi desenvolvida no Japão e tem foco na revisão de processos e soluções de curto prazo. Essas iniciativas tiveram o objetivo de identificar possíveis melhorias nos controles existentes relativos a acesso e monitoramento de prestadores de serviços, otimizar o catálogo de itens comprados pelo banco e melhorar os procedimentos referentes à contratação de eventos corporativos.

O mapeamento realizado na área gerou uma reestruturação e a geração de um Novo Modelo de Compras, que teve como uma de suas ações a criação do Código de Relacionamento com Fornecedores, que é complementar ao Código de Ética e visa disciplinar as interações entre colaboradores e fornecedores por meio da declaração dos valores que definem a conduta esperada nas relações comerciais, chamados de “Nossos Princípios”:

- Relacionamento Ético e Perene;
- Transparência;
- Rastreabilidade e Integridade;
- Simplicidade e Eficiência;
- Resultados Sustentáveis;
- Colaboração; e
- Gestão de Riscos.

Em novembro de 2016, realizamos o evento de lançamento do Código de Relacionamento com Fornecedores, que contou com a participação de 391 parceiros e tratou das questões acima. Posteriormente, foi compartilhado o material apresentado e o *link* para aceite obrigatório com todos os participantes.

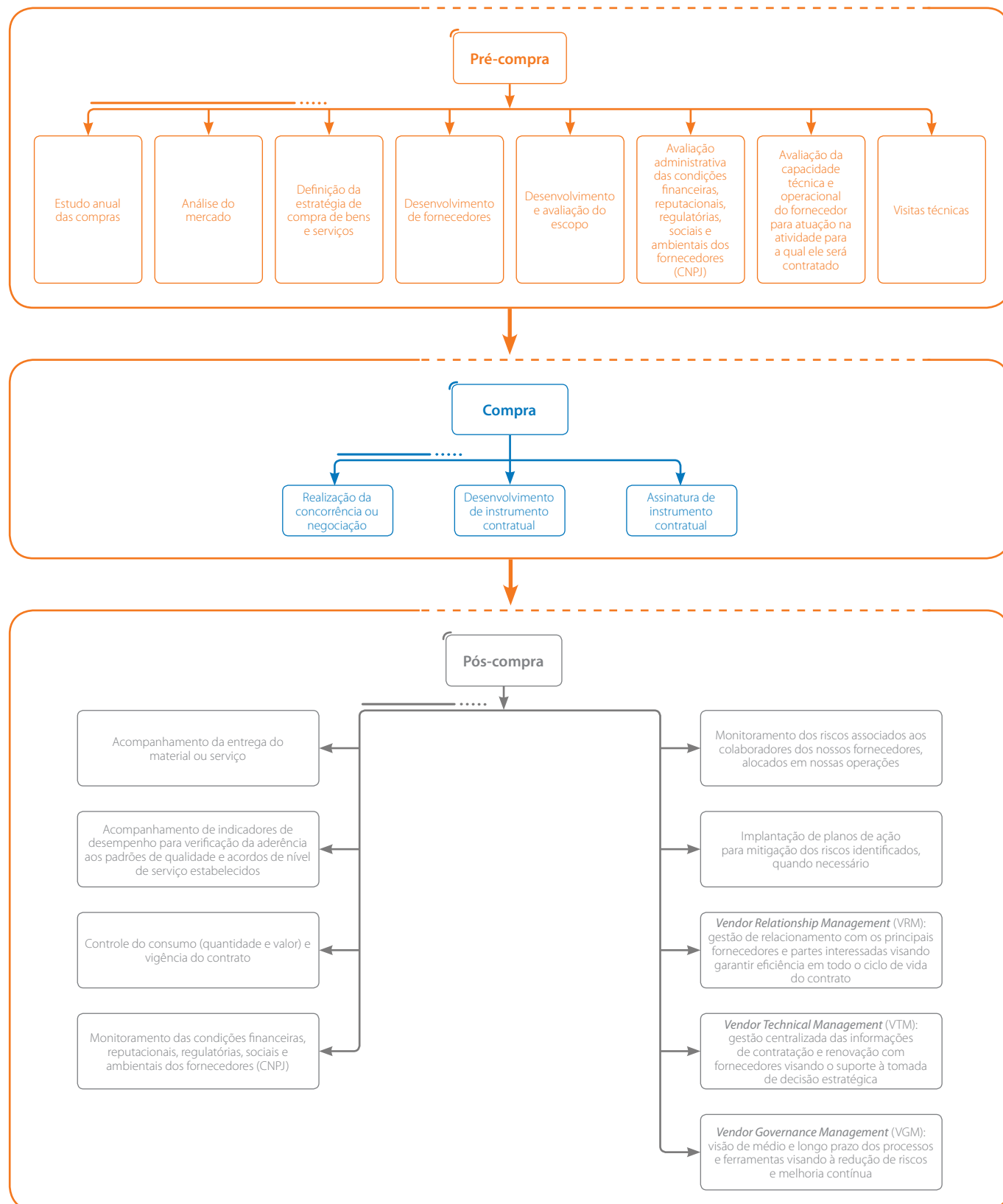
Compra de bens e serviços

O processo de contratação de bens e serviços em nossa cadeia de fornecimento é conduzido de forma centralizada pela área de Compras, com o envolvimento da área contratante e jurídica, entre outras áreas de suporte.

O modelo de atuação da área de Compras permite o entendimento de cada mercado a fim de identificar a



estratégia de compra mais adequada para cada tipo de negócio e assegurar coerência no relacionamento com os fornecedores. O processo é composto de três etapas:



Avaliação administrativa de fornecedores GRI 414-2

Temos um processo estruturado de avaliação de fornecedores, cujo objetivo é a mitigação de riscos em nossa cadeia de fornecimento. Esse processo se inicia mediante acesso e cadastro do fornecedor no site www.itaub.com.br/

fornecedores, no qual estão publicadas, para conhecimento e ciência, as políticas de Compras, de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, de Segurança da Informação, o Código de Ética e as condições gerais aplicáveis

às contratações de bens e serviços. Ao realizar o cadastro no site ou participar de um processo de contratação, o fornecedor adere a essas políticas e ao Código de Ética.

Após o cadastro, essas empresas passam por um processo de avaliação técnica e homologação administrativa. Ele consiste na análise de aderência do fornecedor às práticas de responsabilidade socioambiental, cumprimento e respeito à legislação fiscal, tributária e trabalhista (regularidade das certidões, licenças, pagamento de tributos, salários e contribuições). Ele também considera o cumprimento de suas obrigações empresariais através das mesmas ferramentas utilizadas para avaliar clientes (análise de crédito, endividamento com o mercado e fornecedores, PLD – Prevenção à Lavagem de Dinheiro, fraudes, lei anticorrupção e demais fatos desabonadores). Passando por esses critérios, e sendo aprovada, a empresa estará apta a participar de processos de contratação.

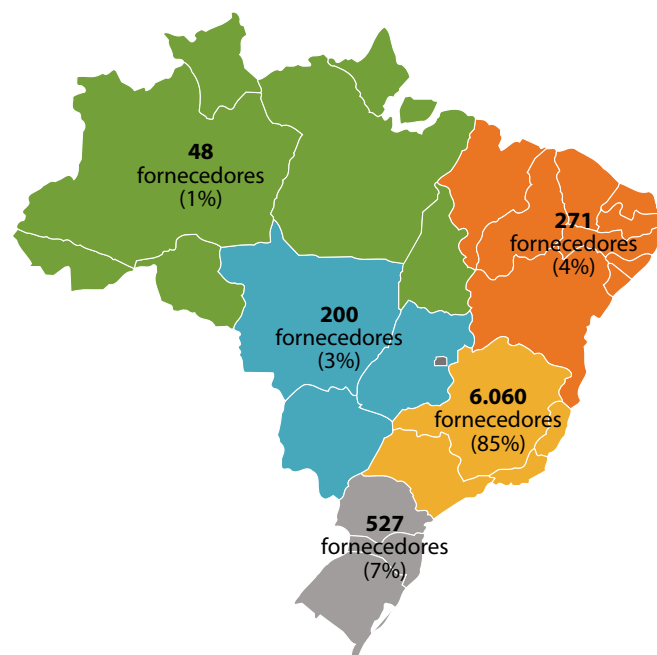
Nossa avaliação administrativa dos fornecedores contempla uma visão específica em função dos riscos da categoria dos

produtos ou serviços fornecidos. Essa avaliação baseia-se na matriz de riscos de fornecedores que é composta pelos quatro pilares abaixo:

- 1. Reputacionais/Regulatório:** riscos do fornecedor e quadro societário relacionados com a imagem, o cumprimento de legislações vigentes, atos ilícitos, direitos humanos (como trabalho infantil, escravo – “lista suja”), impacto ambiental, entre outros.
- 2. Financeiros:** risco relacionado com a saúde financeira do fornecedor.
- 3. Dependência:** riscos relacionados com a dependência do banco no fornecedor para mitigar a possibilidade de rompimento da prestação de serviços ou fornecimento.
- 4. Trabalhista:** riscos relacionados com a prestação de serviços que envolvam mão de obra intensiva.

	2016	2015	2014	Variação (%) 2016-2015	Variação (%) 2015-2014
Fornecedores homologados (Brasil)	7.106	6.884	6.361	3,2	8,2
Novos fornecedores aprovados (Brasil) GRI 308-1	1.031	778	652	32,5	19,3
Taxa de aprovação de fornecedores (%) (Brasil) GRI 414-1	86,6	90,9	96,3	(4,7)	(5,6)
Compras de fornecedores locais – empresas brasileiras e/ou subsidiárias no Brasil (% de gastos realizados no Brasil) GRI 204-1	96,5	98,2	99,5	(1,7)	(1,3)
Compras de fornecedores locais – dentro do próprio estado (% de fornecedores locais) GRI 204-1	75,3	75,1	76,7	0,3	(1,6)

Nossos fornecedores estão distribuídos por todas as regiões do Brasil, pois incentivamos a contratação de empresas locais visando o desenvolvimento das regiões onde atuamos.



GRI 204-1

Regiões	Número de fornecedores	(%)
Sudeste	6.060	85
Sul	527	7
Nordeste	271	4
Centro-Oeste	200	3
Norte	48	1

Dentre as categorias com o maior número de fornecedores, destacamos a de Obras, Manutenção e Patrimônio que atende os polos e agências espalhados por todo o País.

Categoria	%
Obras, manutenção e patrimônio	38,8
TI	13,1
Despesas gerais	9,8
Marketing	8,0
Despesas operacionais	8,0
Despesas jurídicas	6,3
Treinamentos e benefícios	6,3
Segurança	3,1
Transporte de valores	2,4
Telecomunicações	1,9
Correios, insumos de cartões e cheques	1,3
Call center	0,6
Despesas de vendas	0,4
Assessoria e consultoria	0,2
Total geral	100,0



Formalização contratual, violações e penalidades

Os contratos com fornecedores incluem cláusulas específicas sobre o adequado monitoramento de questões socioambientais – como obrigações trabalhistas, normas de segurança e saúde ocupacionais, aderência à legislação ambiental, responsabilidade por danos e segurança da informação – aplicáveis aos nossos fornecedores e à sua cadeia de fornecimento. No caso de identificação de irregularidades, podem ser aplicadas penalidades e planos de ação para auxiliar o fornecedor na resolução do problema ou, em determinadas situações, levar à suspensão ou rescisão do respectivo contrato.

Monitoramento **GRI 308-2 | 414-2**

Mensalmente, monitoramos os fornecedores homologados e seus colaboradores em função dos riscos da categoria dos serviços ou produtos que fornecem.

Os critérios de monitoramento são os mesmos que aqueles utilizados no processo de avaliação administrativa (ESG – *Environmental, Social and Corporate Governance*), tendo como objetivo a verificação da manutenção da condição inicial, podendo, em caso de identificação de fatos relevantes, a qualquer tempo, ser excluído da base de fornecedores e, consequentemente, ter seus contratos encerrados.

Temos um modelo de governança aplicado especificamente aos fornecedores de desenvolvimento de *softwares*. O modelo é dividido em disciplinas de Governança, Relacionamento e Gestão de Técnica que permite ao Itaú uma visão do ciclo de vida do negócio, ganho de valor, além do controle de custos, excelência dos serviços e redução de riscos. Devido à reestruturação de 2016, a implantação desse modelo foi replanejada para 2017.

Realizamos periodicamente auditorias independentes anunciadas e semianunciadas em nossos fornecedores críticos com o objetivo de avaliar os riscos em nossa cadeia de fornecimento. Ao longo de 2016, após mapeamento detalhado do diagnóstico atual da área de Compras objetivando identificar oportunidades de eficiência operacional, fizemos uma reavaliação das atividades planejadas, bem como, categorias críticas do ponto de vista socioambiental. Nossos estudos consistiram em categorizar o setor do fornecedor de acordo com o nível de risco (alto, médio ou baixo) e os principais fatores de risco de cada um. Em seguida, a lista de fornecedores monitorados foi revista com base nesse novo método. Por isso, a atuação das auditorias concentrou-se nos fornecedores do nível 1, considerando o estudo de categorias críticas do ponto de vista socioambiental. Estão previstas para 2017 ações para a melhoria dessas atividades com os fornecedores do nível 2.

Iniciamos um novo processo de auditoria em 2016. Das auditorias realizadas nesse ano, 35% dos nossos fornecedores foram aprovados sem restrições. As demais empresas tiveram plano de ação definido para tratamento dos GAPs identificados

e começaram a ser verificadas quanto à evolução em dezembro de 2016. A previsão é a de que as auditorias sejam concluídas no 1º semestre de 2017, iniciando-se um novo processo de monitoramento de planos de ação.

Além disso, realizamos visitas conduzidas pelas áreas técnicas, especializadas em nossas operações e na aplicação de normas relacionadas com a segurança da informação e demais itens regulatórios.

Transparência **GRI 102-17**

Proporcionamos aos nossos fornecedores canais de comunicação por meio dos quais é possível fazer sugestões e perguntas e comunicar qualquer tipo de violação ou conduta indevida (inclusive de questões de natureza socioambiental).

Durante o ano de 2016, revisamos o nosso site e em outubro, implantamos o Canal de Relatos que visa garantir um ambiente transparente e ético entre nós e os nossos fornecedores. Foi disponibilizado o contato fornecedores_relatos@itau-unibanco.com.br através do qual relatos de desvios éticos e de não conformidade com nosso Código de Ética podem ser realizados.

Acreditamos que para garantir um crescimento sustentável em nossa cadeia de fornecimento, devemos promover o desenvolvimento de práticas contínuas, buscando a evolução conjunta com nossos fornecedores e suas operações de fornecimento. Sendo assim, publicamos em nosso site (www.itau.com.br/fornecedores) as ações que consideramos como sendo boas práticas socioambientais bem como nosso Código de Ética.

Além disso, semestralmente encaminhamos essas mesmas recomendações através de comunicado oficial por e-mail aos fornecedores do banco.

Treinamento **GRI 102-43**

Treinamos os nossos fornecedores e colaboradores de forma a promover seu desenvolvimento e fortalecer seu compromisso com nossa cultura, reconhecendo boas práticas relacionadas com a mitigação de riscos e debatendo oportunidades para melhorar a eficiência de nossas operações.

CDP – Supply Chain

Em parceria com a instituição britânica não governamental *Carbon Disclosure Project* (CDP), que detém a maior base de dados global sobre governança climática corporativa e inventário de emissões de gases do efeito estufa, realizamos um *workshop* com nossos fornecedores a fim de engajá-los a trabalhar com o tema Mudanças Climáticas em suas empresas.

Como participantes, tivemos 101 dos nossos maiores fornecedores e aqueles de setores críticos em emissão de

GEE. Essa iniciativa consistiu no envio de um questionário para nos ajudar a entender melhor como eles abordam as mudanças climáticas em suas empresas e como podemos ajudá-los a introduzir esse tema na estratégia de suas empresas, potencializando a gestão de carbono ao longo de toda a nossa cadeia de valor.

Diversidade

A valorização da diversidade contribui para um clima positivo e mais tolerante, estimulando a cooperação e a sinergia entre os colaboradores e lideranças em torno de seus objetivos comuns e com um melhor desempenho. Nesse sentido, durante o ano de 2016, buscamos ampliar o acesso à diversidade na cadeia de fornecimento através das seguintes parcerias:

Integrare

Em 2016, nos associamos a Integrare, uma empresa sem fins lucrativos especializada na busca e aproximação de micro e pequenas empresas e grandes empresas que têm interesse em fomentar suas redes de relacionamento. A missão dessa associação é a de promover a inclusão e o desenvolvimento

empresarial de fornecedores provenientes de grupos minoritários ao prover acesso e capacitação de negócios para empresários negros, indígenas ou portadores de necessidades especiais.

Até o momento, 212 empresas passaram pelos critérios de homologação administrativa e estão aptas a fornecer produtos e serviços para o banco.

Para 2017, temos como desafio avançar no diagnóstico e busca de fornecedores para ampliar nosso relacionamento e buscar a geração de valor através da cadeia de fornecimento.

Resultados alcançados e desafios

A área de Compras contribui de maneira significativa para a redução de custos e otimização de recursos através de ações como: parcerias com nossos fornecedores, inovações em nossa cadeia de fornecimento, desenvolvimento de novos fornecedores, consolidação de volumes, reconfiguração da cadeia de valor, revisão de especificações, iniciativas de renegociação de contratos, gerenciamento de consumo, melhoria de processos e avaliação de ganhos socioambientais.

GRI 204-1

	2016	2015	2014	Variação (%) 2016-2015	Variação (%) 2015-2014
Número de processos de compra	19.010	13.218	10.740	44	23
Valor total da compra (R\$ bilhões)	10	9	11	11	(18)

Portanto, em 2013, estimulamos um plano de metas de médio (2015) e longo prazo (2020) estabelecendo as responsabilidades e as ações necessárias para superar o nosso desafio de implantar ações de engajamento, mitigar riscos e aumentar a transparência na divulgação de indicadores de nossas operações e fornecedores.

Já cumprimos com o nosso objetivo de monitorar, mensalmente, todos os fornecedores aprovados no processo de homologação administrativa, garantindo assim mais controle de riscos em nossa cadeia de fornecimento. Também incluímos no processo de mitigação de riscos nosso nível 2 da cadeia de fornecimento, que, assim como o nível 1, participa eventualmente de pesquisa socioambiental na qual podemos

mapear os riscos e elaborar planos de melhoria a serem acompanhados nos próximos anos.

Sensibilizamos nossos fornecedores através de recomendações de Sustentabilidade que são divulgadas em nosso site e, semestralmente, enviadas para todos os fornecedores. Estamos, cada vez mais, aprimorando nosso processo de auditoria externa nos fornecedores e estabelecendo indicadores relativos à evolução das empresas avaliadas ao longo dos anos.

Detalhamento da apuração das metas de 2016 e novos compromissos para 2017:

Indicador	Resultado de 2016	Meta para 2017	Meta para 2020
Monitoramento de risco associado a fornecedores com recorrência igual ou menor que seis meses	100% do valor gasto	100% do valor gasto	Meta anterior: fornecedores que representam 90% do valor gasto nos 12 meses anteriores à medição. Meta ajustada: implantar plano de ação e governança para 100% dos fornecedores com riscos identificados.
Recomendações para fornecedores quanto às práticas: • Contratação de empresas locais, com foco em pequenas e médias empresas • Avaliação, treinamento e emprego de pessoas com deficiências • Participação ativa em uma pauta de desenvolvimento • Práticas para combater o trabalho escravo, o trabalho infantil, a corrupção e a prostituição	Recomendações enviadas para todos os nossos fornecedores por e-mail e incluídas no site www.itaubr.com.br/fornecedores	Enviar as recomendações semestralmente para todos os nossos fornecedores por e-mail e incluídas no site www.itaubr.com.br/fornecedores	100%



Indicador	Resultado de 2016	Meta para 2017	Meta para 2020
Engajamento de fornecedores (debates específicos, interação relatada em programas de desenvolvimento)	Realizado o evento de Lançamento do Código de Relacionamento que teve a participação de 391 parceiros em novembro de 2016 e abordou temas como: Relacionamento Ético e Perene; Transparência; Rastreabilidade e Integridade; Simplicidade e Eficiência; Resultados Sustentáveis; Colaboração; e Gestão de Riscos.	Avançar na agenda de engajamento de fornecedores dos níveis 1 e 2 com a condução de <i>workshops</i> específicos e acompanhamento e iniciar um novo processo de monitoramento de planos de ação para o desenvolvimento de programas nos fornecedores.	Fornecedores dos níveis 1 e 2
Auditorias conduzidas no local (% das auditorias)	81% anunciadas 19% não anunciadas/semianunciadas	Realizar um projeto que reavalie os critérios de seleção dos fornecedores (categorias críticas vs. % do valor gasto).	Meta anterior: 80% anunciadas, 20% não anunciadas/semianunciadas. No próximo reporte, após reavaliação, publicaremos a nova meta.
% de fornecedores em risco, identificados por meio de pesquisa socioambiental detalhada	Conduzida a cada 2 anos	Realizar pesquisa socioambiental detalhada nos fornecedores que não são avaliados por uma auditoria detalhada para alcançar 50% do valor gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas.	Fornecedores que representam 80% do valor gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas.
Engajamento de pauta interna em sustentabilidade (nas áreas de Compras e Gestão Técnica)	Realizado o Fórum de Sustentabilidade em Compras 2016 para divulgação das parcerias socioambientais firmadas com CDP Supply Chain, Integrare e Itaú Mulheres Empreendedoras.	Para 2017, nosso desafio é o de avançar no diagnóstico e busca de fornecedores para melhorar nosso relacionamento e buscar a geração de valor através da cadeia de fornecimento.	Partes interessadas que trabalham com 80% do valor gasto por ano em categorias críticas.
Divulgação de indicadores de contratação de fornecedores (por exemplo: certificados, melhores práticas, emissão de gases, entre outros)	Implantação de boletim semanal para as áreas de Compras com a divulgação de indicadores internos de gestão e fornecedores de monitoramento de riscos	Indicadores para fornecedores que são minorias e resultados dos programas realizados.	Indicadores de fornecedores de nível 2
Avaliação do risco na cadeia de fornecimento (contratados por nossos fornecedores em processos críticos)	Reavaliadas atividades planejadas e categorias críticas do ponto de vista socioambiental	Estão previstas para 2017 ações para a melhoria dos seguintes indicadores: • Pesquisa socioambiental entre os fornecedores de nível 2 • Início de um novo processo de monitoramento dos planos de ação para o desenvolvimento de programas nos fornecedores	Fornecedores que representam 30% do valor gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas.
Preparação e monitoramento de planos de ação com fornecedores em risco, identificados no programa RFI e nas auditorias <i>in loco</i>			• Preparação do plano: 100% • Monitoramento: 30% (casos críticos)

Por meio de todos os processos descritos neste documento, nós procuramos evitar potenciais impactos em nossa cadeia de valor.

Entre eles destacamos: [GRI 308-2](#) | [GRI 414-2](#)

- Impactos ambientais variados, impactos relacionados com práticas de trabalho ilegais, tais como o trabalho infantil, trabalho forçado, trabalho escravo e condições de trabalho inadequadas e impacto dos direitos humanos, todos considerados no processo de avaliação de fornecedores; e
- Impactos na sociedade, que são mitigados através da contratação de fornecedores comprometidos, que, por sua vez, ajudam a promover práticas responsáveis e éticas no mercado cooperando, assim, com a sociedade brasileira.

Sociedade



Sociedade

temos operações. Essas mesmas ações são estendidas para a imprensa, os formadores de opinião, o mercado e várias organizações sociais. Também trabalhamos em conjunto com o Poder Público, em seus diversos níveis, para aprimorar os modelos de políticas públicas nos diversos países onde operamos.

A nossa estratégia está relacionada às ações de desenvolvimento social, tais como educação, cultura, esporte, mobilidade urbana e idoso, levadas para todas as comunidades nas quais



Comunicação Corporativa Itaú

Com a missão de promover as relações e interações do Itaú Unibanco com a imprensa e demais *stakeholders*, para atender aos temas prioritários da organização – gerar exposição positiva, proteger e fortalecer a imagem e a reputação da *holding* – a Superintendência de Comunicação Corporativa atua no sentido de assegurar o alinhamento entre os discursos e as práticas da empresa.

Queremos contribuir para o cumprimento da visão da organização: ser o banco líder em performance sustentável e satisfação do cliente. E é para sermos um banco cada vez mais sustentável que precisamos manter uma relação aberta e transparente com a imprensa e os formadores de opinião em geral.

Nas interfaces com a imprensa, por exemplo, trabalhamos para reforçar os principais posicionamentos e mensagens-chave do banco, contribuindo para uma cobertura correta e clara por parte da mídia para influenciar positivamente a reputação do Itaú Unibanco. Também promovemos discussões de temas que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Uma das estratégias mais bem-sucedidas nesse sentido é a realização de encontros e *workshops* com o objetivo de expor informações relevantes sobre assuntos que ajudem a compreender a contribuição do setor financeiro no mundo globalizado. Em 2016, foram promovidos mais de 20 eventos, que trataram de questões como educação financeira, macroeconomia, sustentabilidade, mobilidade urbana, incentivo à leitura, cultura e ao esporte, canais digitais, ouvidoria e empreendedorismo feminino.

O diálogo é permanentemente estabelecido, aliado às estratégias de comunicação, o que permite receber e dar o devido encaminhamento às demandas de veículos de comunicação e de formadores de opinião. Apenas da imprensa, foram recebidas mais de 1.600 pautas em 2016. Essa atuação possibilita, entre outras ações, apoiar o banco nas mudanças de práticas, produtos e serviços.

Ainda em 2016, mais de cem jornalistas dos principais veículos da imprensa nacional e internacional foram recebidos por executivos do banco para conhecer projetos e ações adotadas com foco em Satisfação de Clientes. Nesses encontros, foram apresentadas as iniciativas que melhoraram o diálogo e ampliaram a transparência na relação com o cliente, como os compromissos firmados nas frentes de Relacionamento com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, Atendimento e Transparência. Temas como cenário econômico, projeções macroeconômicas, evolução dos canais de atendimento, entre outros, também foram abordados nessas ocasiões.

Atualmente, são mais de 190 os porta-vozes do banco autorizados a falar com a imprensa. Os treinamentos desses

executivos também são de responsabilidade da área de Comunicação Corporativa. Eles são realizados sob demanda, na medida em que novos executivos são nomeados porta-vozes. Em 2016, 30 executivos foram treinados.

A exposição do Itaú Unibanco na imprensa nacional e internacional é acompanhada por meio de auditoria de imagem realizada pela área de Análise e Pesquisa da CDN, agência de comunicação focada na construção e fortalecimento da imagem e da reputação. As informações, que são analisadas nos âmbitos quantitativo e qualitativo, resultam no Índice de Qualidade de Exposição na Mídia (IQEM), indicador acompanhado mensalmente pela área de Comunicação Corporativa. Em 2016, o Itaú Unibanco respondeu por 40,7% da exposição positiva do setor financeiro na imprensa nacional.

Outro indicador relevante utilizado pela área é o *RepTrak*, que mede a reputação do Itaú Unibanco e dos principais concorrentes em termos de percepção do público em geral. Com levantamentos mensais, trimestrais e semestrais, a metodologia permite fazer uma análise detalhada de 26 atributos que explicam a reputação do banco. Em 2016, o Itaú obteve uma reputação mediana, mas se destacou em relação aos outros participantes do sistema financeiro, com três pontos acima da média do setor.

Com base em todos os resultados obtidos mensalmente no IQEM e *RepTrak*, são avaliados os riscos a serem mitigados e as oportunidades de atuação junto à imprensa e formadores de opinião. Assim, ações e iniciativas são planejadas com o objetivo de reforçar a reputação do Itaú perante os *stakeholders* e colocadas em prática em parceria com as áreas responsáveis por cada tema.

Os dados obtidos são de uso interno e apoiam o planejamento estratégico de comunicação, estabelecem metas de desempenho e permitem a avaliação de resultados de ações promovidas pela área.

Participação em associações [GRI 102-13](#)

A fim de contribuir para a construção de espaços de discussão e diálogo entre agentes do setor, orientar a elaboração de políticas de autorregulação, bem como estruturar ações conjuntas entre instituições, no ano de 2016 estivemos associados às seguintes entidades com fins de representação, que trataram de temas como Ambiente de Crédito, Tributação do Sistema Bancário, Seguros e Planos Econômicos:



Entidade	Filiação
Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp)	X
Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF)	X
Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA)	X
Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs)	X
Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)	X
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)	X
Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC)	X
Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI)	X
Associação Brasileira das Empresas de <i>Leasing</i> (ABEL)	X
Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP)	X
Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)	X
Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec)	X
Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec)	X
Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi)	X
BM&FBOVESPA S.A.	X
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)	X
Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)	X
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)	X
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)	X
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)	X
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)	X

Ademais, contribuímos para o desenvolvimento da sociedade por meio de uma relação de confiança e cooperação junto à instituições sem fins de representação que promovem ações condizentes com nossos pilares institucionais, tais como:

Entidade	Filiação	Patrocínio
American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM)	X	
Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE)		X
Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)	X	
Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM)		X
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)		X
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG)		X
Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)	X	
Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA)	X	
Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)		X
Associação de Bancos do Estado de Minas Gerais (ABEMG)	X	
Associação de Bancos do Estado do Ceará	X	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (APAE)		X
Associação dos Bancos no Distrito Federal (ASSBAN)	X	
Associação dos Bancos no Estado do Rio Grande do Sul	X	
Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (AJUFESP)		X
Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ)		X
Movimento Mulher 360	X	
Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios (APEPREM)		X
Atletas pelo Brasil		X
BAYBRAZIL	X	
Bei Comunicação Ltda.		X
Brasil Investimentos & Negócios (BRAiN)	X	
Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB)	X	
Câmara de Comércio Suíço-Brasileira (SWISSCAM)	X	
Carbon Disclosure Program (CDP)	X	
Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)	X	
Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (CEDES)	X	
Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)	X	
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	X	
Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária (CONAR)	X	
Conselho Regional de Administração (CRA)	X	



Entidade	Filiação	Patrocínio
Fórum Brasileiro de Segurança Pública		X
Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ)		X
Fundação Abrinq	X	
Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU)		X
Fundação Fernando Henrique Cardoso		X
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)	X	
Fundação José Arthur Boiteux (FUNJAB)		X
GBA Board Membership	X	
Global Reporting Initiative (GRI)	X	
Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)		X
Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP)	X	
Instituto O Direito por um Planeta Verde		X
Instituto Açaí		X
Instituto Akatu	X	
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)		X
Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil)		X
Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP)		X
Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT)		X
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)	X	
Instituto Brasileiro de Estudos da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC)	X	
Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON)		X
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)	X	
Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF)	X	
Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI)		X
Instituto Ethos	X	
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial		X
Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)		X
Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário		X
Instituto Pacto Nacional Pela Erradicação Do Trabalho Escravo (InPACTO)	X	
Integrare	X	
Jota Jornalismo Ltda. – ME		X
Lideranças Empresariais Ltda.	X	
Movimento do Ministério Público Democrático (MPD)		X
Pacto Global	X	
Princípios do Equador	X	
Sociedade Rural Brasileira (SRB)	X	
SustainAbility	X	
United Nations Environment Programme – Finance Initiative (UNEP FI)	X	
WEPs Brasil 2016 – Empresas Empoderando Mulheres	X	

Compromissos voluntários **GRI 102-12**

Na última década, adotamos uma série de medidas de fortalecimento dos compromissos com causas como meio ambiente, direitos humanos, esporte, entre outros. Os compromissos voluntários são uma das formas pelas quais apoiamos a evolução dessas agendas. Exemplo disso é a adesão voluntária do banco ao “Pacto pelo Esporte” em 2015, com o propósito de apoiar a construção de práticas de governança e gestão profissionais das entidades esportivas, projetando para o futuro melhorias que garantirão maior credibilidade e segurança aos investimentos feitos, valorizando ainda mais o esporte nacional.

Trabalhamos para intensificar nossa atuação no tema Diversidade, sendo esse um assunto reconhecido e valorizado na cultura organizacional. Como resultado desse trabalho, em 2016 fomos premiados pelo **Selo Paulista da Diversidade do Estado de São Paulo** como uma empresa exemplo em boas práticas empresariais, cujas ações buscam difundir de forma estratégica a cultura de inclusão, respeito, cuidado, valorização e promoção da igualdade nos diferentes ambientes de trabalho. Além disso, aderimos voluntariamente à **Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial**, articulada pela Faculdade Zumbi dos Palmares e a organização Afrobras, tendo como base responsabilidades expressas em agenda de trabalho desenvolvida pelo Instituto Ethos e representada por 10 compromissos⁽⁶⁾.

(6) Os 10 Compromissos podem ser acompanhados de forma integral a partir da publicação do Instituto Ethos “O Compromisso das Empresas com a Promoção da Igualdade Racial” e os documentos referentes à 5ª Edição do Prêmio Pró-Equidade de Gênero e Raça.



Também realizamos a adesão voluntária ao **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça**, desenvolvido pelo Governo Federal. Criado através da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirmamos nosso compromisso com a promoção da igualdade entre mulheres e homens e da busca pela eliminação das discriminações e desigualdades no ambiente de trabalho, mediante a elaboração e o compromisso de execução de um plano de

ação interno em prol da equidade de gênero e etnicorracial previsto para os próximos 18 meses.

Além dos compromissos firmados ao longo do ano de 2016, abaixo destacamos alguns dos princípios e compromissos voluntários assinados nos últimos 15 anos que, juntamente com nossas políticas internas, fundamentam nossa gestão, permitindo que esses temas permeiem todas as áreas, tal como nossas relações diretas com *stakeholders*:

Princípios	Ano de adesão	País de atuação
Pacto Global	2003	Global
Global Reporting Initiative (GRI)	2004	Global
Princípios do Equador III	2004	Global
Carbon Disclosure Program (CDP)	2005	Global
Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo	2008	Brasil
GHG Protocol – Programa Brasileiro	2008	Brasil
Princípios para o Investimento Responsável (PRI)	2008	Global
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI)	2008	Global
Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente	2012	Brasil
Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva (RIO+20)	2012	Brasil
International Integrated Reporting Council (IIRC)	2012	Global
Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI)	2012	Global
Pacto pelo Esporte	2015	Brasil
Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção	2016	Brasil

Relacionamento com o governo

[GRI 102-43](#) | [GRI 201-1](#) | [GRI G4-DMA Desempenho Econômico](#)

Buscamos trabalhar em contato direto com a sociedade civil, entidades do terceiro setor, tal como entidades governamentais, tendo por propósito colaborar com a construção de políticas públicas convergentes aos interesses da sociedade e da organização. Desse modo, as atuações junto aos órgãos públicos, em atenção às questões que envolvem o nosso negócio e as causas que apoiamos, zelam pela democracia, pelo respeito às leis do País, aos princípios estabelecidos pelo Código de Ética do Itaú Unibanco e pela nossa Política de Relações Governamentais, que orienta a conduta permitida e esperada dos colaboradores nos casos de relacionamento com quaisquer agentes públicos.

A nossa atividade de representação dos interesses institucionais e do sistema financeiro em geral, de forma organizada e transparente, se desenvolveu ao longo do ano de 2016 por meio de ações de acompanhamento do trâmite normativo e legislativo, bem como de prestação de informações e sugestões de técnicas visando contribuir para o aperfeiçoamento do cenário regulatório brasileiro, sempre com observância dos ditames legais e éticos aplicáveis. No que tange o fortalecimento de causas institucionais, realizamos ao longo do ano aportes de recursos financeiros para apoiar projetos e/ou atividades vinculadas à órgãos públicos e demais instituições.

Dessa perspectiva, durante o ano de 2016 empregamos os seguintes esforços no que diz respeito ao nível federal do País:

- Acompanhamos o progresso de mais de 1.900 proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional.

- Realizamos visitas a mais de 200 legisladores e gestores públicos com notáveis participações e expertise em áreas como segurança, direitos do consumidor, mobilidade urbana, questões fiscais e tributárias e meio ambiente. Exemplos de tais articulações são:

- Encontro com assessores de parlamentares para apresentação de material sobre Estratégias de Educação Financeira elaborado pela área de Sustentabilidade; e

- Reunião com representantes da Secretaria Nacional do Consumidor e Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, com participação de outras entidades de representação, para discutir e apresentar propostas ao Projeto de Lei 3515/2016, que dispõe sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento no País.

- Trabalhamos pela aproximação do Poder Executivo, mediante Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Meio Ambiente, do Planejamento, da Casa Civil e do Trabalho; ao Poder Legislativo de modo a atuar sobre temas como Comércio Eletrônico, Documentos Digitais, Proteção de Dados Pessoais; Consignados FGTS, Políticas de Crédito; Superendividamento e Licenciamento Ambiental.



- Colaboramos com a divulgação de campanhas educativas e de conscientização da população produzidas pelo governo federal a partir de sua publicidade em painel luminoso no topo do nosso prédio administrativo no bairro de Pinheiros, cidade de São Paulo.

Nos níveis estaduais e municipais:

- Acompanhamos de perto as discussões de mais de 4.500 proposições legislativas que tramitam em todas as Assembleias Legislativas do País e em aproximadamente 90 Câmaras Municipais, tendo por base assuntos que tratam sobre segurança, direitos do consumidor, sistema tributário, operações bancárias, mobilidade urbana, entre outros.
- Estabelecemos relações com entidades governamentais e públicos estratégicos com a finalidade de nutrir, amparar e desenvolver atividades alinhadas às causas institucionais do Itaú Unibanco, produzindo e agregando valor à sociedade. São exemplos de tal aproximação:
 - Implantação do Projeto Câmera Cidadã nas cidades de Nova Friburgo, Maceió, Recife e Salvador, permitindo o compartilhamento de imagens das câmeras externas das agências com os órgãos públicos de segurança dos municípios;
 - Liberação de cerca de 50 agências bancárias do Itaú Unibanco localizadas em cidades dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para que, em conformidade com a Resolução 23.456/2015 do Tribunal Superior Eleitoral, fossem instaladas seções eleitorais para a realização do pleito de 2016;
 - Realização de *Workshop* de Incentivos Fiscais, executado pela Nexo Investimento Social, em Recife, Salvador, Mogi Mirim e Distrito Federal, a partir de parceria com os poderes públicos locais, com o propósito de ensinar e incentivar empresas e entidades do terceiro setor a usufruir dos mecanismos de incentivos fiscais, criando oportunidades de concretização de projetos de cunho cultural, esportivo, educacional, etc.; e
 - Execução de Palestras de Segurança para Idosos em parceria com Secretarias de diferentes cidades como Palmas, Aracaju, Aparecida de Goiânia, Recife e Fortaleza, a fim de orientar e disseminar as boas práticas de segurança à população idosa, tratando de temas como golpes usualmente realizados, meios de prevenção a possíveis fraudes de cartões, saques seguros, uso da biometria, entre outras questões.
- Comprometemo-nos com o gerenciamento do Auditório Ibirapuera na cidade de São Paulo, com o apoio do Instituto Itaú Cultural.

Campanhas políticas e doações **GRI 415-1**

Em conformidade com a Lei nº 9.504/1997, alterada pela Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015), no ano de 2016 atualizamos nossa política interna de doações vetando quaisquer tipos de: I) doações feitas diretamente a agentes públicos, órgãos ou entidades do Poder Público, ou feitas a parentes dos agentes públicos em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, que tenham por finalidade influenciar decisões, nas quais o Conglomerado Itaú Unibanco tenha interesses; II) doações eleitorais ou destinadas a candidatos e partidos políticos. Desse modo, obedecendo as leis e os regulamentos brasileiros, em 2016 o Conglomerado Itaú Unibanco não realizou qualquer doação de recursos a partidos políticos ou candidatos destinados às eleições.

No que tange as demais doações, atuamos de acordo com nossa Política Interna, na qual qualquer transferência de recursos financeiros, serviços e/ou bens deve estar alinhada com a estratégia e os valores morais e éticos. A fim de conduzir o processo com o controle necessário, a governança se encontra centralizada na Superintendência de Relações Governamentais e Institucionais do Itaú Unibanco, onde os projetos são recepcionados, analisados e avaliados de acordo com o nosso Código de Ética e Política Corporativa de Prevenção à Corrupção. Em seguida, é realizada a avaliação de idoneidade dos donatários dos projetos e, por fim, com o propósito de assegurar a harmonia do uso dos recursos de acordo com as nossas causas institucionais e de forma transparente, íntegra e ética, as propostas são encaminhadas para o comitê de Patrocínios e Doações, para que seja tomada a decisão final de realizarmos ou não o aporte de recursos. Nesse sentido, em 2016 realizamos uma série de doações a instituições sem fins lucrativos, órgãos públicos e até mesmo para organizações privadas que buscam fortalecer iniciativas que valorizam a cultura, a educação, o esporte, a mobilidade urbana, entre outras ações que geram valor à sociedade.

Incentivos fiscais do governo **GRI 201-1 | GRI 201-4**

Em 2016, investimos na cultura, na educação, no esporte e na saúde, de forma incentivada pela legislação tributária, em contrapartida tivemos um benefício fiscal no montante de R\$ 134,8 milhões, através das seguintes modalidades:

Investimentos por modalidade (R\$ milhões)	2016	2015	2014
Doações para financiamento dos direitos da criança e do adolescente	15,8	22,4	22,0
Lei Rouanet de apoio à cultura	74,4	87,0	107,2
Patrocínios esportivos	12,4	22,4	21,0
Atividades audiovisuais	0,3	0,8	4,0
Outros ⁽¹⁾	31,9	65,3	57,8
Total	134,8	197,9	212,0

(1) Refere-se a Projetos vinculados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS), ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e ao Estatuto do Idoso.



Adicionalmente, usufruímos do montante de R\$ 6,3 milhões a título de incentivos fiscais:

Incentivos Fiscais por modalidade (R\$ milhões)	2016	2015	2014
Programa de alimentação do trabalhador	5,3	4,3	4,8
Programa empresa cidadã	1,0	0,9	1,2
Total	6,3	5,2	6,0

Comunidade [GRI 102-43](#) | [GRI 201-1](#) |

[G4 DMA Comunidades Locais](#)

Na qualidade de instituição financeira, reconhecemos o nosso papel enquanto agente de transformação, promovendo o desenvolvimento local. Nesse sentido, trabalhamos para incentivar projetos, instituições e indivíduos de maneira inovadora, rumo a construção de um mundo melhor.

Para tanto, participamos de discussões, eventos e ações que contribuam para a melhoria e o fortalecimento das comunidades ao redor de nosso Centro de Negócios, localizado no bairro do Jabaquara, em São Paulo, do Centro de Operações Técnicas, na subprefeitura da Mooca, também na capital paulista, e do Centro Tecnológico, inaugurado em 2015 na cidade de Mogi Mirim (SP). Promovemos o seguinte tipo de engajamento ao longo do ano de 2016 para os projetos ligados a educação, cultura, esporte e mobilidade urbana:

- Patrocínio à 52ª comemoração de Aniversário do Distrito do Jabaquara e à Festa da Primavera, celebradas na Vila Santa Catarina;
- Manutenção de espaços públicos, tais como a Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha e o Parque Lina e Paulo Raia;
- Promoção de visitas de alunos da Fatec Mogi Mirim ao Centro Tecnológico instalado na cidade, para transmitir conhecimento acerca das operações e da infraestrutura local;
- Participação no Comitê SP Diverso – grupo de empresas que colaborou para a produção do 3º Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo;
- Apoio à construção da Cozinha SP, instalada em contêiner na Praça dos Arcos, para o desenvolvimento de uma cozinha colaborativa baseada em gastronomia social;
- Realização da Gincana da Solidariedade, promovendo uma competição saudável entre colaboradores dos prédios administrativos e agências bancárias, mediante a arrecadação de doações. Ao todo, arrecadamos 96,5 toneladas de produtos que foram doados a diversas instituições beneficentes e realizamos a doação de aproximadamente 45 mil cobertores e/ou lençóis para organizações sem fins lucrativos e órgãos municipais de diferentes cidades do País, englobando Secretarias, Fundos e Prefeituras; e

- Efetuadas reuniões com Prefeituras de diferentes municípios de modo a identificar demandas locais para apoio institucional em ações sociais como instalação de academias ao ar livre, sendo algumas voltadas à terceira idade, instalação de bicicletários, entre outras parcerias.

Além disso, acompanhamos e investimos em educação, esporte, cultura, saúde, diversidade, mobilidade urbana e inovação. Trabalhando para identificar necessidades e oportunidades em regiões onde possuímos negócios e, em conjunto com os líderes das comunidades locais e da administração pública regional, apoiamos ações de transformação social. São exemplos de patrocínios a projetos como a 4ª Virada Cultural de Belo Horizonte, o Fórum São Paulo Diverso, o Projeto *Bike Brasil* do CEBRAP para Análise Técnica em Mobilidade Urbana e o patrocínio ao Movimento Paulista de Segurança Viária.

Em complemento, atuamos junto à sociedade civil e entidades do terceiro setor com o propósito de gerar e compartilhar conhecimento, bem como de engajar iniciativas, a fim de impulsionar uma articulação do investimento social privado com causas e políticas públicas em diferentes cidades do Brasil. São exemplos patrocínios realizados à Pesquisa Repensar o Ensino Médio promovida pela ONG Todos Pela Educação, ao 21º Congresso de Direito Ambiental do Instituto O Direito por um Planeta Verde, ao Projeto A Casa é Nossa do Instituto Novo Brasil Pelo Carimbo Solidário, ao projeto de estudo sobre o Ensino Técnico e Profissional no Brasil desenvolvido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) e pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), e patrocínio ao Selo Social do Instituto Abaçaí, que propõe medidas para a erradicação da extrema pobreza e da fome no Brasil.

Cidadania corporativa [GRI 201-1](#) | [GRI 103-2](#) | [103-3](#)

[Cidadania corporativa](#)

Investimento social privado [GRI G4-DMA Desempenho Econômico](#)

Dentre as ações realizadas no ano de 2016 com o propósito de apoiar agendas de transformação social, damos destaque para o modelo de investimento social privado, no qual foram realizados aportes de recursos para apoio de iniciativas e projetos alinhados às nossas causas institucionais.

Ao longo do ano contribuimos através de investimento social privado de três maneiras:

- Via aporte direto de recursos financeiros (patrocínios e doações, inclusive a Fundos de Investimentos, [vide página 243](#));
- Mediante fomento a projetos subscritos às leis de incentivo; e
- Por meio de nossos Institutos e Fundações.



Sob a lógica de fortalecer a sociedade que nos fortalece, tais investimentos sociais estiveram voltados para a melhoria de áreas como: educação, cultura, esporte, mobilidade urbana, saúde e envelhecimento. Segue detalhamento de nossa atuação em 2016:

Investimento social privado⁽¹⁾

Não incentivados

	2016: valor investido (R\$ milhões)	Número de projetos
Educação	140,3	180
Cultura	74,1	4
Esporte ⁽²⁾	8,5	4
Mobilidade urbana	63,8	15
Suporte institucional e outros	33,5	206
Total de não incentivados	320,2	409

Incentivados

	2016: valor investido (R\$ milhões)	Número de projetos
Cultura	83,6	97
Educação	11,7	39
Esporte	14,5	15
Saúde e idosos	38,4	39
Outros	6,5	21
Total de incentivados	154,6	211
Total	474,8	620

(1) Devido à alteração na estrutura de apresentação dos aportes realizados nos anos de 2015 e 2016 e a incompatibilidade no formato de representação dos mesmos, o presente relatório não expressa um comparativo entre anos.

(2) Não inclui patrocínios à Seleção Brasileira de Futebol e ao Aberto de Tênis de Miami.

Educação

O Itaú trabalha para elevar a qualidade da educação pública brasileira através da Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco e parceria com outros institutos, fundações e ONGs que compartilham o mesmo objetivo.

Fundação Itaú Social

A trajetória da Fundação Itaú Social teve início em 1993 quando o Programa de Ação Comunitária – posteriormente denominado Programa Itaú Social – foi criado para administrar e implantar as iniciativas de investimento social privado do banco. Em 2000,

essas iniciativas foram institucionalizadas com o estabelecimento da Fundação Itaú Social por meio de um fundo de doação que garantiria a continuidade do investimento social privado e facilitaria a prestação de contas para todas as partes interessadas.

Ações que geram resultados duradouros requerem políticas de governo efetivas aliadas à ampla participação dos diversos setores da sociedade civil. Com uma abordagem sistêmica na área de educação, a Fundação Itaú Social concentra seus programas em quatro esferas:

Educação integral: defendemos a ampliação do tempo e espaços e conteúdos de aprendizagem diversificados que podem atender melhor ao potencial de desenvolvimento da criança em um país que oferece apenas meio período escolar como forma de reduzir as desigualdades.

Gestão educacional: promovemos o desenvolvimento das habilidades das equipes técnicas e das administrações das escolas públicas em parceria com sistemas de ensino público a fim de promover melhorias específicas e sustentáveis na aprendizagem do aluno e no dia a dia da escola.

Avaliação de impacto do programa: os investimentos sociais trazem melhores resultados quando eles conseguem avaliar seu impacto e efetividade. Oferecemos treinamentos para avaliadores profissionais e gestores de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em metodologias de avaliação de impacto, incluindo estimativas de retorno sobre investimentos, ao mesmo tempo em que oferecemos monitoramento e avaliação para os nossos próprios programas como forma de melhorar o programa e o processo de tomada de decisão.

Mobilização social: oferecemos aos colaboradores e aos clientes do banco, e à sociedade em geral, iniciativas de voluntariado com o propósito de desenvolver redes de cooperação dedicadas às habilidades de leitura e à educação financeira. Acreditamos na cooperação entre diferentes pessoas como forma de desenvolver uma sociedade melhor e mais equitativa.

Em 2016, quase dois milhões de pessoas se beneficiaram com as iniciativas da Fundação Itaú Social. Este relatório apresenta dados e resultados de alguns dos nossos programas de maior destaque:

Programa/extensão geográfica	Objetivo do programa	Investimento em 2016	Participação 2016
Prêmio Itaú-Unicef	O Prêmio Itaú-Unicef tem o objetivo de identificar, reconhecer e estimular parcerias entre OSCs e escolas públicas em projetos socioeducativos que contribuem para as políticas públicas de educação integral para crianças e jovens. O prêmio é concedido aos projetos recebidos nos anos ímpares. Nos anos pares, são oferecidos treinamentos para desenvolver as habilidades dos envolvidos em projetos que se inscreveram para o prêmio.	R\$ 2.652.693,00	1.480 participantes nos treinamentos
UFs das OSCs que receberam serviços de assessoria: AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PR, RJ, RS, SC e SP			
Escrevendo o Futuro – Olimpíadas da Língua Portuguesa	O programa tem como objetivo aprimorar a prática didática de professores de Língua Portuguesa da rede pública em todo o Brasil. Nos anos pares, é realizado o concurso nacional de textos em quatro gêneros literários. Nos anos ímpares, o treinamento dos professores é ampliado para incluir treinadores e equipes técnicas.	R\$ 17.346.767,00	81.266 professores inscritos no concurso 68 turmas de cursos de educação a distância, com 6.376 alunos participantes 16 turmas de cursos presenciais com 1.000 alunos participantes
87% dos municípios brasileiros (4.873 cidades inscritas, assim como todos os 27 estados)			

Programa/extensão geográfica	Objetivo do programa	Investimento em 2016	Participação 2016
Programa de Avaliação da Educação Técnicos do governo, formandos universitários e gestores de OSCs nas UFs de BA, CE, DF, ES, GO, MT, PR, RJ e SP	O objetivo do programa é a formação profissional nas metodologias do Programa de Avaliação de Impacto e em estimativas de retorno sobre investimentos por meio de cursos, oficinas de trabalho e seminários.	R\$ 1.700.425,00	4 turmas de oficina de trabalho com 131 participantes 6 turmas de Curso para Gestores com 148 participantes 4 turmas do Curso de Extensão Universitária com 127 participantes 2 turmas de Curso Avançado com 63 participantes 9 Encontros Temáticos com 239 participantes Seminário Internacional 2016 com 352 participantes
Itaú Criança Todos os estados receberam a coleção. Estados com ações de mediação de leitura: AM, BA, GO, RJ, PR, RS e SP Estados com projetos financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência: PB, PR, CE, AL, SP e MG	Uma ação conjunta com o banco que busca mobilizar colaboradores, clientes e a comunidade a contribuírem para promover o direito de crianças e adolescentes à educação de qualidade, visando ao seu desenvolvimento integral. Ela consiste em campanhas de incentivo à leitura do adulto para a criança e de destinação da restituição do Imposto de Renda aos Fundos Públicos da Infância e da Adolescência e em um fundo de doação no mesmo valor pelo Itaú.	R\$ 18.059.416,00	1.801.663 coleções Itaú Criança distribuídas através da Campanha Leia para uma Criança; 1.600.000 coleções para pessoas físicas; 200.000 coleções para OSCs e Secretarias de Educação; 1.663 coleções em Braille 6.418 bibliotecas Itaú Criança distribuídas por colaboradores do Itaú Unibanco durante as ações de voluntariado 2.795 crianças atendidas nos projetos financiados pelas restituições do imposto de renda dos colaboradores do Itaú
Voluntariado Estados beneficiados por ações de voluntariado: AM, BA, GO, RJ, PR, RS, SP, PA, PB, AL, RN, PE, MA e DF Estados que têm Comitês Mobiliza Itaú: AC, AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RS, SC, SP e DF	O objetivo do programa é o de incentivar, facilitar e reconhecer o engajamento dos colaboradores do banco em ações de voluntariado.	R\$ 3.661.190,00	17.098 voluntários registrados na Rede de Ações Sociais Itaú 15.642 pessoas participaram das oficinas do Uso Consciente do Dinheiro

Consulte www.fundacaoitausocial.org.br para mais detalhes.

Metas

Iniciativas	Meta para 2016	Situação em 2016	Meta para 2017
Prêmio Itaú-Unicef	Realizar treinamentos para gestores e educadores de OSCs e escolas públicas – 40 turmas de ensino a distância e 3 salas de debate virtuais	26 turmas de ensino a distância com 983 participantes; 4 salas de debate virtuais com 433 participantes	Realizar a cerimônia de premiação e registrar 3.000 inscrições das parcerias entre as OSCs e as escolas públicas
	Realizar 25 encontros de planejamento estratégico com os comitês de voluntariado e promover sinergia e acesso à Rede de Ações Sociais	20 encontros realizados com 4.352 participantes	Conduzir 50 ações de mobilização
	Melhorar a assessoria técnica às 32 OSCs e escolas públicas classificadas como finalistas nas edições de 2013 e 2015	Assessoria para 32 OSCs	Realizar 7 eventos inaugurais regionais em parceria com organizações locais e autoridades governamentais
Escrevendo o Futuro – Olimpíadas da Língua Portuguesa	Concurso: disponibilização de materiais didáticos, mobilização das secretarias de educação e de escolas, inscrição de 100 mil professores, oficinas de alunos/professores e seleção dos textos em todos os níveis (escola, cidade, estado, regional e nacional)	81.266 professores inscritos 68 turmas de cursos de educação a distância com 6.376 participantes	Cursos presenciais: treinamentos em todos os 27 estados brasileiros
	Educação a distância: 106 turmas de cursos de educação a distância com 12 mil participantes	16 turmas de cursos presenciais com 1.000 participantes	Educação a distância: 94 turmas



Iniciativas	Meta para 2016	Situação em 2016	Meta para 2017
Ações do Programa de Avaliação da Educação	10 turmas de oficina e ajustes no formato e conteúdo do curso	4 turmas de oficina com 131 participantes	
	8 turmas do Curso para Gestores	6 turmas do Curso para Gestores com 148 participantes	2 turmas do Curso para Gestores
	2 turmas do Curso On-line	4 turmas do Curso de Extensão Universitária com 127 participantes	1 turma do Curso Avançado
	3 turmas do Curso de Extensão Universitária	2 turmas de Curso Avançado com 63 participantes	2 Cursos On-line
	1 turma do Curso Avançado	9 Encontros Temáticos com 239 participantes	1 Seminário Internacional
	8 Encontros Temáticos	1 Seminário Internacional com 352 participantes	
	1 Seminário Internacional		
Itaú Criança	Realizar treinamentos de mediação de leitura para 660 voluntários	639 voluntários treinados em ações de mediação de leitura	Distribuição de 6.000 bibliotecas adicionais de edições anteriores
	Adquirir e entregar, como apoio à prática voluntária, 4 mil Bibliotecas Itaú Criança (coleções com 50 títulos literários)	6.418 bibliotecas distribuídas	1,6 milhões de livros da Coleção Itaú Criança doados a escolas públicas e projetos sociais
	Adquirir e entregar 3,6 milhões de livros infantis (Coleção Itaú Criança)	3,6 milhões de livros infantis distribuídos	1,8 milhões de livros da coleção doados a pessoas físicas
	Garantir que 5% dos nossos colaboradores e 20% das lideranças do banco destinem até 6% de suas restituições do imposto de renda ao Fundo da Infância e da Adolescência	Destinação de recursos de 3,15% dos colaboradores do Itaú e de 21% das lideranças do banco	
Voluntariado	15.000 voluntários registrados na Rede de Ações Sociais Itaú	17.098 voluntários registrados.	Ações de assessoria ao voluntariado para 30 equipes do banco em todas as regiões brasileiras e engajamento de 10.000 colaboradores
	500 voluntários atuantes em oficinas de Uso Consciente do Dinheiro	595 voluntários atuantes em oficinas de Uso Consciente do Dinheiro.	Participação mínima de 4 unidades externas do Itaú na semana global de trabalho voluntário
	Ações de assessoria ao voluntariado para 20 equipes do banco	Ações de assessoria ao voluntariado para 42 equipes do banco.	Criação e implantação de uma política de voluntariado para a mitigação de riscos
			Melhoria dos processos de monitoramento e avaliação

Instituto Unibanco

O Instituto Unibanco, criado em 1982, é uma organização que atua na melhoria da educação pública do Brasil com foco no Ensino Médio. Para isso, elabora e implementa soluções de gestão em redes de ensino.

Ele mantém parcerias com instituições como secretarias de educação, instituições acadêmicas, instituições filantrópicas focadas no tema da educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), entre outras. O Instituto é mantido por um fundo patrimonial (endowment) que orienta o financiamento das atividades. Este relatório apresenta alguns dos programas mais relevantes do Instituto Unibanco.

Programa/extensão geográfica	Descrição	Valor investido em 2016	Impacto em 2016
Jovem de Futuro CE, GO, ES, PA e PI	Tecnologia educacional e produção de conhecimento para estimular o aprimoramento contínuo da gestão escolar.	R\$ 38.526.254,24	1.440 escolas 469.985 estudantes
Estudar Vale a Pena CE, GO, ES e SP	Ação de voluntariado que objetiva a conscientização dos alunos de escolas públicas do Ensino Médio sobre os benefícios da educação.	R\$ 2.412.597,43	1.013 voluntários atuantes 57 escolas 6.684 estudantes
Fomento (Editais Gestão Escolar para Equidade e Fundos de Apoio) AM, BA, CE, MG, PB, RJ, RN, SC e SP	Edital com objetivo de identificar, reconhecer e acompanhar projetos desenvolvidos em escolas públicas de Ensino Médio com foco na gestão escolar, que possam contribuir para elevar os resultados educacionais de grupos de estudantes em situações de desigualdades. Apoio para o desenvolvimento institucional de organizações sem fins lucrativos relevantes no campo da educação.	R\$ 3.021.100,07	10 projetos selecionados no Edital Gestão Escolar para Equidade: Elas nas Exatas e apoio a 12 organizações sem fins lucrativos



Metas

Programa	Situação em 2015	Situação em 2016	Meta para 2017
Jovem de Futuro	2.407 escolas (19% a mais do que a meta esperada)	2.519 escolas	1.832 escolas

Iniciativas de educação Itaú BBA

Para otimizar o investimento social, trabalhamos em parceria com outras fundações, institutos e ONGs que compartilham o mesmo objetivo: melhorar a qualidade da educação pública básica no Brasil. Unimos esforços, inteligências, conhecimentos e recursos, no apoio técnico e financeiro a projetos de educação, porque acreditamos que dessa forma potencializamos nossas ações e poderemos fazer melhor para a educação brasileira. Esse esforço é feito sem lei de incentivo.

Nos últimos dois anos nosso foco prioritário foi a formulação de um novo modelo de Ensino Médio, flexível, articulado ao Ensino Técnico e à qualificação profissional, uma vez que 83% dos jovens brasileiros que concluem o Ensino Médio não ingressam no Ensino Superior ou têm aulas para um trabalho qualificado, de acordo com o IBGE.

Para trazer o tema da articulação do Ensino Técnico com

o Ensino Médio para o centro do debate, encomendamos estudos gerais e aprofundados sobre o assunto e a partir daí realizamos parcerias com o Ministério da Educação, Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e com o Movimento pela Base Nacional Comum (BNCC). Nós também estamos apoiando os estados da Paraíba e de Santa Catarina, para colocar em prática essa proposta de flexibilização com a perspectiva de dar visibilidade às iniciativas nessa direção.

Uma característica significativa das nossas ações prioritárias e apoios é que têm abrangência nacional, estadual e municipal e estão divididos em realização de estudos e pesquisas, intervenção direta em escolas públicas e patrocínios institucionais. Em 2016, investimos um total de R\$ 5.333.974,00.

Principais projetos, instituições e ONGs apoiados em 2016:

Apoiado/ extensão geográfica	Descrição	Valor investido em 2016	Impacto em 2016
Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed)	Apoio técnico e financeiro para colocar na pauta a reorganização do Ensino Médio, em especial para promover a educação técnica profissional de nível médio regular.	R\$ 165.000,00	Promulgação da Medida Provisória 746, que instituiu o Novo Ensino Médio, que será composto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de itinerários formativos, entre eles a formação técnica profissional.
Todos os estados brasileiros			
Secretaria Estadual de Educação de São Paulo – Programa Educação – Compromisso de São Paulo	Ação coletiva que estabelece um pacto com a sociedade em prol da educação a partir de cinco pilares: 1. Valorização do capital humano: carreira e formação de professores; 2. Gestão pedagógica com foco nos resultados dos alunos: aprendizagem; 3. Novo modelo de escola: escolas de tempo integral; 4. Escritório de projetos: operacionalização do programa; e 5. Engajamento e comunicação: divulgação do programa.	R\$ 250.000,00	Realizou ações nos cinco pilares para atingir a meta de desenvolvimento da educação em São Paulo nos próximos 15 anos. Entre as suas principais metas está fazer com que a rede estadual paulista figure entre os 25 melhores sistemas de educação do mundo nas medições internacionais, além de posicionar a carreira do professor entre as dez mais desejadas do Estado.
São Paulo (Estado)			
Todos pela Educação	Apoio institucional e em estudos e pesquisas sobre educação básica pública.	R\$ 665.000,00	Realizou ações com o objetivo de permitir que até 2022 98% das crianças e jovens entre 4 e 17 anos estejam matriculados e frequentando a escola, ou tenham concluído o Ensino Médio.
Todos os estados brasileiros			
Parceiros da Educação	Apoio a três escolas públicas do Programa de Ensino Integral em São Paulo (capital): • Fundamental I – Escola Estadual Vila Albertina; • Fundamental II – Escola Estadual Carlos Maximiliano Pereira dos Santos; e • Ensino Médio – Escola Estadual Prof. Antônio Alves Cruz.	R\$ 1.040.000,00	Apoio na área pedagógica para 42 professores, 9 coordenadores pedagógicos, <i>coaching</i> para 3 diretores e 2 vice-diretores, aulas de reforço, cursinho pré-vestibular, de redação para o ENEM e compra de materiais. Além disso, investiu na infraestrutura dessas escolas, beneficiando 820 alunos.
São Paulo – SP			
Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Integrante da equipe do Movimento, que trabalha pela criação de uma Base Nacional Comum Curricular que servirá como “espinha dorsal” para os direitos de aprendizagem de cada aluno, a formação dos professores, os recursos didáticos e as avaliações externas.	R\$ 400.000,00	A segunda versão da Base, redigida de acordo com mais de 12 milhões de contribuições e com amplo debate público, foi apresentada pelo MEC em maio de 2016. Entre junho e agosto, mais de 9 mil participantes, a maioria professores, se reuniram em seminários em todos os estados e fizeram sugestões de mudanças. Essas contribuições foram sistematizadas em um relatório, entregue ao MEC em 14 de setembro de 2016. Ainda não é possível prever quando a Base Nacional Comum entrará efetivamente em vigor.
Todo o Brasil			

Metas

Apoios	Status em 2015	Status em 2016	Meta 2017
Institucional	Contribuímos com cinco fundações, institutos e ONGs que realizaram projetos com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica pública no Brasil, preferencialmente aqueles que apoiaram as políticas públicas.	Contribuímos com seis fundações, institutos e ONGs que realizaram projetos com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica pública no Brasil, preferencialmente aqueles que apoiaram as políticas públicas.	Contribuir com seis fundações, institutos e ONGs para a realização de projetos para melhorar a qualidade da educação básica pública no Brasil, preferencialmente aqueles que apoiem as políticas públicas.
Intervenção direta	Apoiamos quatro projetos que impactaram diretamente professores, diretores, coordenadores pedagógicos e alunos de escolas públicas de ensino básico.	Apoiamos oito projetos que impactaram diretamente professores, diretores, coordenadores pedagógicos e alunos de escolas públicas de ensino básico.	Apoiar oito projetos que possam impactar diretamente professores, diretores e coordenadores pedagógicos e alunos de escolas públicas de ensino básico.
Estudos e Pesquisas	Apoiamos a realização de quatro trabalhos de Estudos e Pesquisas que contribuíram para embasar projetos em prol da qualidade da educação básica pública.	Apoiamos a realização de sete trabalhos de Estudos e Pesquisas que contribuíram para embasar projetos em prol da qualidade da educação básica pública.	Realizar cinco trabalhos de Estudos e Pesquisas que possam contribuir para embasar projetos em prol da qualidade da educação básica pública.

Cultura

Temos o compromisso de democratizar o acesso à cultura brasileira e artes, operando em várias frentes, através do Instituto Itaú Cultural e Espaço Itaú de Cinema.

Instituto Itaú Cultural

Inaugurado em 1987, o Itaú Cultural tem compromisso estreito com a arte e cultura brasileiras e atua em diversas frentes para democratizar o acesso à cultura e à arte. O Instituto mantém intensa programação gratuita, tanto na sua sede, em São Paulo, quanto por meio de parcerias estratégicas com equipamentos de outras cidades do País e do exterior. O total executado pelo Itaú Cultural em 2016 foi de R\$ 87.956.204,66 sendo R\$ 14.244.420,70 executados com verba incentivada pela Lei Rouanet – Art. 26 e R\$ 73.711.783,96 sem recursos da Lei Rouanet.

Desse montante sem o recurso da Lei Rouanet, R\$ 12.031.928,66 foram executados exclusivamente pelo Auditório Ibirapuera.

No ano de 2016, o Itaú Cultural atuou intensamente no tema da diversidade. Questões ligadas à acessibilidade para os públicos cego e surdo foram inseridos nos espaços expositivos, no site do instituto, assim como para seus colaboradores, através do Comitê de Acessibilidade. O instituto seguiu com o Comitê de Questões Raciais, trabalhando a presença e a representatividade do negro no cenário cultural brasileiro contemporâneo. Os trabalhos inscritos no Programa Rumos também retrataram essa busca, apoiando projetos relacionados ao tema de diversidade (como questões raciais, indígenas, de gênero e grupos periféricos).

O Itaú Cultural realizou durante o ano cerca de 900 atividades que impactaram mais de 730 mil visitantes por todo o Brasil – incluindo as ações do Auditório Ibirapuera. E segue como grande destaque regional e nacional em nosso Índice de Qualidade de Exposição na Mídia (IQEM). O público virtual também cresce a cada ano e, em 2016, o site do instituto obteve mais de 15 milhões de acessos.

Programa/ extensão geográfica	Descrição	Valor investido (R\$ milhões)	Impacto 2016
Programa Rumos 25 estados do Brasil + Argentina	Em 2016 o programa completou 19 anos de atuação, e anunciou os selecionados na edição lançada em 2015. A força e amplitude da diversidade cultural e artística brasileira ficou evidente pela grande incidência de trabalhos inscritos com assuntos que espelham as questões raciais, comunidades isoladas e questões de gênero.	6,6	Ao total, 117 projetos selecionados tiveram o apoio financeiro e institucional na produção e difusão de suas produções.
Ocupação Glauco São Paulo	Em julho de 2016, o instituto abriu a 30ª edição do Ocupação Itaú Cultural. Desta vez, a série se voltou para o universo do cartunista Glauco Villas Boas, apresentando ao público mais de 200 trabalhos e abordando diferentes aspectos da trajetória do artista – de suas parcerias profissionais à sua vida espiritual. Foi realizado um intenso exercício para tornar a mostra acessível aos públicos cego e surdo, sendo a primeira exposição a priorizar as questões ligadas à acessibilidade.	0,4 (420.171,99)	Cerca de 34 mil pessoas impactadas
Exposição Calder e a Arte Brasileira São Paulo	A exposição Calder e a Arte Brasileira foi o grande destaque do ano. Na mostra, o instituto lançou luz sobre a influência no Brasil da obra do artista norte-americano, pioneiro da arte cinética, e trouxe à tona a importância de seu papel na formação do neoconcretismo no País.	2,3	Cerca de 60 mil pessoas impactadas



Programa/ extensão geográfica	Descrição	Valor investido (R\$ milhões)	Impacto 2016
Exposições Acervo Itaú e Itaú Cultural	Dois novos recortes do Acervo de Obras de Arte Itaú Unibanco, mantido e gerenciado pelo Itaú Cultural, passaram a circular pelo Brasil: Narrativas em Processo: Livro de Artista na Coleção Itaú Cultural, que chegou até Ribeirão Preto, e Imagens Impressas, que passou pelo Espaço Memória e pela cidade de Santos.	1,3	No ano de 2016, sete exposições do Acervo Itaú e Itaú Cultural circularam por cinco estados do País. Mais de 205 mil pessoas foram impactadas pelas mostras.
Brasília, Curitiba, Fortaleza, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo			
Ações virtuais	Lançamento do Canal, espaço no site do Itaú Cultural que trabalha as produções audiovisuais. O Espaço Olavo Setubal passou a contar com o Google Art Project, ferramenta que possibilita a visita on-line à exposição permanente do instituto.	0,4 (Canal) 398.464,20	O site do instituto obteve 15,5 milhões de acessos únicos durante o ano de 2016.
Brasil e exterior		R\$ 0,00 (Google Art Project)	
Auditório Ibirapuera	O destaque da programação do Auditório em 2016 foram a MITsp, Braziljazzfest, Ana Cañas e Ballet de Paraisópolis, além dos espetáculos de lançamentos de artistas do cenário atual, como Liniker, As Bahias e a Cozinha Mineira e Rico Dalasam. A Escola do Auditório, que atende cerca de 170 crianças e adolescentes da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, formou 19 alunos durante o ano.	12	187.545 pessoas tiveram acesso a 147 espetáculos a preço popular, sendo 59 apresentações gratuitas.
São Paulo			
Formação	O instituto criou e edita a revista Observatório Itaú Cultural, desde 2006, voltada para as discussões em torno da política pública cultural brasileira. Um de seus desdobramentos é o curso gratuito de Especialização em Gestão e Políticas Culturais, realizado com a Cátedra Unesco em Gestão Cultural da Universidade de Girona, na Espanha, e o apoio da Organização dos Estados Ibero-americanos.	0,7 (R\$ 718.603,23) no Curso de Especialização em Gestão e Políticas Culturais	Na turma de 2015-2016, o Curso de Especialização em Gestão e Políticas Culturais contou com 45 alunos e 37 formandos. A turma de 2016-2017 está em andamento, com 54 alunos participantes.
Brasil e exterior			
Brasil	O Núcleo de Educação e Relacionamento recebeu no último ano cerca de 200 escolas públicas e privadas e realizou atividades como o Fim de Semana em Família, que oferece o Cantinho da Leitura, a Feirinha de Troca de Livros, Gibis e DVDs, espetáculos teatrais, vivências e oficinas – brincadeiras de rua e contação de histórias.	1,2 no programa Fim de Semana em Família	O Núcleo de Educação e Relacionamento recebeu cerca de 12 mil alunos em suas atividades.

Diversidade

O Itaú Cultural atua de forma cada vez mais desafiadora nas questões de diversidade, seja para seu público, seja para seus colaboradores. O Instituto conta com o Comitê de Questões Raciais, Comitê de Acessibilidade, além de programas que tratam questões ligadas ao tema, como o Entre Arte e Acesso, que une os universos da arte e da acessibilidade, dando mais visibilidade à obra de artistas com diferentes tipos de deficiência; Todos os Gêneros, reflexão por meio da produção de artistas que se dedicam a questionar a sexualidade e suas representações, e Diálogos Ausentes, série de encontros que aborda a produção e a presença de artistas negros em diferentes áreas de expressão.

Na série Ocupação, o Instituto finalizou o ano homenageando Abdias Nascimento. Dramaturgo, diretor e ator de teatro, artista visual e escritor, militante e parlamentar, Abdias atravessou um século em luta contra o racismo.

Além disso, temos priorização na contratação de negros, exposições com recursos de acessibilidade para cegos, surdos e cadeirantes, disponibilização de ingressos e priorização de assentos para cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida na Sala Itaú Cultural, intensificação no trabalho de Libras (seja para o público, seja para os funcionários – através de um curso de Libras), além de uma ferramenta de interpretação de Libras no site do Instituto.

Metas

Meta de 2016	Status 2016	Meta para 2017
Novos destaques do Acervo Itaú pelo Brasil (recorte Livros de Artista)	100%. O recorte passou por Ribeirão Preto.	Lançamento de novas plataformas digitais (mobile/desktop)
Exposição Santos Dumont – 100 Anos do 14-bis	100%	Fortalecimento da presença nacional



Meta de 2016	Status 2016	Meta para 2017
Projetos Ocupação 2016: Person, Glauco, Cartola e Abdias do Nascimento	100%. Abdias, a última Ocupação do ano, abriu em novembro de 2016.	Realização de ações ligadas à celebração de 30 anos do Itaú Cultural, como lançamento de livro; Projeto Gabinete (ação de relacionamento do Itaú Cultural com artistas, gestores, coletivos, educadores e instituições culturais em estados do Brasil) e Prêmio Itaú Cultural 30 anos, que vai homenagear artistas, intelectuais e ativistas que se destacaram entre os anos de 1987– ano de fundação do Itaú Cultural – e 2017.
Contemplados Rumos 2015-2016	100%. Os contemplados foram anunciados em coletiva realizada em maio de 2016.	
Renovação do convênio para ser o gestor do Auditório Ibirapuera por mais um ano	100%. Renovação até 31/7/2017.	
Lançamento do Canal – espaço no site do instituto que vai trabalhar editorialmente as produções audiovisuais do Itaú Cultural	100%	
Realização de Seminário para comemoração de 10 anos do Observatório, no Auditório Ibirapuera	Não realizado. A verba prevista para essa ação foi destinada para o Seminário de Economia da Cultura do Fórum Brasileiro para Direitos Culturais.	
Planejamento para os 30 anos do IC com palestra e eventos. A tangibilização será através da execução das atividades em 2017	100%. Existe um Comitê Estratégico que trabalha as ações a serem executadas em 2017, e foi realizada uma pesquisa de reputação de imagem pela empresa Reputation Institute.	

Espaço Itaú de Cinema

Criado em 1995, originalmente com o nome de Espaço Unibanco, o Espaço Itaú de Cinema tem como propósito oferecer uma programação diversificada, que abrange desde filmes de arte até títulos *blockbusters*.

O principal objetivo da rede, que possui oito complexos, com 57 salas de exibição e 194 lugares para pessoas portadoras de necessidades especiais em seis cidades do Brasil (Brasília,

Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador), é proporcionar diferentes visões do cinema, formar plateias e deixar um legado para a sociedade, sempre apoiando projetos que valorizam e reforçam o nosso compromisso com a democratização da cultura. Em 2016, cerca de 3,5 milhões de pessoas visitaram esses complexos.

Contamos ainda com alguns programas sociais, descritos a seguir:

Programa/ extensão geográfica	Descrição	Valor investido em 2016	Impacto 2016
Clube do Professor Todas as cidades em que estamos presentes	Tem como propósito ampliar a experiência cinematográfica dos professores. A entrada à sessão é gratuita para professores que tenham o cartão Clube do Professor e um acompanhante.		37.661 professores
Projeto Escola Todas as cidades em que estamos presentes	Seu propósito é integrar diferentes formas de expressão, sempre buscando relacionar áreas de conhecimento em seus programas. O projeto, além de exibir filmes, também realiza <i>workshops</i> , debates e outras atividades complementares para abordar o conteúdo e o entendimento dos temas apresentados. Dessa forma, busca contribuir para desenvolver pessoas com senso crítico e mais ativas na sociedade.	R\$ 377.500,00 ⁽¹⁾	13.702 estudantes
Itaú Viver Mais Todas as cidades em que estamos presentes	Projeto desenvolvido especialmente para pessoas acima de 55 anos de idade. Oferece sessões gratuitas na última terça-feira de cada mês. Mais informações na seção sobre o programa no site: www.itaucinemas.com.br/pag/itau-viver-mais .	R\$ 90.485,50	7.906 idosos
Sessão Popular Todas as cidades em que estamos presentes	De segunda a sexta, e uma vez ao dia, em horário específico, um filme é exibido com preço promocional.		Aproximadamente 7.150 pessoas

(1) Verba do IUC – Instituto Unibanco de Cinema.

Metas

Programa	Impacto 2015	Impacto 2016	Meta 2017
Clube do Professor	37.066 professores	37.661 professores	
Itaú Viver Mais	6.393 idosos	7.906 idosos	
Projeto Escola	28.088 estudantes	13.702 estudantes	10% de crescimento em relação ao fechamento de 2016
Sessão Popular	8.075 pessoas	7.150 pessoas	

Outros eventos culturais e patrocínios

O Itaú Unibanco acredita no acesso à cultura como forma de gerar cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de questionar e de se tornarem agentes de transformação, influenciando e mudando a sociedade em que vivem. Por isso, investimos e apoiamos diferentes formas de manifestações artísticas e culturais através de patrocínios a diversos projetos como o Festival de Dança de Joinville (que apoiamos pelo 9º ano consecutivo), a 15ª Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), onde oferecemos o Espaço Itaú Cultural de Literatura que recebeu 3.000 pessoas e contou com uma programação rica em debates, encontros, mesas de discussão, minicursos e saraus.

Em 2016 também apoiamos a 32ª Bienal das Artes de São Paulo, que teve mais de 900 mil visitantes, a 24ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que teve público de 700 mil pessoas, e a 40ª mostra internacional de cinema (que patrocinamos desde 2012), além de várias peças teatrais e espetáculos musicais como Cartola e Canção dos Direitos da Criança.

Esportes

A valorização do esporte faz parte do nosso DNA. Acreditamos que o esporte, aliado à educação e à cultura, contribui para a construção da cidadania em uma sociedade em transformação. Dessa forma, patrocinamos diferentes projetos que objetivam fazer da prática esportiva uma prática social, que beneficie as comunidades e transforme o mundo das pessoas.

Patrocínios esportivos

Nosso envolvimento com o futebol começou há mais de 20 anos por meio do patrocínio de transmissões televisivas de diversas competições, desde o Campeonato Brasileiro até as Eliminatórias da Copa do Mundo FIFA e os jogos amistosos da Seleção Brasileira de Futebol. Desde 2008 patrocinamos a Seleção Brasileira em todas as suas categorias.

Em 2009 fomos a primeira empresa brasileira a assinar um contrato de patrocínio para a Copa do Mundo da FIFA 2014™. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo IBOPE, fomos a segunda marca mais associada com esse evento no fim do torneio. Em 2015, iniciamos o patrocínio da Seleção Chilena de Futebol.

A união “Itaú e tênis” também é longa, com uma plataforma completa que vai da categoria de base até o alto rendimento, e que conta com Gustavo Kuerten como nosso embaixador na

modalidade. Na fase de iniciação, apoiamos o Projeto Campeões da Vida do Instituto Guga Kuerten, o Circuito Tênis para Todos e a Caravana do Esporte – programa itinerante que atende municípios indicados pela Unicef e promove capacitação de instrutores e que já beneficiou cerca de dois milhões de crianças.

O Centro de Treinamento Itaú/Instituto Tênis, projeto com foco em formação de atletas de alto rendimento na fase juvenil é outra iniciativa que conta com nosso apoio.

Ainda na fase de formação esportiva, patrocinamos a Liga de Desporto Universitário, maior projeto esportivo universitário do Brasil, realizado pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU).

Além disso, apoiamos o Circuito de Tênis Escolar e Universitário, competições da série de tênis masculino ATP Challenger em diversas cidades brasileiras, e somos o principal patrocinador do torneio internacional Circuito Feminino Future de Tênis.

Já no alto rendimento, em 2015, passamos a ser o principal patrocinador do Miami Open, evento Masters 1000 da ATP que já contava com nosso apoio desde 2009 e é um dos torneios mais importantes do mundo. No Brasil, somos patrocinadores do Rio Open, único torneio da América do Sul a reunir uma etapa da ATP 500 e rodadas da WTA International; finalmente, também apoiamos o Itaú Masters Tour, circuito de tênis para jogadores sêniores que está em sua 14ª temporada.

Mobilidade urbana [GRI 201-1](#)

Por sermos um banco essencialmente urbano e reconhecemos a importância da valorização do transporte ativo para o desenvolvimento sustentável das cidades, em 2011 definimos mobilidade urbana como um pilar de investimento dentro de nossa plataforma de sustentabilidade. Desde então, atuamos para fomentar o amadurecimento da cultura de integração das bicicletas ao modelo de transporte das cidades de forma conjunta com o Poder Público e com a sociedade, buscando influenciar políticas públicas que promovam o uso da bicicleta no dia a dia das pessoas.

Sistema de compartilhamento de bicicletas

Fomos a primeira grande empresa brasileira a apostar no sistema de compartilhamento de bicicletas, por meio de parceria público-privada, baseada no interesse público. Em



2011, iniciamos o patrocínio do *Bike Rio* em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e o sucesso do programa levou a expansão do projeto para São Paulo e Porto Alegre em 2012, Pernambuco, Salvador e Santiago (Chile) em 2013, chegando em Brasília e Belo Horizonte em 2014. Acreditamos que a principal contribuição dos sistemas de compartilhamento é auxiliar no deslocamento dos usuários nos centros urbanos, contribuindo para intermodalidade e garantindo a visibilidade da bicicleta como meio de transporte.

Somos o único patrocinador de sistemas de bicicleta compartilhada no mundo que tem programas de dimensões nacionais. Em 2016, o projeto alcançou a marca de 14.000.000 de viagens desde a sua inauguração e mais de 440.000 usuários cadastrados, conforme demonstrado em tabela abaixo.

Programa	Data de inauguração	Status	Estações	Bikes	Nº de usuários desde a inauguração	Nº de usuários cadastrados em 2016 ⁽¹⁾	Nº de viagens desde a inauguração	Nº de viagens em 2016 ⁽¹⁾	Toneladas de crédito de carbono desde a inauguração
<i>Bike Rio</i>	Outubro de 2011	Em operação	255	2.500	940.411	181.398	9.036.235	1.927.711	3.255,01
<i>Bike Sampa</i>	Junho de 2012	Em operação	260	2.600	688.533	114.184	2.166.889	614.615	793,79
<i>Bike Poa</i>	Março de 2013	Em operação	40	400	188.830	25.195	893.972	149.594	324,21
<i>Bike Pernambuco</i>	Agosto de 2013	Em operação	80	800	206.742	39.797	1.121.759	278.805	397,26
<i>Bike Salvador</i>	Setembro de 2013	Em operação	40	400	169.210	27.690	710.804	154.930	261,99
<i>Bike Brasília</i>	Maio de 2014	Encerrado em agosto de 2016			134.814	21.954	505.269	139.561	214,04
<i>Bike BH</i>	Junho de 2014	Em operação	40	400	132.863	34.786	249.972	88.164	91,64
<i>Bike Turista</i>	Abril de 2016	Em operação	13	142	1.057	1.057	1.913	1.913	-
TOTAL		Em operação	728	7.242	2.462.460	446.061	14.686.813	3.355.293	5.337,94

(1) Cálculo até o mês de novembro de 2016.

Infraestrutura

Bicicletários e paraciclos

O investimento em estacionamentos é fundamental para a sustentação de nossa plataforma de mobilidade urbana, uma vez que a falta de um local seguro para estacionar impede muitas pessoas de usarem suas bicicletas como meio de transporte básico.

Em agosto de 2014 iniciamos o projeto Estação *Bike* em São Paulo com capacidade para 100 vagas, funcionamento 24 horas por dia e integração com o metrô e com a infraestrutura cicloviária da região.

Desde então inauguramos mais três bicicletários: um em São Paulo e os outros dois em Salvador. Juntos, os bicicletários já acumulam mais de 95 mil estacionamentos desde a inauguração, além de aproximadamente 7.500 usuários cadastrados.

Em 2016, além da manutenção dos bicicletários de São Paulo e Salvador, celebramos com a Subprefeitura do Jabaquara (São Paulo) um Termo de Cooperação e Patrocínio para implementação e operação de bicicletário no Viaduto Santa Generosa, ao lado do metrô Paraíso. Esse ano foram também instalados 2.000 paraciclos na cidade de São Paulo e 400 em Belo Horizonte.

Bike Turista

O *Bike Turista* é uma iniciativa inédita no Brasil de compartilhamento de bicicletas exclusivo para hotéis. No total são 13 hotéis, situados ao longo da orla e Centro Histórico da cidade de Salvador, Bahia. Para ter acesso ao serviço, o visitante precisa estar hospedado em um dos hotéis que conta com o equipamento. O objetivo do *Bike Turista* é estimular uma nova percepção do turista sobre a cidade, atender uma demanda latente e promover o incentivo a expansão do cicloturismo urbano no Brasil. Lançado em abril, o projeto conta com mais de 1.000 usuários cadastrados, responsáveis por aproximadamente 2.000 viagens.

Contadores deciclista

Doamos dois totens de contagem de ciclistas para cidade de São Paulo e um para a cidade de Belo Horizonte. Os dispositivos, únicos no Brasil, informam, em tempo real e de forma bem visível, quantas pessoas estão passando de bicicleta pelas cicloviárias das avenidas Paulista e Faria Lima em São Paulo e Av. Bernardo Monteiro em Belo Horizonte. Compartilhar esses dados com o público é uma maneira de difundir o sucesso da política de transporte ativo e mobilidade urbana.

Doação de bicicletas

Como forma de difundir a bicicleta como meio de transporte nos órgãos públicos, doamos 8 bicicletas para Belo Horizonte e 322 para São Paulo, que são usadas pelas autoridades de trânsito local.

Mudança cultural

Escolinha *Bike*

A Escolinha *Bike* Itaú acontece todo fim de semana, em sete capitais brasileiras e em diferentes espaços como praças públicas, parques, ruas de lazer, clubes e escolas. No ano de 2016 foram mais de 35 mil ciclistinhas formados. Inspirado em experiências internacionais, o projeto tem como alvo crianças de 2 a 7 anos de idade. O objetivo é ensinar as



crianças a pedalar em centros urbanos de forma segura. Através de um inflável que simula o ambiente das ruas, com sinalizações e equipamentos de tráfego e bicicletas infantis, os pequenos são colocados em contato com a rotina do trânsito e suas regras, incentivando-os a lidar de forma harmoniosa com a questão da mobilidade urbana. Antes de entrarem no circuito passam por uma miniaula teórica sobre o trânsito.

Bike Noronha

O projeto *Bike Noronha* tem o objetivo de dar protagonismo à bicicleta como meio de transporte e assim contribuir com a redução de emissões de CO₂ na ilha de Fernando de Noronha. O principal alicerce do projeto é a oferta de bicicletas a todos os moradores permanentes da ilha. Em 2016, 1.310 pessoas, se inscreveram no programa e receberam a doação. Além disso, foram doadas 85 bicicletas para a rede de pousadas da ilha, que oferece gratuitamente a bicicleta aos turistas, promovendo também o cicloturismo ecológico. Para que a mudança cultural fosse efetiva, o projeto contemplou apoio na infraestrutura da ilha, com a instalação de placas de advertência na rodovia, sinalizadoras de trilhas para ciclistas nas vias vicinais e bicicletários nas áreas urbanas. Além disso, diversas ações de conscientização foram implementadas, como a distribuição de 10 mil cartilhas sobre trânsito seguro para motoristas e ciclistas. De acordo com o departamento de trânsito, a ilha tem uma frota de 1.200 veículos e após a conclusão do projeto haverá mais bicicletas do que carros, estabelecendo assim um caso único dentro de um Parque Nacional brasileiro.

Movimento Paulista de Segurança no Trânsito

Em 2016, o Itaú se tornou patrocinador e integrante do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, um programa do Governo do Estado de São Paulo que tem como principal objetivo reduzir pela metade as vítimas fatais nos acidentes de trânsito no estado até 2020. O programa nasceu inspirado na Década de Ação Pela Segurança Viária, período de 2011 a 2020 estabelecido pela Organização das Nações Unidas para chamar atenção para a questão da violência no trânsito. Nos primeiros dez meses de 2016, comparado ao mesmo período de 2015, houve queda de 6% das mortes, queda de 22% de acidentes com vítimas e queda de 13% de pedestres mortos. Dentre as ações realizadas pelo banco, está a disponibilização de 6.000 unidades de cartilhas educativas sobre a segurança do ciclista para distribuição em *blitz* educativas e material orientativo sobre condução do plano de mobilidade urbana, ciclovias e segurança viária para os 15 municípios conveniados.

Apoios institucionais

A fim de fortalecer organizações que promovem a mobilidade pela bicicleta, ao longo do ano de 2016 o Itaú Unibanco realizou uma série de apoios institucionais a organizações

de diversas cidades do Brasil, como Aromeiazero, Transporte Ativo, Rodas da Paz, Ciclocidade, Ameciclo, BiciEscola, Libelula, BH em Ciclo, *Bike Anjo* e Mobilize. Mediante doações de recursos financeiros, o banco pôde apoiar a criação e implantação de projetos e iniciativas de valorização da bicicleta. Exemplo disso é o projeto *Meu chinelo não é freio* da Associação Metropolitana de Ciclistas do Grande Recife, que desenvolveu *blitz* de segurança em diferentes pontos da cidade com o objetivo de repor peças, como freios e adesivos refletivos, nas bicicletas dos moradores do entorno.

Colaboradores

Além do esforço para apoiar a promoção de políticas públicas para a ciclomobilidade, temos o compromisso de incentivar nossos mais de 90 mil colaboradores (no Brasil e no mundo) a aderir à bicicleta como meio de transporte através de campanhas internas, comunicações de endomarketing e eventos de conscientização. Com esse intuito, em 2016 realizamos:

- Ampliação dos estacionamentos de bicicletas em quatro polos administrativos do banco na cidade de São Paulo, totalizando um aumento de mais de 200 vagas;
- Além dos vestiários e ampliação de armários no Centro Empresarial Itaú Conceição e Centro Administrativo da Av. Brigadeiro Luís Antônio, o Centro Administrativo do Tatuapé passou a contar também com vestiários e armários. No polo da Faria Lima o bicicletário contém agora vagas com carregadores específicos para bicicletas elétricas;
- O lançamento do *Ibike*, uma plataforma digital de relacionamento, com conteúdo sobre mobilidade urbana e comercialização de bicicletas;
- Com o apoio do Instituto Aromeiazero, Galpão da *Bike*, grupo *Bike Anjo* e da Compartibike, em 27 de novembro o Itaú Unibanco realizou o Festival da *Bike* no Clube Guarapiranga. Em sete horas de evento, foram realizadas uma série de dinâmicas gratuitas como o Spa da *Bike*, que disponibilizou ajustes básicos de bicicletaria para quem estava presente, o *Bike Personal*, que promoveu atividades de construção de plaquinhas e acessórios para dar uma levantada no visual das bicicletas, bem como aulas para ensinar a pedalar de forma segura; e
- Em parceria com o Instituto Aromeiazero, no mês de novembro foi realizada uma ação social e de integração de equipe com a Diretoria de Produtos Pessoa Física do Itaú Unibanco no Clube Guarapiranga. Na ocasião, 320 colaboradores realizaram o Desafio 60 e aprenderam a montar bicicletas infantis. Ao fim do evento, 60 crianças atendidas no Lar Nossa Senhora Aparecida se surpreenderam com esse presente feito com tanto carinho e dedicação.



Pessoas idosas

Itaú Viver Mais

A Itaú Viver Mais é uma associação sem fins lucrativos, focada no público com mais de 55 anos. Nosso propósito, desde 2004, é contribuir para a qualidade de vida dessas pessoas, proporcionando atividades culturais, físicas e sociais em parceria com supermercados, clubes, shopping centers e cinemas. Em 2016, a Itaú Viver Mais impactou

aproximadamente 3.864 pessoas em 44 locais, distribuídos entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A associação promove os seguintes projetos:

Projetos/extensão geográfica	Descrição	Impacto 2016
Atividades físicas e culturais		
37 locais em quatro estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul	Aulas de ioga, dança e <i>tai chi chuan</i> , <i>workshops</i> com instrumentos musicais e artesanato	1.942 pessoas
Itaú Viver Mais Cinema		
7 salas em 5 estados e no Distrito Federal	Sessões comentadas de filmes, gratuitas, e em parceria com o Espaço Itaú de Cinema	7.898 pessoas
Mediação de Leitura (parceria com Fundação Itaú Social)		
Dois <i>shoppings centers</i> – em São Paulo e Belo Horizonte	Ação da campanha Leia para uma criança, promovendo a intergeracionalidade	1.212 pessoas
Diálogos Itaú Viver Mais – parceria com a PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)		
3 eventos realizados em São Paulo – SP	Evento dedicado à troca de conhecimentos sobre assuntos correlacionados ao público idoso	355 pessoas
Uso Consciente do Dinheiro (parceria com Fundação Itaú Social)		
2 capacitações, no Rio de Janeiro e em São Paulo (AFACI – Associação dos Funcionários Aposentados do conglomerado Itaú)	Aplicação das oficinas de educação financeira para o público sênior e capacitação de voluntários idosos, com objetivo de formar multiplicadores para aplicação das oficinas de educação financeira	39 pessoas capacitadas e 90 pessoas atingidas
Palestras de Segurança		
9 estados	Conscientização do público para questões de segurança pessoal e bancária	825 pessoas

O valor total investido foi R\$ 1.989.928.

Em 2016, conseguimos atingir o desafio de ampliar a atuação do programa, com aumento do impacto frente ao público com mais de 55 anos. Em avaliação de impacto divulgada em 2016, utilizando indicador de bem-estar geral elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), chegou-se ao resultado de que o programa Itaú Viver Mais tem impactos positivos nos domínios psicológico, de meio ambiente e qualidade de vida, o que reflete maior satisfação com a saúde, autoestima, ambiente no lar, imagem corporal e aparência por parte dos participantes.

Em 2017, trabalharemos no reforço dos nossos vínculos com instituições de ensino, nas parcerias com os municípios e na compreensão de tendências que afetam o público sênior dentro e fora do Itaú Unibanco, com atenção às discussões e oportunidades que evidenciam o papel do idoso na sociedade.

Programa	Status 2015	Status de 2016	Meta 2017
Diálogos Viver Mais/eventos	Realizamos 3 eventos	Foram realizados 6 eventos, sendo 4 em parceria com instituições de ensino que possuem núcleo de estudo focado em geração e envelhecimento.	Manter as parcerias com universidades, mantendo a qualidade dos eventos e buscando temas que sejam pertinentes ao nosso público.
Participação no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)	Representação da Confederação Nacional das Instituições Financeiras no CNDI	Presença nas discussões e acompanhamento das políticas públicas focadas no envelhecimento e aproximação com órgãos governamentais.	Ampliar nosso contato com o setor financeiro para promover discussões sobre tendências e iniciativas.
Pesquisas	-	Realização e divulgação da pesquisa qualitativa para entender o comportamento de pessoas com mais de 60 anos de idade.	Utilizar os dados obtidos e alinhar aos interesses do banco, ampliando o estudo para a compreensão de tendências do mercado para o tema do envelhecimento.

Estudo Comportamento 60+, Um Novo Paradigma

Para aprofundarmos o conhecimento sobre as pessoas com 60 anos de idade ou mais, seus hábitos, necessidades e visões do mundo, realizamos o estudo 60+, Um Novo Paradigma, idealizado pela consultoria especializada Eureka e viabilizada pelo Itaú, Nestlé e Natura. A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e março de 2016 e ouviu mais de duzentas pessoas, com entrevistas feitas

em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Também foram estudadas práticas e tendências sobre envelhecimento em cidades como Tóquio (Japão), São Francisco (EUA) e Londres (Inglaterra).

Para ler o estudo completo e outras informações do Itaú Viver Mais, [acesse](#).

Fases da maturidade

60 Maturescência	70 A entrada na maturidade	80 A idade da conquista
Não se reconhecem como idosos	Passam a se declarar como idosos	Ter 80 anos é uma vitória
Exercem atividades profissionais de alta complexidade como sempre fizeram	Assumem várias responsabilidades domésticas, como cuidar dos netos e dos filhos	A gestão de doenças crônicas e limitações físicas passa a ser o foco principal de atenção no quesito saúde
Passam a querer desfrutar mais da vida em família	A gestão da saúde e do bem-estar se torna o principal foco de experiência	Seu foco é para manter a autonomia e a independência
Tem uma vida social e cultural intensas (especialmente os solteiros)		
Muitos passam a cuidar dos pais, também idosos		

Os comportamentos por gênero

Homens60+	Mulheres60+
O rompimento com o trabalho é encarado como uma agressão à sua noção de identidade	É uma fase de redescoberta de si mesma
Sentem o impacto da solidão	São muito envolvidas com grupos de amigos, atividades sociais e de lazer
São mais resistentes aos cuidados com o corpo e com a saúde	Se cuidam muito, fazem atividade física, cuidam da alimentação e do próprio bem-estar
Marco do envelhecimento: Aposentadoria	Marco do envelhecimento: Menopausa

Empreendedorismo

Nosso apoio ao empreendedorismo visa promover a inovação, a criatividade e a geração de novos negócios. Em setembro de 2015, lançamos o Cubo, uma iniciativa sem fins lucrativos cujo objetivo é fomentar o ecossistema de empreendedorismo digital no Brasil. Essa frente também traz muitos benefícios para o Itaú Unibanco, uma vez que estimula a troca de conhecimentos entre colaboradores e empreendedores, proporciona novas oportunidades de negócios e também oportunidade de inovar em produtos e serviços, contribui para uma cultura mais ágil e colaborativa, e também nos conectar com jovens talentos.

Cubo

Em setembro de 2016, o Cubo completou um ano de atuação como um importante centro de empreendedorismo tecnológico no Brasil. Durante esse período, promoveu conexões que foram fundamentais para alavancar negócios, ideias e iniciativas de uma nova geração de empreendedores e *startups* digitais.

Apesar de seu breve período de atuação, o Cubo já atingiu números que o colocam como um importante player no ecossistema digital. A iniciativa conta atualmente com 54 *startups* residentes, que já geraram mais de 650 postos de



trabalho. A cada dia, mais de 500 pessoas circulam pelo local, que, entre setembro de 2015 até o momento, realizou mais de 780 eventos e recebeu mais de 30.000 pessoas. Juntas, as *startups* do Cubo receberam, entre 2015 e 2016, cerca de R\$ 104 milhões em investimentos.

O Cubo tem também impactado positivamente a cultura interna do banco e reforçado nossos esforços para evoluir como um banco digital. Isso devido à proximidade com o mundo das *startups*, o que nos permite aprender a partir de novos modelos de negócios, novos formatos de trabalho e soluções tecnológicas, além de descobrir oportunidades para inovar, criar vantagens competitivas e levar soluções cada vez mais inovadoras a nossos clientes. Até o momento, cerca de 4.000 colaboradores já participaram de algum tipo de atividade do Cubo, inclusive dezenas de colaboradores das unidades internacionais, sendo que mais de 1.500 participaram do Cubo Day, um evento desenvolvido especialmente para que os colaboradores pudessem visitar o espaço e as *startups* residentes. Mais de 120 eventos do banco foram realizados no Cubo, o que nos ajudou a economizar aproximadamente R\$ 640.000 em aluguel de salas e R\$ 100.000 em programas de treinamento e *workshops*.

Neste primeiro ano de atuação, o Cubo se tornou o principal *hub* do ecossistema de empreendedorismo tecnológico do Brasil, com resultados alcançados pelos vários públicos que utilizam essa plataforma: empreendedores, investidores, estudantes e grandes empresas.

Ecoeficiência e mudanças climáticas

GRI 201-2 | GRI 103-2 | 103-3 Ecoeficiência e gestão ambiental

As mudanças climáticas representam um dos principais desafios do presente e do futuro e nós, como instituição financeira, temos um papel importante na mitigação desses riscos e no suporte à transição para uma economia de baixo carbono.

Procuramos incorporar variáveis relacionadas às mudanças climáticas em nossas operações e negócios (crédito, seguros e investimento) através da gestão de riscos, utilizando a expertise da nossa equipe de avaliação de risco socioambiental e desenvolvendo soluções que nos auxiliem no adequado atendimento das nossas metas de redução de emissões de gases do efeito estufa e na adaptação de nossas operações às melhores práticas de mercado para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nas nossas atividades.

As mudanças climáticas também são tratadas em nossa [Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental](#), que fornece diretrizes para toda a organização, e em nosso [Posicionamento de Riscos e Oportunidades Socioambientais](#), o qual descreve nossos compromissos e metas para os próximos anos.

Os riscos climáticos, materializados nas alterações do regime das chuvas, na ocorrência de eventos extremos e na escassez de recursos naturais, trazem sérias consequências

para a sociedade e economia. Por isso, estamos ampliando cada vez mais nossa atuação no tema, incorporando variáveis climáticas em nossos negócios, gerenciando riscos e buscando alternativa para aumentar a capacidade de nossa resistência, garantindo a perenidade do negócio e contribuindo com a sociedade.

Em 2015, realizamos a compensação de todas as nossas emissões diretas (Escopo 1) de 2012 a 2015, assim como todas as emissões indiretas de consumo de energia (Escopo 2) do nosso novo Data Center (Centro Tecnológico de Mogi Mirim – CTMM) no total de 47.332,33 tCO₂e. Para seguir nosso compromisso de promover uma economia de baixo carbono com o nosso Programa de Compensação de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), que tem periodicidade bianual, em 2017 abriremos um novo edital para compensar as emissões de 2016/2017.

Somos uma empresa de serviços, e, mesmo que em menor escala do que as atividades industriais, nossas operações tem impacto sobre o meio ambiente, como por exemplo, consumo de água, energia elétrica e resíduos. O gerenciamento do desempenho ambiental é segregado por unidades administrativas, rede de agências e centros tecnológicos, e essas áreas trabalham em conjunto através de um grupo de trabalho (GT) criado para integrar as ações.

Uma das ações que realizamos esse ano foi a conquista do selo GOLD na certificação LEED tipologia O+M (Operação e Manutenção) no Edifício Faria Lima 3500, mais uma importante certificação ambiental para somar com a certificação LEED NC (New Construction) que já tínhamos obtido no CTMM. Essa certificação busca uma gestão e operação mais eficiente do empreendimento, reduzindo consumo de recursos naturais e demais impactos ambientais provenientes de um edifício desse porte. Além disso, renovamos nossa certificação ISO 14001 para o Centro Administrativo Tatuapé fazendo com que atualmente tenhamos três polos administrativos com certificações ambientais (LEED ou ISO 14001).

Além do grupo de trabalho citado acima, iniciamos em 2016 um fórum técnico chamado de Comitê de Ações Sustentáveis, que tem como principal objetivo a troca de experiência entre os especialistas e as áreas envolvidas no grupo para compartilhar e analisar projetos, estudos ligados a ecoeficiência.

Acreditamos que alcançar uma economia mais limpa, eficiente e resiliente depende também da ação conjunta entre setor privado, Governo e a sociedade. Por isso, mantivemos nossa participação em grupos de discussões multissetoriais, como CEBDS, FEBRABAN e FGV, para mobilizar e articular com as lideranças empresariais, debater sobre possíveis impactos e ações mitigadoras das mudanças climáticas, ou ainda, contribuir para elaboração de políticas públicas ligadas ao tema.



Metas e Visão para o Futuro

Todas essas ações descritas nos direcionam para alcançar os desafios e metas estabelecidos em 2015 reforçando nosso compromisso de longo prazo com o meio ambiente. Os detalhes adicionais sobre cada meta estão apresentados nos capítulos dos indicadores relacionados.

Meta 2020⁽¹⁾

- Reduzir em 34% nosso consumo de energia por R\$ 1 milhão em produtos bancários entre 2012 e 2020⁽³⁾.
- Atingir, em 2020, um PUE (Índice de Eficácia do Uso de Energia) de 1,60, 19% menor que em 2015.
- Comprar, até 2020, 96% da energia para os prédios administrativos de fontes renováveis, 55% a mais do que em 2012⁽³⁾.

Desempenho em 2016

- Já atingimos a meta relativa de 2016 e a ultrapassamos em 17% com um indicador de 5,43 MWh/R\$ 1 milhão⁽⁴⁾⁽⁶⁾.
- Em 2016, o PUE (Índice de Eficácia do Uso de Energia) foi de 1,97.
- Atualmente 89% da energia dos prédios administrativos é proveniente de fontes renováveis.



- Reduzir em 28% nosso consumo de água por R\$ 1 milhão em produtos bancários entre 2012 e 2020⁽³⁾.

- Já atingimos a meta relativa de 2016 e a ultrapassamos em 13% – 1,82 m³/R\$ 1 milhão⁽³⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾.



- Reduzir em 34% nossas emissões de Escopo 2 por R\$ 1 milhão em produtos bancários entre 2012 e 2020⁽²⁾⁽³⁾.



- Atualmente reduzimos em 41% o nosso indicador de Emissões de Escopo 2.



- Reduzir em 32% a destinação de resíduos das nossas unidades administrativas para aterros entre 2012 e 2020⁽³⁾.



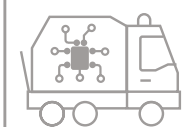
- Atualmente já reduzimos em 24% a destinação de resíduos das nossas unidades administrativas para aterros, comparado com 2015.



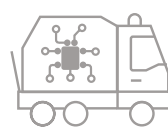
- Reduzir em 32% nosso indicador de viagens de negócios, que mostra quantos quilômetros foram rodados por produto bancário, entre 2012 e 2020⁽³⁾.



- Alcançamos um declínio de 2,9% em quilômetros percorridos quando comparado a 2015.



- Definida em 2016 estimativa de geração de 178 toneladas de REEE em 2020. Esta estimativa engloba os dados de Agência (caixa eletrônico) e Administração Central Microinformática (*desktop*).



- Em 2016 tivemos um resultado de 2.643,45 toneladas geradas.

(1) As metas foram estabelecidas em 2015. Em 2017 faremos a revisão de nosso compromisso devido aos resultados já alcançados.

(2) Considerando o fator de emissão da grade de 2012.

(3) Não inclui prédios do Atacado.

(4) O produto bancário publicado na Análise Gerencial da Operação (MD&A, sigla em inglês), de R\$ 108.329 milhões.

(5) Não inclui água de reúso.

(6) O consumo de energia considerado não inclui Atacado e Latam.



Investimentos e gastos ambientais

Uma das maneiras de controlar nossas iniciativas relacionadas à prevenção, mitigação e proteção aos impactos ambientais é acompanhar nossos investimentos e despesas.

Investimentos em mitigação e proteção contra impactos ambientais (R\$)

	2016	2015	2014
Gerenciamento de resíduos – tratamento e disposição	2.994.983,00	1.712.896,36	1.624.289,40
Compra e uso de certificados de emissão ⁽¹⁾	-	892.178,00	-
Termo de Ajustamento de Conduta – gerenciamento de áreas contaminadas e restauração de vegetação ⁽²⁾	40.589,10	122.000,00	1.000.000,00
Remediação de áreas contaminadas ⁽²⁾	747.393,20	838.946,00	823.924,12
Subtotal	3.782.965,30	3.566.020,36	3.448.213,52
Serviços de gestão ambiental externos ⁽³⁾	54.957,50	-	38.489,90
Certificação externa de sistemas de gestão ⁽³⁾	494.452,67	7.600,00	8.500,00
Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas ⁽⁴⁾	-	739.289,75	4.099.176,00
Outros custos de gestão ambiental ⁽⁴⁾	1.017.514,00	190.954,65	125.408,00
Subtotal	48.810.899,78	937.864,76	4.271.573,90
Total	52.593.865,08	4.503.864,76	7.719.787,42

(1) Programa de compensação de Emissões de GEE do Itaú Unibanco tem periodicidade bianual. Não tivemos investimentos em 2016.

(2) Gastos envolvendo o CA Raposo.

(3) As despesas foram significativamente maiores em 2016 devido à certificação LEED EB&OM – Selo GOLD – para o Edifício Faria Lima 3500. Os valores apresentados incluem também os planos de ação, desenvolvidos com base na auditoria de manutenção do sistema de gestão ambiental ISO 14001 do Centro Administrativo Tatuapé em 2016.

(4) Inclui investimentos na rede de agências com substituição de lâmpadas fluorescentes por LED no valor de R\$ 3.110.103,61 e substituição de sistemas de ar-condicionado mais eficientes no valor de R\$ 41.156.882,00. Investimento nos data centers de SP e Mogi e prédios administrativos voltados para eficiência energética e gestão hídrica.

Em 2016, investimos um alto valor em substituição de equipamentos na rede de agências, buscando uma maior eficiência operacional. Continuamos nossos investimentos para proteção ambiental em gerenciamento de resíduos (tratamento e disposição) e remediação de áreas contaminadas. Seguimos durante o ano investindo em gestão ambiental, reforçando nosso compromisso na prevenção e redução de utilização de recursos naturais em nossas operações.

Água

No ano de 2016, tivemos uma melhora no cenário de indisponibilidade hídrica em comparação com o ano anterior. Mantivemos nosso plano de resposta à emergência de água e energia criado em 2014, a fim de assegurar o fornecimento e a continuidade dos negócios do banco, simulando ações, definindo estratégias e acompanhando a gestão hídrica em nossas operações.

Em 2016, foram implementadas ou continuadas diversas ações para um consumo mais eficiente e consciente, buscando atuar de maneira preventiva e realizando manutenções periódicas nos equipamentos.

Iniciativa	Descrição	Redução de consumo (m³/ano)	Economia (R\$/ano)
Redução de consumo	Instalação de redutores de vazão nos chuveiros dos vestiários.		
	Instalação de válvulas duplas para acionamento nos vasos sanitários, para menor consumo por utilização.	7.816,00	150.526,00
Captação e utilização de água de reúso	Utilização de água de reúso nas torres de resfriamento da Torre Eudoro Villela, cascatas do Centro Empresarial e sanitários.	9.458,00	181.292,00
	Limpeza de fachada: redução na quantidade de limpeza executada anualmente, passamos de 4 para 2 limpezas anuais. Vale ressaltar que a água utilizada para limpeza é de reúso.	NM	NM
Desativação dos data centers dos prédios CAS (Centro Alternativo Campinas) e CAR (Centro Administrativo Raposo)	Com a construção do novo data center de Mogi Mirim (CTMM), pudemos otimizar a nossa infraestrutura de TI e desativar os data centers dos polos CAS e CAR. Este projeto encerrou-se no ano de 2016 e eliminou o consumo de água nesses prédios.	51.601,00	1.936.264,54

Iniciativa	Descrição	Redução de consumo (m³/ano)	Economia (R\$/ano)
Espelho d'água Faria Lima 3500	Mantivemos o espelho d'água desativado desde a crise hídrica em 2014. No caso de abastecimento futuro será realizado com água de reúso.	180,00	14.520,00
ETAP (Estação de Tratamento de Águas Pluviais)	Reutilização da água pluvial captada para irrigação e sanitários (mictórios e bacias).	3.697,00	75.788,50
Monitoramento de consumo usando um algoritmo específico em nossas agências	Redução do consumo médio de água por agência e monitoramento de desvios de consumo através de um algoritmo que identifica picos de consumo que podem estar relacionados a vazamentos, desperdício ou falhas em equipamentos.		
Limpeza a seco de fachadas das agências	No Estado de São Paulo, as fachadas das agências, que antes eram lavadas com água corrente, agora são limpas duas vezes por ano, usando o mínimo de água possível.	45.015,00 ⁽¹⁾	504.706,00 ⁽²⁾
Revisão da frequência de limpeza das agências	Otimização da periodicidade da rotina de limpeza, que leva à redução do uso de água.		
Incentivo para redução do consumo de água	Ações de comunicação interna, por meio da divulgação de iniciativas e dicas com o objetivo de reduzir o consumo de água.		

NM – Não medido

(1) A redução do consumo de água das agências é um comparativo com a meta anual de 834.192,62 m³.

(2) Economia calculada com base em metas financeiras definidas pela área no início do ano.

Consumo e análise

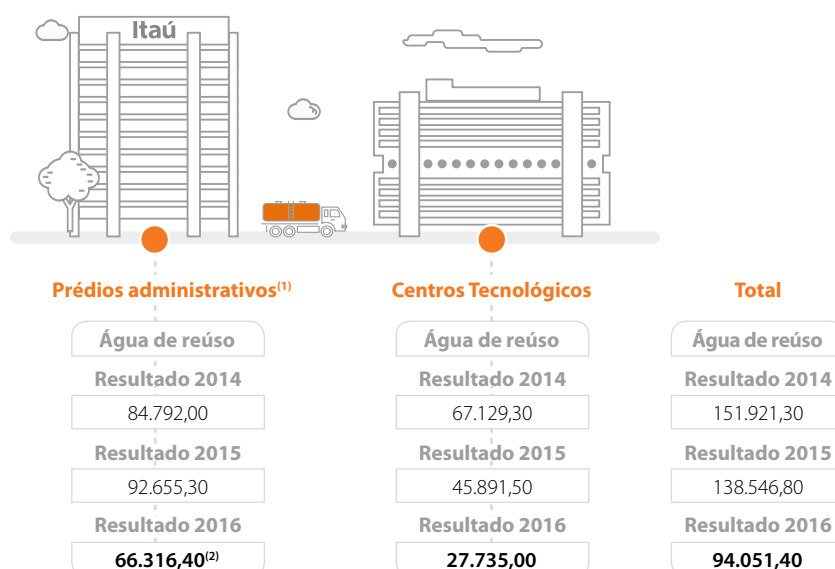
Mantivemos as ações para reaproveitamento de água, redução de consumo e busca de fontes alternativas para abastecimento (poços artesianos e águas pluviais).

Em 2016 consumimos um total de **94.051,40 m³ de água de reúso**. Reduzimos nosso consumo de água de reúso em 32% comparado ao ano de 2015. A desativação do CAR (Centro Administrativo Raposo) contribuiu com a diminuição desse resultado, por ser um dos polos que faziam utilização de água de reúso.

Água de reúso:

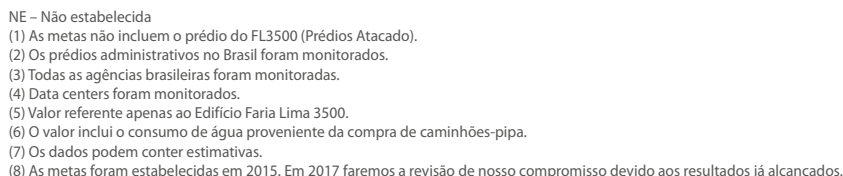
GRI 303-3

Consumo de água – unidade metros cúbicos



(1) Os prédios administrativos no Brasil foram monitorados, incluindo Faria Lima 3500.

(2) A água de afloramento de lençol freático ("água de cortina") não está incluída no reporte de 2016.



Além disso, buscamos novas alternativas de abastecimento, como por exemplo, a adequação da captação de água em poço artesiano no Edifício Faria Lima 3500.

2. Rede de Agências: o consumo de água na rede de agências foi de 789.178,00 m³, uma redução de aproximadamente 5,4% quando comparado a 2015. Essa redução foi possível através das iniciativas listadas acima.

3. Centros Tecnológicos :

Em 2016 os prédios Centro Alternativo Campinas (CAS) e Centro Administrativo Raposo (CAR) foram desativados e atualmente nosso complexo de TI é composto apenas de dois prédios: Centro Tecnológico Mogi Mirim (CTMM) e Centro Tecnológico São Paulo (CTSP). Nesses dois polos temos equipes preparadas para projetar, implementar e acompanhar práticas e iniciativas voltadas à infraestrutura, além de cuidar da operação e manutenção das construções. Com essa estrutura é possível realizar uma gestão hídrica mais eficiente.

O consumo de água nos Centros Tecnológicos foi de 304.525,00 m³, sendo que desse total, 9% foram proveniente de Estação de Tratamento de Efluentes. Além de dar continuidade às atividades realizadas em 2015, foram instaladas placas de vedação do piso elevado no data center 1 e painéis de vedação dos racks de equipamentos de TI no CTMM. No prédio do CTSP foi aperfeiçoada a programação horária de funcionamento do sistema de refrigeração de conforto, harmonizada

com o fluxo de colaboradores no prédio. Focada nos ambiente de TI do CTSP, a temperatura ambiente foi elevada de forma que não afete no desempenho dos equipamentos de TI e demande menos energia das máquinas de ar-condicionado. Essas iniciativas tornam o sistema de refrigeração mais eficiente, reduzindo a quantidade de energia consumida pelos equipamentos de ar-condicionado e, como consequência, reduzindo o consumo de água.

Energia

Nossas operações dependem, em grande parte, da disponibilidade de energia elétrica; com isso buscamos continuamente aumentar nossa eficiência energética, por meio de projetos internos e pelo estabelecimento de metas de redução de consumo.

Em 2016, tivemos a migração dos prédios Jardim Paulista, CA Teodoro, Lapa, CTMM (Data Center), FL 3400 e FL 3500, para o mercado livre de energia.

Durante 2016, desenvolvemos diversas iniciativas e projetos que contribuíram para uma gestão energética mais eficiente, possibilitando o cumprimento dos compromissos firmados em 2015. As principais ações são listadas abaixo:

GRI 302-4

Iniciativa	Descrição	Redução no consumo (MWh) ⁽¹⁾	Economia (R\$/ano)
Ajuste operacional nos prédios administrativos	Ajuste na programação horária da CAG (Central de Água Gelada) no período de inverno e reprogramação de desligamento do equipamento Chiller (verão) ambos equipamentos responsáveis pelo resfriamento do sistema de ar-condicionado. Iluminação das garagens intercaladas.	3.028,20	1.140.040,00
Melhorias em equipamentos e instalação nos prédios administrativos	Alteração da programação dos equipamentos de ar-condicionado nas salas técnicas, reduzindo tempo de funcionamento.	135,00	60.750,00
Retrofit e otimização de sistema de ar-condicionado rede de agências	Retrofit dos equipamentos de ar-condicionado com foco em redução de energia. Ajuste no funcionamento de ar-condicionado do autoatendimento das agências.	1.165,35	NM
Otimização do Sistema de Refrigeração do CTMM e CTSP	Otimização por meio do desempenho do equipamento de refrigeração, assegurando uma vida útil mais longa para o sistema.	1.617,25	696.520,00
Smart Cooling: Inovação e Eficiência (CTMM)	Implantação do sistema que modula a velocidade dos equipamentos de refrigeração, proporcionando autonomia (sem intervenção manual) e eficiência energética do sistema.	5.708,00	2.200.000,00
Otimização no sistema de iluminação do CTSP	Em horários de menor fluxo de pessoas no prédio, a infraestrutura foi dimensionada para reduzir sua potência, consequentemente, reduzindo o consumo de energia.	5.822,00	2.918,16
Iluminação LED nas agências	Implantação de programa de substituição de lâmpadas fluorescentes por LED.	307,50	NM
Utilização de placas de vedação no piso elevado do data center 1 (DC1) no CTMM	Utilização de placas de vedação no piso elevado, otimizando o fluxo do ar sob o piso, tornando o sistema de refrigeração do ambiente mais eficiente.	262.800,00	102.780,00
Desativação dos data centers dos prédios CAS e CAR	Otimizamos a nossa infraestrutura de TI e desativamos os data centers dos polos CAS e CAR. Esse projeto encerrou-se no ano de 2016 e eliminou o consumo de energia desses prédios.	21.911,66	9.487.070,30
Otimização em switches de storage no CTSP	Com a migração de aplicações para o data center de Mogi Mirim (CTMM), observamos a necessidade de otimizar o parque de armazenamento de dados. Essa iniciativa gerou liberação do espaço físico nos ambientes de TI, resultando redução no consumo de energia.	546,14	234.840,00
Redução de consumo	Redução de consumo com atuação direta por meio de informativos, indicadores, comparações e prevenção de consumo para a rede de agências.	9.753,00	NM

As informações de iniciativas são estimadas.

NM – Não medido

(1) Utilizando como base o ano de 2015.



Consumo e análise **GRI 302-1**

Administração predial

Em 2016, tivemos uma redução no consumo de energia elétrica nos prédios administrativos de 7.762,50 MWh, o que equivale a 8,5% de redução, se comparado ao consumo de 2015 (91.577,19 MWh).

É importante ressaltar que 89% do consumo de energia dos prédios administrativos são provenientes de fontes renováveis como pequenas centrais hidrelétricas, eólica e solar. Temos como meta, para 2020, expandir o uso de energia proveniente de fontes renováveis para 96% (para esse caso, estamos incluindo todos os prédios administrativos, data centers e Atacado).

Centros tecnológicos

Neste ano, foi implementado no CTMM o projeto *Smart Cooling*: Inovação e Eficiência, uma solução com base em inteligência artificial habilitada para monitorar e controlar a temperatura do data center de modo mais eficiente e autônomo. É gerado o mapa térmico em tempo real, possibilitando a análise do local e assim, aplicar melhorias físicas automaticamente. Através dessa ação, reduzimos o consumo de energia elétrica dos fancoils (máquinas de ar-condicionado) em 65%, o que representa 8% do consumo total do data center.

Já no CTSP que possui também ambiente corporativo foram realizadas ações de otimização nos dois ambientes:

Ambiente corporativo:

- Otimização no ar-condicionado: o sistema passou a trabalhar em harmonia com o fluxo de colaboradores, flexibilizando o sistema conforme demanda; e
- Otimização no sistema de iluminação: seguindo o princípio da otimização na refrigeração de conforto, o sistema foi reprogramado para acompanhar o volume de pessoas no prédio.

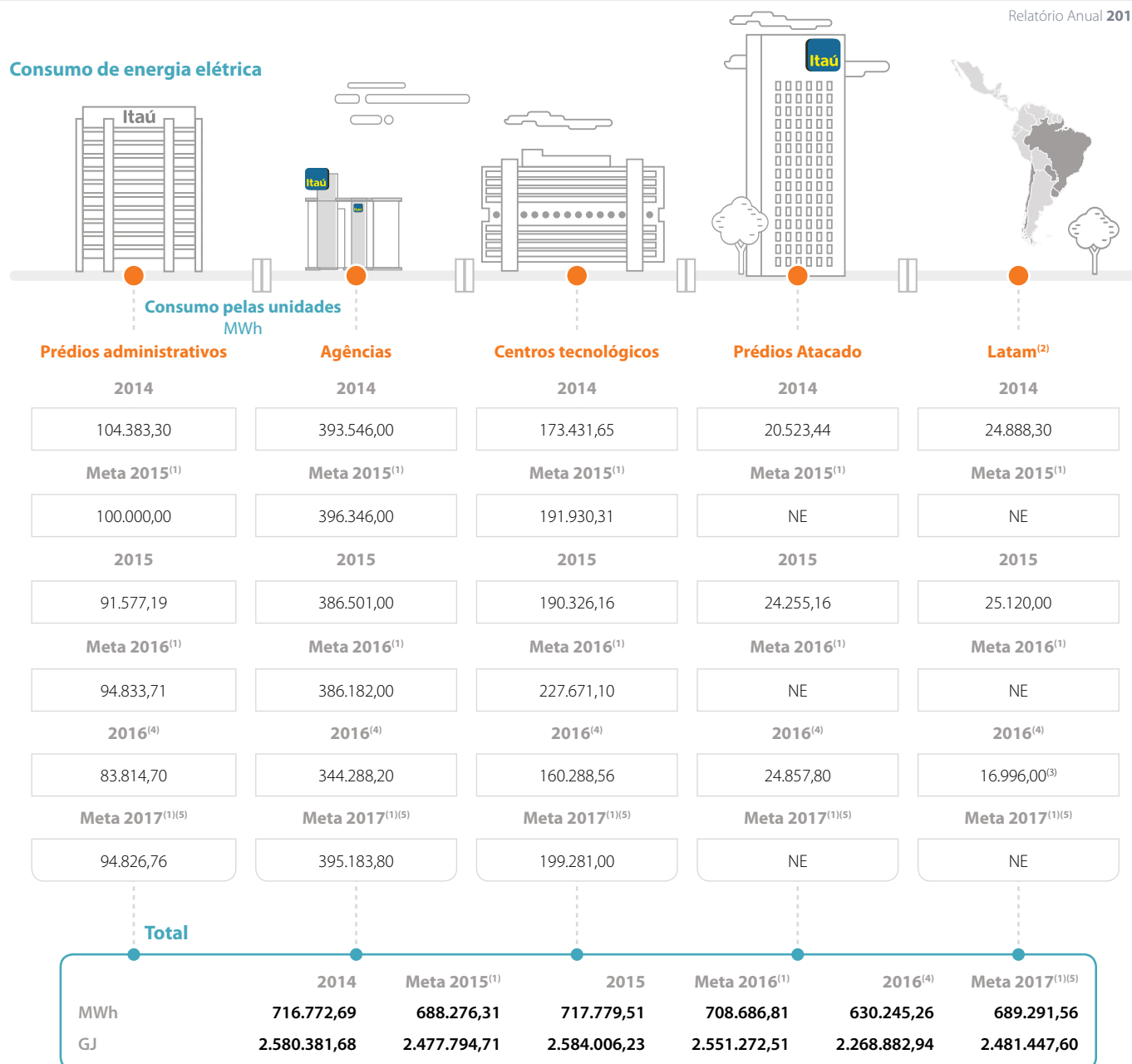
Ambiente Data Center:

- Com a evolução da tecnologia nos equipamentos de data center, foi possível realizar o redimensionamento na temperatura dos ambientes de TI, reduzindo a carga do sistema de refrigeração; e
- Realizou-se o estudo de capacidade de armazenamento de dados nos equipamentos do data center e como resultado foi possível redimensionar algumas instalações. Com a ação implementada, ocorreu a liberação de espaço físico, infraestrutura de energia elétrica e ar-condicionado.

Após a implantação do CTMM foi preciso revisar a infraestrutura dos outros prédios de data center, o que provocou, em 2016, o encerramento das atividades no CAS em dezembro e CAR em junho. Essa desativação contribuiu para uma redução de 16% no consumo de energia em nossos data centers, equivalente a aproximadamente 30.000 MWh.



Consumo de energia elétrica



NE – Não estabelecida

(1) Não inclui Prédios Atacado e Latam.

(2) Dados coletados do nosso Inventário de Emissões de GEE 2016.

(3) Dados de Latam não contemplam Chile.

(4) O valor total pode incluir estimativas de consumo com base na média dos meses do ano.

(5) As metas foram estabelecidas em 2015. Em 2017 Faremos a revisão de nosso compromisso devido aos resultados já alcançados.

Com as ações de gestão empregadas durante o ano, nós tivemos uma redução de **11,5%** comparado ao consumo do ano anterior (excluindo Latam), o que equivale a quase **80 mil MWh**. Esse resultado demonstra o esforço das equipes no desenvolvimento de projetos e o acompanhamento das ações.

É importante observar que nossas metas excluem os Prédios Atacado e Unidades da América Latina (Latam). Isso significa que devem ser comparadas com o consumo de **588.391,46 MWh** em 2016.

Sendo assim, superamos a nossa meta que era de 708.686,81 MWh para o ano de 2016, em aproximadamente 17%.

Emissões **GRI 305-5**

Entendemos a importância de conhecer, medir e gerenciar o impacto de nossa operação. Dessa maneira há mais de oito anos realizamos o inventário de emissões de gases do efeito estufa, que é realizado de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, com verificação por terceira parte independente, sendo reconhecido pelo programa com o selo Ouro.

Buscamos uma matriz energética mais limpa, 89% da energia elétrica usada em nossos prédios administrativos e centros tecnológicos são de fontes como pequenas centrais hidrelétricas, usinas de biomassa ou parques eólicos.

Além disso, em 2015 realizamos a compensação de nossas emissões de Escopo 1 (total) e Escopo 2 apenas do CTMM em um programa com periodicidade bianual, que já nos permitiu compensar um montante de 47.332,33 tCO₂e, contando as emissões desde o ano de 2012.

O Itaú Unibanco é também signatário do *Carbon Disclosure Project* (CDP), e pelo 3º ano consecutivo, foi reconhecido pelo *CDP Latin America* entre as empresas Líderes em Transparência, de acordo com a sua metodologia global de pontuação aplicada à Edição 2016 do questionário Mudanças Climáticas, além de fazer parte das carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), do Índice Carbono Eficiente (ICO2), e do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), que anualmente reportam nossas emissões.

Nesse contexto, implementamos medidas para reduzir, direta ou indiretamente, as emissões de GEE e outros poluentes associados aos nossos negócios.

Algumas das nossas principais iniciativas que levaram à redução de emissões de GEE estão apresentadas a seguir:

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de emissão (tCO ₂ e)	Economia (R\$/ano)
Reuniões virtuais	Substituição de reuniões presenciais por salas de telepresença, evitando o deslocamento de colaboradores para outras cidades e/ou polos administrativos, e reduzindo a necessidade de transporte terrestre ou aéreo. Em 2016, fizemos mais de 24.438 reuniões virtuais, um aumento de 44% em comparação com 2015.	NM	NM
Compartilhamento de táxi	Otimização do transporte dos colaboradores que estejam indo para o mesmo destino. Redução do uso de veículos e consequentemente das emissões de gases do efeito estufa.	NM	NM
Transporte de funcionários	Otimização operacional, ajuste nos horários e trajetos utilizados por ônibus e vans.	846,80	NM
Desativação dos data centers dos centros CAS e CAR	Com a construção do novo data center de Mogi Mirim (CTMM), otimizamos a nossa infraestrutura de TI e desativamos os data centers dos polos CAS e CAR. Esse projeto encerrou-se no ano de 2016 e eliminou as emissões de gases nesses prédios.	NM	NM

NM – Não medida

Consumo e análise

As emissões reportadas em 2016 não contemplam os dados referentes às unidades do Chile, uma vez que os resultados estavam em período de levantamento na publicação deste documento. Portanto, para comparativo do desempenho as emissões de 2015, serão subtraídas as emissões respectivas a essas unidades.

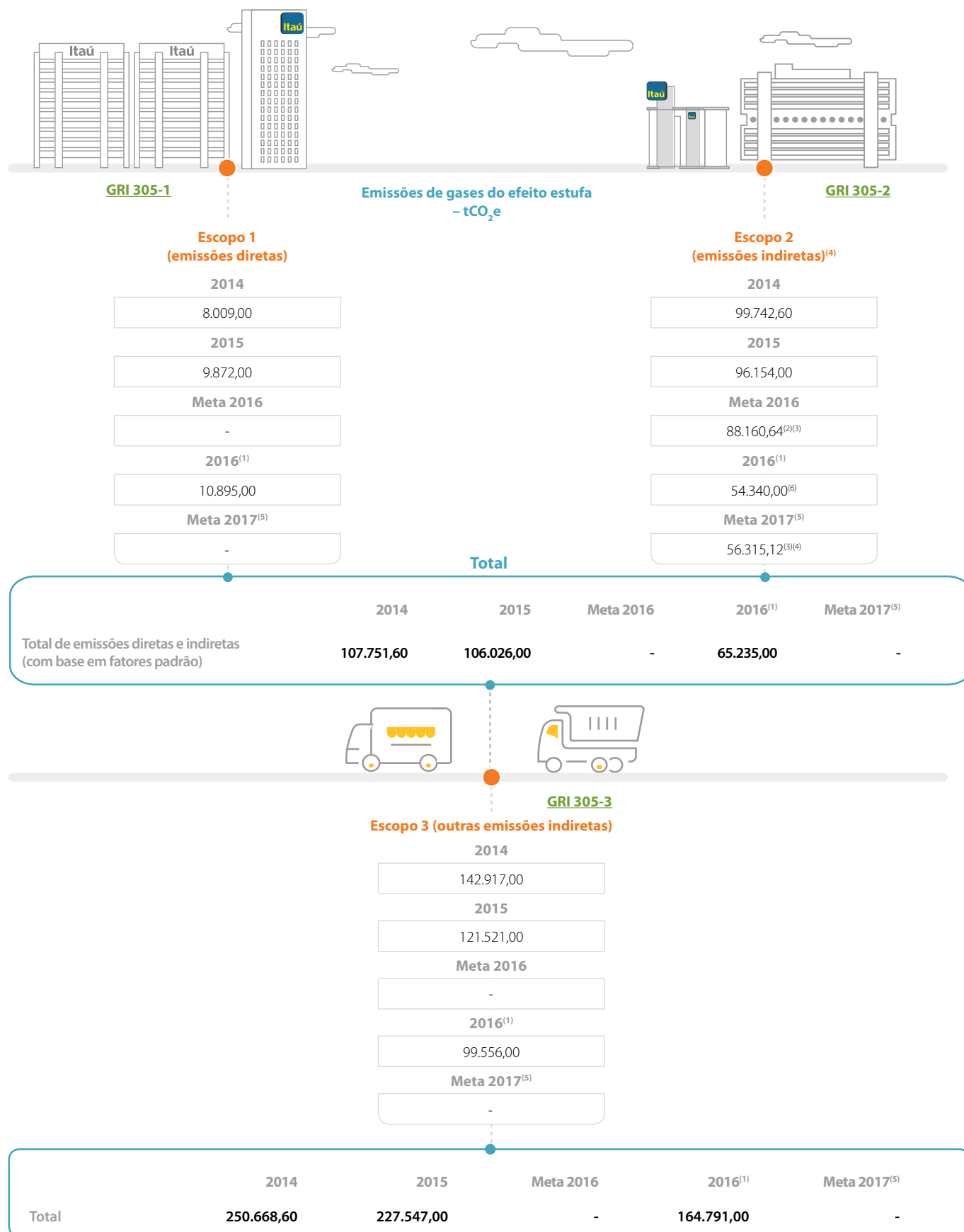
No ano de 2015, nossas emissões de Escopo 1, sem contemplar Chile, foram de 9.638,00 tCO₂e. Em 2016 essas emissões apresentaram um aumento de 13,04% decorrente do aumento de utilização da aeronave própria e da quantidade de reposição de gás refrigerante utilizado nos sistemas de refrigeração devido a manutenções programadas para melhor desempenho dos sistemas.

Nossas emissões de Escopo 1 possuem como principal fonte os geradores, que durante testes ou no caso de falta de distribuição de energia elétrica, são ligados para assegurar 100% de disponibilidade para nossas instalações e para a continuidade dos nossos negócios.

Com relação a emissões de Escopo 2, excluindo os resultados das unidades do Chile, emitimos 93.013,00 tCO₂e em 2015. Houve uma redução significativa de 41,58% nessas emissões em 2016 devido à redução do consumo de energia elétrica em nossas unidades (agências, prédios administrativos e data centers), e a diminuição no fator de emissões da grade nacional em mais de 30%, se comparado ao ano anterior. Em 2016, o volume total de emissões de Escopo 2 foi 54.340,00 tCO₂e.

Nossas emissões de Escopo 3, excluindo os resultados das unidades do Chile, chegam a 115.284,00 tCO₂e em 2015. Quando comparadas com as emissões de 2016, que totalizaram 99.556,00 tCO₂e, apresentam uma redução de 13,64%. Essa redução se deve à diminuição em viagens aéreas e em decorrência das mudanças operacionais, descritas acima, para aumentar a eficiência do transporte.



Emissões de gases do efeito estufa – tCO₂e

(1) Dados não contemplam as Emissões das unidades do Chile.

(2) Baseada no fator de emissão da grade de 2015.

(3) Não inclui IBBA e Latam.

(4) Baseada no fator de emissão da grade de 2016.

(5) As metas foram estabelecidas em 2015. Em 2017 faremos a revisão de nosso compromisso devido aos resultados já alcançados.

(6) O Inventário de Emissões 2016 inclui os dados de janeiro a outubro de 2016, que foram extrapolados para o restante do ano.

Transporte

O controle de dados referentes aos transportes, aéreos e terrestres, inclui informações sobre aviação civil, táxis, vans, ônibus e veículos executivos utilizados por colaboradores. As informações são fornecidas pelos prestadores de serviços e reportadas, consolidadas e armazenadas pela gestão do Itaú, o que garante a acurácia das informações.

Apuramos mensalmente as emissões de tCO₂e desses deslocamentos, o que nos permite um acompanhamento trimestral da meta e uma gestão eficaz das ações realizadas ainda dentro do período de apuração.

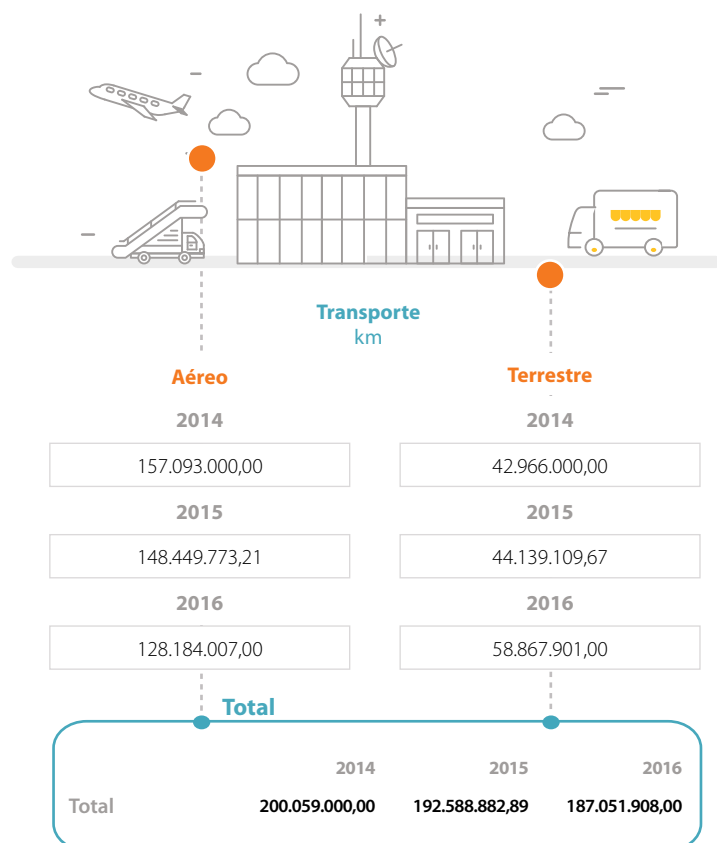
Para uma gestão mais eficaz e em tempo real, foi disponibilizado aos gestores da organização um painel gerencial on-line com indicadores de consumo (volume/custo) por deslocamento aéreo e taxi de seus colaboradores.

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de consumo (km)	Economia (R\$/ano)
Campanha de conscientização em relação à mobilidade	Continuidade das campanhas de conscientização nos meios internos de comunicação (revista interna e comunicados por e-mail), com o objetivo de incentivar a utilização de reuniões virtuais, de transporte público e a substituição do transporte individual para o coletivo.	NM	NM
Reuniões virtuais	Mudança de procedimento para preparação das salas de reuniões virtuais. Todo o processo é feito remotamente pela equipe responsável, otimizando os tempos de disponibilidade da sala, aumentando a quantidade de reuniões disponíveis por dia.	NM	NM
Revisão de rotas facilitadoras	Revisão/melhoria na utilização das rotas de vans e ônibus entre os centros.	1.644.000	1.258.000
Compartilhamento de táxi	Estímulo para o compartilhamento de táxi, evitando o deslocamento desnecessário de veículos para o mesmo destino. Em agosto, o compartilhamento foi disponibilizado para todo o Brasil.	NM	NM
Táxi híbrido	Utilização de táxi (veículos híbridos), que pertencem a uma empresa terceira, pelos colaboradores Itaú.	1.813	-

NM – Não medido

Consumo e análise

A partir de 2016, a gestão operacional do deslocamento aéreo na aviação civil dos colaboradores do Atacado foi unificada à atual gestão das demais áreas do Itaú.



Como resultado total de uma gestão eficaz dos transportes corporativos, obtivemos um declínio de 2,9% em quilômetros deslocados quando comparado com 2015.

Papel GRI 301-1

Trabalhamos constantemente para reduzir o consumo de papel no banco e minimizar esse impacto.

A nossa visão, em se tornar um banco cada vez mais digital, contribui bastante para a redução da geração de papel e, nesse sentido, a maioria dos nossos projetos internos já tem a racionalização e a eletrônica dos processos como diretrizes.

Cabe ressaltar que 100% do papel impresso pelo banco possui certificação FSC.

O envio de correspondência para nossos clientes representa uma grande parte dos papéis gerados pela nossa atividade. Comparando o volume geral de 2016 com 2015, tivemos uma redução de 6,95%.

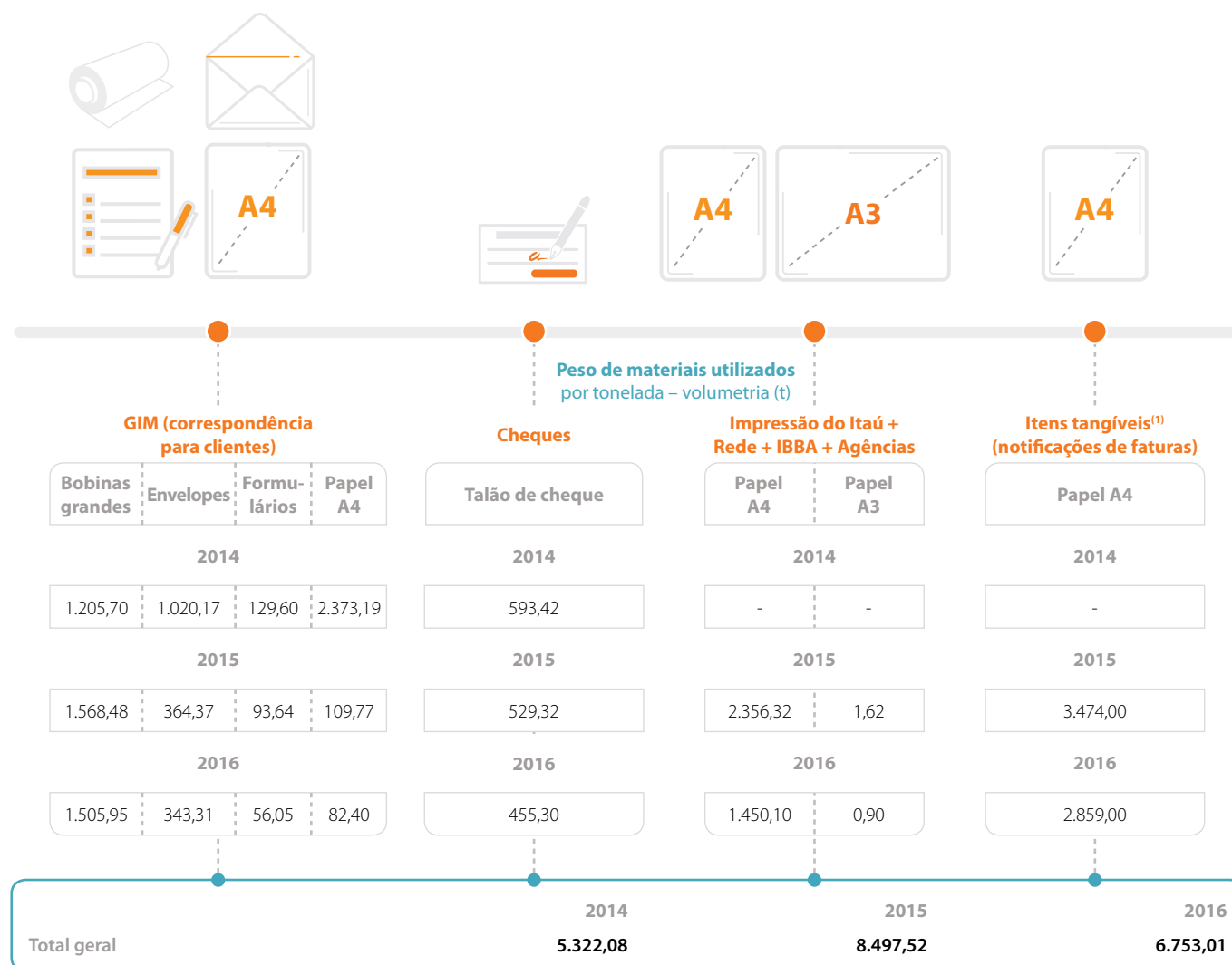
A disponibilização de Extrato Consolidado Conta-Corrente e de Fundos em meio digital para os clientes, além da disponibilização de outros conteúdos contribuíram para essa redução no período.

Além disso, outros projetos contribuíram para essa redução, tais como:

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de consumo (t)	Economia (R\$/ano)
Processo Kaizen – Mix de Impressão	Redução da quantidade de impressão colorida sem impactar o volume de impressão e a oferta de recursos de impressão para as áreas.	NM	443.737,97
Processo Kaizen – Reavaliar a Necessidade de Impressão	Redução do volume de impressão no ambiente corporativo.	99	NM
Revisão e digitalização de processos	Revisão de processos e digitalização de notas, crédito imobiliário, faturas, consórcio e processos de emissão de senhas.	Atingimos redução de 17% comparado ao ano anterior.	NM
Redução de desperdício de talões de cheque	Em 2016, conseguimos uma redução no consumo de papel de 14% na comparação com 2015. O intuito foi evitar o desperdício de talões de cheque, com foco na produção por solicitação e evitando envios desnecessários.	74	NM
Fatura digital	Incentivo à digitalização da fatura de cartão de crédito, com a inibição da postagem em papel e envio de alertas por e-mail e SMS. Desde o início do programa em 2014, registramos mais de 7.146 Mi de cartões que migraram para fatura digital.	NM	78 MM

NM – não medido

Consumo e análise



(1) Os dados de 2015 foram ajustados devido alteração das informações de controle.



Em 2016, observamos uma redução de 20,5% no volume de papel usado comparado ao ano de 2015. Esse resultado é decorrente de todo o processo de digitalização que nossos produtos e serviços estão passando para melhor atender nossos clientes e reduzir o consumo de papel.

Atualmente contamos com 2 milhões de usuários ativos no aplicativo do banco, contribuindo para uma redução na geração de papel com realização de diversas atividades on-line.

Continuaremos atuando e investindo esforço para reduzir a quantidade geral de papel utilizado dentro de nossas operações.

Resíduos GRI 306-2

Buscando cada vez mais aprimorar nossa gestão no tema, ao longo de 2016, realizamos três projetos Kaizen, que é uma metodologia de melhoria contínua baseada em princípios orientadores, tais como:

- Processos consistentes conduzem aos resultados desejados;
- Ver por si mesmo para compreender a situação atual;
- Falar com dados e gerir com base em fatos; e
- Tomar medidas para conter e corrigir as causas-raiz dos problemas.

O primeiro Kaizen teve como objetivo identificar as principais etapas e ações para aderência à Política Institucional de Resíduos Sólidos e elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para as unidades administrativas.

A partir dele, identificamos a necessidade de realizar mais dois Kaizen, um relacionado a resíduos eletroeletrônicos e outro específico para a administração predial, liderados pelas áreas responsáveis pela operação e gestão do tema.

Os planos de ação resultantes dos Kaizen foram iniciados e acompanhados ao longo de 2016, com ações para avaliação de fornecedores, melhoria e organização dos processos de coleta seletiva e controle de volumetria.

Estamos constantemente trabalhando com nossa cadeia de valor em iniciativas e programas de conscientização, com o intuito de reduzir a geração e assegurar a correta destinação dos resíduos derivados das atividades do banco. Em 2016, tivemos os principais resultados:

- Redução na geração de resíduos, incluindo os recicláveis gerados em comparação com 2015;
- Planejamento da campanha de conscientização interna, cujo objetivo é reduzir a geração de resíduos, assim como conscientizar para o correto arranjo e estímulo para reciclagem, substituindo dessa forma a disposição em aterros. A campanha está prevista para julho de 2017; e
- Em 2016, nosso fornecedor dos serviços de alimentação revisou/otimizou seu processo de preparação de alimentos nos prédios administrativos, com isso houve uma redução de 15 t de geração de resíduos nos últimos três meses que deixamos de enviar para compostagem e aterro.

Além do nosso contínuo esforço em aumentar a eficiência da nossa gestão de resíduos, em 2017, procuraremos novos fornecedores para o sistema de coleta seletiva, buscando aprimorar os modelos atuais de gestão de resíduos em nossas unidades administrativas.

Administração predial

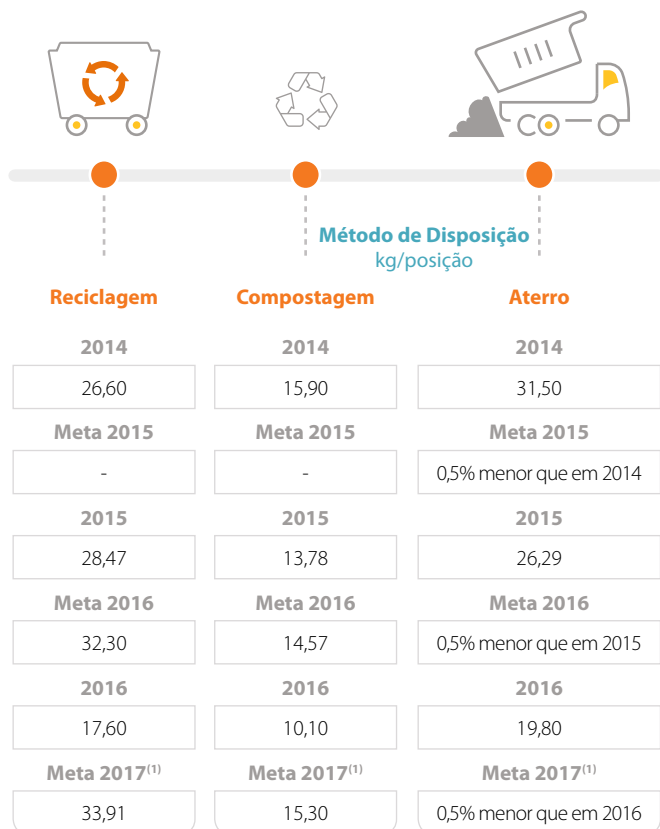
De maneira geral, em 2016 nossa gestão de resíduos trouxe como principais resultados:

- Redução na geração de resíduos destinados ao aterro sanitário de nossas unidades administrativas, em 20% (Edifícios administrativos e Centros Tecnológicos) (se comparado com o ano de 2015).
- Manutenção da compostagem de resíduos dos restaurantes de três prédios administrativos, que representam 55% de toda a população da administração central (totalizando 24.291 posições).

Iniciativa	Descrição	Resultados
Implantação de logística reversa de lâmpadas nos principais prédios administrativos	Em linha com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, firmamos uma parceria com o fabricante para realizar a logística reversa, ou seja, o recolhimento pelo fabricante das lâmpadas utilizadas nos principais prédios administrativos do banco. Anteriormente as lâmpadas eram encaminhadas para descarte por uma prestadora de serviços do banco. No decorrer de 2016, estendemos a logística reversa de lâmpadas para os prédios menores localizados em São Paulo.	Logística reversa de 41,7 mil lâmpadas
Workshop PGRS	Implantação do PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos), possibilitando melhores práticas na gestão e controle dos resíduos gerados no prédio FL3500. O PGRS foi apresentado para os principais fornecedores envolvidos no processo.	Redução de 20% na produção de lixo orgânico, comparado a 2015
Conscientização	Campanha de conscientização para destinação correta dos resíduos gerados.	NM
NM – não medido		

Definimos para 2016 uma meta de redução de 0,5% dos resíduos de edifícios administrativos descartados em aterros em relação ao resultado de 2015. Entretanto, superamos a meta e conseguimos uma redução de 24% em comparação com a meta.





kg/posição: é a quantidade em quilogramas disposta em aterros por posição nos prédios administrativos do banco.
Considerando como número de posições atualizado – 44.396 (ano 2016).
(1) As metas foram estabelecidas em 2015. Em 2017 faremos a revisão de nosso compromisso devido aos resultados já alcançados.

TI

Temos um processo de descarte de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) desde 2009 e nesse período destinamos adequadamente mais de 30 mil toneladas desses resíduos.

A gestão engloba todos os equipamentos eletroeletrônicos de TI do Itaú Unibanco, utilizados em território nacional. A equipe de TI Verde fica responsável por centralizar e controlar as informações em conjunto com as áreas gestoras de equipamentos (Administração Central Microinformática, Administração Central Predial, Agência, Banco Atacado, Data Center e Telecom).

No ano de 2016, as equipes envolvidas na gestão desse resíduo empenharam-se para a evolução do tema. Realizou-se o projeto de melhoria contínua do gerenciamento de REEE visando aperfeiçoamento no controle dos processos e conscientização para a redução na compra do equipamento, extensão da vida útil para melhor aproveitamento do recurso e, quando considerado obsoleto, destinação de maneira adequada, mitigando o impacto ao ambiente e reinserindo os materiais na cadeia produtiva (cadeia circular).

Em 2016, com as desativações de dois prédios de data center (CAS e CAR), a volumetria de descarte obteve acréscimo, pois equipamentos de TI que estavam instalados nos dois polos não poderiam ser reutilizados em outras aplicações por sua obsolescência.

Uma das ações resultantes do Kaizen foi a criação de uma meta para 2020 estimada a 178 t de geração de resíduos de REEE. Essa estimativa engloba os dados de Agência (caixa eletrônico) e Administração Central Microinformática (*desktop*).

Visando a meta de 2020, as equipes Agência e Administração Central Microinformática iniciaram, em 2016, iniciativas que prolongam o tempo de utilização do equipamento e reutilizam componentes em bom estado, de máquinas obsoletas, na manutenção do próprio parque.

Iniciativa	Descrição	Resultados	Economia (R\$/ano)
Descarte sustentável de resíduos eletroeletrônicos	Destinamos todo o nosso resíduo de equipamento eletroeletrônico, em território brasileiro, de forma ambientalmente adequada. Quando atinge o fim da sua vida útil, os equipamentos passam por um processo de logística e manufatura reversa e são reinseridos na cadeia produtiva como matéria-prima.	Deixamos de descartar 2.697,40 t	NM
Reutilização de equipamentos no Data Center	Com a construção do novo data center de Mogi Mirim (CTMM), pudemos otimizar a nossa infraestrutura de TI e desativar os data centers dos polos CAS e CAR. Esse projeto encerrou-se no ano de 2016 e resultou na disponibilidade de equipamentos e materiais de facilities (máquinas de energia, ar-condicionado, automação, racks e cabeamento), para reutilização nos prédios CTMM, CTSP e CAT. O reaproveitamento evitou o envio para descarte e a aquisição de novos equipamentos e materiais.	Reutilização de 1.583 máquinas de TI, 768 equipamentos e materiais de infraestrutura de facilities (equipamentos elétricos, de ar-condicionado, automação, baterias e racks)	Deixamos de gastar R\$ 9.183.688 por conta dos equipamentos que foram reaproveitados.
Reutilização de componentes dos caixas eletrônicos	Anteriormente, a partir do momento em que o caixa eletrônico era classificado como obsoleto, toda a estrutura era destinada ao descarte ambientalmente adequado. Hoje adotamos o conceito de reutilização. Quando ocorre a análise da estrutura de caixas desativados, os componentes danificados são descartados e os conservados são reutilizados.	NM	NM
Extensão no tempo de utilização de notebooks	Parte das estações de trabalho (computadores e notebooks) dos prédios administrativos estão sob contrato de <i>leasing</i> . A princípio, o contrato determinava a troca das máquinas a cada 3 anos. Visando a utilização mais eficiente das máquinas, 31% teve seu tempo de uso estendido para 4 anos.	NM	NM

NM – não medido

Geração, tratamento e análise GRI 306-2



(1) Resíduos não perigosos destinados à reciclagem: alumínio, madeira, outros metais, triagem, papel, plástico e vidro.

(2) Resíduos perigosos destinados à reciclagem: aproximadamente 96% do resíduo eletrônico gerado e 97% das pilhas e baterias.

(3) Resíduos perigosos dos Centros Tecnológicos destinados à aterro: aproximadamente 2% do resíduo eletroeletrônico gerado pelo Itaú Unibanco.

(4) Outras formas de reutilização/destinação de resíduos perigosos: referente a pilhas, baterias e resíduo do lavador de gases.

(5) Devido revisão no controle do processo de descarte de REEE o valor de 2015 foi atualizado.

Nota: No ano de 2016 destinamos 56,9 mil unidades de lâmpadas. Foram coletados e tratados 45 m³ de resíduos das caixas de gordura de prédios administrativos.

7_Anexos

Este capítulo contém informações complementares às seções de Desempenho e Sustentabilidade, entre elas, o Sumário GRI e a asseguração de auditoria independente

Anexos

Risco socioambiental no atacado

GRI G4-FS6

O Banco de Atacado opera somente com empresas, com faturamento superior a R\$ 30 milhões.

Porcentagem da carteira do atacado por setor – 2016

GRI G4-FS6

Setor	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)
Banco de Grandes Empresas e de Investimentos	168.290,59	172.469,86	97,58%
Tesouraria	4.179,27	172.469,86	2,42%

Porcentagem da carteira do atacado por setor – 2015

GRI G4-FS6

Setor	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)
Banco de Grandes Empresas e de Investimentos	184.695,03	192.603,84	95,89%
Tesouraria	7.908,81	192.603,84	4,11%

Porcentagem da carteira do atacado por região – 2016

GRI G4-FS6

Região	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)
Centro-Oeste e norte	1.066,54	168.290,59	0,63%
Sul	12.780,38	168.290,59	7,59%
Sudeste	136.401,84	168.290,59	81,05%
Nordeste	3.741,39	168.290,59	2,22%
Outros	14.300,44	168.290,59	8,50%

Porcentagem da carteira do atacado por região – 2015

GRI G4-FS6

Região	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)
Centro-Oeste e Norte	2.368,99	184.695,03	1,28%
Sul	18.404,39	184.695,03	9,96%
Sudeste	149.599,34	184.695,03	81,00%
Nordeste	4.888,90	184.695,03	2,65%
Outros	9.433,41	184.695,03	5,11%

Política de Risco Socioambiental e Princípios do Equador

Em 2016, não houve qualquer financiamento de projetos aprovado pelo Itaú Unibanco – pré-fechamento (gatilhos III de princípios do Equador) e qualquer projeto de empréstimos corporativos relacionados fecharam (critérios de princípios do Equador III).

Operações de Project Finance⁽¹⁾ contratadas (critérios dos Princípios do Equador III) – 2016

	Número de projetos	Investimento total (R\$ milhões)	Participação do Itaú Unibanco ⁽²⁾ (R\$ milhões)
A	1	671,60	200,00
B	2	3.027,64	701,36
C	-	-	-
Setor			
Energia	1	842,81	49,18
Logística	2	2.856,43	852,19
Localização			
Nordeste do Brasil	1	842,81	49,18
Norte do Brasil	1	671,60	200,00
Colômbia	1	2.184,83	652,19
Consultor Independente			
Operações analisadas com consultor independente	3	3.699,24	901,36
Operações analisadas sem consultor independente	-	-	-
Total	3	3.699,24	901.363,00

(1) Project Finance conforme definido por Basileia em www.bis.org/publ/bcbs107.pdf.

(2) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

Observações:

Brasil é considerado um país não designado, enquanto Chile é considerado país designado.

Uma operação de Project Finance não foi incluída na tabela porque não atingiu os gatilhos dos Princípios do Equador.



Operações de *Project Finance*⁽¹⁾ contratadas (critérios dos Princípios do Equador III) – 2015

Categoria	Número de projetos	Investimento total (R\$ milhões)	Participação do Itaú Unibanco ⁽²⁾ (R\$ milhões)
A	0	0	0
B	3	3.803,14	279,16
C	0	0	0
Setor			
Energia	2	671,14	237,12
Logística	1	3.132,00	42,04
Localização			
Sudeste do Brasil	2	3.453,10	69,71
Chile	1	350,04	209,45
Consultor Independente			
Operações analisadas com consultor independente	2	3.453,10	69,71
Operações analisadas sem consultor independente	1	350,04	209,45
Total	3	3.803,14	279,16

(1) *Project Finance* conforme definido por Basileia em www.bis.org/publ/bcbs107.pdf.

(2) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

Observações:

Brasil é considerado um país não designado, enquanto Chile é considerado país designado.

Uma operação de *Project Finance* não foi incluída na tabela porque não atingiu os gatilhos dos Princípios do Equador.

Mandatos – 2016

	Mandatos
Setor	
Logística	3
Energia	1
Localização	
Américas	4
Total	4

Obs.: Alterações de mandatos também são consideradas.

Mandatos – 2015

	Mandatos
Setor	
Infraestrutura	4
Mineração	1
Petróleo e gás	1
Energia	13
Outros	0
Localização	
Américas	19
Europa, Oriente Médio e África	0
Ásia Pacífico	0
Total	19

Obs.: Alterações de mandatos também são consideradas.

Financiamentos corporativos dirigidos a Projetos (*Corporate Finance*) fechados e analisados de acordo com os critérios da Política Socioambiental⁽¹⁾ – 2016

Categoria	Número de projetos	Investimento total ⁽²⁾ (R\$ milhões)	Participação do Itaú Unibanco ⁽²⁾ (R\$ milhões)
A	-	-	-
B	1	1.544,83	115,73
C	8	364,89	172,80
Setor			
Açúcar e álcool	6	217,37	93,89
Agronegócio	1	36,91	36,91
Logística	1	1.544,83	115,73
Telecomunicações	1	110,61	42,00
Localização			
Brasil ⁽³⁾	2	1.655,44	157,73
Centro-Oeste do Brasil	2	85,85	36,22
Sudeste do Brasil	3	107,38	47,67
Sul do Brasil	2	61,05	46,91
Total	9	1.909,72	288,52

(1) Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco.

(2) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

(3) Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo, infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Obs.: Financiamentos corporativos dirigidos a projetos (*Corporate Finance*) são geralmente cobertos por limites de crédito existentes em vez de aprovados para operações específicas.

Financiamentos corporativos dirigidos a Projetos (*Corporate Finance*) fechados e analisados de acordo com os critérios da Política Socioambiental⁽¹⁾ – 2015

Categoria	Número de projetos	Investimento total ⁽²⁾ (R\$ milhões)	Participação do Itaú Unibanco ⁽²⁾ (R\$ milhões)
A	0	0	0
B	1	147,88	39,44
C	31	4.707,69	1.301,20
Setor			
Açúcar e álcool	9	391,88	135,65
Agronegócio	3	214,20	103,03
Logística	17	3.925,60	971,54
Têxtil	2	228,30	85,41
Telecomunicações	1	95,60	45,00
Localização			
Centro-Oeste do Brasil	4	1.072,66	281,74
Nordeste do Brasil	6	1.166,21	170,29
Sudeste do Brasil	14	1.953,68	640,13
Sul do Brasil	3	198,75	68,95
Brasil ⁽³⁾	5	464,27	179,52
Total	32	4.855,57	1.340,63

(1) Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco.

(2) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

(3) Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo, infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Obs.: Financiamentos corporativos dirigidos a projetos (*Corporate Finance*) são geralmente cobertos por limites de crédito existentes em vez de aprovados para operações específicas.



Demais operações relacionadas com financiamento de projetos contratadas em 2016 e analisadas de acordo com os critérios da Política Socioambiental⁽¹⁾

	Número de operações		
	Empréstimo- ponte ⁽³⁾	Fiança do projeto	Total
Número de operações	10	12	22
Valores das operações contratadas			
Investimento total (R\$ milhões) ⁽²⁾	10.882,00	30.013,50	40.895,50
Participação do Itaú Unibanco (R\$ milhões) ⁽²⁾	1.282,05	1.571,97	2.854,02
Categorias das operações contratadas			
A	2	3	5
B	8	8	16
C	-	1	1
Localização dos projetos associados às operações contratadas			
Brasil ⁽⁴⁾	1	3	4
Centro-Oeste do Brasil	-	1	1
Nordeste do Brasil	6	7	13
Norte do Brasil	-	1	1
Sudeste do Brasil	2	-	2
Sul do Brasil	1	-	1
Setor dos projetos associados às operações contratadas			
Energia	10	11	21
Logística	-	1	1

(1) Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco.

(2) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

(3) Com base nos Princípios do Equador III, empréstimos-ponte acionam requisitos específicos.

(4) Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo, infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Demais operações relacionadas com financiamento de projetos contratadas em 2015 e analisadas de acordo com os critérios da Política Socioambiental⁽¹⁾

	Número de operações		
	Empréstimo- ponte ⁽³⁾	Fiança do projeto	Total
Número de operações	5	5	10
Valores das operações contratadas			
Investimento total (R\$ milhões) ⁽²⁾	3.697,90	4.003,99	7.701,89
Participação do Itaú Unibanco (R\$ milhões) ⁽²⁾	488	657,18	1.145,18
Categorias das operações contratadas			
A	0	0	0
B	5	2	7
C	0	3	3
Localização dos projetos associados às operações contratadas			
Nordeste do Brasil	4	4	8
Sul do Brasil	1	0	1
Sudeste do Brasil	0	1	1
Setor dos projetos associados às operações contratadas			
Energia	5	5	10

(1) Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco.

(2) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

(3) Com base nos Princípios do Equador III, empréstimos-ponte acionam requisitos específicos.

Demais operações relacionadas com financiamento de projetos aprovadas pelo Itaú Unibanco em 2016 e analisadas de acordo com os critérios da Política Socioambiental⁽¹⁾ em 2016, mas ainda não contratadas⁽²⁾

	Número de operações aprovadas (ainda não contratadas)		
	Empréstimo- ponte ⁽⁴⁾	Fiança do projeto	Total
Número de projetos	3	9	12
Número de operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Volume aprovado – Itaú Unibanco (R\$ milhões) ⁽³⁾	340,00	2.110,00	2.450,00
Localização dos projetos associados às operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Centro-Oeste do Brasil	-	1	1
Nordeste do Brasil	2	6	8
Norte do Brasil	-	1	1
Sudeste do Brasil	1	1	2
Setor dos projetos associados às operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Energia	3	9	12

(1) Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco.

(2) Contratações não concluídas em 2016 por diversas razões.

(3) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da aprovação.

(4) Com base nos Princípios do Equador III, empréstimos-ponte acionam requisitos específicos.

Demais operações relacionadas com financiamento de projetos aprovadas pelo Itaú Unibanco em 2015 e analisadas de acordo com os critérios da Política Socioambiental⁽¹⁾ em 2015, mas ainda não contratadas⁽²⁾

	Número de operações aprovadas (ainda não contratadas)		
	Empréstimo- ponte ⁽⁵⁾	Fiança do projeto	Total
Número de projetos	6	6	12
Número de operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Volume aprovado – Itaú Unibanco (R\$ milhões) ⁽³⁾	645,64	848	1.493,64
Localização dos projetos associados às operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Brasil ⁽⁴⁾	0	1	1
Centro-Oeste do Brasil	2	1	3
Nordeste do Brasil	3	3	6
Sul do Brasil	0	1	1
Uruguai	1	0	1
Setor dos projetos associados às operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Energia	5	6	11
Logística	1	0	1

(1) Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco.

(2) Contratações não concluídas em 2015 por diversas razões.

(3) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da aprovação.

(4) Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo, infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

(5) Com base nos Princípios do Equador III, empréstimos-ponte acionam requisitos específicos.



Risco ambiental e social nas operações de *middle market* **GRI G4-FS6**

Porcentagens de portfólio de *middle market* por setor **GRI G4-FS6**

Setores	Valor da carteira (R\$ milhões)			
	<i>Middle</i> ⁽¹⁾		Novo corporativo ⁽²⁾	
	2016	2015 ⁽³⁾	2016	2015 ⁽³⁾
Açúcar e álcool	75,7	79,6	111,6	101,1
Agro e fertilizantes	1.591,6	1.490,5	1.611,4	1.647,6
Alimentos e bebidas	2.497,7	2.488,5	621,7	565,0
Bancos e IFs	295,2	264,0	0,0	0,0
Bens de capital	877,8	932,6	307,6	340,6
Bens duráveis – exceto veículos	481,4	525,8	106,7	126,9
Bens não duráveis	1.570,9	1.748,6	1.115,6	1.319,9
Celulose e papel	172,0	210,9	49,6	53,2
Comércio diversos	1.594,7	1.782,9	1.768,6	1.985,5
Concessões de infraestrutura	46,1	62,9	43,3	64,8
Diversos	1.730,5	1.526,4	50,8	65,4
Energia	36,3	42,0	71,8	87,9
Ensino e saúde	732,2	736,9	361,9	442,4
Farmac. e cosméticos	889,2	920,9	93,5	83,5
Imobiliário	792,9	959,6	4.323,1	4.069,4
Infraestrutura	465,9	570,8	270,8	363,6
Lazer e turismo	490,2	591,7	54,8	79,7
Materiais de construção	559,4	632,2	422,2	411,3
Metalurgia/siderurgia	720,7	933,8	509,6	502,4
Mídia	115,6	133,6	59,5	45,5
Mineração	124,9	142,7	9,0	30,6
Petróleo e gás	447,1	530,9	344,5	366,6
Petroquímica e química	999,4	1.055,9	220,3	207,7
Serviços	998,9	1.047,5	601,1	584,0
Tecnologia	216,7	267,9	70,9	149,7
Telecomunicações	102,8	118,7	2,9	6,2
<i>Tradings</i>	297,6	318,5	107,8	94,4
Transporte e logística	1.488,9	2.102,2	808,8	1.072,8
Veículos/autopeças	864,3	1.163,0	677,5	828,8
Vazio	0,7	124,2	864,7	1.112,4
Valor total da linha de negócios	21.277,2	23.505,9	15.661,7	16.809,0

(1) *Middle*: setores definidos através da marcação setorial do Serasa.

(2) Corporativo: setores revisados pela área comercial/crédito em jan./17. Dados de dez./16 e dez./15 são retroagidos para a nova marcação.

(3) Dados de dez./15 retroagidos com cadastro de dez./16 devido à ressegmentação ocorrida em 2016.

Obs.: Carteira de crédito sem coobrigações.

Porcentagens de portfólio de *middle market* por região⁽¹⁾ **GRI G4-FS6**

Região comercial	Valor da carteira (R\$ milhões)			
	<i>Middle</i>		Novo corporativo	
	2016	2015 ⁽²⁾	2016	2015 ⁽²⁾
São Paulo	7.957,7	8.887,2	4.743,3	5.378,8
RJ e ES	1.876,0	2.150,4	1.076,3	1.278,2
Nordeste	2.143,0	2.433,5	1.092,7	1.380,3
Sul	2.634,4	2.901,1	2.473,3	2.704,6
Corporate MG	0,0	0,0	2.151,8	2.275,7
<i>Middle</i> MG CO MT AM	2.240,3	2.906,6	0,0	0,0
<i>Middle</i> PR MS	2.717,6	2.845,5	0,0	0,0
Corporate Imobiliário	0,0	0,0	4.119,8	3.790,3
<i>Middle</i> Multinacionais	1.707,5	1.380,8	0,0	0,0
Vazio	0,7	0,7	4,3	0,7
Valor total da linha de negócios	21.277,2	23.505,9	15.661,5	16.808,6

(1) Região: definida através do atendimento comercial.

(2) Dados de dez./15 retroagidos com cadastro de dez./16 devido à ressegmentação ocorrida em 2016.

Obs.: Carteira de crédito sem coobrigações.

Contexto



Perfil



Governança



Gestão de riscos



Desempenho



Sustentabilidade



Anexos A-274



Financiamento de veículos [GRI G4-FS6](#)

Portfólio de produto

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por setor [GRI G4-FS6](#)

Setor	Valor da carteira (R\$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)			Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Transportes	2.824,34	4.008,99	5.198,10	5.439,70	7.511,45	9.736,94	51,9%	53,4%	53,4%
Materiais de construção	477,48	726,57	1.011,25	5.439,70	7.511,45	9.736,94	8,8%	9,7%	10,4%
Veículos leves e pesados	371,29	407,31	512,93	5.439,70	7.511,45	9.736,94	6,8%	5,4%	5,3%
Alimentos	511,11	680,55	842,18	5.439,70	7.511,45	9.736,94	9,4%	9,1%	8,6%
Outros (com valor de carteira significativamente menor que os quatro setores principais)	1.255,48	1.688,03	2.172,48	5.439,70	7.511,45	9.736,94	23,1%	22,5%	22,3%

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por região [GRI G4-FS6](#)

Região	Valor da carteira (R\$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)			Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Sudeste	2.289,84	3.150,07	4.035,17	5.439,70	7.511,45	9.736,94	42,1%	41,9%	41,4%
Sul	1.678,97	2.361,37	3.139,75	5.439,70	7.511,45	9.736,94	30,9%	31,4%	32,2%
Centro-Oeste	518,68	691,01	896,25	5.439,70	7.511,45	9.736,94	9,5%	9,2%	9,2%
Nordeste	681,74	966,65	1.230,30	5.439,70	7.511,45	9.736,94	12,5%	12,9%	12,6%
Norte	270,47	342,35	435,45	5.439,70	7.511,45	9.736,94	5,0%	4,6%	4,5%

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por tamanho [GRI G4-FS6](#)

Tamanho do negócio	Valor da carteira (R\$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)			Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Microempresa (0-2,40 milhões)	1.497,16	2.080,16	2.836,21	5.439,70	7.511,45	9.736,94	27,5%	27,7%	29,1%
Pequenas empresas (2,40 milhões-16,00 milhões)	2.137,15	3.047,93	4.029,52	5.439,70	7.511,45	9.736,94	39,3%	40,6%	41,4%
Médias empresas (16,00 milhões-90,00 milhões)	1.210,35	1.662,32	2.009,36	5.439,70	7.511,45	9.736,94	22,3%	22,1%	20,6%
Médias/grandes empresas (90,00 milhões-300,00 milhões)	461,35	552,80	690,14	5.439,70	7.511,45	9.736,94	8,5%	7,4%	7,1%
Grandes empresas (acima de 300,00 milhões)	127,97	168,24	170,53	5.439,70	7.511,45	9.736,94	2,4%	2,2%	1,7%
Sem informações	5,72	0,01	1,16	5.439,70	7.511,45	9.736,94	0,1%	0,0%	0,0%

Crédito imobiliário [GRI G4-FS6](#)

Porcentagem da carteira de crédito imobiliário, por setor [GRI G4-FS6](#)

Setor	Valor da carteira (R\$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)			Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Imóveis residenciais	6,046	6,707	6,474	10,187	10,540	9,872	59%	64%	66%
Imóveis comerciais ⁽¹⁾	4,141	3,833	3,398	10,187	10,540	9,872	41%	36%	34%

(1) Shopping centers, escritórios corporativos, hotéis e prédios de escritório.



Porcentagem da carteira de crédito imobiliário, por região **GRI G4-FS6**

Região	Valor da carteira (R\$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)			Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Sudeste	7,602	7,482	6,594	10,187	10,540	9,872	75%	71%	67%
Sul	898	788	707	10,187	10,540	9,872	9%	7%	7%
Centro-Oeste	900	969	1,232	10,187	10,540	9,872	9%	9%	12%
Nordeste	566	854	857	10,187	10,540	9,872	6%	8%	9%
Norte	221	447	483	10,187	10,540	9,872	2%	4%	5%

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por tamanho **GRI G4-FS6**

Setor	Valor da carteira (R\$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)			Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
IBBA	3,868	7,725	7,127	10,187	10,540	9,872	38%	73%	72%
Médias empresas	6,319	2,815	2,745	10,187	10,540	9,872	62%	27%	28%

Itaú seguros **GRI G4-FS6**

Produtos e carteira

Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais – destinado a empresas públicas e privadas, dos setores industrial, comercial e de serviços. Oferece aos seus colaboradores, sócios e proprietários, em caso de morte do titular, benefícios como cobertura de indenização, auxílio-funeral e o Fique Bem, um programa de atendimento psicológico e financeiro. Disponibilizamos também o plano familiar que, além da cobertura de seguro, oferece auxílio-funeral para cônjuges e filhos de até 21 anos de idade.

Seguro Empresarial – destinado a micro, pequenas e médias empresas. Seu objetivo é proteger seus ativos físicos (prédio e conteúdo) contra eventos inesperados, como incêndio, vendaval, tempestade de granizo, furto de bens, despesas fixas, responsabilidade civil e outros que podem causar prejuízos ao cliente/segurado.

Seguro Prestamista – proteção financeira: destinado a clientes que contratam empréstimo, financiamento ou assumem compromisso de pagamento mensal com o banco. O seguro cobre quitação total ou parcial da dívida para as seguintes coberturas: demissões sem justa causa, incapacidade total e temporária, invalidez permanente por acidente e morte por qualquer causa. Disponibilizamos também um Seguro Prestamista voltado a financiamentos de microcrédito. Em 2016, foram contabilizados 5.683.260 contratos prestamistas ativos. Neste relatório, consideramos Seguro Prestamista para Saques a Descoberto, Crédito, Seguro de Vida, Cartões de Crédito e Débito, Cartões de Seguro e Empréstimos para Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

Porcentagem da carteira, por linha de negócio e setor em 2016 **GRI G4-FS6**

Linha de negócio	Setor ⁽¹⁾	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem)
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Banco comercial	43,49	551,45	7,89
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Comércio – empresas não classificadas	49,98	551,45	9,06
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Construção civil	32,02	551,45	5,81
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Empresas atuantes em diversos ramos	13,23	551,45	2,40
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Poder Público	6,37	551,45	1,16
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria de produtos alimentícios	18,14	551,45	3,29
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria – empresas não classificadas	28,62	551,45	5,19

(1) Divulgados apenas os setores que representam acima de 1% da carteira.



Linha de negócio	Setor ⁽¹⁾	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem)
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços do Setor Público	5,65	551,45	1,02
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços – empresas não classificadas	80,17	551,45	14,54
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços de administração pública	49,73	551,45	9,02
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Transportes	14,95	551,45	2,71
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Comércio de alimentos e bebidas	14,63	551,45	2,65
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Outras atividades	194,47	551,45	35,26
Seguro Empresarial	Comércio de alimentos e bebidas	2,34	67,08	3,48
Seguro Empresarial	Comércio – empresas não classificadas	50,26	67,08	74,93
Seguro Empresarial	Empresas atuantes em diversos ramos	1,06	67,08	1,59
Seguro Empresarial	Serviços – empresas não classificadas	2,34	67,08	3,49
Seguro Empresarial	Metalurgia	0,67	67,08	1,00
Seguro Empresarial	Outras atividades	10,41	67,08	15,52

(1) Divulgados apenas os setores que representam acima de 1% da carteira.

Porcentagem da carteira, por linha de negócio e região em 2016 [GRI G4-FS6](#)

Linha de negócio	Setor ⁽¹⁾	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem)
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Bahia	12,68	551,45	2,30
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Ceará	9,43	551,45	1,71
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Espírito Santo	5,57	551,45	1,01
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Goiás	8,07	551,45	1,46
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Minas Gerais	48,47	551,45	8,79
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Pernambuco	7,92	551,45	1,44
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Paraná	37,88	551,45	6,87
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Rio de Janeiro	114,43	551,45	20,75
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Rio Grande do Sul	14,06	551,45	2,55
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Santa Catarina	23,13	551,45	4,19
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	São Paulo	242,88	551,45	44,04
Seguro Empresarial	Amazonas	0,82	67,08	1,22
Seguro Empresarial	Bahia	2,68	67,08	3,99
Seguro Empresarial	Ceará	1,65	67,08	2,46
Seguro Empresarial	Distrito Federal	1,23	67,08	1,84
Seguro Empresarial	Goiás	2,34	67,08	3,49
Seguro Empresarial	Minas Gerais	5,63	67,08	8,39
Seguro Empresarial	Mato Grosso	0,83	67,08	1,24
Seguro Empresarial	Pernambuco	2,59	67,08	3,87
Seguro Empresarial	Paraná	4,19	67,08	6,25

(1) Divulgadas apenas as regiões que representam acima de 1% da carteira.



Linha de negócio	Setor ⁽¹⁾	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem)
Seguro Empresarial	Rio de Janeiro	9,07	67,08	13,52
Seguro Empresarial	Rio Grande do Norte	0,81	67,08	1,21
Seguro Empresarial	Rio Grande do Sul	1,80	67,08	2,68
Seguro Empresarial	Santa Catarina	2,04	67,08	3,04
Seguro Empresarial	São Paulo	26,87	67,08	40,06

(1) Divulgadas apenas as regiões que representam acima de 1% da carteira.

Perfil organizacional*

Colaboradores por nível hierárquico GRI 102-8

Nível hierárquico ⁽¹⁾	2016	2015	2014
Diretoria	107	113	72
Gerência	13.591	14.242	13.758
Administrativo	26.007	26.365	29.066
Comercial e operacional	40.928	42.773	39.431
Trainees	122	98	53
Subtotal	80.755	83.591	82.380
Aprendizes	2.743	2.143	1.683
Estagiários	4.213	4.271	4.040
Subtotal	87.711	90.005	88.103
Terceiros ⁽²⁾	42.115	45.773	42.185
Total	129.826	135.778	130.288

(1) Gerência considera colaboradores que gerenciam pessoas. Administrativo considera colaboradores de áreas administrativas que não gerenciam pessoas. Comercial e operacional considera colaboradores das agências que não gerenciam pessoas.

(2) Operações de *call center* e empresas de cobrança não foram incluídas.

Colaboradores com contrato de tempo indeterminado GRI 102-8

Ano	Gerência		Administrativo		Comercial e operacional		Trainees		Total	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2016	6.938	6.653	13.898	12.109	27.318	13.610	44	78	48.198	32.450
2015	7.106	7.136	14.263	12.102	28.209	14.564	24	74	49.602	33.876
2014	6.854	6.904	15.603	13.463	26.685	12.746	21	32	49.163	33.145

Colaboradores com demais tipos de contrato GRI 102-8

Ano	Diretoria		Aprendizes		Estagiários	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2016	13	94	1.925	818	2.461	1.752
2015	13	100	1.531	612	2.521	1.750
2014	8	64	1.201	482	2.524	1.516

* Observações: • Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2016: Itaú Unibanco S.A., Itaú Corretora de Valores, Hipercard Banco Múltiplo, Itaú Unibanco Holding, Microinvest S/A, Banco Itaú, BMG Consignado, Provar Negócios, Luizacred S.A., Credicard Promotora, Fic Promotora, Redecard S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú BMG, Itaúseg Saúde S/A, Kinea Investimentos, Banco Itaucard S/A, Icarros Ltda., Pro-Imóvel Promotora, Itaú Adm Prev Ltda., Marcep e Banco Itaú BBA S.A.

• A quantidade de estagiários refere-se a soma de todos os programas de estágio do Banco e não apenas aos programas corporativo e de agências.



Colaboradores próprios e terceiros por região **GRI 102-8**

Região	2016		2015		2014	
	Próprios	Terceiros ⁽¹⁾	Próprios	Terceiros ⁽¹⁾	Próprios	Terceiros ⁽¹⁾
Sul	6.508	4.149	6.969	5.766	7.298	4.872
Sudeste	66.001	31.789	68.036	32.958	66.120	29.892
Centro-Oeste	3.039	1.985	3.210	1.954	3.405	2.094
Nordeste	4.068	3.275	4.187	4.341	4.346	4.535
Norte	1.032	917	1.076	754	1.139	792
Total	80.648	42.115	83.478	45.773	82.308	42.185

(1) Operações de *call center* e empresas de cobrança não foram incluídas.Colaboradores próprios por região, idade e gênero **GRI 102-8**

Região										Mulheres		
	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Total		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Sul	1.247	1.390	1.529	2.260	2.456	2.517	522	408	367	4.029	4.254	4.413
Sudeste	12.855	13.625	13.688	23.291	24.098	23.427	2.941	2.368	2.165	39.087	40.091	39.280
Centro-Oeste	686	722	832	1.094	1.175	1.167	131	89	89	1.911	1.986	2.088
Nordeste	684	752	867	1.637	1.696	1.680	201	146	125	2.522	2.594	2.672
Norte	260	309	342	372	354	356	17	14	12	649	677	710
Total	15.732	16.798	17.258	28.654	29.779	29.147	3.812	3.025	2.758	48.198	49.602	49.163

Região										Homens		
	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Total		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Sul	582	681	779	1.232	1.469	1.600	665	565	506	2.479	2.715	2.885
Sudeste	8.021	8.531	8.173	15.658	16.526	15.869	3.235	2.888	2.798	26.914	27.945	26.840
Centro-Oeste	343	370	421	576	665	715	209	189	181	1.128	1.224	1.317
Nordeste	411	444	520	883	974	1.000	252	175	154	1.546	1.593	1.674
Norte	153	176	213	197	201	196	33	22	20	383	399	429
Total	9.510	10.202	10.106	18.546	19.835	19.380	4.394	3.839	3.659	32.450	33.876	33.145

Colaboradores*

Desligamentos⁽¹⁾ **GRI 401-1**

Região	Mulheres									Homens									Total		
	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos					
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Sul	274	91	137	192	235	241	101	98	86	155	119	124	147	171	170	105	63	53	974	777	811
Sudeste	1.768	1.036	1.231	2.070	2.255	2.268	748	540	488	1.510	935	1.032	1.614	1.964	1.723	719	583	405	8.429	7.313	7.147
Centro-Oeste	125	57	72	139	128	106	36	17	18	92	49	83	91	85	103	51	31	22	534	367	404
Nordeste	86	62	103	154	145	177	32	21	19	84	59	89	90	119	147	19	18	10	465	424	545
Norte	39	29	29	48	53	37	5	1	0	30	28	38	42	27	36	4	4	2	168	142	142
Total	2.292	1.275	1.572	2.603	2.816	2.829	922	677	611	1.871	1.190	1.366	1.984	2.366	2.179	898	699	492	10.570	9.023	9.049

(1) Inclui desligamentos por demissão, aposentadoria ou falecimento.

* Observações: • Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2016: Itaú Unibanco S.A., Itaú Corretora de Valores, Hipercard Banco Múltiplo, Itaú Unibanco Holding, Microinvest S/A, Banco Itaú, BMG Consignado, Provar Negócios, Luizacred S.A., Credicard Promotora, Fic Promotora, Redecard S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú BMG, Itaúseg Saúde S/A, Kinea Investimentos, Banco Itaúcard S/A, Icarros Ltda., Pro-Imóvel Promotora, Itaú Adm Prev Ltda., Marcep e Banco Itaú BBA S.A.

• A quantidade de estagiários refere-se a soma de todos os programas de estágio do Banco e não apenas aos programas corporativo e de agências.



Contratações GRI 401-1

Região	Mulheres															Homens									Total
	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos									
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	(%)	2015	(%)	2014	(%)	
Sul	468	199	253	20	36	36	0	0	0	233	110	171	13	25	51	1	0	0	735	11,29	370	5,31	511	7,00	
Sudeste	4.148	2.462	2.842	424	524	435	0	3	4	3.066	1.833	1.874	495	514	475	1	3	7	8.134	12,32	5.339	7,85	5.637	8,53	
Centro-Oeste	283	88	139	6	7	16	0	0	0	172	42	79	12	11	20	0	0	0	473	15,56	148	4,61	254	7,46	
Nordeste	219	75	148	18	20	37	0	0	1	160	60	104	16	24	28	0	1	0	413	10,15	180	4,30	318	7,32	
Norte	72	48	48	6	2	7	0	0	0	49	24	39	7	2	3	0	0	0	134	12,98	76	7,06	97	8,52	
Total	5.190	2.872	3.430	474	589	531	0	3	5	3.680	2.069	2.267	543	576	577	2	4	7	9.889	12,26	6.113	7,32	6.817	8,28	
(% Total)	32,99	17,10	20,00	1,65	1,98	1,82	0,00	0,10	0,18	38,70	20,28	22,43	2,93	2,90	2,80	0,05	0,10	0,19							

Rotatividade (%) ⁽¹⁾⁽²⁾ GRI 401-1

Região	Mulheres															Homens				Total 2016 ⁽¹⁾
	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos				
	2016 ⁽¹⁾	2015 ⁽²⁾	2014 ⁽²⁾	2016 ⁽¹⁾	2015 ⁽²⁾	2014 ⁽²⁾	2016 ⁽¹⁾	2015 ⁽²⁾	2014 ⁽²⁾	2016 ⁽¹⁾	2015 ⁽²⁾	2014 ⁽²⁾	2016 ⁽¹⁾	2015 ⁽²⁾	2014 ⁽²⁾					
Sul	7,71	6,55	8,96	8,89	9,57	9,57	20,27	24,02	23,43	11,18	17,47	15,92	11,21	11,64	10,63	16,91	11,15	10,47	10,58	
Sudeste	6,67	7,60	8,99	9,36	9,36	9,68	26,48	22,80	22,54	9,65	10,96	12,63	10,22	11,88	10,86	23,58	20,19	14,47	10,10	
Centro-Oeste	9,42	7,89	8,65	13,39	10,89	9,08	29,68	19,10	20,22	14,53	13,24	19,71	15,14	12,78	14,41	26,35	16,40	12,15	14,01	
Nordeste	9,11	8,24	11,88	9,82	8,55	10,54	20,38	14,38	15,20	12,53	13,29	17,12	9,97	12,22	14,70	10,98	10,29	6,49	10,41	
Norte	9,39	9,39	8,48	13,88	14,97	10,39	24,00	7,14	0,00	15,08	15,91	17,84	21,80	13,43	18,37	9,52	18,18	10,00	14,14	
Total	7,03	7,59	9,11	9,55	9,46	9,71	25,40	22,38	22,15	10,14	11,66	13,52	10,55	11,93	11,24	22,03	18,21	13,45	10,35	

(1) Cálculos baseados no total de desligamentos/(Total de colaboradores no início do período + Total de colaboradores no fim do período)/2. Total de colaboradores no fim do período considera colaboradores no início do período mais contratações de colaboradores menos desligamentos de colaboradores.

Empresas consideradas: Itaú BMG Consig, Banco Itaú BBA, Banco Itaúcard, Icarros, Credicard Promotora, Fic Promotora, Hipercard, Itaú Adm Prev, Itaú BMG Gestão, Itaú Corretora de Valores, Itaú Seguros, Itaú Unibanco, Holding, Itaúseg Saúde, Kinea Investimentos, Luizacred, Marcep, Microinvest, Pro-Imovel, Provar Negócios, Redecard e Trishop. Inclui desligamentos por demissão, aposentadoria ou falecimento. Não considera diretoria, estagiários, expatriados e aposentados por invalidez.

(2) Cálculos baseados no número de desligamentos em cada categoria pelo número total de colaboradores da mesma categoria.

Até 2015, os cálculos foram baseados no número de demissões em cada categoria, pelo número de empregados totais da mesma categoria sob gestão do departamento de recursos humanos, no fim do ano.

Categoria social

Saúde e segurança dos colaboradores

Os contratantes são responsáveis pelo controle de dados do pessoal terceirizado.

Saúde e segurança dos colaboradores por gênero (%) GRI 403-2

Taxa		2016			2015			2014		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Taxa de lesões	Colaboradores	2,59	2,02	2,36	2,23	1,60	1,98	1,69	1,15	1,47
Taxa de dias perdidos	Colaboradores	1.050,66	689,97	908,44	890,73	596,05	773,55	400,04	247,01	336,59
Taxa de doenças ocupacionais	Colaboradores	2,23	1,72	2,03	1,72	1,32	1,56	1,59	1,10	1,39
Taxa de absenteísmo	Colaboradores	1,35	0,76	1,11	1,73	0,95	1,42	1,34	0,83	1,13

(1) Cálculo de absenteísmo: absenteísmo = (total de dias de ausência por motivos de saúde nos dias período/total trabalhados pelo público interno, no mesmo período) x 100.

* Observações: • Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2016: Itaú Unibanco S.A., Itaú Corretora de Valores, Hipercard Banco Múltiplo, Itaú Unibanco Holding, Microinvest S/A, Banco Itaú, BMG Consignado, Provar Negócios, Luizacred S.A., Credicard Promotora, Fic Promotora, Redecard S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú BMG, Itaúseg Saúde S/A, Kinea Investimentos, Banco Itaúcard S/A, Icarros Ltda., Pro-Imóvel Promotora, Itaú Adm Prev Ltda., Marcep e Banco Itaú BBA S.A.
• A quantidade de estagiários refere-se a soma de todos os programas de estágio do Banco e não apenas aos programas corporativo e de agências.



Saúde e segurança dos colaboradores, por região **GRI 403-2**

Região	Taxa de Lesão (TL)			Taxa de Dias Perdidos (TDP)			Taxa de Doenças Ocupacionais (TDO)			Taxa de Absenteísmo (TA) ⁽¹⁾		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Sul	3,72	2,53	2,11	2.530	2.070	918,63	3,36	2,29	1,97	1,01	1,15	0,84
Sudeste	1,88	1,70	1,21	566	516	225,25	1,52	1,24	1,13	1,10	1,42	1,25
Centro-Oeste	2,04	1,07	0,94	1.255	779	433,65	1,84	1,03	0,94	1,17	1,50	0,50
Nordeste	9,16	6,60	4,88	3.977	2.833	998,82	8,96	6,24	4,83	1,47	1,85	1,30
Norte	1,89	1,45	0,93	1.073	801	230,54	1,74	1,05	0,93	0,96	1,06	0,89
Total (2016)	2,36	1,98	1,47	908,44	773,55	336,59	2,03	1,56	1,39	1,11	1,42	1,13

(1) Cálculo de absenteísmo: absenteísmo = (total de dias de ausência por motivos de saúde nos dias período/total trabalhados pelo público interno, no mesmo período) x 100.

Número absoluto de óbitos⁽¹⁾ **GRI 403-2**

Categoria	2016		2015	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Colaboradores	1	0	1	1

(1) Mortes ocasionadas em acidentes de trajeto entre residência e empresa.

Treinamentos

Horas de treinamento, por nível funcional e gênero **GRI 404-1**

Nível hierárquico	Horas de treinamento								
	Mulheres			Homens			Total		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Gerência	93.706	186.816	228.745	104.162	173.647	233.437	197.868	360.463	462.182
Administrativo	306.549	394.445	407.733	319.067	370.448	340.128	625.616	764.893	747.861
Comercial e operacional	494.400	499.047	566.049	249.401	280.248	274.709	743.801	779.295	840.757
Trainees	9.914	6.134	7.151	16.703	14.410	11.879	26.616	20.544	19.030
Estagiários	58.366	59.186	144.713	45.297	47.691	72.894	103.664	106.877	217.607
Total	962.936	1.145.628	1.354.390	734.629	886.445	933.047	1.697.565	2.032.073	2.287.437

Nível hierárquico	Média de horas de treinamento por colaborador								
	Mulheres			Homens			Total		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Gerência	14	26	33	16	24	34	15	25	34
Administrativo	22	28	26	26	31	25	24	29	26
Comercial e operacional	18	18	21	18	19	22	18	18	21
Trainees	225	256	341	214	195	371	218	210	359
Estagiários	24	60	57	26	27	48	25	25	54
Total	18	22	26	21	25	27	19	23	26

* Observações: • Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2016: Itaú Unibanco S.A., Itaú Corretora de Valores, Hipercard Banco Múltiplo, Itaú Unibanco Holding, Microinvest S/A, Banco Itaú, BMG Consignado, Provar Negócios, Luizacred S.A., Credicard Promotora, Fic Promotora, Redecard S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú BMG, Itaúseg Saúde S/A, Kinea Investimentos, Banco Itaúcard S/A, Icarros Ltda., Pro-Imóvel Promotora, Itaú Adm Prev Ltda., Marcep e Banco Itaú BBA S.A.
• A quantidade de estagiários refere-se a soma de todos os programas de estágio do Banco e não apenas aos programas corporativo e de agências.



Diversidade*

GRI 103-2 | 103-3 Diversidade, equidade e inclusão

Colaboradores, por nível funcional GRI 405-1

Nível funcional	2016	%	2015	%	2014	%
Diretoria	107	0,12	113	0,13	72	0,08
Gerência	13.591	15,50	14.242	15,82	13.758	15,61
Administrativo	26.007	29,65	26.365	29,29	29.066	32,99
Comercial e operacional	40.928	46,66	42.773	47,52	39.431	44,75
<i>Trainees</i>	122	0,14	98	0,11	53	0,06
Aprendizes	2.743	3,13	2.143	2,38	1.683	1,91
Estagiários	4.213	4,80	4.271	4,75	4.040	4,59
Total	87.711	100	90.005	100	88.103	100

Colaboradores, por gênero GRI 405-1

Gênero	2016	%	2015	%	2014	%
Feminino	52.597	59,96	53.667	59,63	52.896	60,04
Masculino	35.114	40,04	36.338	40,37	32.507	36,90
Total	87.711	100	90.005	100	88.103	96,94

Colaboradores, por nível funcional e gênero – 2016⁽¹⁾ GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	13	0,02	94	0,27	107	0,12
Gerência	6.938	13,19	6.653	18,95	13.591	15,50
Administrativo	13.898	26,42	12.109	34,48	26.007	29,65
Comercial e operacional	27.318	51,94	13.610	38,76	40.928	46,66
<i>Trainees</i>	44	0,08	78	0,22	122	0,14
Aprendizes	1.925	3,66	818	2,33	2.743	3,13
Estagiários	2.461	4,68	1.752	4,99	4.213	4,80
Total	52.597	100	35.114	100	87.711	100

(1) Colaboradores, por nível funcional e gênero, dividido pelo total de colaboradores do gênero.

Colaboradores, por faixa etária GRI 405-1

Faixa etária	2016	%	2015	%	2014	%
Abaixo de 30 anos	32.197	36,71	33.407	37,12	33.083	37,55
Entre 30 e 50 anos	47.285	53,91	49.710	55,23	48.586	55,15
Acima de 50 anos	8.229	9,38	6.888	7,65	6.434	7,30
Total	87.711	100	90.005	100	88.103	100

Colaboradores, por nível funcional e faixa etária – 2016

GRI 405-1

Nível funcional	Abaixo de 30 anos	%	Entre 30 e 50 anos	%	Acima de 50 anos	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	84	78,50	23	21,50	107	100
Gerência	978	7,20	10.612	78,08	2.001	14,72	13.591	100
Administrativo	8.880	34,14	15.042	57,84	2.085	8,02	26.007	100
Comercial e operacional	15.262	37,29	21.546	52,64	4.120	10,07	40.928	100
<i>Trainees</i>	122	100,00	0	0,00	0	0,00	122	100
Aprendizes	2.743	100,00	0	0,00	0	0,00	2.743	100
Estagiários	4.212	99,98	1	0,02	0	0,00	4.213	100
Total	32.197	36,71	47.285	53,91	8.229	9,38	87.711	100

Colaboradores, por nível funcional e minorias, negros – 2014

GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,0	0	0,0	0	0,00
Gerência	2.938	3,3	2.538	2,8	5.476	6,22
Administrativo	856	0,9	926	1,0	1.782	2,02
Comercial e operacional	5.606	6,3	3.007	3,4	8.613	9,78
<i>Trainees</i>	1	0,0	2	0,0	3	0,00
Aprendizes	506	0,5	213	0,2	719	0,82
Estagiários	701	0,8	357	0,4	1.058	1,20
Total	10.608	12,04	7.043	7,99	17.651	20,03

Colaboradores, por nível funcional e minorias, negros – 2015

GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	885	0,98	956	1,06	1.841	2,05
Administrativo	2.597	2,89	2.113	2,35	4.710	5,23
Comercial e operacional	6.043	6,71	3.430	3,81	9.473	10,52
<i>Trainees</i>	3	0,00	2	0,00	5	0,01
Aprendizes	584	0,65	228	0,25	812	0,90
Estagiários	725	0,81	403	0,45	1.128	1,25
Total	10.837	12,00	7.132	7,90	17.969	20,00

* Observações: • Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2016: Itaú Unibanco S.A., Itaú Corretora de Valores, Hipercard Banco Múltiplo, Itaú Unibanco Holding, Microinvest S/A, Banco Itaú, BMG Consignado, Provar Negócios, Luizacred S.A., Credicard Promotora, Fic Promotora, Redecard S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú BMG, Itaú Saúde S/A, Kinea Investimentos, Banco Itaúcard S/A, Icarros Ltda., Pro-Imóvel Promotora, Itaú Adm Prev Ltda., Marcep e Banco Itaú BBA S.A.
• A quantidade de estagiários refere-se a soma de todos os programas de estágio do Banco e não apenas aos programas corporativo e de agências.



Colaboradores, por nível funcional e minorias, negros – 2016⁽¹⁾ GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	902	1,03	947	1,08	1.849	2,11
Administrativo	2.552	2,91	2.088	2,38	4.640	5,29
Comercial e operacional	6.127	6,99	3.288	3,75	9.415	10,73
Trainees	5	0,01	5	0,01	10	0,01
Aprendizes	780	0,89	296	0,34	1.076	1,23
Estagiários	708	0,81	384	0,44	1.092	1,24
Total	11.074	12,63	7.008	7,99	18.082	20,62

(1) Colaboradores, por nível funcional, gênero e minorias, dividido pelo total de colaboradores.

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes – 2014 GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	46	0,05	52	0,06	98	0,11
Administrativo	754	0,86	917	1,04	1.671	1,90
Comercial e operacional	1.221	1,39	1.012	1,15	2.233	2,53
Trainees	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendizes	1	0,0	0	0,00	1	0,00
Estagiários	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	2.022	2,27	1.981	2,23	4.003	4,54

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes – 2015 GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	56	0,06	61	0,07	117	0,13
Administrativo	635	0,71	791	0,88	1.426	1,58
Comercial e operacional	1.387	1,54	1.161	1,29	2.548	2,83
Trainees	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendizes	2	0,00	0	0,00	2	0,00
Estagiários	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	2.080	2,34	2.013	2,26	4.093	4,55

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes – 2016⁽¹⁾ GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	62	0,07	62	0,07	124	0,14
Administrativo	613	0,70	813	0,93	1.426	1,63
Comercial e operacional	1.345	1,53	1.103	1,26	2.448	2,79
Trainees	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendizes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Estagiários	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	2.020	2,30	1.978	2,26	3.998	4,56

(1) Colaboradores, por nível funcional, gênero e minorias, dividido pelo total de colaboradores.

Razão matemática do salário entre gêneros 2016 GRI 405-2

Nível funcional	Taxa
Diretoria	1
Gerência	0,9
Administrativo	0,9
Comercial e operacional	1
Trainees	1
Aprendizes	1
Estagiários	1

Concorrência desleal

Formas de prevenção à concorrência desleal

Em 2016, não sofremos ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio. [GRI 206-1](#)

Nosso departamento jurídico possui equipes especializadas para o atendimento de demandas relacionadas à concorrência desleal e à defesa da propriedade intelectual.

Visando preservar a concorrência e prevenir a ocorrência de práticas desleais, nosso Código de Ética prevê o princípio da interdependência relacionado à concorrência, à necessidade de respeitarmos a propriedade intelectual e de não utilizarmos informações de concorrentes sem sua expressa autorização.

Também de acordo com o nosso Código de Ética, é inaceitável fazer comentários que possam afetar a imagem ou contribuir para a divulgação de boatos sobre os nossos concorrentes.

Casos de discriminação

Não registramos nenhuma decisão judicial condenatória indicando a ocorrência de discriminação com clientes ou colaboradores. Para mais informações sobre nossos Canais de Comunicação visite a [página A-224](#) para colaboradores (Ouvidoria Interna) e visite a [página A-227](#) para clientes (Ouvidoria Externa). [GRI 406-1](#)

* Observações: • Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2016: Itaú Unibanco S.A., Itaú Corretora de Valores, Hipercard Banco Múltiplo, Itaú Unibanco Holding, Microinvest S/A, Banco Itaú, BMG Consignado, Provar Negócios, Luizacred S.A., Credicard Promotora, Fic Promotora, Redecard S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú BMG, Itaú Saúde S/A, Kinea Investimentos, Banco Itaúcard S/A, Icarros Ltda., Pro-Imóvel Promotora, Itaú Adm Prev Ltda., Marcep e Banco Itaú BBA S.A. • A quantidade de estagiários refere-se a soma de todos os programas de estágio do Banco e não apenas aos programas corporativo e de agências.



Sumário de conteúdos da GRI Standards

"de acordo" – Essencial [GRI 102-54](#) | [GRI 102-55](#)



Standards

Conteúdos gerais	Página (ou Link)	Verificação externa
Perfil Organizacional		
GRI 102-1	Nome da organização A-14	Não
GRI 102-2	Principais atividades, marcas, produtos e serviços A-32	Não
GRI 102-3	Localização da sede da organização A-52	Não
GRI 102-4	Localização das operações A-43	Não
GRI 102-5	Controle acionário e forma jurídica da organização Somos uma empresa de capital aberto.	Não
GRI 102-6	Mercados em que a organização atua A-43	Não
GRI 102-7	Porte da organização A-11, A-12, A-18, A-27, A-29	Não
GRI 102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores A-278, A-279	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-9	Cadeia de fornecedores da organização A-231	Não
GRI 102-10	Mudanças significativas ocorridas na organização ou na cadeia de fornecedores A-20	Não
GRI 102-11	Abordagem ou princípio da precaução A-102	Não
GRI 102-12	Iniciativas desenvolvidas externamente A-56, A-239	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-13	Participação em associações A-237	Sim, A-294 a A-297
Estratégia		
GRI 102-14	Declaração do presidente A-127	Não
GRI 102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades A-79	Não
Ética e integridade		
GRI 102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento A-26, A-223	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-17	Mecanismos de aconselhamento e preocupações sobre ética A-224, A-234	Sim, A-294 a A-297
Governança		
GRI 102-18	Estrutura de governança A-56, A-190	Não
GRI 102-20	Nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais A-190	Não
GRI 102-23	Presidente do mais alto órgão de governança A-58	Não
GRI 102-25	Conflitos de interesse A-58	Não
GRI 102-35	Políticas de remuneração A-74	Não
GRI 102-36	Processo adotado para a determinação da remuneração A-27, A-221	Sim, A-294 a A-297



Standards

Conteúdos gerais		Página (ou Link)	Verificação externa
Perfil Organizacional			
Engajamento de Stakeholder			
GRI 102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	A-210, A-211	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-41	Acordos de negociação coletiva	A-28	Não
GRI 102-42	Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	A-176, A-177, A-210	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-43	Abordagem adotada pela organização para envolver os <i>stakeholders</i>	A-209, A-210, A-211, A-226, A-234, A-240, A-242	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-44	Principais tópicos e preocupações levantadas	A-176, A-177, A-192, A-210	Sim, A-294 a A-297
Prática de Reporte			
GRI 102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	A-14	Não
GRI 102-46	Definição do conteúdo do relatório e limites dos temas materiais	A-176	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-47	Lista dos temas materiais	A-177	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-48	Reformulações de informações	A-177	Não
GRI 102-49	Alterações no relatório	A-11, A-14, A-20, A-177	Não
GRI 102-50	Período do relatório	A-14	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-51	Data do relatório anterior mais recente	2015	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-52	Ciclo de relatórios	A-14	Sim, A-294 a A-297
GRI 102-53	Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	A-14	Não
GRI 102-54	Opção “de acordo” escolhida de acordo com a GRI Standards	A-284	Não
GRI 102-55	Sumário de Conteúdo da GRI	A-284	Não
GRI 102-56	Verificação externa	A-177	Sim, A-294 a A-297



Conteúdos Específicos		Página (ou Link)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tema material: Eficiência						
GRI 103-1 Eficiência	-	A-179	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Eficiência	-	A-12	-	-	-	Não
GRI 103-3 Eficiência	-	A-12	-	-	-	Não
Tópico: Desempenho Econômico						
GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	A-203, A-231, A-240, A-241, A-242, A-250	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tema material: Crédito e inadimplência						
GRI 103-1 Crédito e inadimplência	-	A-179	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Crédito e inadimplência	-	A-91	-	-	-	Não
GRI 103-3 Crédito e inadimplência	-	A-91	-	-	-	Não
Tema material: Diversificação de receitas						
GRI 103-1 Diversificação de receitas	-	A-179	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Diversificação de receitas	-	A-46	-	-	-	Não
GRI 103-3 Diversificação de receitas	-	A-46	-	-	-	Não
Tema material: Satisfação dos clientes						
GRI 103-1 Satisfação dos clientes	-	A-180	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Satisfação dos clientes	-	A-226	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-3 Satisfação dos clientes	-	A-226	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tema material: Ética e transparência						
GRI 103-1 Ética e transparência	-	A-180	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Ética e transparência	-	A-102	-	-	-	Não
GRI 103-3 Ética e transparência	-	A-102	-	-	-	Não
Tópico: Comportamento Anti-competitivo						
GRI 206-1	Número total de ações judiciais referentes à concorrência desleal e a violações de leis antitruste e da regulamentação de monopólio	A-283	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tema material: Governança Corporativa						
GRI 103-1 Governança Corporativa	-	A-181	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Governança Corporativa	-	A-56	-	-	-	Não
GRI 103-3 Governança Corporativa	-	A-56	-	-	-	Não



Conteúdos Específicos	Página (ou Link)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tema material: Atração, retenção e desenvolvimento					
GRI 103-1 Atração, retenção e desenvolvimento	-	A-181	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Atração, retenção e desenvolvimento	-	A-213	-	-	Não
GRI 103-3 Atração, retenção e desenvolvimento	-	A-213	-	-	Não
Tópico: Emprego					
GRI 401-1	Novas contratações de empregados e rotatividade de empregados	A-27, A-279, A-280	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tópico: Treinamento e Educação					
GRI 404-1	Média de horas de treinamento realizado pelos empregados	A-281	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 404-2	Programas implementados para aperfeiçoar as habilidades de empregados e programas de transição oferecidos para facilitar a continuidade da empregabilidade	A-27, A-219, A-220	Programas de transição para facilitar a empregabilidade em caso de desligamento ou pré-aposentadoria.	A informação não está disponível no momento.	Implementamos um programa piloto em 2015, porém ainda não temos dados suficientemente consolidados para divulgação neste relatório. Em 2017, iremos levantar esses dados de forma mais estruturada. Sim, A-294 a A-297
Tema material: Antecipação de cenários					
GRI 103-1 Antecipação de cenários	-	A-181, A-182	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Antecipação de cenários	-	A-4	-	-	Não
GRI 103-3 Antecipação de cenários	-	A-4	-	-	Não
Tema material: Segurança da informação					
GRI 103-1 Segurança da informação	-	A-182	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Segurança da informação	-	A-230	-	-	Não
GRI 103-3 Segurança da informação	-	A-230	-	-	Não
Tópico: Privacidade do cliente					
GRI 418-1	Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade do cliente e número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes	A-230	O número de queixas sobre violação de privacidade do cliente.	A informação está sujeita a restrições específicas de confidencialidade.	Devido a sensibilidade do assunto, não estamos confortáveis em reportar esta informação. Não
Tema material: Gestão de riscos e de capital					
GRI 103-1 Gestão de riscos e de capital	-	A-182, A-183	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Gestão de riscos e de capital	-	A-88, A-90	-	-	Não
GRI 103-3 Gestão de riscos e de capital	-	A-88, A-90	-	-	Não
Tópico: Desempenho Econômico					
GRI 201-2	Riscos e oportunidades suscitados por mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, receitas ou despesas	A-255	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 201-4	Valor monetário total da ajuda financeira recebida pela organização de governos	A-241	-	-	Sim, A-294 a A-297



Conteúdos Específicos	Página (ou Link)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tema material: Atuação internacional					
GRI 103-1 Atuação internacional	-	A-183	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Atuação internacional	-	A-43	-	-	Não
GRI 103-3 Atuação internacional	-	A-43	-	-	Não
Tema material: Marca e reputação					
GRI 103-1 Marca e reputação	-	A-184	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Marca e reputação	-	A-29, A-102	-	-	Não
GRI 103-3 Marca e reputação	-	A-29, A-102	-	-	Não
Tópico: Marketing e Rotulagem					
GRI 417-3	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing	A-227	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tema material: Tecnologia da informação					
GRI 103-1 Tecnologia da informação	-	A-184	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Tecnologia da informação	-	A-32, A-100	-	-	Não
GRI 103-3 Tecnologia da informação	-	A-32, A-100	-	-	Não
Tema material: Remuneração e incentivos					
GRI 103-1 Remuneração e incentivos	-	A-184, A-185	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Remuneração e incentivos	-	A-27	-	-	Não
GRI 103-3 Remuneração e incentivos	-	A-27	-	-	Não
Tópico: Treinamento e Educação					
GRI 404-3	Percentual do total de empregados, que receberam avaliação regular de desempenho e de desenvolvimento de carreira	A-219	-	-	Não
Tema material: Combate à corrupção e a atividades ilícitas					
GRI 103-1 Combate à corrupção e a atividades ilícitas	-	A-185	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Combate à corrupção e a atividades ilícitas	-	A-107, A-113, A-223, A-229, A-230	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas	-	A-107, A-113, A-223, A-229, A-230	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tópico: Anti-corrupção					
GRI 205-2	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	A-113, A-223			Sim, A-294 a A-297



Conteúdos Específicos	Página (ou Link)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tema material: Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos					
GRI 103-1 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos	-	A-185, A-186	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos	-	A-231	-	-	Não
GRI 103-3 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos	-	A-231	-	-	Não
Tópico: Avaliação Ambiental de Fornecedores					
GRI 308-1	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	A-233	-	-	Não
GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	A-234, A-236	-	-	Não
Tópico: Avaliação Social de Fornecedores					
GRI 414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas	A-233	-	-	Não
GRI 414-2	Impactos negativos para as práticas trabalhistas identificados na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	A-231, A-232, A-234, A-236	-	-	Não
Tópico: Prática de Compra					
GRI 204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	A-233, A-235	-	-	Não
Tema material: Educação e inclusão financeira					
GRI 103-1 Educação e inclusão financeira	-	A-186	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Educação e inclusão financeira	-	A-205	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-3 Educação e inclusão financeira	-	A-205	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tema material: Inovação					
GRI 103-1 Inovação	-	A-186, A-187	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Inovação	-	A-172	-	-	Não
GRI 103-3 Inovação	-	A-172	-	-	Não
Tema material: Cidadania corporativa					
GRI 103-1 Cidadania corporativa	-	A-187	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Cidadania corporativa	-	A-242	-	-	Não
GRI 103-3 Cidadania corporativa	-	A-242	-	-	Não
Tópico: Políticas Públicas					
GRI 415-1	Valor monetário de contribuições para partidos políticos	A-241	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tema material: Ecoeficiência e gestão ambiental					
GRI 103-1 Ecoeficiência e gestão ambiental	-	A-187, A-188	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Ecoeficiência e gestão ambiental	-	A-255	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-3 Ecoeficiência e gestão ambiental	-	A-255	-	-	Sim, A-294 a A-297



Conteúdos Específicos	Página (ou Link)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tópico: Material					
GRI 301-1	Materiais usados por peso ou volume	A-265	-	-	Não
Tópico: Energia					
GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	A-261	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 302-4	Redução do consumo de energia	A-260	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tópico: Água					
GRI 303-1	Total de água retirada por fontes	A-259	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 303-3	Água reciclada e reutilizada	A-258	-	-	Não
Tópico: Emissão					
GRI 305-1	Emissões diretas de GEE (Escopo 1)	A-264	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 305-2	Emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)	A-264	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Escopo 3)	A-264	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 305-5	Reduções de emissões de GEE	A-262	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tópico: Efluentes e resíduos					
GRI 306-2	Resíduos por tipo e métodos de disposição	A-267, A-269	-	-	Não
Tema material: Diversidade, equidade e inclusão					
GRI 103-1 Diversidade, equidade e inclusão	-	A-188, A-189	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Diversidade, equidade e inclusão	-	A-213, A-221, A-282	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-3 Diversidade, equidade e inclusão	-	A-213, A-221, A-282	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tópico: Emprego					
GRI 401-2	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral, mas não a empregados temporários ou em regime de meio período	A-28, A-222	-	-	Não
Tópico: Diversidade e igualdade de oportunidade					
GRI 405-1	Diversidade de órgãos de governança e empregados	A-282, A-283	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 405-2	Razão matemática entre o salário e remuneração base para mulheres e homens	A-27, A-61, A-283	-	-	Sim, A-294 a A-297
Tópico: Não-discriminação					
GRI 406-1	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	A-224, A-283	Consideramos apenas decisões judiciais condenatórias na resposta deste indicador e não o número total de incidentes de discriminação em 2016.	A informação está sujeita a restrições específicas de confidencialidade.	Por razões jurídicas e devido a sensibilidade do assunto, não estamos confortáveis em reportar esta informação.



Conteúdos Específicos	Página (ou Link)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tema material: Saúde, segurança no trabalho e bem-estar					
GRI 103-1 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar	-	A-189	-	-	Sim, A-294 a A-297
GRI 103-2 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar	-	A-153, A-216	-	-	Não
GRI 103-3 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar	-	A-153, A-216	-	-	Não
Tópico: Saúde e Segurança no Trabalho					
GRI 403-1	Representação formal dos trabalhadores na gestão conjunta – comitês de saúde e segurança do trabalho	A-217	-	-	Não
GRI 403-2	Tipos de lesões, a taxa de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, dias perdidos, a taxa de absentismo e óbitos relacionados ao trabalho	A-280, A-281	-	-	Não



Suplemento Setorial – Serviços Financeiros (versão G4)	Página (ou Link)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Econômico					
Desempenho Econômico					
G4-DMA Desempenho Econômico	-	A-231 , A-240 , A-242	-	-	Sim, A-294 a A-297
Social					
Comunidades locais					
G4-DMA Comunidades locais	-	A-242	-	-	Não
G4-FS13	Pontos de acesso em áreas pouco populosas ou em desvantagem econômica por tipo	A-31 , A-32 , A-205	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-FS14	Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros de pessoas com deficiências	A-207 , A-228	-	-	Sim, A-294 a A-297
Rotulagem de Produtos e serviços					
G4-DMA Rotulagem de Produto e serviço (antigo FS15)	Políticas para o bom desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros	A-192 , A-197 , A-227 , A-228	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-DMA Rotulagem de Produto e serviço (antigo FS16)	Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	A-202 , A-205	-	-	Sim, A-294 a A-297
Portfólio de Produtos					
G4-DMA Portfólio de Produto (antigo FS1)	Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios	A-195 , A-196 , A-200 , A-201 , A-202 , A-205	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-DMA Portfólio de Produto (antigo FS2)	Procedimentos para avaliação e classificação de riscos socioambientais nas linhas de negócios	A-191 , A-195 , A-196 , A-200 , A-201 , A-202 , A-205	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-DMA Portfólio de Produto (antigo FS3)	Processos para o monitoramento da implantação por parte do cliente do cumprimento de exigências socioambientais incluídas em contratos ou transações	A-196	-	-	Não
G4-DMA Portfólio de Produto (antigo FS4)	Processo(s) para melhorar a competência do pessoal na implantação das políticas e procedimentos socioambientais aplicados às linhas de negócios	A-196 , A-202	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-DMA Portfólio de Produto (antigo FS5)	Interações com clientes/investidas/parceiros comerciais em relação a riscos e oportunidades socioambientais	A-195 , A-196 , A-202	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-FS6	Porcentagem da carteira de linhas de negócios por região específica, por porte (p. ex. micro/pequena e média/grande) e por setor	A-201 , A-205 , A-271 , A-274 , A-275 , A-276 , A-277	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-FS7	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício social específico para cada linha de negócios, separados por finalidade	A-36 , A-204 , A-205	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-FS8	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício ambiental específico para cada linha de negócios, separados por finalidade	A-204	-	-	Sim, A-294 a A-297



Suplemento Setorial – Serviços Financeiros (versão G4)	Página (ou Link)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Auditoria					
G4-DMA Auditoria (antigo FS9)	Escopo e frequência das auditorias para avaliar a implantação de políticas socioambientais e procedimentos de avaliação de riscos A-58, A-59, A-77, A-195, A-200	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
Controle Acionário Ativo					
G4-DMA Controle Acionário Ativo (antigo FS12)	Política(s) de voto aplicada(s) a questões sociais ou ambientais para participações nas quais a organização tem direito a ações com voto ou aconselhamento na votação A-203	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-FS10	Percentual e número de empresas na carteira da instituição com as quais a organização interagiu em questões sociais ou ambientais A-202	-	-	-	Sim, A-294 a A-297
G4-FS11	Percentual de ativos sujeitos a avaliação social ou ambiental, positiva e negativa A-202	-	-	-	Sim, A-294 a A-297



Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.
São Paulo–SP

Introdução

Fomos contratados pelo **Itaú Unibanco Holding S.A.** (“Itaú Unibanco”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre (i) a compilação e adequada apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e (ii) o atendimento aos princípios definidos na norma AA1000 *AccountAbility Principles Standards 2008* (“AA1000APS”) no que diz respeito ao processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade.

Responsabilidades da administração

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A. é responsável pela compilação e adequada apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI-Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, assim como, é responsável pelo atendimento aos princípios definidos na norma AA1000APS relativa ao processo de engajamento das partes interessadas e definição da materialidade.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre a compilação e adequada apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – “Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com base na NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferentes de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de se obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossa responsabilidade é, também, expressar conclusão sobre o processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade (“Processo”), com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a AA1000 Assurance Standard (“AA1000AS”) 2008 - tipo 1, que estabelece os seguintes procedimentos:

- confirmar a existência de um processo de identificação e participação das principais partes interessadas;
- confirmar a existência de um procedimento transparente em relação à determinação da relevância quanto aos assuntos materiais; e
- confirmar a existência de um processo de comunicação com as principais partes interessadas e, também, quanto à apresentação de uma estrutura bem definida no Relatório Anual Consolidado, no que se refere ao processo de capacidade de resposta sobre matéria de sustentabilidade.



Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000, a ISAE 3000 e a AA1000AS consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais do Itaú Unibanco que estão envolvidos na elaboração das informações de sustentabilidade, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações de sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Principais procedimentos executados

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016 do Itaú Unibanco, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores mediante entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório;
- (d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis; e
- (e) obtenção de evidências dos indicadores da GRI - Standards, selecionados como os indicadores mais relevantes (materiais), contidos no Relatório Anual Consolidado 2016, e apresentados no “Sumário de conteúdos da GRI Standards”.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aplicação de procedimentos quanto à aderência às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI - Standards) aplicáveis na elaboração das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, e verificações para confirmar o atendimento aos princípios da norma AA1000APS no processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade.

Acreditamos que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, e o atendimento aos princípios da norma AA1000APS. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, ou incidência de descumprimento com os princípios da norma AA1000APS. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre esses assuntos.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Além disso, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os exercícios anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.



Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que (i) as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI- Standards), e (ii) o processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade não foi executado de acordo com as diretrizes dispostas na norma AA1000 *AccountAbility Principles*.

São Paulo, 20 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6



Declaração de independência

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do Itaú Unibanco Holding S.A.

São Paulo, 20 de abril de 2017

Em conexão com os nossos trabalhos relacionados à emissão de Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes sobre (i) as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2016 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e (ii) o atendimento aos princípios definidos na norma AA1000 AccountAbility Principles Standards 2008 ("AA1000APS") no que diz respeito ao processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade, declaramos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é independente em relação ao Itaú Unibanco Holding S.A. e não houve conflito de interesse no processo de verificação de dados ambientais e sociais relativo às informações de sustentabilidade de acordo o Código de Ética da Federação Internacional de Contadores (IFAC) e regra local do CFC, Resolução NBC PA 291(R1).

Atenciosamente,

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6



Informações estatísticas selecionadas

As informações a seguir foram incluídas para fins de análise e devem ser lidas em conjunto com [a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Políticas contábeis significativas, Ativos e passivos](#) e [item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\)](#).

Os dados incluídos ou mencionados nessa seção estão apresentados de acordo com o IFRS, salvo indicação contrária.

Dados médios do balanço patrimonial e taxas de juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos e passivos remunerados, as contas de outros ativos e

passivos, os respectivos valores de receita e despesa de juros e a média de rentabilidade/taxa de juros real referentes a cada período.

Calculamos os saldos médios com base nos saldos contábeis mensais, pois acreditamos que tais saldos representam nossas operações e o custo de apresentar saldos médios usando balanços contábeis diários segundo o IFRS seria alto.

A maioria dos nossos negócios é composta por operações com pessoas físicas e jurídicas, que apresentam um crescimento orgânico e sem variações significativas em curtos períodos. As operações de crédito de curso anormal são divulgadas como ativos não remunerados nos períodos indicados na tabela a seguir.

Ativo	2016			2015			2014		
	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/Taxa %	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/Taxa %	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/Taxa %
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)									
Ativos remunerados⁽¹⁾	1.151.430	161.495	14,0	1.070.450	147.789	13,8	955.416	120.115	12,6
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26.914	678	2,5	29.489	1.628	5,5	24.019	1.286	5,4
Aplicações no mercado aberto	252.737	34.162	13,5	204.362	27.572	13,5	170.327	17.929	10,5
Depósitos compulsórios no Banco Central	72.031	6.920	9,6	63.418	5.748	9,1	69.882	5.904	8,4
Ativos financeiros mantidos para negociação	179.035	23.669	13,2	152.687	19.826	13,0	134.695	15.128	11,2
Ativos financeiros disponíveis para venda	87.678	11.160	12,7	82.744	8.979	10,9	78.559	7.272	9,3
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	41.384	3.788	9,2	38.295	3.758	9,8	24.317	2.347	9,7
Operações de crédito e arrendamento mercantil	438.081	80.118	18,3	445.583	79.392	17,8	403.447	69.248	17,2
Outros ativos financeiros	53.570	1.000	1,9	53.871	886	1,6	50.170	1.001	2,0
Ativos não remunerados	159.779			115.596			97.526		
Disponibilidades	21.204			19.159			17.038		
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.782			3.797			4.025		
Derivativos	28.904			24.276			12.647		
Empréstimos de curso anormal	21.487			18.559			17.040		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.902)			(24.526)			(21.655)		
Imobilizado, líquido	8.176			8.618			7.145		
Investimentos em empresas não consolidadas	4.790			4.219			3.964		
Ágio	6.286			2.011			1.798		
Ativos intangíveis líquido	8.336			6.225			6.019		
Ativos fiscais	47.265			43.212			35.000		
Bens destinados à venda	570			341			137		
Outros ativos	37.881			9.706			14.369		
Total	1.311.209			1.186.046			1.052.942		

(1) Para o rendimento líquido do total médio de juros sobre ativos, consulte "Margem Líquida de Juros e Spread".



Passivo	2016			2015			2014		
	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/Taxa %	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/Taxa %	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/Taxa %
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)									
Passivos remunerados	969.461	95.125	9,8	875.904	75.064	8,6	793.069	72.977	9,2
Depósitos remunerados	244.121	14.701	6,0	236.315	13.587	5,7	233.999	12.064	5,2
Depósitos de poupança	106.838	7.501	7,0	114.500	7.720	6,7	111.473	6.905	6,2
Depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo	137.283	7.200	5,2	121.815	5.867	4,8	122.527	5.159	4,2
Captações no mercado aberto	339.416	45.932	13,5	297.509	32.879	11,1	266.527	26.771	10,0
Recursos do mercado interbancário e do mercado institucional	240.563	16.596	6,9	219.463	15.999	7,3	183.981	25.099	13,6
Recursos de mercados interbancários	144.968	8.347	5,8	134.637	7.970	5,9	113.522	14.404	12,7
Recursos de mercados institucionais	95.595	8.249	8,6	84.826	8.030	9,5	70.459	10.695	15,2
Provisão de seguros e previdência e passivos de planos de capitalização	144.387	17.790	12,3	121.856	12.557	10,3	107.880	8.987	8,3
Outros passivos remunerados	974	106	10,9	761	42	5,5	682	56	8,2
Passivos não remunerados	214.024			203.376			169.247		
Depósitos não remunerados	61.895			54.148			43.840		
Derivativos	29.752			29.488			13.107		
Outros passivos não remunerados	122.377			119.740			112.300		
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	117.844			105.034			89.458		
Participações de acionistas não controladores	9.880			1.732			1.168		
Total	1.311.209			1.186.046			1.052.942		

Variações nas receitas e despesas de juros – análise de volume e taxas

Apresentamos a seguir a distribuição das variações, em termos do volume médio, e as variações na média dos rendimentos/taxas em nossas receitas e despesas de juros para os períodos indicados. As movimentações dos volumes e das taxas foram calculadas com base nas variações de saldos médios ocorridas no período e nas variações na média dos rendimentos/taxas de juros sobre os ativos e passivos remunerados de um período ao outro.

	Aumento/(Redução) Devido à Variações em:								
	2016-2015			2015-2014			2014-2013		
	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/Taxa ⁽²⁾	Variação líquida ⁽³⁾	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/Taxa ⁽²⁾	Variação líquida ⁽³⁾	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/Taxa ⁽²⁾	Variação líquida ⁽³⁾
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)									
Ativos remunerados	10.158	3.547	13.706	15.027	12.647	27.674	9.533	16.455	25.988
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(131)	(819)	(950)	301	41	342	142	561	703
Aplicações no mercado aberto	6.539	52	6.591	4.001	5.641	9.642	602	4.697	5.299
Depósitos compulsórios no Banco Central	813	358	1.171	(733)	578	(156)	550	1.041	1.590
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.477	366	3.843	2.166	2.532	4.698	(302)	4.570	4.268
Ativos financeiros disponíveis para venda	559	1.622	2.181	403	1.303	1.707	(417)	2.623	2.206
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	181	(151)	30	1.371	40	1.411	1.909	(48)	1.861
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	(1.275)	2.000	726	7.434	2.710	10.144	6.973	2.729	9.702
Outros ativos financeiros	(5)	119	114	83	(198)	(115)	77	282	359
Passivos remunerados	9.342	10.719	20.060	11.420	(9.333)	2.087	2.717	23.898	26.615
Depósitos remunerados	446	669	1.114	276	1.247	1.523	1.030	1.231	2.261
Depósitos de poupança	(572)	354	(219)	191	624	815	1.083	807	1.890
Depósitos interfinanceiros	(138)	659	521	485	(115)	370	(43)	435	392
Depósitos a prazo	1.156	(344)	812	(400)	738	338	(11)	(11)	(21)
Captações no mercado aberto	5.032	8.020	13.053	3.279	2.829	6.109	718	9.188	9.906
Recursos de mercados interbancários e de mercados institucionais	1.308	(711)	596	6.595	(15.695)	(9.100)	568	8.315	8.883
Recursos de mercados interbancários	586	(208)	377	3.444	(9.878)	(6.434)	620	7.539	8.159
Recursos de mercados institucionais	722	(503)	219	3.151	(5.816)	(2.666)	(52)	777	724
Provisões de seguros e previdência e Passivos de planos de capitalização	2.542	2.691	5.233	1.262	2.307	3.569	387	5.163	5.551
Outros passivos remunerados	14	50	64	8	(22)	(14)	14	-	14

(1) A variação nos volumes foi calculada como variação nos ativos ou passivos remunerados, de um período ao outro, multiplicada pelo rendimento médio/taxa do período anterior.

(2) A variação nos rendimentos/taxas foi calculada por meio da multiplicação da variação nos rendimentos/taxas no período pelos ativos ou passivos médios remunerados do período anterior.

(3) A variação líquida dos efeitos combinados dos volumes e rendimentos/taxas foi apropriada proporcionalmente à variação de volume e rendimento/taxa, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.



Margem de juros líquida e spread

Apresentamos a seguir nossos ativos e passivos médios remunerados, a receita líquida de juros, a margem de juros líquida e a margem de juros líquida e o *spread* líquido comparativo para os períodos indicados.

	2016	2015	2014
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
Total dos ativos médios remunerados	1.151.430	1.070.450	955.416
Total dos passivos médios remunerados	969.461	875.904	793.069
Receita de juros líquida ⁽¹⁾	66.370	72.725	47.139
Rendimento médio sobre os ativos médios remunerados ⁽²⁾	14,0%	13,8%	12,6%
Rendimento médio sobre os passivos médios remunerados ⁽³⁾	9,8%	8,6%	9,2%
Spread líquido ⁽⁴⁾	4,2%	5,2%	3,4%
Margem de juros líquida ⁽⁵⁾	5,8%	6,8%	4,9%

(1) Soma do total da receita de juros menos total das despesas de juros.

(2) Total da receita de juros dividido pelo total dos ativos médios remunerados.

(3) Total da despesa de juros dividido pelo total de passivos médios remunerados.

(4) Diferença entre os rendimentos médios sobre os ativos remunerados e a taxa média sobre os passivos remunerados.

(5) Receita financeira líquida dividida pelo total de ativos médios remunerados.

Retorno sobre o patrimônio e ativos

Apresentamos a seguir dados referentes ao retorno sobre o patrimônio e ativos para os períodos indicados.

	2016	2015	2014
(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)			
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	23.263	25.740	21.555
Ativos totais médios	1.311.210	1.186.046	1.052.942
Patrimônio líquido médio	117.844	105.034	89.458
Lucro líquido como porcentagem dos ativos totais médios ⁽¹⁾	1,8%	2,2%	2,0%
Lucro líquido como porcentagem do patrimônio líquido médio ⁽¹⁾	20,1%	24,8%	24,3%
Patrimônio líquido médio como porcentagem dos ativos totais médios	9,0%	8,9%	8,5%
Índice de pagamento de dividendos por ação ⁽²⁾	44,6%	28,9%	31,1%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação dividido pelo lucro básico por ação. Consulte a [seção Nosso perfil, item Em números](#) – Dados Financeiros Selecionados para informações adicionais sobre o cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio e lucro básico por ação.

Taxas de câmbio

Atualmente, o sistema de câmbio brasileiro permite a compra e venda de moeda estrangeira e a realização de transferências internacionais em reais por qualquer pessoa física ou jurídica, sujeitas a certos procedimentos regulatórios.

O governo brasileiro pode impor restrições temporárias sobre a conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e a remessa para investidores estrangeiros do resultado dos seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite que o governo imponha essas restrições sempre que houver um grave desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira ou razões para se prever um desequilíbrio grave. Não podemos

prever se o governo brasileiro irá impor restrições às remessas no futuro. O real poderá se valorizar ou desvalorizar de forma significativa em relação ao dólar dos Estados Unidos no futuro.

Consulte [a seção Nossa gestão de riscos, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos](#), item A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente, para mais detalhes.

Em 18 de abril de 2017, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar dos Estados Unidos (PTAX) era de R\$ 3,0958 para U\$ 1,00.



A tabela a seguir apresenta informações sobre a taxa de venda do dólar dos E.U.A. e do euro, conforme dados do Banco Central, nos períodos e datas indicados.

Ano	Taxa de câmbio da moeda brasileira por US\$ 1,00				Taxa de câmbio da moeda brasileira por € 1,00			
	Mínimo	Máximo	Média ⁽¹⁾	Final do Ano	Mínimo	Máximo	Média ⁽¹⁾	Final do Ano
2012	1,7024	2,1121	1,9588	2,0435	2,2465	2,7633	2,5277	2,6954
2013	1,9528	2,4457	2,1741	2,3426	2,5347	3,2682	2,8947	3,2265
2014	2,1974	2,7403	2,3599	2,6562	2,8900	3,4320	3,1113	3,2270
2015	2,5754	4,1949	3,3876	3,9048	2,9080	4,7209	3,7358	4,2504
2016	3,1193	4,1558	3,4500	3,2591	3,3879	4,5032	3,8043	3,4384
2017 (até 18 de abril de 2017)	3,0510	3,2729	3,1226	3,0958	3,2455	3,4424	3,3388	3,3144

Fonte: Sistema Economatica.

(1) Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada mês do período em questão.

Mês	Taxa de câmbio da moeda brasileira por US\$ 1,00				Taxa de câmbio da moeda brasileira por € 1,00			
	Mínimo	Máximo	Média ⁽¹⁾	Final do Mês	Mínimo	Máximo	Média ⁽¹⁾	Final do Mês
Outubro de 2016	3,1193	3,2359	3,1858	3,1811	3,3879	3,6251	3,5106	3,4811
Novembro de 2016	3,2024	3,4446	3,3420	3,3967	3,5326	3,7392	3,6000	3,6002
Dezembro de 2016	3,2591	3,4650	3,3523	3,2591	3,4042	3,7127	3,5333	3,4384
Janeiro de 2017	3,1270	3,2729	3,1966	3,1270	3,3383	3,4424	3,3944	3,3759
Fevereiro de 2017	3,0510	3,1479	3,1042	3,0993	3,2455	3,3846	3,3060	3,3753
Março de 2017	3,0765	3,1735	3,1279	3,1684	3,2723	3,4013	3,3447	3,3896
Abril de 2017 (até 18 de abril de 2017)	3,0923	3,1463	3,1213	3,0958	3,2967	3,3392	3,3222	3,3144

Fonte: Sistema Economatica.

(1) Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada dia do período em questão.

Considerações para detentores de ADS

Riscos relativos a nossas ADSs

Antes de investir em nossas ações e ADSs, é importante que o investidor saiba que, além dos riscos relacionados aos nossos negócios, que podem impactar o valor de nossos títulos e valores mobiliários e nossa capacidade de cumprir com certas obrigações, inclusive o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o mesmo estará exposto a riscos adicionais, conforme descreveremos a seguir. Riscos adicionais e incertezas das quais não estamos cientes ou que consideramos imateriais atualmente também podem se tornar fatores importantes que nos afetam e/ou afetam os detentores de ADSs.

A relativa volatilidade do preço e a liquidez limitada dos mercados de capitais brasileiros podem limitar significativamente a capacidade de nossos investidores venderem as ações preferenciais subjacentes às ADSs, pelo preço e na época em que desejarem.

O investimento em títulos negociados em mercados emergentes envolve, com frequência, um risco maior que o investimento em títulos de emissores nos EUA ou em outros países desenvolvidos e esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os mercados nos EUA ou em outros países. Desse modo, a capacidade do investidor de vender as ações preferenciais subjacentes às ADSs no preço e no momento desejado pelo investidor, pode ser substancialmente limitada.

As ações preferenciais subjacentes às nossas ADSs não têm direito a voto, exceto em circunstâncias específicas.

De acordo com nosso estatuto social, os detentores de ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs, não têm direito a voto nas assembleias gerais, exceto em circunstâncias específicas. Mesmo nessas circunstâncias, os detentores de ADSs podem estar sujeitos a restrições de ordem prática sobre sua capacidade de exercer seu direito de voto em decorrência de processos operacionais adicionais envolvidos na comunicação com esses acionistas, conforme mencionaremos a seguir.

De acordo com as disposições do contrato de depósito de ADSs, em caso de uma assembleia geral, notificaremos o banco depositário que, na medida do possível, repassará a convocação aos detentores de ADSs acompanhada de instruções sobre como esses detentores podem participar daquela assembleia; e os detentores de ADSs deverão instruir o banco depositário sobre como votar para exercer o seu direito de voto. Esse passo adicional de instrução ao banco depositário de ADSs pode tornar o processo para exercício do direito de voto mais longo para os detentores de ADSs.

Os detentores de ADSs podem ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência com relação às ações preferenciais.

Podemos não conseguir oferecer, aos detentores de nossas ADSs dos EUA, os direitos de preferência aplicáveis aos



detentores de nossas ações preferenciais, em caso de aumento de nosso capital social mediante emissão de ações preferenciais, a menos que exista uma declaração válida de registro referente a tais direitos de preferência e a nossas ações preferenciais em vigor, ou exista uma isenção dessa exigência de registro de acordo com a lei de Valores Mobiliários dos EUA. Como não somos obrigados a arquivar uma declaração de registro referente aos direitos de preferência de nossas ações preferenciais, não podemos garantir que serão oferecidos direitos de preferência. Caso essa declaração de registro não seja arquivada ou não haja isenção desse registro, os detentores de nossas ADSs dos Estados Unidos poderão não receber qualquer valor decorrente da concessão desses direitos de preferência.

O cancelamento de ADSs poderá acarretar a perda da possibilidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e de certas vantagens fiscais no Brasil.

Apesar de os detentores de ADS beneficiarem-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, obtido no Brasil pelo custodiante de nossas ações preferenciais subjacentes às ADSs, que permite ao banco depositário converter em moeda estrangeira os dividendos e outras distribuições relacionadas às ações preferenciais subjacentes às ADSs e remeter os resultados para o exterior, a disponibilidade e as exigências referentes a esse certificado eletrônico podem ser afetadas negativamente por futuras mudanças na legislação.

Se um detentor de ADSs cancelar as ADSs e dessa forma receber as ações preferenciais subjacentes às ADSs, o mesmo deverá registrar seu investimento em ações preferenciais no Banco Central do Brasil como (i) um Investimento Estrangeiro Direto, sujeito à Lei nº 4131/62, que exigirá um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, o Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto (RDE-IED); ou (ii) um Investimento Estrangeiro no Mercado Financeiro e de Capitais, sujeito à Resolução CMN nº 4.373/14, que, entre outras exigências, determina a nomeação de uma instituição financeira no Brasil como custodiante das ações preferenciais e representante legal do investidor estrangeiro no Registro Declaratório Eletrônico de Portfólio (RDE – Portfólio). Não registrar o investimento nas ações preferenciais como investimento estrangeiro por uma das modalidades mencionadas acima (por exemplo, RDE – IED ou RDE – Portfólio) impactará a capacidade do detentor de alienar as ações preferenciais e receber dividendos. Além disso, a regulamentação brasileira requer que, no recebimento das ações subjacentes às ADSs, o investidor realize operações de câmbio e pague impostos sobre essas operações, conforme aplicável.

O tratamento fiscal para remessa de dividendos, distribuições e resultados decorrentes de qualquer alienação de nossas ações preferenciais será menos favorável caso o detentor de ações preferenciais obtenha o RDE-IED ao invés do RDE-Portfólio. Além disso, caso tente obter o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, esse

detentor de ações preferenciais poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de obtenção do registro, o que poderia impactar sua capacidade de receber, de forma tempestiva, dividendos ou distribuições relacionadas às nossas ações preferenciais ou ao retorno sobre capital.

Os detentores de ADSs possuem direitos que diferem dos direitos dos acionistas de empresas organizadas sob as leis dos EUA ou de outros países.

Nossos temas societários são disciplinados por nosso Estatuto Social e pela legislação societária brasileira, que podem ter princípios legais diferentes que seriam aplicáveis caso fossemos organizados sob as leis dos EUA ou de outro país. Nos termos da legislação societária brasileira, os direitos dos detentores de ADSs e dos detentores de nossas ações preferenciais podem ser diferentes daqueles previstos na legislação dos EUA ou de outro país, no que diz respeito à proteção dos interesses do investidor, inclusive tutelas jurisdicionais disponibilizadas para o investidor no caso de medidas tomadas pelo nosso Conselho de Administração ou pelos acionistas detentores de ações ordinárias.

Tributação de detentores de ADSs

O resumo a seguir baseia-se nas legislações tributárias em vigor nesta data, no Brasil e nos Estados Unidos, e inclui uma descrição das principais considerações tributárias referentes aos impostos sobre rendas federais no Brasil e nos Estados Unidos, decorrentes da aquisição, titularidade e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, embora não pretenda apresentar uma descrição completa de todas as considerações tributárias que poderiam ser relevantes para essas questões, considerando que leis são sujeitas a alterações e diferentes interpretações (possivelmente com efeito retroativo). Embora atualmente não exista nenhum tratado referente a imposto de renda em vigor entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades fiscais desses países chegaram a um consenso sobre as disposições aplicáveis para tratamento fiscal recíproco de compensação de imposto retido no país de origem e no país de residência. Entretanto, não podemos garantir se ou quando algum tratado entrará em vigor ou como o mesmo afetará um detentor dos EUA (definido a seguir) de nossas ações preferenciais ou ADSs.

Potenciais compradores de nossas ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus assessores tributários em relação às consequências tributárias decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, em particular o efeito de qualquer legislação tributária estadual ou municipal, aplicável a não residentes que não sejam dos EUA.

Considerações sobre tributação no Brasil

Resumimos a seguir as principais consequências tributárias no Brasil relacionadas à aquisição, titularidade e alienação por detentores não residentes de nossas ADSs.



Detentores não Residentes que sejam Residentes ou Domiciliados em Jurisdições Consideradas Paraísos Fiscais

Conforme disposto no artigo 1º da Instrução Normativa nº 1.037, de 4 de junho de 2010 e alterações posteriores, “paraíso fiscal” é definido como um país ou localidade (a) que não impõe tributação à renda ou que o faça à alíquota máxima de 20% ou 17%, conforme detalhado a seguir; ou (b) cuja legislação interna impõe restrições sobre a divulgação da composição societária ou titularidade de investimentos. Uma relação das jurisdições atualmente consideradas paraísos fiscais foi publicada na referida Instrução Normativa. Detentores não residentes mas que residam ou sejam domiciliados em paraísos fiscais podem estar sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte no Brasil a alíquotas mais altas do que investidores não residentes que não sejam residentes ou estejam domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, como descrito a seguir.

Adicionalmente, em 24 de junho de 2008, a Lei nº 11.727 introduziu o conceito de “regime fiscal privilegiado”, definido como aquele que (i) não tributa a renda ou o faça a uma alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento); (ii) conceda vantagem de natureza fiscal a pessoa física ou jurídica não residente (a) sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou dependência, ou (b) condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou dependência; (iii) não tributa rendimentos auferidos fora de seu território ou o faça a uma alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento); ou (iv) não permite o acesso a informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou direitos ou a operações econômicas realizadas.

Em 28 de novembro de 2014, as autoridades fiscais brasileiras emitiram a Portaria nº 488, que reduz de 20% para 17% (dezessete por cento) a alíquota máxima da tributação da renda em determinados casos. Nos termos da Portaria nº 488, o limite de 17% aplica-se somente a países e regimes que observem padrões internacionais de transparência fiscal, conforme definido pelas autoridades tributárias brasileiras.

Não obstante o mencionado acima, recomendamos que potenciais investidores consultem seus assessores tributários em relação às consequências da promulgação da Lei nº 11.727, da Instrução Normativa nº 1.037 e de qualquer lei ou regulamentação brasileira de natureza tributária relacionada a paraísos fiscais e regimes fiscais privilegiados.

Tributação de dividendos

O pagamento de dividendos decorrentes de lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996, inclusive dividendos pagos em espécie, não está sujeito à retenção do imposto de renda na fonte no Brasil. O pagamento de dividendos oriundos de lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 poderá estar sujeito à retenção brasileira na fonte a taxas variáveis, de acordo com o ano em que os lucros foram gerados.

Tributação de juros sobre o capital próprio

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores permite que uma sociedade brasileira constituída por ações, como a nossa, efetue pagamentos de juros sobre o capital próprio além das distribuições de dividendos. Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório, Tributação](#), para mais detalhes. O pagamento de juros sobre o capital próprio atualmente está sujeito à incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, ou 25% para investidores não residentes que residam ou estejam domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal.

Tributação de ganhos

(a) Vendas ou outras formas de alienação de ADSs

Indiscutivelmente, os ganhos auferidos no exterior por um investidor não residente, relacionados à venda ou outras formas de alienação das ADSs para outro investidor não residente, não estão sujeitos à tributação brasileira. Entretanto, de acordo com a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, a alienação de ativos localizados no Brasil por um investidor não residente pode estar sujeita à retenção, no Brasil, de imposto de renda à alíquota geral de 15% ou a uma alíquota progressiva que pode variar de 15% a 22,5% dependendo do tipo de investimento feito no Brasil e o local onde o investidor não residente resida ou esteja domiciliado (uma alíquota de 25% pode ser aplicada caso o beneficiário estrangeiro seja residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal para fins tributários brasileiros).

Embora a referida lei não seja completamente clara a respeito do que seja considerado um ativo localizado no Brasil, em geral, as ADSs não são consideradas ativos localizados no Brasil, para fins dessa Lei, pois representam títulos emitidos e negociados em bolsa de valores no exterior. É importante observar que, ainda que as ADSs fossem consideradas ativos localizados no Brasil, os investidores não residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais ainda podem solicitar isenção de imposto sobre ganhos de capital, conforme previsto pelo artigo 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e alterações posteriores.

(b) Conversão de Nossas Ações Preferenciais em ADSs

O depósito feito por um investidor não residente em nossas ações preferenciais, para conversão em ADSs, pode estar sujeito à tributação brasileira de ganhos de capital se esse investidor não residente resida ou seja domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal, ou se essas ações preferenciais não tiverem sido registradas no Banco Central do Brasil, conforme a Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, vigente a partir de 30 de março de 2015 (antiga Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e Resolução CMN nº 1.927, de 18 de maio de 1992), e alterações posteriores. Nesses casos, a diferença entre o custo de aquisição das ações preferenciais ou outro montante anteriormente registrado no Banco Central e o preço médio dessas ações preferenciais, conforme a



Resolução CMN nº 4.373/14, pode ser considerada ganho de capital tributável e sujeita à tributação sobre a renda. Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório, Fundos de investidores estrangeiros](#), para mais detalhes. Investidores não residentes que residam ou sejam domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais poderão estar sujeitos à tributação sobre ganhos de capital à alíquota de 25%, quando da venda ou transferência de ações fora dos mercados financeiros no momento dessa conversão. Por outro lado, quando investidores não residentes, que não residam ou estejam domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, depositam ações preferenciais registradas, de acordo com a resolução CMN nº 4.373/14, em troca de ADSs, esse depósito não deverá estar sujeito à tributação de ganho de capital.

(c) Venda ou outras formas de alienação de nossas ações preferenciais

Investidores não residentes, que não residam ou estejam domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, que registram suas carteiras de investimentos de acordo com a resolução CMN nº 4.373/14 beneficiam-se de um tratamento fiscal especial, segundo o qual qualquer ganho de capital decorrente da venda de títulos mobiliários em bolsas de valores brasileiras está isento de imposto de renda. Por outro lado, de acordo com a Resolução CMN nº 4.373/14, a venda de ações não registradas ou realizada fora das bolsas de valores brasileiras estará geralmente sujeita à tributação sobre ganho de capital à alíquota de 15%.

Esse tratamento especial não se aplica a investidores não residentes, que sejam residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, sujeitos às regras gerais de tributação aplicáveis a residentes brasileiros na venda de seus investimentos nos mercados financeiros, incluindo bolsas de valores e mercados de balcão. A alíquota do imposto, nesses casos, é geralmente de 15%. Se esses investidores não residentes venderem ações fora do mercado financeiro, a alíquota de imposto de renda será de 25%. Qualquer exercício de direito de preferência relativos às nossas ações preferenciais (e ao programa de ADSs), não estará sujeito à tributação brasileira. Os ganhos oriundos da venda ou cessão de direitos de preferência estarão sujeitos à tributação brasileira sobre a renda de acordo com as mesmas regras aplicáveis à alienação de ações ou ADSs.

Imposto sobre operações financeiras – IOF/Câmbio e IOF/Títulos e valores mobiliários

De acordo com o Decreto nº 6.306/2007 e alterações posteriores, o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) pode incidir sobre certas operações de câmbio. Consulte a [seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente Regulatório, Tributação](#), para mais detalhes sobre IOF.

A aquisição de ADSs não está sujeita à incidência de IOF. Em 24 de dezembro de 2013, segundo o Decreto nº 8.165, a alíquota de IOF/Títulos e valores mobiliários que incide sobre a cessão de ações negociadas na bolsa de valores brasileira para permitir a emissão de *depositary receipts* a serem negociados no exterior, foi reduzida para 0%.

Outros tributos brasileiros

Não há tributação brasileira sobre herança, doação ou sucessão, quando da transmissão da propriedade ou da nua-propriedade (propriedade sem usufruto do bem) de nossas ações preferenciais ou ADSs fora do Brasil, ou sobre a constituição de usufruto gratuito sobre tais ações ou ADSs por um investidor não residente, exceto os tributos sobre doação, herança e sucessão incidentes em alguns Estados brasileiros, se forem conferidos nesses Estados ou no exterior, quando o beneficiário residir ou for domiciliado nesses Estados. Não existem, no Brasil, tributos de selo, emissão, registro ou assemelhados, a serem pagos por investidores não residentes de nossas ações preferenciais ou ADS.

Recomendamos fortemente a potenciais investidores consultar seus próprios assessores tributários acerca da tributação brasileira nos níveis municipal, estadual e federal relacionada à aquisição, titularidade e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, tendo em vista suas particularidades e o impacto de qualquer legislação tributária estrangeira.

Considerações sobre tributação federal nos Estados Unidos

Apresentamos uma breve discussão sobre as principais considerações sobre o imposto de renda federal dos EUA, incidente na aquisição, titularidade e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs por investidores dos Estados Unidos (conforme definido a seguir) que detenham essas ações preferenciais ou ADSs como ativos de capital, no contexto da seção 1221 do Código Tributário Federal dos Estados Unidos de 1986 e alterações posteriores (o Código). Essa discussão não aborda todos os aspectos da legislação tributária federal que podem ser relevantes para um investidor específico dos Estados Unidos à luz de circunstâncias especiais às quais pode estar sujeito, ou para os investidores dos Estados Unidos sujeitos a tratamento especial nos termos da legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos, como bancos, companhias de seguro, planos de previdência, companhias reguladas de investimentos, trustes de investimentos imobiliários, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários; entidades isentas de tributação; determinados ex-cidadãos ou ex-residentes dos Estados Unidos; investidores dos Estados Unidos que detêm nossas ações preferenciais ou ADSs como parte de uma estratégia de combinação de opções, cobertura contra risco potencial, conversão ou outra forma de transação integrada; investidores dos Estados Unidos que fazem transações marcadas a mercado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos; investidores dos Estados Unidos que possuem moeda funcional diferente do dólar dos Estados Unidos; investidores dos Estados Unidos que possuem (ou considera-se que possuem) 10% ou mais (pelo poder de voto) das nossas ações; ou investidores dos Estados Unidos que recebem nossas ações preferenciais ou ADSs como remuneração. Adicionalmente, esta discussão não aborda o efeito de qualquer legislação tributária estadual ou municipal dos Estados Unidos, ou de fora dos Estados Unidos, ou tributação dos Estados Unidos sobre herança, doação ou ainda qualquer alternativa de imposto mínimo.



Esta discussão é baseada no Código, nas regulamentações do Tesouro dos Estados Unidos, promulgadas ou propostas, e em interpretações administrativas e judiciais, todas em vigor nesta data e sujeitas a alterações, possivelmente com efeito retroativo, ou a diferentes interpretações. Partimos do princípio de que cada obrigação constante do acordo de depósito e de qualquer acordo relacionado será executada em conformidade com seus termos.

Para fins desta discussão, o termo “investidor dos Estados Unidos” significa o beneficiário de nossas ações preferenciais ou ADSs que é, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, (i) uma pessoa física cidadã ou residente nos Estados Unidos; (ii) uma sociedade por ações constituída ou organizada de acordo com as leis dos Estados Unidos, de um de seus estados ou do Distrito de Columbia; (iii) um espólio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal dos Estados Unidos, independentemente de sua fonte; ou (iv) um trustee: (a) cuja administração esteja submetida a um tribunal dos Estados Unidos que exerça supervisão básica ou a uma ou mais pessoas dos Estados Unidos com poderes para controlar todas as suas decisões substanciais ou (b) que possua uma opção válida de ser tratado como cidadão dos Estados Unidos nos termos das regulamentações aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos.

Para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, se uma entidade tratada como sociedade investir em nossas ações preferenciais ou ADSs, o tratamento dispensado a esse investimento dependerá, em parte, da situação e das atividades dessa entidade e do sócio em particular. Qualquer entidade desse tipo deverá consultar seus próprios assessores tributários acerca do imposto de renda federal dos EUA incidente sobre essa entidade e aos seus sócios e relacionada à aquisição, titularidade e alienação dessas ações preferenciais ou ADSs.

Recomendamos fortemente a potenciais investidores consultar seus próprios assessores tributários acerca da tributação dos Estados Unidos nos níveis local, estadual e federal relacionada à aquisição, titularidade e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, tendo em vista suas particularidades e o impacto de qualquer legislação tributária que não seja aquela aplicada nos Estados Unidos.

Exceto quando especificamente descrito abaixo, esta discussão parte do princípio de que não somos e nem seremos uma empresa de investimento estrangeiro passivo (Passive Foreign Investment Company – PFIC) para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Para mais detalhes, consulte o item “Considerações sobre Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC)” a seguir.

Tratamento das ADSs

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, um investidor dos Estados Unidos em ADSs será tratado como o investidor dos Estados Unidos com participação proporcional em nossas ações preferenciais, detidas pelo depositário (ou custodiante) e representadas comprovadamente por essas ADSs. Dessa forma, quaisquer depósitos ou retiradas de nossas ações preferenciais, em troca

de ADSs, não resultarão na realização de ganho ou prejuízo para esse investidor dos Estados Unidos para fins de imposto de renda federal naquele país.

Distribuições

Um investidor dos Estados Unidos que recebe uma distribuição relativa às nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADSs), incluindo pagamentos de juros sobre o capital próprio, conforme descrito anteriormente em “Tributação no Brasil – Tributação de juros sobre o capital próprio”, geralmente deverá incluir o montante de tal distribuição (sem redução de eventual imposto brasileiro retido na fonte relacionado com ele), em sua receita bruta como um dividendo, na medida em que for feita com nossos lucros correntes ou acumulados (de acordo com as regras do imposto de renda federal dos EUA), na data em que esse investidor dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso das ADSs) receber, implícita ou efetivamente, tal distribuição, não sendo elegível à dedução dos dividendos recebidos que é permitida às sociedades por ações. A distribuição realizada para os investidores de nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADSs) que ultrapassar o valor de nossos lucros correntes e acumulados será tratada, em geral, primeiramente como retorno não tributável de capital na proporção da participação do investidor dos Estados Unidos em nossas ações preferenciais ou ADSs, conforme o caso, e acima disso, como ganho decorrente da venda ou troca de tais ações preferenciais ou ADSs (tratada da mesma forma descrita a seguir em “Venda, troca ou outra forma de alienação das ações preferenciais ou ADSs”). Não mantemos, e não planejamos manter, cálculos dos lucros e rendimentos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Como resultado, um investidor dos Estados Unidos poderá precisar incluir o valor integral dessa distribuição em sua receita como um dividendo.

O valor em dólares de qualquer distribuição de nossas ações preferenciais realizada em reais deve ser calculado com referência à taxa de câmbio entre o dólar dos Estados Unidos e o real vigente na data do efetivo recebimento da distribuição pelo investidor dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso de ADSs), independentemente de os valores em reais recebidos serem de fato convertidos em dólares dos Estados Unidos. Em geral, o investidor dos Estados Unidos terá uma base em reais equivalente ao valor em dólares dos Estados Unidos na data do recebimento. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente, ou outra forma de alienação das ações preferenciais ou ADSs pelo investidor dos Estados Unidos, será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dentro dos Estados Unidos.

As distribuições tratadas como dividendos, recebidas por investidores dos Estados Unidos não pessoas jurídicas (inclusive pessoas físicas) relativas às ações de uma sociedade fora dos Estados Unidos (exceto por sociedades que, no exercício fiscal no qual as distribuições são feitas ou no exercício fiscal anterior, sejam consideradas Empresas de Investimento Estrangeiro Passivo, ou PFIC) e prontamente negociáveis em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, geralmente estão sujeitas a uma alíquota máxima de imposto reduzida a 20% (e eventualmente a outro tributo adicional discutido em “Tributo Medicare”, a seguir), desde que atendidos



certos prazos de carência e outros requisitos. Uma vez que as ADSs estarão registradas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), a menos que sejamos tratados como uma PFIC em relação a um investidor dos Estados Unidos, os dividendos recebidos por esse investidor, referentes às ADSs, deverão se qualificar para a alíquota reduzida. Com base nas atuais diretrizes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos pelo investidor dos Estados Unidos, em relação às ações preferenciais, se qualificam para a alíquota reduzida, já que nossas ações preferenciais em si não são registradas em bolsa de valores dos Estados Unidos. Regras especiais são aplicáveis para determinar os rendimentos de investimento (que pode limitar deduções para juros provenientes dos investimentos) e os rendimentos de fonte estrangeira do beneficiário (que pode afetar o valor do crédito tributário estrangeiro nos Estados Unidos) e certos dividendos extraordinários. O investidor dos Estados Unidos, que não seja contribuinte pessoa jurídica, deve consultar seu próprio assessor tributário acerca da possibilidade de aplicar a alíquota reduzida de imposto e das restrições e regras específicas pertinentes.

Venda, troca ou outra forma de alienação de ações preferenciais ou ADSs

Quando da venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, um investidor dos Estados Unidos geralmente reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos em um valor igual à diferença, se houver, entre o montante realizado em tal venda, troca ou outra forma de alienação e a base de cálculo ajustada do imposto do investidor, em tais ações preferenciais ou ADSs. Qualquer ganho ou perda assim reconhecido será geralmente tratado como ganho ou perda de capital de longo prazo se esse investidor dos Estados Unidos tiver detido as ações preferenciais ou ADSs por mais de um ano quando da venda, troca ou outra forma de alienação. Alguns investidores dos Estados Unidos, não pessoas jurídicas, têm direito a tratamento preferencial para ganhos de capital de longo prazo líquidos. É limitada a capacidade de um investidor dos Estados Unidos de compensar as perdas de capital com receita ordinária.

Um investidor dos Estados Unidos que receber um montante em reais pela venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais geralmente reconhecerá um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos em reais na data de liquidação de referida venda, troca ou outra forma de alienação se (i) esse investidor dos Estados Unidos adotar o regime de caixa ou optar por ser contribuinte pelo regime de competência, e nossas ações preferenciais forem tratadas como “negociadas em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido” ou (ii) essa data de liquidação for também a data da venda, troca ou outra forma de alienação. Esse investidor dos Estados Unidos geralmente terá como base em reais um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos desse montante na data de liquidação. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente, ou outra forma de alienação das ações preferenciais ou ADSs pelo investidor dos Estados Unidos, será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dentro dos Estados Unidos. O investidor dos Estados Unidos deve consultar

seu próprio assessor tributário acerca das consequências, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, de receber valores em reais pela venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais para casos não descritos na primeira sentença deste parágrafo.

Considerações sobre crédito tributário estrangeiro

As distribuições relativas às nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADSs), incluindo pagamentos de juros sobre o capital próprio, conforme descrito anteriormente em “Tributação no Brasil – Tributação de juros sobre o capital próprio”, tratadas como dividendos antes da redução de qualquer imposto brasileiro retido na fonte serão geralmente incluídas na receita bruta do investidor dos Estados Unidos. Dessa forma, o investidor dos Estados Unidos pode ser obrigado a declarar a receita para tal finalidade, em um montante superior ao que tenha recebido em espécie. Em geral, as distribuições tratadas como dividendos constituirão receita originada fora dos Estados Unidos e serão categorizadas, para fins de crédito tributário estrangeiro nos Estados Unidos, como “receita de categoria passiva” ou, no caso de alguns investidores dos Estados Unidos, como “receita de categoria geral”. Sujeito às limitações aplicáveis e exigências do período de carência, um investidor dos Estados Unidos pode ter direito de reivindicar um crédito tributário estrangeiro naquele país, para compensar o montante do imposto de renda federal nos Estados Unidos referente a quaisquer desses impostos retidos no Brasil. De acordo com a legislação em vigor, o ganho resultante da venda ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs pode estar sujeito ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. O uso, por um investidor dos Estados Unidos, de um crédito tributário estrangeiro relativo a quaisquer desses impostos sobre a renda, ou impostos retidos na fonte no Brasil, pode ser limitado, já que esse ganho geralmente constituirá receita originada de fontes dentro dos Estados Unidos. Em geral, um investidor dos Estados Unidos que não reivindica um crédito tributário estrangeiro naquele país, ao invés disso poderá reivindicar uma dedução de quaisquer desses impostos brasileiros, porém somente para o exercício fiscal no qual esse investidor dos Estados Unidos optar por fazê-lo, com relação a todos os impostos de renda não dos Estados Unidos, pagos ou provisionados por esse mesmo investidor nesse exercício fiscal. O ganho ou a perda cambial com moeda estrangeira geralmente constituirá receita originada de fontes dentro dos Estados Unidos. As regras relacionadas com créditos tributários estrangeiros são complexas e o investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário sobre a aplicação dessas regras.

Considerações sobre empresa de investimento estrangeiro passivo (PFIC)

Normas específicas de imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicam-se às pessoas daquele país que detenham ações de uma empresa de investimento estrangeiro passivo (PFIC). Em geral, uma sociedade que não é dos Estados Unidos será classificada como PFIC, para fins de imposto de renda federal daquele país, em qualquer exercício fiscal em que, após a aplicação das normas de transparência relativas à renda e aos ativos de suas subsidiárias, se pelo menos 75% de sua receita bruta for “receita passiva” ou, em média, pelo menos 50% do



valor bruto de seus ativos for atribuível a ativos que gerem receita passiva ou forem detidos para geração de receita passiva.

Para esse fim, a receita passiva geralmente inclui, entre outros elementos, dividendos, juros, aluguéis, *royalties*, ganhos na alienação de ativos passivos e ganhos em operações com *commodities*.

A aplicação das normas relativas às PFICs nos bancos não é clara na atual legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Em geral, os bancos têm parte substancial de suas receitas derivada de ativos remunerados ou que poderiam, de outra forma, ser considerados passivos segundo as regras da PFIC. As autoridades fiscais dos Estados Unidos (IRS) emitiram um comunicado e propuseram regulamentos que excluem da receita passiva qualquer receita decorrente da condução ativa dos negócios bancários, por meio de um banco estrangeiro qualificado, também conhecidos como Exceção de Banco Ativo. O comunicado e os regulamentos propostos pelo IRS possuem exigências diferentes para qualificar um banco como banco estrangeiro e para apurar a receita bancária que poderá ser excluída da receita passiva, de acordo com a Exceção de Banco Ativo. Além disso, os regulamentos propostos têm sido discutidos desde 1994 e não entrarão em vigor até que sejam finalizados.

Com base em estimativas de nossa receita e ativo brutos, correntes e projetados, não acreditamos que seremos classificados como uma PFIC nos exercícios fiscais corrente ou futuros. A decisão em relação a sermos uma PFIC, no entanto, é tomada anualmente com base na composição de nossa receita e ativos (inclusive a receita e os ativos de entidades nas quais detemos pelo menos 25% de participação) e na natureza de nossas atividades (inclusive capacidade de nos qualificarmos para a Exceção de Banco Ativo).

Como ainda não foram emitidos regulamentos definitivos e o comunicado e os regulamentos propostos são inconsistentes, nossa situação no que tange às regras da PFIC é de considerável incerteza. Muito embora conduzamos, e pretendamos continuar a conduzir, um empreendimento bancário significativo, não existem garantias de que atenderemos às exigências específicas da Exceção de Banco Ativo, de acordo com o comunicado ou os regulamentos propostos pelo IRS. Dessa forma, os investidores dos Estados Unidos podem estar sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA conforme as regras descritas a seguir.

Se formos tratados como uma PFIC em qualquer exercício fiscal no qual um investidor dos Estados Unidos detiver nossas ações preferenciais ou ADSs, qualquer ganho realizado em uma venda ou outra forma de alienação tributável dessas ações preferenciais ou ADSs e certas distribuições excedentes (em geral, distribuições que ultrapassem 125% da distribuição média durante os três exercícios anteriores ou, em caso de período inferior, o período de carência para essas ações preferenciais ou ADSs) serão tratados como receita ordinária e sujeitos à tributação como se (i) a distribuição ou ganho excedente tivesse sido realizado proporcionalmente, durante o período de carência do investidor dos Estados Unidos em relação a essas ações preferenciais ou ADSs; (ii) o montante considerado realizado em cada exercício tivesse sido sujeito à

tributação, em cada exercício, à taxa marginal mais alta para esse exercício (exceto pela receita alocada ao período corrente ou qualquer período tributável antes de nos tornarmos uma PFIC, a qual estaria sujeita à tributação de alíquota regular da receita ordinária do investidor dos Estados Unidos no exercício corrente, não sujeita ao encargo financeiro discutido a seguir); e (iii) o encargo financeiro geralmente aplicável aos pagamentos de tributos a menor tivesse sido cobrado sobre os tributos considerados como tendo sido pagáveis nesses exercícios.

Não esperamos fornecer informações que permitiriam aos investidores dos Estados Unidos evitarem as consequências anteriormente mencionadas ao fazerem opção pelo “fundo qualificado”.

Se formos tratados como PFIC e, a qualquer momento, investirmos em uma sociedade por ações que não dos Estados Unidos classificada como PFICs (“PFICs subsidiárias”), os investidores dos Estados Unidos serão considerados em geral como investidores em uma PFIC e também estarão sujeitos às regras das PFICs em relação à sua participação acionária indireta nessa PFIC subsidiária. Ainda no caso de sermos tratados como PFIC, um investidor dos Estados Unidos pode ter que pagar o imposto diferido e encargo financeiro definido anteriormente se (i) recebermos distribuição de nossa participação em qualquer PFIC subsidiária ou alienarmos essa participação no todo ou em parte, ou se (ii) esse investidor dos Estados Unidos alienar no todo ou em parte nossas ações preferenciais ou ADSs.

Um investidor dos Estados Unidos de ações de uma PFIC (mas possivelmente não de uma PFIC subsidiária, conforme discutido a seguir) pode optar pela marcação a mercado, desde que as ações da PFIC sejam “ações negociáveis”, conforme definido nos regulamentos vigentes do Tesouro dos Estados Unidos (ou seja, “negociada regularmente” em uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado”). Nos termos dos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos, uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado” inclui (i) uma bolsa de valores nacional registrada na U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) ou o sistema de mercado nacional instituído de acordo com a Securities Exchange Act of 1934 (Lei de Bolsas e Valores Mobiliários de 1934) e alterações posteriores (a “Lei de Bolsa de Valores”); ou (ii) uma bolsa de valores estrangeira regulada ou supervisionada por autoridade governamental do país no qual o mercado está localizado e que atenda a certas exigências de negociação, listagem, divulgações financeiras, entre outras estabelecidas nos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos. As ADSs são negociadas na NYSE e as ações preferenciais são negociadas na BM&FBovespa. A NYSE constitui uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado. Embora o IRS não tenha afirmado que a BM&FBovespa atende às exigências para ser tratada como bolsa de valores qualificada ou outro mercado, acreditamos que a mesma deva ser assim tratada. As ações da PFIC negociadas em bolsa de valores qualificada ou outro mercado são regularmente negociadas no ano-calendário durante o qual essas ações são negociadas, além das quantidades mínimas, em pelo menos 15 dias de um trimestre calendário. Não podemos assegurar aos nossos investidores dos Estados Unidos que nossas ações preferenciais ou ADSs serão tratadas como “ações negociáveis” em qualquer exercício fiscal.



As consequências tributárias aplicáveis caso fôssemos uma PFIC seriam diferentes daquelas descritas anteriormente, se uma opção de marcação a mercado estivesse disponível e se um investidor dos Estados Unidos fizesse essa opção no início de seu período de carência. Caso essa opção fosse feita, esse investidor dos Estados Unidos geralmente (i) incluiria na receita bruta, integralmente como receita ordinária, um montante equivalente à diferença, se houver, entre o valor justo de mercado de nossas ações preferenciais ou ADSs no fechamento de cada exercício fiscal e a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos de tais ações preferenciais ou ADSs; e (ii) deduziria, como prejuízo ordinário, a eventual diferença entre a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos, relativa a tais ações preferenciais ou ADSs, e o valor justo de mercado dessas ações preferenciais ou ADSs, ao final do exercício fiscal, mas apenas na medida do montante líquido anteriormente incluído na receita bruta como resultado da opção de marcação a mercado. Qualquer ganho auferido na venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, em um exercício fiscal no qual éramos uma PFIC, seria tratado como receita ordinária, e qualquer prejuízo em tal venda, troca ou outra forma de alienação seria tratado como prejuízo ordinário (na proporção de qualquer ganho líquido de marcação a mercado anteriormente incluído na receita) e, subsequentemente, como perda de capital. A base ajustada de cálculo de imposto do investidor dos Estados Unidos referente a tais ações preferenciais ou ADSs seria aumentada ou diminuída pelo montante do ganho ou perda considerado segundo o regime de marcação a mercado. Mesmo que um investidor dos Estados Unidos seja elegível para optar pela marcação a mercado com respeito a nossas ações preferenciais ou ADSs, não está claro se ou como essa opção se aplicaria às ações de qualquer PFIC subsidiária, das quais esse investidor dos Estados Unidos fosse tratado como titular, pois tais ações podem não ser ações negociáveis. A opção de marcação a mercado é feita relativamente às ações negociáveis de uma PFIC individualmente por acionista e, uma vez feita, somente pode ser revogada com a anuência do IRS. Serão aplicadas normas especiais se a opção de marcação a mercado não for feita no primeiro exercício fiscal no qual o investidor dos Estados Unidos detiver qualquer participação acionária conosco enquanto PFIC.

Em geral, o investidor dos Estados Unidos que detiver nossas ações preferenciais ou ADSs durante qualquer exercício fiscal em que formos tratados como PFIC será obrigado a protocolar uma declaração de informações a nosso respeito e de qualquer PFIC subsidiária, na qual esse investidor detiver participação direta ou indireta. O investidor dos Estados Unidos deve consultar seus próprios assessores tributários a respeito da aplicação das normas de PFIC às nossas ações preferenciais ou ADSs e da possibilidade e conveniência de fazer opção pela marcação a mercado, caso sejamos considerados uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Tributo medicare

Além do imposto de renda federal regular dos EUA, certos investidores dos Estados Unidos, como, por exemplo, pessoas físicas, espólios ou trustes, estão sujeitos a um tributo de 3,8% sobre toda ou parte de sua "receita líquida de investimento", que pode incluir toda ou parte de sua renda auferida com distribuição referente a ações preferenciais ou ADSs, e ao

ganho líquido da venda, troca ou outra forma de alienação de ação preferencial ou ADS.

Retenção preventiva (backup withholding) na fonte e apresentação de informações

A obrigatoriedade de fornecer informações e de realizar uma retenção preventiva na fonte geralmente se aplica a certos investidores dos Estados Unidos para pagamentos efetuados ou recursos provenientes da venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. Em geral, um investidor dos Estados Unidos que não estiver de outra forma isento da retenção preventiva na fonte poderá evitá-la mediante a entrega do formulário W-9 (IRS) devidamente assinado. A retenção preventiva na fonte não é um imposto adicional. Quaisquer montantes retidos segundo essas normas serão geralmente disponibilizados como reembolso ou crédito para pagamento de imposto de renda federal dos EUA, devido pelo investidor daquele país, desde que as informações solicitadas sejam fornecidas pelo investidor daquele país para o IRS em tempo hábil.

Exigências de divulgação para ativos financeiros específicos no exterior

Em geral, os investidores dos Estados Unidos (e determinadas entidades dos EUA especificadas nas instruções do Departamento do Tesouro dos EUA) que, durante qualquer exercício fiscal, detiverem participação em qualquer "ativo financeiro específico no exterior", devem protocolar, junto com suas declarações de imposto de renda federal dos EUA, certas informações previstas no formulário 8938 (IRS), caso o valor total desses ativos ultrapasse montantes específicos. Em geral, um "ativo financeiro estrangeiro específico" inclui qualquer conta financeira mantida em uma instituição financeira que não dos Estados Unidos e pode também incluir nossas ações preferenciais ou ADSs, caso essas não sejam mantidas em conta aberta em uma instituição financeira. É possível que muitas substanciais sejam impostas e o prazo limite de incidência e cobrança de imposto de renda federal dos Estados Unidos seja prorrogado no caso de descumprimento da obrigação. Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários sobre uma possível aplicação dessa obrigação de apresentação de informações.

Exigências de divulgação para determinados investidores dos Estados Unidos que reconhecem perdas significativas

Um investidor dos Estados Unidos que alegar perdas significativas com nossas ações preferenciais ou ADSs para fins de imposto de renda federal dos EUA (geralmente de (i) US\$ 10 milhões ou mais em um exercício fiscal, ou US\$ 20 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios fiscais para sociedades por ações ou partnerships, cujos sócios sejam todos sociedades por ações; (ii) US\$ 2 milhões ou mais em um exercício fiscal ou US\$ 4 milhões ou mais em uma combinação de exercícios fiscais para todos os demais contribuintes; ou (iii) US\$ 50.000 ou mais em um exercício fiscal para pessoas físicas ou trustes, em relação a operações em moeda estrangeira) pode ser demandado a protocolar o formulário 8886, referente às "operações passíveis de declaração". Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus



próprios assessores tributários sobre qualquer possível obrigação de divulgação em relação nossas ações preferenciais ou ADSs.

Lei dos EUA de conformidade fiscal de contas estrangeiras (FATCA)

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, Ambiente Regulatório, Tributação, Lei dos EUA de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras \(FATCA\)](#), para mais detalhes sobre a FATCA.

Controles e procedimentos

(a) Divulgação de controles e procedimentos

Sob a supervisão e com a participação de nossa administração, incluindo nosso Diretor-Presidente (CEO) e nosso Diretor Financeiro (CFO), executamos uma avaliação da eficácia de nossos “controles e procedimentos de divulgação” (conforme a Lei da Bolsa de Valores Mobiliários dos EUA, seções 13 a-15(e) e 15d-15(e)), exigida pelo parágrafo (b) da mesma Lei, seções 13a-15 e 15d-15, em 31 de dezembro de 2016.

Por mais bem desenhado e operacional que seja, um sistema de controle interno pode fornecer apenas segurança razoável, mas não absoluta, de que os objetivos do sistema de controle serão atingidos. Portanto, nossa administração não espera que os controles serão capazes de evitar todos os erros e fraudes.

Com base na avaliação efetuada, nossos CEO e CFO concluíram que, em 31 de dezembro de 2016, nossos controles e procedimentos de divulgação operaram de maneira eficaz e garantiram que as informações relevantes relativas ao Itaú Unibanco Holding e a suas subsidiárias consolidadas, estão (i) registradas, processadas, resumidas e divulgadas dentro dos prazos indicados nas normas e formulários da SEC e (ii) acumuladas e comunicadas à nossa Administração, incluindo nossos principais diretores ediretores financeiros, promovendo decisões oportunas relativas à divulgação exigida.

(b) Relatório anual da administração sobre os controles internos relacionados às demonstrações contábeis

Nossa administração é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados relacionados às demonstrações contábeis, conforme a Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana, seções 13a-15(f) e 15d-15(f). Nossos controles internos foram desenhados para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas para fins externos, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Por mais bem desenhados que sejam, todos os sistemas de controles internos possuem limitações inerentes. Portanto, mesmo os sistemas considerados eficazes podem não ser capazes de prevenir ou detectar distorções. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de eficácia em períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

Nossa administração avaliou a eficácia de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 e, ao efetuar essa avaliação, adotou os critérios estabelecidos pelo Modelo Integrado de Controle Interno (2013) do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission). Com base nessa avaliação e nesses critérios, nossa administração concluiu que nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 são eficazes.

A eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis da Empresa para a data-base de 31 de dezembro de 2016 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, firma de auditoria independente.

(c) Relatório dos auditores independentes

O relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2017, sobre a eficácia de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis na data-base de 31 de dezembro de 2016 está sendo apresentado em conjunto com nossas demonstrações contábeis consolidadas.

[Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\)](#), para mais detalhes sobre nosso auditor independente registrado no PCAOB.

(d) Alterações nos controles internos relacionados às demonstrações contábeis

Com relação à avaliação exigida pela Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana, seção 13a-15(d), nossa administração, incluindo nosso Diretor-Presidente e nosso Diretor Financeiro, concluiu que as alterações ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não afetaram nem devem vir a afetar significativamente nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis.

Sustentabilidade

A sustentabilidade está incorporada à nossa estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos nossos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários de todo o Grupo Itaú Unibanco. Decisões estratégicas sobre sustentabilidade no longo prazo são discutidas anualmente pelo nosso Conselho de Administração na reunião anual do Comitê de Estratégia (composto por membros do Conselho de Administração) e duas vezes por ano em reuniões de nosso Comitê Executivo. Desde 2011, nossas atividades de sustentabilidade são fundamentadas em três focos estratégicos: (i) riscos e oportunidades socioambientais, (ii) educação financeira e (iii) diálogo e transparência.

Nossa gestão do risco socioambiental baseia-se na identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos. Sabemos



que a conscientização da sociedade em relação aos desafios socioambientais que enfrentamos torna essas questões mais relevantes para nossas operações, produtos e serviços. Ao integrar os riscos e oportunidades socioambientais em nossa estratégia, governança, processos, políticas de gestão, produtos e serviços, criamos um círculo virtuoso que pode ajudar a sociedade a prosperar. Nos últimos 15 anos, desenvolvemos e participamos de diversas iniciativas para reduzir os riscos socioambientais e aproveitar oportunidades para abordar esses riscos. Durante esse período, criamos estratégias, rotinas, processos e produtos, adotamos políticas específicas e aderimos a compromissos voluntários, como os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), os Princípios do Equador (PE), o Carbon Disclosure Project (CDP), Princípios de Sustentabilidade para Seguros (PSI, na sigla em inglês) e o Pacto Global, que orientam nossas práticas institucionais e de negócios. Preparamos diretrizes específicas sobre a questão socioambiental aplicáveis a nosso processo de concessão de crédito (empréstimos e financiamentos), seguros, investimentos e fornecedores. Nossas principais diretrizes socioambientais incluem (i) uma lista de atividades restritas (armas de fogo, munições e explosivos; extração e produção de madeira, de lenha e carvão vegetal extraídos de florestas nativas; atividades pesqueiras; extração e industrialização de amianto e frigoríficos e abatedouros de bovinos), (ii) uma lista de atividades proibidas (prostituição, trabalho infantil em desacordo com a legislação e trabalho em condições análogas às de escravo), (iii) observância do licenciamento ambiental, (iv) inclusão de cláusulas contratuais socioambientais e (v) regras específicas para constituição de garantias imobiliárias.

Em 2015, publicamos um artigo sobre nossa estratégia referente a Riscos e Oportunidades Socioambientais, abordando nossas práticas e os desafios que enfrentaremos para aprimorar a gestão da sustentabilidade. Monitoramos periodicamente o progresso de nossas metas para 2020, publicadas nesse documento. Para saber mais, [clique aqui](#).

Adicionalmente, em 2016, realizamos um estudo sobre riscos regulatórios financeiros associados à questão das mudanças climáticas, melhorando nosso desempenho em direitos humanos através da estruturação de um grupo de trabalho multidisciplinar e de governança sobre diversidade, patrocinado pelo departamento de Recursos Humanos, subordinado ao Comitê de Pessoas e ao Comitê de Sustentabilidade.

Como parte da iniciativa em Educação Financeira, em 2015, publicamos o estudo “Escolhas e Dinheiro” para responder as perguntas “Como ajudar as pessoas a usarem melhor o seu dinheiro?” e “Como ajudar as pessoas a alcançarem seus objetivos?”. Esse estudo aborda as influências de nosso passado econômico e social sobre nosso comportamento financeiro e discute como essas influências moldam as escolhas que fazemos quando o assunto é dinheiro. Para acessar o material, [clique aqui](#).

Os resultados desse estudo orientaram nossa decisão de adotar uma abordagem para gerar uma maior identificação e, em 2016,

lançamos a campanha “Vida Real”, websérie que conta histórias reais e compartilha o conhecimento financeiro aplicado ao dia a dia das pessoas. Os quatro episódios da websérie apresentam os protagonistas e suas famílias em diferentes momentos e exploram seus dilemas e sua relação com o dinheiro, oferecendo orientação financeira para ajudá-los a atingir seus objetivos. Essa websérie já teve mais de 42 milhões de visualizações.

Em 2016, assinamos uma parceria com o programa Família-Escola, do estado de São Paulo, que abre as escolas públicas durante o fim de semana para atividades norteadas por quatro pilares: cultura, trabalho, esporte e saúde. Até o final de 2016, capacitamos vice-diretores de 751 escolas da Grande São Paulo, que, por sua vez, capacitaram 73 voluntários, com impacto em 12.468 pessoas.

Nossos esforços em diálogo e transparência focaram no desenvolvimento de nossos processos de apresentação de informações, com o objetivo de consolidar a integração das comunicações. Desde 2004, as informações de sustentabilidade são divulgadas com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e incorporadas em nosso relatório anual, que inclui informações financeiras e de sustentabilidade. Além disso, em 2013, firmamos uma parceria com o International Integrated Reporting Council (IIRC) para preparar uma comunicação concisa focada em nossa capacidade de gerar valor para os stakeholders ao longo do tempo. Nosso Relato Integrado de 2016 pode ser acessado no endereço www.italy.com.br/relatorio-anual.

A gestão das questões de sustentabilidade tem contribuído para nosso acesso a fontes de financiamento por meio de agências de desenvolvimento e para nossa presença em índices de sustentabilidade. Somos o único banco da América Latina a compor o Índice de Sustentabilidade Dow Jones desde o início em 1999 e também fazemos parte das carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da bolsa de valores de São Paulo. Também dignas de destaque são nossas parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Inter-American Investment Corporation (IIC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que participam com nossa instituição em empréstimos e na atuação conjunta em projetos específicos.

Glossário

A

- ABEL – Associação Brasileira de Empresas de Leasing
- Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas
- ADS – American Depositary Shares
- ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
- APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
- ATM – Caixa automático



B

- Banco Itaú Argentina – Banco Itaú Argentina S.A.
- Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A.
- Banco Itaú Paraguay – Banco Itaú Paraguay S.A.
- Banco Itaú Uruguay – Banco Itaú Uruguay S.A.
- BCBA – Bolsa de Valores de Buenos Aires
- BCBS – Basel Committee on Banking Supervision (Comitê de Supervisão Bancária da Basileia)
- BIS – Bank for International Settlements (Banco de Compensações Internacionais)
- BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNY Mellon – The Bank of New York Mellon

C

- CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CCR – Counterparty Credit Risk (Risco de Crédito da Contraparte)
- CDC – Código de Defesa do Consumidor
- CDI – Certificado de Depósito Interbancário
- CEDEAR – Certificado de Depósito Argentino
- Central Bank – Banco Central do Brasil
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CGRC – Comitê de Gestão de Risco e de Capital
- Cia E. Johnston – Companhia E. Johnston de Participações
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CNRF – Comissão de Normativos de Riscos Financeiros
- CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados
- COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras
- COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway)
- COFINS – Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social
- CONSIF – Confederação Nacional do Sistema Financeiro
- CSC – Comissão Superior de Crédito
- CSCCA – Comissão Superior de Crédito e Cobrança no Atacado
- CSCCV – Comissão Superior de Crédito e Cobrança no Varejo
- CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
- CSP – Comissão Superior de Produtos
- CSRML – Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez
- CSRO – Comissão Superior de Gestão de Riscos Operacionais
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários

D

- DJSI – Dow Jones Sustainability Index (Índice Dow Jones de Sustentabilidade)

F

- FATF – Financial Action Task Force (Força-Tarefa de Ação Financeira)
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- Fed – US Federal Reserve System (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos)
- FGC – Fundo Garantidor de Crédito

I

- IASB – International Accounting Standards Board (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade)
- IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças
- IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil
- IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
- ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital)
- IFRS – International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)
- IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
- IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
- IRS – US Internal Revenue Service (Receita Federal dos Estados Unidos)
- ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
- ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- Itaú BBA Colombia – Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera
- Itau BBA International – Itau BBA International plc
- Itaucard – Banco Itaucard S.A.
- Itaú Holding Financeira – Itaú Holding Financeira S.A.
- Itaú Unibanco Group – Itaú Unibanco Holding S.A. e todas as suas subsidiárias e coligadas
- Itaúsa – Itaú Investimentos S.A.
- IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.

L

- Legislação Societária Brasileira – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações subsequentes (incluindo a Lei nº 11.638)
- LCR – Liquidity Coverage Ratio (Índice de Liquidez de Curto Prazo)



N

- NSFR – Net Stable Funding Ratio (Índice de Liquidez de Longo Prazo)
- NYSE – New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova Iorque)

P

- PAB – Posto de Atendimento Bancário
- PEP – Politically Exposed Person (Pessoa Exposta Politicamente)
- PFIC – Passive Foreign Investment Company (Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo)
- PIS – Programa de Integração Social

R

- RAET – Regime Especial de Administração Temporária
- RMCCI – Regulamento de Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais

S

- SEC – US Securities and Exchange Commission (equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM))
- SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

- SISBACEN – Sistema do Banco Central do Brasil: banco de dados que reúne informações fornecidas pelas instituições financeiras ao Banco Central
- Sistema de Pagamento Brasileiro – Engloba as instituições, os sistemas e os procedimentos relacionados com a transferência de recursos e outros ativos financeiros entre os diversos participantes do mercado financeiro brasileiro, incluindo o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos sob qualquer forma.
- SOX – Lei Sarbanes-Oxley de 2002
- STF – Supremo Tribunal Federal
- STJ – Superior Tribunal de Justiça
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

T

- TR – Taxa Referencial

U

- Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

V

- VaR – *Value at Risk* (Valor em Risco)



Lista de subsidiárias no exterior (em 31 de dezembro de 2016)

Companhia	País
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina
FC Recovery S.A.U.	Argentina
Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión	Argentina
Itaú Valores	Argentina
Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I.	Argentina
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	Bahamas
Karen International Limited	Bahamas
CGB II SpA	Chile
Corpbanca Administradora General de Fondos	Chile
Corpbanca Corredora de Seguros S.A.	Chile
Corpbanca Corredores de Bolsa S.A.	Chile
Corplegal S.A.	Chile
Itaú Asesorías Financieras S.A.	Chile
Itaú BBA Corredor de Bolsa Limitada	Chile
Itaú Chile Administradora General de Fondos S.A.	Chile
Itaú Chile Compañía de Seguros de Vida S.A.	Chile
Itaú Chile Corredora de Seguros Limitada	Chile
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administración S.A.	Chile
Itaú Corpbanca S.A.	Chile
MCC Asesorías Ltda.	Chile
MCC S.A. Corredores de Bolsa	Chile
Recaudaciones y Cobranzas S.A.	Chile
Recuperadora de Creditos Ltda.	Chile
SMU Corp S.A.	Chile
Banco Corpbanca Colombia	Colômbia
Corpbanca Investment Trust	Colômbia
Helm Comisionista	Colômbia
Helm Corredor de Seguros	Colômbia
Helm Fiduciaria S.A.	Colômbia
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia
Banco Itaú International	E.U.A.
Corpbanca New York Branch	E.U.A.
Corpbanca Securities Inc.	E.U.A.
Itaú BBA USA Securities, Inc.	E.U.A.
Itaú International Investment LLC	E.U.A.
Itaú International Securities Inc.	E.U.A.
Itaú Unibanco S.A. New York Branch	E.U.A.
Itaú USA Asset Management Inc.	E.U.A.
Jasper International Investment LLC	E.U.A.

Companhia	País
Itaú Middle East Limited	Emirados Árabes
Itaú Asia Securities Ltd.	Hong Kong
Bicsa Holdings Ltd.	Ilhas Cayman
Bie Cayman, Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú BBA International (Cayman) Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Cayman Directors Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Cayman Nominees Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Global Asset Management	Ilhas Cayman
Itaú Unibanco Holding Cayman Branch	Ilhas Cayman
Itaú Unibanco S.A. Cayman Branch	Ilhas Cayman
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman
MCC Securities Inc.	Ilhas Cayman
Topaz Holding Ltd.	Ilhas Cayman
Uni-Investment International Corp.	Ilhas Cayman
Itaú Japan Asset Management Limited	Japão
Itaú Unibanco S.A. Tokyo Branch	Japão
Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo
Itaú BBA México, S.A. de C.V.	México
Proserv – Promociones y Servicios S.A. de C.V.	México
CIFI*	Panamá
Helm Bank	Panamá
Helm Casa de Valores	Panamá
Albarus S.A.	Paraguai
Bancard Sociedad Anonima	Paraguai
Banco del Paraná S.A.	Paraguai
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai
Afinco Americas Madeira, Sgps, Soc. Unipessoal Ltda.	Portugal
IPI – Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS Ltda.	Portugal
Itaúsa Europa – Investimentos, SGPS, Ltda.	Portugal
Itaú BBA International Plc.	Reino Unido
Itaú UK Asset Management Ltd.	Reino Unido
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Suíça
Aco Ltda.	Uruguai
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai
C.U.M.P.S.A. ⁽¹⁾	Uruguai
Mundostar S.A.	Uruguai
Nevada Woods S.A.	Uruguai
Oca Casa Financiera S.A.	Uruguai
Oca S.A.	Uruguai
Rias Redbanc ⁽¹⁾	Uruguai
Unión Capital AFAP S.A.	Uruguai

(1) Acionista minoritário.

